

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC



*São Lourenço do Oeste  
em Memórias*



1ª Edição / Volume 1  
SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC  
2018

Organizadores: Éderson Hermann  
Kalu Moraes Lessa  
Nelí Bastezini Kronbauer

Editora CS EIRELI - EPP  
Rua Alberto Peters, 537  
19.060-310 Presidente Prudente, SP  
Brasil



Todos os direitos reservados para Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC. Nenhuma parte, desta obra poderá ser reproduzida ou transferida por qualquer forma e / ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC

**Ficha catalográfica elaborada pela Câmara de Vereadores de  
São Lourenço do Oeste - SC**

São Lourenço do Oeste - SC. Câmara de Vereadores.

São Lourenço do Oeste em memórias / Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC; Éderson Hermann, Kalu Moraes Lessa e Nelí Bastezini Kronbauer (organizadores). São Paulo: CS Eireli EPP, 2018.

ISBN 978-85-54039-00-4

1. São Lourenço do Oeste. 2. História. 3. Legislativo. 4. Executivo. 5. Sociedade. – 1940-2016. I. Hermann, Éderson, org. II. Lessa, Kalu Moraes, org. III. Kronbauer, Nelí Bastezini, org. IV. Pederssetti, Walmor José, apres. V. Sutilli, Lidio, pref. VI. Título.

CDU -93/94

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

Bertold Brecht

*São Lourenço do Oeste  
em Memórias*



## **AGRADECIMENTOS**

Deixamos, aqui, nossos especiais agradecimentos a pessoas e a entidades que, prontamente, dispuseram-se a contribuir com esta obra, seja no fornecimento de matérias, de livros, ou na busca de documentos e de fotografias:

- Angela Maria Curioletti, jornalista;
- Anilson Spricigo, assessor de comunicação da Prefeitura;
- Equipe administrativa da Câmara de Vereadores: Daniela Cristina Puerari Esser, assistente administrativo e legislativo; Kelly Suzana Spenassato, auxiliar administrativo e parlamentar; Jorge Matiotti Neto, assessor jurídico, janeiro de 2011 a fevereiro de 2015; e Marcio Antunes de Lima, assessor de comunicação, 2015/2016.
- João David Folador, historiador;
- Lilian Freitas, assessora de comunicação da Prefeitura;
- Marcelo Coan, jornalista;
- Portal de notícias [www.minutta.com.br](http://www.minutta.com.br); e
- Presidentes do Legislativo, Walmor José Pederssetti e Edu Antonio Borges, períodos 2013/2014 e 2015/2016.

Sem este auxílio, o material ora apresentado não teria a mesma qualidade e a mesma quantidade de informações.

Também agradecemos às pessoas que, gentilmente, forneceram fotografias históricas e, aliadas aos textos, reconstituem nossas memórias.

*São Lourenço do Oeste  
em Memórias*



## **APRESENTAÇÃO**

A produção e a entrega da obra **SÃO LOURENÇO DO OESTE EM MEMÓRIAS** constitui-se na realização de um sonho para a atual legislatura de São Lourenço do Oeste. Em 2008, a Câmara de Vereadores deu o primeiro passo, quando produziu, em catálogos, o Acervo de Memórias da Câmara e do Município, material de alta qualidade, mas de acesso um tanto limitado, porque a sua leitura só é possível para quem se dirige ao espaço a ele destinado. Sendo esta uma ação bem sucedida, veio a necessidade de ampliar o conhecimento daqueles registros, agora em livro, porém, acrescidos de outras análises.

Assim sendo, o resgate histórico aqui constante resulta de uma pesquisa documental, dos atos legais da Câmara e de outros documentos públicos, institucionais e particulares. Também há o registro das ações do Executivo e da sociedade, principalmente aquelas que se articulam ao Legislativo. Neste cenário, é uma parte da história de São Lourenço do Oeste até então restrita a consultas direcionadas, que agora, juntadas as partes, possibilita a leitura a qualquer cidadão que busca compreender o processo histórico do Município.

Além da junção das etapas históricas, ou seja, do registro, por mandato e por legislatura, das ações do Legislativo, do Executivo e da sociedade, o objetivo principal é distribuir este material às escolas, às bibliotecas, aos visitantes, aos munícipes e, consequentemente, tornar um pouco mais conhecido o trabalho realizado até final de 2016.

Vale ressaltar que os desejos da Câmara são singelos, mas íntegros, ou seja, de valorizar os cidadãos que fizeram parte da construção do Município, desde os primórdios até os que hoje trabalham assiduamente, em todos os setores da sociedade.

Ao ensejo de conclusão, é na conciliação do passado com o presente que nossos passos são lançados ao futuro. Até aqui, algumas páginas da nossa história estão registradas. De ora em diante outras ganharão vida. Que nelas sempre constem ações desenvolvidas com o intuito de fazer de São Lourenço do Oeste um lugar muito bom a quem o escolheu para viver.

Walmor José Pederssetti  
Presidente da Mesa Diretora 2013/2014

## PREFÁCIO

O presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Walmor José Pederssetti, período 2011/2012, teve a feliz ideia de registrar os principais atos que marcaram a vida política do Legislativo e do Executivo, trazendo ao conhecimento dos lourencianos, da atual e das futuras gerações, a criação da vila, do distrito e do município de São Lourenço do Oeste. Méritos são também atribuídos ao presidente sucessor, Edu Antonio Borges que, desde o primeiro momento, avalizou o trabalho.

Estes registros da história de São Lourenço do Oeste trazem lembranças e completam uma leitura de recordações, de saudades, pois focalizam o início de um povoado com a existência de seus primeiros moradores, dos caboclos e dos seus ranchos de madeira lascada, cobertos por tabuinhas de pinheiro. Focaliza, do início aos dias atuais, os principais acontecimentos, fatos e demonstrativos, registros de inaugurações, da emancipação do Município que vimos nascer, crescer e, para alegria de todos nós, transformar-se em um dos mais belos e progressistas do Oeste catarinense.

É uma iniciativa altruísta e democrática em tornar possível a obra escrita e ilustrada da grandiosidade da nossa história, para que fique registrado nos anais do Poder Legislativo. Manifesto-me, com as melhores intenções, em nome de todos os lourencianos, jovens, crianças e meus colegas, “jovens” dos setenta aos oitenta anos, fundadores deste Município.

Quem nos apresenta o tão belo e significativo compêndio SÃO LOURENÇO DO OESTE EM MEMÓRIAS? É o acadêmico de Direito, Ederson Hermann, que há mais de vinte anos é secretário executivo da Câmara de Vereadores. Este rapaz é uma máquina ambulante de comunicação e de conhecimentos. Ao seu lado, a professora Nelí Bastezini Kronbauer, diplomada em Letras, mestre em Educação e Ensino. Soma-se a isto a sua índole, sua família, seu passado de estudos e de trabalhos. Também o Kalu Lessa, empreendedor lourenciano, que desponta na arte da comunicação visual.

Ao falar do livro, entendo-o como produto industrial, mercadoria cultural, mas também como veículo e suporte de informações. É uma das mais revolucionárias invenções do homem, principalmente por ser caracterizado como arquivo histórico da humanidade.

Em todos os municípios brasileiros, a Câmara de Vereadores constitui-se em repositório de iniciativas, dirigidas ao povo. Por ela passa a maioria dos encaminhamentos políticos, as decisões de longo alcance, não raro de repercussão nacional, grandes campanhas populares, projetos de indiscutível mérito social, ideias, soluções, requerimentos, indicações, pareceres das comissões, pronunciamentos, votos que aprovam ou desaprovam. A Câmara também tem muitos poderes, entre outros: derrubar veto, dar posse aos eleitos dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, julgar as contas públicas, destituir um candidato, acatar e executar julgamentos do Poder Judiciário. Todas as leis que regem a Administração Municipal passam pela Câmara de Vereadores, no caso de São Lourenço do Oeste, contidas nesta obra. É bom pensar que esta tradição poderá ser mantida através dos tempos!

É das Câmaras que, tradicionalmente, saem prefeitos, vices, deputados, senadores e governadores. E por que não dizer até presidentes? Ainda, por elas, humildes e doutos usam os poderes de voto confiados pelo povo, em iguais condições.

Cumpra assinalar que sou e serei eternamente grato pela distinção de confiarem-me a nobre missão de prefaciá-lo, modestamente, tão louvável trabalho da história lourenciana.

Agradeço a Deus e dedico esta honra a meus familiares.

Salve São Lourenço amado  
Valioso como esterlina,  
Terras de mato viçoso,  
Águas puras cristalinas,  
Que futuro tão brilhante,  
São raios de luz divina.

Lidio Sutilli  
Vereador Constituinte  
Dezembro 2016

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	015
CAPÍTULO 1 – PRIMÓRDIOS.....	017
1.1 Introdução.....	017
1.2 O início.....	018
1.3 Período dos caboclos.....	018
1.4 A colonização .....	023
1.5 A chegada dos pioneiros.....	027
1.6 Criação do Distrito de São Lourenço.....	033
1.7 Emancipação de São Lourenço do Oeste.....	043
1.8 As primeiras eleições municipais.....	044
1.9 Conclusão.....	045
CAPÍTULO 2 – 1ª LEGISLATURA (31.01.1959 A 31.01.1963)	
E 1º MANDATO(31.01.1959 A 31.01.1964).....	047
2.1 Introdução.....	047
2.2 Primeira eleição municipal, instalação da Câmara, posse do Legislativo e do Executivo e suplências.....	047
2.3 Mesas Diretoras e Comissões.....	054
2.4 Atividades legislativas e administrativas.....	055
2.5 Empresas instaladas.....	069
2.6 Instalação da Comarca.....	070
2.7 Paróquia São Lourenço.....	071
2.8 Cine Bandeirante.....	074
2.9 Outros assuntos de relevância .....	077
2.10 Conclusão.....	078
CAPÍTULO 3 – 2ª LEGISLATURA (31.01.1963 A 31.01.1967)	
E 2º MANDATO (31.01.1964 A 31.01.1969).....	079
3.1 Introdução.....	079
3.2 Eleição dos vereadores e suplências.....	079
3.3 Mesas Diretoras e Comissões de Trabalho.....	081
3.4 Ações do Legislativo e do Executivo.....	083
3.5 Empresas e órgãos públicos instalados.....	087
3.6 Igreja Matriz.....	089
3.7 Hospital da Fundação.....	091
3.8 Eleição municipal para o Executivo.....	091
3.9 Conclusão.....	093
CAPÍTULO 4 - 3ª LEGISLATURA (31.01.1967 A 31.01.1970)	
E 3º MANDATO (31.01.1969 A 31.01.1973).....	095
4.1 Introdução.....	095

4.2 Eleição dos vereadores.....	096
4.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	098
4.4 Ações do Legislativo e do Executivo.....	100
4.5 Eleição para o Executivo Municipal.....	107
4.6 Primeiras obras do novo Executivo: pavimentação de ruas e rodoviária.....	107
4.7 Outras informações relevantes.....	108
4.8 Conclusão.....	109
<b>CAPÍTULO 5 - 4ª LEGISLATURA (31.01.1970 A 31.01.1973)</b>	
<b>E 3º MANDATO (31.01.1969 A 31.01.1973).....</b>	<b>111</b>
5.1 Introdução.....	111
5.2 Eleição para o Legislativo e suplências.....	111
5.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	114
5.4 Destaques do Legislativo.....	115
5.5 Destaques do Executivo.....	118
5.6 Destaques da sociedade.....	122
5.7 Outras informações relevantes.....	123
5.8 Conclusão.....	124
<b>CAPÍTULO 6 - 5ª LEGISLATURA E 4º MANDATO</b>	
<b>(31.01.1973 A 31.01.1976).....</b>	<b>125</b>
6.1 Introdução.....	125
6.2 Eleições do Executivo, do Legislativo e suplências.....	125
6.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	129
6.4 Ações do Legislativo.....	130
6.5 Ações do Executivo.....	132
6.6 Empresas públicas e privadas.....	135
6.7 Outras questões relevantes.....	138
6.8 Conclusão.....	138
<b>CAPÍTULO 7 - 6ª LEGISLATURA E 5º MANDATO</b>	
<b>(01.02.1977 A 31.01.1983).....</b>	<b>141</b>
7.1 Introdução.....	141
7.2 Eleições do Legislativo e do Executivo e suplências.....	142
7.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	144
7.4 Destaques do Legislativo.....	146
7.5 Destaques do Executivo.....	149
7.6 Destaques da sociedade.....	152
7.7 Outras informações relevantes.....	157
7.8 Conclusão.....	157

<b>CAPÍTULO 8 - 7ª LEGISLATURA E 6º MANDATO</b> (01.02.1983 A 31.12.1988).....	159
8.1 Introdução.....	159
8.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências.....	159
8.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	164
8.4 Destaques do Legislativo.....	166
8.5 Destaques do Executivo.....	169
8.6 Destaques da sociedade.....	177
8.7 Outras informações relevantes.....	181
8.8 Conclusão.....	182
<b>CAPÍTULO 9 - 8ª LEGISLATURA E 7º MANDATO</b> (01.01.1989 A 31.12.1992).....	183
9.1 Introdução.....	183
9.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências.....	184
9.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas.....	187
9.4 Destaques do Legislativo.....	189
9.5 Destaques do Executivo.....	193
9.6 Destaques da sociedade.....	195
9.7 Outras informações relevantes.....	201
9.8 Conclusão.....	202
<b>CAPÍTULO 10 - 9ª LEGISLATURA E 8º MANDATO</b> (01.01.1993 A 31.12.1996).....	203
10.1 Introdução.....	203
10.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências.....	204
10.3 Mesas Diretoras e Comissões Permanentes.....	208
10.4 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e de Assuntos Relevantes.....	209
10.5 Destaques do Legislativo.....	210
10.6 Destaques do Executivo.....	217
10.7 Destaques da sociedade.....	222
10.8 Outras informações relevantes.....	225
10.9 Conclusão.....	227
<b>CAPÍTULO 11 - 10ª LEGISLATURA E 9º MANDATO</b> (01.01.1997 A 31.12.2000).....	229
11.1 Introdução.....	229
11.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências.....	229
11.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes.....	235
11.4 Destaques do Legislativo.....	237
11.5 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões de Assuntos Relevantes.....	241

11.6 Destaques do Executivo.....	242
11.7 Destaques da sociedade.....	246
11.8 Outras informações relevantes.....	247
11.9 Conclusão.....	249
<b>CAPÍTULO 12 - 11ª LEGISLATURA E 10º MANDATO</b> (01.01.2001 A 31.12.2004).....	251
12.1 Introdução.....	251
12.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências.....	252
12.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes...	257
12.4 Destaques do Legislativo.....	259
12.5 Destaques do Executivo.....	275
12.6 Destaques da sociedade.....	281
12.7 Outras informações relevantes.....	284
12.8 Conclusão.....	284
<b>CAPÍTULO 13 - 12ª LEGISLATURA E 11º MANDATO</b> (01.01.2005 A 31.12.2008).....	287
13.1 Introdução.....	287
13.2 Eleições do Executivo, do Legislativo e suplências.....	288
13.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes...	292
13.4 Destaques do Legislativo.....	295
13.5 Destaques do Executivo.....	313
13.6 Destaques da sociedade.....	332
13.7 Outras informações relevantes.....	336
13.8 Conclusão.....	338
<b>CAPÍTULO 14 - 13ª LEGISLATURA E 12º MANDATO</b> (01.01.2009 A 31.12.2012).....	339
14.1 Introdução.....	339
14.2 Eleições do Executivo, do Legislativo e suplências.....	340
14.3 Mesas Diretoras, Líderes de Bancadas e Comissões Permanentes.	342
14.4 Destaques do Legislativo.....	345
14.5 Destaques do Executivo.....	359
14.6 Destaques da sociedade.....	370
14.7 Outras informações relevantes.....	380
14.8 Conclusão.....	381
<b>CAPÍTULO 15 - 14ª LEGISLATURA E 13º MANDATO</b> (01.01.2013 A 31.12.2016).....	383
15.1 Introdução.....	383
15.2 Eleições do Executivo, do Legislativo e suplências.....	384
15.3 Mesas Diretoras, Líderes de Bancadas e Comissões Permanentes.	387
15.4 Destaques do Legislativo.....	390

15.5 Programa Parlamento Jovem.....	445
15.6 Destaques do Executivo.....	456
15.7 Destaques da sociedade.....	491
15.8 Outras informações relevantes.....	525
15.9 Conclusão.....	529
CONCLUSÃO.....	531
REFERÊNCIAS.....	532

## INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste elaborou o “Acervo de Memórias do Legislativo e do Município” em catálogos identificados por períodos históricos. Resultou de muito trabalho de uma equipe e envolveu pesquisas, entrevistas, coleta de imagens e revisão. “Pronto”, passou a ser a menina dos olhos da história do Município, desde a bela festa de lançamento até a disponibilização para visualização, leitura e pesquisa no espaço a ele destinado. E, pelo que consta, até o momento, não há outro assim produzido no estado de Santa Catarina.

Os catálogos do Acervo são de alta qualidade, mas possuem uma limitação: por ter apenas uma unidade por período, não podem ser deslocados e, conseqüentemente, poucos os conhecem. Passados alguns anos, o Legislativo percebeu a necessidade de socializar o material amplamente, tanto à população local quanto a visitantes, motivo pelo qual os 15 catálogos juntados, além de outros escritos, agora formam o SÃO LOURENÇO DO OESTE EM MEMÓRIAS.

De modo geral, a produção resulta da compreensão de que todas as pessoas merecem e precisam conhecer a sua história, seja ela recente ou mais antiga. E um dos objetivos do livro é tornar conhecidas as principais ações, em todas as áreas sociais, executadas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ou pela sociedade organizada, desde a existência de poucas famílias residentes até a atualidade de São Lourenço do Oeste. O resgate histórico ora apresentado sustenta-se, principalmente, nas legislações municipais, nos atos do Executivo e nos registros de entidades.

Diferentemente dos catálogos, organizados por sequência temporal, aqui o conteúdo está redistribuído, no intuito de aproximar atividades afins aos Poderes ou à sociedade, propiciando, em princípio, uma visibilidade de atuação em cada época descrita e narrada.

Assim sendo, o livro está organizado em 15 capítulos, todos, basicamente, com os mesmos itens, ou seja: introdução, eleições do Executivo, do Legislativo e suplências; Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Técnicas ou Permanentes; destaques do Legislativo; destaques do Executivo; destaques da sociedade; outras informações relevantes; e conclusão. Devido às especificidades, nos capítulos 10º e 11º houve a necessidade da abertura de outro item, denominado de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e de Assuntos Relevantes.

Convém ressaltar, mesmo que brevemente, a abordagem de cada item constante nos capítulos. Na **introdução** há uma breve contextualização do que será tratado, com destaque às principais ações desenvolvidas no período, porém, sem aprofundá-las. São informações gerais para situar o leitor acerca das abordagens encontradas nos itens seguintes. O item **eleições do Executivo, do Legislativo e suplências** aborda os concorrentes aos cargos do Executivo e do Legislativo, número de votos, número de suplentes por partido, de eleitores e de habitantes, assim como os suplentes. Em **Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Técnicas ou Permanentes** consta a organização interna dos trabalhos da Câmara por biênio, ou seja, a indicação dos líderes dos partidos, a composição da Mesa, das Comissões, por vezes tratadas de Técnicas e, por outras, de Permanentes. No item **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e de Assuntos Relevantes** são informadas quais, quando, por que, conclusões e encaminhamentos. Em **destaques do Legislativo** são encontrados as principais proposições, os projetos e as leis e, na sequência,

uma pequena narração ou descrição das abrangências. Da mesma maneira nos **destaques do Executivo** que, mesmo estando articulados aos do outro Poder, têm suas especificidades. Aquisições, doações, construções e criações, entre outros, formam um contexto de trabalho e de resultados voltados à população em todas as áreas da sociedade. Já nos **destaques da sociedade** constam ações, como: instalação de órgãos públicos estaduais e federais, criação de escolas e universidades, maiores empresas, movimentos da sociedade organizada e muitos mais. Estão citados, nas **informações relevantes**, principalmente a nomeação das equipes administrativas da Câmara e do Executivo, juízes, promotores e delegados, os valores orçamentários para o período, além de empresas e entidades instaladas no Município. Por fim, à guisa de **conclusão**, inicialmente há a informação do número de leis aprovadas durante a legislatura, seguida de uma retomada geral dos capítulos, destacando, na maior parte deles, algumas das ações de grande representatividade e de repercussão à toda sociedade.

Cumpre observar que a obra não exige uma leitura sequencial porque cada capítulo pode ser fonte de pesquisa pontual. Mas é sobremaneira eficaz a leitura na íntegra, possibilitando uma visibilidade ampla e detalhada dos períodos históricos, da atuação dos Poderes, dos avanços, das limitações, das perspectivas, das dificuldades e das heranças aqui deixadas. Inclusive, para ser mais proveitosa, é importante colocar-se em épocas não vividas, a fim de melhor compreender a organização, passada e presente, da sociedade lourenciana.

Em síntese, alguns leitores poderão dizer que nem todas as ações dos períodos analisados estão aqui contempladas. Inegável é a asserção, principalmente porque, em épocas passadas, mais especificamente nos primeiros capítulos, diante da inexistência de tecnologias mais avançadas, muitas informações possivelmente não foram arquivadas. A carência de documentos é notória e, aqui, os registros precisaram ocorrer apenas com base em materialidades, em comprovações. O inverso ocorre para épocas recentes, pois, pelo movimento da sociedade, há um número muito grande de ações, das quais foram selecionadas as mais representativas para esta produção. Ressalvas à parte, com este livro, o compromisso da Câmara de Vereadores é de aproximar o povo lourenciano de sua história que, resgatada, contribuirá para relembrar, relacionar e, principalmente, reconhecer.

# CAPÍTULO 1

## PRIMÓRDIOS

### 1.1 Introdução

Dentre todos os capítulos do SÃO LOURENÇO DO OESTE EM MEMÓRIAS, talvez este seja o que mais desperta curiosidade ao leitor. Retrata um contexto histórico diverso da atualidade, justamente por ter passado um tempo significativo, mais de 50 anos das representações colocadas. As palavras e as imagens, buscadas em arquivos particulares e públicos, possibilitam um encontro com o passado em que a maioria dos hoje lourencianos não esteve presente, ao mesmo tempo em que apresenta a linha do tempo e contribui para a reconstrução emotiva da nossa região.

Necessário é ressaltar que a maior parte do resgate histórico deste capítulo está fundamentada na obra História de São Lourenço do Oeste e do Oeste Catarinense, produzida em 1988, pelo historiador João David Folador. A pesquisa por ele desenvolvida credencia-o como uma das pessoas mais conhecedoras da história do município, além de toda a região. Seguramente seu livro constitui-se em referência histórica, contribuindo para outras produções, a exemplo desta.

Na leitura deste capítulo é possível fazer muitas comparações entre passado e presente, e a estrutural, possivelmente, constitua-se como mais chamativa. O início e o período dos caboclos compreendem uma parte da nossa história bem pouco conhecida, por retratar uma época mais distante, com início no século XIX, porém, com poucas fontes de consulta. O objetivo é registrar que aqui viviam várias famílias de caboclos, advindos, inclusive, de outros estados, prevalecendo na região até a vinda dos colonizadores, na década de 40, e inegáveis são as suas representações culturais.

Já o período da colonização fica bem caracterizado como o movimento migratório do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense, transformando a Vila em um local de residência de muitas famílias, a maioria descendente de europeus. A fixação contribuiu para a instalação de comércios diversos, pois tiveram um papel significativo na organização do povoado que se iniciava, principalmente no tocante à venda e à escrituração das terras por empresas colonizadoras. O espaço começava a ter uma estrutura até então inexistente, como escolas e capela, aspectos importantes para o desenvolvimento de uma região.

Com a chegada dos pioneiros, outro número expressivo de famílias aqui passou a residir, vindo principalmente do Rio Grande do Sul, do Paraná e do litoral catarinense. Assim sendo, o período de 1948 a 1958 ficou marcado pelo crescimento da população e, como consequência, muitos serviços e empresas foram instalados. Algumas, inclusive, estão ativas até a atualidade.

Como o crescimento era expressivo, o trabalho foi direcionado à criação do Distrito de São Lourenço, desvinculando-o de Chapecó. A partir daí, outros serviços começaram a ser prestados, contribuindo para a evolução geral do povoado, principalmente com a instalação de várias escolas. Tais aspectos auxiliaram significativamente com a emancipação

de São Lourenço do Oeste, em 1958, quando ocorreram as primeiras eleições municipais.

Até aqui, grandes passos haviam sido dados em direção ao desenvolvimento construído por várias pessoas, todos os dias.

## **1.2 O início**

O processo de colonização de São Lourenço do Oeste iniciou nas décadas de 1940 e de 1950, com a chegada, principalmente, de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e do litoral de Santa Catarina. Contudo, antes de 1900, essas terras já eram habitadas por caboclos que se instalaram ao longo dos caminhos percorridos por exploradores, aventureiros, mercadores de erva-mate e tropeiros. Seguíam as picadas de Palmas a Barracão - Argentina, via Clevelândia - Campo Erê, por onde, mais tarde, expedições oficiais de Palmas (PR), efetuaram a abertura de estradas.

Uma dessas expedições fez parada na localidade às margens do riacho da comunidade hoje denominada Frederico Wastner. Por ser no dia de São Lourenço, assim nominaram a pousada.

Com o passar dos anos, novos moradores estabeleceram-se mais acima dessa localidade, onde havia várias nascentes que davam origem a alguns riachos. Formou-se, então, um lugarejo que, mais tarde, teve as denominações de Catanduva, Bracatinga e, posteriormente, São Lourenço. Por muitos anos, o ponto inicial do município, hoje Frederico Wastner, foi chamado de São Lourenço Velho.

## **1.3 Período dos caboclos**

Durante décadas, antes da colonização, a região foi habitada por caboclos. A designação de caboclo era atribuída àquele de pele acobreada, ao mulato, ao mestiço, ao descendente de índio, ao caipira, ao roceiro, enfim, ao homem do sertão de pele queimada pelo sol. Viviam em ranchos, habitações típicas dos primitivos caboclos de todos os sertões do Oeste catarinense, construídos em chão batido, medindo aproximadamente 15 m<sup>2</sup>, cobertos com tabuinhas e rodeados de tábuas lascadas. Na época, junto aos ranchos, era comum encontrar monjolos utilizados para fazer farinha de biju, já que se constituía em alimento básico e diário dos moradores.



Figura 01: Rancho dos pioneiros Ernesto Beuter e Agenor Bento - 1949.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 02: Ranchos dos primeiros moradores da sede Bracatinga - 1949.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 03: Monjolo, semelhante aquele utilizado pelos caboclos antes da colonização de São Lourenço do Oeste.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

O território que pertence hoje a São Lourenço do Oeste era povoado na linha do divisor Paraná - Santa Catarina, onde se encontravam já formadas as localidades de São Lourenço, Macaco, Três Voltas e Saudades, pertencentes ao então Distrito de Campo Erê, criado em 1917, por ocasião da criação do município de Chapecó.

Levantamentos contábeis da subprefeitura do Distrito de Campo Erê, datados de 1924, relacionam cinquenta famílias que moravam em São Lourenço: Mateus de Oliveira, Domingues de Lima, Antunes de Lima, Traidock, Antunes Rodrigues, Pereira Silva, Fernandes Oliveira, Ribeiro Paz, Gomes Santos, Batista de Godois, Chagas, Amaro, Tamoio, Alves da Luz, Almeida, Cabral, Antunes Oliveira, Antunes da Rocha, Farias, Santos, Lemes da Silva, Ferreira Barbosa, Antunes Poncicá, Aires Guerreiro, Rodrigues Forte, Rodrigues Pereira, Bermit e Rodrigues Fonte.

Na localidade de Macaco havia vinte famílias: Farias, Silvério dos Santos, Barbosa, Abreu, Pacheco Santos, Schimidt, André, Ferreira Menoes, Leite, Jeremia, Baitaca, Gomes Santos, Martins, Antunes, Tomais, Machado e Albino.

Amaro Maciel, Garcia, Chagas, Machado, Antunes e Cordeiro Camargo moravam na comunidade de Três Voltas.

Saudades contava com vinte e quatro famílias: Monteiro, de Paula, Mendes Santos, Alves Oliveira, Gormedes, Alves da Rocha, Pereira, Souza Fontes, Courado, dos Santos, Cardoso, Amaral, Patinho, Romário e Alves.

O documento que relaciona o nome desses moradores é manuscrito e está em poder de João Neri Rocha, ex-vereador, descendente da família Rocha Loures, uma das mais antigas de Campo Erê.

É possível deduzir, então, que o atual território de São Lourenço do Oeste era bastante povoado já em 1924. Suas atividades principais, além da rural, constituíam-se da pecuária, do manejo de tropas e da fabricação de erva-mate, por meio de barbaquá.

Quando da criação do Distrito de Campo Erê, em 1917, essa população,

provavelmente, aqui já existia, embora em número menor. Pelo que consta, muitas famílias já residiam no município em 1858, a maioria advinda de Palmas, de Guarapuava e de Clevelândia (PR), e raros vieram do Rio Grande do Sul. Objetivavam estabelecer-se na rota que, por meio do divisor das águas das bacias do Uruguai e do Iguazu, levava para a Argentina. Apenas em 1830 esta rota começou a ser trilhada por tropeiros brasileiros.

A esses moradores deve-se a conquista do Oeste catarinense e do Sudoeste do Paraná. O povoamento dos Campos do Herê serviu de argumento ao Barão do Rio Branco para provar a Grower Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que o Território das Missões, disputado entre Brasil e Argentina, pertencia ao Brasil, porque brasileiros foram seus primeiros povoadores.

São Lourenço do Oeste localizava-se na rota de Campo Erê, de Clevelândia até Barracão, constituindo-se numa razão para acreditar que o local começou a ser trilhado e povoado na mesma época, 1858, como afirmava o Barão do Rio Branco. O povoamento intensificou-se durante e depois da Guerra do Paraguai (1864/1870).

Naquele tempo, o acesso a essas regiões dava-se por tropas de mulas e de cavalos, abrindo-se picadas e picadões, pois não havia estradas para carroças. Criava-se gado e praticava-se a agricultura de subsistência e, por falta de estradas, era impossível o comércio de produtos agrícolas em grande escala. A principal fonte de exploração constituía-se de erva-mate, exportada para a Argentina, de onde vinham, em troca, mulas e algumas manufaturas.



Figura 04: Meio de transporte utilizado pelos caboclos.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.

Em 1917 foi criado o município de Chapecó e, imediatamente, dividido em três distritos: Xanxerê, Passo das Flores – primeiro nome de Abelardo Luz, e Barracão, mudado para Dionísio Cerqueira, em 1938. O 4º distrito foi Campo Erê, do qual São Lourenço do Oeste fazia parte territorialmente e administrativamente. A estes seguiram-se: Caxambu do Sul - 1919; Palmitos - 1921; Henrique Rupp - 1926; mais tarde Mondai, Itapiranga -



#### **1.4 A colonização**

A colonização de São Lourenço do Oeste, feita por pioneiros, colonos, imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul e do litoral de Santa Catarina, teve início em 1948 e mudou radicalmente a situação das terras, pois, até então, não possuíam escrituras. Foi um processo desencadeado entre o governo e as empresas colonizadoras, ou seja, estas recebiam vastas áreas de terras, a preços baixos, com o compromisso de povoá-las, vendê-las a colonos, devidamente loteadas e escrituradas, além de fixar as sedes da colonização.

Constituída em 1948, a Empresa Colonizadora Industrial Saudades adquiriu as terras pertencentes ao atual município de São Lourenço do Oeste. Sua sede estava instalada em Chapecó e seus sócios eram: Serafim Enos Bertaso, Jaime Bertaso, Paulo Pasqualli, Herminio Tissiani, João Tissiani, Luiz Colombi, Marcos Antônio Trombetta, Guilherme Tissiani, Dante Antônio Motin, José Posser, Luiz Mariotti, Guilherme Sartori, Ângelo Sartori, Agostinho Domingos Stefanello, David Stefanello, Pioanaceto Stefanello, Guilherme Leopoldo Hack, João Beux Sobrinho, Luiz Menegatti, Aquiles Tomazelli e Edite Aida Mendes.

Direta ou indiretamente, todos os sócios procediam do Rio Grande do Sul, com exceção de Edite Aida Mendes, esposa de Arnaldo Mendes, advinda do litoral de Santa Catarina. Somente quatro deles participaram ativamente na formação histórica do Município: Guilherme Leopoldo Hack, Agostinho Stefanello, João Beux Sobrinho e Arnaldo Mendes.

Guilherme Hack foi o primeiro gerente local da Empresa Saudades, de 1950 a 1952, e Agostinho Stefanello era o gerente geral. Este escolheu o local para instalar a Vila, comandou a construção do primeiro barracão da empresa e fez as vendas de terras e de lotes aos primeiros colonizadores. Aqui residiu apenas no ano de 1950. João Beux Sobrinho chegou no mesmo ano, radicando-se definitivamente.

Em 1952, a Empresa Saudades teve alterações e vários membros desligaram-se da sociedade, entre eles Agostinho Stefanello e Guilherme Hack. Como parte que lhe pertencia, Hack recebeu lotes na vila e terras nas proximidades. Com a alteração, a empresa ficou sob o comando de Arnaldo Mendes, o qual entregou a gerência, inicialmente, a Agostinho Stefanello, de 1952 a 1953, e, posteriormente, a José Ebling, que chegou em 1952.

Arnaldo Mendes e sua esposa Edite Aida Mendes nunca residiram aqui, mas dirigiam a empresa por prepostos. Ele detinha grande influência junto aos altos escalões do governo. Também foi vereador de Chapecó nos períodos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967 e, no governo de Celso Ramos, de 1961 a 1966, fez parte do grupo de oito executivos, representando o Oeste. Destacou-se como um dos maiores batalhadores pela criação do distrito, do município e da comarca de São Lourenço do Oeste.

Também foi responsável por algumas das principais realizações para a estruturação do espaço: mandou abrir 360 quilômetros de estradas, servindo-se dos tratoristas Nelson Lara e Ido Silva; doou terrenos para construir capelas, igreja matriz, escolas, repartições estaduais e municipais, CRA, Educandário Santa Maria Goretti, e primeiro hospital por ele construído, em 1954, vendendo-o para Dorvalino Pedro Silvestri e Martin Sordi. Na sequência de proprietários desta casa de saúde encontram-se Miguel Belmonte, irmãos Albino e Martin Sordi e Sabino Santin e, a partir de 1961, Bronislau Polan Breowicz.

Entre as primeiras medidas tomadas pela Empresa Colonizadora para o povoamento das terras compradas do governo esteve a construção da escola e da capela. Já em 1949 foi

construída uma escola primária, na atual Rua Nereu Ramos, e teve Lúcia D'Agostini como primeira professora, vinda de Vitorino. Nesta escola ocorreu a primeira missa oficial em terras lourencianas, celebrada pelo frei Patrício de Nébola, no dia 06 de agosto de 1949. Contudo, relatos indicam que tenha sido celebrada pelo padre José Bunse, na casa de Paulo Libardoni.

A segunda escola, construída em 1949, na Avenida Brasil, teve Carmela Rezzieri Garcia como primeira professora, que atuou no período de 1949 a 1953. Em 1951, Armando Pagani passou o cargo à Elvira Fransozi e a José Candido de Quadros Martins.

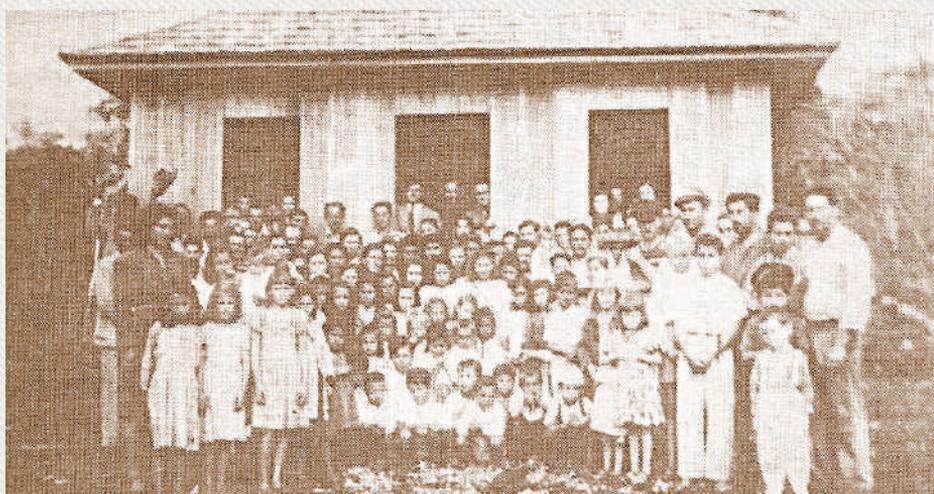


Figura 07: Primeira missa de São Lourenço do Oeste - 1949.

Fonte: Acervo de João David Folador.

Em fevereiro de 1950, com a chegada dos freis Celestino de Veneza e Norberto de Capodistria, foi iniciada a construção da Igreja Nossa Senhora das Graças, sob o comando dos padres capuchinhos e, mais tarde, passou a ser denominada de São Lourenço Mártir. A chegada dos padres constituía-se em elemento primordial para o avanço da colonização, em razão da elevada religiosidade dos pioneiros, na grande maioria de origem italiana e alemã.



Figura 08: Procissão em direção à igreja, passando pelas Ruas Duque de Caxias e Coronel Bertaso - 1952/1953.

Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.



Figura 09: Preparação do terreno para a construção da primeira igreja - 1949/1950.

Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.



Figura 10: Celebração na primeira igreja da Vila São Lourenço, no mesmo lugar da atual Igreja Matriz e, ao fundo, a mata cobrindo a área do Bairro São Francisco - 1950/1951.  
Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.

Em 1959, a Empresa Saudades alterou sua denominação para Companhia Colonizadora Industrial Saudades, sob a direção de Arnaldo Mendes e, em 1960, comprou mais 600 colônias de terras com matos e pinhais, às margens do Rio Três Voltas.



Figura 11: Escritório da Empresa Colonizadora Saudades, na Avenida Brasil - 1955.  
Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.

Com o objetivo de abrigar os primeiros colonos italianos e alemães, atraídos pela Colonizadora, foi construído um barracão que media 07 x 30 m<sup>2</sup>, com esteios de bracatinga, localizado na esquina da Avenida Brasil com a Rua Nereu Ramos. Sob o comando de Agostinho Stefanello, na construção trabalharam Agenor Bento, antigo morador do lugar, o agrimensor Ernesto Helder e alguns peões.

Os primeiros moradores desse barracão foram Desidério Costa e Artur Follamm, em 1948, além das famílias de Agenor Bento e de Ernesto Beuter, no início de 1949, e quase todos os primeiros colonos passaram algum tempo nesse barracão até construírem suas casas. Nele cabiam muitas famílias, pois possuíam poucos pertences.

### **1.5 A chegada dos pioneiros**

Antes do auge do período de colonização, algumas famílias já se instalaram no território que, mais tarde, se transformaria no município de São Lourenço do Oeste. Relatos apontam algumas delas: Luiz de Souza e Maria Lavia Souza, em 1930, procedentes de Guarapuava (PR); Vergílio Alves Monteiro e Dulcineia Conceição Alves Monteiro, em 1935, procedentes de Palmas (PR); Guanabara Magalhães Maranhão Brittes e Iraci de Araújo, em 1942, procedentes de Chapecó (SC); Marcolino Chaves e Maria Bender, em 1942; Ivo da Silva e Elgina Mocelin da Silva, em 1943, vindos de Cachoeira do Sul (SC); Otto Esser e Izaldina Picollo Esser, em 1943, procedentes de Criciúma (SC); Frederico Wastner, em 1946; e Ernesto Beuter e Vergínia Pereira Beuter, em 1947, vindos de Chapecó (SC).

Destacam-se duas correntes de imigração: uma do Rio Grande do Sul e outra da área rural do litoral catarinense, sobretudo, a colônia italiana. Entre 1948 e 1958, período do início da colonização à emancipação, apontam-se as seguintes famílias:

- do Rio Grande do Sul: Stefanello, Beuter, Hack, Françozi, Lazzarotto, Camello, Ecker, Libardoni, Echer, Valduga, Muraro, Kort, Costa, Pastorello, Miotto, Klein, Inocêncio, Offmann, Tenutti, Bessegatto, Verona, Moschen, Cruzeta, Dall'Agnol, Biazussi, Camello, Pederssetti, Martini, Janczeski, Sutilli, Negri, Marafon, Ebling, Dal Castel, Reolon, Tavella, Marcon, Ioris, Gobi, Galeazzi, Rauber, Possobom, Deon, Suzin, Santian, Arnaldo, Erbes, Balotin, Krigner, Simonetti, Wolfart, Etges, Menegatti, Sordi, Santin, De Ré, Scariot, Bruscatto, Trentin, Pressotto, Bastezini...

- do litoral catarinense: Costa, Pagani, Rosso, Fontana, Salvador, Garcia, Borges, Matos, Follamm, Zien, Lara, Almeida, Beux, Abatti, Emílio Campos (1950, primeiro padeiro), Rezzieri, Pedro Spricigo (1955, primeiro oleiro), Peres, Mattei, Zilli, Bittencourt, Bauer, Cardoso, Menegasso, Mariot, Bratti, Tezza, Redivo, Baldin, Lazarin, Dal'Pont, Savi Mondo, Teixeira, Frizon, Sartori, Daboit, Schmidt, Flor, Simonetti, Minatto, Machado, Cambruzzi, Büttner, Bombassaro...

- do Paraná e de outras localidades: Cenci, Sotiles, Peres, Finger, Andrade, Zamboni, Baubach, Carlessi, Reck, Valduga, Piovesan, Weirich, Michanoski, Moretto...

É importante assinalar que, entre todos os municípios do Oeste, São Lourenço contou com número significativo de pessoas vindas do litoral catarinense. Isto se deve ao fato de que o sócio e, depois, diretor da Empresa Saudades, Arnaldo Mendes e sua esposa, Edite Aida Mendes, procediam da região litorânea.

A chegada das famílias de Paulo Libardoni e de João Lazzarotto foi um marco na história da colonização de São Lourenço do Oeste. Vieram da localidade de Santa Lúcia do

Piaí, município de Caxias do Sul (RS), para aqui comprar imóveis. Mudaram-se em maio de 1949, trazidos por um caminhão Ford 1946, conduzido por Armindo Ecker, e também se instalaram no barracão de bracatinga.

Com a mudança vieram, entre crianças e adultos, vinte e duas pessoas: Paulo Libardoni, natural de Caxias do Sul (RS), chegou com a esposa Benedita Libardoni e os filhos Francisco, Maria, Idalino, Ida e Anita. Desde o início dedicou-se ao comércio e à lavoura. João Lazzarotto, natural de São Sebastião do Caí (RS), chegou com a esposa Verônica Dall'Agnol Lazzarotto e os filhos Guerino, Dante, Beatriz, Alexandre, Valdemar, Ermida e Benedita, acompanhados de Constante Costa, Sebastião Muraro, Guerino Echer e Sixto Echer. As famílias Libardoni, Lazzarotto e Costa permaneceram, já Echer e Muraro regressaram para buscar suas mudanças.

Na esteira de Paulo Libardoni vieram outros gaúchos de Caxias do Sul: Belfiore Lazzarotto, Maximiliano Lazzarotto, Cláudio Moschen, Guerino Valduga, Guerino Echer e a viúva Angelina Echer. Da região de Erechim, onde a fama de São Lourenço começou a se propagar, também chegaram as famílias Tenutti, Bessegatto, Vitório Dallagnol, João Dallagnol, Ângelo Biazussi, Luiz Dallagnol e outros. De Santo Ângelo, onde havia caxienses, chegaram Francisco Camello, Ângelo Camello e Elizeu Possobom.

Ao saírem do barracão, Libardoni e Echer e seus familiares instalaram um grande comércio no centro da vila.

Destacam-se, ainda, os seguintes pioneiros:

- Agenor Bento, caboclo de Campo Erê (SC), chegou em maio de 1948, a serviço da Empresa Saudades, com a finalidade de auxiliar Ernesto Beuter na construção do barracão de bracatinga, na abertura da Avenida Brasil, de ruas e de estradas. Sua esposa Joana prestava serviços à Colonizadora como cozinheira;

- Ernesto Beuter, natural de Cruz Alta (RS), também chegou em 1948 para, a serviço da Empresa, construir o barracão, onde, a partir de 1949, passou a residir com sua família. Por ser agrimensor, traçou a planta da Vila, dotando-a de avenida e de ruas largas, de mão dupla. Entre 1948 e 1953 mediu todas as terras de São Lourenço do Oeste. Faleceu em 1954; e

- Artur Follamm, procedente do Rio Grande do Sul, chegou alguns dias após Paulo Libardoni. Instalou-se no barracão e, nos meses de junho e de julho, construiu uma casa de dois andares no terreno na esquina da Rua Nereu Ramos com a Avenida Brasil, o primeiro "bodegão" e o primeiro hotel do lugar.

Aos poucos foram lançadas as bases da Vila. Com a abertura da Avenida Brasil, de algumas ruas e da estrada para Vitorino avolumou-se a chegada de pessoas advindas do Rio Grande do Sul e do Leste de Santa Catarina. Podem ser relacionados, ainda, os seguintes pioneiros:

Edmundo Lara, gaúcho de Carazinho (RS), mudou-se de Xaxim (SC) para cá, em 14 de julho de 1949. Instalou-se no barracão da Empresa Saudades até construir sua casa. Era técnico em várias áreas e, utilizando-se de um motor a diesel de 30 hps, implantou a iluminação elétrica em sua residência e em outras e, também, em estabelecimentos da Vila. Em setembro do mesmo ano montou a serraria da Empresa, na esquina da atual Travessa São Pedro com a Rua Zeno Germano Etges. A partir daí, os novos moradores passaram a ter tábuas para construir suas casas, não precisando mais adquiri-las em Vitorino e nos arredores. Organizou, ainda, em uma parte de sua residência, o primeiro salão de baile do lugar, ou seja, a primeira sede do Clube Recreativo Araucária (CRA), fundado em 07 de

setembro de 1951.

Valentim Rosso e sua esposa aqui chegaram em 29 de julho de 1949, procedentes de Criciúma, e trouxeram as pedras de moinho para a farinha de polenta. Um ano após construiu o primeiro moinho, na localidade de Macaco. Com ele também veio a família de Joaquim Fontana.

Ângelo Fantin imigrou da Itália para o Brasil em 1949, desembarcando no Porto de Santos (SP). Dirigiu-se para Carazinho (RS), e de lá para Chapecó (SC), no mês de julho de 1950. De Chapecó, a pedido de Arnaldo Mendes, aqui veio para trabalhar como agrimensor na Empresa Saudades, o que fez durante um ano. Fixou-se na localidade de Três Voltas e exerceu atividade agrícola, usando métodos avançados, pois era técnico agrícola. Em 1953 casou-se com Ida Libardoni e, dois anos após, associou-se à Empresa Libardoni Cia Ltda, da qual se tornou um dos sócios mais importantes. Esta empresa foi muito poderosa por possuir moinho de trigo, comércio de madeira, frigorífico no Rio de Janeiro, fábrica de biscoitos, entre outras atividades.

Com a dissolução da Empresa Libardoni, em 1988, Ângelo Fantin tornou-se diretor proprietário da Paratí, hoje uma das maiores empresas do país na produção de massas e de biscoitos. Os outros sócios, sob o comando de Armindo Echer, e tendo o moinho como principal suporte econômico, formaram, em 1988, a Nutrisul, destacando-se, também, na produção de produtos farináceos.

Adão Janczeski, procedente de Veranópolis (RS), chegou a São Lourenço em julho de 1950. Era contador e, com a criação do Distrito, tornou-se escrivão do Cartório de Registro Civil e do Cartório de Registro de Imóveis, este transferido, em 1965, para o filho Sérgio Luiz Janczeski.

Em 1951, muitas famílias chegaram provenientes de Itatiba do Sul, então distrito de Erechim (RS). Entre elas destacam-se: Maximiliano Negri e Lídio Sutilli, em maio de 1951. Negri foi o primeiro ferreiro do lugar, Sutilli era seu auxiliar, e fabricavam todos os instrumentos necessários aos agricultores.



Figura 12: Casa e ferraria de Maximiliano Negri - década de 50.  
Fonte: Acervo de Beni Roque Negri.

No mesmo ano, atraídos pelo sucesso de Maximiliano e de Lídio, chegaram muitos de seus conterrâneos: Afonso Sutilli construiu o segundo hotel; Artibano Sutilli, ferreiro; Alcides Sutilli e Adir Sutilli, primeiros seleiros e sapateiros, (tinham curtume próprio); Guido Piovesan e João Morandi, primeiros açougueiros; e Hermínio Lazzareti, agrimensor.



Figura 13: Casa, sapataria e selaria dos irmãos Sutilli - década de 50.  
Fonte: Acervo de João David Folador.

Em 1952 vieram outros imigrantes procedentes de Itatiba do Sul: Maria Cerchiari, primeira parteira; Benvenuto Perin, primeiro intendente; Primo Muccelin; Ari Bodanese;

João Marafon; Venuto Facci; Belarmino Forcelini; Antonio Franciosi e outros.

Incitado pelas possibilidades de bons negócios, em 27 de junho de 1952, chegou Miguel Arcanjo Ioris, proveniente de Severiano de Almeida, então distrito de Erechim (RS). Aqui instalou um grande comércio de produtos agrícolas, que funcionou com a denominação Irmãos Ioris Ltda.

Em fevereiro de 1954 chegaram Albino Rezzieri e Gílio Rezzieri. Também instalaram um grande comércio, mais tarde associado à Empresa Libardoni e Cia Ltda.

Nos anos da colonização, a Vila já era próspera, pois havia estradas de carroça e de caminhão em várias direções. A agricultura e a criação de suínos se desenvolveram devido às férteis terras, sendo possível transportar de caminhão grandes quantidades de milho, de feijão e de suínos para os mercados consumidores de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na época não havia óleos vegetais e, por isso, a banha de porco era vendida por altos preços.



Figura 14: Suínos arrebanhados pela firma Libardoni, na Avenida Brasil, em frente à praça - 1954/1955.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti

Naquele período, Libardoni & Cia Ltda, Rezzieri & Cia Ltda e Irmãos Ioris Ltda, destacavam-se no comércio local.



Figura 15: Prédio comercial da firma Libardoni - 1958, e, ao fundo, a residência e o comércio, construídos em 1949.

Fonte: Acervo de Francisco Libardoni.

Consta que a agricultura mecanizada e o uso de fertilizantes não eram praticados. Os produtos agrícolas provenientes das terras de mato branco, como havia em São Lourenço e, de modo geral, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, constituíam-se em alimentação para as grandes cidades do Brasil. Desta situação econômica se originou o grande desmatamento.

Entretanto, naquele tempo, tudo isso era progresso. Paralelo ao crescimento da produção agrícola proliferava a instalação de serrarias por toda parte, transformando árvores nativas em tábuas, cujo principal destino também eram as grandes cidades. A exploração da madeira tornou-se a principal fonte econômica do local, o que gerou grande riqueza aos madeireiros.

No período em que São Lourenço do Oeste pertencia ao Distrito de Campo Erê era policiado pelo inspetor de quartelão, função exercida apenas por Vicente Moraes. Elevado a Distrito, recebeu de Chapecó um delegado de polícia distrital, o 3º Sargento da Polícia Militar, Valdemar Medeiros, assassinado em 23 de agosto de 1953, pelo soldado de sua confiança, Sebastião, a mando de outrem. O segundo delegado foi Honório dos Santos, também 3º Sargento da Polícia Militar e, mais tarde, a função foi assumida pelo Tenente Brasil.

Nos primeiros tempos do Distrito não havia delegacia. O subdelegado, o policial, ou o inspetor de quartelão, exercia autoridade pública a partir de sua residência. Os presos eram amarrados em árvores e, como castigo, forçados pela polícia a arrancar troncos na praça e submetidos a espancamentos.

### **1.7 Criação do Distrito de São Lourenço**

Já no início da colonização, São Lourenço teve um crescimento espetacular. Os ranchos de caboclos foram substituídos por uma grande vila e as colônias do interior transformaram-se em celeiros agrícolas.

Os dirigentes da Empresa Saudades tinham muito prestígio no cenário político. Serafim Enos Bertaso foi suplente de vereador em Chapecó, assumindo, temporariamente, nos mandatos de 1947 a 1950 e de 1951 a 1955, e Arnaldo Mendes, vereador titular, nos períodos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967. Ambos defenderam a criação do Distrito e, mais tarde, do Município.

Em 1951 foi deflagrada uma mobilização com o objetivo de elevar São Lourenço à categoria de distrito, tendo como base o resultado de um recenseamento que verificou a área de abrangência, a população e o movimento econômico. No dia 31 de julho do mesmo ano, a Câmara de Vereadores de Chapecó recebeu um requerimento, assinado por Adão Janceski Filho e Ernesto Beuter, representando os moradores da Vila. Nele constava a solicitação para que fosse aprovado o projeto de lei e, assim, criado o Distrito de São Lourenço, já que este atendia aos requisitos legais. Constam no documento as seguintes informações:

- área territorial: 820 km<sup>2</sup>, a ser desmembrada do Distrito de Campo Erê, o qual possuía 1.760 km<sup>2</sup>;
- população: 5.041 (cinco mil e quarenta e um) habitantes; e
- total de arrecadação prevista: Cr\$ 132.278,00 (cento e trinta e dois mil, duzentos e setenta e oito cruzeiros).

Em sessão plenária do dia 08 de agosto de 1951, da Câmara de Vereadores de Chapecó, todos os vereadores subscreveram o projeto de lei que criava o 20º distrito de Chapecó, o Distrito de São Lourenço. A Lei nº 23, de 22 de agosto de 1951, foi sancionada pelo prefeito José de Miranda Ramos, e, posteriormente, ratificada pela Lei Estadual Promulgada nº 50, de 13 de junho de 1952, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

EXMO. SEN. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
**C H A P E C Ó**

Os subscritores deste, em representação da população de São Lourenço, distrito de Campo-Errê, neste município, vêm à presença de V. Exma. e demais membros dessa ilustre Câmara expor o que segue: Que, em virtude do grande desenvolvimento da região em que habitam - São Lourenço - cujo número de habitantes e Renda Municipal atingem as exigências constitucionais, para ser desmembrada em distrito, do distrito de Campo-Errê - 1

Que essa criação não sómente virá beneficiar aquela região como também o município em geral, que mais facilmente poderá arrecadar os seus impostos e atender melhor a administração, como é natural não necessitando maiores demonstrações para prová-lo;

Que para esse desmembramento concordam os habitantes de maior representação e autoridades do atual distrito de Campo-Errê, por julgarem nossa pretensão justa e que sómente virá beneficiar o atual como o futuro distrito e acima de tudo, o Município de Chapecó;

Vêm a presença dessa Câmara Municipal, juntando os documentos que esta acompanham, solicitar que seja criado o distrito de São Lourenço, para maior grandeza do nosso já grandioso Chapecó.

Para divisas do futuro distrito, de acordo com Campo-Errê sugerimos as seguintes:

Partindo do divisor com o Estado do Paraná, na cabeceira do rio Feliciano, segue por esse rio até sua barra com o rio Saudades continuando por este até a sua foz no rio Chapecó; daí, por uma linha sêca, divisa entre o 1º (primeiro) distrito e o de Campo-Errê (divisa entre a Cia. Territorial Sul Brasil e, a Fazenda Saudades) segue por essa linha até encontrar o rio Três Voltas e por esse rio acima até sua barra com o rio Macaco; continua por este acima até a barra com o Arroio dos Antunes, subindo por este até sua mais alta cabeceira; daí por uma linha sêca ruco sul norte até a divisa com o Estado do Paraná, segue por essa divisa até o ponto da partida.

Confidando eperansosos que seja votada a competente lei, objetivo de nossa pretensão, subscrevemo-nos com todo o respeito e acatamento.

São Lourenço, 31 de julho de 1951

*Adão Janeski F.*  
Adão Janeski F.

*Ernesto Benter*  
Ernesto Benter

Respeitosa verdadeiramente as firmas próprias de  
*Ad. Janeski e Ernesto Benter, dou*



Em testemunho da verdade

*Chapecó, 8 de Agosto de 1951*  
*Defaccio Melluqueiro*  
*Execuente y Jefe de la Oficina*

Firma Tab. MACHADO  
Rua Trajano, 35 - Fpolis.

Figura 16: Requerimento entregue à Câmara de Vereadores de Chapecó - 1951.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de Chapecó.

DEMONSTRAÇÕES

HABITANTES--	O numero de habitantes no perímetro demarcado para o futuro distrito de São Lourenço, é de 5.041(Cinco mil e quarenta e um habitantes), conforme se pode evidenciar pelo recenseamento anexo, num total de 720 (Setecentos e vinte) Têlhas numeradas.	
RENDAS	- <u>Exploração Agrícola:</u> Os impostos sôbre Exploração Agrícola, previstos e constantes no recenseamento..... Cr\$ 8.497,	
	Mais o imposto sôbre as terras da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda. "	9.742,
	Idem, idem de diversas Empresas .....	12.972,
	Idem, sôbre 180(Cento e oitenta) lotes rurais vendidos pela Emp. Colonizadora e Industrial Ltda. a diversos agricultores, ainda não residentes nas mesmas..... "	7.740,
	- <u>Imposto s/ Industria e Profissões e o Predial</u>	
	Arrecadação prevista .....	" 9.347,
	- <u>Taxa de Conservação:</u> Arrecadação prevista..	83.980,
	Total.....	" 132.278,
	(CENTO E TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS E SETENTA E OITO CRUZEIROS)	
	- A área calculada do distrito de Campo-Erê é de, mais ou menos, 1.760 (um mil e setecentos e sessenta) quilómetros quadrados; desmembrando-se 820 (oitocentos e vinte) quilômetros quadrados para o futuro distrito de São Lourenço, ficará o restante de 940(novecentos e quarenta) quilómetros quadrados para o Campo-Erê.	
	- A população do distrito de Campo-Erê, depois de desmembramento, segundo cálculos, superará a de São Lourenço, futuro distrito, bem como nas rendas Municipais.	

São Lourenço, 31 de julho de 1951

Adão Janceski RP

Ernesto Beuter

Figura 17: Demonstrações do número de habitantes e das rendas de São Lourenço - 1951.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de Chapecó.



Figura 18: Festa da instalação do Distrito de São Lourenço, na praça. Em pé, Arnaldo Mendes discursando e, ao seu lado, o juiz de direito da Comarca de Chapecó, Aderbal de Alcântara - 1952.

Fonte: Acervo de João David Folador.

Com grande festa popular, a instalação do Distrito de São Lourenço aconteceu em 14 de setembro de 1952.

Quanto à denominação do Distrito, prevaleceu São Lourenço. Mas, anteriormente, chamava-se Bracatinga, em referência ao primeiro barracão, construído com madeira desta árvore abundante na região. Este nome já aparecia em alguns documentos, a exemplo da portaria de nomeação do inspetor de quartirão, Vicente Moraes, expedida em Campo Erê, em 05 de setembro de 1951. No entanto, o primeiro nome, segundo antigos moradores, era Catanduva, por aqui existir grande quantidade desta vegetação.

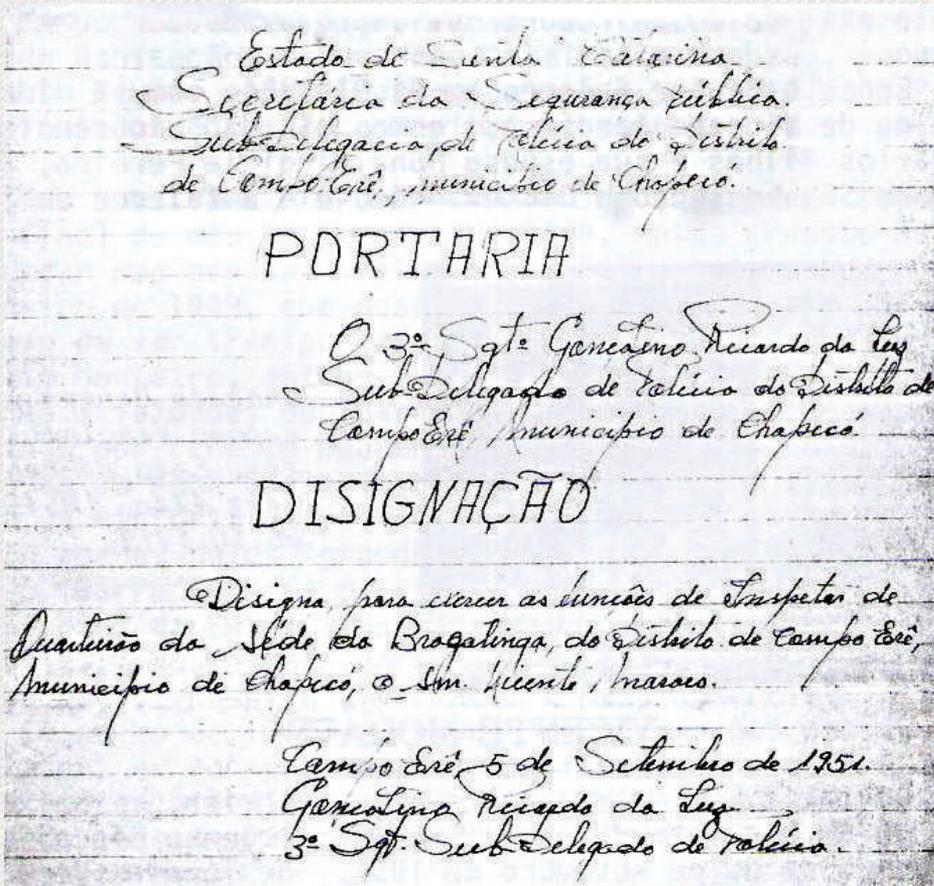


Figura 19: Portaria de designação do inspetor de quarteirão da Sede da Bracatinga - 1951.  
Fonte: Acervo de João David Folador.

O Distrito era administrado por intendentes exatores, cargo assemelhado ao de subprefeito, nomeado pelo prefeito de Chapecó. Entre 1952 e 1958 assumiram o referido cargo:

- Benvenuto João Perin, do PTB - 1952 a 1954;
- Hugo Alcides Braga, do PTB - 1954 a 1956;
- José Ebling, do PSD - 1956 a 1957; e
- Dorvalino Pedro Silvestri, do PTB - 1958.

José Ebling deixou o cargo em razão de o prefeito de Chapecó não ter cumprido o acordo referente à permanência de um trator no Distrito para proceder a abertura de estradas aos agricultores. Na época, o Prefeito adquiriu vários tratores com este fim, e cada distrito foi contemplado com um equipamento, por tempo determinado. Porém, os intendentes deveriam vender apólices para angariar recursos e auxiliar no pagamento de tais aquisições. O intendente de São Lourenço conseguiu vender diversas, principalmente para os agricultores que, em troca, receberiam serviços de abertura de estradas, conforme

palavra por ele empenhada.

O objetivo principal da vinda do trator para cá foi a abertura da estrada para Chapecó. São Lourenço assumiu o compromisso até a serra da Saudade, hoje descida para Nova Guaíra - Novo Horizonte. Porém, quando efetuado tal serviço, esperava-se que seria realizada a abertura das estradas para os agricultores, mas o prefeito de Chapecó ordenou que os trabalhos continuassem até as proximidades de Formosa do Sul. Concluído o trecho, José Ebling soube da ordem do Prefeito de que, quando a máquina lá chegasse, deveria ser retirada do Distrito para atender outros serviços. Tal atitude levou o intendente à prefeitura de Chapecó, a fim de obter esclarecimentos. Insatisfeito com as respostas, entregou o cargo de intendente exator.

Por sugestão de José Ebling, Pedro Dorvalino Silvestri, funcionário da Firma Libardoni, foi nomeado intendente do Distrito. Ficou no comando até a instalação do Município e posse do prefeito nomeado, Armando Pagani.

Entre os anos 1956 e 1957, o intendente José Ebling, que também prestava serviços à Colonizadora Saudades, conseguiu, por intermédio do diretor presidente, Arnaldo Mendes, a doação de dois terrenos, localizados na esquina das atuais Ruas João Beux Sobrinho e Pedro Álvares Cabral, ao lado da atual Delegacia Regional. Com a doação de madeiras da prefeitura de Chapecó iniciou a construção da sede da subprefeitura que, até então, funcionava numa casa alugada de Vergílio Dalzochio, na esquina entre a atual Avenida Brasil e a Rua Prefeito Zeno Germano Etges. No local, o intendente Pedro Dorvalino Silvestri entregou as chaves da prefeitura ao prefeito nomeado, Armando Pagani, que a manteve ali durante sua administração. Contou com apenas dois auxiliares, Lourenço Baldin e João José Pagani. José Ebling, eleito prefeito em outubro de 1958, concluiu a sede da prefeitura, iniciada no seu mandato de intendente.

Com base na Lei nº 24, de 17 de maio de 1958, e no Decreto nº 25A, de 17 de junho de 1958, o prefeito de Chapecó, Plínio Arlindo de Nez, efetuou a abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para pagamento da construção dos prédios destinados às subprefeituras de Passo Bormann, Cairú, Serrinha, Quilombo, Itaberaba e São Lourenço, cada uma com direito a Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros). Cabe salientar ainda que, nesta época, os serviços de máquinas eram realizados pela prefeitura de Chapecó, em sistema de rodízio, durante o qual cada distrito era atendido por um período de 60 dias por ano.

Após ser elevado a Distrito, o progresso acentuou-se, aumentando a migração e o desenvolvimento econômico de São Lourenço.

No conjunto de ações, destacou-se a criação da Paróquia de São Lourenço, em 13 de abril de 1952 e, no dia 27 do mesmo mês, assumiu o vigário, frei Fidelis de Colombo. Também, no dia 23 de maio de 1954, foi criado o Posto de Arrecadação de São Lourenço, subordinado à Coletoria de Chapecó. Bruno Hack ocupou o cargo de coletor até 1960, quando o órgão tornou-se independente.

A instalação do Distrito trouxe o Cartório de Registro Civil e o escrivão de paz. Então, com escrivão e padre, tornou-se possível o casamento civil e religioso, procedimento de grande interesse aos residentes.

No dia 07 de novembro de 1952, Adão Janczeski procedeu a abertura dos livros do Cartório de Registro Civil, possibilitando, então, a realização de casamentos. O primeiro deles, registrado no livro nº 1, é de Edmar Hack com Norma Joana Moccellin, no dia três de abril de 1953.



Figura 20: Casa de Adão Janczeski - primeiro cartório de São Lourenço do Oeste - 1951/1952.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

As Irmãs da Ordem de São Francisco - Franciscanas, que aqui chegaram em 02 de fevereiro de 1953, tinham como incumbência a educação das crianças menores que estudavam na terceira escola do Distrito. A esta deram o nome de Sórora Angélica, a qual passou a funcionar numa pequena casa, localizada nos fundos da igreja e, ao mesmo tempo, servia como pavilhão.

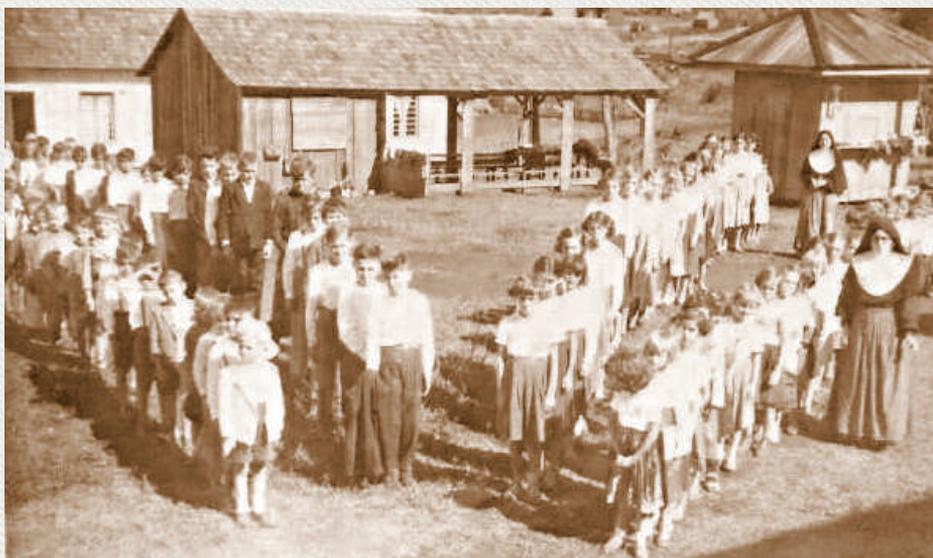


Figura 21: Momento cívico na Escola Sórora Angélica, ao lado do pavilhão comunitário - década de 60.

Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.

Para atender ao aumento da população, em 1956, foi construído o Educandário Santa Maria Goretti, inaugurado em 1957, e para lá transferido o Grupo Escolar Sórora Angélica. O Educandário, dirigido por freiras Vicentinas, era considerado uma das maiores instituições educacionais da região.



Figura 22: Educandário Santa Maria Goretti e, ao fundo, a área dos atuais Bairros Brasília e Santa Catarina - 1956.

Fonte Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.





Figura 23: Educandário Santa Maria Goretti - década de 60.  
Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Escolas criadas por Chapecó no Distrito de São Lourenço:

- Escola Mista Municipal São Lourenço - 1953;
- Escola Mista Municipal Santo Agostinho - 1953;
- Escola Mista Municipal Linha Matão - 1953;
- Escola Mista Municipal São Valentim - 1954;
- Escola Mista Municipal Rio Taquari - 1954;
- Escola Mista Municipal Nova Ibicaré - 1954;
- Escola Mista Municipal Lageado do Leão - 1955;
- Escola Mista Municipal Lageado dos Antunes - 1955;
- Escola Mista Municipal Santa Lúcia - 1955;
- Escola Mista Municipal Encruzilhada dos Trento - 1956;
- Escola Mista Municipal São Sebastião - 1956;
- Escola Mista Municipal São Caetano - 1956; e
- Escola Mista Municipal Lageado Grande - 1956.



Figura 24: EEB. São Valentim - Presidente Juscelino - 2008.  
Fonte: Acervo da EEB. São Valentim.



Figura 25: EEB. Leoberto Leal - Frederico Wastner - 2008.  
Fonte: Acervo da EEB. Leoberto Leal.

Nas eleições municipais de 03 de outubro de 1954, para o mandato de 03 de fevereiro de 1955 a 02 de fevereiro de 1959, o Distrito de São Lourenço lançou dois candidatos à Câmara de Vereadores de Chapecó. As vagas foram preenchidas por Julio Buratto, do PSD, eleito com 219 votos, e por Edmar Hack, da UDN, eleito com 167 votos. Este não cumpriu o mandato, renunciando em 25 de março de 1959. Já o primeiro participou ativamente das atividades parlamentares de Chapecó até a posse dos novos vereadores.

Os dois vereadores lourencianos enfrentavam grandes dificuldades para cumprirem os compromissos assumidos, haja vista a falta e a precariedade das estradas da época. Para chegarem a Chapecó, o trajeto a ser percorrido era via Abelardo Luz - Xanxerê - Chapecó. Em média, um dia de viagem, quando os rios davam passagem, mesmo de balsa.



Em 1957, o prefeito de Chapecó, Plínio de Nes, efetuou abertura de crédito no orçamento municipal, no valor de Cr\$ 18.725,50 (dezoito mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento a Pedro José Tillmann, pelos trabalhos de desmatação da estrada Quilombo a São Lourenço, conforme contrato assinado em 1952.

### **1.8 Emancipação de São Lourenço do Oeste**

A prosperidade e o crescimento populacional eram notórios e as famílias aqui residentes aspiravam à emancipação do Distrito. Em decorrência da publicação da Lei Estadual nº 348, de 21 de junho de 1958, o município de São Lourenço do Oeste foi criado, mas a instalação ocorreu apenas no dia 26 de julho, data de comemoração do seu aniversário. Algumas pessoas dizem ser esta é uma situação um tanto controversa, pois entendem que a data correta para os festejos deveria ser o dia de criação e não a de instalação do Município.

Vários municípios brasileiros têm denominações “do Oeste” ou “d’Oeste”, mas, por se tratar de nome próprio, deve ser respeitada a grafia constante na lei de criação.

LEI PROMULGADA Nº 348, de 21 de junho de 1958.

Art. 1º - Ficam, de conformidade com os atos das Câmaras Municipais deste Estado, sobre desmembramentos de seus territórios, criados os seguintes municípios, com os limites constantes do anexo que é parte integrante desta Lei.

[...]

XXVI - SÃO LOURENÇO DO OESTE - com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó. (SANTA CATARINA, 1958).

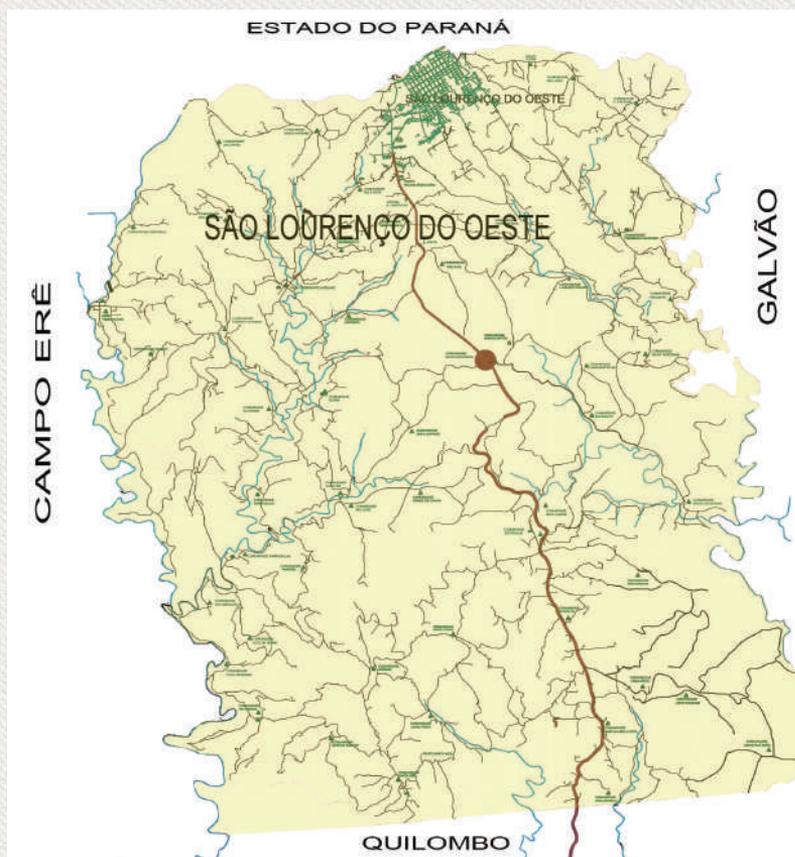


Figura 26: Área de São Lourenço do Oeste -1990.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

### **1.8 As primeiras eleições municipais**

Como as primeiras eleições municipais realizaram-se somente no dia 03 de outubro de 1958, e a posse do prefeito eleito aconteceu no dia 31 de janeiro de 1959, o Governador do Estado nomeou Armando Pagani como prefeito interino para este período. O ato ocorreu em Florianópolis, com a assinatura do termo de posse.

Prefeito e vereadores foram diplomados no mês de novembro de 1958, na Comarca de Chapecó, e empossados no dia 31 de janeiro de 1959, na prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 27: Ato de posse do prefeito interino, Armando Pagani, conduzido pelo secretário de estado do interior e justiça, Paulo Konder Reis - 1958.

Fonte: Acervo de Lourdes Pagani.

### **1.9 Conclusão**

Pelas representações reconstruídas nos relatos históricos deste capítulo é possível perceber que o desenvolvimento de um povo não se dá de maneira fácil, principalmente quando a estrutura ainda é precária, como é o caso de São Lourenço do Oeste, em seus primórdios. Fica evidente que o trabalho de muitas mãos, no sentido literal da palavra, constituiu-se como imprescindível para as conquistas da época, já grandes, se comparadas aos períodos subsequentes.

O trabalho dos caboclos, daqui e procedentes de outros locais, é avaliado como muito importante, pois eles deram origem a comunidades e ao povoado que futuramente se emanciparia. Mas é inegável que a chegada e o empenho dos colonizadores e dos

pioneiros, de diferentes etnias, foram propulsores para que o humilde, pequeno e pouco representativo povoado do Oeste catarinense fosse elevado à condição de município e, a partir daí, possibilitada, cada vez mais, a melhoria da qualidade de vida dos aqui residentes.

Também, um dos atos de importantíssima relevância desta época é a lei de emancipação de São Lourenço do Oeste, determinante para o futuro em construção. E é somente a partir da sua criação que as próximas legislaturas e próximos mandatos constituíram-se e serão relatadas nos capítulos que seguem.

## **CAPÍTULO 2**

### **1ª LEGISLATURA (31.01.1959 A 31.01.1963) E 1º MANDATO (31.01.1959 a 31.01.1964)**

#### **2.1 Introdução**

Desafios de proporções significativas colocavam-se diante da população e, principalmente, das lideranças do Município há pouco emancipado. A consonância entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário tornou-se imprescindível para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico, social e cultural de quem aqui residia ou de quem viria, em curto, médio e longo prazos.

Dentre tantos desafios, um dos maiores da 1ª legislatura foi a instalação da Câmara de Vereadores e o trabalho daí decorrente. Poucas pessoas tinham experiência legislativa, necessitando grande dedicação dos recentemente eleitos.

Era o início institucional de tudo, tanto para a Câmara como para outros órgãos públicos, como a Comarca e a Delegacia. São dessa época as primeiras vivências com a energia elétrica proporcionada por motores. Comunidades já estavam instaladas e tornava-se necessário construir escolas, acrescentando ao número existente. Foi construído, ainda, o primeiro hospital, iniciada a igreja matriz e o Cine Bandeirante, e organizada a estrutura física e administrativa do cemitério municipal.

Em primeiro plano, para que o trabalho fluísse de maneira a atender a população, a Prefeitura precisou estruturar-se financeira e administrativamente, formar a equipe, adquirir máquinas e equipamentos e construir estradas, inclusive para ligar o Município à região. A organização geográfica mereceu destaque com a criação dos quatro distritos.

As ações expressas no texto que segue são de conhecimento e de reconhecimento de todas as pessoas, como aquelas que foram ativas para a execução ou, então, as que não participaram do processo de construção, mas hoje usufruem, beneficiam-se de práticas históricas, que remontam ao início do nosso desenvolvimento. Até porque algumas ações ainda estão presentes e outras, já extintas, seguidamente fazem parte de comentários nas salas de aula, em conversas, em discursos. Enfim, na leitura é possível colocar-se na época retratada e, intencionalmente ou não, fazer comparações com a atualidade.

#### **2.2 Primeira eleição municipal, instalação da Câmara, posse do Legislativo e do Executivo e suplências**

Nas eleições municipais de 03 de outubro de 1958, o povo lourenciano foi às urnas a fim de eleger o prefeito e os vereadores que constituíram a primeira legislatura e o primeiro mandato de São Lourenço do Oeste, sendo o Legislativo eleito para o período de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963 e, o Executivo, até 31 de janeiro de 1964. Concorreram ao cargo de prefeito:

- Armino Echer, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), recém-criado no Município, obteve 261 votos;

- Bruno Hack, pela União Democrática Nacional (UDN), com 367 votos; e
- José Ebling, pelo Partido Social Democrata (PSD), eleito com 553 votos.



Figura 28: José Ebling  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Por força da legislação, não havia o cargo de vice-prefeito, situação que permaneceu até as eleições de 1968.

Para a Câmara de Vereadores foram eleitos:

- pelo PSD: Justino José Tietbohl, 155 votos; Valentin Rosso - 124 votos; Abel Rota - 86 votos; e Miguel Belmonte, 78 votos;
- pela UDN: Camela Rezzieri Garcia - 73 votos e Vitalino Pessatto - 71 votos; e
- pelo PTB: Pedro Dorvalino Silvestri - 89 votos.



Figura 29: Justino José Tietbohl  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 30: Valentin Rosso  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 31: Abel Rota  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 32: Miguel Belmonte  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Veredores de São Lourenço do  
Oeste



Figura 33: Camela Rezzieri Garcia  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Veredores de São Lourenço do  
Oeste



Figura 34: Vitalino Pessatto  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Veredores de São Lourenço do  
Oeste



Figura 35: Pedro Dorvalino Silvestri  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Veredores de São Lourenço do  
Oeste

A diplomação do prefeito e dos vereadores, de São Lourenço do Oeste e de outros municípios da região, aconteceu no mês de novembro de 1958, em solenidade do Fórum de Chapecó, no Clube Chapecoense.



Figura 36: Diplomação do Executivo e do Legislativo de São Lourenço do Oeste - 1958.

Fonte: Acervo de José Ebling.

O Município contava com 1.264 eleitores cadastrados, sendo 828 do sexo masculino e 436 do sexo feminino. Nas eleições de 1958 votaram apenas 1.194 eleitores, ou seja, 70 abstiveram-se.

Considerando o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1960), em 1958, São Lourenço do Oeste contava com uma população aproximada de 7.000 e, em 1960, 7.857 habitantes. Destes, 1.183 residiam na área urbana e 6.674 na área rural; 4.072 eram masculinos e 3.785 femininos.

A grande diferença entre a população e o número de eleitores provavelmente decorria do fato de muitos cidadãos não terem o título de eleitor ou não terem feito a transferência do documento, haja vista, ainda, o período de colonização, época em que chegaram muitas famílias de outras regiões.

O novo Município contava com uma área territorial de 539 km<sup>2</sup>, resultando numa densidade demográfica de 13 habitantes por km<sup>2</sup>.



Figura 37: Cidade de São Lourenço do Oeste, vista do alto da Avenida Brasil, atual Rua Tiradentes - 1958/1959.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A instalação da Câmara de Vereadores e a posse do Poder Legislativo ocorreram às 15 horas do dia 31 de janeiro de 1959, na Prefeitura, em sessão solene, sob a presidência do vereador mais idoso. Tudo em conformidade com as Leis Estaduais nº 348, de 21 de junho de 1958, artigo 5º, § 1º, que criou o município de São Lourenço do Oeste, nº 22, de 14 de novembro de 1947, e nº 987, de 16 de novembro de 1959, que tratam da Lei Orgânica dos Municípios.

Valentim Rosso conduziu a solenidade, convidando o vereador Justino José Tietbohl para secretariar os trabalhos. Depois de conferidos os diplomas aos eleitos tomou-lhes o compromisso de posse nos seguintes termos: “Por minha honra e pela Pátria, prometo defender as instituições da República, do Estado e do Município, desempenhando fielmente o mandato que o povo me confiou”. Declarou, assim, empossados os vereadores e instalada, para todos os efeitos constitucionais e legais, a primeira Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 38: Instalação da primeira Câmara e posse dos vereadores. Da direita para a esquerda: Abel Rota (em pé), Carmela Rezzieri Garcia, José Tietbohl, Vitalino Pessatto, Miguel Belmonte, Inocente Pagani, Valentin Rosso e Pedro Dorvalino Silvestri (de costas) - 1959.  
Fonte: Acervo de Abel Rota.

Ainda na mesma data, às 16h30, em sessão extraordinária da Câmara, aconteceu a posse do primeiro prefeito eleito, José Ebling, com o seguinte termo de compromisso: “Prometo exercer com dedicação e lealdade as funções de meu cargo”.



Figura 39: Prefeito José Ebling com amigos e familiares no dia da posse. Da direita para a esquerda: Nilo Bertoldo, Miguel Belmonte, Luiza Ebling, José Ebling, Anna F. Ebling, Carmelina Ebling, Carlos Ebling e Valentin Rosso - 1959.  
Fonte: Acervo de José Ebling.

O prédio da prefeitura foi construído ainda no período em que São Lourenço era distrito. Localizava-se na esquina das Ruas João Beux Sobrinho e Pedro Alvares Cabral, onde também funcionou a Câmara de Vereadores e, a partir de 25 de fevereiro de 1961, o Fórum da Comarca. Anexado à construção estava instalado o parque de máquinas.

No prédio funcionaram o Legislativo e o Executivo até a inauguração da atual prefeitura, inaugurada em dezembro de 1982. O Fórum foi transferido para o andar superior da Rodoviária Municipal em 1973. Já a construção do prédio do Judiciário ocorreu em 1987, na esquina das Ruas Dom Pedro II e Nereu Ramos.



Figura 40: Prédio da prefeitura com o parque de máquinas - 1960.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Na primeira eleição, 18 candidatos ficaram suplentes. Os votos da legenda assim distribuíram-se: PSD - 550 votos, UDN - 591 votos, e PTB - 256. Votos em branco - 24, e nulos - 09.

Os suplentes assumiram o Legislativo em períodos diversos, sempre nas licenças ou nos impedimentos dos titulares, quais sejam:

- pelo PSD: Quintiliano Becker, Antonio Fedrigo e Helmut Kloeckner;
- pela UDN: Antonio Zoel Alcântara Marinho, Inocente Pagani, Maximiliano Valentin Negri e Edmar Hack; e
- pelo PTB: Ari Bodanese.

Em anos distintos do período legislativo, os titulares Miguel Belmonte e Vitalino Pessatto renunciaram. Assim sendo, o suplente Quintilhano Becker ocupou a vaga do primeiro, em 03 de novembro de 1960, e o suplente Inocente Pagani, do segundo, em 08 de agosto de 1961.

### **2.3 Mesas Diretoras e Comissões**

As Mesas Diretoras e as Comissões, estabelecidas a cada ano do período do Legislativo, tiveram a seguinte composição:

-1959:

- Mesa Diretora:

Presidente: Valentim Rosso

Vice-presidente: Miguel Belmonte

1º secretário: Justino José Tietbohl

2º secretário: Pedro Dorvalino Silvestri

- Comissão de Constituição, Legislação e Justiça: Pedro Dorvalino Silvestri, Miguel Belmonte e Abel Rota

- Comissão de Finanças, Orçamento e Contas: Pedro Dorvalino Silvestri, Miguel Belmonte, Abel Rota, Carmela Rezzieri Garcia e Justino José Tietbohl

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Carmela Rezzieri Garcia, Abel Rota e Miguel Belmonte

- Comissão Permanente: Vitalino Pessatto, Justino José Tietbohl e Abel Rota

- Comissão de Polícia: Valentim Rosso, Justino José Tietbohl e Pedro Dorvalino Silvestri

-1960:

-Mesa Diretora:

Presidente: Valentin Rosso

Vice-presidente: Pedro Dorvalino Silvestri

1º secretário: Justino José Tietbohl

2º secretário: Vitalino Pessatto

Dias depois, por problemas de visão, o vereador Vitalino Pessatto renunciou ao cargo de 2º secretário, assumindo a atribuição o vereador Quintiliano Becker.

- Comissão de Legislação, Justiça e Redação: Quintiliano Becker, Carmela Rezzieri Garcia e Justino José Tietbohl

- Comissão de Finanças e Contas: Pedro Dorvalino Silvestri, Abel Rota, Quintiliano Becker, Justino José Tietbohl e Vitalino Pessatto

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Pedro Dorvalino Silvestri, Justino José Tietbohl e Abel Rota

- Comissão Permanente: Pedro Dorvalino Silvestri, Justino José Tietbohl e Abel Rota

Neste ano, a Mesa Diretora e as Comissões foram compostas apenas no mês de maio, devido à falta de quórum nas sessões anteriores.

-1961:

- Mesa Diretora:

Presidente: Justino José Tietbohl

Vice-presidente: Valentin Rosso

1ª secretária: Carmela Rezzieri Garcia

2º secretário: Quintiliano Becker

- Comissão de Legislação, Justiça e Redação: Valentin Rosso, Carmela Rezzieri Garcia e Abel Rota
  - Comissão de Finanças, Orçamento e Contas: Abel Rota, Valentin Rosso, Vitalino Pessatto, Carmela Rezzieri Garcia e Quintiliano Becker
  - Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Pedro Dorvalino Silvestri, Abel Rota e Carmela Rezzieri Garcia
  - Comissão Permanente: Quintiliano Becker, Abel Rota e Pedro Dorvalino Silvestri
- 1962:
- Mesa Diretora:  
Presidente: Justino José Tietbohl  
Vice-presidente: Valentin Rosso  
1ª secretária: Carmela Rezzieri Garcia  
2º secretário: Quintiliano Becker
  - Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Inocente Pagani, Valentin Rosso e Quintiliano Becker
  - Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Pedro Dorvalino Silvestri, Carmela Rezzieri Garcia e Abel Rota
  - Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas: Valentin Rosso, Quintiliano Becker Carmela Rezzieri Garcia, Abel Rota e Inocente Pagani
  - Comissão Permanente: Inocente Pagani, Pedro Dorvalino Silvestri e Carmela Rezzieri Garcia

#### **2.4 Atividades legislativas e administrativas**

O prefeito José Ebling recebeu do prefeito interino, Armando Pagani, materiais e bens que compunham o patrimônio do Município, a saber: materiais expedientes e escolares, mapas, bandeiras, móveis para escritório, máquina de escrever, entre outros.

Como a Prefeitura não recebeu máquinas e equipamentos rodoviários de Chapecó, no primeiro ano do mandato, todas as atividades pertinentes à malha viária, compreendendo estradas, bueiros, pontes e pontilhões, foram realizadas manualmente, com a utilização de ferramentas braçais e animais. Tudo amparado pela Lei nº 08, de 02 de fevereiro de 1959, que instituiu e regulamentou a incidência e a cobrança da taxa de melhoramento rural. Direcionada aos proprietários rurais, a Lei consistia no fornecimento de alguns dias de serviços por parte destes, ou o equivalente em dinheiro, calculado anualmente e baseado na quantidade de terra de cada agricultor. Já os proprietários do perímetro urbano da cidade e das vilas pagavam o Imposto Predial, instituído pela Lei nº 05, de 27 de fevereiro de 1959.

A primeira máquina adquirida pelo prefeito José Ebling foi um trator caterpillar, com empréstimo no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), mediante emissão de apólices, resgatadas em um ano, conforme determinava a Lei nº 22, de 20 de maio de 1959. Em 1960, a Administração Municipal adquiriu uma motoniveladora, um caminhão basculante e um trator. Nos anos seguintes, o parque de máquinas teve ampliação, inclusive com um jeep para os deslocamentos do Prefeito.

De modo geral, com base nas leis do município mãe, Chapecó, prefeito e vereadores de São Lourenço do Oeste responsabilizaram-se pela elaboração da legislação para o início

das atividades administrativas e financeiras, muito embora as opiniões divergissem em algumas situações. No caso da Câmara, dois blocos estavam bem identificados, ou seja, a situação, com quatro vereadores, todos do PSD, e a oposição, com três vereadores, dois da UDN e um do PTB. Conseqüentemente, acirradas discussões envolveram projetos oriundos do Legislativo e também do Executivo. Na época, a Câmara propôs muitas medidas, entre projetos de leis, resoluções e demais instrumentos.

Com vistas a uma melhor apresentação dos representantes do povo, por deliberação da Mesa Diretora e acatamento do plenário, os vereadores deveriam comparecer às sessões uniformizados, de paletó e de gravata. Conseqüentemente, quem não cumprisse a resolução, não poderia participar das reuniões.

Uma das primeiras medidas encaminhadas para o início das atividades do Município foi a criação de cargos no Executivo, ou seja, de secretário, ocupado por Nilo Bertoldo, que também desempenhava funções de contador, e o de tesoureiro, ocupado pela primeira dama, Luiza Tietbohl Ebling. Outros criados mais tarde: administração, professores e fiscais do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem (DMER). Já para a Câmara, somente foi instituído o cargo de secretário, ocupado por Alda Terezinha Galeazzi, transformado, mais tarde, em diretor da secretaria da Câmara.

No primeiro mandato, as discussões centralizaram-se mais na questão tributária, haja vista os diversos projetos de criação de tributos (impostos, taxas e contribuições) que o Executivo enviara à apreciação da Câmara. O Município precisava arrecadar para poder trabalhar e, para isso, necessitava de legislação.



Figura 41: Caminhão carregado de madeiras na Avenida Brasil e, à direita, o Hotel Avenida - década de 60.

Fonte: Acervo de Osni Trindade dos Santos.

Um dos projetos que vale destaque estabeleceu o imposto sobre o comércio de madeira de lei e pinho, uma preocupação em relação aos desmatamentos e à possível falta de madeira de lei, pois a exploração era grande e o Município não arrecadava com tal prática.



Figura 42: Vila de Santa Lúcia, Distrito de Novo Horizonte -1960.  
Fonte: Acervo da prefeitura de Novo Horizonte.

A criação dos distritos mereceu grandes discussões, resultando na juntada de abaixo-assinados de moradores das comunidades. Nos documentos constou o seguinte número de assinaturas: São Valentin, 259, Santa Lúcia, 103, e Nova Ibicaré, 117. Num primeiro momento, o projeto não foi aprovado, mas voltou à pauta nos anos seguintes, sendo aprovado apenas em fevereiro de 1961. Dividiu o Município em quatro distritos: Sede - cidade; Santa Lúcia - Novo Horizonte; São Valentim - Presidente Juscelino; e Ibicaré - Leoberto Leal.

Por determinação do secretário do interior e justiça do Estado de Santa Catarina, Paulo Macarini, o juiz de direito da Comarca de São Lourenço do Oeste, Almir Boaventura Cabral Faria, comunicou que, no dia 25 de janeiro de 1962, seriam instalados os Distritos de Leoberto Leal, às 10 horas, de Presidente Juscelino, às 16 horas e, no dia 26 de janeiro, às 16 horas, de Novo Horizonte.

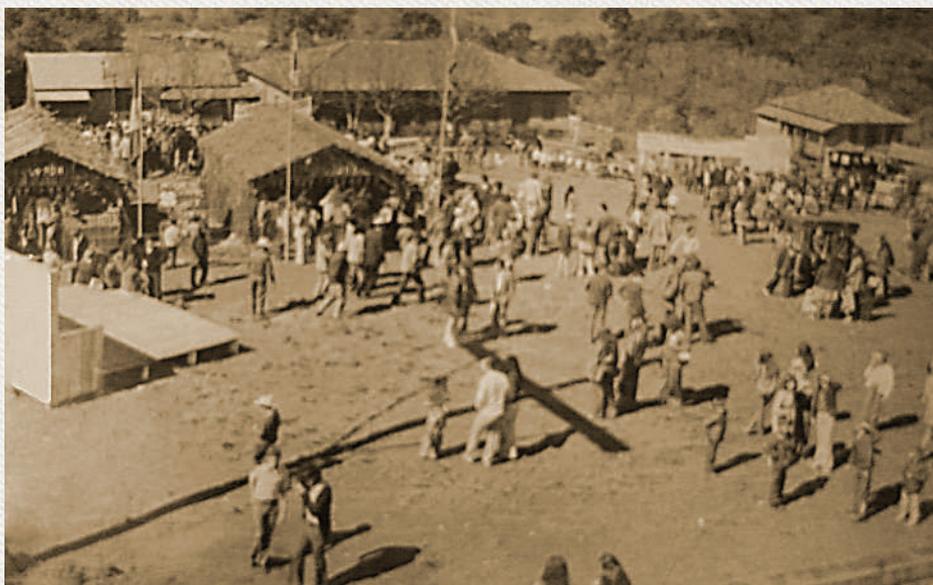


Figura 43: Festa em Presidente Juscelino - década de 1980.  
Fonte: Acervo de Diva Belleboni.

Passados alguns anos da criação dos distritos, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pela Lei nº 5.402, de 30 de setembro de 1977, alterou a denominação de Leoberto Leal para Frederico Wastner, em homenagem a um antigo morador da comunidade.



Figura 44: Festa do Colono, em Leoberto Leal - 1970.  
Fonte: Acervo de Ondina Savi Mondo Dal Pont.

Em março de 1961, os vereadores Pedro Silvestri, Miguel Belmonte, Valentin Rosso e Vitalino Pessatto constituíram uma Comissão com o objetivo de analisar e de buscar solução para combater uma doença que afetava o gado. Como primeira medida, providenciou a vinda de um médico veterinário, Acyr Burda Stocco, subsidiado pelo Governo do Estado, intermediado pela Secretaria de Estado da Agricultura e, por vários meses, desenvolveu atividades no Município.

Mais tarde, como resultado de proposição dos vereadores Justino José Tietbohl, Quintiliano Becker e Valentin Rosso, a Câmara buscou evitar a saída de gado daqui, temendo a falta de abastecimento interno, uma vez que o plantel não era grande. Como medida preventiva, criou, então, o imposto sobre a comercialização de gado.



Figura 45: Rebanho para ser transportado - década de 60.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

No mês de março, ainda, foram criadas duas Comissões Extras de Trabalho: uma para a elaboração do Regimento Interno da Câmara, formada pelos vereadores Valentin Rosso, Pedro D. Silvestri, Miguel Belmonte, Edmar Hack e Justino Tietbohl e, a outra, constituída pelos vereadores Miguel Belmonte, Edmar Hack e Justino Tietbohl, responsável pela elaboração do Código de Postura. Mais tarde, em razão desta Comissão não ter elaborado o projeto do referido Código, outra foi composta, agora pelos vereadores Quintiliano Becker, Justino Tietbohl e Pedro Dorvalino Silvestri.

A segurança também se constituía em preocupação dos Poderes. Por isso, no dia 27 de junho de 1959, atendendo a solicitação da Câmara e do Executivo, foi designado um delegado para atender o Município, o 3º sargento delegado de polícia, Jardelino Nascimento. Na sequência, em novembro, o vereador Pedro Dorvalino Silvestri pediu o envio de expediente á Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de agilizar a nomeação de delegado de polícia local. Então, no início do mês de dezembro 1961, o presidente da Câmara, vereador Justino José Tietbohl, dirigiu-se à capital do Estado

para solucionar essa questão e retornou com a nomeação do delegado de polícia, o 1º tenente, Aldo Souza, oficializado no dia 11 de dezembro do mesmo ano, por radiograma, endereçado à Câmara.

A proposição do vereador Edmar Hack, com apoio dos vereadores Vitalino Pessatto e Pedro Dorvalino Silvestri, autorizou o Executivo a adquirir, junto ao Governo do Estado, intermediada pela Comissão de Energia Elétrica, um conjunto diesel para energia elétrica, com capacidade de 180 hps. No mês de novembro de 1961, o Governo do Estado efetuou a doação dos dois conjuntos solicitados.

Com a chegada dos equipamentos, o vereador Pedro Dorvalino Silvestri solicitou a instalação de iluminação pública em diversas ruas, mas, por falta de condições financeiras do Município, seu pedido não pode ser atendido naquela ocasião. Juntamente com a vereadora Carmela Garcia, em plenário, insistiu na possibilidade de o Executivo buscar recursos com os Governos Estadual e Federal, tendo em vista a importância e a necessidade de tais serviços.



Figura 46: Instalação da rede elétrica na Avenida Brasil -1960.

Fonte: Acervo de Alcides Dai Alba Scariotti.

A Câmara decidiu pela suspensão do fornecimento de energia durante o dia e, conseqüentemente, prolongá-lo à noite. Por tais medidas, ficou responsável a Comissão composta pelo prefeito em exercício, vereador Justino José Tietbohl, e os vereadores Ari Bodanese, Carmela Rezzieri Garcia e Quintiliano Becker.

Consta nos registros que a primeira delegacia de polícia situava-se perto do velho moinho Libardoni (lado Norte), na atual Rua Duque de Caxias e, a segunda, também se localizava na mesma rua (na foto é a terceira casa, com uma pequena área na frente e com duas janelas em destaque, parecendo ter grades). Esta instalação permaneceu ali até 1963, quando foi construída a atual delegacia, na Rua Pedro Álvares Cabral.



Figura 47: Procissão do Cruzeiro, na Rua Duque de Caxias e Avenida Brasil, dirigindo-se à Igreja. - 1956/1957.

Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.

No dia 30 de setembro de 1961, Celso Ramos, o governador do Estado de Santa Catarina, sancionou a Lei nº 2.854, autorizando o recebimento, mediante doação da Companhia Colonizadora e Industrial Saudades, de uma área de terras na sede de São Lourenço do Oeste, na Rua Pedro Álvares Cabral, destinada à construção da delegacia de polícia e da cadeia pública. A construção efetivou-se em 1963, no mesmo local onde hoje está estabelecida.

Durante o período de 1958 a 1962 atuaram como delegados de polícia o 3º sargento, Pedro Jesuino dos Santos - 1958 a 1959, o 3º sargento, Jardelino Nascimento - 1959 a 1961, e o 1º tenente, Aldo Souza - 1961 a 1968.

O vereador Edmar Hack propôs pleitear com o Governo do Estado, com auxílio do Comandante da Força Pública do Estado, uma estação de rádio para a transmissão e a recepção de radiogramas, cujo sistema foi viabilizado em fevereiro de 1961.

Por iniciativa do vereador Valentin Rosso, a Câmara constituiu uma comissão, formada pelos vereadores Valentin Rosso, Pedro Dorvalino Silvestri e Inocente Pagani, para, em companhia do prefeito José Ebling, buscar convênio com Vitorino (PR), a fim de alargar a estrada que liga ambos os municípios.

O vereador Quintiliano Becker sugeriu a obediência ao sábado inglês, ou seja, aos sábados, o comércio funcionaria somente pela parte da manhã. Propôs, ainda, a decretação de feriado no dia de instalação do Município.

Já o vereador Valentin Rosso sugeriu que todas as propriedades de patrimônio do Município deveriam ser cercadas, conservadas, plantado grama pelos funcionários do DMER nas horas de folga e nelas colocado gado, além da constituição de uma comissão para buscar, com a Presidência da República, a instalação da Coletoria Federal e a criação

do Correio e Telégrafo.

No Legislativo estavam em discussão os nomes dos distritos e de várias ruas da cidade. Dentre as inúmeras sugestões constavam vereadores e demais pessoas vivas, mas, com o passar dos anos, a maioria dessas denominações sofreu alteração. Atualmente, são atribuídas apenas a pessoas falecidas.

Na época em análise, o tráfego de caminhões já era significativo na pequena cidade de São Lourenço do Oeste, pois contava com ruas largas, recém-abertas. Essa movimentação preocupou a Câmara de Vereadores, que editou uma lei proibindo a circulação de caminhões no centro em dias chuvosos ou com estradas molhadas. Também discutiu e regulamentou o fluxo dos carros de aluguel e de demais transportes de passageiros.



Figura 48: Veículos utilizados para o transporte de passageiros - década de 60.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No início de agosto 1959, a visita do governador de Santa Catarina, Heriberto Hülse, juntamente com a comitiva de secretários e de diretores causou grande repercussão. No ato, prontificou-se a autoridade em dar total apoio e colaboração ao desenvolvimento local. Ainda, na mesma época, recebeu a visita do senador catarinense, Irineu Bornhausen.

A Câmara sempre demonstrou grande preocupação e responsabilidade com a boa imagem do Município e de seus habitantes. Então, sempre que alguma personalidade ilustre aqui chegava ou atendia um pedido era-lhe enviada carta de agradecimento, primando pelo reconhecimento e pela valorização das pessoas.

Diferentemente da atualidade, os subsídios aos vereadores eram pagos por sessões. No início de 1961, o valor era de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) aos residentes na cidade e Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) aos do interior. No final do ano foi alterado, cabendo aos vereadores da cidade a importância de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) e, aos do interior, Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Já o prefeito recebia, mensalmente, Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) de subsídios e Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) de representação.

O primeiro patrimônio adquirido pela Câmara de Vereadores foi uma máquina de escrever, marca Remington, no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), sendo pagos Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) de entrada e mais duas parcelas de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Para efetuar a aquisição, em final de 1959, o orçamento do Município sofreu alteração, uma vez que esse tipo de equipamento era caríssimo e as dotações, notadamente, pequenas. Hoje, a máquina faz parte do acervo histórico da Casa de Leis.



Figura 49: Primeira máquina de datilografar da Câmara de Vereadores - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Por boa parte do ano de 1959, a Câmara funcionou com 04 ou 05 vereadores, devido às constantes faltas dos titulares, resultantes de problemas particulares, de doenças e até mesmo de questões políticas. Os suplentes convocados também faltavam bastante, principalmente porque muitos residiam no interior e poucas eram as formalidades quanto às convocações, ou seja, se chamava o suplente com mais facilidade de participação.

Por diversas vezes, o prefeito José Ebling prestou esclarecimentos à Câmara, voltados aos projetos e aos trabalhos da administração. Tais convites surgiam durante as reuniões e, como o Legislativo funcionava na Prefeitura, imediatamente o Executivo recebia a solicitação para estar na sala das sessões.

O vereador Justino José Tietbohl propôs à Câmara o envio de expediente à Presidência da República, a fim de viabilizar a criação de uma agência de correios e telégrafos em São Lourenço do Oeste.

Uma grande preocupação que demonstrou a responsabilidade com a população e com o desenvolvimento do Município foi sugerida pelo vereador Ari Bodanese, aprovada por unanimidade: o Executivo deveria proibir a criação de suínos e, conseqüentemente, solicitar a eliminação dos chiqueiros construídos na cidade. Além disso, a Câmara cobrava providências em relação aos terrenos baldios, pois deveriam estar limpos e cercados.



Figura 50: Posto de combustível da Firma Libardoni, na Avenida Brasil - 1960/1961.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Na Câmara tramitavam projetos para a aquisição de máquinas rodoviárias, bem como a autorização para contrair empréstimo com objetivo de adquiri-las. Por convite dos vereadores, Ebling foi à Câmara explicar o assunto.

No intuito de contribuir com o desenvolvimento da região, o Governo Federal editou a Lei nº 2.976, de 26 de novembro de 1956, que criou o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País e, com este amparo, o Prefeito conseguiu recursos para diversas ações e obras, como a aquisição de máquinas e a construção de pontes.

Ari Bodanese sugeriu e defendeu a urgência em construir uma fábrica de tubos de concreto para atender a grande demanda de bueiros nas ruas da cidade e nas estradas do interior. Já os vereadores Valentin Rosso, Abel Rota e Quintiliano Becker sugeriram ao Executivo que solicitasse ao Governador do Estado a criação de um posto de higiene na cidade. Rosso também requereu medidas para a criação de uma inspetoria de ensino.

No mês de agosto de 1960 aconteceu a primeira edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina, em Brusque (SC), por ocasião do primeiro centenário da sua fundação. A Comissão Organizadora reiterou veementemente o convite para que São Lourenço do Oeste lá estivesse, mas este não dispunha das condições necessárias. Porém, anos mais tarde, a participação começou a ser efetiva, inclusive com destaques em várias modalidades, obtendo diversas colocações com medalhas de ouro, de prata e de bronze.

O deputado João Estivalet Pires, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, promulgou a Lei nº 721, de 06 de junho de 1961, incluindo, no Plano Rodoviário Estadual, as estradas que ligam Chapecó a São Lourenço do Oeste e, deste, a Dionísio Cerqueira.

A Lei nº 77, de 16 de fevereiro de 1962, autorizou o Executivo a adquirir um trator marca Utos e equipamentos, como lâmina e demais implementos para adaptá-lo, formando um *patrol*, que servia também como mini-patrola.



Figura 51: Patrol - trator equipado com lâmina para realizar pequenos trabalhos de nivelção das estradas -1962.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Notadamente, duas áreas sociais receberam atenção especial no período em análise, a educação e a saúde, ou seja, a primeira, advinda integralmente do Poder Público, e, a segunda, do setor privado.

Quanto à educação, na sede do Município estava instalado o grande Educandário Santa Maria Goretti, legado do frei Donato de Primolano, construído em 1956 e inaugurado em 1957. No local funcionava o Grupo Escolar Sórora Angélica, dirigido por padres e freiras, e constituía-se em referência na área da educação.



Figura 52: Celebração religiosa em frente ao Educandário Santa Maria Goretti - 1957.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 53: Procissão na Rua Coronel Bertaso, dirigindo-se à Igreja Matriz e, à esquerda, o prédio do Educandário Santa Maria Goretti - 1958.  
Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Durante a 1ª legislatura, São Lourenço do Oeste já contava com 15 escolas que ministravam o ensino primário, em turmas multisseriadas. Os professores não tinham formação específica e, em sua maioria, eram pessoas da própria localidade ou proximidades. Algumas iniciaram o funiconamento antes e, outras, após a emancipação, com os seguintes nomes e locais:

- Escola Linha Matão - Linha Matão;
- Escola Nova Ibicaré - Nova Ibicaré;

- Escola Taquari - Linha Taquari;
- Escola São Caetano - Linha São Caetano;
- Escola Três Voltas - Três Voltas;
- Escola Lageado Grande - Lageado Grande;
- Escola Bela Vista - Linha Bela Vista;
- Escola São Braz - Serra do Macaco;
- Escola Lageado Grande II - Lageado Grande;
- Escola Santa Catarina - São Valentim;
- Escola Novo Sarandi - Novo Sarandi;
- Escola Belo Horizonte - Linha Murer;
- Escola São João - Linha São João;
- Escola São José - Linha Jaguatirica; e
- Escola Rio Feliciano - Costa do Rio Feliciano.

Ainda na dimensão educativa, o Executivo adquiriu um parque para o qual a vereadora Carmela Rezzieri Garcia sugeriu a denominação de Parque Infantil Nossa Senhora de Fátima.

No que tange aos serviços de saúde, aqui havia apenas o hospital dos irmãos Sordi, adquirido de Miguel Belmonte, pouco antes de 1960, comprado de Dorvalino Pedro Silvestri e de Martin Sordi, e estes o compraram da Empresa Colonizadora Saudades. Em novembro de 1961, Bronislau Polan Breowicz, popularmente chamado de dr. Bruno, adquiriu-o em sociedade com seu cunhado, o farmacêutico Leônidas R. Wendt.



Figura 54: Hora cívica no Educandário Santa Maria Goretti. No alto, circulado, o primeiro hospital de São Lourenço do Oeste, localizado sobre a atual Rua Rio de Janeiro, próximo à Rua Coronel Bertaso - 1960.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Em 1962 foi construído um novo hospital, ainda em madeira, mais moderno e mais bem aparelhado, com o objetivo de concorrer com o dr. Bruno. Porém, no final do mesmo ano, este adquiriu-o, e ali passou a prestar os seus serviços. Deixou, então, as instalações do velho hospital, localizado na atual esquina das Ruas Rio de Janeiro e Coronel Bertaso.

Aos poucos, as instalações de madeira do novo hospital, localizado na Rua Rui Barbosa, foram substituídas por alvenaria, até a conclusão do Hospital e Maternidade São Lourenço, denominação atribuída em 1977. De 1998 a 2003 esteve locado a uma empresa hospitalar e, pelos dois anos posteriores, permaneceu fechado. Na sequência, a Administração Municipal locou e transformou o espaço na Policlínica Municipal de Saúde, inaugurada em março de 2006.



Figura 55: Construção do Hospital Beneficente São Lourenço, posteriormente denominado Hospital e Maternidade São Lourenço - 1962.

Fonte Acervo de Bronislau Polan Breowicz.



Figura 56: Fachada do Hospital Beneficente São Lourenço e parte da cidade coberta de neve - 1963.

Fonte: Acervo de João David Falador.

## **2.5 Empresas instaladas**

Por se encontrar na divisa de Santa Catarina e do Paraná, a cidade lourenciana tendia a crescer no sentido Sul e, já em 1959 e em 1960, esse crescimento acentuou-se. Em abril de 1960, Hary Pandini chegou a São Lourenço do Oeste, procedente de Arroio Trinta, juntamente com mais 29 sócios, dentre eles as famílias Arnoldo e Scheid. Fundou a primeira empresa de sociedade anônima do Município, a Indústria e Comércio Oeste S.A.

Este grupo, liderado por Hary, inaugurou a Casa Nova Brasília, na esquina das atuais Ruas Ernesto Beuter e Pedro Álvares Cabral, parte da cidade que mais tarde se transformou no Bairro Brasília. Anos depois, a empresa expandiu, construindo, nas proximidades, um posto de combustível, a rodoviária e outros empreendimentos.



Figura 57: Casa Nova Brasília, construída em 1960 e demolida em 1977.  
Fonte: Acervo de João David Folador.

Nos anos 1960 e 1961 foi construído o Clube Recreativo Araucária (CRA), um prédio em madeira, ao lado do campo de futebol Araucária, em terreno doado pela Empresa Colonizadora Saudades e, em 1980, o atual prédio, em alvenaria.

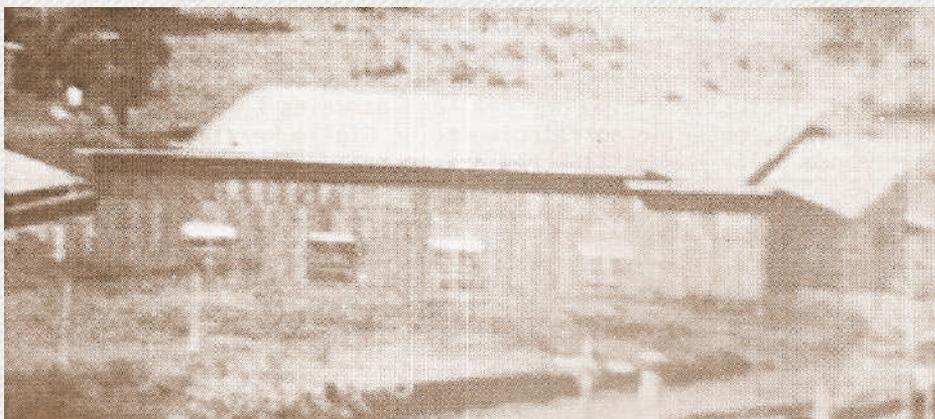


Figura 58: Clube Recreativo Araucária - 1961.  
Fonte: Acervo de João David Folador.

## 2.6 Instalação da Comarca

Nosso Município pertencia à Comarca de Chapecó. Mas no dia 25 de fevereiro de 1961 ocorreu a instalação da Comarca de São Lourenço do Oeste, criada pela Lei Estadual nº 2.436, de 18 de outubro de 1960, abrangendo, também, Campo Erê, conforme determinava a Lei nº 2.615, de 19 de dezembro de 1960. A instalação aconteceu na Prefeitura, com a participação de várias autoridades, inclusive do primeiro juiz, Cláudio Rodrigues de Araújo Horn. O Fórum de Justiça funcionou no mesmo local até 1973. Já a Comarca de Campo Erê foi instalada em 27 de julho de 1980.

A Câmara delegou a missão de representar o Legislativo e recepcionar a instalação da Comarca aos Vereadores Valentin Rosso, Pedro Dorvalino Silvestri e Camela Rezzieri Garcia.



Figura 59: Instalação da Comarca. - 1961.

Fonte: Acervo de João David Folador.

Na imagem acima é possível observar as autoridades que se fizeram presentes neste ato de tanta importância para o Município, quais sejam: em pé, da direita para a esquerda: Adão Janczeski, escrivão; Pedro Dorvalino Silvestri, vereador; José Ebling, prefeito; Ari Bodanese, presidente do PTB; Valentin Rosso, vereador e escrivão de Novo Horizonte; Tenente Aldo Souza, delegado; e José Cândido de Quadros Martins, escrivão de Leoberto Leal. Sentados, da direita para a esquerda: Arnaldo Mendes, diretor da Companhia Saudades; Lenoir Vargas Ferreira, deputado federal; Claudio Horn, juiz de direito; e Reinaldo Rodrigues Alves, desembargador do Tribunal de Justiça



Figura 60: Realização do 1º Tribunal do Júri Popular de São Lourenço do Oeste - 1962.  
Fonte: Acervo de José Ebling.

Entre 1961 e 1962, a Comarca teve como juízes Cláudio Rodrigues de Araújo Horn, de 27 de janeiro a 22 de agosto de 1961, e Almir Boaventura Cabral Faria, de 06 de outubro de 1961 a 17 de dezembro de 1963, Luiza Ebling foi a primeira escritvã, do foro da Comarca, dos cartórios cível e crime, no período de 1961 a 1963.

Em 02 de fevereiro de 1962 ocorreu o primeiro júri popular na Comarca de São Lourenço do Oeste, nas dependências do CRA. Nele atuaram: o juiz de direito Almir Boaventura Cabral Faria; o promotor João Almir Silveira; a escritvã Luiza Tietbohl Ebling; o oficial de justiça Otto Dornesbach; e os advogados de defesa Euclides Menegatti e Genir José Destri. O réu foi absolvido.

## **2.7 Paróquia São Lourenço**

Em meados de 1960, antes de deixar São Lourenço do Oeste, o frei Donato de Primolano iniciou as obras da atual Igreja Matriz, demolindo a velha igrejinha e construindo outra provisória, de madeira, até a conclusão da nova e, para a época, grandiosa Igreja Matriz, inaugurada em 24 de julho de 1966.

No dia 01 de novembro de 1959, numa grande festa religiosa, teve a bênção da pedra fundamental da construção da atual igreja, com a presença do bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Thurler. A obra iniciou, mas foi paralisada posteriormente.

Em 20 de setembro de 1962 reuniu-se a comissão pró-retomada da construção da Igreja, composta por Zeno Germano Etges, Ângelo Fantin, Albino Rezzieri, Armindo Echer, Martin Sordi e Ulderico Balotin, que decidiu pela conclusão da obra. Na mesma data foi assinado o contrato particular de empreitada com Zelindo Boscarin e sócios, que assumiram o compromisso de levantar a igreja e a torre, de armar e encobrir os telhados e de colocar o contrapiso. A mão-de-obra custou Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

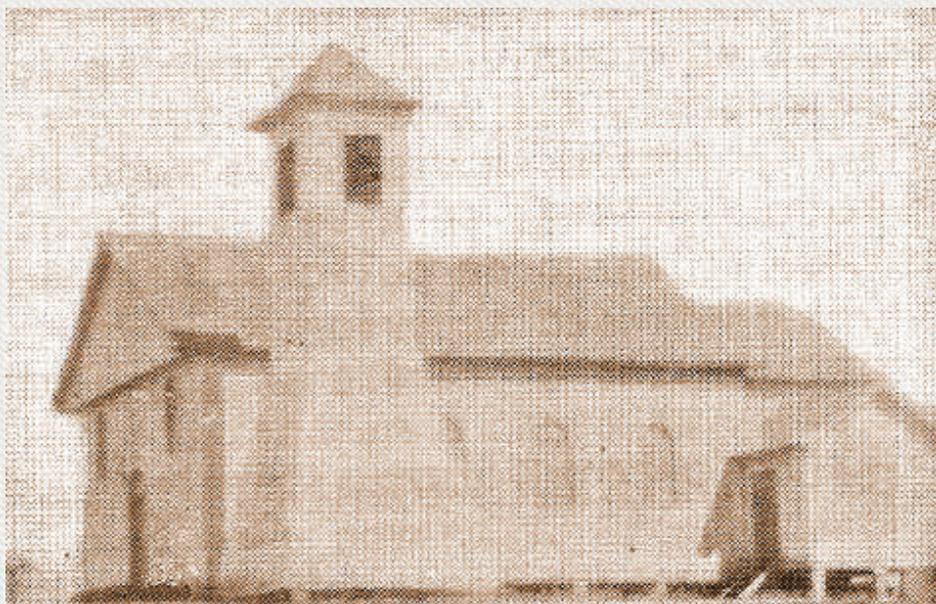


Figura 61: Igreja provisória, utilizada no período de 1960 a 1964, construída na Rua Coronel Bertaso, entre a atual Igreja Matriz e centro comunitário - 1962.  
Fonte: Acervo de João David Folador.



Figura 62: Bênção da pedra fundamental da Igreja Matriz, com a presença de Dom José Thurler, bispo de Chapecó - 1959.  
Fonte: Acervo de Ary Bodanese.



Figura 63: Início da construção da atual Igreja Matriz e, ao lado, o frei Primolano acompanhando os trabalhos - 1959.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.



Figura 64: Construtores da atual Igreja Matriz - 1960.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.



Figura 65: Andamento das obras da Igreja Matriz - 1962.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

A Lei Municipal nº 63/61 declarou a Paróquia de São Lourenço do Oeste de utilidade pública, sendo a primeira instituição daqui a receber o título. Mais tarde, em 1962, por sugestão do vereador Abel Rota, ficou isenta do pagamento dos impostos incidentes sobre os dois veículos jeeps, de sua propriedade.

Na Paróquia, no período de 1959 a 1968, atuaram como vigários frei Donato de Primolano, frei Barnabé de Guarda Vêneta e frei Doroteu de Pádua.

## **2.8 Cine Bandeirante**

No dia 29 de abril de 1961, às 19h40, foi inaugurado o Cine Bandeirante, de propriedade de Albino Rezzieri, instalado num prédio de madeira, na Rua Duque Caxias, em frente à Praça da Bandeira. Os equipamentos foram instalados por Ingo Egon Lichtenow, também responsável pela gerência do cinema até outubro de 1965, quando Alcides Dal Alba Scariotti e Alcides Sotele compraram o prédio e os equipamentos. Em 1970, Alcides Sotele vendeu sua parte para Alcides Scariotti, que deu continuidade ao empreendimento. E, a fim de oferecer maior espaço e maior comodidade, em 1976, no lugar do prédio de madeira, surgiu um prédio em alvenaria para abrigar um dos espaços culturais do Município.



Figura 66: O segundo prédio, de baixo para cima, abrigou o cinema de 1961 a 1976 - 1967/1968.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

Com a modernização e o surgimento de equipamentos domésticos, como a televisão, o videocassete, o DVD, o computador, entre outros, o cinema perdeu sua clientela. De 1994 até meados do ano 2000, o prédio, locado pelo Município, passou a ser utilizado também para outras entidades e para a realização de diversos eventos e atividades. Neste período, a instituição Cine Paradiso realizou várias sessões, como forma de resgate e de conservação da arte cinematográfica.

São Lourenço d'Oeste, 22/4/61.

A CAMARA MUNICIPAL DE  
SÃO LOURENÇO D'OSTE.  
Nesta.

Senhor presidente.

Tenho a honra de convidar esta entidade Legislativa, a comparecer no local do CINE BANDEIRANTE, para assistir a inauguração do mesmo, que se realizará dia (29) vinte e nove do corrente, precisamente às 19h40(7,40) horas.

Serto de ser honrado com uma representação desta distinta Câmara, aproveito do ensejo para reiterar os meus protestos de alta estima e apreço.

Atenciosamente

  
Albino Rezakieri.

Figura 67: Convite para a inauguração do Cine Bandeirante - 1961.  
Fonte Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço de Oeste.

Em 2003, a família Scariotti, proprietária do prédio, transformou esse histórico espaço em uma loja de móveis, mas os equipamentos de cinema ainda estão guardados.



Figura 68: Inauguração do novo prédio do Cine Bandeirante - 1977.  
Fonte: Acervo de Alcides Dal Aba Scariotti.

## **2.9 Outros assuntos de relevância**

No período de 20 de agosto a 20 de outubro de 1961, o prefeito José Ebling esteve em licença para tratar de interesse particular e o presidente da Câmara de Vereadores, Justino José Tietbohl, assumiu o comando do Município.

Durante esse período, o Legislativo e o Executivo precisaram acertar a situação administrativa e territorial do cemitério, observando o acordo com o vigário anterior, frei Donato de Primolano, de que a Paróquia assumiria o espaço, e o novo vigário, frei Barnabé da Guarda Vêneto, não sabia como proceder. Diante disso, uma comissão de vereadores, formada por Carmela Rezzieri Garcia, Valentin Rosso e Ari Bodanese, em reunião com o Vigário, decidiram que o espaço continuaria sob a responsabilidade do Município. Sugeriu ele a divisão do cemitério conforme as leis eclesiásticas, podendo ser feita por ciprestes ou cercas-vivas, e, também, a contratação de um zelador com os custos divididos entre o Poder Público Municipal e a Paróquia.

No início do mês de fevereiro de 1961, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio da Delegacia Regional de Joaçaba e seu delegado Paulo Macarini, comunicou a criação da rádio telegráfico militar para atender São Lourenço do Oeste.

Mais adiante, o Prefeito em exercício convocou a Câmara para falar da grave crise política pela qual o Brasil passava. Este fato motivou o pedido de demissão do delegado de polícia, ocasião em que o Município ficou sem policiamento. Com o temor de ocorrências,

Tietbohl pediu aos vereadores para entrarem em contato com os superiores de Chapecó, a fim de liberarem a contratação de civis e, assim, garantir a ordem, até a solução do problema ora enfrentado.

O ano de 1962 iniciou com grandes expectativas, em razão da participação do Prefeito em reunião na cidade de Chapecó, com outros prefeitos e com o governador Celso Ramos. Na ocasião foi criada a Secretaria Desenvolvimento do Oeste e, no ensejo, apresentadas reivindicações diversas em favor de São Lourenço do Oeste, como:

- estudo para usina elétrica no Rio Macaco, com capacidade de 500 HP;
- estudo para estação e canalização de rede de água e de esgoto;
- fornecimento de mais um motor diesel de 72 HWA = 95 HP;
- construção de 04 salas de aulas;
- transferência de 07 salas de aula do Município para o Estado;
- construção de um prédio escolar para 400 alunos; e
- conservação das estradas de São Lourenço a Chapecó e, também, a Campo Erê.

Diante disto, a Câmara solidarizou-se com o Prefeito e enviou carta ao Governador agradecendo a atenção dispensada e ratificou a necessidade dos pedidos apresentados.

A Secretaria possuía frota de máquinas e de equipamentos rodoviários e muito colaborou na abertura de ruas e de estradas em São Lourenço do Oeste.

De 1959 a 1962, as receitas orçamentárias do Município tiveram a seguinte estimativa:

- 1959: Cr\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil cruzeiros);
- 1960: Cr\$ 6.113.000,00 (seis milhões, cento e treze mil cruzeiros);
- 1961: Cr\$ 5.726.500,00 (cinco milhões, setecentos e vinte seis mil e quinhentos cruzeiros); e
- 1962: Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros).

## **2.10 Conclusão**

Vale destacar que a Câmara de Vereadores aprovou, na 1ª legislatura, um número significativo de atos, ou seja, 108 leis e 26 resoluções. Ao Legislativo cabia o compromisso de dar suporte ao Executivo para que os trabalhos fluíssem, principalmente porque o Município recém-instalado precisava ser estruturado legalmente e, assim, prestar serviços à população, também recém-chegada, e que muito necessitava deste auxílio.

Se comparados os trabalhos do início com os do final da legislatura é possível notar um avanço expressivo. De todas as necessidades, a base principal foi nesta época construída e, posteriormente, melhorada. Em linhas gerais, as limitações eram inúmeras, mas a vontade de ver São Lourenço do Oeste crescer e o trabalho empenhado pelos Poderes tornaram-se essenciais. E com algumas exceções, todas as instalações da época persistem até a atualidade, com ampliações estruturais e de serviços prestados.

Este capítulo reflete uma mescla de atividades executivas e legislativas que, por vezes, deveriam estar num ou noutro Poder. Mas, para a época aqui relatada, e pelas condições existentes, as interferências não trouxeram prejuízos, ao contrário, constituíram-se num somatório de forças com objetivos coletivos. Se assim não fosse, certamente as conquistas não teriam sido tão representativas até os dias atuais.

## **CAPÍTULO 3**

### **2ª LEGISLATURA (31.01.1963 A 31.01.1967) E**

### **2º MANDATO (31.01.1964 A 31.01.1969)**

#### **3.1 Introdução**

Muito ainda necessitava ser feito em São Lourenço do Oeste. Por isso, tanto do Legislativo quanto do Executivo, eram exigidas ações de grande proporção, que demandavam, principalmente, investimento financeiro. Embora uma legislatura e um mandato geralmente se efetivem em quatro anos, aqui é possível notar o quanto este tempo é significativo e determinante para o crescimento e o desenvolvimento integral de uma sociedade. E tudo ainda deve ser analisado a partir de um tempo de muitas limitações financeiras e de acesso às outras esferas da administração pública.

Determinantes ações ficaram marcadas e foram responsáveis pelo direcionamento futuro do nosso Município, numa continuidade, e as instalações aqui feitas representavam as necessidades do povo lourenciano.

Embora parte do período em análise tenha sido vivenciada durante o regime militar, que trouxe significativas perdas políticas e sociais ao País, as lideranças locais, políticas ou não, continuaram o projeto de construção do Município, e o período pode ser caracterizado de grandes conquistas, diante das condições ora existentes.

Investimentos da iniciativa privada começam a ser notados, destinados à indústria, ao comércio e à prestação de serviços, como: agência do correio; CNEC; Banco Bamerindus (hoje HSBC); panificadora; indústria de móveis; empresa de combustível; e hospital. Também houve a instalação da igreja adventista. Outras obras, instituições e ações decorrentes do Poder Público: convênio com o Estado para a construção de escolas municipais; construção da EEB. Sórora Angélica e da Delegacia de Polícia; instalação das primeiras linhas telefônicas; criação do Banco do Brasil S,A, mas instalado anos depois; conclusão da Igreja Matriz, com investimentos financeiros do Poder Público Municipal; aquisição de motoniveladora para a Prefeitura; ampliação da rede elétrica; e pavimentação (calçamento) de algumas ruas da cidade. Ressalta-se o primeiro financiamento para a aquisição de máquinas e de equipamentos e o projeto para a modernização da cidade, no intuito de proporcionar diferenciação e embelezamento às residências.

Apenas pelas nomeações acima é possível verificar o crescimento e o desenvolvimento do Município, próspero a cada ano.

#### **3.2 Eleição dos vereadores e suplências**

A 2ª legislatura de São Lourenço do Oeste iniciou no dia 31 de janeiro de 1963, às 14h30min, na Câmara de Vereadores, com solenidade de posse dos vereadores.

A eleição de 07 de outubro de 1962 foi realizada somente para o Legislativo, haja vista que o mandato dos prefeitos estendeu-se até janeiro de 1964.



No Município havia três partidos, todos lançaram candidatos e os eleitos foram:  
- pelo Partido Social Democrático (PSD): Atílio Ferreira Bueno - 264 votos, Reinaldo Scheid - 176 votos, e Justino José Tietbhol - 111 votos.  
- pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): Francisco Oreste Libardoni - 234 votos, Honório Antonio Bottega - 117 votos, e Olímpio Arcádio Bombassaro - 114 votos.  
- pela União Democrática Nacional (UDN): Ídio Pazini Bastesini - 65 votos.



Figura 69: Atílio Ferreira Bueno  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 70: Reinaldo Scheid  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 71: Justino José Tietbhol  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 72: Francisco Oreste Libardoni  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste





Figura 73: Honório Antonio Bottega  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

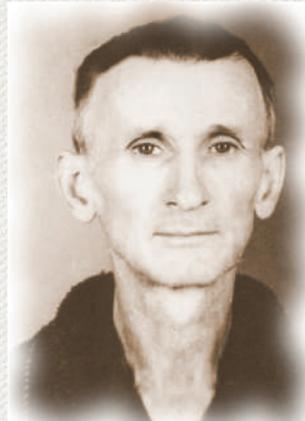


Figura 74: Olímpio Arcádio Bombassaro  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

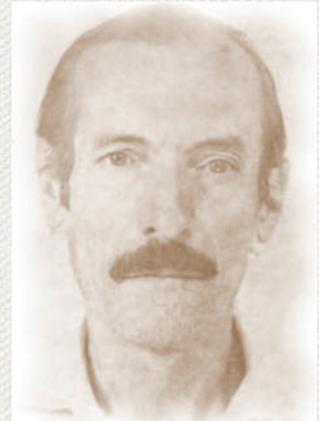


Figura 75: Ídio Pazini Bastezini  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para a suplência, o PSD contou com 05, o PTB com 03 e a UDN com 06 nomes. Em relação à quantidade de votos na legenda, o primeiro partido obteve 826, o segundo 640 e, o último, 261. Dos 1.784 votantes, 34 optaram pelo voto em branco e 23 pelo nulo.

Durante o período, os suplentes que assumiram as licenças dos titulares, de 30 ou 60 dias, foram: Demétrio Antonio Broeto - 1963, 1965 e 1966; Roberto Volkmer Filho - 1963, 1965 e 1966; Vitório Dall'Agnol - 1965 e 1966; e Inocente Pagani - 1966.

### **3.2 Mesas Diretoras e Comissões de Trabalho**

Durante a legislatura, as Mesas Diretoras e as Comissões de Trabalho ficaram assim constituídas:

- 1963:

- Mesa Diretora:

Presidente: Ídio Pazini Bastezini

Vice-presidente: Justino José Tietbohl

1º secretário: Reinaldo Scheid

2º secretário: Francisco Oreste Libardoni

- Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas do Município:

Francisco Oreste Libardoni, Reinaldo Scheid, Justino José Tietbohl, Atílio Ferreira Bueno e Olímpio Arcádio Bombassaro

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:

Francisco Oreste Libardoni, Honório Antônio Bottega e Reinaldo Scheid

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Atílio Ferreira Bueno, Olímpio Arcádio Bombassaro e Honório Antonio Bottega

- Comissão Permanente:

Reinaldo Scheid, Atílio Ferreira Bueno e Honório Antônio Bottega

-1964:

- Mesa Diretora:

Presidente: Atílio Ferreira Bueno

Vice-presidente: Ídio Pazini Bastezini

1º secretário: Reinaldo Scheid

2º secretário: Francisco Oreste Libardoni

- Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas do Município: Francisco Oreste Libardoni, Ídio Pazini Bastezini, Honório Antonio Bottega e Olímpio Arcádio Bombassaro

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis: Justino José Tietbohl, Ídio Pazini Bastezini e Olímpio Arcádio Bombassaro

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Francisco Oreste Libardoni, Justino José Tietbohl e Ídio Pazini Bastezini

- Comissão Permanente: Reinaldo Scheid, Francisco Oreste Libardoni e Olímpio Arcádio Bombassaro

-1965:

- Mesa Diretora:

Presidente: Ídio Pazini Bastezini

Vice-presidente: Honório Antônio Bottega

1º secretário: Francisco Oreste Libardoni

2º secretário: Justino José Tietbohl

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis: Honório Antônio Bottega, Francisco Oreste Libardoni e Reinaldo Scheid

- Comissão de Finanças Orçamentos e Contas do Município: Honório Antônio Bottega, Francisco Oreste Libardoni, Olímpio Arcádio Bombassaro, Justino José Tietbohl, Atílio Ferreira Bueno e Reinaldo Scheid

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Olímpio Arcádio Bombassaro, Atílio Ferreira Bueno e Honório Antônio Bottega

- Comissão Permanente: Honório Antônio Bottega, Atílio Ferreira Bueno e Justino José Tietbohl

O ano foi de poucas atividades legislativas, pois os vereadores reuniam-se por ocasião de convocações do Executivo ou para apreciação de matérias.

- 1966:

- Mesa Diretora:

Presidente: Atílio Ferreira Bueno

Vice-presidente: Honório Antônio Bottega

1º secretário: Reinaldo Scheid

2º secretário: Francisco Oreste Libardoni

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis: Ídio Pazini Bastezini, Honório Antônio Bottega e Justino José Tietbohl

- Comissão de Finanças Orçamentos e Contas do Município: Ídio Pazini Bastezini, Francisco Orestes Libardoni, Reinaldo Scheid, Honório Antônio Bottega e Olímpio Arcádio Bombassaro

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas: Justino José Tietbohl, Francisco Oreste Libardoni e Olímpio Arcádio Bombassaro
- Comissão Permanente: Reinaldo Scheid, Francisco Oreste Libardoni e Justino José Tietbohl

### **3.3 Ações do Legislativo e do Executivo**

De acordo com os registros constantes nos arquivos da Câmara de Vereadores, as ações dos Poderes sempre estiveram bem próximas. Algumas executadas, outras ficaram no status apenas de sugestões, de reivindicações ou de proposições, mas, seguramente, todas de grande valor aos lourencianos.

O deputado federal Paulo Macarini, mandato 1963-1967, visitou São Lourenço do Oeste e teve uma recepção entusiasmada, haja vista que a autoridade muito contribuiu para o desenvolvimento local e regional. De modo geral, a visita mobilizou a Câmara de Vereadores no sentido de, junto ao prefeito José Ebling, viabilizarem uma comitiva para se deslocar a Florianópolis e lá articular diversas ações, dentre elas a instalação e a ampliação da rede de energia elétrica. De 1960 a 1962, Macarini desempenhou a função de Delegado Regional da Fronteira Sudoeste, com sede em Joaçaba (SC), e, novamente, viabilizou ações significativas a São Lourenço. Seu irmão, o médico Luiz Macarini, aqui exerceu a medicina no período de 1966 a 1976.

Paulo Macarini reelegeu-se deputado federal por Santa Catarina para o mandato 1967-1971. Cassado em janeiro de 1969, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, face o disposto no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Foi novamente eleito deputado federal constituinte para o mandato 1987-1991.

Por proposição do vereador Justino José Tietbohl, a Câmara solicitou providências urgentes ao Governador do Estado, à Secretaria de Segurança Pública e à Assembleia Legislativa, no sentido de suprir os cargos de delegado de polícia nos distritos de Leoberto Leal, de Presidente Juscelino e de Novo Horizonte.

No mês de junho do mesmo ano, consternada com o falecimento de Sua Santidade, o Papa João XXIII, o Legislativo aprovou o envio de condolências ao Vaticano, ao Chefe da Igreja Católica de Santa Catarina e ao vigário da Paróquia São Lourenço, frei Barnabé.

Demétrio Broeto e Francisco Oreste Libardoni, a pedido deste, formaram uma comissão e, com o prefeito José Ebling, buscaram estabelecer parceria com o município de Vitorino (PR), a fim de trocar serviços de máquinas e, assim, propiciar melhorias nas ruas e nas estradas de São Lourenço do Oeste.

Importante ação foi desencadeada em 25 de agosto de 1963, quando representantes da Câmara, prefeitos e outras lideranças dos municípios de São Lourenço do Oeste, de Campo Erê, de Galvão, de São Domingos e de Abelardo Luz reuniram-se, em Galvão, para discutirem a instalação da energia elétrica nesta região.

Como aqui a energia ainda era gerada por motores a diesel e, com vistas a ampliar o atendimento à população, o vereador Reinaldo Scheid solicitou o apoio dos vereadores para, com o Executivo Municipal, viabilizarem o fornecimento também aos sábados à tarde e aos domingos pela manhã. E, também, devido à repentina alta do preço dos combustíveis, o vereador Francisco Oreste Libardoni apelou à Câmara para que, urgentemente, fosse apreciado o anteprojeto do Executivo, elevando o preço do kw/h da luz elétrica.

Ainda no mês de dezembro de 1963, o Governador do Estado reuniu-se com prefeitos

e lideranças da região, em Chapecó, e autorizou Serafim Bertaso, secretário de negócios do Oeste, a construir uma usina de energia elétrica em Quilombo, além de viabilizar auxílio para a aquisição de uma motoniveladora para São Lourenço do Oeste.

Como a cidade expandia-se e as necessidades de infraestrutura também, especialmente as relacionadas à energia elétrica e às comunicações, a Casa de Leis aprovou, em novembro de 1964, o projeto do Executivo Municipal que criou o Departamento Municipal de Energia e Comunicações. Sob a responsabilidade deste setor ficaram os serviços de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e os de comunicações telefônicas no Município.

Face à crescente demanda de estudantes e à precariedade de espaço físico da época, no início de 1963, a Câmara autorizou o Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado para a construção de prédios escolares. Decorrente do convênio, ainda no mesmo ano, foi construído o prédio para abrigar o Grupo Escolar Sórora Angélica, na Rua Rio de Janeiro, esquina com a Rua Dom Pedro II. A partir de 1965, esta escola passou a abrigar o Educandário Santa Maria Goretti. Ao longo de sua existência, o prédio recebeu várias reformas e ampliações para atender a crescente demanda. Até 1971, a instituição denominava-se Ginásio Normal São Lourenço. No mesmo ano passou a denominar-se Escola Básica Sórora Angélica, em 1995, Colégio Estadual Sórora Angélica e, atualmente, Escola de Educação Básica Sórora Angélica.

No mês de maio de 1964, o Executivo Municipal foi autorizado a ceder a sala da Câmara de Vereadores para o funcionamento da Escola Noturna, destinada ao ensino de adultos.

Por último, no que se refere à educação do período em análise, em 26 de novembro de 1966, na sala de recepção do Hotel Avenida, foi realizada uma reunião para a fundação do Setor São Lourenço do Oeste, da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC), recebendo a denominação de Escola Técnica de Comércio Jorge Lacerda. As atividades iniciaram em 1967, tendo como local o prédio do Educandário Santa Maria Goretti. Por sua vez, a Municipalidade, em novembro de 1967, adquiriu e doou a área para a construção do prédio próprio da escola e, por muitos anos, também contribuiu com a sua manutenção. Em 31 de dezembro de 2010, a CNEC local encerrou suas atividades.



Figura 76: Colégio Cenecista Jorge Lacerda (CNEC) - 2007.  
Fonte: Acervo da Escola CNEC.



Figura 77: Vista aérea da cidade de São Lourenço do Oeste - 1966.  
Fonte: Acervo da família Cenci.

A Câmara expressou reconhecimento e agradecimento ao cidadão Arnaldo Mendes, por sua valorosa contribuição ao Município, como as doações de terrenos para as construções do grupo escolar, da cadeia pública, do cemitério, da praça, entre outras.

Pela Lei Federal nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, que instituiu o Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o Município recebeu recursos financeiros, a fim de auxiliar o setor de estradas de rodagem, de transportes e de comunicações.

Outro grande benefício foi anunciado no mês de dezembro de 1963, quando o deputado Paulo Macarini, via telegrama, comunicou à Câmara ter conseguido verba para linhas telefônicas, além de instruções para a criação da Agência do Banco do Brasil no Município.

Um dos primeiros projetos de lei aprovado pela Casa de Leis, em 1964, autorizou o Executivo a buscar financiamento, em qualquer casa bancária, comércio ou indústria, para adquirir máquinas e equipamentos. Tal medida se fez necessária pela urgência de aberturas e de melhorias na malha viária da cidade e do interior. Na época, São Lourenço do Oeste mantinha parceria com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Obras e de Negócios do Oeste, para a utilização de máquinas pesadas de propriedade do Estado.



Figura 78: Trator de esteira da Secretaria dos Negócios do Oeste, abrindo ruas em São Lourenço do Oeste - 1964.

Fonte: Acervo da família de Zeno Germano Etges.

Houve, também, por parte do vereador Ídio Pazini Bastezini, a proposta de criação de um matadouro municipal. Porém, segundo argumentos da maioria dos vereadores, o Município não tinha condições financeiras para tal obra e não aprovaram a proposição. O vereador também propôs a criação de um órgão controlador de preços e, novamente, a maioria dos vereadores votou contra, justificando que esta ação não era de competência municipal. Sugeriu, ainda, a criação da Inspeção de Ensino Municipal, proposição esta aprovada por unanimidade.

Com o crescimento acelerado da cidade, a Municipalidade teve algumas atitudes com vistas à modernização do perímetro urbano, amparada pela Lei nº 15, de 06 de maio de 1964. Uma delas foi a proibição do uso de “tabuinhas” na cobertura das habitações da cidade.

O Executivo também teve amparo para a realização de obras de pavimentação das ruas, sem ônus direto aos cofres públicos, mas em acordo com os proprietários urbanos interessados nestes serviços. Aos proprietários cabia firmar contrato com empresas ou firmas empreiteiras e, à Prefeitura, o fornecimento das demarcações de alinhamento e de nivelamento das ruas, ou trechos a serem calçadas. Mas somente em 1969, no mandato de José Ebling, foram efetivadas as obras de calçamento, mediante contrato com proprietários dos lotes urbanos.

Ainda no período 63/66 foi criado um conjunto de leis que incidiam sobre todos os lotes urbanos, com o objetivo de acelerar as atividades pertinentes às melhorias do perímetro urbano.

Cogitava-se a possibilidade de lotear toda a área destinada à praça, espaço já muito utilizado na época. O assunto tomou conta da população e, principalmente, dos meios político e religioso. Porém, o loteamento não se efetivou e, anos mais tarde, em meados de 1975, a praça em frente à Igreja Matriz foi construída.



Figura 79: Vista da praça central, na Avenida Brasil, procissão e, à esquerda, a Igreja Matriz, em fase de conclusão - 1966.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

A Resolução nº 3/66, da Câmara de Vereadores, autorizou o Executivo a adquirir diversas máquinas rodoviárias, e a de nº 10/66, a aquisição, por financiamento, da aparelhagem para a instalação dos serviços telefônicos em São Lourenço do Oeste, cujos serviços iniciaram em 1967. E, no mês de março de 1966, foi aprovado o projeto do vereador Demétrio Antônio Broeto para a criação do posto de fiscalização na divisa com Quilombo.

Em 17 de dezembro de 1966 faleceu o coletor estadual do posto de São Lourenço do Oeste, Aldo Lemos. Em virtude da ausência do prefeito, o Plenário da Câmara autorizou o presidente do Legislativo a decretar luto oficial por três dias. Anos mais tarde, em homenagem póstuma, a ele foi atribuída denominação de via pública, a Rua Aldo Lemos.

### **3.4 Empresas e órgãos públicos instalados**

No que tange aos investimentos privados, alguns podem ser destacados, como a Madeireira São Lourenço Ltda, fundada em 1964, por José Ebling, da qual anteriormente, era pequeno acionista. Em 1968 vendeu-a a Anselmo Milan, uma vez que concorreria novamente ao cargo de prefeito.

Já no final de 1963, a família de Adelino Grobe, procedente de Palmas (PR), aqui chegou e instalou uma panificadora em casa alugada, de propriedade da Empresa Saudades. Por volta de 1966, os filhos mais velhos, Gelson, Olivir e Eliezer, arrendaram casarões de madeira de João Bruscatto e iniciaram atividades moveleiras desenvolvidas artesanalmente. A empresa prosperou e, no auge, nas décadas de 90 e início de 2000, estava consagrada como uma das mais importantes indústrias de São Lourenço do Oeste, pois fabricava móveis e comercializava-os no Brasil e no exterior. Em final de 2005, por problemas financeiros, a Indústria de Móveis Grobe paralisou suas atividades.

A fim de contribuir com o desenvolvimento aqui visualizado, no ano de 1964, o primeiro banco passou a fazer parte da nossa história, ou seja, a filial do Banco Mercantil do Brasil, o Banco Bamerindus do Brasil, instalado na Avenida Brasil, em prédio alugado, em frente ao Avenida Hotel. Desde 1999, atende no Centro Comercial Polesello, na Rua Coronel Bertaso, agora com a denominação de HSBC.

Também a Igreja Adventista do 7º Dia estabeleceu-se no Município no período em análise.

Outras duas grandes conquistas do período resultaram da instalação da Agência de Correios, em 1963, e da construção da atual Delegacia de Polícia Civil, localizada na Rua Pedro Álvares Cabral.



Figura 80: Agência de Correios, na Rua Duque de Caxias - 2015.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 81: Delegacia de Polícia de São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### 3.5 Igreja Matriz

Estava em construção uma das maiores obras de São Lourenço do Oeste, a Igreja Matriz, edificação imponente, no centro, grandiosa para a época e proporcional à visão dos primeiros moradores, que vislumbravam um município promissor.

O Poder Público não poderia furtar-se em colaborar financeiramente com esta obra, até porque a maioria dos moradores da época era católica e a religiosidade preponderava na cultura e nos hábitos das famílias. Com a aprovação da Lei nº 14, de 04 de agosto de 1964, o Executivo efetuou abertura de crédito especial no orçamento para auxiliar na construção, no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). A inauguração aconteceu no dia 24 de julho de 1966, com ampla programação religiosa e participação de autoridades religiosas, civis, militares e população.



Figura 82: Celebração para o recebimento da imagem de Nossa Senhora Aparecida à Igreja Matriz, quase concluída, em 25 de abril de 1966.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.



Figura 83: Área reservada à praça e celebração na Igreja Matriz, recém-inaugurada - 1966.  
Fonte: Acervo de Acides Dal Alba Scariotti.



Figura 84: Igreja Matriz - 1975/1976.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.



### **3.6 Hospital da Fundação**

Um grupo de empresários, liderados por Francisco Oreste Libardoni, Alésio Fin e Lídio Sutilli, fundou e construiu, em 1964, o Hospital Beneficente São Roque, como resultado de títulos vendidos a acionistas, principalmente a agricultores. Localizava-se na esquina das Ruas Gílio Rezzieri e Duque de Caxias. Neste mesmo ano, a Lei nº 09, de 06 de maio de 1964, reconheceu a instituição de utilidade pública. São Lourenço do Oeste contava, então, com dois hospitais.

Luiz Macarini, em 1966, começou a atuar no Hospital Beneficente São Roque e adquiriu a maioria das quotas da sociedade. Dez anos mais tarde, o médico vendeu-o ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que o transformou em Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural, popularmente chamado de Hospital da Fundação. Em 1981 foi construído o atual prédio de alvenaria, na Rua Coronel Bertaso.



Figura 85: Hospital da Fundação, Rua Gílio Rezzieri, esquina com a Rua Duque de Caxias, pouco antes de ser demolido - 1976.

Fonte. Acervo de João David Folador.

### **3.7 Eleição Municipal para o Executivo**

No dia 06 de outubro de 1963 foi realizada a eleição apenas para prefeito, pois a figura do vice ainda não existia. Os partidos políticos decidiram trabalhar em conjunto e lançaram Zeno Germano Etges, do PSD, como candidato único pela coligação Frente Única Municipal, formada pelos partidos PSD, UDN e PTB, para o mandato de 31 de janeiro de 1964 a 31 de janeiro de 1969. Votaram 1.478 eleitores, de um total de 2.130 cadastrados, e o candidato recebeu 1.352 votos.

Registra-se, ainda, que a posse ocorreu às 15 horas do dia 31 de janeiro de 1964, na Câmara de Vereadores, e a solenidade de transmissão do cargo de prefeito no Clube Recreativo Araucária (CRA), com a participação de autoridades e da população lourenciana.



Figura 86: Zeno Germano Etges  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 87: Transmissão de cargo de prefeito. Da direita para a esquerda: Serafim Enos Bertaso, secretário do Oeste; José Ebling, Zeno Germano Etges - prefeito empossado, e vereadores Justino José Tietbohl, Ídio Pazini Bastezini, Francisco Oreste Libardoni e, ao fundo, Ary Bodanese - 1964.

Fonte: Acervo família de Zeno Germano Etges.

Nesta legislatura, os valores das receitas orçamentárias tiveram a seguinte previsão:

-1963: Cr\$ 16.041.000,00 (dezesseis milhões e quarenta e um mil cruzeiros);

-1964: Cr\$ 40.547.500,00 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros);

-1965: Cr\$ 92.250.000,00 (noventa e dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros); e

-1966: Cr\$ 145.900.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões e novecentos mil cruzeiros)

### **3.8 Conclusão**

O período aqui apresentado traz uma particularidade em relação ao antecedente e aos vindouros, ou seja, não houve coincidência de início e de término entre os mandatos do Legislativo e do Executivo, motivo pelo qual no texto está caracterizada, inicialmente, a eleição para vereadores e, posteriormente, para prefeito. Como resultado de lei federal, o mandato do Executivo foi estendido de quatro para seis anos.

De todos os anos da 2ª legislatura, 1965 diferencia-se dos outros, no sentido de certo retraimento de ações, talvez por insegurança diante do contexto histórico decorrente do regime militar, implantado em março de 1964.

Entraram em vigor, de 1963 a 1967, 99 leis e 10 resoluções, no intuito de dar suporte à estrutura financeira, à infraestrutura, aos serviços públicos, entre outros. Era necessário formar a base legislativa para os investimentos e os serviços públicos a serem feitos e prestados à população.

Numa comparação, é notória a evolução do 1º para o 2º períodos até então verificados. Pelos relatos feitos no decorrer do capítulo, a junção de esforços entre os Poderes instalados e a sociedade privada refletiram em ações de grande proporção aos aqui residentes e também aos visitantes. É possível perceber que São Lourenço do Oeste, desde o início, resulta de planejamentos, a exemplo das nossas ruas, com traçado linear diferenciado de cidades maiores. E os precursores desse processo, mesmo com poucas condições, conseguiram pensar o Município nos seus aspectos estrutural e estético, questões amplas para a realidade da época.



## **CAPÍTULO 4**

### **3ª LEGISLATURA (31.01.1967 A 31.01.1970) E**

### **3º MANDATO (31.01.1969 A 31.01.1973)**

#### **4.1 Introdução**

Assim como as legislaturas e mandatos antecedentes, grandes iniciativas marcaram o período de 1967 a início da década de 1970. Na época já havia a necessidade de repensar e de ampliar algumas ações, bem como de criar outras, com vistas ao processo evolutivo da sociedade brasileira e, principalmente, dos cidadãos residentes no jovem São Lourenço do Oeste.

No decorrer da leitura é notória a dimensão das leis então criadas, pois, diante dos contextos estadual e federal, o Poder Público Municipal precisava responder com dinamismo e celeridade. Para isso, mesmo com apenas uma década de emancipação, já se fez necessária uma reformulação da estrutura administrativa, criando outros atendimentos, a fim de dar conta dos setores básicos, como estradas, educação, cultura. Investir na saúde ainda não se constituía como compromisso público, motivo de não constar entre os órgãos da nova estrutura.

De proporção análoga foi a criação de normas direcionadas à construção, à reconstrução, à reforma de casas e de prédios no perímetro urbano, à isenção de tributos municipais e à implantação de empresas novas e sem similares no Município.

Mais de quatro décadas decorrem do período em análise e, numa comparação, estão evidentes as diferenças entre as realidades passada e atual, assim como as grandes conquistas. Além das já citadas, podem ser destacadas outras, classificadas como inéditas, diante do existente e da previsão para curto, médio e longo prazos, a saber: implantação da Acaresc e da Biblioteca Municipal Santos Dumont; doação de terrenos à COHAB e à CNEC; criação da escola de Santa Inês e do emblema do Município; aquisição de máquinas e de terrenos para a instalação das subprefeituras; e pavimentação de ruas e construção da Rodoviária Municipal.

Data de 1967 a instalação da 1ª linha telefônica e da rede de energia elétrica e, de 1968, os primeiros sinais de televisão, benefícios todos vindos do Paraná.

Não se pode olvidar a ocorrência de situações desconfortantes no Legislativo, como a polêmica para a construção da Praça da Bandeira. Mas a gratuidade do trabalho do Poder destacava-se, motivo pelo qual as reuniões realizavam-se por convocação. Esta organização pode ter repercutido nas atividades dos vereadores, a exemplo da ausência às sessões Câmara, que resultou até em cassação de mandato.

Ainda, houve ações para além das obras, como a concessão de títulos a autoridades políticas e religiosas.

A eleição para o Executivo, ocorrida no ano de 1968, apresentou algumas diferenças significativas, se comparada às anteriores, como: último pleito com períodos distintos entre os Poderes, inclusão da figura do vice-prefeito e mais de um candidato a prefeito e a vice por legenda. Esta, seguramente, causa impacto, quando analisada de acordo com a

atual legislação eleitoral.

As linhas gerais acima apresentadas não dispensam a leitura do texto, porque nele consta a riqueza de detalhes que contribuem para a identificação histórica do nosso Município.

#### **4.2 Eleição dos vereadores**

A terceira legislatura iniciou com a posse dos vereadores eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966. Esta eleição aconteceu somente para a Câmara de Vereadores, com 03 anos de mandato e, para o Executivo Municipal, ocorreu em 1968.

Os vereadores eleitos foram:

- pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB): Orlando Bessegatto - 256 votos, Lídio Sutilli - 181 votos, Dionísio Biazussi - 177 votos, e Honório Antônio Bottega - 168 votos.

- pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA): José Ebling - 827 votos, Eulívio Antônio Pastre - 229 votos, e Euclides Fontana - 156 votos.

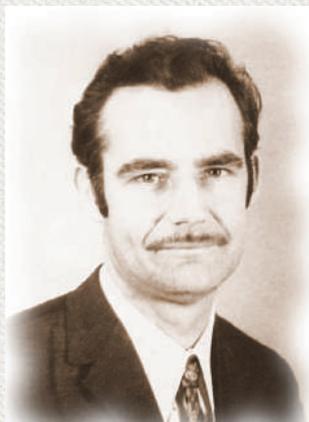


Figura 88: Orlando Bessegatto

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 89: Lídio Sutilli

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 90: Dionísio Biazussi

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 91: Honório Antônio Bottega  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 92: José Ebling  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 93: Eulívio Antônio Pastre  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 94: Euclides Fontana  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Nestas eleições, o Município contava com 3.042 eleitores e, destes, 2.485 votaram, 557 abstiveram-se, 86 votaram em branco e 43 anularam o voto. O MDB recebeu 1.207 e a ARENA 1.149 votos.

A posse dos vereadores aconteceu na Câmara de Vereadores, em 31 de janeiro de 1967, às 15 horas, sob a presidência do vereador Honório Antônio Bottega, que assim proferiu: “Prometo, por minha honra e pela Pátria, defender as instituições da República, do Estado e do Município, desempenhando fielmente o mandato que o povo me confiou”. Em seguida, o presidente interino da Casa passou o cargo ao vereador de mais idade, José Ebling, para os demais encaminhamentos.

Durante o período, assumiram o mandato os seguintes suplentes:

- pelo MDB: Euclides Menegatti - em períodos diversos nos anos 1967, 1968 e 1969; Olávio Erbes - em períodos diversos de 1968 e de 1969; Francisco Tercílio Santin - período de 1969; Oscar Ferreira Bueno - período de 1968; e Wilson Nizer - períodos de 1968 e de 1969.

- pela ARENA: Demétrio Antonio Broetto - períodos de 1967, de 1968 e de 1969; Léo Carlos Silveira - períodos de 1968 e de 1969; e Atílio Ferreira Bueno - períodos de 1968 e de 1969. O primeiro suplente, Hermes Gabriel Ioris, abriu mão da vereança, pois se licenciava sempre que convocado.



Figura 95: Vereadores titulares no dia da posse, acompanhados pelo prefeito Zeno Germano Etges - 1967.

Fonte Acervo de Dionísio Biazussi.

Vale lembrar que as reuniões da Câmara eram realizadas por convocação do presidente, quando as matérias demandavam discussões e votações. A participação dos vereadores também não era tão efetiva, em razão de dificuldades diversas e, também, da extinção da remuneração do Legislativo Municipal, decretado pelo regime militar.

#### **4.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas**

Durante a legislatura, as Mesas Diretoras e as Comissões Técnicas ficaram assim constituídas:

- 1967:

- Mesa Diretora:

Presidente: Dionísio Biazussi

Vice-presidente: Orlando Bessegatto

1º secretário: Lídio Sutilli

2º secretário: José Ebling

- Comissão de Constituição e Justiça: Lídio Sutilli, Honório Antônio Bottega e José Ebling

- Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município: Dionísio Biazussi, Orlando Bessegatto, José Ebling, Lídio Sutilli e Eulívio Pastre

- Comissão de Educação e Assistência Social e Obras Públicas: Honório Bottega, Orlando Bessegatto e Euclides Fontana

- Comissão Permanente: Honório Antônio Bottega, Dionísio Biazussi e Eulívio Antônio Pastre

- 1968

- Mesa Diretora:

Presidente: Lídio Sutilli

Vice-presidente: Honório Antônio Bottega

1º secretário: Orlando Bessegatto

2º secretário: Euclides Fontana

- Comissão de Constituição e Justiça:

Presidente: Dionísio Biazussi

Membros: Lídio Sutilli e Eulívio Antônio Pastre

- Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município:

Presidente: Lídio Sutilli

Membros: Honório Bottega, Orlando Bessegatto, Demétrio Antônio Broetto e Euclides Fontana

- Comissão de Educação e Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Dionísio Biazussi

Membros: Demétrio Antonio Broetto e Honório Antônio Bottega

- Comissão Permanente:

Presidente: Dionísio Biazussi

Membros: Orlando Bessegatto e Euclides Fontana

- 1969:

- Mesa Diretora:

Presidente: Lídio Sutilli

Vice-presidente: Demétrio Antônio Broetto

1º secretário: Dionísio Biazussi

2º secretário: Oscar Ferreira Bueno

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Lídio Sutilli

Membros: Eulívio Antônio Pastre e Wilson Nizer

- Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município:

Presidente: Dionísio Biazussi

Membros: Hermes Gabriel Ioris, Demétrio Antônio Broetto, Oscar Ferreira Bueno e Lídio Sutilli

- Comissão de Educação e Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Hermes Gabriel Ioris

Membros: Oscar Ferreira Bueno e Wilson Nizer

- Comissão Permanente:  
Presidente: Eulívio Antônio Pastre  
Membros: Wilson Nizer e Dionísio Biazussi

#### **4.4 Ações do Legislativo e do Executivo**

Uma das primeiras discussões na Câmara foi a doação de área de terra à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), para a construção de 50 casas populares, matéria aprovada por unanimidade, resultando na Lei nº 72, de 03 de maio de 1967. A fim de avaliar as propostas à referida aquisição, a autorização resultou na instalação de uma comissão de acompanhamento ao Prefeito, que ficou assim composta: delegado de polícia, representantes da sociedade, Albino Rezzieri e Raulino Bogo, e os vereadores, Lídio Sutilli, José Ebling, Honório Antônio Bottega e Inocente Pagani.

Pela Lei nº 76, de 08 de agosto de 1967, a Câmara estabeleceu as datas dos seguintes feriados religiosos: Corpus Christi, Sexta-feira da Paixão, Dia do Papa (29 de junho - São Pedro e São Paulo) e Imaculada Conceição (08 de dezembro). O projeto foi elaborado em consonância com o disposto no art. 11, da Lei Federal nº 605, de 05 de janeiro de 1949, modificado pelo Decreto-Lei nº 86, de 27 de dezembro de 1966, que estabelecia o máximo de 04 feriados religiosos no município, a serem definidos de acordo com a tradição local.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Município, em março de 1990, algumas alterações ocorreram, haja vista o dia 26 de julho, dia de instalação do Município, ter sido estabelecido como feriado civil. Então, Sexta-feira da Paixão, Corpus Christi e Dia dos Finados constaram na lei como feriados religiosos.

Preocupada com a segurança pública, a Câmara, atendendo a proposição do vereador Dionísio Biazussi, solicitou ao Governo do Estado que, por meio da Secretaria de Segurança Pública, deslocasse um veículo jeep para atender a Comarca, pois o delegado e os policiais não dispunham de transporte.

A Lei nº 78, de 12 de junho de 1967, estabeleceu normas para a construção, a reconstrução e a reforma de casas e de prédios no perímetro urbano e suburbano da cidade. Tal medida visava o crescimento ordenado, mantendo, desde o início, o traçado das ruas. Os proprietários deveriam manter recuo de 04 metros, no mínimo, para residências, e os prédios poderiam ser construídos no alinhamento da rua. Na parte central da Avenida Brasil, as novas edificações somente poderiam ser de alvenaria.

Por outro lado, a área de 3.600 m<sup>2</sup>, destinada à praça, criou muita polêmica, pois se encontrava escriturada em nome da Cia Industrial Saudades. Confrontava com a Avenida Brasil e as Ruas Duque de Caxias e Nereu Ramos. Como tentativa de solucionar a questão, o Prefeito enviou um projeto de lei à Câmara para permutar essa área por outra de 900 m<sup>2</sup>, de propriedade do Município, adjacente àquela em questão. Esta área confrontava com a Travessa São Pedro, em frente à Igreja Matriz, e com as Ruas Duque de Caxias e Nereu Ramos. Depois de ampla discussão na Câmara, o projeto foi rejeitado pela maioria dos vereadores e, mesmo assim, a edificação da praça aconteceu em 1975.



Figure 96: Vista aérea do centro cidade, com destaque à área da praça - 1967.

Fonte: Acervo da família Cenci.

Por seu turno, o vereador Lídio Sutilli fez várias proposições de grande relevância ao Município. Num primeiro momento, solicitou providências ao Governador do Estado para a instalação, com brevidade, de uma unidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Acaresc), órgão que seria de grande valia e amparo aos agricultores. Já no segundo semestre de 1969, a empresa iniciou suas atividades em convênio com São Lourenço do Oeste.

A Câmara solicitou ao Executivo Estadual a inclusão da conservação da rodovia que liga São Domingos a São Lourenço do Oeste no Departamento de Estradas de Rodagem.



Figura 97: Visita do governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, e o prefeito Zeno Germano Etges, discursando - 1969.

Fonte: Acervo de José Ebling.

No dia 06 de fevereiro de 1968, a Câmara concedeu o Título de Co-Patrono da Paróquia São Lourenço Mártir a São Lourenço de Brindes, cuja defesa partiu do vigário da Paróquia, frei Silvestre de Colombo. Com aprovação unânime, a matéria foi oficializada pela Resolução nº 04, de 06 de agosto de 1968, e concedida tal homenagem no dia 11 de agosto de 1968, em solenidade na Igreja Matriz.

Em sessão solene da Câmara, no dia 06 de outubro de 1968, o governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, e o secretário dos negócios do Oeste, Serafim Enos Bertaso, receberam o título de Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste.

E, no dia 19 de novembro de 1969, o mesmo Título foi concedido ao frei Patrício de Nébola, conforme previsto na Resolução nº 06, de 24 de novembro de 1969. Por motivo de doença do homenageado, a entrega não ocorreu, mas a resolução manteve-se.

Devido ao pequeno espaço disponível para a Câmara, uma sala anexa à Prefeitura, o seu presidente, vereador Lídio Sutilli, propôs resolução para transferi-la a uma casa alugada, de propriedade de Valdemar Pressotto. Em deliberação, o plenário achou melhor e mais conveniente providenciar a ampliação da sala. Durante a sessão, os vereadores conversaram com o secretário do prefeito, Arno Ignácio Etges, que se comprometeu em fazer um estudo com o Executivo para a ampliação do espaço até o mês de fevereiro de 1969. Porém, a ampliação ocorreu somente a partir do segundo semestre de 1971.

Algumas das principais ruas da cidade tiveram a denominação alterada, atribuindo-lhes nomes de pioneiros e de pessoas importantes que contribuíram para o progresso de São Lourenço do Oeste, como: Aldo Lemos, Ernesto Beuter, Guilherme Hack, Benedita Libardoni, João Beux Sobrinho, Gílio Rezzieri e Lúcia Hack.

Vale lembrar que o vereador Sutilli apresentou todas as proposições acima expostas.

Já o vereador Demétrio Broetto sugeriu a construção de uma estátua do Cristo Redentor, numa das colinas próximas a cidade, e que o Prefeito procurasse o vigário para maiores entendimentos. A Câmara encaminhou a sugestão ao Executivo Municipal.

Em conformidade com o art. 8º, inciso II, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de setembro de 1967, no dia 07 de maio de 1968, os vereadores Eulívio Antônio Pastre e Euclides Fontana tiveram seus mandatos extintos, por contarem com excesso de faltas às sessões daquele ano. Para suas vagas foram convocados os suplentes Léo Carlos Silveira e Demétrio Antônio Broetto. Entretanto, ao dia 06 de novembro, os titulares retornaram aos trabalhos e, no dia 28 de novembro, a Câmara teve conhecimento da certidão do Cartório Civil e Crimes, declarando extinto o mandato de Euclides Fontana. O suplente Demétrio Antônio Broetto substituiu-o e o vereador Eulívio Antônio Pastre foi reintegrado ao cargo.



Figura 98: Ivo Silveira, governador do Estado de Santa Catarina  
Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina



Figura 99: Frei Patrício de Nébola  
Fonte: Paróquia São Lourenço Mártir

Em maio de 1967, a Câmara autorizou o Prefeito a adquirir terreno para a construção das subprefeituras dos distritos de Novo Horizonte e de Presidente Juscelino. Na época, desempenharam a função de subprefeitos: Abel Rota e Helmuth Klockner, respectivamente, e, na sequência, Primo Verona, para Presidente Juscelino, e Quintiliano Becker, para o distrito de Leoberto Leal.

A Câmara autorizou o Executivo a adquirir uma área de terra de 3.000 m<sup>2</sup>, no perímetro urbano da cidade, e doá-la à Escola Técnica do Comércio Jorge Lacerda (CNEC), para fins de construção da unidade de São Lourenço do Oeste. Pela área, o Município pagou à Companhia Colonizadora e Industrial Saudades o valor de Ncr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros novos). Ainda, a Lei n<sup>o</sup> 17, de 04 de setembro de 1969, obrigou o Município a incluir, no orçamento anual, o percentual mínimo de ½ (meio por cento) de sua arrecadação para destiná-lo à referida escola. Esta Lei vigorou por vários anos.

O prefeito Zeno Etges reformulou a estrutura administrativa do Município e, com o aval do Legislativo, sancionou a Lei n<sup>o</sup> 74, de 03 de maio de 1967, que criou os seguintes Órgãos:

I - Órgãos de Administração Geral

- 1 - Secretaria;
- 2 - Serviços de Fazenda, divididos em unidades:
  - a) Setor de Tributação
  - b) Contadoria
  - c) Tesouraria

II - Órgãos de Administração Específica

- 1- Secretaria de Obras Públicas (vinculação ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagem - DMER):
  - a) Serviços de Obras e Viação

- b) Serviço de Educação e Cultura
- c) Serviços Urbanos
  - Setor de Limpeza Pública
  - Setor de Parques e Jardins
  - Mercado Municipal
  - Matadouro Municipal
  - Cemitério Municipal
  - Guarda Municipal
- d) Serviços de Comunicações

### III - Órgãos de Desconcentração Territorial

- 1 - Subprefeitura de Presidente Juscelino
- 2 - Subprefeitura de Novo Horizonte
- 3 - Subprefeitura de Leoberto Leal

Em razão do crescimento do Município, das necessidades e da evolução da legislação, essa estrutura foi reformulada nos mandatos seguintes.

Também, com o crescimento e o desenvolvimento, o Executivo incentivou a vinda de novas empresas. Propôs, e a Câmara aprovou, a isenção dos tributos municipais por 05 anos, para as novas indústrias sem similares aqui, exceto as contribuições de melhoria.

Visando ampliar e melhorar o fornecimento de energia elétrica para a cidade, o prefeito Zeno Germano Etges enviou projeto de lei à Câmara, transformado na Lei nº 71, de 16 de dezembro de 1977, com o objetivo de doar todo o material elétrico pertencente à atual rede de distribuição da cidade (fios, isoladores, postes) à Cooperativa de Eletrificação Rural de São Lourenço do Oeste, de responsabilidade limitada, ressalvado o material em bom estado para a construção da rede telefônica. O projeto previu, ainda, o repasse de recursos no valor de Cr\$ 10.000,000 (dez milhões de cruzeiros), advindos do Ministério das Minas e Energias, em material elétrico para a referida Cooperativa, a ser utilizado nas diversas redes da cidade.

Em 1967, São Lourenço do Oeste contou com os serviços de telefonia, via Pato Branco, disponibilizados por uma central instalada na residência de Marcírio Reichert. Esse sistema permitiu a comunicação por DDD antes de Chapecó, devido à evolução do setor no Paraná e São Lourenço do Oeste localizar-se nesta divisa. Pode usufruir cedo deste benefício, para o qual, no final do ano, foi estabelecido convênio com a Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar), para a instalação da linha telefônica de São Lourenço do Oeste - Vitorino - Pato Branco. Igualmente aconteceu com a energia elétrica que, devido à parceria com o Estado paranaense, o Município pode receber tal benefício.



Figura 100: Centro telefônico instalado na residência de Marcírio Reichert e as amigas Nadir Reichert e Marlene Santian - 1967.

Fonte: Acervo da família Reichert.

Os primeiros sinais de televisão aqui chegaram em 1968, também vindos do Paraná. Este serviço foi facilmente atendido pelo fato de São Lourenço localizar-se distante dos centros maiores de Santa Catarina e pela proximidade com Pato Branco. Desde os primórdios, nosso Município tem forte ligação com o outro Estado, tanto é que a colonização efetivou-se via Clevelândia e Pato Branco, mesmo para quem vinha do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense.

Devido às dificuldades de ter aparelhos de televisão nas residências, bem como de sinais de transmissão das emissoras, o TV Clube foi criado no dia 24 de julho de 1969, e reconhecido de utilidade pública pela Lei nº 74, de 24 de novembro de 1971. Tinha por finalidade instalar e manter a aparelhagem técnica de recepção e de retransmissão ou repartição de imagens e de sons, e prestar assistência técnica referente à instalação e à manutenção dos aparelhos retransmissíveis de televisão.

A Lei nº 80, de 14 de novembro de 1967, criou a biblioteca municipal e sua instalação

deu-se no primeiro semestre de 1968, no prédio da prefeitura. Já a Lei nº 10, de 04 de junho de 1969, criou o Grémio Estudantil Anita Garibaldi, declarado de utilidade pública, a fim de celebrar convênio para a organização, a instalação e o funcionamento da biblioteca pública municipal de São Lourenço do Oeste. A Lei nº 118, de 01 de novembro de 1973, oficializou a sua criação e denominou-a de Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont.

Diante da necessidade urgente de reformas no prédio do Educandário Santa Maria Goretti, a Câmara de Vereadores expediu correspondência ao Governador do Estado para sensibilizá-lo, no sentido de buscar recursos financeiros, uma vez que lá funcionavam o primário, a alfabetização de dultos (Mobral), cursos de datilografia e de corte e costura e a CNEC.

No ano de 1968 foi implantada a Escola Básica Municipal Santa Inês, com a oferta do ensino primário.



Figura 101: Escola Básica Municipal Santa Inês - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Pela Lei nº 94, de 15 de agosto de 1968, foi desencadeado o processo para a criação do emblema do município, que seria realizado por concurso público, cabendo a análise e a escolha dos projetos à comissão julgadora, assim constituída:

- juiz de direito da Comarca;
- 02 representantes da Câmara de Vereadores;
- 02 representantes do Executivo Municipal;
- 01 delegado de polícia;
- 01 representante do comércio e da indústria;
- vigário;
- diretora do Ginásio Normal São Lourenço;
- diretora do Educandário Santa Maria Goretti; e
- 01 profissional liberal.

Contudo, em face da conclusão do mandato do Executivo, tal processo não se viabilizou, cabendo ao prefeito eleito, José Ebling, a criação e a oficialização dos símbolos municipais, em 1972.

#### **4.5 Eleição para o Executivo Municipal**

No dia 15 de novembro de 1968 aconteceu a eleição para os cargos de prefeito e de vice-prefeito. Pela primeira vez a figura do vice constou na majoritária. O mandato do Executivo, iniciado em 31 de janeiro de 1969 e com término em 31 de janeiro de 1973, novamente teve período diferente do Legislativo. A partir desta data, os mandatos tiveram a mesma durabilidade.

Além disso, a legislação da época admitia sublegendas, ou seja, os dois partidos, chamados de Associação Política, por força de lei federal instituída pelo regime militar, poderiam lançar mais de um candidato ao Executivo. Embora somente com dois partidos, 06 candidatos concorreram, três pelo MDB e três pela ARENA.

Os candidatos da ARENA somaram 2.217 votos:

- José Ebling e Bronislau Polan Breowicz, eleitos com 1.803 votos;
- Sérgio Janczeski e Otacílio Canan, 396 votos; e
- Valdir Baldissera e Quintiliano Becker, 18 votos.

Já os do MDB somaram 1.859 votos:

- Francisco Oreste Libardoni e Dionísio Biazussi, 1.232 votos;
- Elizeu Alencastro Rezzieri e Aderito Sanagiotto, 413 votos; e
- Euclides Menegatti e Fiorindo Zamboni, 214 votos.

Nestas eleições, dos 4.816 eleitores cadastrados, votaram apenas 4.242, contando 15 brancos e 51 votos nulos.

Em sessão solene, realizada no Cine Bandeirante, dia 07 de dezembro de 1968, às 16 horas, a Câmara de Vereadores deu posse ao prefeito José Ebling e ao vice-prefeito Bronislau Polan Breowicz. Presidida pelo vereador Lídio Sutilli, a solenidade contou com a presença dos vereadores, do prefeito Zeno Germano Etges e de demais autoridades. Porém, a transmissão de cargo ocorreu somente em 31 de janeiro de 1969, às 18 horas, em solenidade do Executivo Municipal, sob o comando do prefeito Zeno Germano Etges, no Clube Recreativo Araucária.

Este pleito foi bastante conturbado, com diversas denúncias ao Juizado Eleitoral e à Secretaria de Estado da Segurança Pública. Consistiam na alegação de que a polícia local, ou seus representantes, teriam abusado de sua autoridade, promovendo ameaças às pessoas ligadas ao MDB e apreendendo materiais e documentos, sob a alegação de conterem ideologias passíveis de críticas, além de difamação e taxação de serem comunistas ou membros do Grupo de Onze.

Em algumas seções, a polícia portou-se armada ostensivamente, pressionando os eleitores a votarem nos candidatos da ARENA.

#### **4.6 Primeiras obras do novo Executivo: pavimentação de ruas e rodoviária**

O prefeito José Ebling iniciou seu segundo mandato com duas grandes obras: a pavimentação de ruas da cidade e a construção da Rodoviária Municipal. Em março de 1969 lançou o edital de concorrência pública para as primeiras obras de calçamento de diversas ruas, iniciando nas proximidades da Rodoviária até a Avenida Brasil, totalizando 60.000 m<sup>2</sup>. Essa ação gerou grandes discussões entre as empreiteiras, envolvendo, também, alguns vereadores. O assunto repercutiu nas reuniões da Câmara, o que levou o presidente, Lídio Sutilli, no mês de maio, a solicitar ao delegado especial de polícia da

Comarca, Euclides Luiz Chiste, a presença de um membro da polícia para acompanhar as sessões da Câmara, a fim de assegurar a livre manifestação por parte dos representantes do povo.

Já o edital de Concorrência Pública 03/1969, que versava acerca da exploração dos serviços da Rodoviária Municipal, teve suas propostas analisadas no dia 30 de abril. Além da estrutura dos projetos, o documento determinava o prazo para a conclusão da obra, que era de 02 anos a partir da assinatura do contrato. A Firma Pandini venceu a concorrência e iniciou a construção em 1971. Em agosto de 1972, a rodoviária foi inaugurada.



Figura 102: Calçamento da Avenida Brasil, prédio em alvenaria da Firma Libardoni, antiga casa comercial da Firma Rezzieri, à esquerda, e, em frente, à direita, o novo prédio Rezzieri, em construção - 1969.

Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

#### **4.7 Outras informações relevantes**

Na Comarca de São Lourenço do Oeste, durante a legislatura 1967/1969, atuaram os juízes Nelson de Souza Infeld e Guido Schreiner Pereira; os promotores Jádel da Silva e João José Leal; e os delegados de polícia Tenente Arvelino Rocha e Euclides Chiste.

Durante a legislatura, os secretários da Câmara foram: Armo Ignácio Etges e Olávio Erbes, no início do mandato; Wilson Nizer, de agosto a novembro de 1967; e Gentil Fernandes Folador, de fevereiro de 1968 a fevereiro de 1970.

No período em análise, aqui se instalaram outras empresas, como a Orcontol, o Hotel Avenida e o Nosso Posto.

Os valores das receitas orçamentárias estimadas assim se constituíram:

- 1967: Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros);
- 1968: Ncr\$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil cruzeiros novos); e
- 1969: Ncr\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros novos)

#### **4.8 Conclusão**

Embora a 3ª legislatura e final do 2º e início do 3º mandatos tenham ocorrido no período de maior repressão da ditadura militar, refletida em perdas significativas a ambos os Poderes, o Município agregou obras e ações de grande proporção e, muitas delas, continuam a servir até os dias atuais.

As 72 leis e as 16 resoluções criadas de 1967 a 1970 demonstram esforços e compromissos públicos com a população que há pouco havia feito parada. Os resultados da agricultura, da indústria e do comércio contribuía sobremaneira para o destaque de São Lourenço do Oeste nos contextos regional e estadual.

Executivo e Legislativo precisavam pensar em ações básicas, no ainda inexistente. Então, o que hoje parece algo elementar, como usufruir dos benefícios da energia elétrica, resulta de muito trabalho para trazê-la em rede. Também a telefonia, hoje fixa e móvel, presente nas áreas urbana e rural, na época, contribuiu com apenas uma linha, o que demonstra as limitações da época, na vida particular e pública deste pedacinho do Brasil.



## **CAPÍTULO 5**

### **4ª LEGISLATURA (31.01.1970 A 31.01.1973) E 3º MANDATO (31.01.69 A 31.01.73)**

#### **5.1 Introdução**

Proximidades podem ser percebidas quando feitas comparações entre a atualidade com o período ora analisado, haja vista ser uma realidade mais recente, o que possibilita o reconhecimento de fatos por uma grande parte da população.

A legislatura em destaque aprovou leis de proporção significativa, com objetivos claros de possibilitar o desenvolvimento de São Lourenço do Oeste. Embora ainda em situação limitada e nem de acesso a todos, aos poucos, a população passou a ser atendida por ações hoje incorporadas ao cotidiano. Mas para um município que iniciou com carência total, qualquer ganho tornava-se representativo.

Na leitura deste capítulo é possível notar que a maior parte da população residia na área rural e os Poderes precisavam estar próximos. Era a época da expansão da educação, das campanhas pela escolarização e, como tal, construir escolas nas comunidades tornou-se prioridade, inclusive com verbas advindas do Ministério da Educação. Dar vida a onze instituições em apenas quatro anos de administração, mesmo isoladas e multisseriadas, causou ampla visibilidade.

É deste período, também, a construção da rede de abastecimento de água na cidade; a expansão da rede elétrica de alta tensão às comunidades de Lageado Antunes e de Santa Lúcia, hoje Novo Horizonte; a melhoria dos sinais de televisão; a ampliação dos serviços de telefonia, agora diário; a construção e a inauguração da rodoviária; a implantação do posto de saúde e o primeiro loteamento no interior, em Sant'Ana da Bela Vista. Também, definido que a praça não mais seria loteada, o espaço passou a ser mais percebido, embora o delineamento e a organização vista atualmente concretizaram-se apenas na gestão posterior. No período foi constituída a empresa Parati, hoje de abrangência internacional.

Dois fatos culturais podem ser citados: o Festival Lourenciano da Interpretação da Canção (FLIC), e a criação dos símbolos municipais, a bandeira, o emblema e o brasão.

Vale destacar que, no período, por força de lei federal, os vereadores ainda prestavam serviços gratuitos. Mesmo assim, havia um compromisso expressivo com os munícipes e, mais uma vez, a junção de esforços entre Legislativo e Executivo foram determinantes para as conquistas da época.

Nas páginas seguintes, os itens acima são detalhados e contribuem para o reconhecimento histórico de quatro décadas passadas de São Lourenço do Oeste.

#### **5.2 Eleição para o Legislativo e suplências**

Nas eleições municipais de 30 de novembro de 1969, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), não participou do pleito. Somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), lançou candidatos ao Legislativo, com a obtenção de 3.172 votos.

Foram eleitos: Anselmo Milan - 502 votos; Hermes Gabriel Ioris - 485; Santos Zilli - 449; Léo Carlos Silveira - 380; Adir Pedro Fontana Maccagnan - 301; Manoel Osório Teixeira - 274; e Ivo Schwade - 226 votos.



Figura 103: Anselmo Milan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 104: Hermes Gabriel Ioris  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 105: Santos Zilli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 106: Léo Carlos Silveira  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 107: Adir Pedro Fontana Maccagnan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 108: Manoel Osório Teixeira  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

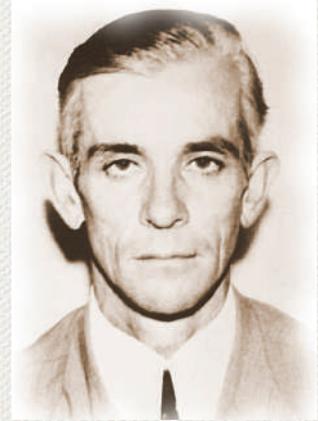


Figura 109: Ivo Schwade  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Na legislatura, assumiram como suplentes Valter Pieta, de fevereiro a março de 1971 e de fevereiro a agosto de 1972, e Pedro Misturini, de maio a julho de 1972.

São Lourenço do Oeste contava com 4.409 eleitores cadastrados, sendo que 3.872 votaram e 537 abstiveram-se. Na legenda votaram somente 04 eleitores e constaram 446 votos em branco e 254 nulos.

A solenidade de posse dos vereadores aconteceu em sessão especial, no dia 31 de janeiro de 1970, às 14 horas, na Câmara de Vereadores, presidida pelo vice-presidente do mandato em término, vereador Demétrio Antônio Broetto.



Figura 110: Posse do Legislativo. Da esquerda para a direita: Léo Carlos Silveira, Gentil Folador, Demétrio Antônio Broetto, José Ebling, Hermes Gabriel Ioris, Manoel Osório Teixeira, Arno Ignácio Etges e, sentado, Anselmo Milan - 1970.

Fonte: Acervo de João David Folador.

É bom dizer que o mandato da Câmara de Vereadores, de 03 anos, iniciou em 1970, e o do Executivo, de 04 anos, em janeiro de 1969. Porém, ambos tiveram término no dia 31 de janeiro de 1972.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (1970), São Lourenço do Oeste contava com 16.753 habitantes, ou seja, 8.589 homens e 8.164 mulheres. Na zona urbana residiam 3.300 e, na zona rural, 13.453.

A primeira reunião ordinária da Câmara realizou-se no dia 03 de fevereiro, sob a presidência de Manoel Osório Teixeira, o de maior idade dentre os vereadores eleitos, que comandou a eleição da Mesa Diretora. Na sequência, a eleição das Comissões ficou sob responsabilidade do presidente eleito.

### **5.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas**

Assim se constituíram as Mesas Diretoras e as Comissões Técnicas para o período:

- Mesa Diretora: 1970/1971:

Presidente: Adir Pedro Fontana Maccagnan

Vice-presidente: Santos Zilli

1º secretário: Manoel Osório Teixeira

2º secretário: Ivo Schwade

- Comissões - 1970:

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:

Presidente: Anselmo Milan

Membros: Santos Zilli, Hermes Gabriel Ioris, Manoel Osório Teixeira e Ivo Schwade

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Leo Carlos Silveira

Membros: Anselmo Milan e Hermes Gabriel Ioris

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Santos Zilli

Membros: Hermes Gabriel Ioris e Anselmo Milan

- Comissão Permanente:

Presidente: Manoel Osório Teixeira

Membros: Ivo Schwade e Léo Carlos Silveira

- Comissões - 1971:

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:

Presidente: Hermes Gabriel Ioris

Membros: Santos Zilli, Adir Pedro Fontana Maccagnan, Léo Carlos Silveira e Manoel Osório Teixeira

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Léo Carlos Silveira

Membros: Adir Pedro Fontana Maccagnan e Hermes Gabriel Ioris

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Manoel Osório Teixeira

Membros: Santos Zilli e Ivo Schwade

- Comissão Permanente:  
Presidente: Ivo Schwade  
Membros: Anselmo Milan e Santos Zilli

- Mesa Diretora - 1972:  
Presidente: Hermes Gabriel Ioris  
Vice-presidente: Adir Pedro Fontana Maccagnan  
1º secretário: Santos Zilli  
2º secretário: Manoel Osório Teixeira

- Comissões - 1972:

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:  
Anselmo Milan e Leo Carlos Silveira renunciaram aos cargos. Assumiram as funções:

Presidente: Santos Zilli

Membros: Manuel Osório Teixeira, Hermes Gabriel Ioris e Ivo Schwade

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Anselmo Milan

Membros: Santos Zilli e Hermes Gabriel Ioris

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Hermes Gabriel Ioris

Membros: Léo Carlos Silveira e Manuel Osório Teixeira

- Comissão Permanente:

Presidente: Léo Carlos Silveira

Membros: Anselmo Milan e Adir Pedro Fontana Maccagnan

#### **5.4 Destaques do Legislativo**

Na época, a Câmara funcionava numa sala da prefeitura, o que gerava certo desconforto aos vereadores, principalmente porque seu diretor era funcionário do Município. Esta situação foi criticada por alguns legisladores, especialmente por Léo Carlos Silveira, pois entendiam que a Câmara não poderia estar tão atrelada ao Executivo, e o diretor deveria ser de confiança da presidência do Legislativo.

Logo no início de fevereiro de 1970, o Município recebeu a visita dos deputados Elgídio Lunardi - presidente da Assembleia Legislativa, de Gentil Bellani e de Angelino Rosa. Na ocasião, receberam citação honrosa da Câmara.

O presidente da Casa, vereador Adir Pedro Fontana Maccagnan, propôs ao plenário o envio de ofício ao superior da Província dos Padres Capuchinhos para solicitar a permanência do vigário, frei Silvestre de Colombo. Ainda, na sessão do dia 29 de maio, o vereador registrou a vinda do Cônsul Geral da Polônia ao Brasil e, aqui estando, visitou os espaços do Legislativo e do Executivo.

Devido a desavenças de alguns vereadores, especialmente entre Adir Pedro Fontana Maccagnan e Anselmo Milan, o presidente solicitou reforço policial ao juiz da Comarca para as sessões da Câmara, e que fossem desarmados os vereadores e outros cidadãos que, por ventura, lá fossem armados.

Em virtude do falecimento do ex-vereador Justino José Tietbohl, no dia 21 de

fevereiro de 1970, a Casa de Leis realizou Sessão Especial de Homenagem Póstuma. Diante do fato, o plenário aprovou o envio de ofício ao Prefeito para que fosse decretado luto oficial por três dias.

Em maio de 1972, a Câmara aprovou a ampliação do prédio da prefeitura em 102 m<sup>2</sup>. Passou a atender, entre outras necessidades, o Fórum da Comarca que, em 1973, foi mudado para o andar superior da Rodoviária Municipal.

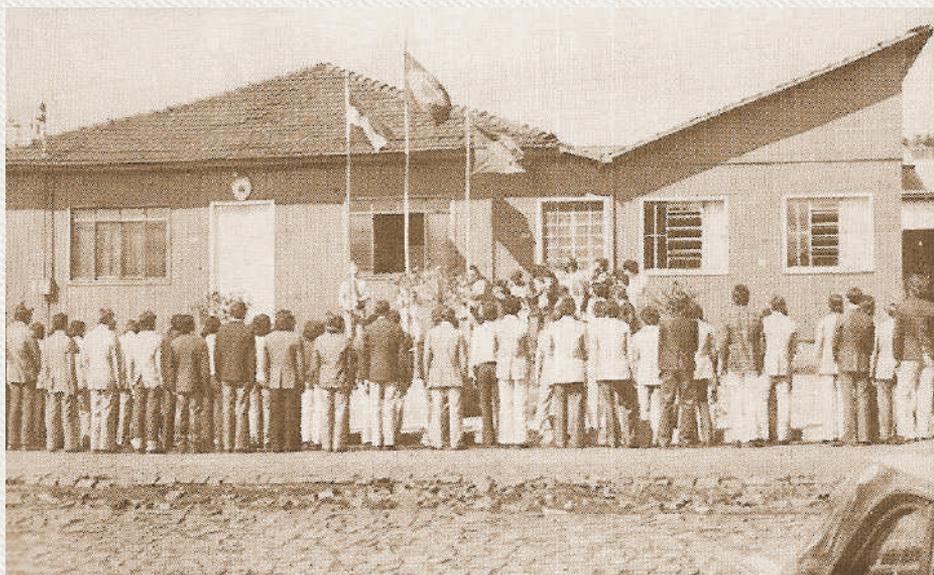


Figura 111: Prefeitura em estilo “bangalô”, parte esquerda da construção. A parte direita foi construída em 1971/1972.

Fonte: Acervo de João David Folador.

Convém notar que, pela Lei n<sup>o</sup> 66, de 10 de agosto de 1971, o Legislativo, por convocação extraordinária, aprovou a concessão de exploração de serviços públicos da Rodoviária Municipal pelo prazo de 25 anos. Ao proprietário do imóvel coube a construção e a adequação de todas as instalações do prédio conforme o projeto, e os serviços ficaram sujeitos à regulamentação e à fiscalização do Município.

A concessão precedeu a concorrência pública, sendo vencedora a empresa do Grupo Pandini. No dia 04 de agosto de 1972, a Rodoviária foi inaugurada e, em 1978, concluído o pavimento superior, que abrigou um hotel e o Fórum da Comarca.

Foi estratégica a localização que, na época, ficava fora do centro e isto auxiliou significativamente o crescimento da cidade, rumo Sul, no Bairro Brasília.



Figura 112: Inauguração da Rodoviária Municipal - 1971.  
Fonte: Acervo de Hary Pandini.



Figura 113: Rodoviária Municipal - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores São Lourenço do Oeste.



Figura 114: Inauguração do posto de combustível Nosso Posto, do Grupo Pandini, no mesmo local do atual Nosso Posto Ipiranga. Ao fundo, o cemitério municipal - 1971.

Fonte: Acervo de Hary Pandini.

Registre-se ainda que, em 1971, foi organizada uma mobilização, liderada pelas Câmaras de Vereadores do Vale do Rio do Sino do Rio Grande do Sul, para que fosse restabelecida a remuneração aos vereadores, abolida pelo regime militar. Uma comitiva de vereadores deste Estado esteve em audiência com o Presidente da República, em Brasília, levando tal reivindicação, fato amplamente noticiado pelos meios de comunicação. Porém, o restabelecimento da remuneração dos legisladores municipais ocorreu somente em 1975.

Também, em agosto de 1971, o vereador Anselmo Milan propôs o encaminhamento de expediente ao Prefeito para que viabilizasse a criação da bandeira de São Lourenço do Oeste.

Resultante do loteamento das terras de Francisco Tercílio Santin, o perímetro urbano de Sant'Ana da Bela Vista, distrito de Novo Horizonte, teve aprovação, bem como os nomes de suas ruas, conforme consta na Lei nº 88, de 15 de maio de 1972.

Cumpre assinalar que, no dia 01 de setembro de 1972, a Câmara realizou sessão solene a fim de comemorar os 150 anos da Independência do Brasil, ação identificada na maioria das Casas de Leis, em atendimento ao pedido do Senado Federal. Na ocasião, São Lourenço do Oeste recebeu homenagem pelos seus quatorze anos de emancipação.

### **5.5 Destaques do Executivo**

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Executivo, uma das principais esteve voltada à área da educação, principalmente à construção de escolas. O Decreto nº 07/67 criou 11 unidades, embora apenas no ano de 1970, a Municipalidade tenha sido autorizada a construí-las. São elas:

- Escola Novo Guaporé - Novo Horizonte;
- Escola São Roque - Linha Ranzan;
- Escola Santo Agostinho - Novo Horizonte;

- Escola Lageado Grande III - Novo Horizonte;
- Escola São Valentim - 2º Distrito;
- Escola Santa Inês - Novo Horizonte; e
- Escola Arroio Matão - Novo horizonte.

Com base na Lei Federal nº 2.976, de 26 de novembro de 1956, que criou o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, substituída pelo Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, o Ministério da Educação liberou recursos financeiros da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras para a construção das escolas acima citadas. Ainda, foram criadas as que, por algum tempo, funcionaram em espaços locados:

- Linha Esperança - 3º Distrito;
- Cabeceira Rio Giordani - 3º Distrito;
- Linha Monjolinho - Distrito de Presidente Juscelino; e
- Linha Saudade - Sant'Ana da Bela Vista - 3º Distrito.

Oportuno se torna dizer que, no dia 18 de março de 1970, o prefeito José Ebling convocou a Câmara, extraordinariamente, a fim de apreciar o projeto de lei para a construção, em 1971, de uma rede elétrica de alta tensão de São Lourenço do Oeste a Lageado Antunes, passando pelas localidades de Bela Vista e de Presidente Juscelino. Também solicitou autorização para a construção da rede de abastecimento de água potável em São Lourenço do Oeste.

Definido que a Praça da Bandeira não mais seria loteada, o Prefeito, no início do seu segundo mandato, fez os primeiros trabalhos no sentido de dar visibilidade ao espaço, como a construção, em frente à Avenida Brasil, de um pequeno palco de concreto para solenidades e outros eventos. Entretanto, somente na administração seguinte a praça foi remodelada, ganhando o formato atual.



Figura 115: Desfile cívico da Independência do Brasil - 1970.

Fonte: Acervo de José Ebling.

No mês de novembro de 1970, com a autorização da Câmara, o Executivo inseriu o Município no Consórcio Oestino de Televisão (Coteve), autarquia internacional, com sede em Chapecó, e com atuação em todo o território de jurisdição da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste. Esta ação tinha por finalidade a geração, a retransmissão e a repetição de sinais de televisão, promovendo a implantação, a manutenção e a exploração dos equipamentos necessários.

Da mesma forma, São Lourenço do Oeste entrava na era da telefonia. O Executivo, autorizado pela Lei nº 65, de 28 de maio de 1971, firmou contrato de atendimento dos serviços do centro telefônico municipal com Wilibaldo Marcírio Reichert, pelo prazo máximo de dois anos, com possibilidade de renovação. Este cedeu espaço para o referido funcionamento, de acesso público, com prestação diária do serviço.

Pelos serviços externos voltados à conservação e à construção das redes telefônicas municipais, por dia de efetivo serviço prestado, a Prefeitura pagou a Wilibaldo o correspondente a 14% (quatorze por cento) do salário mínimo regional, considerando-se oito horas de trabalho diário, o cronograma de serviços e o ressarcimento de despesas com veículo, quando necessário.

Já a expansão da rede de alta tensão de energia elétrica ao interior do Município atendeu, em 1971, as comunidades de Novo Horizonte, Santa Lúcia, na época, Bela Vista, Presidente Juscelino e Lageado Antunes. E, em 1972, os serviços telefônicos foram disponibilizados ao Distrito de Novo Horizonte, via central telefônica.

Lá no ano de 1968, o prefeito Zeno Germano Etges iniciou o processo de criação do emblema do Município. Porém, tal viabilização não se concretizou por estar em final de mandato, cabendo ao novo prefeito, José Ebling, a efetivação do projeto. Ampliado, teve a inclusão do Brasão e da Bandeira Municipais, com suas especificações constadas na Lei nº 94, de 03 de julho de 1972. A arte da Bandeira e do Brasão ficou sob a responsabilidade do professor Arcione Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heraldista Municipalista, empresa especializada e contratada para tal finalidade. Ainda, o projeto dispôs sobre o Hino Municipal que, em 2016, ainda não está criado ou oficializado.



Figura 116: Primeiro Brasão Municipal - 1972  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 117: Atual Brasão Municipal  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Até hoje são preservadas as características iniciais da Bandeira e do Brasão. Neste já constam algumas alterações, pois no projeto original, ao centro, constava a figura de um leitão, simbolizando a forte suinocultura da época. Por uma emenda da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Redação, no lugar do animal, hoje está um agricultor com uma enxada. Inicialmente, no listel de goles constavam, de um lado, o milênio 1952, ano da criação do Distrito e, de outro, o milênio 1958, ano da criação do Município. Mais tarde, a data de criação, 21-06 substituiu a inscrição 1952.



Figura 118: Bandeira atual de São Lourenço do Oeste

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Na sequência das ações, para melhor gerenciar os serviços de distribuição de energia elétrica, foi criada a Cooperativa de Eletrificação Rural de São Lourenço do Oeste de Responsabilidade Limitada. A esta empresa, o Município outorgou a concessão dos serviços até março de 1974, transferindo-a, neste ano, às Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

Destaca-se, também que, no dia 27 de dezembro de 1971, a Câmara, em convocação extraordinária, analisou e aprovou projeto de lei que autorizava o Executivo a firmar convênio com a Secretaria de Estado da Saúde para a implantação de uma Unidade Sanitária em São Lourenço do Oeste. Sob a responsabilidade do Município e do hospital, o posto de saúde teve sua primeira instalação no porão do Hospital e Maternidade São Lourenço, no início da década de 60.

Já nos anos 1974/1975, o Município construiu o prédio próprio do posto de saúde, atrás da atual prefeitura e, neste local, funcionou até 1989/1990. A partir daí, a prestação dos serviços de saúde passou a ser ofertada no prédio do INSS, pois dispunha de maior

espaço. Lá permaneceu até março de 2006, quando da instalação da Policlínica Municipal de Saúde, no antigo Hospital e Maternidade São Lourenço.

### **5.6 Destaques da sociedade**

A constituição da Indústria Alimentícia Parati S/A ocorreu no dia 05 de fevereiro de 1972, com capital aberto, oriundo do Procape. O evento contou com a participação de empresários, de autoridades e da população regional. A partir dos anos 80, a empresa passou a ser controlada pela família Fantin, que detinha 100% de suas ações.

Atualmente são mais de 150 produtos em linha, entre eles: macarrão, biscoitos, barra de cereais, torradas extrusadas, cookies, chocolates, balas, refresco em pó e produtos sazonais, como o ovo de chocolate e o panetone. Dentre todos, o biscoito constitui-se como o carro chefe da empresa.

Com vistas à ampliação da Parati, em 1998 foi instalada a unidade de Santa Maria (RS), e, em 2001, a de São José dos Pinhais (PR).

Hoje é a maior empregadora de São Lourenço do Oeste, com cerca de 3.300 funcionários e, nos segmentos biscoito e macarrão, figura entre um dos maiores fabricantes do país.

Iniciado em 1995, o Projeto Bom de Bola da Parati é o principal programa de responsabilidade social da empresa. É um campeonato escolar de futebol e busca promover a educação para a vida e para a cidadania de crianças e de jovens brasileiros. Envolve, todos os anos, mais de 100 mil atletas de cinco mil escolas, em etapas municipais, regionais e estaduais.

Já no século XXI, em 2007, a Parati fundou o Instituto Bom de Bola. A partir daí, passou a ofertar novos projetos, como o Projeto Bom de Ler, o Repórter Bom de Bola, a Campanha Paz Parati Brasil e a Música no Parque.



Figura 119: Empresa Parati - 2014.  
Fonte: Acervo da Empresa Parati.

No segmento cultural, no período em análise, São Lourenço do Oeste deu um grandioso e histórico passo, ao instituir o Festival Lourenciano da Interpretação da Canção (FLIC). Sua primeira edição ocorreu no dia 15 de janeiro de 1972, no Cine Bandeirante, idealizado por um grupo de amigos que criou, no final de 1970, o Juventude Unida da Recreação e Cultura (JURC), como resultado do 1º Festival do Cantor Jovem, realizado em 10 de fevereiro de 1971.

Identificado como o mais antigo festival do Brasil, inicialmente com o gênero popular e, posteriormente, incorporados outros gêneros musicais, o FLIC já teve 44 edições consecutivas. Sempre esteve vinculado à Prefeitura e, recentemente, ao Instituto Cultural, sob a organização de diferentes instituições da sociedade, e executado em diferentes locais e épocas do ano.



Figura 120: Primeira edição do FLIC - 1972.  
Fonte: Acervo de Itatino Scariot.

### **5.7 Outras informações relevantes**

De 1970 a 1972 atuaram as seguintes autoridades na Comarca de São Lourenço do Oeste: Guido Schreiner Pereira, Nazareno Knabben e Francisco Borges, como juízes; João José Leal, José Alberto Barbosa e Paulo Antônio Gunther, como promotores; e Euclides Chiste, como delegado de polícia.

Arno Ignácio Etges atuou como diretor da secretaria da Câmara, de fevereiro de 1970 a janeiro de 1973.

E as entidades aqui criadas no período foram: Igreja Luterana do Brasil; Esporte Clube São José e Sindicato do Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste. E as empresas: Farmácia Barriga Verde; Casa Suzin; Tipografia Cruzeiro; Metalfer; Verona

#### Supermercado e Farmácia Brasil.

Estas são as receitas orçamentárias previstas para o início da década de 70:

- 1970: Ncr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos);
- 1971: Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros); e
- 1972: Cr\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil cruzeiros).

### **5.8 Conclusão**

Já no início do texto, uma das primeiras constatações é de que o período desta legislatura foi de apenas três anos. Esta limitação temporal pode levar o leitor a comparar o número de legislações criadas, se comparado aos anteriores, ou seja, 66 leis e 03 resoluções. Afinal, a supressão de um ano de atuação interferiu neste número, conseqüentemente, transferiu algumas das ações à próxima legislatura e ao próximo mandato.

Na leitura do capítulo foi possível observar como as ações do Executivo, ancoradas pelo Legislativo, definiram rumos para São Lourenço do Oeste. As fragilidades das relações e a não remuneração dos vereadores não impediram o atendimento à população, mas ainda de acordo com as condições da época, pois a ditadura militar imperava de maneira contundente, ou na sua fase mais repressiva, interferindo, certamente, na vida política do Município.

Os detalhes históricos descritos precisam ser analisados com olhares voltados ao passado, a fim de não cometer interpretações distorcidas. Muitas das comunidades, por exemplo, ainda não dispunham de energia elétrica, sendo este um dos indicativos das carências vivenciadas, se for levado em conta o aspecto de que a maior parte da população lourenciana ainda residia na zona rural.

Porém, a cada período analisado, os Poderes acresceram ações de grande proporção. E talvez sejam de grandeza maior que atualmente, se comparados todos os avanços, principalmente tecnológicos, hoje disponíveis em praticamente todos os setores da sociedade. Embora pudessem ser notadas as limitações, fica também, muito perceptível, a ideia da continuidade e da implantação de novos serviços a cada etapa histórica.

## **CAPÍTULO 6**

### **5ª LEGISLATURA E**

#### **4º MANDATO (31.01.1973 A 31.01.1976)**

##### **6.1 Introdução**

É possível perceber que esta legislatura vem para dar continuidade à anterior, no sentido de oficializar algumas ações ou, então, finalizar outras. Questões polêmicas tiveram resolutividade, mas, principalmente, muitas construções foram disponibilizadas, a fim de melhor organizar os serviços públicos até então ofertados em espaços cedidos ou locados.

No capítulo presente são percebidas ações direcionadas à aquisição de áreas, à construção, à criação e à instalação de órgãos públicos. Algumas delas: aquisição e doação de terrenos para o fórum da Comarca e da Escola de Educação Básica Rui Barbosa; construção do posto de saúde, da Praça da Bandeira e, parcialmente, do atual prédio da prefeitura; aquisição de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários e, conseqüentemente, executados reparos nas estradas e melhorias nas ruas da cidade; instalação da estação de tratamento de água da CASAN e do Banco do Brasil; criação da Escola de Educação Básica de São Sebastião, do CDL e do SPC; oficialização da biblioteca municipal; alteração do nome da comunidade de Leoberto Leal para Frederico Wastner; circulação o 1º jornal, a Folha do Planalto; e, por último, o retorno da remuneração dos vereadores.

No contexto evolutivo, mesmo pequeno, São Lourenço do Oeste agregava conquistas que o destacavam nos cenários regional e estadual, mas, de maneira especial, aos seus habitantes que, com a sua concepção empreendedora, diariamente, construíam um pouquinho mais da nossa história.

##### **6.2 Eleições do Executivo, do Legislativo e suplências**

Pela primeira vez na história do Município, coincidiram as eleições do Executivo e do Legislativo, ocorridas em 15 de novembro de 1972.

Neste pleito, novamente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançaram sublegendas para prefeito e vice-prefeito, com as seguintes chapas e respectivos número de votos:

Pelo MDB, com 3.042 votos na legenda:

- Sabino Santin e Elizeu Alencastro Rezzieri, eleitos com 1.157 votos;
- Dionísio Biazussi e Honório Antônio Bottega, 1.086 votos; e
- Lídio Sutilli e Pedro Manoel Cardoso, 819 votos.

Pela ARENA, com 2.402 votos na legenda:

- Hermes Gabriel Ioris e Adyr Pedro Fontana Maccagnan, 958 votos;
- Arno Ignácio Etges e Santos Zilli, 791 votos; e
- Anselmo Milan e Aderbal Meirelles Sperandio, 655 votos.



Figura 121: Sabino Santin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 122: Elizeu Alencastro Rezzieri  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Por outro lado, a seção eleitoral de Sant'Ana da Bela Vista teve seus votos impugnados, razão pela qual, em 28 de dezembro de 1972, foi realizada nova eleição na comunidade para definir as duas sublegendas mais votadas do MDB, obtendo vitória a chapa de Sabino e Elizeu.

Devido ao aumento da população do Município, a Câmara passou a ter 09 vereadores, sendo eleitos, neste pleito:

- pelo MDB: Valmiro Rezzieri - 571 votos, Primo Verona - 327 votos, Euclides Menegatti - 240 votos, Fermino Antônio Rigon - 219, e Olávio Erbes - 213 votos.

- pela ARENA: Amador Alves Martins - 383 votos, Zeno Germano Etges - 290, Dorvalino Antônio Ranzan - 261, e Olivir Grobe - 256 votos.



Figura 123: Amador Alves Martins  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 124: Zeno Germano Etges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

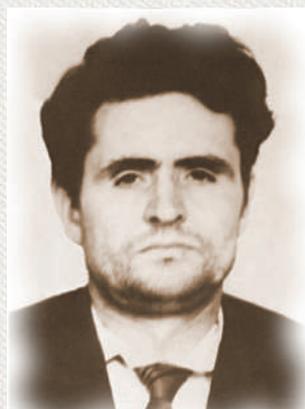


Figura 125: Dorvalino Antônio Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

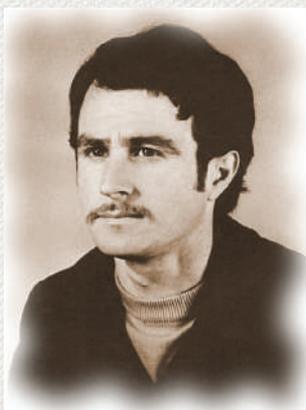


Figura 126: Olivir Grobe  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 127: Valmiro Rezzieri  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 128: Primo Verona  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 120: Euclides Menegatti  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 130: Fermino Antônio Rigon  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 131: Olávio Erbes  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1975), a população de São Lourenço do Oeste era de 21.290 habitantes. Para estas eleições, dos 6.170 eleitores cadastrados, votaram 5.861, incluídos os 73 votos brancos e os 44 votos nulos.

A posse dos vereadores, do prefeito e do vice-prefeito ocorreu no CRA, no dia 31 de janeiro de 1973, em sessão solene, com a presença de autoridades e do público. Antes de transmitir o cargo ao prefeito empossado, Sabino Santin, o prefeito José Ebling apresentou a recém-confeccionada Bandeira Municipal, seguindo com a explanação do significado do símbolo.



Figura 132: Posse do prefeito Sabino Santin e do vice-prefeito Elizeu Rezzieri - 1973.  
Fonte: Acervo de Sabino Santin.

Convém notar que a figura do vereador suplente esteve bem presente no período. No caso da ARENA, o vereador titular Dorvalino Antonio Ranzan e o vereador suplente Argemiro Bauer tiveram seus mandatos cassados em 29 de maio de 1973, por terem infringido o regimento interno da Câmara, no que concerne ao número de faltas, ou seja, cinco sessões consecutivas. Ocuparam as vagas os suplentes Theobaldo Becker, como titular, e Arnaldo Mello, na qualidade de suplente, respectivamente. Pelo mesmo motivo, mas no dia 30 de maio de 1974, o vereador Amador Alves Martins teve seu mandato cassado e sua função foi exercida temporariamente pelo suplente Arnaldo Mello, que assumiu definitivamente o cargo de vereador a partir de junho de 1974, na extinção do mandato do vereador Valmiro Rezzieri. Pedro Misturini ocupou o cargo, de fevereiro a julho de 1974 e de novembro de 1974 a maio de 1975.

Pelo MDB assumiram: Pedro Peligrini, de agosto a dezembro de 1973, de setembro a dezembro de 1974 e, a partir de fevereiro de 1975, como titular, na vaga do vereador Primo Verona, que renunciou ao mandato por problemas de saúde; Amado João Garbin, de agosto a novembro de 1973, de março a outubro de 1974 e de novembro de 1975 a fevereiro de 1976; e João Francisco Camelo, de dezembro de 1975 a fevereiro de 1976.

Também houve suplência no Executivo, pois, em abril de 1974, Sabino Santin licenciou-se por oito meses para tratamento de saúde, assumindo o comando o vice, Elizeu Alencastro Rezzieri. Esta situação repetiu-se de janeiro a maio de 1976, quando o Prefeito entrou em férias e licenciou-se para tratar de assuntos particulares.

### **6.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas**

Diferentemente dos períodos anteriores, as Mesas Diretoras e as Comissões Técnicas foram eleitas por biênio. Tiveram a seguinte composição:

-1973/1974

- Mesa Diretora:

Presidente: Euclides Menegatti

Vice-presidente: Valmiro Rizzieri

1º secretário: Olávio Erbes

2º secretário: Amador Alves Martins

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:

Presidente: Olávio Erbes

Membros: Zeno Germano Etges, Valmiro Rizzieri, Olivir Grobe e Primo Verona

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Euclides Menegatti

Membros: Olávio Erbes e Amador Alves Martins

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Dorvalino Ranzan

Membros: Valmiro Rizzieri e Amador Alves Martins

- Comissão Permanente:

Presidente: Zeno Germano Etges

Membros: Valmiro Rizzieri e Fermino Antônio Rigon

-1975/1976:

Mesa diretora:

Presidente: Olávio Erbes

Vice-presidente: Fermino Antônio Rigon

1º secretário: Euclides Menegatti

2º secretário: Zeno Germano Etges

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:

Presidente: Euclides Menegatti

Membros: Zeno Germano Etges, Valmiro Rizzieri, Olivir Grobe e Firmino Rigon

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Olávio Erbes

Membros: Euclides Menegatti e Theobaldo Becker

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Zeno Germano Etges

Membros: Valmiro Rizzieri e Arnaldo Mello

- Comissão Permanente:

Presidente: Olivir Grobe

Membros: Primo Verona e Valmiro Rizzieri



#### 6.4 Ações do Legislativo

Preliminarmente, cumpre assinalar que, em números, as ações do Legislativo deste período não foram tão expressivas, mas a qualidade do serviço prestado esteve garantida.



Figura 133: Vista da cidade a partir do Bairro Santa Catarina - 1975.  
Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

No dia 17 de maio de 1973, a Câmara realizou sessão solene em comemoração aos 15 anos do Legislativo Municipal e aos 150 anos do Poder Legislativo no Brasil.

Uma grande ação da Câmara, prevista pela Lei nº 111, de 14 de junho de 1973, autorizou o Executivo a adquirir uma área na zona urbana, de até 10.000 m<sup>2</sup>, por desapropriação, com objetivo de doá-la ao Estado para a construção da Escola Rui Barbosa. Edificada em 1974 e inaugurada em 1975, funcionou até setembro de 1976 sob a direção da Escola Sórora Angélica.



Figura 134: Escola Rui Barbosa - 1978.  
Fonte: Acervo da Escola de Educação Básica Rui Barbosa.





Figura 135: Escola de Educação Básica Rui Barbosa - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em 1973, o Fórum da Comarca passou a funcionar no pavimento superior do prédio da Rodoviária Municipal. O Município doou um terreno de 600 m<sup>2</sup>, localizado na esquina da Rua Ernesto Beuter com a Travessa São Pedro para a construção da sede do Fórum. Como a referida edificação, e nem as residências do juiz e do promotor efetivaram-se nesta área, o terreno voltou à Municipalidade que, mais tarde, vendeu-o a particulares.

Novamente, pela Lei n° 375, de 27 de abril de 1983, o Município doou um terreno, com 1.225 m<sup>2</sup>, na esquina das Ruas Dom Pedro II e Nereu Ramos, para a construção do Fórum da Comarca, efetivada em 1987.

Um engenheiro civil foi contratado, em fevereiro de 1976, para projetar a construção da prefeitura, que abrigaria outros órgãos públicos, inclusive a Câmara. Porém, a conclusão da obra só ocorreu no mandato seguinte e a inauguração em dezembro de 1982.

Também, no dia 21 de setembro, Dia da Árvore, o vereador Valmiro Rizzieri, preocupado com questões de florestamento e de reflorestamento, destacou o empenho da Câmara em instalar viveiros de mudas no Município. Colocou-se à disposição para expedir indicação ao Ministério da Agricultura, no sentido de elaborar urna legislação que obrigasse as administrações municipais a cultivá-los. O vereador Arnaldo Mello manifestou congratulações ao pronunciamento de Rizzieri, sugeriu a supressão de orçamento para tal empenho e colocou à disposição da Municipalidade uma área de 12.000 m<sup>2</sup> de terras de sua propriedade, isenta de cobrança de qualquer arrendamento.

As rodovias que ligavam São Lourenço do Oeste a Chapecó e a São Domingos estavam precárias. Preocupada com isso, a Casa de Leis encaminhou proposição ao Secretário de Negócios do Oeste, com sede em Chapecó, solicitando providências urgentes para efetuar reparos nessas estradas, à base de macadame, isto é, um sistema de pavimentação composto por 03 camadas de pedras, gradativamente menores e compactadas.



Figura 136: Rodovia em frente ao CTG Amizade sem Fronteiras - 1975.

Fonte: Acervo de Sabino Santin

Vale lembrar que os vereadores reconquistaram o direito de receber subsídios, a partir da Lei Complementar Federal nº 25, de 02 de julho de 1975, que estabelecia critérios e limites para a fixação da remuneração. Determinava que a despesa do Município, com tal pagamento, não poderia ultrapassar 3% (três por cento) da receita efetivamente realizada no exercício anual, imediatamente anterior. Assim, pelo Decreto Legislativo Municipal nº 01, de 17 de outubro de 1975, a remuneração dos vereadores acompanhou a legislação nacional.

Por fim, pela Lei Municipal nº 209, de 26 de novembro de 1976, e homologado pela Lei Estadual nº 5.402, de 30 de setembro de 1977, o Distrito de Leoberto Leal passou a ser denominado Distrito de Frederico Wastner, em homenagem a um antigo morador da localidade.

### **6.5 Ações do Executivo**

É bem verdade que a população só ganha se as ações do Executivo estiverem articuladas ao Legislativo, a exemplo das aqui mencionadas. Em novembro de 1973, pela Lei nº 118, de 01 de novembro de 1973, o prefeito Sabino Santin oficializou a biblioteca municipal, criada pela Lei nº 80, de 14 de novembro de 1967, resultante do projeto do vereador Lídio Sutilli. Durante muitos anos ficou sob a responsabilidade do Grêmio Estudantil Anita Garibaldi e, a partir da lei, passou à denominação Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont.

Os investimentos públicos também passaram a atender a área da saúde quando ocorreu a instalação do primeiro posto de saúde no Município, em fevereiro de 1974. O Executivo solicitou autorização ao Legislativo para adquirir um terreno destinado a esta construção, conforme modelo fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado, sendo edificada apenas em 1975, na Rua Dom Pedro II, ao lado da prefeitura, onde permaneceu até 1990.



Figura 137: Unidade Municipal de Saúde - 1975/1976.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Pela Lei nº 141, de 06 de agosto de 1974, o Município adquiriu uma área urbana com 8.500 m<sup>2</sup>, do Instituto Popular de Assistência Social, situada entre as Ruas Dom Pedro II e Coronel Bertaso, na extensão da Rua Duque de Caxias, pelo valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Porém, em 1976, foi notado que cerca de 2.400 m<sup>2</sup> desta área pertencia à Mitra Diocesana de Chapecó. Para corrigir este equívoco, a Lei nº 196, de 22 de julho de 1976, dispôs que o terreno era de 6.100 m<sup>2</sup>, situado na extensão da Rua Dom Pedro II, entre as Ruas Duque de Caxias e Nereu Ramos. Esta transação custou Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros) aos cofres públicos. Além disso, na área em questão, estava construído o Posto Municipal de Saúde e o Executivo havia se comprometido em alienar parte dela para destiná-la à Telesc S/A, bem como propunha a construção do prédio da prefeitura na esquina da Rua Duque de Caxias. Restou o espaço na esquina da Rua Nereu Ramos que, mais tarde, foi doado para a construção do Fórum da Comarca.

Com o intuito de transformar a área em frente à Igreja Matriz numa praça, em fevereiro de 1974, o Prefeito solicitou autorização à Câmara para contratar um técnico urbanista. Tudo encaminhado, mesmo que no ano seguinte, a execução do projeto iniciou com o plantio de árvores e, pela Lei nº 168, de 26 de maio de 1975, o espaço recebeu a denominação de Praça da Bandeira.



Figura 138: Preparação do terreno para a construção da Praça da Bandeira -1974/1975.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.



Figura 139: Praça da Bandeira - 1975.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.

Durante o mandato, o Prefeito vendeu diversos veículos e máquinas que necessitavam de grandes investimentos para serem reformados. Autorizado pela Câmara e, mediante financiamento, adquiriu novos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, além de realizar obras de melhorias em várias ruas da cidade.



Figura 140: Rua Ernesto Beuter - 1976/1977.  
Fonte: Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti.

## **6.6 Empresas públicas e privadas**

Como o desenvolvimento de um município se faz também pelos investimentos privados, no período em análise, empresas públicas e privadas aqui se instalaram, prestaram e, muitas, ainda prestam seus serviços à população. Data de 1973 o início da circulação do primeiro jornal impresso em São Lourenço do Oeste, denominado Folha do Planalto. Inicialmente, os proprietários foram Egídio Moretto e João David Folador, mas, alguns meses depois, este assumiu integralmente o jornal, que circulou até 1980.

O Banco do Brasil instalou a agência de São Lourenço do Oeste no ano de 1974, em prédio próprio, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Nereu Ramos. Permaneceu neste local até 1983, quando passou às novas instalações, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Duque de Caxias. Conseqüentemente, o antigo prédio foi adquirido pelo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que funcionava em espaço locado, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Rui Barbosa.



Figura 141: Agência do Banco do Brasil - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Outro destaque da época ficou por conta da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que, em parceria com a Prefeitura, construiu a estação de captação de água do Rio Macaco, na comunidade de Bela Vista. No final de 1976, o prefeito Sabino adquiriu e instalou os equipamentos para o tratamento da água.



Figura 142: Transporte dos equipamentos para a estação de tratamento da Casan, acompanhado pelo Prefeito - 1976.  
Fonte: Acervo de Sabino Santin.

Assinale-se, ainda, que o Decreto Estadual nº 990, de 18 de setembro de 1975, criou a Escola de Educação Básica São Sebastião, na comunidade de Três Voltas, substituindo a Escola Isolada Três Voltas.



Figura 143: Escola de Educação Básica São Sebastião - Três Voltas - 2008.

Foto: Acervo da EEB. São Sebastião.

Também a Câmara de Dirigentes Lojistas e Serviço de Proteção ao Crédito de São Lourenço do Oeste foram fundados na época, mais precisamente em 05 de outubro de 1976. A nomenclatura Câmara de Dirigentes Lojistas (Clube) é a agremiação de empresários responsável pela criação da entidade. O Serviço de Proteção ao Crédito é o órgão credenciado à Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), e ao Departamento de Atendimento ao Serviço de Proteção ao Crédito (DASPC), para exercer a prestação de informação cadastral comercial, tanto de pessoa física, quanto jurídica.

E, entre os anos de 1975 e 1976, a comunidade católica construiu o novo centro comunitário.



Figura 144: Construção do centro comunitário da Igreja Matriz - 1975/1976.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.

### **6.7 Outras questões relevantes**

No período de 1973 a 1976, é significativo o número de autoridades que desempenharam suas funções na Comarca de São Lourenço do Oeste, ou seja, três juízes, Guido Schreiner Pereira, Nazareno Knabben e Francisco Borges; três promotores, Paulo Antônio Gunther, Agamenon Bento do Amaral e João Carlos Kurtz; e cinco delegados, Euclides Chiste, Flori Merquides Petter, Paulo Mazzera, Luiz Barboza e Olídio Kotinski.

Gentil Fernandes Folador foi o Diretor da Secretaria da Câmara no período em análise.

Os valores das receitas orçamentárias do mandato assim se constituíram:

-1973: Cr\$ 1.255.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros);

-1974: Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros);

-1975: Cr\$ 2.293.500,00 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil e quinhentos cruzeiros); e

-1976: Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros).

De 1973 a 1976, as empresas que se estabeleceram em São Lourenço do Oeste foram: Escritório Contábil União; Agro Máquinas Oeste; Escritório Rossetti; Imapol Porsch Madeiras; Metalúrgica Gracioli; Indústria de Madeiras Guarani; e Ferragem São Lourenço.

### **6.8 Conclusão**

Passados quatro décadas do encerramento do mandato em análise, é possível perceber que o jovem São Lourenço do Oeste agregava, aos poucos, representatividades estadual e nacional. Porém, não havia gratuidade nestas conquistas, mas resultavam de muito trabalho e, principalmente, de visão empreendedora dos Poderes Públicos instituídos e da sociedade organizada.

Os desafios, sempre enormes, e a vontade de deixar marcas na história, impulsionavam

o trabalho dos políticos que, aos poucos, implantava ou ampliava os serviços públicos de primeira necessidade. Hoje, é inimaginável a sociedade sem o serviço de saúde. E, embora com suas fragilidades, muitos programas ofertados são responsáveis pela qualidade de vida da maioria das pessoas. E pensar que apenas em 1975 este serviço passou a ser disponibilizado aos lourencianos! Os cenários históricos, de reconstrução possível apenas na imaginação, demonstram um pouco dos embates vivenciados em épocas anteriores, e não muito distantes.

Para muitos, as ações da época em análise podem parecer triviais. No entanto, tudo depende do olhar atribuído à história e, principalmente, às limitações existentes. Mesmo diante delas, na 5ª legislatura foram criadas 119 leis e 18 resoluções, quando, por grande parte do período, o trabalho dos legisladores ainda era gratuito, pois voltou a ser remunerado apenas no ano de 1975. Poderia ser considerado um trabalho voluntário?

O momento histórico atual é outro, quase sem comparações, mesmo que passado tão pouco tempo. Certamente, hoje não seria possível desfrutar de tudo o que temos se, lá atrás, a base do Município não fosse sólida.



## **CAPÍTULO 7**

### **6ª LEGISLATURA E**

**5º MANDATO (01.02.1977 A 31.01.1983)**

#### **7.1 Introdução**

É possível notar grandes diferenças, se forem estabelecidas comparações entre as legislaturas anteriores e esta. Cada uma delas enfrentou desafios singulares de continuidade, mas, principalmente, para ofertar atendimentos até então inexistentes. No final dos anos 70 e início dos 80, a população do jovem São Lourenço do Oeste era maior que as duas primeiras décadas do século XXI. As necessidades crescentes exigiam mais do Poder Público, que precisava atender a todos, pois a qualidade de vida e o desenvolvimento geral dependiam, e dependem, em grande parte, das ações públicas. Na essência, Executivo e Legislativo constituem-se pela preferência popular que a eles transferem confiança na resolutividade dos problemas existentes em diferentes épocas.

Talvez a muitos, ou a quem reside em grandes centros, as ações aqui desenvolvidas podem parecer pequenas ou até frágeis. Entretanto, ao identificarem a história e o seu tempo, reconhecerão muitas dificuldades e limitações e, a partir daí, os avanços galgados a cada época serão percebidos como conquistas de um povo trabalhador e em constante luta para melhorar o lugar onde viveu e, muitos, ainda vivem.

Nos seis anos deste mandato foram projetadas e executadas obras de cunho grandioso para um município com menos de trinta anos de emancipação. Exemplo disso é o prédio da prefeitura que, até o momento, permanece com a estrutura externa inalterada, já decorridos praticamente outros trinta da sua construção. Mas além das ações públicas, é notada crescente procura de empresas públicas e privadas, que aqui perceberam a possibilidade de crescerem e, também, de contribuir com o desenvolvimento.

Na leitura do texto que segue são identificadas algumas ações, como: construção de 120.000 m<sup>2</sup> de calçamento nas ruas da cidade; doação de áreas para a instalação do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER/SC), e da Telesc; aquisição de área para a instalação da estação de tratamento da CASAN e da caixa d'água; construção do ginásio de esportes do centro e do prédio da prefeitura; regularização de loteamentos; restituição de área doada à COHAB, destinada à construção de um conjunto habitacional; e, além disto, tramitou o projeto para a doação de área ao Ministério Público e à Associação de Magistrados.

Há, inclusive, informações relacionadas à instalação de empresas, como a CASLO, a Rádio 12 de Maio, o BESC e a Caixa Econômica Federal. É desta época, também, a construção da atual sede do CRA e do Clube de Campo. Tudo ocorreu durante um período de reorganização político-partidária, pois o pluripartidarismo é retomado no país e interfere em ambos os Poderes, principalmente no que se refere à filiação partidária.

Os itens até aqui apresentados são apenas indicativos que serão detalhados no decorrer do capítulo. A leitura integral proporciona uma visão geral de mais uma etapa da história de São Lourenço do Oeste.

## 7.2 Eleições do Legislativo e do Executivo e suplências

Esta legislatura e este mandato foram eleitos para 04 anos, porém, com mandatos prorrogados por mais dois, findando 31 de janeiro de 1983, conforme determinava a Emenda Constitucional nº 14, de 09 de setembro de 1980.

Nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lançou apenas uma chapa à majoritária, composta por Dionísio Biazussi e Honório Antônio Bottega, eleita com 3.534 votos. Já a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), lançou três sublegendas: Hermes Gabriel Ioris e Ney Barbosa, com 1.206 votos, José Ebling e Bronislau Polan Breowicz, com 1.120 votos, e Zeno Germano Etges e João Bruscato, com 1.121 votos.



Figura 145: Dionísio Biazussi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 146: Honório Antônio Bottega  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para a Câmara de Vereadores elegeram-se:

- pela ARENA: Santos Zilli - 374 votos, Alaor Geraldo da Silva - 371 votos, Albano Luiz Menegatti - 223 votos, Sextilio Ranzan - 221 votos, e Círio Hippler - 193 votos.

- pelo MDB: Armindo Echer - 485 votos, Elizeu Alencastro Rezzieri - 424 votos, Valdir Lazzarin Matos - 328 votos, e Sadi Valduga - 322 votos.

Nesta eleição, a ARENA contou com 21 e o MDB com 17 suplentes. Ainda, o primeiro partido obteve 26 votos na legenda e um total de 3.434 votos e, o segundo, 39, totalizando 3.430 votos. O Município contava com 8.013 eleitores cadastrados e, neste pleito, votaram 7.128, incluídos 126 votos brancos e 138 nulos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1980), a população de São Lourenço do Oeste era de 24.043 habitantes, destes, 8.200 residiam na área urbana e 15.843 na rural.

A posse ocorreu no dia 01 de fevereiro de 1977, às 10 horas, em sessão solene, no centro comunitário da Igreja Matriz, sob a presidência de Armindo Echer, vereador mais idoso.



Figura 147: Santos Zilli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 148: Alaor Geraldo da Silva  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 149: Albano Luiz Menegatti  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 150: Sextílio Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 151: Círio Hippler  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 152: Armindo Echer  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 153: Elizeu Alencastro Rezzieri  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

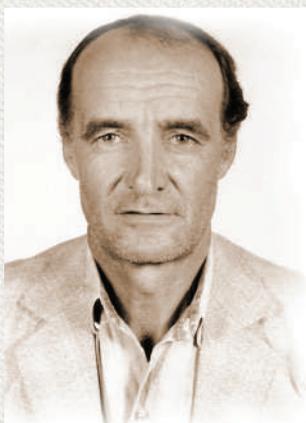


Figura 154: Valdir Lazzarin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 155: Sadi Valduga Matos  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Quanto às suplências do Legislativo, logo no início do mandato, no dia 08 de fevereiro, o vereador Sadi Valduga solicitou licença, por prazo indeterminado, para ser chefe de máquinas da Prefeitura. Ocupou a vaga o suplente Silvestre Sganzerla e Valduga reassumiu o mandato em 01 de novembro de 1980. Silvestre exerceu o mandato de fevereiro de 1977 a novembro de 1980 e, de junho de 1981 a janeiro de 1983, quando da renúncia do vereador Elizeu Alencastro Rezzieri. Já o suplente Adinor Bassoli assumiu de junho de 1982 a janeiro de 1983. Rezzieri renunciou ao cargo em 16 de junho de 1981 e, para a vaga, Sganzerla foi convocado.

Durante o mandato, o prefeito Dionísio Biazussi licenciou-se por diversas vezes, principalmente para gozo de férias. Honório Antonio Bottega, vice-prefeito, assumiu o comando do Executivo nos seguintes períodos: 03 de fevereiro a 04 de março de 1978; 03 de fevereiro a 05 de março de 1979; 01 de fevereiro a 03 de março de 1980; 03 de dezembro de 1980 a 02 de fevereiro de 1981; e 01 de fevereiro a 01 de março de 1982.

### 7.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas

Assim se constituíram as Mesas Diretoras e as Comissões Técnicas para o período:

-1977/1978:

- Mesa Diretora:

Presidente: Santos Zilli

Vice-presidente: Albano Luiz Menegatti

1º secretário: Círio Hippler

2º secretário: Armindo Echer

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: Círio Hippler

Vice-presidente: Alaor Geraldo da Silva

Relator: Elizeu Alencastro Rezzieri  
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Alaor Geraldo da Silva  
Vice-presidente: Armino Echer  
Relator: Círio Hippler  
- Comissão de Obras e Serviços Públicos e Atividades Privadas:  
Presidente: Sextílio Ranzan  
Vice-presidente: Albano Luiz Menegatti  
Relator: Sadi Valduga, substituído por Silvestre Sganzerla  
- Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Elizeu Rezzieri  
Vice-presidente: Sextílio Ranzan  
Relator: Valdir Mattos

- 1979/1980:  
- Mesa Diretora:  
Presidente: Círio Hippler  
Vice-presidente: Santos Zilli  
1º secretário: Silvestre Sganzerla  
2º secretário: Albano Luiz Menegatti

- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Albano Luiz Menegatti  
Membros: Santos Zilli e Silvestre Sganzerla  
- Comissão de Justiça e Redação:  
Presidente: Santos Zilli  
Membros: Albano Luiz Menegatti e Armino Ecker  
- Comissão de Obras, Serviços e Atividades Privadas:  
Presidente: Elizeu Rezzieri  
Membros: Valdir Mattos e Sextílio Ranzan  
- Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Alaor Geraldo da Silva  
Membros: Armino Ecker e Elizeu Rezzieri

- 1981/1982:  
- Mesa Diretora:  
Presidente: Sadi Valduga  
Vice-presidente: Alaor Geraldo da Silva  
1º secretário: Círio Hippler  
2º secretário: Sextílio Ranzan

- Comissão de Justiça e Redação:  
Presidente: Albano Luiz Menegatti  
Membros: Alaor Geraldo da Silva e Sextílio Ranzan  
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Alaor Geraldo da Silva

Membros: Santos e Valdir Lazzarin Mattos  
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas:  
Presidente: Santos Zilli  
Membros: Armindo Ecker e Círio Hippler  
- Comissão de Saúde e Assistência:  
Presidente: Círio Hippler  
Membros: Albano Luiz Menegatti e Valdir Lazzarin Mattos

#### **7.4 Destaques do Legislativo**

No contexto das ações do Legislativo, aqui são destacadas algumas representativas do período em análise, sem desmerecer outras que, por vezes, carecem de comprovação.

São Lourenço do Oeste pleiteava a autorização para a abertura de uma rádio. Contudo, a notícia de que a concessão havia sido arquivada chegou pelo vereador Elizeu Rezzieri, no dia 25 de agosto de 1977, que requereu o envio de ofício ao Ministro das Comunicações, solicitando novas concorrências para o funcionamento de uma emissora radiofônica no Município.

Cabiam outras atividades à Câmara, além da constituição do conjunto de leis que organizam o Município, como, por exemplo, a representação em instâncias superiores. Por isso, em 18 de julho de 1978, realizou-se a sessão extraordinária pública para a escolha dos delegados e do suplente ao Colégio Eleitoral, a fim de atender a Resolução nº 10.378/78, do Tribunal Superior Eleitoral. Cada partido apresentou sua chapa e, como resultado da votação secreta, 07 votos foram para a ARENA, e nenhum voto para o MDB. Os delegados Santos Zilli, Círio Hippler e Albano Luiz Menegatti, suplente, compuseram a referida chapa.

Grandes ganhos sociais avizinhavam-se a partir do momento em que o presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, sancionou a Lei 6.767, no dia 20 de dezembro de 1979, modificando a Lei Orgânica dos Partidos. Restabeleceu, então, o pluripartidarismo e, no lugar do MDB, foi criado o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, da ARENA, o Partido Democrático Social (PDS). Iniciava-se, assim, a transição rumo à democracia. Algumas correntes dos dois partidos optaram por criar legendas, ao mesmo tempo em que, da sociedade novamente organizada politicamente, surgiam propostas de novos partidos.

Em decorrência desta reorganização político-partidária, algumas mudanças ocorreram na constituição dos partidos, principalmente na nomenclatura. Na sessão do dia 06 de março de 1980, o vereador Alaor Geraldo da Silva repassou aos demais que, de acordo com a informação telefônica recebida da capital do Estado, o prefeito Dionísio Biazussi havia aderido ao PDS. Para atender a Resolução nº 01, de 11 de março de 1980, no dia 14 de março de 1980, em sessão da Câmara, os vereadores receberam a comunicação acerca de quais novas siglas partidárias estavam inscritos. Com a nova organização, os filiados à ARENA ingressaram no PDS e os filiados ao MDB passaram ao PMDB.

Tais mudanças repercutiram na Câmara de Vereadores e os líderes partidários do MDB, Silvestre Sganzerla, e da ARENA, Alaor Geraldo da Silva, declararam que não mais representavam suas associações, pois deixava de existir.

Neste período, além de outras matérias, também tramitava o projeto de lei que autorizava a doação de terreno para o Ministério Público e à Associação de Magistrados,

com o objetivo de construir moradias ao juiz e ao promotor da Comarca. A área de 600 m<sup>2</sup> compreendia dois terrenos, na esquina da Rua Ernesto Beuter com a Travessa São Pedro, anteriormente doada ao Tribunal de Justiça para a construção do Fórum. Este projeto foi aprovado no dia 21 de fevereiro de 1980, e transformado na Lei nº 300, de 22 de fevereiro de 1980. Já no dia 08 de abril, o promotor da Comarca, Antônio César Pinto Costa, participou da sessão para agradecer aos vereadores a aprovação da matéria. Essas moradias jamais foram construídas e, em 2004, os terrenos retornaram à propriedade do Município, conforme a Lei nº 1.470, de 21 de junho de 2004.

Ainda neste dia, o Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Esperidião Amin, esteve aqui, oportunidade em que se reuniu com os vereadores.

No dia 14 de agosto de 1980, o promotor Antônio César Pinto Costa usou espaço na tribuna da Câmara para falar da fuga de um preso da cadeia local. O vereador Albano Luiz Menegatti solicitou o encaminhamento de ofício ao Prefeito e às autoridades da segurança pública a fim de tomarem providências, uma vez que o espaço não oferecia condições para manter presos em suas instalações.

Em que pesem todas as dificuldades de encaminhamentos de ações genéricas, elas precisavam acontecer. Assim sendo, noutra ocasião, o vereador Albano Luiz Menegatti sugeriu a realização de uma campanha, com a contribuição do Executivo, para que as casas e os prédios do centro da cidade fossem mantidos bem conservados e pintados. O vereador Silvestre Sganzerla lembrou que campanha similar já existia, como a da Quadra Mais Bonita, patrocinada pela Acaresc e pelo Mobral, e que a ampliação dessas ações seria importante para São Lourenço do Oeste.

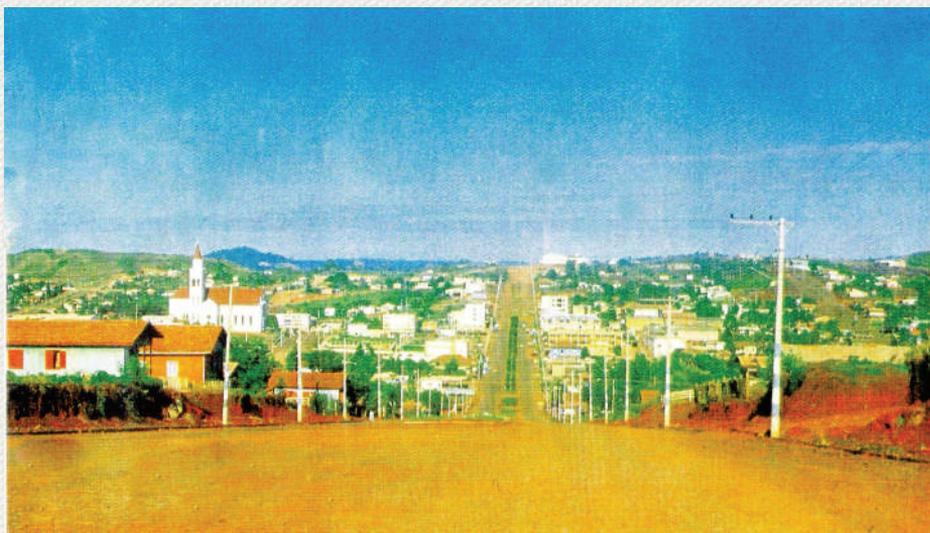


Figura 156: Avenida Brasil, do alto da Rua Tiradentes - 1981/1982.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Patrimônio público é algo grandioso e merece atenção especial. Por isso, no dia 09 de outubro 1980, a Câmara apreciou projeto de lei do Executivo que restituiu a área de 20.000 m<sup>2</sup> ao Município, em 1967 doada à COHAB, para a construção de um conjunto habitacional. A devolução ocorreu porque o prazo expirou e as edificações não aconteceram.

Em reconhecimento às importantes ações desenvolvidas no Município, o Legislativo concedeu o título de Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste às seguintes personalidades: Jorge Konder Bornhausen, ex-governador de Santa Catarina - Resolução nº 02, de 19 de junho de 1979; frei Celestino Coletti, vigário da Paróquia São Lourenço - Resolução nº 03, de 18 de fevereiro de 1981; e Victor Osvaldo Konder Reis, ex-presidente do BESC - Resolução nº 04, de 12 de maio de 1981.

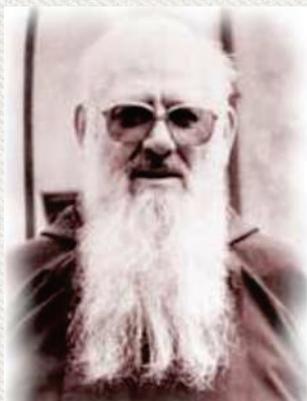


Figura 157: Frei Celestino Coletti, Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste  
Fonte: Acervo da Paróquia São Lourenço. Mártir



Figura 158: Governador Jorge Konder Bornhausen, Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste  
Fonte: Acervo do Senado Federal

Ainda no que tange às proposições, no dia 07 de abril de 1981, o vereador Armindo Ecker solicitou o encaminhamento de ofício à Província dos Padres Capuchinhos, expressando condolências pela morte do frei Patrício de Nébola, o qual contribuiu para a construção da Igreja Matriz de São Lourenço do Oeste.

No mês de maio de 1982, o Prefeito convidou o presidente da Câmara, vereador Sadi Valduga, para reassumir as funções de Diretor do DMER. O segundo suplente, Adinor Bassoli, substituiu-o na Câmara, em razão de o suplente Olávio Erbes ocupar cargo comissionado no Executivo Municipal. O vice-presidente, vereador Alaor Geraldo da Silva, assumiu a presidência. Já as Comissões Técnicas que Sadi ocupava foram preenchidas pelos vereadores Armindo Ecker, na Comissão de Finanças e Orçamento, e, Silvestre Sganzerla, na Comissão de Justiça e Redação.

### **7.5 Destaques do Executivo**

Muito ainda precisava ser feito para que São Lourenço do Oeste atingisse um nível mais elevado, tanto em visibilidade quanto em qualidade de vida aos munícipes.

Dentre outras, a instauração de processo licitatório para a construção de até 120.000 m<sup>2</sup> de calçamento nas vias públicas da cidade, com pedras irregulares, constituiu-se numa das primeiras ações do Executivo.



Figura 159: Preparação da Avenida Brasil para a pavimentação com pedras irregulares - 1978.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Com o objetivo de aqui instalar uma unidade do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER), o Município, em março de 1978, doou uma área de 5.000 m<sup>2</sup> ao Estado. A obra iniciou em 1981 e sua implantação ocorreu no ano seguinte.

São Lourenço do Oeste necessitava de um local amplo e coberto para as práticas esportivas. Diante disso, no mês de março de 1980, o Executivo Municipal procurou a Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Turismo, para estabelecer parcerias de cooperação técnica e financeira e, assim, viabilizar a construção de um ginásio de esportes no centro da cidade. Como resultado da parceria, em 1981, a obra foi concluída e inaugurada.

Além disto, também estava em construção o prédio da atual prefeitura, obra que marcou a administração Biazussi/Bottega. Porém, sua inauguração aconteceu somente no final da gestão, em dezembro de 1982.



Figura 160: Inauguração do ginásio de esportes -1981.  
Fonte: Acervo de Dionísio Biazussi.



Figura 161: Inauguração da prefeitura - 1982.  
Fonte: Acervo de Dionísio Biazussi.



Figura 162: Centro comunitário, ginásio de esportes e prefeitura - 1984.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A cidade crescia e havia a necessidade de novas áreas para a sua expansão. Surgiram novos loteamentos e uma das preocupações do Executivo e da Câmara era a de regularizar as áreas urbanizadas e fomentar novos loteamentos, imprescindíveis ao crescimento do perímetro urbano.

Ainda, o Município adquiriu uma área de 7.398,55 m<sup>2</sup> no Distrito de Presidente Juscelino, por aproximadamente Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), mais precisamente, onde está situada a represa da CASAN. Tal aquisição tinha por objetivo a instalação do sistema de abastecimento de água e, assim, garantir o seu fornecimento às residências da cidade. Mas a ação não parou por aí. Para a instalação da caixa d'água que atenderia tal distribuição, a Municipalidade adquiriu o lote urbano n° 6, da Quadra 9E, pelo preço de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros).



Figura 163: Vista parcial da cidade, com destaque ao primeiro reservatório da CASAN - 1982.  
Fonte: Acervo de Olga Abatti Lopes.

Durante o mandato foram feitas várias obras e pavimentações urbanas, pontes e melhorias da malha viária, alienados vários prédios públicos, veículos, máquinas e equipamentos rodoviários que se encontravam sem condições de uso ou que necessitavam de grandes investimentos para a recuperação. O resultado das alienações contribuiu para

a construção de prédios e para a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos novos.

Durante essa legislatura, dois loteamentos receberam aprovação, o Primavera, em 1980, e o Dall’Agnol, em 1981.

## **7.6 Destaques da sociedade**

Aliada às ações do Legislativo e do Executivo está a contribuição de empresas do setor privado, e também públicas, pois cada uma delas tinha e têm seus objetivos, algumas mais voltadas ao desenvolvimento humano e, outras, à construção e à prestação de serviços, sendo que, a maioria delas ainda está ativa.

Saber, Sentir, Servir, Saúde é o significado dos 4-S que representavam os clubes formados pela juventude da zona rural, com o principal propósito de formar lideranças, a conscientização e o trabalho voluntário nas áreas educacional, social, recreativa, cultural e técnica.

Sendo assim, em 1977, iniciaram-se os trabalhos com os Clubes 4-S em São Lourenço do Oeste, sob a coordenação da Acaresc e, em 1979, a primeira equipe aqui chegou para atender, também, o município de Galvão. Criaram os seguintes clubes: Santo Agostinho - 1977; Frederico Wastner e Linha Prata - 1978; Lageado Antunes, São Caetano e Três Voltas - 1979; Santo Antonio e Sant’Ana da Bela Vista - 1980; Ouro Verde e Novo Guaporé - 1982; e Presidente Juscelino - 1984. Também sob a coordenação do Acaresc, em 1982, o Comitê Municipal 4-S foi instalado para desenvolver atividades em parceria com os Clubes. As atividades da agremiação encerraram-se em maio de 1996.



Figura 164: Clube 4-S de Lageado Antunes recepcionando dois técnicos agrícolas da Nigéria - 1983.

Fonte: Acervo de Cleonice Trevisan Sutilli.

Destaque é dado ao Bela Vista Clube de Campo, fundado por um grupo de 77 sócios, no dia 21 de setembro de 1977, pois é um dos mais modernos e aprazíveis clubes campestres, dotado de grande área física, com diversos atrativos esportivos e recreativos.

Está localizado às margens da Rodovia SC-478, que liga São Lourenço do Oeste a Campo Erê.



Figura 165: Bela Vista Clube de Campo - 1999.  
Fonte: Acervo do Bela Vista Clube de Campo.

Também, no dia 06 de junho de 1978, foi fundada a Cooperativa Agropecuária São Lourenço (CASLO), até então filial da Cooperativa Xanxerê. No auge de suas atividades, décadas de 80 e de 90, contava com aproximadamente 700 associados, 85 funcionários, 06 filiais no interior do Município, 02 estabelecimentos comerciais na cidade e 15 veículos. Em 2014, são 658 associados e uma frota de 06 veículos. As instalações da matriz e das filiais de Três Voltas, Sant'Ana da Bela Vista, Novo Guaporé e São Paulinho funcionam em locais próprios. Novo Horizonte, Presidente Juscelino, São Roque e Jupia estão instaladas em espaços locados. O quadro de pessoal é formado por 39 funcionários.



Figura 166: Matriz da CASLO, Rua Aldo Lemos, esquina com a Avenida Brasil - 2005/2006.  
Fonte: Acervo da CASLO.

Com vistas à expansão dos serviços de telefonia e à instalação da central telefônica, o Município doou à Telesc, um terreno de 1.000 m<sup>2</sup>, ao lado da prefeitura.

Vale lembrar que o terceiro banco instalado em São Lourenço do Oeste foi o BESC, no ano de 1979, inicialmente em espaço locado, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Rui Barbosa. Em 1983 adquiriu o prédio onde funcionava o Banco do Brasil, que mudou para a sede própria. O BESC passou pelo processo de federalização, em 2007, sendo incorporado ao Banco do Brasil.



Figura 167: Inauguração do BESC, na Rua Rui Barbosa - 1978.  
Fonte: Acervo de Dionísio Biazussi.

Um dos meios de comunicação mais importantes de São Lourenço do Oeste é a Rádio Doze de Maio Ltda, fundada em 1979. A emissora, de amplitude modulada, entrou no ar no dia 12 de maio de 1980, com 250 watts de potência, sob frequência de 1.540 khz. Com o tempo, estes dados alteraram-se e, hoje, conta com 1.000 watts de potência e 630 quilohertz, ou seja, 1kw. No início, a sociedade compunha-se por diversos empresários e profissionais liberais e, com o passar do tempo, alguns desligaram-se.

Atualmente, apenas Círio Hippler é seu proprietário e está aguardando a liberação do Ministério das Comunicações para a inclusão dos filhos Luiz Carlos, Paulo Henrique e Daniel Rodrigo na sociedade como cotistas da emissora, resultante do inventário após o falecimento de Iris Hippler, em 02 de março de 2010.



Figura 168: Rádio Doze de Maio Ltda - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Inicialmente, lá nos anos 1960/1961, a sede do CRA foi de madeira. Porém, em 1980, o prédio em alvenaria substituiu a antiga construção. Com o tempo, passou por reformas e ampliações, a fim de melhor acolher os associados e visitantes, visto que, no espaço, são promovidos eventos diversos durante o ano todo.

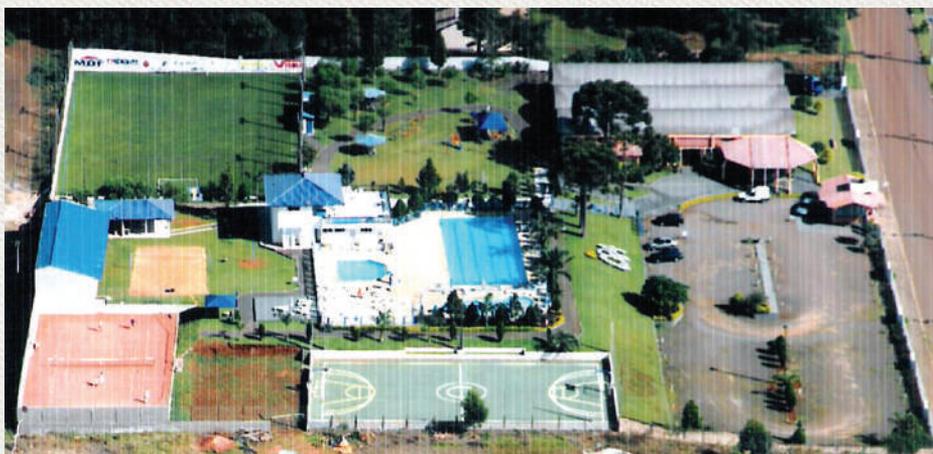


Figura 169: Clube Recreativo Araucária (CRA) - 2006/2007.  
Fonte: Acervo do CRA.

Já em 1981, a Firma Libardoni adquiriu as quotas da família Rezzieri, desfazendo a sociedade de 25 anos. A família Rezzieri mudou-se para Cuiabá (MT), e lá passou a atuar no ramo madeireiro. O patrimônio passou à propriedade do grupo Libardoni-Echer-Fantin, até 1988.

Por fim, a agência da Caixa Econômica Federal, instalada em São Lourenço do Oeste no ano de 1982, inicialmente atendeu na esquina da Rua Rui Barbosa com a Travessa São Pedro, posteriormente na esquina das Ruas Coronel Bertaso e Ernesto Beuter e, atualmente, está na Rua Coronel Bertaso, em frente à Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.



Figura 170: Caixa Econômica Federal, na Rua Coronel Bertaso - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **7.7 Outras informações relevantes**

Durante a legislatura 1977/1982, atuaram, no Município, os juízes Sálvio de Oliveira, Eralton Joaquim Viviani, Renato Mellilo Filho e Wilson Augusto do Nascimento; os promotores: Jairo Mello Christ, Pedro Sérgio Steil, César João Cim, Antônio César Pinto Costa, Carlos Alberto Platt Nahas, Nilo Sérgio Quintino dos Santos, Raulino Jacó Bruninh, José André Zanella e Donald Reiner; e o delegado de polícia Odílio Kotinski.

Os secretários da Câmara durante a legislatura foram Arno Ignácio Etges, de fevereiro de 1977 a 20 de setembro de 1979, e Pedro Flori Godoy, cedido pela delegacia da Comarca, de 20 de setembro de 1979 a 04 de junho de 1981.

O secretariado do Executivo Municipal, mandato 1977/1982, assim esteve composto: secretário de administração: Olávio Erbes; secretário de finanças: Beni Roque Negri; secretário do interior: Sadi Valduga; secretário de educação: Ermindo Lazzarotto; secretário de infraestrutura e perímetro urbano: Alfeu Valduga.

Para o período de 1978 a 1982, assim ficaram previstos os valores das receitas orçamentárias:

- 1978: Cr\$ 15.945.000,00 (quinze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros);

- 1979: Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros);

- 1980: Cr\$ 42.832.400,00 (quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros);

- 1981: (informação não localizada); e

- 1982: Cr\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros).

Durante a legislatura 1977-1982, algumas entidades e instituições estabeleceram-se em São Lourenço do Oeste: Cidasc - Acaresc; Igreja Batista Pioneira; BESC; CASAN; Rádio Doze de Maio; LIONS Clube; Capela São Francisco; e Caixa Econômica Federal. As instituídas por leis municipais de utilidade pública são: Clubes de Mães Unidas por um Ideal, de Presidente Juscelino, e Santa Rita, de Lageado Antunes; Esporte Clube Bela Vista; Esporte Clube Cruzeiro de São Roque; e Esporte Clube União Beneficente Três Voltas.

Outras empresas ganharam vida nesta legislatura, a saber: Britalaje; Madeireira Perazoli; Alfaiataria de Cézar; Irmãos Portaluppi; Bar e Armazém São Nicolau; CASLO; Escritório Martini; Agro Veterinária Dr. Leo; Sapataria Cometa; Izanelli Confecções; Tabelionato e Registro de Notas Sérgio Luiz Janczeski; Fermacon; Mecânica Carboni; Bar e Merceria Barbieri; Eletrônica Bonet; Madeireira Djalmo; e Bar e Restaurante Central.

### **7.8 Conclusão**

Seis anos é um tempo significativo para quem realiza ações e para quem delas depende. Como é possível notar, no período em análise, grandes obras e ações públicas foram realizadas. A parceria entre Legislativo e Executivo é responsável por muitos êxitos, pois as 155 leis e as 26 resoluções criadas são uma demonstração de que o desenvolvimento resulta de planejamento. Geralmente, os municípios pequenos têm retorno financeiro pequeno, exigindo organização dos administradores para aplicá-lo de maneira a atender a população em todas as dimensões, entre outras, educação, saúde e infraestrutura.

Mas é necessário destacar a participação da iniciativa privada, como uma aliada do Poder Público, em sempre buscar o desenvolvimento de São Lourenço do Oeste. Afinal, nesta legislatura, 17 empresas, da indústria e do comércio, aqui se instalaram, prestando serviços à região. Este compromisso coletivo se constitui num marco histórico do Município.

Entretanto, uma lacuna está presente na história de São Lourenço do Oeste. Até então, além do FLIC, não são percebidas leis destinadas a ações culturais e os recursos, conseqüentemente, ampararam apenas a infraestrutura básica. Isto fez com que as pessoas se direcionassem, quase exclusivamente ao trabalho, e as referências culturais do povo lourenciano constituíram-se por outras regiões do país.

Limitações estão presentes em todos os momentos históricos e cada um apresenta as suas particularidades. Como a sociedade resulta de um movimento, a próxima legislatura partirá do trabalho por esta e outras construído. Afinal, de maneira genérica, uma das funções o trabalho público é de ampliar o existente e projetar o futuro, ou seja, o trabalho da próxima legislatura e do próximo mandato.

## **CAPÍTULO 8**

### **7ª LEGISLATURA E**

#### **6º MANDATO (01.02.1983 A 31.12.1988)**

##### **8.1 Introdução**

Ao analisar as condições existentes atuais, comparando-as às disponibilizadas há aproximadamente três décadas, são perceptíveis as mudanças a qualquer leitor ou pessoa que viveu ou vive em São Lourenço do Oeste há algum tempo. E, subliminarmente, algumas perguntas perpassam a leitura do texto que segue, como por exemplo: Como se constituía a vida das pessoas quando não dispunham de farmácia de plantão? Como era o Município sem a área industrial, sem grande parte das empresas hoje solidificadas, sem ruas asfaltadas, ou sem o CTG?

Assim como as legislaturas e os mandatos anteriores contribuíram para o progresso, evidenciado de uma ou outra maneira, nesta, tornam-se notórios outros aspectos até então inexistentes e que serão significativos à vida dos lourencianos por muito, muito tempo. Representam setores públicos e privados, o mundo do trabalho, as famílias, a visibilidade, a locomoção, o lazer, enfim, as raízes da gente que se firmou neste chão.

Um diferencial positivo desta legislatura é a eleição do Executivo e do Legislativo para um período de seis anos, o que possibilitou a continuidade da construção do Município. O foco principal de ambos os Poderes foi o de subsidiar empresas e entidades, no sentido de alavancar o desenvolvimento. Neste sentido, podem ser citadas algumas ações, como: aquisição e doação de áreas para a formação da área industrial e para a instalação de empresas, de equipamentos, melhoria no fornecimento da energia elétrica, construção de áreas de lazer, de convivência, realização de feira (Efaislo), incentivo fiscal a novas empresas, entre outras.

Além das ações decorrentes do Poder Público Municipal houve investimentos privados e de instituições que contribuíram significativamente para o desenvolvimento integral dos munícipes, a saber: construção e inauguração do Fórum; criação da Escola São Francisco de Assis e da EEB. Volta Redonda, de São Roque; constituição da Empresa Nutrisul, do Jornal Capital do Noroeste, da Acislo e do CTG Amizade Sem Fronteiras. Vale destacar que, neste período, o Município teve a sua primeira representação na Assembleia Legislativa.

Os tópicos acima mencionados estão detalhados a seguir e contribuirão para o conhecimento de mais uma etapa constitutiva de São Lourenço do Oeste.

##### **8.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências**

Em atendimento à Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, os mandatos do Executivo e do Legislativo tiveram o exercício de seis anos.

A legislatura foi marcada pela licença do prefeito Cairu Hack para concorrer a uma

vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e, depois, pela renúncia, por ter sido eleito deputado. Santos Zilli, vice-prefeito, assumiu o Executivo até 31 de dezembro de 1988.

As chapas que disputaram as eleições municipais de 15 de novembro de 1982 atingiram os seguintes resultados:

- Partido Democrático Social (PDS):  
Cairu Hack e Santos Zilli, eleitos com 4.489 votos;  
Sadi Valduga e Santos Zilli, 881 votos.
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB):  
Hermes Gabriel Ioris e Lídio Sutilli, 3.989 votos.
- Partido dos Trabalhadores (PT):  
Laurení Ramos e Basílio Venceslau de Matos, 48 votos.

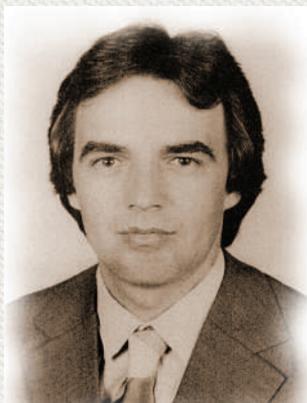


Figura 171: Cairu Hack  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 172: Santos Zilli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Na época, São Lourenço do Oeste teve aumento da população, atingindo 24.000 habitantes, condição que o levou a ter onze vereadores. Diante da reorganização numérica, o Legislativo ficou assim constituído:

- Partido Democrático Social (PDS): Ermindo Lazzarotto - 593 votos, Lúcia Lazarin Milkevitz - 365 votos, Ciro Fratin - 354 votos, Iraci Elzinha Bampi Suzin - 521 votos, Nevaldir Graff - 307 votos, e Arno Ignácio Etges - 270 votos.

- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): Geraldo Pizzatto - 508 votos, Armindo Echer - 501 votos, Honorino Luiz Pastre - 420 votos, Silvestre Sganzerla - 405 votos, e Valdomiro Leite - 239 votos.

Na condição de suplentes, o PDS contou com 24 nomes, o PMDB com 22 e, o PT, com 01 nome.



Figura 173: Ermino Lazzarotto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 174: Lúcia Lazarin Milkevitz  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 175: Ciro Fratin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 176: Iraci Elzinha Bampi Suzin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 177: Nevaldir Graff  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 178: Arno Ignácio Etges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 179: Geraldo Pizzatto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 180: Armindo Echer  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 181: Honorino Luiz Pastre  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 182: Silvestre Sganzerla  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 183: Valdomiro Leite  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Nesta eleição, São Lourenço do Oeste contava com 12.589 eleitores. Votaram 10.196, destes, 342 foram votos brancos e 284 nulos, e 2.393 abstiveram-se.

A solenidade de posse do Legislativo e do Executivo ocorreu às 10 horas do dia 01 de fevereiro de 1983, no centro comunitário da Igreja Matriz, sob a presidência do vereador com mais idade, Armindo Echer. Além de autoridades e do público, o evento teve a participação do deputado federal Francisco Oreste Libardoni.



Figura 184: Solenidade de posse e pronunciamento do vereador Arno Ignácio Etges - 1983.

Fonte: Acervo de Arno Ignácio Etges.



Figura 185: Dionísio Biazussi, assinando o termo de transmissão do cargo de prefeito a Cairu Hack, em pé, à direita. À esquerda, sentado, o ex-vice-prefeito Honório Bottega e, em pé, Olávio Erbes - 1983.

Fonte: Acervo de Arno Ignácio Etges

Durante o mandato, devido à renúncia dos titulares, assumiram a Câmara os seguintes suplentes: Albano Luiz Menegatti, de fevereiro de 1983 a fevereiro de 1986 e, a partir de agosto de 1986, definitivamente, na vaga de Nevaldir Graff, e, João Flori Gemelli, de junho de 1984 até o final da legislatura, na vaga de Geraldo Pizzatto. Ermindo Lazzarotto licenciou-se em 07 de fevereiro de 1983 para desempenhar função de confiança

do Executivo e o suplente Albano Luiz Menegatti ocupou sua vaga na Câmara.

Por motivo de férias do prefeito Cairu Hack, o vice Santos Zilli assumiu o Executivo nos períodos de 17 de fevereiro a 12 de março de 1984, de 20 de dezembro de 1984 a 21 de janeiro de 1985 e de 14 de janeiro a 13 de fevereiro de 1986.

Para participar do pleito eleitoral estadual, como vice-governador, na chapa com Amílcar Gazaniga, o prefeito Cairu Hack inicialmente desincompatibilizou-se e, posteriormente, renunciou ao cargo no dia 01 de maio de 1986. Santos Zilli assumiu o Executivo no dia 16 de maio até a conclusão do mandato, em 31 dezembro de 1988. A chapa de Amílcar e Cairu não foi eleita e ocupou a 3ª colocação nas eleições estaduais de 1986.

### **8.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas**

Mesas Diretoras e Comissões Técnicas eleitas para o trabalho de dois anos:

1983/1984:

- Mesa Diretora:

Presidente: Arno Ignácio Etges

Vice-presidente: Nevaldir Graff

1º secretário: Silvestre Sganzerla

2ª secretária: Lúcia Lazarin Milkevicz

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Iraci Elzinha Bampi Suzin, Armindo Echer e Ermindo Lazzarotto

- Comissão de Justiça e Redação:

Lúcia Lazarin Milkevicz, Círio Fratin e Valdomiro Leite

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas:

Honorino Luiz Pastre, Geraldo Pizzatto e Ciro Fratin

- Comissão de Educação e Cultura:

Iraci Elzinha Bampi Suzin, Armindo Echer e Valdomiro Leite

- 1985/1986;

- Mesa Diretora:

Presidente: Lúcia Lazarin Milkevicz

Vice-presidente: Silvestre Sganzerla

1ª secretária: Iraci Elzinha Bampi Suzin

2º secretário: João Flori Gemelli

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Arno Ignácio Etges

Membros: Albano Luiz Menegatti e Armindo Echer

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: João Flori Gemelli

Membros: Valdomiro Leite e Nevaldir Graff

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas:

Presidente: Armindo Echer

Membros: João Flori Gemelli e Albano Luiz Menegatti

- Comissão de Educação e Cultura:  
Presidente: Ciro Fratin  
Membros: Honorino Luiz Pastre e Arno Ignácio Etges
  
- 1987/1988:  
- Mesa Diretora:  
Presidente: Silvestre Sganzerla  
Vice-presidente: Albano Luiz Menegatti  
1º secretário: João Fiori Gemelli  
2º secretário: Ermindo Lazzarotto
  
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Lúcia Lazarin Milkevicz, Ciro Fratin e Arno Ignácio Etges
- Comissão de Justiça e Redação:  
Arno Ignácio Etges, Ciro Fratin e Iraci Suzin
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas:  
Valdomiro Leite, Albano Menegatti e Ermindo Lazzarotto
- Comissão de Educação e Cultura:  
Iraci Suzin, Lúcia Lazarin Milkevicz e Valdomiro Leite



Figura 186: Eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio - 1983.

Fonte: Acervo de Arno Ignácio Etges.

#### **8.4 Destaques do Legislativo**

Todas as ações abaixo narradas são reveladoras do significativo trabalho da Câmara, sendo suporte ao trabalho do Executivo. É possível afirmar que esta época foi determinante para o crescimento e o desenvolvimento de São Lourenço do Oeste.

Com a transferência da prefeitura para o novo prédio, também houve a necessidade de ampliar o parque municipal de máquinas, localizado na área da antiga prefeitura. Diante da reorganização, pela Lei nº 373, de 11 de abril de 1983, a Câmara autorizou a aquisição de uma área de terra com 1.000 m<sup>2</sup>, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, para a ampliação da garagem e da fábrica de tubos. Em novembro do mesmo ano, o Município adquiriu outra área, com 24.200 m<sup>2</sup>, na Rua Monte Castelo, por Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), a fim de construir e de instalar o parque de máquinas e os equipamentos para a produção de derivados de concreto e outras atividades.

Com o intuito de incentivar a instalação de laticínio no Município, em novembro do mesmo ano, o Legislativo autorizou o Executivo a adquirir uma área rural, com 60.150 m<sup>2</sup>, de propriedade de Círio Hippler, situada na Linha Gramadinho - km 93, da Rodovia SC-468, por aproximadamente Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Esta área foi doada à empresa Laticínios Noroeste Ltda, em junho de 1984. Porém, o Município reservou em lei o direito de domínio sobre essa área, pelo período mínimo de 10 anos. Como a empresa não a ocupou na totalidade, devolveu 45.150 m<sup>2</sup>, em junho de 1987. Depois disso, a Lei nº 525, de 25 de agosto de 1987, autorizou a doação de 50.000 m<sup>2</sup> da mesma área ao Centro de Tradições Gaúchas Amizade Sem Fronteiras (CTG).

O vereador Armindo Echer apresentou ao Executivo duas solicitações de grande relevância, sendo a construção de banheiros na Praça da Bandeira e a regulamentação do plantão dos serviços farmacêuticos. São Lourenço do Oeste já oferecia o serviço médico de plantão, porém, as farmácias não atendiam em horário noturno, nem nos finais de semana. Noutra oportunidade, reiterou o pedido de instalação de telefone público na cidade, o popular orelhão, pois a população da cidade de Vitorino (PR), já contava com tal serviço.

Já em agosto de 1987, o vereador Valdomiro Leite propôs à Mesa Diretora o envio de expediente à Telesc, a fim de viabilizar a instalação de telefonia rural.

O vereador João Flori Gemelli solicitou ao Executivo que se mobilizasse perante aos órgãos Estaduais no sentido de viabilizar recursos para efetuar reforma no prédio da Escola Básica Sórora Angélica.

Pela Resolução nº 09, de 02 de abril de 1985, foi criado o espaço denominado “tribuna popular”, com o objetivo de oportunizar a manifestação do público na Câmara de Vereadores. A matéria, de iniciativa da Mesa Diretora, mais tarde, pode ser inserida no Regimento Interno do Legislativo. No ano de sua criação, os seguintes cidadãos fizeram uso do espaço: Sebastião Josters, Sérgio Janczeski, Ivo Perazolli, Jandir Pressoto, Salin Schead e Edu Antônio Borges.

Em 23 de abril de 1985, por pedido da Câmara, a certidão expedida pelo Poder Judiciário, lida pela presidente do Legislativo, declarou extinto o mandato de João Flori Gemelli, por ter infringido disposições contidas na Lei Complementar Estadual nº 05, artigo 21, item II, letra d. Porém, após argumentações, o vereador foi reintegrado no dia 02 de maio de 1985, amparado pelo artigo 7º, II, da Lei Federal nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Já a vereadora Iraci Elzinha Bampi Suzin, em maio de 1986, solicitou ao Executivo

estudo de viabilidade para a contratação de garis para efetuar a limpeza pública da cidade.

Também, a Câmara mobilizou-se perante o Executivo, em outubro de 1985, para que este viabilizasse a doação de terreno destinado à construção da agência do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Imediatamente foi remetido projeto de lei à Câmara para adquirir e doar o terreno, que se efetivou pela Lei nº 472, de 25 de outubro de 1985. A inauguração do IAPAS, mais tarde Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ocorreu às 18 horas do dia 16 de agosto de 1987. No prédio, localizado na esquina das Ruas Gílio Rezzieri e Duque de Caxias, de 1988 a 2006, também funcionou o posto de saúde.



Figura 187: Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Ainda, a vereadora Lúcia Lazarin Milkevicz propôs ao plenário que fosse solicitado ao Executivo a doação do terreno, situado ao lado do IAPAS, atual INSS, à Associação dos Professores das Redes Estadual e Municipal para construir sua sede, a fim de abrigar os professores em seus deslocamentos do interior a cidade e também a atividades correlatas.

Quanto às sessões descentralizadas, o Legislativo realizou-as na comunidade de Santo Agostinho, no dia 26 de setembro de 1987 e, no dia 24 de maio de 1988, em Três Voltas.

Além disso, um projeto ousado teve aprovação no dia 30 de novembro de 1988, pois visava a celebração de convênio entre a Municipalidade e a COHAB/SC, com o objetivo de construir 25 casas.

No que tange à concessão de títulos, o vereador João Flori Gemelli propôs projetos à Câmara para a concessão de Título de Cidadão Honorário a Wilson Augusto do Nascimento, juiz de direito, e a Anselmo Gerônimo de Oliveira, promotor de justiça.

Embora o projeto acima tenha sido rejeitado, durante a legislatura, várias personalidades receberam o referido Título: Esperidião Amin Helou Filho, governador de Santa Catarina; José Richa, governador do Paraná; Hermes Helustondo Jacobsen, superintendente regional de operações do Banco do Brasil S/A; Solange Reck, superintendente adjunto regional de operações do Banco do Brasil S/A; e Paulo Macarini, deputado federal.



Figura 188: Solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário ao governador do Paraná, José Richa - 1985.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 189: Governador Esperidião Amin, entre o prefeito Cairu Hack e a presidente da Câmara, Lúcia Lazarin Milkevicz, recebendo o Título de Cidadão Honorário - 1985.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 190: Esperidião Amin

Fonte: Acervo do Governo de Santa Catarina



Figura 191: José Richa

Fonte: Acervo do Governo do Paraná



Figura 192: Paulo Macarini

Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

Outras duas proposições singulares: o vereador João Flori Gemelli solicitou o funcionamento de feiras livres para auxiliar os agricultores a comercializarem seus produtos e a oferecê-los à população por preços menores. E, preocupado com as constantes quedas de raios, o vereador Arno Ignácio Etges sugeriu estudos para viabilizar a instalação de para-raios em diversos locais da cidade e do interior. O plenário propôs a instalação dos primeiros equipamentos nas escolas municipais.

### **8.5 Destaques do Executivo**

Cumpra observar que as ações do Legislativo aqui apresentadas representaram e, até hoje, representam muito para São Lourenço do Oeste. Aliadas a elas estão as desenvolvidas pelo Executivo, que contribuíram sobremaneira com todos os setores da sociedade. É bem verdade que ambos os Poderes tiveram a contribuição do tempo, pois foram eleitos para um período de seis anos, ou seja, agregaram outros dois, ainda quando da eleição.

Com autorização da Câmara, em maio de 1983, o Executivo adquiriu uma área rural, com 121.000 m<sup>2</sup>, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), pelo valor de Cr\$ 421.080,00 (quatrocentos e vinte e um mil e oitenta cruzeiros), localizada na Linha São João, para lá instalar o viveiro de mudas e atividades afins.

Mais tarde, em 03 de dezembro de 1987, pela Lei n° 540, parte da área supracitada e as edificações foram cedidas à Associação dos Servidores Municipais (ASMU), para a prática de esportes, lazer e promoções. Inicialmente, o local denominava-se Parque Bracatinga. Porém, o processo que objetivava ceder essa área à ASMU se fez acompanhar de tramitação de projeto na Câmara. A matéria gerou grande polêmica e, para analisar a questão com maior profundidade, houve a constituição de uma comissão, formada pelos vereadores Arno Etges, Iraci Suzin e Valdomiro Leite. Após análises e conversações, recomendou a rejeição do projeto de doação, proposta seguida pela maioria dos vereadores em plenário.

São Lourenço do Oeste precisava avançar em várias dimensões, inclusive quanto à acessibilidade. Por isso, em 1984, a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município a Vitorino (PR), foi estendida até o início do perímetro urbano, demandando a necessidade da construção de um trevo. Para a realização desta obra, a Municipalidade e a Colonizadora Hack doaram áreas entre as Ruas Guilherme Hack e Nereu Ramos, trecho onde se encontram os dois trevos de acesso a São Lourenço do Oeste, ao Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.



Figura 193: Trevo de acesso a São Lourenço do Oeste pela Rodovia PR-158 - 1990.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

É sobretudo importante assinalar que, para a construção da sede própria do Fórum da Comarca, o Município doou um terreno de 1.225 m<sup>2</sup>, na esquina das Ruas Dom Pedro II e Nereu Ramos, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Inaugurado em 1987, recebeu a denominação de Doutor Cláudio Rodrigues de Araújo Horn, decorrente da Resolução n<sup>o</sup> 05, de 17 de agosto de 1988.



Figura 194: Fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste - 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Com o crescimento acelerado da cidade tornou-se necessária a ampliação da estação de distribuição de energia elétrica. Para atender a demanda, a Prefeitura adquiriu todos os terrenos da Quadra nº 10-F, com 9.000 m<sup>2</sup>, e doou-os à Celesc, que, imediatamente, efetuou as instalações da subestação de distribuição de energia.



Figura 195: Estação de distribuição da Celesc, na Rua Sete de Setembro, Bairro Santa Catarina - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A fim de incentivar a instalação de serviços nas áreas de saúde e de comunicações, o Prefeito solicitou autorização à Câmara para efetuar a locação de imóveis a órgãos públicos que os prestassem.

Outra ação de grande visibilidade está relacionada ao Educandário Santa Maria Goretti, edificado no início da década de 1950, que permaneceu mais de trinta anos instalado no centro da cidade. A área de 14.680 m<sup>2</sup>, abrangendo a maior parte da Quadra nº 02-C, e as edificações nela contidas, foram vendidas ao Município pela Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo, conforme autorização da Câmara, por meio da Lei nº 467, de 05 de setembro de 1985. Nestas instalações, porém reformadas, o Poder Público Municipal mantém a Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti. Na mesma área construiu o centro de convivência para pessoas da terceira idade, em 1992, com ampliação em 2000; instalou o Museu Gomercindo Pederssetti, em 1996; e construiu a Praça da Liberdade, em 2000.



Figura 196: Vista da cidade, com destaque à área adquirida pela Municipalidade - 1983.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Um dos destaques da administração 83/88 relaciona-se aos incentivos à indústria. As Leis nº 420, de 19 de julho de 1984, e nº 486, de 20 de dezembro de 1985, autorizaram o Executivo a adquirir áreas às margens da Rodovia SC - 468, saída para Chapecó, além de fazer algumas doações de terrenos. A Área Industrial de São Lourenço do Oeste, assim denominada, destinou-se à implantação de estabelecimentos industriais e de infraestrutura comercial, social e de serviços. Em 1986, diversas empresas lá se instalaram: Móveis Grobe, Indústria de Móveis RDM, Enele Estofados, Indústria de Compensados Guarani, Madeireira São Luiz, Britalaje, entre outras.

Ainda, pela Lei nº 498, de 05 de setembro de 1986, foram concedidos estímulos fiscais às indústrias que aqui se estabelecessem, ficando isentas de impostos e de taxas municipais por 10 anos, exceto a contribuição de melhoria.



Figura 197: Terreno adquirido pelo Município para a Área Industrial - 1984.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 198: Área Industrial - 2001/2002.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Pela Lei nº 507, de 30 de dezembro de 1986, a Câmara autorizou o Município a doar à Indústria de Doces Bom Gosto uma área com 13.602 m<sup>2</sup>, localizada na saída da cidade, rumo a Galvão.

Convém notar que São Lourenço do Oeste entrava numa nova era: a do asfaltamento de algumas ruas e da Avenida Brasil. Para isto, em 1986, o Prefeito adquiriu uma usina e equipamentos necessários ao processamento de asfalto.



Figura 199: Usina de asfalto instalada no parque de máquinas - 1986.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Com o avanço da informática, a Prefeitura implantou o primeiro Centro de Processamentos de Dados (CPD), em outubro de 1987, atendendo, inicialmente, ao setor de contabilidade. Este sistema, elaborado pela Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), entidade à qual São Lourenço do Oeste esteve filiado durante muitos anos, serviu como modelo para o Estado de Santa Catarina, pela forma detalhada de elaborar os relatórios das contas públicas a serem enviados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). A AMOSC recebeu elogios pela criação do sistema e começou a utilizá-lo como parâmetro para os novos sistemas.

A aquisição de uma área para a implantação do Parque de Exposições gerou muitas discussões. Pela Lei nº 512, 18 de fevereiro de 1987, o Município comprou um terreno com 162.000 m<sup>2</sup>, situado à margem da SC-468, na Linha Gramadinho.



Figura 200: Primeira Efaislo - 1988.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Por conseguinte, a primeira Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste (Efaislo), realizada de 10 a 18 de setembro de 1988, teve outras três edições: de 13 a 17 de novembro de 1991, de 25 a 29 de outubro de 1995, e de 03 a 16 de dezembro de 1998. Após a última, os barracões do parque destinaram-se à instalação de diversas indústrias e, pela Lei nº 1.624, de 22 de novembro de 2006, a área foi transformada no Loteamento Industrial Efaislo.



Figura 201: Parque da Efaislo - 1995.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Já em março de 1988, o Município adquiriu uma área com 1.908 m<sup>2</sup>, por Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados), e doou-a à Indústria Laminadora Porsch Ltda.

Entre os anos de 1974 e 1976, a Municipalidade adquiriu a área do Instituto Popular de Assistência Social, onde foram construídos a prefeitura, o ginásio de esportes, o posto de saúde e o fórum. Pela Lei nº 560, de 30 de junho de 1988, adquiriu, também, a área

remanescente do Instituto de Assistência Social, com 6.599,40 m<sup>2</sup>, pela importância de Cz\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzados).

Também a Empresa Libardoni & Cia Ltda recebeu, em outubro de 1988, por doação, uma área com 13.693 m<sup>2</sup>, remanescente do imóvel doado pela prefeitura, em 1967, à COHAB/SC, e, posteriormente, devolvida. Localiza-se na extremidade da Rua Nereu Ramos, na divisa com o Estado do Paraná.

Ainda, a administração 1983/1988 reparou e adquiriu diversos veículos, máquinas e equipamentos.



Figura 202: Frota de veículos do Município - 1984.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 203: Frota de máquinas do Município -1985.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

## 8.6 Destaques da sociedade

Não se pode olvidar que o funcionamento da sociedade tem mão dupla. De um lado está o Poder Público, com o compromisso de levar o que é de sua responsabilidade à população, sempre amparado em leis. De outro, está a sociedade organizada que trabalha, investe e quer ser valorizada. Sem esta parceria, nenhuma das ramificações será bem sucedida. A bem da verdade, nem tudo flui de maneira amistosa, mas, à guisa de exemplos, as ações abaixo confirmam a solidez de práticas significativas para a sociedade lourenciana.

Por meio de uma mobilização, iniciada pelo prefeito Cairu Hack, um grupo de aproximadamente 50 empresários fundou a Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste (Acislo), no dia 06 de julho de 1983, atualmente denominada de Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste. Possui, hoje, 12 núcleos setoriais que envolvem os segmentos da indústria, do comércio e da prestação de serviços. Objetiva a conscientização da comunidade empresarial, como forma de demonstrar seu papel de responsabilidade social, mediante um núcleo socioambiental.

Esta entidade tem como missão prestar serviços à classe empresarial. Por isso, firma-se na visão de uma entidade organizada, com representatividade, e capaz de identificar as necessidades dos empresários, baseada em informação, valorização, credibilidade, integração e organização.



Figura 204: Instalação da Acislo - 1983.

Fonte: Acervo da Acislo.



Figura 205: Homenagem aos 25 anos de fundação da Acislo - 2008.  
Fonte: Acervo da Acislo.

Uma das mais importantes representações culturais do Município é o CTG Amizade Sem Fronteiras, fundado em 30 de agosto de 1983, e inaugurado nos dias 07 e 08 de julho de 1984. É, no gênero, um dos maiores CTGs do Sul do Brasil. Possui 2.432 m<sup>2</sup> de área coberta, com capacidade para mais de mil pessoas sentadas, pista de dança de 18 x 21 metros e ampla área para festa e recreação. A madeira roliça e o rodeio de xaxim atribuem-lhe uma estrutura rústica. Dentre as diversas atividades tradicionalistas realizadas pela entidade destaca-se, desde 1983, o Rodeio Crioulo Interestadual.

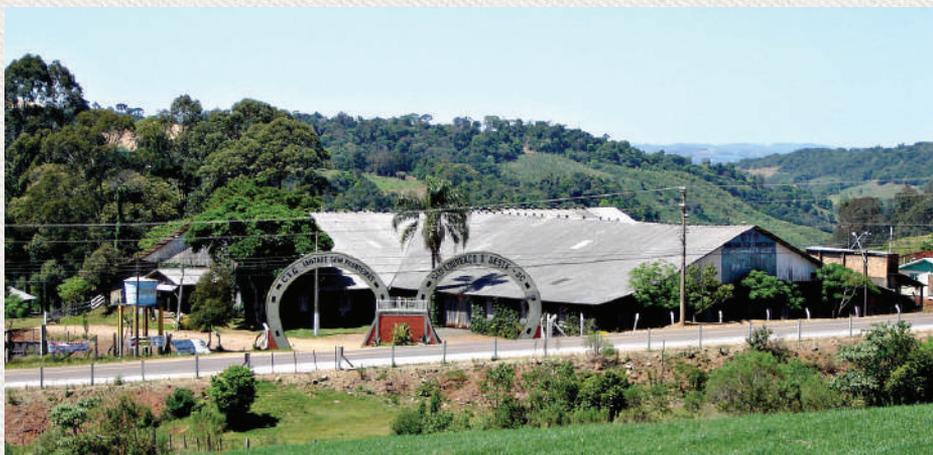


Figura 206: Sede do CTG Amizade Sem Fronteiras - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Cabe salientar que, na área da educação, no período em análise, duas outras escolas fizeram parte da nossa história. Uma é a EEB. Volta Redonda, instalada no ano de 1985, na sede do Distrito de São Roque. Inicialmente com ensino primário, mais tarde ensino fundamental de 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e, posteriormente, com ensino médio. A escola foi extinta e, no espaço, funciona a EBM. São Roque, que oferta apenas o ensino fundamental.



Figura 207: EEB. Volta Redonda - 2008.  
Fonte: Acervo da EEB. Volta Redonda.

Outra é a Escola São Francisco de Assis (ESFA), criada em 1986, estabelecida na esquina da Rua Duque de Caxias com a Travessa São Pedro, com atendimento, inicialmente, apenas à educação infantil. Posteriormente mudou-se para o prédio do Educandário Santa Maria Goretti, com a ampliação de suas atividades. Em 1995, a sede própria foi edificada, na esquina das Ruas Rio de Janeiro com a Coronel Bertaso, e passou a atuar também com o ensino fundamental e o ensino médio. Atualmente mantém apenas o ensino fundamental.



Figura 208: Escola São Francisco de Assis (ESFA) - 1995.  
Fonte: Acervo da ESFA.

Por iniciativa dos empresários Nivaldo Luiz Lazon e Jandir Pedro Pressoto, em setembro de 1987, o Município passou a ter o Jornal Capital do Noroeste, mais tarde, somente O Noroeste. No início, as edições eram mensais, depois quinzenais, e, atualmente, são semanais.

Por fim, com a cisão de um grupo empresarial formado por antigos pioneiros, em setembro de 1988, a família de Armindo Echer constituiu a empresa Nutrisul S.A. No início, as atividades estiveram voltadas à moagem de trigo e de milho e, a partir de 1992, passou a produzir massas e biscoitos. Uma moderna unidade industrial foi inaugurada em



2008. Atualmente, a empresa mantém 580 empregos diretos e 160 indiretos. Sua produção atende os três Estados do Sul e, parcialmente, as regiões Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de diversos países da América Latina, da América Central, da América do Norte e da África.



Figura 209: Unidade de produção da Nutrisul entre as Ruas Nereu Ramos e Guilherme Hack - 2018.

Fonte: Acervo da Nutrisul.



Figura 210: Nova unidade de produção da Nutrisul, na Rodovia SC-480 - 2018.

Fonte: Acervo da Nutrisul.



## **8.7 Outras informações relevantes**

Durante a legislatura 1983/1988 atuaram na Comarca os juízes: Wilson Augusto do Nascimento, José Nilton Pereira, Sérgio Izidoro Heil, Elmo Fiegenbaum, Salin Schead dos Santos, Boris Miguel da Silva, Jorge Schafer Martins, Manoel Cardoso Green, Antonio Anselmo, Nirton Carpes da Silva, Jânio de Souza Machado, Nelson Maior Peixoto e Carlos Civinski; os promotores de justiça: Donald Reiner, João Alberto Corrêa, Alcides Heerd, Victor Emendörfer Filho e Anselmo Jerônimo de Oliveira; e os delegados de polícia: Olídio Kotinski, João Maria Antunes Pereira e Sebastião Enir Reitz.

Ademar Bratti foi o secretário executivo da Câmara nesta legislatura.

Esta foi a equipe administrativa de Governo Municipal: secretário da fazenda, Beni Roque Negri; secretário de administração, Olávio Erbes; secretário de educação, Flávio Dall'Agnol; secretária da saúde, Estér Etges; secretário de agricultura, Leonel Baldissera; secretário de infraestrutura, Assis Valduga; assessor de imprensa, Valdir Lima; tesoureiro, Lauri Centenaro; e contador, Ananias da Silva.

Estes são os valores das receitas orçamentárias estimados para o período em análise:

- 1983: Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros);
- 1984: Cr\$ 986.530.000,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros);
- 1985: 4.640.000.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta milhões de cruzeiros);
- 1986: Cr\$ 33.298.000.000,00 (trinta e três bilhões, duzentos e noventa e oito milhões de cruzeiros);
- 1987: Cz\$ 39.992.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzados); e
- 1988 Cz\$ 192.958.000,00 (cento e noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzados).

Entidades e instituições estabelecidas na legislatura 1983-1988, de caráter privado e público: Escola São Francisco de Assis; CTG Amizade Sem Fronteiras; Jornal O Noroeste; Sicoob Noroeste; Associação dos Servidores Municipais (ASMU); Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste (Acislo); 64º Grupo de Escoteiros Bracatinga; Grupo Jovem Vida; Capela Santa Catarina; Coral São Lourenço; Vasco - Linha Gramadinho; Associação de Pais e Professores da EEB. Volta Redonda; LEO Clube; Associação Bom Samaritano; São Caetano Esporte Clube; e Associação de Jovens Unidos em Busca do Futuro, de Linha Fátima.

Outras empresas que se estabeleceram na mesma época: Farmácia Caleffi; Farmácia Catarinense; Farmácia Iraí; Danadel; Enele Estofados e Móveis; Bordados e Confeções Jozi; Mercado Catarinense; Joalheria Vana; Loja Adiles; Malharia Oeste; Ediza Transportes; Acessórios Zanette; Agro Veterinária Menegatti; Loja Pasqualotto; Refrigeração Muraro; Auto Elétrica Paludo; Eletrônica Lovison; Sandiego Restaurante e Churrascaria; Jornal Capital O Noroeste; Móveis Lugano; Casa Confiança; Tévere; Deon Confeções; Auto Elétrica Medeiros; LoveraTur; VitaLar; Sorveteria Bortolini; Funerária Kolling; Leandro's Bar; SL Móveis; Center Cura; e Nutrisul.

## **8.8 Conclusão**

É evidente que, neste espaço, não é possível retratar por completo todas as ações e todas as ocorrências de mais de vinte anos atrás. Mas consultas a documentos e conversas permitem identificar o que foi mais representativo na construção do Município, nos setores público ou privado. E este registro perdurará por gerações, como fonte propiciadora de reconhecimento e também a quem buscará conhecer a identidade do povo lourenciano.

É de opinião unívoca que a história de São Lourenço do Oeste resulta de trabalho, de uma junção de esforços em busca de objetivos que atendem não apenas a um setor da sociedade, mas, mesmo com limites, ora maiores, ora menores, a força movedora desta construção vem da agricultura, da indústria, do comércio, da prestação de serviços, enfim, do compromisso assumido para com o bem estar individual e coletivo.

As 213 leis e as 26 resoluções criadas na 7ª legislatura não garantiram por si resultados à população, mas precisaram direcionar ações, principalmente do Executivo, haja vista que, grande parte do trabalho deste só pode ser feito com amparo no Legislativo. E, como tal, os objetivos para o trabalho público devem estar bem evidentes a ambos, caso contrário, lacunas permanecerão por tempo, talvez, indeterminado.

Até aqui, grandes passos foram concretizados. Mas quais outros serão dados no próximo período? Isto será identificado e evidenciado a partir da primeira página do capítulo nove.

## **CAPÍTULO 9**

### **8ª LEGISLATURA E**

#### **7º MANDATO (01.01.1989 A 31.12.1992)**

##### **9.1 Introdução**

Outros grandes legados foram deixados à população lourenciana durante o mandato e a legislatura que iniciam a última década do século XX. Como foi possível notar, o Município ampliou a oferta de serviços, a infraestrutura pública e contribuiu significativamente com empresas privadas, com a criação de entidades, enfim, avançou vários degraus, ressalvadas as dificuldades. Perceptível é que cada época teve suas particularidades, algumas mais direcionadas às atividades públicas básicas e, outras, ao ramo empresarial, mas todas são de muita representatividade.

É necessário lembrar que a Municipalidade ainda precisava atender necessidades básicas da população, como, por exemplo, instalar energia elétrica em escolas rurais. Esta inexistência, hoje, seria inconcebível. Mas são realidades distintas que contribuem, no mínimo, para comparar e refletir acerca das mudanças da sociedade. Embora houvesse carências, com amparo no Legislativo, o Executivo pode doar áreas a empresas, construir ginásio de esportes, escolas, pontes e contorno viário, adquirir veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, repassar recursos para escola, criar a Banda Municipal, realizar a II Efaislo e regularizar 14 loteamentos, localizados na cidade e no interior.

Além de adquirir, construir e doar, outras ações não puderam ser adiadas, a fim de assegurar o direito ao funcionalismo público e de atender as legislações federais. Foram grandiosas e demandaram muito envolvimento, como a elaboração da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno da Câmara, criação do Estatuto dos Servidores Municipais e do Sistema de Carreira do Magistério Público Municipal, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Nesta época, Novo Horizonte tornou-se município e São Roque mobilizou-se em busca da emancipação. E mais duas entidades de grande representação passaram a fazer parte da vida dos lourencianos: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A cada período, o Legislativo ampliava o seu direcionamento, na perspectiva de cumprir a sua função. Algumas proposições, resultantes de uma relação próxima entre vereador e sociedade, como a alteração do currículo das escolas municipais, a descentralização das reuniões da Câmara e a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito, efetivaram-se, outras não, ao menos naquele momento.

Todas as ações acima citadas serão detalhadas nas páginas seguintes e contribuirão para o entendimento da sequência histórica dos capítulos anteriores. Mesmo que a leitura destes possa ser separada, tem mais sentido se observado o seu curso, pois, a partir daí, é possível perceber os passos da construção de São Lourenço do Oeste.

## 9.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências

A 8ª legislatura e o 7º mandato iniciaram no dia 01 de janeiro de 1989, com a posse dos vereadores, do prefeito e do vice, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1988.

Concorreram ao Executivo:

- pelo Partido Democrático Social (PDS): Dionísio Biazussi e Leonel Baldissera, eleitos com 4.867 votos;
- pelo Partido dos Trabalhadores (PT): Edu Antônio Borges e João Antônio Garcias, com 2.531 votos; e
- pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): Zanir Moschen e Pedro Ecker, com 2.411 votos.



Figura 211: Dionísio Biazussi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 212: Leonel Baldissera  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para a Câmara foram eleitos:

- pelo PDS: Areovaldo José Filipini - 472 votos; Beni Roque Negri - 471; Antoninho José Ranzan - 435; Djalmo Zílio - 413; Anilson Spricigo - 391; e Deonildo Luiz Noal - 273 votos;
- pelo PMDB: Jair Perazoli - 377, e Lídio Sutilli - 352 votos;
- pelo PT: João Carlos Corbari - 231, e Valentim Casagrande de Macedo - 198 votos; e
- pelo PFL: Ricardo Gewehr Pettinelli - 344 votos.



Figura 213: Areovaldo José Filipini  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 214: Beni Roque Negri  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 215: Antoninho José Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 216: Djalmo Zílio  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 217: Anilson Spricigo  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 218: Deonildo Luiz Noal  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 219: Jair Perazoli

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 220: Lídio Sutilli

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

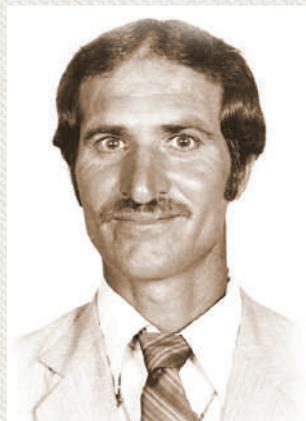


Figura 221: João Carlos Corbari

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 222: Valentim Casagrande de Macedo

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 223: Ricardo Gewehr Pettinelli

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para suplentes, o PDS contou com 14 nomes, o PMDB com 12, o PT com 10 e o PFL com 07 nomes. O Partido Democrático Brasileiro (PDT), não elegeu vereador, não havendo, assim, suplentes.

Na época, o eleitorado de São Lourenço do Oeste era de 13.738. Na eleição votaram 12.157 eleitores e 1.581 abstiveram-se. A maioria somou 9.809 votos, os brancos e nulos somaram 2.348. O número de votos foi de 10.228 para a proporcional, 1.081 para a legenda e 848 brancos e nulos.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1991), o Município contava com 23.152 habitantes, sendo 10.149 residentes na área urbana e 13.103 na área rural. Do total, 11.761 homens e 11.391 mulheres.

A solenidade de posse dos dois Poderes aconteceu no dia 01 de janeiro de 1989, às 10 horas, nas dependências do centro comunitário da Igreja Matriz, sob a presidência do vereador mais idoso, Lídio Sutilli, precedida por uma missa de ação de graças, celebrada pelo frei Honório Estefano. Em ato contínuo ocorreu a transmissão de cargo, no gabinete do Prefeito.



Figura 224: Posse dos dois Poderes - 1989.

Fonte: Acervo de Beni Roque Negri.

Durante o mandato, o vice Leonel Baldissera, que ocupava também o cargo de secretário de agricultura, assumiu o Executivo, por motivo de viagens do prefeito Dionísio, nos seguintes períodos: 11 a 18 de junho 1990; 31 de julho a 06 de agosto de 1990; 26 de abril a 06 de maio de 1991; 07 a 22 de junho de 1991; 27 de setembro a 09 de outubro de 1991; e de 16 a 30 de julho de 1992; e, por motivo de férias: 04 de janeiro a 05 de fevereiro de 1990; de 28 de janeiro a 04 de fevereiro de 1991 e de 10 de fevereiro a 12 de março de 1992.

Durante a legislatura, os seguintes suplentes assumiram a Câmara:

- pelo PDS: Ivo Bastezini, maio e junho de 1990 e agosto e setembro de 1992; Ari Piovesan, maio e junho de 1990; Círio Hippler, agosto e setembro de 1990; Ivete Onilde da Silva, agosto e setembro de 1990 e setembro de 1992; e Martinho Tarso, abril e maio de 1991;

- pelo PMDB: Sérgio Pederssetti, março e abril de 1991, e Valdomiro Leite, março e abril de 1991; e

- pelo PT: João Carlos Deon, agosto e setembro de 1990 e novembro e dezembro de 1990.

### **9.3 Mesas Diretoras e Comissões Técnicas**

As Mesas Diretoras e as Comissões Técnicas ficaram assim constituídas para os biênios do período em análise:

- 1989/1990

- Mesa Diretora:

Presidente: Areovaldo José Filipini

Vice-presidente: Beni Roque Negri

1º secretário: Ricardo Pettinelli

2º secretário: Anilson Spricigo

- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município:

Presidente: Lídio Sutilli

Membros: Ricardo Gewehr Pettinelli e Deonildo Noal

- Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação de Leis:

Presidente: Beni Roque Negri

Membros: Jair Perazoli e Anilson Spricigo

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Presidente: Ricardo Gewehr Pettinelli

Membros: Anilson Spricigo e Valentim Casagrande de Macedo

- Comissão Permanente:

Presidente: João Carlos Corbari

Membros: Antoninho José Ranzan e Djalmo Zílio

-1991/1992:

- Mesa Diretora:

Presidente: Ricardo Gewehr Pettinelli

Vice-presidente: Deonildo Luiz Noal

1º secretário: Anilson Spricigo

2º secretário: Lídio Sutilli

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Lídio Sutilli

Membros: Areovaldo Filipini e Deonildo Luiz Noal

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: Beni Roque Negri

Membros: Jair Perazoli e Valentim Macedo

- Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social:

Presidente: Anilson Spricigo

Membros: João Carlos Corbari e Lídio Sutilli

- Comissão de Agricultura:

Presidente: Areovaldo Filipini

Membros: Jair Perazoli e Antoninho José Ranzan

- Comissão de Obras, Serviços e Atividades Privadas:

Presidente: Valentim Macedo

Membros: Djalmo Zílio e Antoninho José Ranzan

#### 9.4 Destaques do Legislativo

Desafios de enorme proporção avizinhavam-se para o período 89/92 e, além de dar continuidade ao progresso alinhado, também havia a necessidade de o Poder Público contribuir com outras ações advindas da sociedade organizada.

Um dos primeiros projetos a tramitar na Câmara de Vereadores, transformado na Lei nº 591, de 12 de maio de 1989, relacionava-se à proibição do uso de qualquer agrotóxico para a limpeza pública e remoção de vegetação das vias públicas de São Lourenço do Oeste.

Tramitava, também, o projeto de lei para a doação de área urbana à Escola São Francisco de Assis que, até então, se encontrava alocada no prédio Santa Maria Goretti. Após ampla discussão, foi rejeitado.

O contorno viário que liga a rodovia do Paraná - PRT-158, à rodovia catarinense SC-473, foi construído no ano de 1989. A Lei nº 1.152, de 22 de setembro de 1998, denominou-o de contorno viário Armindo Echer.



Figura 225: Prefeito Dionísio Biazussi e o governador de Santa Catarina, Casildo Maldaner, descerrando a placa inaugural do contorno viário - 1990.

Fonte: Acervo de Dionísio Biazussi.

De modo geral, esta legislatura recebeu a designação de Câmara Organizante, pois teve a responsabilidade de elaborar a Lei Orgânica do Município. Com a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, à Assembleia Legislativa coube a elaboração da Constituição Estadual e, à Câmara de Vereadores, da Lei Orgânica do Município.

No dia 19 de outubro de 1989 foi editada a Resolução nº 09, da Mesa Diretora, que estabeleceu o regimento interno para a elaboração, a discussão e a votação da Lei Orgânica de São Lourenço do Oeste. A fim de encaminhar o trabalho desta legislação, em 26 de outubro de 1989, a Mesa Organizante e as Comissões Temáticas ficaram assim constituídas:

- Mesa Organizante:

Presidente: Areovaldo José Filipini

1º secretário: Anilson Spricigo  
2º secretário: Deonildo Luiz Noal  
Relator geral: Beni Roque Negri  
- Comissão da Organização do Município:  
Coordenador geral: João Carlos Corbari  
Membros: Ricardo Gewehr Pettinelli e Djalmo Zílio  
- Comissão do Poder Legislativo:  
Coordenador geral: Ricardo Gewehr Pettinelli  
Membros: Lídio Sutilli e Antoninho José Ranzan  
- Comissão do Poder Executivo:  
Coordenador geral: Lídio Sutilli  
Membros: João Carlos Corbari e Djalmo Zílio  
- Comissão da Tributação e dos Orçamentos:  
Coordenador geral: Valentim Casagrande de Macedo  
Membros: Lídio Sutilli e Deonildo Luiz Noal  
- Comissão da Ordem Econômica e Social:  
Coordenador geral: Jair Perazoli  
Membros: Valentim Casagrande de Macedo e Anilson Spricigo  
- Comissão da Administração Pública:  
Coordenador geral: Anilson Spricigo  
Membros: Antoninho José Ranzan e Jair Perazoli

Os trabalhos das comissões da Câmara Organizante estenderam-se até março de 1990, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Município, ocorrido às 20 horas do dia 28 de março de 1990, no CRA, com a presença de autoridades e do público local.

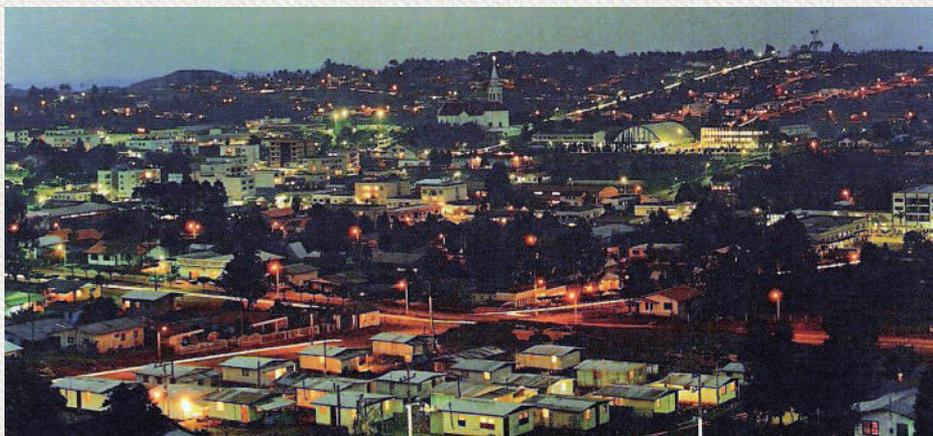


Figura 226: Vista do alto do Bairro Santa Catarina - 1991/1992.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Após a promulgação da Lei Orgânica, a Câmara elaborou seu Regimento Interno adequado à nova legislação. Promulgado no dia 19 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 61, tinha por objetivo principal disciplinar o funcionamento político e administrativo do Poder Legislativo. Adiante, em 09 de novembro de 2006, a Mesa Diretora promulgou um novo Regimento Interno, baseado nas alterações da Lei Orgânica do Município e nas mudanças dos cenários político e administrativo nacionais.

A par deste andamento, outras questões estavam sob a observação deste Poder. No dia 13 de março de 1990, o vereador Lídio Sutilli requereu providências à Mesa Diretora, a fim de apurar denúncias de atos da improbidade e de impessoalidade cometidos pela diretora do Departamento Municipal de Educação (DME), e pelo Prefeito. Consistiam na distribuição de cadernos a alunos com os nomes das referidas autoridades e do símbolo não oficial do Município. No dia 15 de março, a Diretora participou da sessão da Câmara para elucidar as delações.

Na sessão do dia 19 de junho de 1990, o vereador Beni Roque Negri propôs envio de sugestão ao Executivo para que este mantivesse contato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no intuito de aqui implantarem unidades e oferecerem seus cursos profissionalizantes. Noutra ocasião, preocupado com a segurança pública, sugeriu o envio de pedido aos órgãos responsáveis para que a cadeia pública não ocupasse espaço no centro da cidade.

Preocupado com o crescimento desordenado de algumas áreas urbanas, o vereador suplente, João Carlos Deon, solicitou atenção à Câmara no sentido de regularizar a situação. Também sugeriu a criação de um projeto socioeducativo na área de hortigranjeiros para atender menores, especialmente carentes, a ser desenvolvido no Parque Bracatinga. Círio Hippler reivindicou ao Prefeito a viabilização de auxílio de mão de obra aos proprietários de lotes urbanos para a construção de calçadas, especialmente nas ruas asfaltadas. Ivo Bastezini propôs empenho ao Executivo para instalar um posto de saúde em Frederico Wastner. E o vereador suplente, Sérgio Pederssetti, recomendou estudos de viabilidade e providências para a criação do distrito de Três Voltas.

Já na sessão do dia 21 de agosto de 1990, o vereador Lídio Sutilli apresentou pedido à Gerência Regional das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), para incluir as escolas das Linhas Bender, Bianchi, Sentinela, Lajeado Grande, Botim, José de Alencar, La Salle e Nova Farroupilha no Programa Social de Eletrificação Rural.

O crescimento da cidade exigia atenção especial do Legislativo, motivo pelo qual foi alterada a Lei nº 386, de 16 de junho 1983, que tratava do parcelamento do solo urbano. Para acompanhar os trabalhos, a Câmara designou os vereadores Lídio Sutilli, Ricardo Pettinelli, Anilson Spricigo e Djalmo Zílio para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Estudos e de Elaboração do Novo Projeto.

A par disso, com o surgimento de novos loteamentos, houve a necessidade da revisão dos valores venais dos imóveis urbanos. As Leis nº 777 e 778, ambas de 11 de dezembro de 1992, normatizaram o parcelamento e o zoneamento do solo urbano e, durante o período em questão, foram criadas e regularizadas as seguintes áreas:

- Loteamento de Guerino Guilherme Valduga - 1991;
- Loteamento de Olímpio Bett - 1991;
- Loteamento Martinello I - 1991;
- Loteamento de Ismael Baggio - 1991;

- Loteamento Trento - 1991;
- Loteamento Valduga - 1991;
- Loteamento de Santos da Silva Barbosa - 1992;
- Loteamento Brasília, da Companhia Industrial Saudades - 1992;
- Loteamento Paludo - 1992;
- Loteamento Sutilli - 1992;
- Loteamento Hofmann - 1992;
- Loteamento Santa Inês - 1992;
- Loteamento de Santos da Silva Barbosa - 1992; e
- Loteamento de Sisto M. Echer - 1992.

No dia 07 de fevereiro de 1990, os vereadores Valentim Casagrande de Macedo e João Carlos Corbari requereram à Mesa Diretora a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de apurar as denúncias de queima de material explicativo/informativo sobre a campanha de saúde promovida pela Comissão Interinstitucional de Saúde Local (CIMS). Foi aprovada no dia 20 do mesmo mês, amparada pela Resolução nº 41.

Em março de 1990, a Câmara aprovou o projeto de lei para a aquisição de 13 lotes urbanos, totalizando 7.502 m<sup>2</sup>, na sede da Vila Scheid, hoje pertencente ao município de São Bernardino, com o objetivo de lá construir casas populares.

Também, em 21 de novembro de 1990, foi sancionada a Lei nº 679 que criou a Banda Municipal.

E pela Lei nº 687, de 18 de dezembro de 1990, o Município concedeu recursos financeiros ao Colégio Cenecista Jorge Lacerda (CNEC), para a aquisição de equipamentos de corte e costura industrial, visando à realização de cursos profissionalizantes, em parceria com o SENAI.

A forte estiagem que assolou o Município gerou debate significativo na sessão do dia 21 de fevereiro de 1991. O vereador Lídio Sutilli lembrou que, quando da escolha do local para a captação de água que abasteceria a cidade, já havia manifestado-se contrário, pois o Rio Macaco, na linha Bela Vista, possuía pouca vazão. O vereador Deonildo Noal sugeriu ao Executivo o aproveitamento do manancial de uma represa, de sua propriedade, próximo à barra do Lajeado Jacutinga, e colocou-se favorável à doação daquela área ao Município, com a condição de implantar a rede de abastecimento de água na sede do Distrito de Presidente Juscelino.

Ainda em relação à questão ambiental, por proposta do vereador Anilson Spricigo, foi aprovada a Lei nº 697, de 23 de abril de 1991, que incluía a disciplina de Educação Ambiental no currículo das escolas municipais. O vereador Deonildo Noal propôs a realização da campanha Adote um Canteiro, com o objetivo de preservar os canteiros da cidade e, assim, a própria comunidade participaria do movimento preservacionista.

Em atendimento à legislação federal foram criados o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e o Conselho Tutelar, ambos regidos pela Lei Municipal nº 731, de 13 de abril de 1991. A Câmara de Vereadores esteve bastante envolvida no processo, especialmente o presidente, Lídio Sutilli, que presidiu os trabalhos e as primeiras atividades do Conselho.

Já em 25 de março de 1991, o plenário teve conhecimento da correspondência do deputado estadual Cairu Hack, comunicando o pedido para a estadualização da estrada que

liga São Lourenço do Oeste a Galvão, formulado ao Secretário dos Transportes e Obras do Estado.

A fim de ouvir os munícipes residentes no interior, a Câmara descentralizou algumas sessões, contemplando Presidente Juscelino, em 16 de maio de 1989, Linha Platanéia, em 14 de outubro de 1991, e São Roque, em 20 de maio de 1992.

Também, vários cidadãos lourençianos utilizaram o espaço da tribuna popular para discutir, sugerir, reivindicar e esclarecer assuntos diversos.

Durante o período, o Legislativo atribuiu o título de Cidadão Honorário a Plínio Arlindo de Nez, empresário, fundador do empreendimento Frigorífico e Alimentos Chapecó, por meio das Resoluções nº 51 e nº 52, de 10 de dezembro de 1990, e a Aury Luiz Bodanese, fundador da Cooperativa Catarinense Ltda.



Figura 227: Aury Luiz Bodanese, cidadão honorário de São Lourenço do Oeste - 2000

Fonte: <http://www.cooperalfa.com.br>



Figura 228: Plínio Arlindo de Nez, cidadão honorário de São Lourenço do Oeste

Fonte: <https://clircdc.com.br>

### **9.5 Destaques do Executivo**

Grandes foram as ações do Legislativo, de igual forma são as do Executivo, que se voltam às áreas sociais, à indústria, ao comércio e outras mais.

Com a aprovação da Lei nº 609, de 27 de julho de 1989, a Prefeitura adquiriu uma área, com aproximadamente 60.000 m<sup>2</sup>, destinada à implantação de um conjunto habitacional e do estádio municipal. Também, como incentivo econômico, doou a área do campo de futebol à empresa Parati S.A, autorizada pela Lei nº 1.341, de 19 de março de 2002.



Figura 229: Área destinada ao estádio, mas doada à empresa Parati - 1998.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Já pela Lei nº 634, de 15 de dezembro de 1989, uma área de 8.400 m<sup>2</sup>, à margem da Rodovia SC-468 - km 93, confrontante com as áreas doadas ao Laticínios Noroeste e ao CTG Amizade sem Fronteiras, foi doada à Empresa Metalúrgica Pessotto Ltda.

Autorizado pela Lei nº 659, de 15 de junho de 1990, o Executivo adquiriu dois imóveis urbanos, situados no Bairro Santa Catarina, às margens da Rodovia Estadual SC-468, um com 2.250 m<sup>2</sup> e, outro, com 18.956,50 m<sup>2</sup>, com o objetivo de fomentar a indústria e de construir casas populares. Diferentemente disso, a área menor destinou-se à construção de um ginásio de esportes e, a maior, doada à União para atender ao Programa Federal Minha Gente, que construiria um Centro Integrado de Assistência às Crianças (CIAC). As obras federais não se concretizaram e o imóvel retornou ao patrimônio municipal. Hoje, nesta área, estão a EBM. Santa Catarina, o quartel de Corpo de Bombeiros e o posto de saúde.

Ainda, em decorrência da Lei nº 674, de 24 de setembro de 1990, o Município doou uma área urbana com 1.500 m<sup>2</sup>, no Bairro Santa Catarina, ao Centro de Educação Pré-Escolar Pingo de Gente Ltda, destinada à construção da sede própria. A obra também não se efetivou e o imóvel retornou ao domínio público.

Em decorrência da emancipação de Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste ficou responsável pela doação de uma área de 2.600 m<sup>2</sup> para a construção da prefeitura daquele município, conforme a Lei nº 754, de 19 de junho de 1992.

No período de 13 a 17 de novembro de 1991 aconteceu a II Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste (Efaislo).



Figura 230: II Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste (Efaislo) - 1991.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Depois de muitos estudos e debates entre a administração municipal, os servidores públicos e o magistério municipal, foram criados o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 732, de 15 de abril de 1992, e o Sistema de Carreira do Magistério Público Municipal, Lei nº 734, de 14 de abril de 1992.

Em síntese, durante o mandato, o Executivo adquiriu vários veículos, máquinas e equipamentos rodoviários para atender os diversos departamentos afetos, além de construir escolas, pontes e canchas de bocha nas comunidades.

### **9.6 Destaques da sociedade**

No dia 27 de novembro de 1989 foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São Lourenço do Oeste. Inicialmente funcionou na sede do Lions Clube e, no ano de 1992, em prédio próprio, na Rua Duque de Caxias, resultante de parcerias entre a Municipalidade e a APAE, sendo que, a primeira doou o terreno de 2.500 m<sup>2</sup>, forneceu serviços técnicos e mão de obra e, a segunda, todos os materiais. No decorrer dos anos, o prédio passou por reformas, ampliações e melhorias, inclusive com a construção de um ginásio de esportes. Hoje, a APAE atende pessoas com necessidades especiais também de Novo Horizonte.



Figura 231: Casa do Lions Clube Cidade Jardim, primeira sede da APAE - 1990.  
Fonte: Acervo do Lions Clube.



Figura 232: Sede própria da APAE - 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Os moradores do Distrito de Novo Horizonte, no ano de 1990, criaram uma comissão que, por dois anos, trabalhou incansavelmente, a fim de buscar informações e de elaborar a documentação necessária à emancipação. Algumas comunidades não queriam pertencer à nova estrutura, como constou no resultado do plebiscito de 31 de março de 1991. Realizou-se o levantamento com os residentes no Distrito e também em São Roque, Linhas Planalto, Sant'Ana da Bela Vista, Ouro Verde, Prata, Giordani e Santa Inês, além de outras próximas que se manifestavam contra a emancipação. Ainda, uma Comissão Pró-

Emancipação de São Roque foi constituída. Porém, até o momento, a situação do Distrito está inalterada.

Enfim, a emancipação de Novo Horizonte ocorreu em 09 de janeiro de 1992, pela Lei Estadual nº 8.530. Sua área de abrangência é de 151,4 km<sup>2</sup>, desmembrada totalmente de São Lourenço do Oeste, com população aproximada de 3.000 habitantes. A instalação do município deu-se em 1º de janeiro de 1993, com a posse dos Poderes Executivo e Legislativo.



Figura 233: Vista aérea da cidade de Novo Horizonte - 2001/2002.

Fonte: Acervo da prefeitura de Novo Horizonte.

De 1993 a 1996, Santos Zilli e Valdomiro Leite compuseram o Executivo de Novo Norizonte e Adelino Machado, Alfredo Batisti, Deonélio José Brescinai, Francisco Casagrande de Macedo, José Rosalino Ataídes Peruzzo, Miria Simonato Parisoto, Valdemar Cambuzi, Sestilio Téchchio e Sérgio Sanagiotto foram os legisladores.



Figura 234: Mapas de São Lourenço do Oeste e de Novo Horizonte - 2008.  
Fonte: Acervo da AMNOROESTE.



Figura 235: Santos Zilli, primeiro prefeito de Novo Horizonte, discursando na solenidade de posse dos Poderes Executivo e Legislativo - 1993.  
Fonte: Acervo da prefeitura de Novo Horizonte.

Já a comunidade de São Roque mobilizou-se no sentido de transformar aquela região em distrito para, posteriormente, buscar a emancipação. No dia 17 de maio de 1990, o vereador Antoninho José Ranzan, representante daquela comunidade, expôs os trabalhos da Comissão Pró-Emancipação ao plenário e a situação em que se encontrava o processo na Assembleia Legislativa.

Por conseguinte, o distrito de São Roque foi criado, pela Lei nº 744, de 25 de maio de 1992 e, a partir daí, intensificado o processo de emancipação na Assembleia.

Ainda, pela Lei nº 928, de 06 de junho de 1995, as Linhas Belvedere, Laranjal e Santos Dumont, todas pertencentes ao Distrito de Presidente Juscelino, a este deixaram de pertencer para serem anexadas ao Distrito de São Roque, com vistas a completar o número de habitantes necessário ao prosseguimento do processo de emancipação.



Figura 236: Vista aérea de parte da sede do Distrito de São Roque - 1996.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 237: Vista aérea de outra parte da sede do Distrito de São Roque - 1996.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Por fim, outra grande ação ocorreu em São Lourenço do Oeste, pois no dia 14 de julho de 1992, o Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), extensão de Chapecó, aqui iniciou suas atividades, atendendo jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de anteriormente estudar. Transformada em Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), em 2005, passou a atender 13 municípios da região, ou seja, Jupiá, Galvão, Coronel Martins, Novo Horizonte, São Bernardino, Campo Erê, Formosa do Sul, Quilombo, União do Oeste, Jardinópolis, Santiago do Sul e Irati.



Figura 238: Centro de Educação de Jovens e Adultos - 2008.  
Fonte: Acervo do CEJA.

### **9.7 Outras informações relevantes**

Durante o período, os juízes que atuaram na Comarca de São Lourenço do Oeste foram: Nelson Maior Peixoto, José I. Bizotto, Ricardo F. Gerck, Henry Goy Pétriy Junior, Sônia Maria Schmitz, Domingos Paludo, Ermindo Amarildo Darold, Carlos Adilson Silva e Ivo Celso Tomazin. Como promotor de justiça atuou Hamilton Gonçalves Brígido; e, como delegado de polícia, Márcio Luiz Colatto.

No período de 1989 a 1992, a Câmara de Vereadores teve como funcionários: Edson Moraes Lessa: secretário administrativo, de 01 de outubro de 1989 a 08 de junho de 1992; Renato Hartwig Grahl: assessor jurídico, de 08 de dezembro de 1989 a 08 de junho de 1992; Gilberto Veraldo Schiavini: assessor jurídico, a partir de 16 de junho de 1992; e Adilson Spricigo: secretário administrativo, de 16 de junho de 1992 a 31 de agosto de 1993.

Equipe administrativa do mandato 1989/1992: secretário de administração, Olávio Erbes; secretário do interior, Sadi Valduga; secretária de educação, Lúcia Lazarin Milkevicz; secretário de finanças, Flávio Dal'Agnol; e secretário de agricultura, Leonel Baldissera.

Receitas estimadas para o período 1989 a 1992:

- 1990: informação não encontrada;
- 1991: Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros);
- 1992: Cr\$ 5.352.675,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros); e
- 1993: 134.234.605,00 (cento e trinta e quatro bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões e seiscentos e cinco mil cruzeiros).

As entidades criadas de 1989 a 1992, de caráter privado ou declaradas de utilidade pública, são: ACEK Karatê; Clube de Idosos Conviver do Centro; Banda Municipal; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Câmara Junior de São Lourenço do Oeste; Clube de Mães União e Trabalho, da Linha Três Voltas; Esporte Clube Morumbi, de Linha Bergosa; Associação Caminhoneiros; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; Associação Atlético Veteranos; Associação Atlético São Lourenço; Clube de Ciências Albert Einstein; e Associação Cultural.

Outras empresas instaladas no mesmo período: Floricultura Marissol; Sonho Meu Decorações; Loja Noroeste Comércio de Tecidos; Latco; Lanchonete Bandeira; Baterias Vargas; Mecânica Lasarotto; Nesi Móveis; J. D. P. Representações Comerciais; Projetel; Tra-la-Lá Modas; Calves Materiais de Construção; Noroeste Pneus; Indústria de Cabos do Lú; Eletrônica Granzotto; Reck Corretora de Seguros; Variedades Piovesan; Intima Confecções e Presentes; La-Dona Confecções; Papelaria e Bazar Chaplin; Bicletaria Magrela; Criativa Confecções; Instituto Cultural Americano (FISK); Doval Indústria e Comércio de Móveis; Ranzan Materiais de Construção; Rosy Lãs e Fios; Gráfica Iguaçu; Rendas Mari; Capeletto Pneus; Auto Mecânica Lasarotto; Metalúrgica Pessotto; Toke Final; Relojoaria e Ótica Safira; e Pan Automóveis.

De 1989 a 1992, outras 201 leis, 02 leis complementares e 31 resoluções foram criadas no município de São Lourenço do Oeste, sempre no intuito de amparar ações nos diversos setores da sociedade.

## **9.8 Conclusão**

Na sequência acima observada, os trabalhos públicos, na maioria, levaram em conta o atendimento aos setores ainda não contemplados nos períodos anteriores, ou seja, a organização de grupos, a constituição de direitos e de entidades. Além deste aspecto, também está presente a organização de comunidades, que buscavam constituir-se como município, e como tal, uma representatividade diferenciada no Estado e no País.

O texto explicita a atuação de lideranças, políticas ou não, sem as quais pouco teria ocorrido além do compromisso inerente aos Poderes instituídos. Seguramente, isto gerou questionamentos, tornando a vida social mais participativa e com maior resolução dos problemas ora vivenciados. Conflitos são importantes à vida, pois refletem pensamentos e direcionam a atitudes mais democráticas.

Decorridos vinte e poucos anos, algumas perguntas podem ser feitas: O que representa a APAE para os municípios de abrangência? E caso ela e a EJA não existissem, as pessoas teriam o mesmo reconhecimento e seriam inseridas nos diferentes espaços? As empresas alcançariam os resultados da atualidade? Como seria a vida das famílias, das escolas e a organização social sem a atuação do Conselho Tutelar?

Grandes e decisivos passos dados até aqui resultaram da ação conjunta entre Executivo, Legislativo e sociedade. Logo, outros serão necessários, porque a evolução do ser humano é diária e, como tal, busca melhorar a qualidade de vida individual e coletiva. Aos administradores e aos legisladores cumpre encontrar possibilidades para esta concretização.

## **CAPÍTULO 10**

### **9ª LEGISLATURA E 8º MANDATO (01.01.1993 A 31.12.1996)**

#### **10.1 Introdução**

A cada capítulo deste livro é possível notar significativas alterações, sejam elas de proporção administrativa, legislativa e da própria sociedade. E neste, a atuação esteve voltada ao desenvolvimento de todos os setores, públicos e privados, com ações até então não efetuadas.

Quando do início dos trabalhos, lá nas eleições, há a formação de coligações dos partidos, o que, até então, não havia ocorrido. Tal encaminhamento atribuiu organização diferente dos Poderes, ou seja, o Município foi administrado por mais de um partido no mesmo período.

Grandes desafios apresentavam-se e, diante deles, a urgência de ações. Ao mesmo tempo em que foram instituídas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), houve a necessidade de ajustes geográficos, haja vista a emancipação de São Bernardino que, mesmo pertencente a Campo Erê, agregou comunidades de São Lourenço do Oeste.

Consta o incentivo às empresas, com doação de áreas e lei de incentivos econômicos, fiscais e estruturais à instalação de novas e à ampliação das já existentes. Além destas, também a doação de áreas à Acislo, à Celesc, ao governo federal para a construção de escola padrão CAIC e à Delegacia Regional. Ainda, a aquisição de áreas para a construção de conjunto habitacional, do centro de comercialização agrícola e outras áreas recebidas da Mitra nas comunidades do interior.

É desta época a Delegacia Regional, o centro de comercialização, o ginásio de Presidente Juscelino, o segundo reservatório de água da CASAN e a praça do Bairro Progresso. Também, a aprovação de nove loteamentos, a instalação da AMNoroeste, da Unoesc, hoje Unochapecó, e a realização da III Efaislo, além da atribuição de vários títulos *honoris causa*, da implantação do plantão de saúde 24 horas, da aprovação de lei para a alteração do currículo escolar municipal, de movimento e aprovação de lei para a instalação de um frigorífico de aves e construção de asfalto na estrada de São Lourenço do Oeste a Galvão. Mas também teve a alteração do Legislativo, em decorrência da morte do vereador Paulo Córdova.

Segue, nas páginas seguintes, o detalhamento do acima exposto e também outras informações, a fim de dar uma compreensão ampliada do que e de como tudo ocorreu no período de 1993 a 1996.

## 10.2 Eleições para o Executivo e o Legislativo e suplências

A 9ª legislatura e o 8º mandato tiveram início no dia 01 de janeiro de 1993, com a posse dos Poderes Legislativo e Executivo, eleitos em 03 de outubro de 1992. A solenidade foi presidida pelo vereador mais idoso, Lídio Sutilli, às 10 horas, no centro comunitário da Igreja Matriz. Concorreram ao Executivo:

- pela Coligação Frente Alternativa - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): Álvaro Freire Caleffi e Ângelo Fantin, eleitos com 3.836 votos;

- pelo Partido dos Trabalhadores (PT): Edu Antonio Borges e José Luiz Peres, com 3.142 votos;

- pela Coligação União por São Lourenço - Partido Democrático Social (PDS), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Liberal (PL): Nivaldo Luiz Lazon e Areovaldo José Filipini, com 2.779 votos.



Figura 239: Álvaro Freire Caleffi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 240: Ângelo Fantin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Estes são os vereadores eleitos nesta eleição:

- pela Coligação Frente Alternativa: Naio Antonio Garbin - PSDB, 251 votos; Lídio Sutilli - PMDB, 360 votos; e Zanir Moschen - PMDB, 281 votos.

- pela Coligação União por São Lourenço: Antoninho José Ranzan - 517 votos; Isidério Luiz Moretto - 425; Domingos Fávero - 301; e Paulo Córdova - 309 votos, todos pelo PDS. Renato Hartwig Grahl - PFL, 277 votos; e Ivete Onilde da Silva - PL, 256 votos.

- pelo PT: João Antonio Garcias - 261 votos, e José Otávio Ludwig - 205 votos.



Figura 241: Naio Antonio Garbin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 242: Lídio Sutilli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 243: Zanir Moschen  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 244: Antoninho José Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 245: Isidério Luiz Moretto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 246: Domingos Fávero  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 247: Paulo Córdova  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 248: Renato Hartwig Grahl  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 249: Ivete Onilde da Silva  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 250: João Antonio Garcia  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 251: José Otávio Ludwig  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 252: Posse do Legislativo -1993.

Fonte: Acervo de Antoninho José Ranzan.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1991), o Município contava com 25.152 habitantes, sendo 11.761 homens e 11.391 mulheres; 10.149 residiam na área urbana e 13.103 na área rural. O número de eleitores era de 12.600. Compareceram às urnas 10.589 votantes e 2.011 abstiveram-se. Votos em branco: majoritária - 633, e proporcional - 514. Votos nulos: majoritária - 199, e proporcional - 394.

Na condição de suplentes, a Coligação Frente Alternativa contou com 10, a Coligação União por São Lourenço com 20 e, o PT, com 21 nomes.

Durante a legislatura, os suplentes que assumiram a Câmara foram:

- Coligação União por São Lourenço: Edson Moraes Lessa (PDS): agosto a outubro de 1993, maio a junho de 1995, fevereiro a abril de 1996, e assumiu a titularidade na vaga de Paulo Córdova, que faleceu em maio de 1996; Valdir Isoton (PDS), setembro de 1993, maio e junho de 1995, abril e maio de 1996, e setembro e outubro de 1996; e Ricardo Gewehr Petinelli (PFL), outubro a novembro de 1996;

- Coligação Frente Alternativa: Aristides de Conto (PMDB), outubro e novembro de 1993, e Argentino Judas Milan (PMDB), março e abril de 1996; e

- pelo PT: Valdair Ranzan, outubro e novembro de 1993 e setembro a novembro de 1996; João Maronezi, agosto e setembro de 1995; Iracema Primon, outubro e novembro de 1995; João Carlos Corbari, maio e junho de 1996; e Cleosmar Inácio Bernardi, julho e agosto de 1996.

Durante o mandato, o vice-prefeito Ângelo Fantin, que ocupava também o cargo de secretário de administração e planejamento, assumiu o Executivo nos impedimentos do Prefeito, ocorridos por viagens nos períodos de: 16 a 23 de agosto de 1993; 08 a 18 de outubro de 1993; 06 a 10 de dezembro de 1993; 13 a 19 de outubro de 1994; 24 de novembro a 01 de dezembro de 1994; 24 a 30 de janeiro de 1995; 01 a 08 de maio de 1995; 20 a 25 de agosto de 1995; e 03 a 10 de novembro 95; por tratamento de saúde: 27 de dezembro de 1993 a 05 de janeiro de 1994; e, por férias: 07 de fevereiro a 09 de março de 1994; 01 de fevereiro a 03 de março de 1995; e 02 de janeiro a 02 de fevereiro de 1996.

### **10.3 Mesas Diretoras e Comissões Permanentes**

Assim ficaram compostas os Líderes Partidários, as Mesas Diretoras e as Comissões Permanentes para o período:

-1993/1994:

- Líderes Partidários:

Antoninho José Ranzan - PDS

Lídio Sutilli - PMDB

Naio Antônio Garbin - PSDB

Ivete Onilde da Silva - PL

João Antonio Garcias - PT

- Mesa Diretora:

Presidente: Renato Hartwig Grahl

Vice-presidente: João Antonio Garcias

1º secretário: Lídio Sutilli

2º secretário: Naio Antonio Garbin

- Comissão Permanente de Justiça e Redação:

Presidente: Ivete Onilde da Silva

Vice-presidente: Naio Antonio Garbin

Membro: José Otavio Ludwig

- Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:

Presidente: João Antonio Garcias

Vice-presidente: Lídio Sutilli

Membro: Antoninho José Ranzan

- Comissão Permanente de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Isidério Luiz Moretto

Vice-presidente: Domingos Fávero

Membro: Lídio Sutilli

- Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: Zanir Moschen

Vice-presidente: João Antonio Garcias

Membro: Naio Antonio Garbin

- Comissão Permanente de Agricultura:

Presidente: Antoninho José Ranzan

Vice-presidente: José Otávio Ludwig

Membro: Paulo Córdova

- 1995/1996:

- Mesa Diretora:

Presidente: João Antonio Garcias

Vice-presidente: Lídio Sutilli

1º secretário: Naio Antonio Garbin

2º secretário: Zanir Moschen

- Comissão de Justiça e Redação:  
Presidente: Naio Antonio Garbin  
Vice-presidente: José Otávio Ludwig  
Membro: Ivete Onilde da Silva
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Lídio Sutilli  
Vice-presidente: Antoninho José Ranzan  
Membro: Domingos Fávero
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:  
Presidente: Antoninho José Ranzan  
Vice-presidente: Lídio Sutilli  
Membro: Domingos Fávero
- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Zanir Moschen  
Vice-presidente: Paulo Córdova  
Membro: Renato Hartwig Grahl
- Comissão de Agricultura:  
Presidente: Isidério Luiz Moretto  
Vice-presidente: José Otávio Ludwig  
Membro: Paulo Córdova

#### **10.4 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e de Assuntos Relevantes**

Esta legislatura foi marcada por intensa oposição e por uma efetiva fiscalização às ações do Executivo Municipal, motivo que gerou a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), e de Assuntos Relevantes. São elas:

- CPI Nº01/93 - Cobertura do Ginásio de Esportes de Sant'Ana da Bela Vista:

Em 25 de fevereiro de 1993, a pedido do prefeito Álvaro Freire Caleffi, a Câmara instaurou a CPI nº 01/93 para apurar denúncias de irregularidades sobre a cobertura do ginásio de esportes de Sant'Ana da Bela Vista, executada no final de 1992. A Comissão, constituída pelo presidente Zanir Moschen, relator Naio Antonio Garbin, e membros, José Otávio Ludwig e Domingos Fávero, apurou a existência de crime de responsabilidade do Prefeito anterior e da empresa Metalúrgica Pressotto Ltda., contratada para executar os trabalhos, porém, sem realizá-los. Os autos do processo foram remetidos ao Ministério Público.

- CPI nº 02/93 - Alamedado do Campo de Futebol de Linha Erveira:

Constituída no dia 09 de agosto de 1993, sob a presidência de Lídio Sutilli, do relator José Otávio Ludwig e dos membros Paulo Córdova e Domingos Fávero, com o objetivo de apurar fatos acerca de recursos liberados pela Lei nº 773, de 19 de outubro de 1992, destinados ao Esporte Clube Fluminense, de Linha Erveira, para a construção do alamedado do campo de futebol. A comissão concluiu que os recursos repassados foram devidamente aplicados.

- CPI nº 03 /94 - Obras de Calçamento no Bairro São Francisco:

Instaurada em agosto de 1994, com o objetivo de apurar denúncias de irregularidades na contratação e na execução das obras de pavimentação com pedras irregulares em diversas ruas do Bairro São Francisco. A Comissão, formada pelo presidente Isidério Luiz

Moretto, pelo relator Naio Antonio Garbin e pelos membros, Antoninho José Ranzan, João Antonio Garcias e José Otávio Ludwig, investigou e concluiu que não houve grave lesão ao erário público. No entanto, coube ao prefeito Caleffi comprovar as receitas aos cofres públicos decorrentes de horas de serviço de caminhão e também a devolução de 50 cargas de pedras, por parte da empreiteira, ou efetuar o pagamento das mesmas.

- CPI nº 04/96 - Atendimento de Saúde 24 horas:

Sob a presidência de Lídio Sutilli, do relator José Otávio Ludwig e do secretário Domingos Fávero, instaurada em março de 1996, objetivou apurar a denúncia feita por uma cidadã, em matéria publicada no jornal O Noroeste, edição de fevereiro de 1996, criticando o serviço de atendimento à saúde 24 horas. A partir das investigações, a Comissão concluiu que a denunciante não apresentava argumentos suficientes para comprovar o fato, portanto, julgou a matéria como precipitada. O processo foi remetido à consideração do Ministério Público.

- CPI nº 05/96 - Utilização Indiscriminada de Bens e Serviços Municipais:

Instaurada em 24 de outubro, motivada por várias denúncias contra a Administração Municipal, sob as seguintes acusações: distribuição de madeiras, óculos, receitas médicas, exames, meios-fios e pedras, muitos credores do Município não estariam recebendo em dia seus créditos; cidadãos lourencianos necessitados de serviços de máquinas precisariam pagar antecipadamente o combustível; e favorecimento eleitoral, haja vista a aproximação das eleições municipais. A Comissão foi conduzida pelo presidente Renato Hartwig Grahl, pelo relator Naio Antonio Garbin e pelos membros, Antoninho José Ranzan, José Otávio Ludwig e Domingos Fávero. Ficaram evidenciados alguns fatos e, algumas pessoas afirmaram, em seus depoimentos, não haver a intenção de favorecimento eleitoral por parte da Administração.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público, onde já tramitava inquérito sobre a distribuição de madeiras e de consultas oftalmológicas.

- Comissão de Assuntos Relevantes sobre as Divisas entre São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte:

Com a emancipação de Novo Horizonte, pela Lei Estadual nº 8.530, de 09 de janeiro de 1992, os dois municípios tiveram que ajustar suas divisas, pois várias famílias manifestaram o desejo de escolher a jurisdição de pertencimento. Para tal, no dia 08 de dezembro de 1993, cada qual constituiu uma comissão para tratar de assuntos relevantes. Em São Lourenço do Oeste, dela fez parte o presidente Antoninho José Ranzan, o relator Lídio Sutilli e os membros Isidério Luiz Moretto e Domingos Fávero. E, em Novo Horizonte, compuseram a comissão os vereadores Valdemar Cambuzzi, Miria Parizotto e Deonelio Bresciani.

Após várias reuniões e visitas *in loco*, no dia 18 de abril de 1994, as Comissões definiram as divisas.

### 10.5 Destaques do Legislativo

Na sessão do dia 27 de maio de 1995, o vereador Lídio Sutilli destacou o empenho do Executivo para com a instalação da telefonia no interior do Município, além de elogiar a Administração anterior pela preocupação com a mesma iniciativa.

O vereador Naio Garbin informou ao Plenário a aquisição e a instalação de mais um reservatório para auxiliar o abastecimento de água, em razão da expansão da cidade e das

possíveis estiagens.

A instalação de uma unidade frigorífica da Cooper Central gerava grande expectativa em São Lourenço do Oeste, uma vez que Quilombo também a disputava. Para impulsionar a vinda desse empreendimento, o Executivo encaminhou à Câmara um projeto de lei com o objetivo de adquirir uma ampla área de terra para doá-la à Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda - Cooper Central. Mesmo com a aprovação do projeto, transformado na Lei nº 830, de 18 de outubro de 1993, a unidade frigorífica foi destinada ao município de Quilombo.

De iniciativa do vereador João Antonio Garcias, a Lei nº 818, de 02 de setembro de 1993, inseriu a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas da rede municipal de ensino.

O vereador Naio Antonio Garbin registrou, no dia 09 de agosto de 1993, a visita do governador Vilson Pedro Kleinübing. Em reunião no auditório da Prefeitura foram expostas ao Executivo Estadual algumas ações que seriam desenvolvidas em favor do Município, como o asfaltamento da rodovia de São Lourenço a Galvão.

Já o vereador João Antonio Garcias apresentou moção de repúdio ao Prefeito pela atitude antidemocrática quando da demissão dos professores Nilson Peres e Elder Mariot, alegando que a mobilização por eles deflagrada consistia na reivindicação de melhores salários. A moção foi aprovada por 06 votos a favor e 03 contra.

No dia 04 de outubro de 1993, o vereador Antoninho José Ranzan informou sua decisão de mudar de sigla partidária, por convite do PSDB.

Outro fato de grande repercussão para a região foi desencadeado quando os moradores do distrito de São Bernardino, pertencente ao município de Campo Erê, localizado no divisor com São Lourenço do Oeste, mobilizaram um processo de emancipação e, para tal, tornava-se necessário agregar uma área de São Lourenço do Oeste. Em razão da proximidade, a maioria das famílias residentes nas Linhas Scheid, Fátima e Manjolinho manifestou a vontade de pertencer ao novo Município.

Para atender a solicitação da Comissão Pró-Emancipação de São Bernardino, o Decreto Legislativo nº 189, de 05 de setembro de 1994, autorizou o desmembramento de 957.500 m<sup>2</sup> de terra pertencentes a São Lourenço do Oeste. Contudo, a Assembleia Legislativa ampliou a área e incorporou parte das Linhas Bender, Erveira e Coxília Rica, o que motivou, em 1997, a instalação de uma CPI e de uma Comissão de Assuntos Relevantes para apurar a situação e definir as divisas.

São Bernardino foi emancipado pela Lei Estadual nº 9.889, de 19 de julho de 1995, formado por 210 km<sup>2</sup> de áreas dos municípios de Campo Erê e de São Lourenço do Oeste, com população aproximada de 3.000 habitantes. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997, com a posse da primeira Câmara de Vereadores e do primeiro Executivo.



Figura 253: Vista aérea da cidade de São Bernardino - 2007/2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Bernardino.



Figura 254: Posse dos Poderes Legislativo e Executivo de São Bernardino - 1997.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Bernardino.

Assim ficaram compostos os Poderes de São Bernardino: prefeito, Waldir Walker, e vice-prefeito, Eptáfio Lopes; vereadores Celço Gatti, José Mosmann, Irineu Otto Dilli, Ivo Kafer, Ivo José Ludwig, João Bevilaqua, Leonira Klipel, Roque Batista da Silva e Urbano Guilherme Dreher.

Em 21 de novembro de 1994, o vereador Lídio Sutilli falou sobre a construção da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, dizendo que esta seria de incumbência

da próxima Mesa Diretora.

Desde o início da atual legislatura, a necessidade de ações governamentais foi amplamente debatida, a fim de tornar São Lourenço do Oeste uma microrregião com possibilidades de abrigar diversos órgãos regionais, a exemplo da delegacia regional.

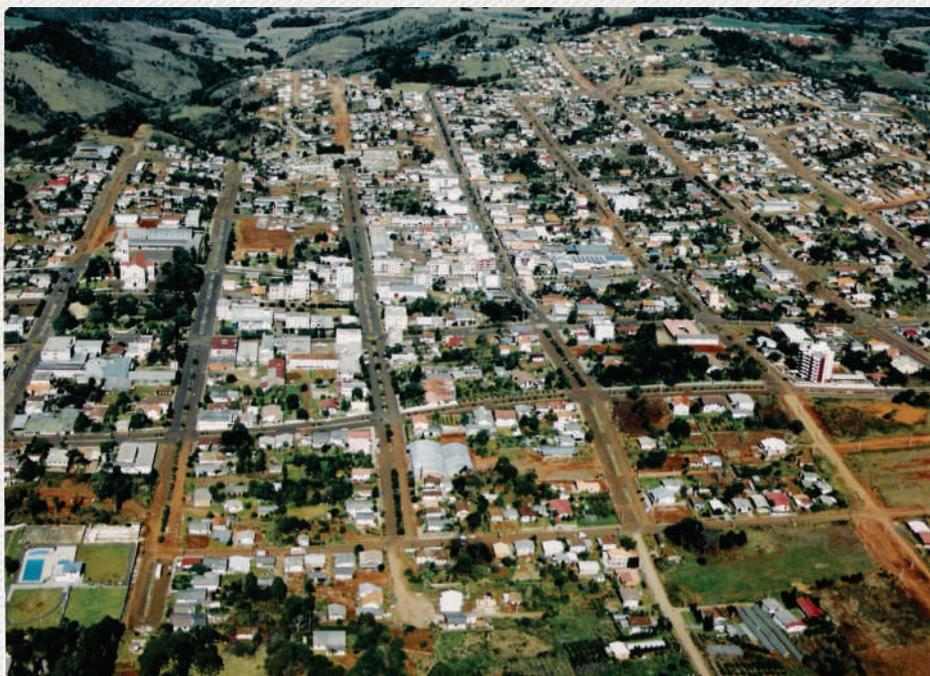


Figura 255: Vista aérea da cidade de São Lourenço do Oeste - 1995/1996.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No dia 04 de abril de 1995 ocorreu uma reunião da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Chapecó, da qual o vereador Lídio Sutilli participou e levou a proposta de criar uma subseção da instituição em São Lourenço do Oeste, abrangendo as Comarcas de São Lourenço do Oeste, de Quilombo e de Campo Erê.

Com o objetivo de agilizar e de aperfeiçoar os trabalhos de lavratura das atas da Câmara, seu presidente, João Antonio Garcias, promulgou a Resolução nº 88, de 28 de agosto de 1995, na qual estabeleceu o registro dos documentos por meio eletrônico.

No dia 20 de maio de 1996 morreram, vítimas de acidente automobilístico, o vereador Paulo Córdova e seu filho Claudedir. Assumiu a vereança o 1º suplente de vereador do PDS, Edson Moraes Lessa.

Por meio do Decreto Legislativo nº 364/96, de iniciativa dos vereadores João Antonio Garcias e José Otávio Ludwig, a Câmara de Vereadores concedeu o título de Cidadão Lourenciano a Dom José Gomes, da Diocese de Chapecó, entregue em 18 de maio de 1996, às 16 horas, no Cine Bandeirante.



Figura 256: Sessão de entrega do título de Cidadão Lourenciano a Dom José Gomes - 1996.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 257: Dom José Gomes

Fonte: <http://diocesechapeco.org.br/diocese/dom-jose-gomes>

A Lei nº 1.008, de 04 de junho de 1996, também de iniciativa dos vereadores João Antonio Garcias e José Otávio Ludwig, denominou a nova construção de Centro de Comercialização Agrícola Vereadora Camela Rezzieri Garcia, em homenagem à primeira vereadora, legislatura 1959/1962, e professora no período em que São Lourenço do Oeste era distrito e nos primeiros anos de sua emancipação.



Figura 258: Vereadora Carmela Rezzieri Garcia - 1959  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Em 1996 foi construído o ginásio municipal de esportes na comunidade de Presidente Juscelino. Os vereadores Naio Garbin, Valdir Isoton, Lídio Sutilli e Zanir Moschen propuseram projeto de lei para denominar o novo espaço de Ginásio de Esportes João Cobalchini, antigo morador da localidade e pai de Valdir Cobalchini, personalidade de destaque no cenário político catarinense. Porém, a questão ainda não estava encerrada.

Para homenagear Primo Verona, antigo morador da comunidade de Presidente Juscelino, e um dos primeiros vereadores do Município, os vereadores Domingos Fávero, Ivete da Silva, Renato Grahl, José Ludwig, Isidério Moretto e Valdir Ranzan propuseram emenda para substituir o nome do ginásio. Com o objetivo de resolver o conflito, o vereador Zanir Moschen sugeriu uma emenda, homenageando os dois cidadãos, João Cobalchini e Primo Verona. O plenário acatou a proposta, porém, foi vetada pelo Prefeito. A Câmara de Vereadores rejeitou o veto e prevaleceu a denominação Ginásio Municipal de Esportes João Cobalchini e Primo Verona, oficializada pela Lei nº 1.057, de 27 de dezembro de 1996.

O Decreto Legislativo nº 388, de 16 de maio de 1996, de iniciativa do vereador Lídio Sutilli, aprovado por unanimidade, homenageou várias personalidades que tiveram papel importante no cenário político, social e de colonização do Município. Em sessão solene, no dia 15 de junho de 1996, no Cine Bandeirante, a Câmara de Vereadores conferiu o Diploma de *Honoris Causa*:

- aos vereadores Abel Rota, Adir P. E Maccagnan, Alaor Geraldo da Silva, Albano Luiz Menegatti, Amador Alves Martins, Anilson Spricigo, Anselmo Milan, Areovaldo José Filipini, Armindo Echer, Arno Ignácio Etges, Atílio Ferreira Bueno, Beni Roque Negri, Círio Hippler, Ciro Fratin, Deonildo Luis Noal, Djalmo Zílio, Dorvalino Ranzan, Hermes Gabriel Ioris, Ermindo Lazzarotto, Euclides Fontana, Euclides Menegatti, Fermínio Antonio Rigon, Geraldo Pizzatto, Honorino Luis Pastre, Iraci Elzinha Bampi Suzin, Ivo Schwade, Jair Perazoli, João Carlos Corbari, Leo Carlos Silveira, Lúcia Lazarin Milkevicz, Miguel Belmonte, Nevaldir Graff, Olavo Erbes, Olímpio Arcádio Bombassaro, Olivir Grobe, Orlando Bessegatto, ReinaIdo Scheid, Ricardo Gewher Pettinelli, Sadi Valduga, Sextílio Ranzan, Silvestre Sganzerla, Theobaldo Gustavo Becher, Valdir Lazarim Matos, Valdomiro Leite, Valentim Casagrande de Macedo, Valmiro Rezzieri, Vitalino Pessatto,

Dionísio Biazussi, Edu Antonio Borges, Elizeu Alencastro Rezzieri, Francisco Oreste Libardoni, José Ebling, Pedro Dorvalino Silvestri e Santos Zilli;

- aos ex-prefeitos e ex-vice-prefeitos: Cairu Hack, Bronislau Polan Breowicz, Dionísio Biazussi, Elizeu Alencastro Rezzieri, José Ebling, Leonel Baldissera, Sabino Santin e Santos Zilli;

- ao colonizador: Aldino Leo Scheid;

- aos deputado estadual e suplentes: Cairu Hack, Edu Antonio Borges e Sérgio Luis Janczeski;

- ao deputado federal: Francisco Oreste Libardoni;

- à educadora: Jandira Luiza Santiani Sordi;

- à parteira: Euzébia Tápero Zanchetin;

- ao historiador: João David Folador; e

- ao intendente e vereador: Pedro Dorvalino Silvestri.

Homenagem Póstuma:

- aos vereadores: Amado João Garbin, Eulívio Pastre, Carmela Rezzieri Garcia, Honório Antonio Botega, Idio Pazini Bastezini, Inocente Pagani, Justino José Tietbohl, Manuel Teixeira, Primo Verona, Quintiliano Becher, Roberto Wolkmer, Valentin Rosso e Zeno Germano Etges;

- prefeito e vice-prefeito: Zeno Germano Etges e Antonio Botega;

- aos desbravadores: Vergílio Alves Monteiro e Paulo Libardoni; e

- à parteira: Maria Cerquiari.



Figura 259: Sessão solene de homenagem *Honoris Causa* e póstuma a diversas personalidades lourencianas - 1996.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Foram aprovados os seguintes loteamentos durante esta legislatura: em 1994, Sebastião e Serraria Jacutinga Ltda; em 1995, Paludo; e, em 1996, Dorvalino Antonio Ranzan, Antoninho José Ranzan, Fortunato, Guarnieri, Industrial Oeste e Purcino.

Vários cidadãos lourencianos utilizaram o espaço da tribuna popular da Câmara

para sugerir, reclamar e reivindicar variados assuntos.

Por fim, o Legislativo descentralizou algumas reuniões para o interior do Município, com o objetivo de aproximar a Câmara das comunidades e seguiram este cronograma:

- em 1993: Ouro Verde - 09 de setembro;
- em 1994: Sant'Ana da Bela Vista - 16 de maio, Frederico Wastner - 18 de setembro e 10 de outubro, e Três Voltas - 17 de outubro;
- em 1995: Novo Guaporé - 19 de junho, e Lageado Antunes - 09 de outubro; e
- no ano de 1996: Santos Dumont - 11 de abril, Linha Planalto - 15 de abril, São Paulinho - 27 de maio, Ouro Verde - 08 de agosto, São Roque - 26 de agosto, e São João - 09 de setembro.

### **10.6 Destaques do Executivo**

Logo após a posse dos Poderes, no dia 01.01.1993, o Executivo implantou a ação que se constituiu em marco histórico do mandato Caleffi/Fantin e, também, de São Lourenço do Oeste. Trata-se da implantação da Saúde 24 horas. Até então, a saúde pública era ofertada apenas no diurno, mas, a partir desta data, as urgências e as emergências passaram a ser atendidas também no plantão noturno do posto de saúde, das 19 às 07 horas do dia seguinte, além dos feriados e dos finais de semana. Este serviço marcou o Início de Um Novo Tempo, fazendo jus ao nome da coligação que assumia o comando do Município.

Novidade para a região, seguidamente equipes de outros municípios aqui vinham para observar e entender o funcionamento da saúde. Já a população sentia-se gratificada por poder contar com um serviço diferenciado e sem custo, pois, do contrário, precisaria pagar por ele nos hospitais.

O médico Emerson Nomura era o secretário municipal de saúde e o responsável pela elaboração da escala dos plantões. Ricardo Petinelli foi o primeiro plantonista, ainda no dia 01 de janeiro. A Municipalidade pode contar, inicialmente, com os serviços de profissionais concursados para o plantão diurno, ou seja, Carlos Caetano Peluso, Manoel Frota Herbster e Marco Antonio Longo, diferentemente dos médicos Maurício Cituriun, Emerson Nomura, Nelson Mitio Naka e Cosmos Panaiotis, que prestavam serviços no noturno, mas sem vínculo com a prefeitura. Posteriormente, a equipe sofreu alterações, principalmente em decorrência de outras atividades assumidas pelos profissionais.

Lá em 1993 o serviço equivalia-se à novidade e, por vezes, ouvia-se de que seria interrompido, por motivos diversos. No entanto, passados 23 anos da implantação, todos os Executivos deram sequência à Saúde 24 horas, ampliando-a e qualificando-a, e hoje é indispensável. Esta atitude, ousada e empreendedora, na essência, buscou valorizar o humano, pois o Poder Público assumiu o compromisso de atender os lourencianos quando os problemas de saúde os atingissem, mesmo em horário diferenciado.

Vale ressaltar que o plantão se tornou um dos requisitos necessários à futura implantação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a qual faz parte do plano de governo, administração 2017/2020.

Com vistas à geração de emprego e renda, o Prefeito remeteu um projeto de lei à Câmara, dispondo sobre as normas de concessão de incentivos econômicos, fiscais e estruturais à instalação de novas indústrias e à ampliação das existentes. A matéria foi muito discutida e analisada pelo plenário e resultou na Lei nº 870, de 26 de setembro de 1994, denominada Lei de Incentivos. Muitas empresas receberam benefícios em

decorrência desta legislação, impulsionando o crescimento de São Lourenço do Oeste. Porém, teve sua revogação pela Lei nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005, que estabeleceu novas regras para tais incentivos.

Durante esta legislatura, o Município adquiriu vários terrenos para atender as seguintes finalidades:

- aquisição de 63.825 m<sup>2</sup>, no Bairro São Francisco, para a construção de um conjunto habitacional de casas populares e de uma escola;

- doação de 16.005.60 m<sup>2</sup>, no Bairro Santa Catarina, ao Governo Federal, para a implantação de uma unidade do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), e para o desenvolvimento do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaic). As construções não se efetivaram, a área voltou ao patrimônio público municipal e, no espaço, foram construídas a EBM. Santa Catarina, o Corpo de Bombeiros e o Posto de Saúde;

- aquisição de 2.951 m<sup>2</sup> para a construção e a instalação do centro de comercialização agrícola, inaugurado em 29 de março de 1996;

- recebimento, em doação da Mitra Diocesana de Chapecó, de parte de um imóvel urbano de 1.125 m<sup>2</sup>, em Sant'Ana da Bela Vista, para a construção de um ginásio de esportes;

- recebimento, em doação da Mitra Diocesana de Chapecó, de área rural de 1.400 m<sup>2</sup>, na comunidade de São Paulinho, destinada à construção de um ginásio de esportes;

- recebimento, em doação da Mitra Diocesana de Chapecó, de parte de um lote urbano, em Três Voltas, com área de 2.400 m<sup>2</sup>, para a construção de um ginásio de esportes;

- doação à Acislo, de um lote urbano com 400 m<sup>2</sup>, na Rua Duque de Caixas, a fim de implantar um Centro Empresarial para abrigar escritórios, como: Sebrae, SENAC, SENAI, CDL e entidades sindicais ou associações representativas das categorias de trabalhadores e empregadores. Esta edificação não se concretizou;

- aquisição e doação à Celesc, de um imóvel urbano de 900 m<sup>2</sup>, para a construção do escritório regional, ocorrida em 1995;



Figura 260: Escritório regional da Celesc - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

- doação de lote urbano com 640 m<sup>2</sup>, na Rua João Beux Sobrinho, para a Secretaria

de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, destinado à construção de um edifício para abrigar a 28ª Delegacia Regional de Polícia;

- doação, com encargos à empresa Sulbrasil de Transportes e Turismo Ltda, de um imóvel com 4.118,78 m<sup>2</sup>, na área industrial;

- doação, com encargos à Roseli Maria Viviam - ME, de um imóvel com 7.305,46 m<sup>2</sup>, na área industrial;

- doação, com encargos à empresa Vilamir Valmor Romanoski - ME, de um imóvel com 5.706,19 m<sup>2</sup>, na área industrial;

- doação, com encargos à empresa Batelix - Indústria de Baterias Biombo Ltda, de um imóvel com 5.163,66 m<sup>2</sup>, na área industrial;

- doação, com encargos à empresa Marcelino dos Santos Prado - ME, de um imóvel com 5.205,28 m<sup>2</sup>, na área industrial; e

- doação à COHAB, de uma área de terra com 27.329,48 m<sup>2</sup>, na área industrial, para a construção de um conjunto habitacional. Como não foi atendido o objetivo da doação, a área retornou ao Município, que a utilizou para a instalação de indústrias.



Figura 261: Área Industrial II, Rodovia SC-473, e ao fundo, o Parque Efaislo - 1995.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Álvaro Caleffi construiu um centro de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, uma espécie de mercado público, com 1.308 m<sup>2</sup>, inaugurado em 29 de março de 1996.

Entretanto, a obra não atingiu os objetivos propostos e, por certo período, foi utilizada para a realização de feiras comerciais, eventos e demais atividades. A partir de 2000, o Executivo assinou convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e cedeu o prédio para a instalação de uma unidade em São Lourenço do Oeste que, desde então, oferece cursos profissionalizantes.



Figura 262: Autoridades estaduais e locais na inauguração do Centro de Comercialização Agrícola. Ao centro, o governador Paulo Afonso Vieira, e, a sua direita, o prefeito Álvaro Freire Caleffi - 1996.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 263: Centro de comercialização agrícola Carmela Rezzieri Garcias, utilizado pelo SENAI - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

De 25 a 29 de outubro de 1995, São Lourenço do Oeste vivenciou a III Efaíslo.



Figura 264: Vista aérea do parque de exposições durante a III EFAISLO - 1995.  
Fote: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No ano de 1996, a Municipalidade celebrou convênio para a implantação do Museu Municipal de São Lourenço do Oeste. As instituições parceiras foram o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional de Florianópolis e Curitiba (IPHAN), o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), e a Universidade Nacional de Educação a Distância de Pato Branco (UNED).

Para manter viva a história da colonização e preservar os objetos utilizados pelos primeiros imigrantes lourencianos, o Executivo criou, ainda em 1996, a Casa da Memória Lourenciana, em um imóvel típico, com móveis e utensílios da época da colonização de São Lourenço do Oeste. Adquirida da família de Gomercindo Pederssetti, foi transportada do interior de Presidente Juscelino para o centro da cidade, na esquina das Ruas Rui Barbosa e Dom Pedro II.

A criação do Museu Gomercindo Pederssetti e seu tombamento como patrimônio histórico municipal foi oficializado pela Lei nº 1.296, de 09 de abril de 2001.



Figura 265: Museu Gomercindo Pederssetti - 1996.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Em homenagem à Virgínia Pereira, professora, parteira, conselheira e esposa do agrimensor Ernesto Beuter, a Lei nº 982, de 12 de março de 1996, de iniciativa do Prefeito, denominou a praça do Bairro Progresso de Praça Virgínia Pereira.



Figura 266: Virgínia Pereira e seu esposo Ernesto Beuter  
Fonte: Acervo de João David Folador

### **10.7 Destaques da sociedade**

No mês de janeiro de 1995 concretizou-se uma das aspirações da população lourenciana e da região: a instalação da 28ª Delegacia Regional de Polícia. Inicialmente funcionou em espaço locado, na Avenida Brasil, em frente à Praça da Bandeira, até a construção da sede própria, em terreno doado pelo Município, na Rua João Beux Sobrinho, inaugurada em 29 de março de 1996.

A 28ª DRP atende 14 delegacias: São Lourenço do Oeste, Jupiá, Novo Horizonte, São Domingos, Galvão, Coronel Martins, Campo Erê, Saltinho, São Bernardino, Santa Terezinha do Progresso, Quilombo, Irati, Formosa do Sul e Santiago do Sul.

Desde a instalação atuaram os delegados regionais: Augusto Beduschi Neto, de janeiro de 1995 a julho de 1997; Luiz Carlos Caye, interinamente, poucos dias; Deonilo Agostinho Pretto, de julho de 1997 a 1998; Luiz Carlos Dadam, de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002; Olívia Moretto Cândido Souza, de março de 2003 a março de 2004; e Carlos Augusto de Andrade Morbini, de 11 de maio de 2004, ainda em exercício.



Figura 267: Inauguração da 28ª Delegacia Regional de Polícia - 1996.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 268: Sede da 28ª Delegacia Regional de Polícia- 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A AMNoroeste, fundada no dia 02 de janeiro de 1996, foi chamada, inicialmente de AMunosc, formada pelos municípios de Novo Horizonte e de São Lourenço do Oeste. A instalação oficial ocorreu no mês de junho de 1997. Hoje, a associação conta com os seguintes municípios: São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino, Jupia, Galvão e Coronel Martins. Desenvolve atividades de assessoria aos municípios filiados nas áreas de engenharia, topografia, nutrição, informática, movimento econômico, entre outras.



Figura 269: Instalação da AMNoroeste - 1996.  
Fonte: Acervo da AMNoroeste.

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), iniciou suas atividades em São Lourenço do Oeste, como extensão, no segundo semestre de 1996, com uma turma do curso de Pedagogia. Em 2000 iniciou o curso de Administração Empresarial e, em 2004, de Ciências Contábeis.

Funcionou na EBM. Santa Maria Goretti até o ano de 2002, quando foi transferida para o prédio da EBM. São Lourenço, construído para abrigar também o ensino superior. A partir do processo de desmembramento e de desvinculação da Unoesc passou à denominação de Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, com campus em São Lourenço do Oeste e em Xaxim.

No ano de 2008, a Unochapecó iniciou a construção do Campus São Lourenço, em terreno doado pela Municipalidade, na Rodovia SC-480, Bairro São Francisco, ao lado da EBM. São Lourenço.



Figura 270: EBM. Santa Maria Goretti, sede da Unoesc, hoje Unochapecó - 1998.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 271: Unochapecó - São Lourenço do Oeste - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Durante o período em análise houve mobilizações para alterar o nome de São Lourenço do Oeste, suprimindo-se a expressão “do Oeste”. O Prefeito enviou projeto de lei à Câmara, sob a justificativa de que, no Oeste, outros municípios levam a mesma designação, podendo gerar equívocos, e aqui já era popularmente chamado de São Lourenço.

A Lei nº 1.061, de 27 de dezembro de 1996, autorizou a realização de um plebiscito para ouvir a população quanto à supressão, ou não, da expressão “do Oeste” do nome de São Lourenço do Oeste. Porém, a consulta popular não se realizou, consequentemente, o nome do município ficou inalterado.

### **10.8 Outras informações relevantes**

Na legislatura 1993/1996 atuaram na Comarca os juízes: Jaime Machado Junior, Carlos Adilson Silva, Volnei Celso Tomazini, Cláudia Lambert de Faria, Ronaldo Denardi, Márcio René Rocha, Jorge Luiz Costa Beber, Elton Vitor Zuquelo e Gilmar Antonio Conte; os promotores de justiça: Luiz Eduardo Braunsperger, Cristina Costa da Luz Bertoncini, Rosalina Maria Rodrigues, Leda Maria Hermann, Paulo Antônio Locatelli, Alexandre Estira Serratine e Eraldo Antunes; os delegados de polícia regional: Augusto Beduschi Neto, Luiz Carlos Caye e Deonilo Agostinho Pretto; e os delegados da Comarca: José Fulvio Maia Wolf, de 1995 a 1997 e, nos anos de 1993 e 1994, não houve delegados estabelecidos.

Servidores que prestaram serviços à Câmara nessa legislatura: Vitor Bonifácio Kappes, assessor de comunicação, de 01 de fevereiro de 1993 a 17 de maio de 1999; Adilson Spricigo, secretário administrativo, de 01 de junho de 1992 a 31 de agosto de 1993; José Luiz Pandini, secretário administrativo, de 01 de setembro de 1993 a 28 de fevereiro de 1994; Éderson Hermann, secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Gilberto

Veraldo Schiavini, assessor jurídico, de 01 de junho de 1992 a 19 de junho de 1995; Euclides Menegatti, assessor jurídico, de 19 de junho de 1995 a 31 de janeiro de 1997; e Ângela Maria Puerari, funcionária municipal, colaborou no período de 06 de setembro de 1996 a 15 de dezembro de 2000.

Equipe administrativa do Executivo Municipal: secretário de administração e planejamento, Ângelo Fantin, também vice-prefeito; secretário de educação, cultura e esportes, Ermindo Lazzarotto; secretários de infraestrutura, Nasser Yunes (1993/1994) e Leonel Baldissera (1995/1996); secretário de agricultura e meio ambiente, Milton Kasper; secretários de finanças, Wilson Nizer (1993/1994), Nasser Yunes (1995/1996), e Sezarlei Ferreira Bueno, setembro a dezembro (1996); secretário de indústria e comércio, Norival João Cenci; e secretário de saúde e promoção social, Emerson Nomura.

No período, os valores das receitas orçamentárias foram:

- 1993: Cr\$ 134.234.605,00 (cento e trinta e quatro bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões e seiscentos e cinco mil cruzeiros);
- 1994: Cr\$ 9.365.000.000,00 (nove bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros reais);
- 1995: R\$ 12.320.000,00 (doze milhões, trezentos e vinte mil reais); e
- 1996: R\$ 17.356.000,00 (dezesete milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais).

As entidades constituídas durante a legislatura 1993/1996, de caráter privado ou por lei de utilidade pública, são: Sociedade Rural do Noroeste Catarinense; Associação de Municípios do Noroeste de SC (AMNoroeste); Associação dos Aposentados e Pensionistas (Asapel); Pré-Escola O Castelinho Encantado; CEIM. Mundo Colorido; CEIM. Fantasia; Sindicato do Comércio Varejista; Clube de Mães Santa Rita de Cássia - Bairro São Francisco; Coral Entre Amigos; Associação dos Hortifrutigranjeiros de São Lourenço e Novo Horizonte; Associação dos Diabéticos de São Lourenço; Cine Clube Paradiso; Clube de Mães e Damas Santa Rita, de Lageado Antunes; Associação Comunitária de Sant'Ana da Bela Vista; Associação de Pequenos Agricultores Juntos Venceremos, da Linha Belvedere; Associação Lourenciana de Artesãos (ALA); Associação dos Trabalhadores Rurais de Araçá; Associação Moradores do Bairro São Francisco; Clube de Idosos Sorrir para a Vida, Linha Presidente Juscelino; Esporte Clube Recreativo São José; Editora Jornalística Mercolatina Ltda; Associação Moradores do Bairro Perpétuo Socorro; Associação dos Professores de Educação Física de São Lourenço; Rotary Club; Associação de Desenvolvimento da Linha Bender; e Associação dos Moradores, da Linha São João.

Outras empresas instaladas no mesmo período: Casas Leve; Agrolima; CFC Noroeste; Laboratório Pandini; Restaurante Avenida; Translovera; Ky Frutas Oeste; Estamplac Bandeiras; Wegas Locações; Protege Corretora de Seguros; Vidraçaria São Lourenço; Casa da Madeira São Lourenço; Loja 2000; Máster Som; Transportadora Bee; Carrocerias Romanoski; Mecânica Romanos; Têxtil Arte; Auto Escola Fórmula 1; Fracyn Doces; Sorveteria Zoí; Auto Elétrica Zanprogna; Laboratório São Francisco; Lucas Comércio de Bebidas; Posto Ziem; Doce Encanto; Daysa Cosméticos; H. L. Baby; Carlão Representações; Dom Camillo; Lavagem Automotiva Antunes; Cia da Moda; Cia do Calçado; Restaurante São Roque; O. T. M. Graf; Vidraçaria Prezotto; Casa dos Retalhos; Vidraçaria Center Vidros; Representante Minasgás; e Lanchonete Bernardi.

## **10.9 Conclusão**

Ao iniciar a leitura deste capítulo, a primeira impressão é de que a legislatura e o mandato do Executivo seriam de grandes turbulências, haja vista as cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instituídas no período. Indubitável é que tais instaurações foram necessárias, pois as dúvidas precisam ser esclarecidas, e isto se faz mais contundente quando relacionadas ao Poder Público.

O volume de leis, 296, somadas as complementares e as 30 resoluções, demonstram que o trabalho foi além das CPIs, que muito se realizou. Visavam à ampliação do serviço público em todos os setores, como: indústria, comércio, educação, saúde, assistência social, agricultura, entre outros.

A evolução social e as necessidades individuais e coletivas imprimiam uma atuação forte, tanto do Legislativo quanto do Executivo. Era preciso agir, a fim de garantir qualidade de serviços e de permanência da população no Município, pois o mundo do trabalho se ampliava de maneira significativa e as pessoas queriam e querem evoluir. Então, grandes pensamentos e grandes ações precisavam andar juntos para que o tempo não passasse sem marcas positivas impressas na história. O plantão de saúde 24 horas é apenas uma destas marcas, pois já se passaram mais de 15 anos da implantação e, embora com as críticas e as dificuldades de cada tempo, até hoje está ativo, e não se poderia pensar a sociedade lourenciana sem tal serviço. Ou então a instalação da hoje Unochapecó, considerada um dos pilares do desenvolvimento regional, principalmente em relação à profissionalização.

Também é interessante observar a quantidade de entidades e de empresas que aqui se instalaram nos quatro anos em análise, além dos relatos e das descrições feitos no decorrer do capítulo. As bases começaram a ser construídas desde o primeiro mandato e, pouco a pouco, o Município passou a se destacar no Estado em alguns setores, ganhando espaço nos meios de comunicação locais, regionais e estaduais.

De ora em diante, outros registros ficarão, cada mandato e cada legislatura, com seus pontos frágeis e fortes, mas sempre refletindo o seu momento histórico.



## **CAPÍTULO 11**

### **10ª LEGISLATURA E 9º MANDATO (01.01.1997 a 31.12.2000)**

#### **11.1 Introdução**

Para fechar o século XX, os poderes Legislativo e Executivo deixaram outras marcas, que também são percebidas como ascendências, quando comparadas com o passado, mesmo que recente. Tudo precisa ser observado a partir dos ganhos, resultantes até de conflitos e de investigações, pois as constatações contribuem para análises e conduções diferenciadas de quem está à frente do Poder Público. Isto é dito, desde o início, porque, assim como o anterior, o período em análise teve a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), e de Comissões de Assuntos Relevantes, decorrentes do atual ou do exercício anterior.

De um lado, as investigações; de outro, as ações, as marcas. O Legislativo organizou seu espaço, no segundo pavimento do Banco do Brasil, além de constituir a sua autonomia financeira e os seus serviços de tesouraria e de contadoria, antes vinculados à Prefeitura.

Outras empresas e entidades receberam benefícios, pois o Executivo, com a aquiescência do Legislativo, adquiriu e doou imóveis como incentivo à indústria e a entidades. Também houve a construção da Praça da Liberdade, a alienação de prédios escolares e a aprovação de sete loteamentos. Em contrapartida, ocorreu todo um trabalho para a revisão da divisa geográfica entre São Bernardino e São Lourenço do Oeste.

Nesta época ressurgiu o movimento pela emancipação de São Roque e lá foi implantada a coordenadoria, além da realização da IV Efaislo. Ainda, outras duas ações essenciais a toda sociedade conquistaram seus espaços: o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), e o Corpo de Bombeiros. A Câmara também homenageou entidades e familiares de pessoas ilustres, descentralizou sessões e recepcionou a Assembleia Legislativa.

Dentro do possível, os itens acima objetivam localizar o leitor no tempo e no espaço e, a partir daí, terá ampliada, ao menos um pouco, a compreensão do processo vivenciado por São Lourenço do Oeste no final do século passado.

#### **11.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências**

Nas eleições municipais de 03 de outubro de 1996 concorreram aos cargos de prefeito e de vice-prefeito:

- pela Coligação Aliança para o Progresso, formada pelos partidos: Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Liberal (PL), e Partido Progressista Brasileiro (PPB): Cairu Hack e José Ebling, eleitos com 4.111 votos;
- pela Coligação Frente Alternativa, formada pelos partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB):

Ângelo Fantin e Emerson Nomura, com 3.555 votos; e  
- pelo Partido dos Trabalhadores (PT), João Antonio Garcias e José Luiz Peres, com  
3.490 votos.



Figura 272: Cairu Hack  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 273: José Ebling  
Fonte: Acervo da Câmara de  
Vereadores de São Lourenço do Oeste

Vereadores eleitos no pleito:

- pelo PPB: Isidério Luiz Moretto - 456 votos, Hermes Gabriel Ioris - 399, e Itamar Grobe Miranda - 297 votos;
- pelo PMDB: Ivo Deon - 410 votos, Lídio Sutilli - 246, e Cacildo Bach - 227 votos;
- pelo PT: Edu Antonio Borges - 579 votos, e Geraldino Cardoso - 470 votos;
- pelo PSDB: Naio Antonio Garbin - 503 votos, e João Maronezi - 335 votos; e
- pelo PFL: Tomé Francisco Etges - 663 votos.

Para a maioria somaram 193 votos brancos e 184 nulos e, para o Legislativo, 493 votos brancos e 249 nulos. Votos que constaram na legenda dos partidos: PMDB - 20, PT - 18, PPB - 16, PSDB - 12, e PFL - 03. Dos 14.245 eleitores, 11.533 compareceram à votação e 2.712 abstiveram-se.



Figura 274: Isidério Luiz Moretto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 275: Hermes Gabriel Ioris  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 276: Itamar Grobe Miranda  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 277: Ivo Deon  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 278: Lídio Sutilli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 279: Cacildo Bach  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 280: Edu Antonio Borges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 281: Geraldino Cerdoso  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 282: Naio Antonio Garbin  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 283: João Maronezi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 284: Tomé Francisco Etges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), São Lourenço do Oeste contava com 19.647 habitantes, sendo 9.845 do sexo masculino e 9.802 do sexo feminino. A população urbana era de 13.407 e a rural de 6.240 habitantes.

A posse dos vereadores, do prefeito e do vice ocorreu no dia 01 de janeiro de 1998, às 10 horas, no Centro de Comercialização Agrícola Vereadora Carmela Rezzieri Garcia.

Em ato contínuo foram realizadas a transmissão de cargos do Executivo, na prefeitura, e a eleição da Mesa Diretora do Legislativo para o biênio 1997/1998, na Câmara de Vereadores.



Figura 285: Vereadores, prefeito, vice-prefeito e demais autoridades na posse da legislatura - 1997.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 286: Transmissão de cargos do Executivo: à esquerda, Ângelo Fantin e Álvaro Caleffi; ao centro, Cairu Hack e José Ebling, assinando o termo de posse; e, à direita, Lídio Sutilli, concedendo entrevista a José Carlos Krumenaur, da Rádio Doze de Maio - 1997.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Na condição de suplentes, a Coligação Aliança para o Progresso contou com 18 nomes, a Coligação Frente Alternativa, com 16, e, o PT, com 08 nomes. Assumiram a legislatura:

- pelo PPB: Domingos Fávero: na licença do titular Itamar Grobe Miranda, a partir de 17 de fevereiro de 1997, renunciando em 16 de fevereiro de 1998; Lúcia Lazarin Milkevycz: de 12 de dezembro de 1997 a 12 de fevereiro de 1998, e, a partir de 16 de fevereiro de 1998, na renúncia do 1º suplente, Domingos Fávero, permanecendo até 03 de março de 2000, quando o titular Itamar Grobe Miranda reassumiu; e Flávio Kolling: de

10 de agosto a 10 de setembro de 1998 e de 10 a 30 de maio de 1999;

- pelo PMDB: Cláudio José Lazzarotto: de 09 de março a 10 de abril de 1998 e de 10 de abril a 20 de maio de 2000; Eleni Salette Sandrin Ariati: junho de 1998; João Cardoso Neto: de 10 de agosto a 10 de setembro de 1998; e Gentil Aniecevski: de 09 de agosto a 09 de setembro de 1999;

- pelo PT: Almir Vedana: de 14 de abril a 12 de maio de 1997 e setembro de 2000; Sérgio Hentz: abril de 1998; Ivalzir Moreto: setembro de 1998; Valdemar Vedana: setembro de 2000; e Lourenço Otowicz: de 10 de outubro a 10 de novembro de 2000;

- pelo PSDB: Valdir Isoton: de 08 de abril a 08 de maio de 1998, de 10 de maio a 10 de junho de 1999 e, a partir do dia 17 de setembro de 1999, tornou-se titular, quando da renúncia de Naio Antonio Garbin; Argeu Barbosa de Camargo: abril de 1998 e maio de 2000; e Hélio Pedro Tissiani: de 07 a 30 de junho de 1999;

- pelo PFL: Sebastião Manoel Pedroso: de 24 de março a 27 de abril de 1997 e de 14 de agosto a 31 de setembro de 2000; Orivaldo Luiz Zuchelli: setembro de 1998; e Ivo Bastezini: de 07 a 30 de junho de 1999.

No mês de janeiro de 1997, o vereador Itamar Grobe Miranda licenciou-se, por tempo indeterminado, para assumir a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. Sua vaga foi preenchida por Domingos Fávero, 2º suplente do PPB, em razão de o 1º suplente também exercer cargo de confiança no Executivo.

Ainda, no dia 10 de setembro de 1999, o vereador Naio Antonio Garbin renunciou ao mandato para desenvolver seu trabalho em Santa Maria (RS). O suplente, Valdir Isoton, assumiu a titularidade.

José Ebling, vice-prefeito, assumiu o Executivo durante os períodos de férias e de licenças do prefeito Cairu Hack, ou seja: de 09 de janeiro a 08 de fevereiro de 1998, de 04 de janeiro a 04 de fevereiro de 1999, de 11 de janeiro a 10 de fevereiro de 2000, de 21 de agosto a 02 de outubro de 2000 e de 11 a 27 de outubro de 2000.



Figura 287: José Ebling, prefeito em exercício - 2000.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

### **11.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes**

As Mesas Diretoras, os Líderes Partidários e as Comissões Permanentes para os biênios assim se constituíram:

-1997/1998

- Mesa Diretora:

Presidente: Lídio Sutilli

Vice-presidente: Naio Antonio Garbin

1º secretário: Isidério Luiz Moretto

2º secretário: Geraldino Cardoso

- Líderes Partidários:

Tomé Francisco Etges - PFL

Ivo Deon - PMDB

Edu Antonio Borges - PT

Hermes Gabriel Ioris - PPB

Naio Antonio Garbin - PSDB

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: Tomé Francisco Etges

Vice-presidente: Naio Antonio Garbin

Membro: Geraldino Cardoso

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Geraldino Cardoso

Vice-presidente: Tomé Francisco Etges

Membro: Naio Antonio Garbin

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Cacildo Bach

Vice-presidente: Isidério Luiz Moretto

Membro: Ivo Deon

- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: João Maronezi

Vice-presidente: Isidério Luiz Moretto

Membro: Cacildo Bach

- Comissão de Agricultura:

Presidente: Edu Antonio Borges

Vice-presidente: Ivo Deon

Membro: Hermes Gabriel Ioris

- 1999/2000

- Mesa Diretora:

Presidente: Edu Antonio Borges

Vice-presidente: João Maronezi

1º secretário: Lídio Sutilli

2º secretário: Cacildo Bach

- Líderes Partidários:

Isidério Luiz Moretto - PPB

Ivo Deon - PMDB

Tomé Francisco Etges - PFL

Naio Antonio Garbin - PSDB

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: Naio Antonio Garbin

Vice-presidente: Geraldino Cardoso

Membro: Ivo Deon

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Geraldino Cardoso

Vice-presidente: Naio Antonio Garbin

Membro: Lídio Sutilli

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Lídio Sutilli

Vice-presidente: João Maronezi

Membro: Cacildo Bach

- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: João Maronezi

Vice-presidente: Geraldino Cardoso

Membro: Lídio Sutilli

- Comissão de Agricultura:

Presidente: Ivo Deon

Vice-presidente: João Maronezi

Membro: Cacildo Bach



Figura 288: Vereadores em sessão para eleição da Mesa Diretora 1997/1998.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

#### **11.4 Destaques do Legislativo**

A legislatura iniciou com movimento bem significativo. Por iniciativa do vereador Naio Antonio Garbin, foi criada uma Comissão de Assuntos Relevantes, formada pelo presidente, Naio Antonio Garbin, e pelos membros, Ivo Deon, Isidério Luiz Moretto, Geraldino Cardoso e Tomé Francisco Etges, com o objetivo de verificar um local apropriado para o funcionamento provisório e, posteriormente, verificar a possibilidade de construir a sede própria da Câmara de Vereadores.

Além disso, o vereador Hermes Gabriel Ioris, na sessão do dia 10 de abril de 1997, expôs que, em conversa com o Prefeito, este dispôs o Centro Regional Agrícola para ser utilizado pela Câmara e por outros órgãos públicos, bastando que houvesse algumas reformas e adequações ao espaço, pois, na época, o Município não contava com recursos financeiros para a construção da sede do Legislativo.

Ainda em outubro de 1997, os vereadores Ivo Deon, Edu Borges, João Maronezi, Hermes Gabriel Ioris e Tomé Francisco Etges formaram a Comissão de Assuntos Relevantes para, juntamente com a Mesa Diretora, elaborar projetos que viabilizassem a construção da sede pretendida.

Diante da situação, em fevereiro de 1999, os vereadores optaram, temporariamente, pela locação de um espaço amplo, ou seja, o pavimento superior do prédio do Banco Brasil, com 684,19 m<sup>2</sup>. Já em outubro de 2002, o Município adquiriu o referido espaço por R\$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais).



Figura 289: Novo espaço da Câmara de Vereadores - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em razão da ampla estrutura física e da localização da Câmara, o local tem servido para a realização dos mais diversos eventos e atividades da sociedade organizada e de órgãos públicos. Para contribuir com a organização e disciplinar a utilização, o Legislativo elaborou o regimento interno, previsto na Resolução n<sup>o</sup> 140, de 31 de agosto de 1999.

Outra medida importante tomada por esta legislatura, sugerida ainda no mandato anterior, foi a desvinculação financeira, criando-se a tesouraria e a contadoria do Legislativo Municipal.

Como a Constituição do Estado passou por uma revisão, uma comitiva da Assembleia Legislativa Catarinense, presidida pelo deputado Francisco Küster, visitou diversos municípios do Oeste, com o objetivo de entregar exemplares do novo documento. Aqui, o Legislativo recebeu a comitiva no dia 14 de junho de 1997, em sessão solene.

Também em sessão solene, no dia 23 de abril de 1998, às 19 horas, no Clube Recreativo Araucária (CRA), em conformidade com o Decreto Legislativo nº 465, de 11 de dezembro de 1997, a Câmara concedeu diploma *Honoris Causa* aos integrantes da Associação Cultural e Esportiva de Karatê (ACEK), do Coral São Lourenço e da Associação Atlética São Lourenço, em reconhecimento à atuação e às conquistas em diversas modalidades e competições.



Figura 290: Entrega do diploma *Honoris Causa* aos integrantes da ACEK, do Coral São Lourenço e da Associação Atlética São Lourenço - 1998.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E, no dia 06 de dezembro de 1997, foram entregues, em sessão solene, as leis e as placas de homenagens aos familiares de pessoas ilustres que receberam nomes de ruas nos loteamentos da cidade:

- Lei nº 1.103, de 24 de setembro de 1997:

.Loteamento Baldin: Tranquilo Baldin, Vereador Julio Buratto, Vereador Roberto Wolkmer e Arnaldo Mendes;

.Loteamento Cardoso: Bentinho, Pedro João Manoel Cardoso, Vereador Primo Verona, João Tissiani, Vereador Manoel Osório Teixeira, Vitorio Brusco e Vereador Paulo Córdova;

.Loteamento Meneguetti: Antonio Borges, Paulo Libardoni e João Isaias Abatti;

.Loteamento Santin: Vereador Edmar Hack, João Lazarotto Sobrinho, Ari Bodanese, Maximiliano Lazarotto e Juraci Vilani: e

- .Loteamento Purcino: Pedro Maria Lazzarotto e Frei Alfredo João Lazzarotto.
- Lei nº 1.107, de 27 de outubro de 1997:
- Loteamento Fortunato: Guerino de Barba e Wilibaldo Marcirio Reichert; e
- .Loteamento Guarnieri: João Francisco Camello, Luiza Allievi e Travessa Adão Rigon.
- Lei nº 1.156, de 30 de setembro de 1998:
- .Loteamento Néspolo: Augusto Néspolo, Artevila Cararo Néspolo e Maria Santin;
- .Loteamento Bessegatto II: Natal Luiz Bessegatto, Euclides Della Vecchia, Pedro Lazarin e Antônio Fiorindo Echer; e
- .Loteamento Pandini: Jardelino da Silva Paz, João Arnoldo, José Pandini, Abel Rota e Pedro Spricigo.
- Lei nº 1.267, de 28 de junho de 2000:
- .Loteamento Bett III: Joaquim Francisco Bett e Aquilino Trento; e
- .Loteamento Purcino: Travessa Ernesta Lazzarotto.



Figura 291: Familiares de cidadãos homenageados com nomes de ruas, participando da sessão solene de oficialização das leis de denominações - 1997.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A Lei nº 1.182, de 02 de junho de 1999, atribuiu a denominação de Ginásio de Esportes Margarida Rovaris ao espaço esportivo da comunidade de Três Voltas, em homenagem à cidadã pioneira da localidade. Já a lei nº 1.288, de 19 de dezembro de 2000, de iniciativa do Prefeito, denominou o espaço de lazer recém-construído entre as Ruas Duque de Caxias e Dom Pedro II de Praça da Liberdade.



Figura 292: Praça da Liberdade - 2002.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Outra grande ação do Legislativo causou, inicialmente, certa ansiedade, mas, posteriormente, transformou-se em grande benefício aos munícipes. Os vereadores Edu Antonio Borges e Geraldino Cardoso apresentaram o projeto de lei nº 01, de 16 de fevereiro de 1998, que versava acerca da elaboração e da comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal em São Lourenço do Oeste e criava o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Embora o projeto tenha sido aprovado por unanimidade, o Executivo vetou-o, sob a alegação de que tal ação não competia à Câmara. Rejeitado o veto, a promulgação da lei ficou sob a responsabilidade do vice-presidente, vereador Naio Antonio Garbin, presidente em exercício.

Mesmo assim, o prefeito Cairu Hack entrou com pedido para anular a referida lei no Tribunal de Justiça do Estado, acatando o pedido em 2000. Entendendo a importância da matéria para o Município, ainda no ano de 1998, um novo projeto deu entrada na Câmara, transformado na Lei nº 1.167, de 21 de dezembro de 1998, que revogou a lei anteriormente promulgada.

Diversos cidadãos lourencianos utilizaram o espaço da tribuna popular para reivindicar, sugerir e tratar de assuntos relacionados a atividades gerais do Município.

No período em análise, as sessões descentralizadas da Câmara foram realizadas em diversas comunidades, oportunizando a participação nas atividades, ao mesmo tempo em que apresentavam seus pedidos e sugestões aos vereadores:

- 1998: Presidente Juscelino - 04/05; Linha Prata - 30/05; Bairro Perpétuo Socorro - 10/08; Clube de Idosos Conviver, de São Lourenço do Oeste - 17/09; Linha Sentinela - 09/11; e Linha Cabeceira do Rio Giordani - 23/11;

- 1999: Linha Nova Farroupilha - 08/03; Linha Planalto - 05/04; São Caetano - 03/05; Três Voltas - 31/06; Sant'Ana da Bela Vista - 12/08; Santa Inês - 06/09; Lageado Antunes - 04/10; São Roque - 29/11; e Lageado Raul - 09/12.

### 11.5 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões de Assuntos Relevantes (CARs)

Para investigar e explicar situações um tanto controversas, de 1997 a 2000, o Legislativo instaurou algumas comissões, a saber:

- CPI - Desmembramento de Área para São Bernardino:

Por meio do Decreto Legislativo nº 189, de 05 de setembro 1994, a Câmara aprovou o desmembramento de quatro colônias de terra para a emancipação do município de São Bernardino. Porém, por decisão da Assembleia Legislativa, seis comunidades foram desmembradas de São Lourenço do Oeste. As 96 assinaturas constantes em abaixo-assinado comprovam o descontentamento de várias famílias que não queriam pertencer ao novo Município, motivo que levou à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no dia 03 de março de 1997, formada pelos vereadores Cacildo Bach, Edu Antonio Borges, Isidério Luiz Moretto, João Maronezi e Domingos Fávero.

Convém ressaltar que a comissão analisou o processo de criação de São Bernardino, aprovado pela Assembleia Legislativa, Lei nº 9.889, de 19 de julho de 1995, incorporando, automaticamente, as Linhas Erveira, Fátima, Manjolinho, Coxilha Rica, Bender e Vila Scheid, mas sem a autorização de São Lourenço do Oeste. Concluiu, também, que os habitantes destas comunidades, insatisfeitos com o processo, teriam a oportunidade de manifestar-se, em plebiscito, a ser realizado no período de 30 dias e 06 meses anteriores à data das próximas eleições municipais, conforme o disposto no artigo 1º, da Lei Complementar nº 135, de 11 de janeiro de 1995.

- Comissão de Assuntos Relevantes para as Divisas das Linhas Bender e Erveira:

Com o objetivo de atender a vontade de várias famílias das Linhas Bender e Erveira, que queriam continuar pertencendo a São Lourenço do Oeste e para delimitar as divisas deste com São Bernardino, a Câmara criou, em março de 1997, uma Comissão de Assuntos Relevantes, constituída pelo vice-prefeito José Ebling e os vereadores Edu Antonio Borges, Ivo Deon, Cacildo Bach e Domingos Fávero.

São Bernardino também constituiu uma comissão para contribuir na definição das divisas, formada pelos vereadores Urbano Guilherme Dreher, Irineu Oto Dilli, Ivo Ludwig e Ivo Kaefer. Depois de várias visitas, *in loco*, e ouvidos os moradores da região conflitante, as duas comissões traçaram novas divisas.

- CPI - Teste Seletivo da Secretaria de Educação:

Instaurada por solicitação dos vereadores Ivo Deon, Naio Antonio Garbin, Edu Antonio Borges, Geraldino Cardoso, João Maronezi e Cacildo Bach, constituída pelos vereadores Geraldino Cardoso, Tomé Francisco Etges, Isidério Luiz Moretto, Cacildo Bach e Edu Antonio Borges, objetivava identificar possíveis irregularidades no teste seletivo realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em fevereiro de 1997.

A comissão juntou documentos pertinentes e ouviu vários depoimentos. Concluiu que alguns dispositivos constantes no edital foram aplicados de forma adversa ao estabelecido e que a secretária de educação queimou parte do material, o que impossibilitou uma investigação mais profunda. Constatou, ainda, a necessidade de elaborar legislação para regulamentar a contratação de professores. Os membros encaminharam o processo ao Ministério Público e, ao Executivo Municipal, solicitaram a elaboração de lei específica para regulamentar as contratações de professores.

- Comissão de Assuntos Relevantes - Doação de Pneus:

A Receita Federal contemplou São Lourenço do Oeste com a doação de 1.000 pneus e, com o objetivo de averiguar o fato, a Câmara constituiu uma Comissão de Assuntos Relevantes, no dia 24 de novembro de 1997, formada pelos vereadores Cacildo Bach, Nairo Antonio Garbin, Domingos Fávero, Tomé Francisco Etges e Edu Antonio Borges. Por decurso de prazo, a Comissão foi extinta.

### 11.6 Destaques do Executivo

Dentre o grande número de ações do Executivo no período, aqui são destacadas as de maior relevância. De início, com base na Lei nº 870, de 26 de setembro de 1994, que concede incentivo à indústria, o Executivo auxiliou empresas, doando terrenos para construção ou ampliação das instalações já existentes.

Doações e benefícios a empresas:

- Empresa Vicente Mariano Fidlerski, área com 3.934,85 m<sup>2</sup>;
- Empresa Pressotto - Indústria e Comércio de Perfilados Ltda, área com 3.308,88 m<sup>2</sup>;
- Empresa Edemir Nesi - ME, área com 6.788,20 m<sup>2</sup>;
- Empresa Adeli Sordi - ME, área com 4.719,99 m<sup>2</sup>;
- Empresa Ademir José Moreira - ME, área com 7.518,32 m<sup>2</sup>;
- Empresa Luzivan Márcio Santian - ME, área com 3.095,06 m<sup>2</sup>;
- Empresa Kaefe - Indústria de Móveis - ME, área com 9.000 m<sup>2</sup>;
- Empresa Ademir José Moreira - ME, área com 1.358,86 m<sup>2</sup>;
- Empresa Walnei Móveis e Decorações Ltda, área com 3.000,00 m<sup>2</sup>;
- Empresa Padaria Irmãos de Brida Ltda, área com 3.163 m<sup>2</sup>, na rodovia estadual SC - 468; e
- Empresa Nutrisul S/A, com 2.693 m<sup>2</sup> de área pública, hoje parte da Rua Pedro Maria Lazarotto, lindeira ao imóvel da empresa, e prestados serviços com máquinas, equipamentos e materiais diversos.



Figura 293: Áreas industriais I, II e Efaíslo - 1999.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Doações a instituições:

- terreno com 1.387 m<sup>2</sup>, na Rua Justina Bodanese Moretto, Bairro Santa Catarina, destinado à construção da sede social do Grupo Jovem Vida; e
- terreno com 429,75 m<sup>2</sup>, no loteamento Virgínia, Bairro Progresso, para a construção da sede social da Câmara Júnior - Capítulo de São Lourenço do Oeste.

Doações e aquisições com finalidade pública:

- por meio da Lei 1.135, de 22 de abril de 1998, o Prefeito foi autorizado a adquirir imóveis, via processo licitatório, para a ampliação da área industrial e a instalação de campus universitário;

- doação de área pública com 975 m<sup>2</sup> ao Poder Judiciário Santa Catarina, destinado à construção de um prédio, ou anexo ao Fórum da Comarca. O prazo para a execução da obra extinguiu-se em 31 de dezembro de 2007 e, caso a construção não se efetivasse, o imóvel retornaria ao Município; e

- doação de uma área com 5.084,57 m<sup>2</sup> à Cidasc, a ser desmembrada da Efaislo, à margem da rodovia SC-468, para a construção de um terminal regional de calcário.

Cabe destacar que a Lei 1.240, de 28 de maio de 2000, autorizou o Prefeito a contrair financiamento junto à COHAB/SC, ou a qualquer outro órgão estadual ou federal, para a construção de 46 casas populares, destinadas às famílias de baixa renda do Município.



Figura 294: Vista da cidade a partir do Bairro Perpétuo Socorro - 1997.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A IV edição da Efaislo ocorreu de 03 a 06 de dezembro de 1998. A área do parque, cedida à instalação provisória de várias indústrias, em 2008, transformou-se em loteamento industrial.



Figura 295: Cerimônia de abertura da IV Efaisto e, na tribuna, o presidente da Câmara de Vereadores, Lídio Sutilli - 1998.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Como resultado da nucleação do ensino, diversas escolas isoladas municipais foram desativadas e, pela Lei nº 1.180, de 02 de junho de 1999, a Municipalidade pode alienar, demolir ou doar os terrenos e as edificações às respectivas comunidades:

- Escola Isolada Municipal Santa Terezinha, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Santa Terezinha;
- Escola Isolada Municipal Linha Amizade, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Amizade;
- Escola Isolada Municipal Princesa Izabel, com 81,25 m<sup>2</sup> - Linha Prata;
- Escola Isolada Municipal José de Alencar, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Laranjal;
- Escola Isolada Municipal São Valentim, com 81,25 m<sup>2</sup> - Linha Filipini;
- Escola Isolada Municipal São Cristóvão, com 78 m<sup>2</sup> - Linha Bender;
- Escola Isolada Municipal Padre Anchieta, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Alto da Serra;
- Escola Isolada Municipal Novo Guaporé, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Novo Guaporé;
- Escola Isolada Municipal Nossa Senhora de Lurdes, de alvenaria, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Alvorada;
- Escola Isolada Municipal Lageado Grande, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Lageado Grande;
- Escola Isolada Municipal São Brás, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Miotto;
- Escola Isolada Municipal Turvo Baixo, com 72 m<sup>2</sup> - Linha Turvo Baixo; e
- Escola Isolada Estadual Encruzilhada Trento, com 75 m<sup>2</sup> - Linha São Paulinho (Lei nº 1.247, de 09 de junho de 2000).

Ainda no que tange à educação, em 1992, foram criadas a extensão da Escola Estadual São Lourenço, no Bairro São Francisco, que funcionava no espaço do CNEC e, no ano de 1996, a Escola Isolada Municipal São Francisco. Em 2002, houve alteração da denominação, passando para Escola Básica Municipal São Lourenço.

No dia 13 de setembro de 1999, a vereadora Lúcia Lazarin Milkevicz expôs que, em 1997, quando esteve à frente da Secretaria de Educação, elaborou projeto para a construção da EBM. São Lourenço. Recebeu críticas, na ocasião, pela dimensão da proposta, mas frisou que a rede municipal precisava de escolas para receber recursos da União e que a Administração demandou esforços para buscá-los e, conseqüentemente, efetivar a construção.

Ainda, o vereador Naio Garbin destacou que a Administração anterior adquiriu a área de terra para a construção da escola, que poderia ser em parceria com a União ou com o Estado. Afirmou que, como a obra não havia sido efetivada, o Governo Municipal deveria empenhar-se para construí-la, pois abrigaria também a extensão da Unoesc.

É bom dizer que a construção da escola iniciou em 2000, mas a sua conclusão ocorreu no mandato seguinte, em 2002. Hoje, lá é ofertado o ensino fundamental da EBM. São Lourenço e, por um tempo, abrigou também a extensão da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó.

O projeto de lei complementar do Executivo, transformado na Lei Complementar nº 32, de 03 de dezembro de 1999, criou a Coordenadoria de Serviços no Distrito de São Roque.

Por fim, de 1997 a 2000, foram aprovados os loteamentos Meneguetti I, em 1997; Libardoni, Meneguetti II, Néspolo e Pandini, em 1998; e Martinello II e Virgínia, em 1999.



Figura 296: Escola Básica Municipal São Lourenço do Oeste - 2002.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 297: Loteamento Martinello, Bairro Santa Catarina - 2000.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

### 11.7 Destaques da sociedade

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, pretendia construir e instalar uma nova delegacia de polícia no Município, além de outras delegacias, ou seja, de delitos de trânsito, de proteção à criança, ao adolescente, ao menor e à mulher. Na permuta proposta, a Municipalidade passaria ao Estado dois lotes, situados ao lado da Delegacia Regional, em troca de outros dois onde estava construída a Delegacia da Comarca. A Lei nº 1.121, de 19 de dezembro de 1997, autorizou a permuta, porém, a transação não se efetivou.

Para atender ao convênio estabelecido com o Executivo Estadual, em parceria com o Fundo de Melhoria da Polícia Militar, em junho de 1997, o Município adquiriu uma viatura para serviço de patrulhamento policial.

Depois de vários anos de trabalho para a emancipação de São Roque, no dia 04 de agosto de 1998, a Assembleia Legislativa autorizou, por meio da Resolução nº 20/98, a realização de plebiscito em São Lourenço do Oeste, com vistas ao desmembramento do Distrito e sua emancipação político-administrativa.

Porém, no mês de abril de 1999, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), anulou a decisão, por entender que o Distrito não preenchia os requisitos necessários à emancipação. Tal encaminhamento recebeu muitas críticas, em razão de outras localidades catarinenses terem sido emancipadas, porém, sem atender totalmente aos requisitos prescritos.



Figura 298: Representantes do distrito de São Roque e da Câmara de Vereadores na Assembleia Legislativa - agosto de 1998.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Outra Lei, de nº 1.189, de 30 de junho de 1999, autorizou o estabelecimento de convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Militar, para a implantação do Corpo de Bombeiros no Município.

Vale ratificar que, em 07 de junho de 2000, a comunidade lourenciana fundou a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Lourenço do Oeste, mais tarde transformada em Associação Corpo de Bombeiros Comunitários, agregando os bombeiros militares do Estado de Santa Catarina. Inicialmente funcionou em espaço cedido por Francisco Oreste Libardoni, na Rua Duque de Caxias, centro, e os trabalhos eram desenvolvidos por voluntários, por servidores municipais e pelo sargento da PM, Dalgair

Brocardo, com veículos cedidos pela Municipalidade.

Ainda em 1999, a comissão provisória, a Defesa Civil, coordenada pelo empresário Jandir Pressotto, a Acislo e demais entidades organizadas realizaram um rifa para a aquisição de um chassi de caminhão Volksvagem, modelo 15-180. A Prefeitura transformou-o em caminhão tanque (caminhão de bombeiro) e cedeu, também, um veículo para servir de ambulância.

Ademais, a Lei nº 1.339, de 28 de dezembro de 2001, criou o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Santa Catarina (Funrebom). Em 2003 foram iniciadas as obras da sede da corporação, no Bairro Santa Catarina, concluída e inaugurada em 2008.



Figura 299: Sede do Corpo de Bombeiros de São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **11.8 Outras informações relevantes**

De 1997 a 2000, além dos juízes, Gilmar Antonio Conte, Celso de Oliveira, Mônica do Rego Barros Grisólia, Roberto Ramos Alvim, Ubaldo Ricardo da Silva Neto, Antonio Carlos Junckes dos Santos, Paulo Roberto Tomiazzo e Gustavo Henrique Aracheaki, atuaram os promotores Eraldo Antunes e Jonnathan Augustus Kuhnen, os delegados de polícia regional Augusto Beduschi Neto, Deonilo Agostinho Pretto, Luiz Carlos Caye e Luiz Carlos Dadam, e os delegados da Comarca José Fulvio Maia Wolf e Deonilo Agostinho Pretto.

Os servidores que atuaram na Câmara foram: Éderson Hermann: secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Daniela Cristina Puerari: assistente administrativo, desde 01 de fevereiro de 1997; Vitor Kappes: assessor de comunicação, de 01 de fevereiro de 1993 a 17 de maio de 1999; Valdir Lima: assessor de comunicação, de 03 de março de 1997 a 21 de dezembro de 2000; João David Falador: assessor jurídico, de 03 de março de 1997 a 21 de dezembro de 2000; Ananias Severo José da Silva: contador, de 04 de fevereiro a 30 de junho de 1997; Ari Martini: contador, de 01 de julho de 1997 a 15 de janeiro de 1998; Sezarlei Ferreira Bueno: contador, de 15 de janeiro de 1998 a 26 de fevereiro de 2002; Ângela Maria Puerari: servidora municipal, colaborou no período de 06 de setembro de 1996 a 15 de dezembro de 2000.

A equipe administrativa do Executivo Municipal assim se compôs: secretária de educação, cultura e esportes: Lúcia Lazarin Milkevicz, de 01 de novembro de 1997 a 16 de dezembro de 2000, e Cléria Wenzel Grzebieluchas, de 22 de dezembro de 1997 a 31 de dezembro de 2000; secretário de infraestrutura: José Ebling - vice-prefeito; secretário de indústria e comércio: Itamar Grobe Miranda, de 01 de janeiro de 1997 a 30 de maio de 2000, e Dacilo Scheidt, de 06 de junho de 2000 a 31 de dezembro de 2000; secretário de agricultura e meio ambiente: Felix Antonio de Rossi; secretário da saúde: Flávio Dall'Agnol; e secretário de administração, planejamento e fazenda: Beni Roque Negri, de 01 de janeiro de 1997 a 31 de março de 2000, e de 02 de outubro a 31 de dezembro de 2000, e Lauri Alberto Centenaro, de 01 de abril a 30 de setembro de 2000.

Os valores das receitas orçamentárias, 1997/2000, assim constituíram-se:

- 1997: R\$4.910.273,56 (quatro milhões, novecentos e dez mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) receita efetivamente realizada;
- 1998: R\$ 8.023.500,00 (oito milhões, vinte e três mil e quinhentos reais);
- 1999: R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais); e
- 2000: R\$ 11.197.210,00 (onze milhões, cento e noventa e sete mil, duzentos e dez reais).

Entidades constituídas e empresas estabelecidas de 1997/2000, de caráter privado ou por lei de utilidade pública:

EBM. São Lourenço; Associação Literária Juceli Carla Ely; Clube de Mães Unidas Para Sempre, Linha São Caetano; Clube de Mães Unidas Para Crescer, Frederico Wastner; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de São Lourenço do Oeste (Apadaslo); Clube de Idosos União de Amigos, Frederico Wastner; Clube de Mães Santa Catarina, Bairro Santa Catarina; Clube de Mães Unidas Lutaremos, Linha Sentinela; Núcleo Regional dos Técnicos Agrícolas do Noroeste Catarinense; Clube de Idosos União de Idosos, Linha Três Voltas; Associação Comunitária de Presidente Juscelino; Clube de Mães Unidas para Vencer, Linha Lajeado Grande; Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro; Associação de Moradores Santos Dumont, Santos Dumont; Associação Moradores do Bairro Santa Catarina; Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque; Clube de Mães Vida Feliz, Linha Nova Farroupilha; Clube de Mães Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Bairro Perpétuo Socorro; Clube de Idosos São José, Linha Lajeado Antunes; Clube de Idosos Viver a Vida, Linha Santa Inês; Extracredi; Independente do Bairro Perpétuo Socorro; SENAI; Grupo de Escoteiros Bracatinga 92º Grupo; Associação Comunitária de Santo Antonio; Associação de Moradores da Comunidade de São Paulinho; Clube de Idosos São Brás, Bairro Cruzeiro; Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Lourenço; Associação de Bombeiros da Comunidade; Clube de Idosos Renascer, Linha Santana da Bela Vista; Clube de Mães Rainha da Paz, Linha Santo Antonio e Moto Grupo Fortaleza dos Bruxos.

Outras empresas aqui instaladas: Multi-Arte Pinturas; Confecções Kamilla; Hotel Rodoviária; Aquarela Baby; Toki Verde Decorações; Confecções Lorenzi; Livraria e Bazar Falchetti; Motel Caledonian; Supermercado De Conto; Lumasa; Bordados Capeletto; Bar do Zé; Plásticos e Presentes; Posto de Molas Noroeste; PB Mercado; Didos Restaurante; Churrascaria Romanini; Liberti Soluções Informática; Lanchonete e Pizzaria do Chico;

Rivitur; Bar Clari; Farmácia Santa Catarina; Supermercado São Francisco; Mecânica Angeval; Mercado Tito; Compensados Strada; Marival Presentes; Makenzie; Rudi Fotografias; VB Tur; I. S. Guzzato; Clau Sport; Visoli Materiais de Construção; Cantinho Doce; Mecânica Rizzi; KP Furgões; Joca Comércio de Cadeiras e Bancos; Construtora Pandini; Cd Landia o Mundo do Som; Pole Cola; Saraju Confeções; Farmácia São Lourenço; Mecânica Coronel; Eletromaq; Visão Vendas de Passagens; Mega Produções; Agronômica Negócios Rurais; Churrascaria e Restaurante Estância Nova; Locerma Calçados; Transportes Fávero e Etges; Trans Berggozza; SR Mudanças; Tornearia Dossa; Bar Gomes; Logística e Transportes Tecchio; Bordados Tochetto; Lanchonete do Oldair; Mercado Bernardi; Supermercado Morozini; Confeitaria Milita; Restaurante Panarotto; Unifarma; Representações Benetti; Bugre Madeireira; Center Fones; Cargoeste Peças e Serviços; Tescal Móveis; A. P. Embalagens; Rodar Transportes; Consórcio União; Bar Cassaniga; Di Pão; Lojas Magrão; Posto Chibatta; Decorativa Tintas e Acessórios; Flora Reck; Lojas Gaúcha; Doces Boa Vista; Bela Casa Móveis; J. C. Refrigeração; Nyoka Langerie; Bordados Elisy; Marli Fashion Modas; Vedana Estofados; e Borges Pneus e Recapagens.

### **11.9 Conclusão**

No decorrer do período, o número de leis criadas chama a atenção, pois, gradativamente, ele aumenta, como neste caso, 227 leis, 11 leis complementares, 44 decretos legislativos e 46 resoluções, totalizando 328. Aqui há o decreto legislativo, até então não mencionado. Mas muito mais que um número, esta quantidade é uma demonstração de que a atuação pública, cada vez mais, deve ser feita com amparo legal, e não de acordo com as vontades pessoais de quem administra. Ainda neste sentido, é interessante observar que a oferta de serviços básicos à população depende de leis, na maioria das vezes, acordadas entre Executivo e Legislativo.

Decorridos 15 anos, poucas pessoas lembram que o Corpo de Bombeiros no Município só pode ser implantado porque uma lei municipal assim autorizou e da rifa para a aquisição do caminhão que atenderia a comunidade. Pois bem! O termo bombeiros é a primeira lembrança quando há algum incêndio ou acidente de grande proporção. Hoje, a entidade está incorporada à sociedade e raras são as famílias que não necessitaram dos seus serviços, pois atuam, principalmente, com aquilo de mais sagrado: a vida humana. E na leitura deste capítulo ficou evidente que a instauração deste serviço não foi tão simples. É, no mínimo, uma oportunidade para refletir aspectos cotidianos, muitas vezes despercebidos.

Qualidade de vida também vem pela alimentação. E a instituição da lei que normatiza a inspeção municipal assegura, em grande parte, mais saúde. Por ser uma grande ação, a garantia da prestação deste serviço gerou conflitos, inclusive com a intervenção do Ministério Público. Hoje, a inspeção municipal é considerada imprescindível!

Em síntese, as ações realizadas em um mandato, em uma legislatura, contribuem com o avanço da sociedade. E, aos próximos ocupantes dos Poderes, cabe o compromisso de ampliá-las, melhorá-las e oferecer outras até então não existentes, pois apenas assim as pessoas melhoram sua condição de vida. O material e o humano, por vezes, se perpassam, e investir no bem das pessoas é, no mínimo, uma atitude inteligente.



## CAPÍTULO 12

### 11ª LEGISLATURA E 10º MANDATO (01.01.2001 A 31.12.2004)

#### 12.1 Introdução

Na leitura que segue é possível notar o quanto um período de quatro anos é representativo para a sociedade, que cria necessidades, sempre a partir do momento histórico, político, social e econômico presente, motivo pelo qual entram em cena encaminhamentos legislativos e administrativos até então não vivenciados.

Diante da realidade, as ações ampliaram-se significativamente e o Poder Público precisou ser atuante em todos os setores, pois assim a sociedade exigia. Na narração/descrição abaixo está manifestada apenas uma parte das vivências, mas é importante identificar que o século XXI inaugurou outro estágio social, não apenas pelo calendário, mas porque as transformações eram visíveis e, como tal, precisavam de atenção.

Com a estreita relação entre os Poderes, aqui são encontradas muitas ações envolvendo-os, por vezes específicas e, por outras, aproximadas. Algumas delas: reorganização da estrutura e aquisição do espaço da Câmara de Vereadores; criação do programa Conheça o Legislativo; manifesto pela paz; criação e instalação do Plenarinho Argeu Barbosa de Camargo; atribuição de título *Honoris Causa*; primeira audiência pública, a fim de pensar o trânsito de São Lourenço do Oeste; implantação do serviço de transporte público, embora efetuado em partes; fundação da Associação de Câmaras do Noroeste (Acanor); homenagem aos 50 anos da EEB. Soror Angélica; criação do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Santa Catarina (Funrebom); homenagens a pessoas e a entidades; bolsa escola a acadêmicos do ensino superior e a estudantes de colégios agrícolas; viagem do Prefeito à Europa; implantação de Programas de Saúde da Família (PSFs); a Cidade Jardim passou à denominação de Cidade do Papai Noel; construção do complexo educacional do Bairro Santa Catarina; aprovação sistema municipal de educação e do novo plano de carreira para o magistério público municipal; e outras mais.

Grandes investimentos também ocorreram, voltados à doação de imóveis como incentivo ao desenvolvimento das empresas, com destaque à área para a Nutrisul. Mas alguns foram devolvidos ao Município; outros vendidos; além daqueles recebidos quando da criação de novos loteamentos; e, também, 08 novos loteamentos puderam ser organizados. Dois outros grandes ganhos do período: a implantação do loteamento popular São Francisco e, por parte do Estado, a instalação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.

Não é possível, e nem é o objetivo, inserir todas as execuções do mandato e da legislatura no texto introdutório ao capítulo. A contextualização será percebida a partir da leitura integral das páginas seguintes e, a partir daí, também as limitações e o progresso de São Lourenço na época representada.

## 12.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências

Às 10 horas do dia 01 de janeiro de 2001, no centro comunitário da Igreja Matriz São Lourenço Mártir, realizou-se a solenidade de tomada de compromisso e posse do Legislativo e do Executivo, eleitos em 01 de outubro de 2000. A sessão foi presidida por Antoninho José Ranzan, indicado pelo vereador de mais idade, Argeu Barbosa de Camargo.

Neste pleito concorreram ao Executivo:

- pela Coligação Alternativa Lourenciana: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): Álvaro Freire Caleffi, do PMDB, e Edu Antonio Borges, do PT, eleitos com 6.730 votos;

- pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB): Cairu Hack e Nelso Moresco, com 3.560 votos; e

- pelo Partido da Frente Liberal (PFL): Tomé Francisco Etges e Ricardo Gewehr Pettinelli, com 1.012 votos.



Figura 300: Álvaro Freire Caleffi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 301: Edu Antonio Borges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para a Câmara foram eleitos:

- pelo PMDB - Milton Kasper - 381 votos;

- pelo PSDB - Antoninho José Ranzan - 479 votos, e Argeu Barbosa de Camargo - 396 votos;

- pelo PT - Sérgio Hentz - 643 votos, João Antonio Garcia - 463, Alimir Vedana - 447, e Geraldino Cardoso - 415 votos;

- pelo PPB - Beni Roque Negri - 461 votos, Isidério Luiz Moretto - 461, e Anilson Spricigo - 371 votos; e

- pelo PFL - Aldo Luiz Pan - 350 votos.



Figura 302: Milton Kasper  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 303: Antoninho José Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 304: Argeu Barbosa de Camargo  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 305: Sérgio Hentz  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 306: João Antonio Garcia  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 307: Alimir Vedana  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 308: Geraldino Cardoso  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 309: Beni Roque Negri  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 310: Isidério Luiz Moretto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 311: Anilson Spricigo  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 312: Aldo Luiz Pan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 313: Posse do Executivo e do Legislativo - 2001.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 314: Transmissão de cargos no gabinete do prefeito, Edu Antonio Borges, Álvaro Freire Caleffi, José Ebling e Cairu Hack - 2001.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Na condição de suplentes, os partidos que fizeram parte da Coligação Frente Alternativa contaram com 16 nomes, sendo 09 do PMDB e 07 do PT. Já o PPB contou com 10 e o PFL com 06 nomes.

Nestas eleições, em São Lourenço do Oeste havia 14.253 eleitores cadastrados, dos quais votaram 11.862. A majoritária obteve 159 votos brancos e 401 nulos, e a proporcional 159 votos brancos e 188 nulos. E os votos apenas na legenda: PMDB - 386; PPB - 281; PT - 116; PFL - 77; e PSDB - 38.

De acordo com o IBGE (2000), a população de São Lourenço do Oeste era de 19.647 habitantes; destes, 13.407 residiam na zona urbana e 6.240 na zona rural.

Já no início do mandato, três vereadores licenciaram-se para assumir funções do Executivo: João Antonio Garcia, de 02 de janeiro de 2001 a 25 de março de 2002 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; Antoninho José Ranzan, de 12 de março de 2001 a 18 de fevereiro de 2002 - Coordenadoria do Distrito de São Roque; e Sérgio Hentz, de 27 de dezembro de 2002 a 04 de abril de 2004 - Secretaria Municipal de Infraestrutura. Respectivamente, durante os afastamentos, os suplentes José Luiz Peres, Lídio Sutilli e, novamente José Luiz Peres, ocuparam as vagas dos vereadores titulares.

De 2001 a 2004 assumiram o Legislativo os seguintes suplentes:

- pela coligação PMDB/PSDB: Lídio Sutilli - 12 de março de 2001 a 18 de fevereiro de 2002; Gentil Aniecevski - 03 de setembro a 08 de outubro de 2001; Ivo Deon - 05 de novembro a 03 de dezembro de 2001; Cacildo Bach - 05 de novembro a 03 de dezembro de 2001; Maria Salet Custódio - 25 de outubro a 18 de novembro de 2002; e Irma Terezinha Isoton - titular a partir de 31 de julho de 2004, em virtude do falecimento do vereador Argeu Barbosa de Camargo;

- pelo PT: José Luiz Peres - 12 de março de 2001 a 25 de fevereiro de 2002 e de 09 de janeiro de 2003 a 05 de abril de 2004; Zenaide Cardoso dos Santos - 15 de fevereiro a 12 de março, 04 de junho a 18 de julho de 2001; setembro de 2002; outubro de 2003 e de 19 de fevereiro a 12 de maio de 2004; Gilberto de Oliveira - 02 de agosto a 03 de setembro de 2001 e novembro de 2002; Alziro Alberto Milan - 03 de setembro a 01 de outubro de 2001, abril e de 16 de outubro a 07 de novembro de 2003; 03 a 31 de agosto e 07 de outubro a 05 de dezembro de 2004; Martinez Eidelwein - 05 de novembro a 03 de dezembro de 2001 e 13 de outubro a 02 de novembro de 2003; Frederico Bratti - junho de 2002 e 13 de outubro a 02 de novembro de 2003; e Jair Bessegatto - 05 de outubro a 05 de novembro de 2004;

- pelo PFL: Sérgio Simon - 13 de agosto a 11 de setembro de 2002;

- pelo PPB: Denize Maria Comunello Ranzan - 04 a 30 de março de 2002; Domingos Fávero - 04 a 30 de março de 2002; Hermes Gabriel Ioris - 04 a 30 de março de 2002 e 08 de outubro a 08 de novembro de 2004; Henry Eugenio Catani - 03 a 30 de março de 2003; Ondina Savi Mondo Dal Pont - maio de 2003; Itamar Grobe Miranda - 07 de agosto a 07 de setembro de 2003; Ivo Peron - 13 de outubro a 02 de novembro de 2003; e Martinho Tarso - 03 a 31 de agosto de 2004.

O vice-prefeito Edu Antonio Borges assumiu o Executivo nas ausências de Álvaro Freire Caleffi, motivadas por: viagem à Europa, de 12 de abril a 02 de maio de 2001; férias, de 04 de fevereiro a 04 de março de 2002 e de 17 de janeiro a 17 de fevereiro de 2003; trato de assuntos particulares: de 12 a 19 de janeiro de 2004.



Figura 315: Edu Antonio Borges, prefeito em exercício, com a equipe administrativa e demais colaboradores, na solenidade de retransmissão do cargo de prefeito a Álvaro Caleffi - 2001.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

### **12.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes**

As Mesas Diretoras, os Líderes Partidários e as Comissões Permanentes para os biênios assim se constituíram:

- 2001/2002

- Mesa Diretora:

Presidente: Geraldino Cardoso

Vice-presidente: Argeu Barbosa de Camargo

1º secretário: Milton Kasper

2º secretário: Alimir Vedana

- Líderes Partidários:

Milton Kasper - PMDB

Antoninho José Ranzan - PSDB

Sérgio Hentz - PT

Aldo Luiz Pan - PFL

Beni Roque Negri - PPB

- Comissão de Justiça e Redação:

Presidente: Sérgio Hentz

Vice-presidente: Beni Roque Negri

Membro: Milton Kasper

- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Milton Kasper  
Vice-presidente: Antoninho José Ranzan  
Membro: Beni Roque Negri
- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Anilson Spricigo  
Vice-presidente: Alamir Vedana  
Membro: Zenaide Cardoso dos Santos
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:  
Presidente: Isidério Luiz Moretto  
Vice-presidente: Aldo Luiz Pan  
Membro: Argeu Barbosa de Camargo
- Comissão de Agricultura:  
Presidente: Antoninho José Ranzan  
Vice-presidente: Sérgio Hentz  
Membro: Alamir Vedana

- 2003/2004

- Mesa Diretora:  
Presidente: Milton Kasper  
Vice-presidente: Alamir Vedana  
1º secretário: Geraldino Cardoso  
2º secretário: João Antonio Garcia

- Comissão de Justiça e Redação:  
Presidente: Geraldino Cardoso  
Vice-presidente: Alamir Vedana  
Membro: Beni Roque Negri
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: João Antonio Garcia  
Vice-presidente: José Luiz Peres  
Membro: Antoninho José Ranzan
- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Aldo Luiz Pan  
Vice-presidente: Geraldino Cardoso  
Membro: Anilson Spricigo
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:  
Presidente: Isidério Luiz Moretto  
Vice-presidente: Alamir Vedana  
Membro: Argeu Barbosa de Camargo
- Comissão de Agricultura:  
Presidente: Antoninho José Ranzan  
Vice-presidente: Anilson Spricigo  
Membro: Argeu Barbosa de Camargo



Figura 316: Mesa Diretora 2001/2002. Da esquerda para a direita: Ederson Hermann, secretário executivo; Milton Kasper, 1º secretário; Geraldino Cardoso, presidente; e Alamir Vedana, 2º secretário.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

#### **12.4 Destaques do Legislativo**

É sobretudo importante assinalar que o Legislativo iniciou o período com atividades de grande repercussão. Já no dia 27 de março de 2001, a Mesa Diretora constituiu uma Comissão de Assuntos Relevantes, formada pelos vereadores Lídio Sutilli, Milton Kasper, José Luiz Peres, Aldo Luiz Pan e Anilson Spricigo, para analisar e elaborar projeto de lei, com o objetivo de reformular a estrutura administrativa da Câmara.

Conclusos os trabalhos no mês de maio, a Mesa apresentou o projeto de reorganização da estrutura administrativa, que foi aprovado em junho de 2001 e transformado na Lei Complementar nº 34, de 02 de julho de 2001, mas revogada em 2005, mediante a criação de nova legislação.

A Mesa Diretora implantou, em 2002, o Projeto Conheça o Legislativo. A ação voltava-se, principalmente, à comunidade escolar, com o objetivo de oportunizar aos estudantes e aos professores o conhecimento da estrutura física e organizacional da Câmara, além de participarem de palestras com servidores da Casa e vereadores, a respeito de tarefas, projetos, ações e atividades desenvolvidas pelo Legislativo. Este projeto transformou-se na Resolução nº 163, de 26 de agosto de 2007.



Figura 317: Éderson Hermann falando aos alunos da EEB. Sórora Angélica em visita à Câmara de Vereadores - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 318: Alunos e professores da EEB. Rui Barbosa participando do Programa Conheça o Legislativo - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Outra grande ação do período esteve voltada ao espaço do Legislativo. Amparado pela Lei Municipal nº 1.358, de 04 de julho de 2002, no mês de outubro de 2002, o Poder adquiriu o pavimento superior da agência do Banco do Brasil, por R\$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais). Já estava instalada neste espaço desde 1999, em regime de locação. A transação resultou de processo licitatório, efetuado pelo Banco do Brasil.

Posteriormente, em 2006, o imóvel recebeu fachada personalizada, sala de entrada e elevador para facilitar a acessibilidade. A Câmara de Vereadores é referência no Estado por apresentar estrutura física e localização adequadas. Além dos trabalhos inerentes

ao Legislativo, suas dependências são utilizadas pelos órgãos públicos e pela sociedade organizada para a realização de diversos eventos.



Figura 319: Geraldino Cardoso, presidente da Câmara, à direita, entregando o cheque ao gerente do Banco do Brasil, Moacir Baréa - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 320: Câmara de Vereadores - 2004.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

No que tange às proposições, Aldo Luiz Pan sugeriu ao Executivo, no dia 19 de março de 2001, a realização de acordo com o governo do Estado, para permutarem responsabilidades pelas rodovias SC-468 e contorno viário Armindo Echer. O trecho da SC-468, que parte da Rua Monte Castelo até o trevo do CTG, encontra-se no perímetro urbano e isto facilita sua conservação por parte da Prefeitura, enquanto o contorno está fora da área urbana e liga à rodovia PR-158.

Já na sessão do dia 15 de maio de 2003, Pan solicitou empenho ao Prefeito no sentido de viabilizar a construção de um estádio municipal para atender às competições esportivas aqui realizadas, tendo em vista que a área destinada a este fim fora doada à empresa Parati.

Foi aprovado, no dia 23 de abril de 2001, o pedido do vereador José Luiz Peres, para que o Executivo, por meio da Secretaria de Agricultura, continuasse com o programa de microbacias, na bacia hidrográfica do Rio Macaco - extensão do manancial hídrico da CASAN. A região compreendia as Linhas Santo Antonio e Bela Vista e objetivava a execução de trabalhos de orientação técnica aos produtores com vistas: à conservação do solo, à diminuição do uso de agrotóxicos, ao reflorestamento com espécies nativas e à construção de murundus e açudes nas propriedades para contenção das águas.

O vereador Milton Kasper, em 2001, propôs à Câmara o envio de sugestões ao Prefeito com vistas à criação: de um programa de apoio à implantação de pequenas indústrias nas vilas rurais; de um Programa de Saúde Familiar (PSF), específico a deficientes físicos; e da Coordenadoria de Máquinas na sede do distrito de Presidente Juscelino. Outra indicação do vereador, transformada na Lei nº 1.372, de 09 de outubro de 2002, orientava que hortaliças, legumes e frutas, destinados à merenda escolar tivessem, preferencialmente, origem orgânica, isto é, aquelas cultivadas e comercializadas sem a adição de produtos químicos.

Para implementar programas habitacionais, em 10 de maio de 2001, o vereador Anilson Spricigo solicitou ao Prefeito a celebração de convênio com a Associação dos Sem Moradias.

Já o vereador Beni Roque Negri, em 14 de maio de 2001, propôs a criação de um programa de incentivo aos agricultores que trabalhavam com a piscicultura. Sugeriu também, em abril de 2002, que o Executivo encaminhasse estudos para a transformação definitiva do Parque de Exposições em incubadora industrial.

Negri também propôs, em 10 de novembro de 2005, o envio de solicitação às autoridades estaduais para viabilizar ambulância equipada com Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e equipe médica, a fim de cobrir plantão 24 horas nos municípios atendidos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste. Também solicitou a instalação de redutores de velocidade, preferentemente eletrônicos, nas rodovias de acesso a São Lourenço do Oeste.

Em 2004, o mesmo vereador apresentou projeto de lei que dispunha sobre o atendimento ao público nas instituições bancárias. O assunto atendia a reclamações motivadas pela demora nas filas e pela falta de comodidade, devido à indisponibilidade de cadeiras durante o período de espera. A matéria gerou discussão entre vereadores, gerentes de bancos e representantes de outras classes. Em virtude da polêmica, o projeto não foi à votação em plenário, sendo arquivado por ocasião do encerramento da legislatura. Reapresentado com algumas alterações, sugeridas pelo vereador Ilvo Gabriel Ioris, transformou-se na Lei nº 1.632, de 02 de dezembro de 2006.

No Congresso Nacional tramitava o Projeto de Lei nº 4.476/2001, de autoria do deputado Nelson Marchezan, que propunha a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a responsabilidade para o governo do Estado com o transporte escolar dos alunos da rede estadual. Por pedido do vereador José Luiz Peres, a Câmara encaminhou ao Congresso Nacional moção de apoio à aprovação urgente desta matéria, pois beneficiaria os estados, bem como os usuários do transporte escolar.

Na sessão do dia 04 de março de 2002, o vereador Antoninho José Ranzan solicitou ao Prefeito a viabilização de recursos financeiros, em parceria com os governos estadual e federal, para a construção de um centro de convivência em São Roque, destinado às pessoas da terceira idade e, em 05 de abril de 2004, solicitou a criação e a implantação da subprefeitura no mesmo Distrito. Sugeriu, também, a criação de programa de reflorestamento às margens de rios e de córregos.

Com o objetivo de contribuir para a construção cidadã da criança, levando-a a reconhecer-se como sujeito do processo histórico-social, o Departamento de Cultura, em parceria com a Câmara de Vereadores, desenvolveu o projeto A Criança na Câmara de Vereadores. Em sessão especial, no dia 07 de outubro de 2001, foi oportunizado o uso do espaço na tribuna da Câmara a crianças de várias escolas para manifestarem opiniões e sugestões aos vereadores, sobre assuntos relativos à Municipalidade, com ênfase à educação e às crianças. Fizeram uso da tribuna:

- Marcelo Cividini - EEB. Rui Barbosa;
- André Sperotto - EEB. Volta Redonda;
- Solange Boesing - EEB. São Sebastião;
- Alice Rossoni - EBM. São Lourenço;
- Natanael Rocha da Rold - Centro Educacional Universo do Saber;
- Andréli Franceschi - EEB. Leoberto Leal;
- Ana Paula Andreia - Escola São Francisco de Assis;
- Aline Kort - EEB. São Valentim; e
- Vinicius Ribeiro - CNEC.

Durante a legislatura, homenagens com denominações de obras e vias públicas foram atribuídas, a saber:

- Museu Gomercindo Pederssetti, criado e declarado como patrimônio histórico municipal, pela Lei nº 1.296, de 09 de abril de 2001, mas implantado em 1996, com a aquisição de uma casa pertencente a Comercindo Pederssetti, família pioneira, de origem italiana, radicada em Presidente Juscelino;

- Ginásio Municipal de Esportes São Francisco - Lei nº 1.302, de 07 de maio de 2001;
- Ruas Ermenegilda Allievi, João Generoso Peres e Travessa Carmelita Toniazza Bianchi, no Loteamento Allievi, Bairro Cruzeiro - Linha Gramadinho - Lei nº 1.330, de 04 de dezembro de 2001;
- Rua Augusto Francisco Cenci, no Loteamento Carboni, Bairro São Francisco - Lei nº 1.348, de 15 de maio de 2002;
- Rua Bastião Muraro e Acesso Valentina Lazzarotto Muraro, no Loteamento Araucária, Bairro Cruzeiro - Lei nº 1.426, de 11 de novembro de 2003;
- Ruas Ângelo Biazussi, Escritora Carla Ely, Augusto Mendes, Dorvalino Antonio Ranzan, Privato Mafioletti e Atílio Ferreira Bueno, no Loteamento Livi, à margem



Figura 321: Casa de Comercindo Pederssetti, no interior de Presidente Juscelino, transferida para cidade e transformada em museu - 1996.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 322: Museu Comercindo Pederssetti, na Rua Rui Barbosa, anexa à Praça da Liberdade - 1996.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

- da SC - 473 -Lei nº 1.441, de 16 de dezembro de 2003;
- Ruas Salvino Porsch, Oscar Ferreira Bueno e Motorista Valdir Cavinatto, no Loteamento Vale das Hortênsias, Bairro São Francisco - Lei nº 1.442, de 16 de dezembro de 2003;
- Rua Mário Pagliosa, via pública localizada na Área Industrial I, partindo da SC - 473, denominada de Eixo Industrial e Servidão Vitório Dall’Agnol, antiga Servidão Mário Pagliosa, na Rua Coronel Bertaso, a partir da Rua Tiradentes - Lei nº 1.458, de 22 de abril de 2004;
- Rua Juraci Vilani, em substituição às ruas projetadas “A”, no Loteamento

Popular São Francisco, e Osvaldo Santin, no Loteamento Santin; Rua Osvaldo Santin, Bairro São Francisco, a partir da SC - 480 até o Ginásio de Esportes São Francisco; Rua Joalcides Angheben, Loteamento Popular São Francisco; e Rua Arcemir Gonçalves, Loteamento Popular São Francisco - Lei nº - Lei nº 1.463, de 04 de maio de 2004;

- Ruas Lina de Mello Machado, Maria Patrício Lima Fabro, Dias Costa, Cleosmar Inácio Bernardi, no Loteamento Meneguetti III, Bairro Santa Catarina - Lei nº 1.497, de 19 de outubro de 2004; e

- Servidão Clarinda Echer Valduga, via pública que parte da Rua Rui Barbosa, no Loteamento Valduga, Bairro Perpétuo Socorro - Lei nº 1.500, de 09 de novembro de 2004.

Por iniciativa da Mesa Diretora, diversas entidades receberam homenagens com a Moção de Congratulação, em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade:

- Associação Cultural e Esportiva de Karatê (ACEK), em 12 de maio de 2003;

- Rotary Club e Rotaract Club, em 19 de maio de 2003;

- Grupo Jovem Vida, em 09 de junho de 2003;

- Associação Atlética Veteranos, em 23 de junho de 2003;

- Lions Clube, Leo Clube e Leo Junior, em 25 de agosto de 2003;

- Invernadas artística e campeira do CTG Amizade Sem Fronteiras, em 15 de setembro de 2003;

- Corpo de Bombeiros Comunitários de São Lourenço do Oeste, em 23 de outubro de 2003;

- Grupos de Idosos Conviver e São Francisco de Assis, em dezembro de 2003;

- Grupo Vida Nova de Alcoólicos Anônimos, em 05 de abril de 2004;

- Grupo de Escoteiros Bracatinga, em 19 de abril de 2004; e

- Corais Entre Amigos e São Lourenço, em 24 de maio de 2004.



Figura 323: Homenagem da Câmara de Vereadores aos integrantes do Lions e do Léo Club - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 324: Homenagem da Câmara de Vereadores aos integrantes das invernadas artísticas do CTG Amizade sem Fronteiras - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 325: Bombeiros voluntários recebendo homenagem da Câmara de Vereadores - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 326: Homenagem da Câmara de Vereadores aos clubes de idosos da cidade - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em atendimento ao Decreto Legislativo nº 500/2001, a Câmara realizou, em 16 de dezembro de 2002, sessão solene de homenagem e entrega do título *Honoris Causa* ao empresário lourenciano Ângelo Fantin, pioneiro, grande empreendedor e proprietário da empresa Parati S/A.



Figura 327: Homenagem da Câmara de Vereadores a Ângelo Fantin e sua esposa Ida Libardoni Fantin - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 328: Homenagem da Câmara de Vereadores a Ângelo Fantin - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Cumprе assinalar que a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (Acanor), com sede em São Lourenço do Oeste, foi fundada no dia 08 de março de 2002, com vistas ao fortalecimento do Poder Legislativo regional, à troca de experiências e à colaboração com as atividades legislativas. Constituiu-se pelos municípios de São Bernardino, Novo Horizonte, Jupiá, Galvão, São Domingos, Coronel Martins, Santiago do Sul e Irati.

Desde sua criação, a Associação tem sido uma importante entidade promotora de eventos voltados à formação e à qualificação dos agentes políticos, funcionários públicos e demais cidadãos, tendo como parceiros a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Tribunal de Contas, o Tribunal Regional Eleitoral e demais órgãos públicos.



Figura 329: Mesa de autoridades locais, regionais e estaduais quando da fundação da Acanor - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

No período de 2001 a 2004, a Câmara de Vereadores efetuou audiências públicas a fim de expor assuntos deveras significativos à população, ou a segmentos da sociedade. A primeira, realizada em 30 de agosto de 2002, buscava discutir questões relacionadas ao trânsito e às vias de circulação do perímetro urbano de São Lourenço do Oeste. Durante o evento, os participantes ouviram a explanação sobre leis de trânsito e ações então implantadas. Os participantes expuseram sugestões e teceram críticas no sentido de melhorar a circulação nas vias urbanas.

Consequentemente, a Lei nº 1.369, de 03 de outubro de 2002, estabeleceu normas para o serviço de transporte coletivo na cidade e no interior, constituído como de utilidade pública, com a possibilidade de ser realizado pelo Município ou outorgado a empresas particulares, porém, sendo vedado o monopólio de sua exploração. Os serviços executados até hoje resultam do transporte de funcionários de algumas indústrias.



Figura 330: Transporte coletivo dos trabalhadores mantido por indústrias - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E a segunda audiência, realizada no dia 11 de novembro de 2003, objetivava discutir o projeto de lei que tramitava no Legislativo, acerca do novo plano de carreira para o magistério público municipal. O projeto transformou-se na Lei nº 1.431, de 25 de novembro de 2003, e posteriormente revogado pela Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, que reformulou o referido plano.



Figura 331: Audiência pública para debater o novo plano de carreira do magistério público municipal - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 332: Mesa coordenadora da audiência pública sobre o trânsito. Da esquerda para a direita: Sargento Valmir da Silva, da Polícia Militar; vice-prefeito, Edu Antônio Borges; presidente da Câmara, Geraldino Cardoso; e delegado regional, Luiz Carlos Dadam - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 333: Representantes de entidades classistas e demais cidadãos participando da audiência pública do trânsito - 2002.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Além de ações direcionadas às áreas públicas, o Legislativo manifestou outra preocupação, agora conclamando representantes das igrejas, das entidades e o público para um manifesto pela paz, no dia 07 de abril de 2003, durante o qual, em frente à Câmara de Vereadores, foi hasteada uma bandeira branca e lá permaneceu enquanto se desencadearam os graves conflitos no Iraque. O manifesto repudiava todos os atos de violência. Em sinal de solidariedade ao povo iraquiano e às famílias dos soldados envolvidos na guerra, houve apelo simbólico às autoridades para que governassem com coerência, com responsabilidade e em favor da humanidade, independentemente de etnia, de credo ou de ideologia.



Figura 334: Solenidade de hasteamento da bandeira da paz - 2003.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

No dia 17 de junho de 2003, vereadores e representantes da comissão pró-emancipação de São Roque estiveram na Assembleia Legislativa de Santa Catarina com o objetivo de obter autorização para realizar o plebiscito de emancipação do Distrito.



Figura 335: Vereadores de São Lourenço do Oeste e representantes da comissão pró-emancipação de São Roque, em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa e outros deputados - 2003.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A Lei nº 1.405, de 04 de junho de 2003, estabeleceu normas para a utilização da Bandeira Municipal, quando figurar em placas, painéis, veículos, eventos, devendo ser acrescentado, na parte inferior: Governo de São Lourenço do Oeste. Este emblema deveria ser adotado por todas as gestões de Governo Municipal, de forma continuada e permanente, sendo proibida a utilização de qualquer tipo de frase, desenho, logotipo ou slogan, que não o oficial.



Figura 336: Emblema do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste - 2003.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Ainda, em homenagem aos cinquenta anos da EEB. Sórora Angélica, em 17 de novembro de 2003, a Câmara lá realizou uma sessão descentralizada.



Figura 337: Plenário da Câmara de Vereadores em sessão descentralizada na EEB. Sórora Angélica - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 338: Professores e funcionários acompanhando a sessão da Câmara de Vereadores na EEB. Sórora Angélica - 2003.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Com vistas ao desenvolvimento de empresas, em 07 de junho de 2004, a Câmara sediou a solenidade de assinatura de convênio entre São Lourenço do Oeste e o Governo do Estado de Santa Catarina, com vistas à aquisição de área de terra para a construção da nova unidade de produção da empresa Nutrisul S.A.



Figura 390: Milton Kasper, presidente da Câmara; João Carlos Ecker, secretário regional; Luiz Henrique da Silveira, governador; Álvaro Freire Caleffi, prefeito; e Casildo Maldaner, presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na assinatura do convênio para a aquisição da área a ser doada à empresa Nutrisul S.A. - 2004.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Por fim, em 16 de setembro de 2004, pela Resolução na 153/2004, o Legislativo prestou homenagem ao vereador Argeu Barbosa de Camargo, falecido no dia 31 de julho de 2004, denominando uma das salas de reuniões da Câmara de Plenarinho Vereador Argeu Barbosa de Camargo.



Figura 340: Vereador Antoninho Ranzan, à esquerda, e o prefeito, Álvaro Caleffi, à direita, descerrando a placa inaugural, juntamente com o filho e a esposa do homenageado Argeu Barbosa de Camargo - 2004.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **12.5 Destaques do Executivo**

Quanto às atividades inerentes ao Executivo, é possível afirmar que foram de grande proporção, a começar pelo Decreto Legislativo nº 493, de 20 de março de 2001, que autorizou o prefeito Álvaro Freire Caleffi a participar de viagem diplomática à Europa, de 15 a 29 de abril de 2001. Juntamente com outros prefeitos e lideranças da região Oeste de Santa Catarina, buscou conhecimentos e cooperação técnica de desenvolvimento local e da agricultura familiar. A comitiva visitou as cidades de Bruxelas e Flandres, na Bélgica; Strashourg, Montpellier, Cacassone, Rennes e Nantes, na França; Viseu e Porto, em Portugal; e Emílie, na Itália.



Figura 341: Membros da comitiva catarinense em frente à prefeitura de Paris. Álvaro Freire Caleffi, o primeiro da esquerda para a direita - 2001.  
Fonte: Acervo de Álvaro Freire Caleffi.

Já no primeiro ano da administração, as comemorações do 43º aniversário de emancipação político-administrativa de São Lourenço do Oeste foram de grande representatividade. Iniciaram às 19 horas do dia 19 de julho de 2001, no centro comunitário de Igreja Matriz, com sessão solene da Câmara. Além dos diversos eventos realizados durante a semana, no dia 26 de julho houve a distribuição de um bolo de 43 metros à população.



Figura 342: Solenidade de abertura das comemorações do 43º aniversário de São Lourenço do Oeste - 2001.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 343: Bolo com 43 metros servido no dia 26 de julho de 2001.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Convém notar que, pela Lei nº 1.338, de 28 de dezembro de 2001, a Prefeitura instituiu o Programa Bolsa Escola Municipal, destinado a alunos lourencianos, regularmente matriculados em escolas de ensino superior, e a alunos do ensino médio, matriculados em escolas profissionalizantes, nas áreas de ensino técnico agrícola e técnico em agropecuária. Os incentivos financeiros variavam de acordo com a renda familiar, ou seja, de até R\$ 500,00 e de R\$ 501,00 a R\$ 800,00. O estudante receberia R\$ 55,00 e R\$ 40,00 mensais, respectivamente.

Em 28 de dezembro de 2001, pela Lei nº 1.339, ficou estabelecido que as edificações, exceto as residenciais unifamiliares, deveriam ser dotadas de sistema de segurança anti-sinistro, conforme normas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. A Lei criou, também, o Funrebom, de São Lourenço do Oeste. O Fundo tem o objetivo de prover recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio da Organização Bombeiro Militar (OBM).

Durante o período em análise, o Município efetuou aquisições, doações e alienações dos seguintes imóveis públicos:

- Lei nº 1.341, de 19 de março de 2002: doação de uma área urbana, com 61.214,58 m<sup>2</sup>, à Empresa Parati S/A, anteriormente destinada à construção do estádio municipal e de um conjunto habitacional;

- Lei nº 1.383, de 30 de dezembro de 2002: doação de uma área pública com 720 m<sup>2</sup>, constituída pela Rua Ari Bodanese, à Empresa Parati S/A, para ampliação de seu espaço físico;

- Lei nº 1.316, de 04 de setembro de 2001: recebimento, em doação, de Cacildo Back, de um lote urbano com área de 1.200 m<sup>2</sup>, situado em Três Voltas, Distrito de Presidente

Juscelino;

- Lei nº 1.356, de 17 de junho de 2002: doação de um imóvel, sem benfeitorias, com 1.417 m<sup>2</sup>, localizado no Loteamento Menegatti, destinado à construção da sede social do Rotary Club São Lourenço;

- Lei nº 1.419, de 10 de setembro de 2003: doação, com encargos à Empresa Metalúrgica Araújo Ltda, de um imóvel localizado na Área Industrial Sul, com 2.485,15 m<sup>2</sup>;

- Lei nº 1.438, de 09 de dezembro de 2003: recebimento de 06 lotes, em doação, no Loteamento Allievi, também autorizando a venda, para angariar recursos destinados ao custeio das despesas com a construção da rede de galerias pluviais. Em havendo saldo excedente, os recursos seriam aplicados na pavimentação, com pedras irregulares, preferentemente na via paralela ao Contorno Viário Armindo Echer, no Loteamento Allievi;

- Lei nº 1.451, de 30 de março de 2004: recebimento, em doação, de 04 lotes, no Loteamento de Divino Carboni, com venda autorizada, a fim de custear as despesas com materiais e mão de obra para a instalação da rede de águas pluviais e, em havendo saldo remanescente, para a pavimentação, com pedras irregulares, das ruas do mesmo espaço;

- Lei nº 1.448, de 01 de março de 2004: aquisição de uma área de, aproximadamente, 175.000 m<sup>2</sup>, situada próxima ao perímetro urbano, no sentido Frederico Wastner, com investimento autorizado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a construção da nova unidade de produção da Empresa Nutrisul S/A;

- Lei nº 1.467, de 15 de junho de 2004: recebimento, em doação, de 10 lotes urbanos no Loteamento Cardoso, no Bairro São Francisco, e uma área de terra, com 1.117,82 m<sup>2</sup>, no Loteamento Virgínia, no Bairro Progresso;

- Lei nº 1.469, de 21 de junho de 2004, e Lei nº 1.573, de 04 de abril de 2006: doação de uma área, com 854,44 m<sup>2</sup>, à Empresa Indústria de Compensados Oeste Ltda, para ampliação de seu espaço físico, na Área Industrial II, à margem da rodovia SC-473;

- Recebidos em devolução e, mais tarde vendidos, os dois terrenos localizados na Travessa São Pedro, anteriormente doados à Associação dos Magistrados Catarinenses e à Associação Catarinense do Ministério Público;

- Lei nº 1.476, de 28 de junho de 2004: venda de uma área com 3.497,98 m<sup>2</sup>, na área Industrial Sul, mediante processo licitatório;

- Lei nº 1.482, de 06 de julho de 2004, e Lei nº 1.483, de 21 de julho de 2004: venda de diversos terrenos do patrimônio público, a saber: 02 na Travessa São Pedro, 01 na Rua Duque de Caxias, 06 no Loteamento Cardoso, 01 no Loteamento Carboni e 01 área de 1.117,82 m<sup>2</sup>, no Loteamento Virgínia;

- Lei nº 1483, de 21 de julho de 2004: alienação de parte dos lotes urbanos nº 19 e 20, com superfície de 1.840 m<sup>2</sup>, na Rua João Beux Sobrinho;

- Lei nº 1.484, de 19 de agosto de 2004: recebimento, em doação, de um terreno de propriedade de Dorildo Trevisol, com 600 m<sup>2</sup>, em Presidente Juscelino;

- Lei nº 1.491, de 08 de setembro de 2004: doação de parte do lote rural nº 138, com área de 2.500 m<sup>2</sup>, ao Clube de Mães Unidas para Vencer, de Linha Limoeiro, e o imóvel rural número 01, com área de 2.500 m<sup>2</sup>, e com edificação de 72 m<sup>2</sup>, ao Clube de Mães Rainha da Paz, da comunidade de Santo Antônio. Em ambos os espaços funcionavam Escolas Isoladas Municipais.

Em decorrência da Lei nº 1.377, de 29 de novembro de 2002, foi implantado o

Loteamento Popular São Francisco, Bairro São Francisco, com área 63.825 m<sup>2</sup>, destinado à construção de moradias populares.

Com o objetivo de realizar 60.000 m<sup>2</sup> de calçamento, com pedras irregulares, em ruas da cidade, o Prefeito, autorizado pela Lei nº 1.422, de 01 de outubro de 2003, implantou o Programa Calçamento Urgente e Frentes de Trabalho, visando a execução, a pavimentação das vias e a criação de postos de trabalho.

Ao longo da sua história, São Lourenço do Oeste ofertou a educação infantil, mas, na maioria das vezes, em espaços improvisados, sendo que a estrutura física de alguns era precária, no sentido literal do termo. Diante disso, em 2003, Caleffi encaminhou a construção do Centro Integrado do Ensino Fundamental Multiuso (CIEFM), no Bairro Santa Catarina, adequado às diferentes etapas do nível de ensino, desde o berçário ao pré-escolar, totalizando 392,80 m<sup>2</sup>. O fato repercutiu positivamente para os profissionais da educação, para as famílias que necessitavam, e necessitam do serviço, e a toda sociedade lourenciana. Hoje, lá são atendidas aproximadamente 200 crianças.

Como o Município contava com espaço disponível na mesma área, aos fundos do CIEFM, no ano seguinte, o Executivo encaminhou a construção de um anexo com 488,23 m<sup>2</sup>, mas agora voltado às séries iniciais do ensino fundamental. Salas de aula, de professores, de orientação, cozinha, biblioteca e amplo espaço de circulação, entre outros ambientes, estão preparados para atender aproximadamente 350 crianças. As duas construções foram executadas com recursos exclusivos do Município.

Além dos prédios, houve a preocupação com o espaço de lazer das crianças de ambos os níveis. Por isso, uma área significativa ficou reservada ao parque e ao jardim. Em síntese, o complexo educacional tornou-se uma obra de orgulho e de referência aos lourencianos.

Vale ressaltar que a Municipalidade trabalhava no intuito de ampliar o complexo, motivo pelo qual solicitou a elaboração do projeto do anexo 2, para ofertar as séries finais do ensino fundamental, porém, devido ao término do mandato, a construção não se efetivou. Já a Administração posterior optou pela não execução do projeto, mas pela construção do bloco administrativo, entre as áreas edificadas. Além dos 480 m<sup>2</sup> do prédio, também houve a preocupação com a área coberta, envolvendo mais 588,67 m<sup>2</sup>.



Figura 344: EBM. Santa Catarina - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

São Lourenço do Oeste, em início de 2001, contava com um Programa de Saúde da Família (PSF), para atender ao distrito de São Roque. Porém, diante da grandeza do programa e das necessidades de atendimento à saúde básica, a Administração Municipal não mediu esforços para ampliar a oferta dos serviços.

Assim sendo, ainda em abril de 2001 inaugurou o PSF do Bairro Santa Catarina; em setembro, o de Presidente Juscelino; e, em março de 2002, no Bairro São Francisco. Com exceção de São Roque, todas as unidades funcionaram em espaços locados, pois o Município não dispunha de recursos financeiros para a construção. Para garantir a qualidade dos serviços, a equipe administrativa cuidou, primeiramente, da formação das equipes que atuariam nas unidades, ou seja, médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes de saúde, composição esta que atendia as prerrogativas do Ministério da Saúde. A ação representou muito aos munícipes, tanto é que as administrações posteriores ampliaram o atendimento.

O Prefeito reuniu-se com os vereadores, no dia 03 de maio de 2004, para discutir a venda de diversos terrenos públicos, a fim de angariar fundos e, assim, honrar o compromisso com a empresa Nutrisul S/A, que solicitava recursos municipais para a construção de sua nova unidade de produção.



Figura 345: Vista do centro da cidade de São Lourenço do Oeste - 2004/2005.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Ainda, a Municipalidade efetuou a venda de várias máquinas, equipamentos rodoviários e veículos velhos e providenciou a aquisição de novos e destinou recursos financeiros a diversas empresas, entidades e comunidades.

Em remate, de 2001 a 2004 foram implantados os seguintes Loteamentos: Allievi, em 2001; Popular São Francisco, em 2002; Fergutz, em 2003; Livi, em 2003; Popular Cella, em 2003; Popular Santa Catarina, em 2003; Vale das Hortênsias, em 2003; e Meneguetti III, em 2004.

### **12.6 Destaques da sociedade**

A Feira Exposição Papai Noel (Fexponoel), idealizada por Élio Lazzarotto, o Papai Noel do Brasil, realizada de 22 de novembro a 25 de dezembro de 2003, mobilizou a comunidade lourenciana em torno das ornamentações para deixar a cidade mais bonita, por ocasião das festividades natalinas.

Por muitos anos, São Lourenço do Oeste ficou conhecido por Cidade Jardim, em referência aos canteiros e às praças arborizadas e floridas. Mas, a partir 2003, passou a ser chamada de Cidade do Papai Noel, por residir aqui o Papai Noel Oficial do Brasil - o único com endereçamento postal.



Figura 346: Parque do Papai Noel, na Rua Nereu Ramos, ao lado do CRA - 2003.

Fonte: Acervo de Élio Lazzarotto.



Figura 347: Chegada do Pai Noel - 2004.  
Fonte: Acervo de Élio Lazzarotto.

De 2003 a 2005, o Bom Velhinho participou das atividades natalinas, chegando de helicóptero. Tudo isto contribuiu para o Município ser matéria do Fantástico, no quadro Me Leva Brasil, do jornalista Maurício Kubrusly.



Figura 348: Élio Lazzarotto, o Papai Noel do Brasil, recebendo em sua casa o jornalista Maurício Kubrusly, da Rede Globo - 2002.  
Fonte: Acervo de Élio Lazzarotto.

Outro ganho representativo para São Lourenço do Oeste e região ficou por conta do Executivo estadual. Com a reforma da estrutura administrativa de Santa Catarina, no dia 22 de abril de 2003, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) aqui foi implantada, atendendo 13 municípios: São Lourenço do Oeste, Campo Erê, São Bernardino, Novo Horizonte, Jupiá, Galvão, Coronel Martins, Formosa do Sul, Quilombo, Irati, Jardinópolis, União do Oeste e Santiago do Sul. Porém, com a criação da SDR de Quilombo, em 2007, São Lourenço do Oeste passou a abranger apenas os sete primeiros municípios acima citados.



Figura 349: Governador, Luiz Henrique da Silveira; vice-governador, Eduardo Pinho Moreira; presidente do BRDE, Casildo Maldaner; secretário de estado da infraestrutura, deputado federal, Edinho Bez; prefeito de São Lourenço do Oeste, Álvaro Freire Caleffi; e secretário regional de São Lourenço do Oeste, João Carlos Ecker, inaugurando a sede da SDR de São Lourenço do Oeste - 2003.

Fonte: Acervo da SDR de São Lourenço do Oeste.



Figura 350: Sede da SDR de São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da SDR de São Lourenço do Oeste.

### **12.7 Outras informações relevantes**

Algumas autoridades atuaram na Comarca de São Lourenço do Oeste durante a legislatura 2001/2004, ou seja, os juízes: Gustavo Henrique Aracheski, Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, Davidson Jahn Mello e Marco Aurélio Ghisi Machado; os promotores de justiça: Eraldo Antunes, Jorge Eduardo Hoffmann e Caroline Moreira Suzin; os delegados de polícia da regional: Luiz Carlos Dadam, Olivia Moretto e Carlos Augusto de Andrade Morbini; e os delegados da Comarca: Deonilo Agostinho Preto, Luiz Cezar Cayê e, a partir de 2003, Luiz Carlos Dadam.

Os servidores da Câmara, neste período, foram: Éderson Hermann - secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Daniela Cristina Puerari - assistente administrativo, desde 01 de fevereiro de 1997; Sezarlei Ferreira Bueno - contador, de 15 de janeiro de 1998 a 26 de fevereiro de 2002; Valmor Silveira, assessor de comunicação, de 01 de fevereiro de 2001 a 02 de fevereiro 2005; Adriana Mezari - serviços gerais, de 31 de março de 2000 a 19 de novembro 2003; e Diva de Oliveira - auxiliar administrativo, de 01 de dezembro de 2003 a 05 de maio de 2008.

Esta foi a equipe administrativa do Poder Executivo de 2001 a 2004: secretários de educação, cultura e esportes: João Antônio Garcia, de 01 de janeiro de 2001 a 22 de março de 2002, e Nelí Bastezini Kronbauer, de 01 de julho de 2002 a 30 de novembro de 2004; secretárias de saúde: Nelí Bastezini Kronbauer, de 01 de janeiro de 2001 a 30 de junho de 2002; Vânia Antonia Garbin Baldissera, de 01 de julho de 2002 a 02 de abril de 2004; e Adriana Raquel Fin, de 01 de julho a 31 de dezembro de 2004; secretários de administração: João Carlos Echer, de 02 de julho de 2001 a 24 de maio de 2003, e Zanir Moschen, de 12 de abril a 29 de outubro de 2004; secretário de agricultura: Natalino Woloszyn, de 02 de janeiro de 2001 a 19 de outubro de 2004; secretários de infraestrutura: Luiz Antonio Miotti, de 02 de janeiro de 2001 a 31 de maio de 2002, e Sérgio Hentz, de 02 de janeiro de 2003 a 02 de abril 2004; secretários de desenvolvimento econômico e habitação: José Fernando Zien, de 02 de janeiro de 2001 a 22 de abril de 2003, e Samuel Sinon, de 15 de maio de 2003 a 02 de abril de 2004; secretários de finanças: Norival João Cenci, de 09 de maio de 2001 a 01 de abril de 2003, e Ricardo Bertoncello, de 15 de maio de 2003 a 31 de dezembro de 2004.

Os valores das receitas orçamentárias do período ficaram assim constituídos:

- 2001: R\$ 10.172.000,00 (dez milhões, cento e setenta e dois mil reais);
- 2002: R\$ 9.545.748,00 (nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais);
- 2003: R\$ 11.454.557,00 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais); e
- 2004: R\$ 13.106.117,00 (treze milhões, cento e seis mil, cento e dezessete reais).

### **12.8 Conclusão**

O primeiro mandato do Executivo e a primeira legislatura, constituídos integralmente no século XXI, entram em cena com singularidades ampliadas, interferindo significativamente na vida das pessoas.

Aqui, dois vieses marcaram o período: os investimentos em estrutura, privada e

pública, e ações diversas, que demandaram trabalho e envolvimento intelectual de ambos os Poderes, muito mais que aplicação financeira. Os lourencianos estiveram em primeiro plano, por isso, educação, saúde, assistência social, infraestrutura, e outras áreas receberam atenção especial.

São Lourenço do Oeste estava em pleno desenvolvimento. Prova disso é a aprovação de 220 leis, 18 leis complementares, 69 decretos legislativos e 05 resoluções, totalizando 312 atos legislativos. Afinal, toda lei tem um ou mais objetivos e, conseqüentemente, resultados.

Dentre outros, um detalhe não pode ser olvidado: no período de 2001 a 2004, 36 entidades ganharam vida, sendo elas de caráter privado, ou com amparo em lei de utilidade pública, denotando a organização da sociedade, em pequenos ou grandes grupos. Ocorreu, ainda, a instalação de 137 empresas, um número representativo no cenário em que São Lourenço do Oeste se colocava. Se comparadas às 85 da gestão anterior, é possível afirmar que ele crescia e se desenvolvia. Em outros termos, é uma demonstração do espírito empreendedor das pessoas aqui residentes.

Se na criação do Município tudo foi bastante difícil, e desafios de grandes proporções apresentavam-se, decorridos praticamente 50 anos, outros estavam presentes, exigindo análise, trabalho e investimentos dos administradores públicos de cada época para que, aos poucos, fossem superados, embora outros surgissem, talvez de proporções ainda maiores.



## CAPÍTULO 13

### 12ª LEGISLATURA E 11º MANDATO (01.01.2005 A 31.12.2008)

#### 13.1 Introdução

Um dos diferenciais históricos da época constitui-se pela participação feminina como candidata a vice, pois, até então, as majoritárias compuseram-se apenas por homens. Também teve a presidência da cerimônia de posse do Executivo e do Legislativo sob a responsabilidade da vereadora de mais idade entre os eleitos. Ambas as situações podem ser consideradas precursoras nos 50 anos de emancipação de São Lourenço do Oeste.

Ademais, desde o início do período, os trabalhos representaram muito na vida do povo lourenciano, sendo que o Governo Estadual constituiu-se como a principal parceria para o desenvolvimento de alguns setores. Neste sentido, algumas obras de destaque podem ser relacionadas: construção de ginásio de esportes nas escolas estaduais dos distritos; o centro de eventos, concluído na gestão posterior; as unidades de saúde nos bairros e nos distritos; perfuração do poço profundo; e instalação do SAMU.

A partir da reforma do espaço da Câmara, todas as pessoas puderam a ela ter acesso, haja vista ser o primeiro prédio público a adequar-se à legislação da acessibilidade. Dentre outras ações, passou a ofertar cursos, instituiu os programas Espaço Cidadão e Conheça o Legislativo, atribuiu títulos de Cidadão Honorário e *Honoris Causa*, homenageou cidadãos com nomes de ruas e de campeonatos municipais, além de constituir o Acervo de Memórias.

Diante do progresso do Município, tornava-se necessária a reorganização da legislação municipal no que tange à estrutura, o que desencadeou a elaboração do Plano Diretor Participativo. Foram criadas: as Autarquias da Cultura e do Esporte; as Agências de Correios Comunitárias nas sedes dos Distritos; os programas Abrigo Domiciliar e de Recuperação da Mata Nativa; as EBMs. Santa Maria Goretti e São Francisco. Também houve: a revisão da Lei Orgânica do Município; a pactuação da saúde pública com Pato Branco; a instalação da Policlínica Municipal de Saúde; e a construção da sede própria do Corpo de Bombeiros.

O Executivo equipou as Associações de Máquinas dos Distritos e renovou a frota de veículos e de equipamentos. Ainda, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços, teve aprovado um financiamento para a aquisição de caminhões, de equipamentos rodoviários, entre outros.

No período de 2005 a 2008, quatro loteamentos tiveram aprovação, além da doação de terrenos como incentivo ao desenvolvimento de empresas novas ou existentes e também à Unochapecó.

Partindo dos itens acima, a leitura a seguir proporcionará o reconhecimento de outras ações, de grande sentido à vida dos lourencianos, ou daqueles que não residem, mas aqui possuem alguma relação familiar ou econômica.

### 13.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências

Nas eleições municipais de 03 de outubro de 2004 foram eleitos, com 6.714 votos, os candidatos a prefeito, Tomé Francisco Etges, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e o vice-prefeito, Nivaldo Luiz Lazaron, do Partido Progressista (PP). Também fizeram parte da Coligação São Lourenço Melhor: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Liberal (PL).

Os candidatos a prefeito, Geraldino Cardoso, do Partido dos Trabalhadores (PT), e a vice, Vânia Antonia Garbin Baldissera, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da Coligação São Lourenço Para Todos, obtiveram 6.163 votos.



Figura 351: Tomé Francisco Etges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 352: Nivaldo Luiz Lazaron  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Vereadores eleitos no pleito:

- pela coligação PSDB/PTB/PFL: Aldo Luiz Pan - 547 votos, e Lauri Ecker - 484 votos, ambos do PSDB; e Irma Terezinha Isoton - 468 votos, do PTB;
- pelo PP: Jandir Ranzan - 570 votos, e Ilvo Gabriel Ioris - 429 votos;
- pelo PMDB: Adirlei Carlos Santian - 728 votos, e Terezinha Barzan - 678 votos; e
- pelo PT: Sérgio Hentz - 529 votos, e José Luiz Peres - 454 votos.

Na condição de suplência, os partidos ficaram com o seguinte número: PT - 10; PP - 10; PSDB - 08; PMDB - 07; PFL - 03; e PTB - 02.

De acordo com dados do IBGE (2007), São Lourenço do Oeste contava com 21.799 habitantes, ou seja, 10.833 homens e 10.966 mulheres, sendo 16.408 residentes na zona urbana e 7.996 na zona rural. O eleitorado lourenciano era de 16.279 e, destes, votaram 13.815 e 2.464 abstiveram-se. Para a majoritária somaram 538 votos brancos e 600 nulos e, para a proporcional, 297 votos brancos e 322 nulos.

A posse dos Poderes ocorreu às 10 horas do dia 01 de janeiro de 2005, no centro comunitário da Igreja Matriz, sob a presidência da vereadora Terezinha Barzan, de mais idade entre os vereadores eleitos. Pela primeira vez uma mulher presidiu a solenidade de posse do Legislativo e do Executivo de São Lourenço do Oeste.



Figura 353: Aldo Luiz Pan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 354: Lauri Ecker  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

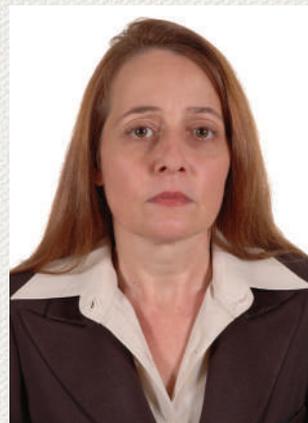


Figura 355: Irma Terezinha Isoton  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 356: Jandir Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 357: Ilvo Gabriel Ioris  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 358: Adirlei Carlos Santian  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 359: Terezinha Barzan

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 360: Sérgio Hentz

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 361: José Luiz Peres

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Durante a legislatura, assumiram os suplentes:

- pelo PT: Valmir Maboni, outubro de 2005; Almir Vedana, novembro de 2005; Francisco Casagrande de Macedo, 10 de outubro a 09 de novembro de 2006; Zenaide Cardoso dos Santos, novembro de 2006; João Antonio Garcia, setembro de 2007; Alziro Alberto Milan, outubro de 2007; e Valdir Netto, outubro de 2008.

- pelo PMDB: Milton Kasper, 27 de setembro a 27 de outubro de 2005; Valdemar Berggozza, 06 de março a 05 de abril de 2006; Maria Salete Custódio, 02 a 30 de junho de 2006; Orlando Celso da Rocha, 17 de abril a 15 de maio de 2007; João Cardoso Neto, 11 de fevereiro a 12 de março de 2008; e Zilda Salete Michelin Savi, 19 de junho a 19 de julho de 2008.

- pelo PP: Henry Eugênio Catani, novembro de 2005; Ivo Peron, junho de 2006; Eruiz Camargo dos Santos, setembro de 2006; e Paulo Renosto, outubro de 2008.

- pelo PSDB/PTB/PFL: Blademir Luiz Suzin, março de 2006; Renato Hartwig Grahl, agosto de 2006; Samuel Simon, setembro de 2006; e Osni Trindade dos Santos, abril de 2007.

Nivaldo Luiz Lazon, vice-prefeito, comandou o Município durante as férias do prefeito Tomé Etges nos seguintes períodos: 09 de janeiro a 01 de fevereiro de 2006; 12 de janeiro a 27 de janeiro de 2007; 15 de maio a 01 de junho de 2007; 14 a 28 de março de 2008; e 11 de julho a 10 de agosto de 2008. Também assumiu o Executivo de 11 de agosto a 06 de outubro, durante a licença do Prefeito para concorrer ao pleito eleitoral de 03 de outubro de 2008. Tomé Etges renunciou no dia 06 de outubro de 2008, cumprindo o acordo político anteriormente estabelecido. Nivaldo Luiz Lazon foi empossado como prefeito às 16 horas do dia 07 de outubro de 2008, em solenidade na Câmara de Vereadores.



Figura 362: Vice-prefeito, Nivaldo Luiz Lazon, no momento da posse no cargo de prefeito - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 363: Nivaldo Lazon, à frente do Executivo - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

### **13.3 Mesas Diretoras, Líderes Partidários e Comissões Permanentes**

As Mesas Diretoras, os Líderes Partidários e as Comissões Permanentes para os biênios assim se constituíram:

- 2005/2006:

- Mesa Diretora:

Presidente: Aldo Luiz Pan

Vice-presidente: Ilvo Gabriel Ioris

1ª secretária: Irma Terezinha Isoton

2º secretário: Jandir Ranzan

- Líderes Partidários:

Adirlei Carlos Santian - PMDB

José Luiz Peres - PT

Irma Terezinha Isoton - PTB

Ilvo Gabriel Ioris - PP

Lauri Ecker - PSDB

- Comissão Permanente de Justiça e Redação:

Presidente: Lauri Ecker

Vice-presidente: Irma Terezinha Isoton

Membro: Jandir Ranzan

- Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:

Presidente: Ilvo Gabriel Ioris

Vice-presidente: Jandir Ranzan

Membro: Irma Terezinha Isoton

- Comissão Permanente de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Ilvo Gabriel Ioris

Vice-presidente: Irma Terezinha Isoton

Membro: Lauri Ecker

- Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: Irma Terezinha Isoton

Vice-presidente: Ilvo Gabriel Ioris

Membro: Lauri Ecker

- Comissão Permanente de Agricultura:

Presidente: Jandir Ranzan

Vice-presidente: Lauri Ecker

Membro: Ilvo Gabriel Ioris

Por falta de consenso, os vereadores do PMDB e do PT não participaram da formação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes.

- 2007/2008

- Mesa Diretora:

Presidente: Ilvo Gabriel Ioris

Vice-presidente: Adirlei Carlos Santian

1º secretário: Lauri Ecker

2º secretário: Aldo Luiz Pan

- Líderes Partidários:

Adirlei Carlos Santian - PMDB

José Luiz Peres - PT

Aldo Luiz Pan - PSDB

Irma Terezinha Isoton - PTB

Jandir Ranzan - PP

- Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Presidente: Aldo Luiz Pan

Vice-presidente: Sérgio Hentz

Membro: Jandir Ranzan

- Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: José Luiz Peres

Vice-presidente: Adirlei Carlos Santian

Membro: Aldo Luiz Pan

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Terezinha Barzan

Vice-presidente: Irma Terezinha Isoton

Membro: Sérgio Hentz

- Comissão de Educação Saúde e Assistência Social:

Presidente: Irma Terezinha Isoton

Vice-presidente: Jandir Ranzan

Membro: Terezinha Barzan

- Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural:

Presidente: Jandir Ranzan

Vice-presidente: Lauri Ecker

Membro: Adirlei Carlos Santian



Figura 364: Vereadores em reunião na Câmara para a eleição da Mesa Diretora 2005/2006.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 365: Vereadores em reunião para a constituição da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes 2007/2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### 13.4 Destaques do Legislativo

Cumpre salientar, preliminarmente, que a atuação do Legislativo destacou-se no cenário lourenciano e, juntamente com o Executivo, trabalhou para ofertar serviços diferenciados à população. Afinal, a sociedade organiza-se e, como tal, exige atuação e investimentos do Poder Público para melhorar a oferta dos serviços de sua competência.

Já no início da legislatura, por sugestão do vereador José Luiz Peres, a Câmara aprovou a Indicação nº 07, de 21 de março de 2005, para, em parceria com o Ministério da Saúde, obter informações acerca do funcionamento do sistema de internação hospitalar e tratamento especializado em outros centros do país, como em Pato Branco (PR). Também buscou essas informações com a senadora catarinense Ideli Salvatti e, no dia 24 de maio de 2005, repassou-as à Câmara de Vereadores, dizendo que havia a possibilidade de dois Estados realizarem parcerias para atenderem a população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por seu turno, a Secretaria de Saúde de São Lourenço do Oeste passou a dialogar com as Secretarias de Estado da Saúde de Santa Catarina, do Paraná e com a prefeitura de Pato Branco, no sentido de firmar pactuação para atendimento à saúde, via SUS, na cidade de Pato Branco (PR).

Convém lembrar que a Lei nº 1.519, de 20 de maio de 2005, alterou a denominação do Centro Integrado do Ensino Fundamental Multiuso Bairro Santa Catarina para EBM. Santa Catarina. Neste espaço são atendidas crianças da educação infantil e do ensino fundamental e desenvolvidas atividades extracurriculares. Já a Lei nº 1.553, de 12 de dezembro de 2005, criou a EBM. Santa Maria Goretti, que funciona no antigo Educandário Santa Maria Goretti, com oferta da educação infantil e do ensino fundamental.



Figura 366: EBM. Santa Catarina - 2018.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 367: EBM. Santa Maria Goretti - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A Lei nº 1.623, de 22 de novembro de 2006, versa acerca da política municipal de saneamento, ao mesmo tempo em que criou o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Saneamento. Busca, entre outras atribuições: manter o equilíbrio do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o fornecimento de diretrizes ao Poder Público e à coletividade para a defesa, a conservação, a recuperação da qualidade e da salubridade ambiental e a proteção dos recursos naturais hídricos. Também contribui para a gestão do sistema municipal de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

Com vistas à melhoria do atendimento bancário, o projeto de autoria do vereador Ilvo Gabriel Ioris, mas de iniciativa do ex-vereador Beni Roque Negri, da legislatura anterior, foi transformado na Lei nº 1.632, de 21 de dezembro de 2006. Objetivava a colocação de cadeiras, a distribuição de senhas e mais funcionários para o atendimento nos caixas das instituições bancárias, visando reduzir o tempo de espera e fornecer comodidade aos usuários.

Também se destaca que, durante esta legislatura, vários cidadãos receberam homenagens com denominações de ruas:

- Loteamento Tiago - Bairro São Francisco: Servidão Primo Marino Mocelin - Lei nº 1.525, de 12 de agosto de 2005;

- Loteamento Fergutz: Ruas Vergílio Alves Monteiro, Arthur Francisco Fergutz, Luiza Scandolaro Rancatti e Donato Perito - Lei nº 1.527, de 12 de agosto de 2005;

- Loteamento Industrial Efaislo: Ruas Alexandre Bessegatto, Joaquim José Martini, Valdemar Pianta, Guerino Moschen, Victória Grachik, Vereador Argeu Barbosa de Camargo, Olímpio Arcádio Bombassaro e Nair Maria Borges - Lei nº 1.658, de 26 de abril de 2007;

- Loteamento Wolfart: Ruas Clemente Jorge Wolfart, Domingos Cattaneo Fabro, Maria Hedy Froelich Etges e Soldado Francisco Adroes Soster - Lei nº 1.661, de 15 de maio de 2007; e

- Loteamento Menegatti II, Bairro Cruzeiro: Rua Miguel Arcaño Ioris - Lei nº

1.731, de 28 de fevereiro de 2008.

Já projetos de autoria do vereador Sérgio Hentz homenagearam: o ex-vereador Olímpio Arcádio Bombassaro, com o nome do Campeonato Municipal de Futebol de Campo/2006 - Lei nº 1.636, de 21 de dezembro de 2006; Ataíde Neumeister, com o nome da Taça de Futebol de Campo/2007 - Lei nº 1.708, de 08 de outubro de 2007; e Elias Lourenço Werlang, com a denominação dos Jogos Abertos de São Lourenço - JASLO/2007 - Lei nº 1.704, de 11 de outubro de 2007.

Ainda, nesta legislatura, as seguintes personalidades receberam título de Cidadão Honorário:

- Promotor de justiça, Eraldo Antunes - Decreto Legislativo nº 588, de 22 de setembro de 2005;

- Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira - Decreto Legislativo nº 602, de 01 de dezembro de 2005;

- Secretário de Estado do desenvolvimento regional, João Carlos Ecker - Decreto Legislativo nº 603, de 01 de dezembro de 2005; e

- Ex-prefeito, ex-vereador e pioneiro, José Ebling - Decreto Legislativo nº 610, de 30 de outubro de 2006.



Figura 368: Promotor Eraldo Antunes, recebendo o título de Cidadão Honorário do presidente da Câmara, Aldo Luiz Pan - 2005.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 369: Autoridades locais com o homenageado, promotor Eraldo Antunes - 2005.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 370: Solenidade de entrega dos títulos de Cidadão Honorário ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário regional, João Carlos Ecker - 2007.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 371: Governador Luiz Henrique da Silveira e secretário regional, João Carlos Echer, Cidadãos Honorários de São Lourenço do Oeste - 2007.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 372: José Ebling, Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste - 2006.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 373: Vereadores com o homenageado José Ebling e sua esposa Júlia Graff, na solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário - 2006.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Vale lembrar que a funcionária pública estadual, Cleonice Maria Trevisan Sutilli, recebeu o título *Honoris Causa*, pelo Decreto Legislativo nº 609, de 30 de outubro de 2006.



Figura 374: Solenidade de entrega do título de *Honoris Causa* à Cleonice Maria Trevisan Sutilli - 2006.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 375: Cleonice Maria Trevisan Sutilli, cidadã *Honoris Causa* - 2006.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Aqui é atribuído destaque à Resolução n° 154, de 17 de junho de 2005, pois a Mesa Diretora constituiu uma Comissão de Assuntos Relevantes, formada pelos vereadores Lauri Ecker, José Luiz Peres, Irma Terezinha Isoton, Adirlei Carlos Santian e Ilvo Gabriel Ioris, a fim de elaborar proposta de emenda geral à Lei Orgânica do Município, que resultou na Emenda n° 08/2005.



Figura 376: Vista aérea da cidade - 2007.  
Fonte: Empresa Aéroloss - Pato Branco.

Em virtude da revisão da Lei Orgânica do Município (LOM) e da necessidade de atualizar o regimento interno da Câmara de Vereadores, no dia 09 de março de 2006, a Mesa Diretora constituiu outra Comissão de Assuntos Relevantes, agora composta pelos vereadores Jandir Ranzan, Sérgio Hentz, Irma Terezinha Isoton, Terezinha Barzan e Blademir Luiz Suzin (suplente), com o objetivo de elaborar uma proposta de regimento. Esta foi entregue em 13 de março de 2006, aprovada em plenário no dia 09 de outubro de 2006 e promulgada pela Resolução nº 160, de 09 de outubro de 2006.



Figura 377: Irma Isoton, Aldo Pan e Jandir Ranzan, membros da Mesa Diretora, recebendo a proposta de novo regimento interno da Câmara de Vereadores, entregue pelos vereadores Sérgio Hentz, Adirlei Santian e Lauri Ecker - 2006.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Para dar maior comodidade à população e cumprir a Lei de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Câmara passou por reformas internas e externas, e lá foi instalado, também, um elevador para atender as pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou definitiva. A inauguração das ampliações ocorreu em 30 de outubro de 2006, sendo a primeira instituição pública do Município a cumprir esta legislação. Por sua estrutura física, passou a ser um dos locais mais utilizados pela sociedade, especialmente para a realização de reuniões, cursos, palestras e atividades afins.



Figura 378: Câmara de Vereadores - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 379: Câmara de Vereadores vista à noite - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 380: Chafariz em frente à Câmara de Vereadores - 2007.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 381: Presidente da Câmara de Vereadores, Aldo Luiz Pan, e o prefeito, Tomé Francisco Etges, utilizando o elevador da Casa de Leis - 2006.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Vale citar que, durante o período em análise, o Legislativo, tendo como parceiros a Acanor, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Tribunal Regional Eleitoral, realizou os seguintes cursos: matérias orçamentárias e capacitação do Legislativo Municipal, em 2005; oratória e formação de agentes políticos, em 2006; formação política, cerimonial e protocolo, em 2007; e atendimento ao público, em 2008.



Figura 382: Curso de cerimonial e protocolo - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 383: Curso de atendimento ao público - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Dentre todas as preocupações dos vereadores estava outra de grande relevância: a saúde coletiva. Por isso, a Lei nº 1.614, de 22 de setembro de 2006, proibiu o uso de agrotóxicos, desfolhantes, praguicidas, herbicidas ou similares para a limpeza e remoção de vegetação das vias públicas de São Lourenço do Oeste, ressalvado o produto glifosato 480, regulamentado pelo Ministério da Saúde.

No dia 08 de junho de 2006, o vereador José Luiz Peres teve aprovada a proposição destinada ao Prefeito para que, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Interior e Agricultura, fosse dada sequência ao Programa de Microbacias, na bacia hidrográfica do Rio Macaco, no manancial de águas da CASAN. Esta ação compreendia as Linhas Santo Antônio e Bela Vista, com orientação técnica aos produtores no tocante à conservação do solo, à diminuição do uso de agrotóxicos, ao reflorestamento com espécies nativas e à construção de murundus e de açudes nas propriedades para contenção das águas.

Vale destacar algumas propostas de vereadores, a saber: Ivo Peron propôs, no dia 19 de junho de 2006, o envio de solicitação ao Executivo Municipal para a implantação de escritório da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), em São Lourenço do Oeste; Irma Terezinha Isoton solicitou, no dia 18 de outubro de 2006, que a Prefeitura cedesse espaço para o funcionamento de um posto da polícia militar no Bairro São Francisco; Jandir Ranzan, na sessão do dia 13 de fevereiro de 2008, propôs o envio de sugestão ao Prefeito para a implantação de posto de correio na comunidade de São Roque, em atendimento à Lei Municipal nº 1.668, de 28 de maio de 2007; e, Adirlei Carlos Santian, em 17 de março de 2008, solicitou ao Executivo a implantação de uma gerência de infraestrutura em Presidente Juscelino.

De autoria do vereador João Antonio Garcia, a Lei nº 1.712, de 07 de novembro de 2007, determinou o uso de papel reciclado por todos os órgãos públicos municipais.

Ainda em relação à emancipação de São Bernardino, em 1996, São Lourenço do Oeste destinou-lhe parte de seu território, por vontade de moradores das Linhas Scheid, Fátima, Monjolinho, Bender, Erveira e Coxilha Rica. Cerca de 20 famílias das comunidades de Serra Alta e de Coxilha Rica, que viviam na área limítrofe dos Municípios, mas na parte pertencente a São Lourenço do Oeste, reclamavam da falta de atendimento, especialmente à malha viária. Como se encontravam próximas a São Bernardino, e por terem suas vidas a ele voltadas, ficou acordado, em reunião realizada no dia 03 de maio de 2007, que São Lourenço do Oeste repassaria combustível a São Bernardino para a realização dos serviços então solicitados.



Figura 384: Vereadores de São Lourenço do Oeste e de São Bernardino em reunião com moradores das Linhas Serra Alta e Coxilha Rica - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 385: Vereadores, prefeitos e assessores jurídicos das Câmaras de São Lourenço do Oeste e de São Bernardino, em reunião na Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

São Lourenço do Oeste passou por uma etapa de grande repercussão, principalmente aos moradores da cidade. Ficou por conta do projeto do Executivo, aprovado e transformado na Lei nº 1.664, de 22 de maio de 2007, que instituiu o processo participativo para a elaboração e a regulamentação do plano diretor.

Para tal, no dia 23 de novembro de 2006, foi criado o núcleo gestor e, a partir do dia 17 de abril de 2007, data do lançamento, a comunidade lourenciana discutiu propostas para o desenvolvimento e para o crescimento ordenado do Município. Participaram do processo: técnicos municipais, lideranças da sociedade organizada e profissionais de várias áreas, com o objetivo de formular propostas ao referido plano, aprovado em 17 de dezembro de 2012, e transformado na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012.



Figura 386: Reunião do plano diretor, no CRA - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Durante o período em análise, os vereadores aprovaram 03 Loteamentos: Wolfart, Menegatti II, Bella Vista e Industrial Efaislo, porém, todos em 2006.

Convém destacar que esta legislatura também descentralizou algumas de suas sessões. Em 21 de agosto de 2008, realizou sessão ordinária na sede da Escola Especial Nossa Senhora das Graças (APAE), ocasião em que esta recebeu homenagem com a moção de congratulação e de louvor pelos trabalhos realizados em favor de pessoas com deficiência. Na sequência, em 11 de dezembro de 2006, ocorreu no pavilhão comunitário do Bairro Perpétuo Socorro.



Figura 387: Reunião descentralizada da Câmara de Vereadores na Escola Nossa Senhora das Graças (APAE) - 2006.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A partir da Resolução nº 163, de 20 de setembro de 2007, a Câmara instituiu o Programa Conheça o Legislativo Municipal, para incentivar os cidadãos lourencianos a participarem das sessões, conhecerem as dependências, as funções e as ações dos vereadores.



Figura 388: Alunos da EEB. Sórora Angélica em visita ao plenário do Legislativo - 2006.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 389: Moradores de Santa Inês e de São Paulinho e alunos da EEB. Volta Redonda, de São Roque, participando de sessão ordinária da Câmara de Vereadores - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Além disso, com o objetivo de oportunizar acesso à informação digital à população lourenciana, o Poder criou, em março de 2008, o Programa Espaço Cidadão. Conta com microcomputadores ligados à internet e impressoras para a realização de pesquisas, trabalhos escolares e outras atividades. Este serviço continua sendo prestado à população.



Figura 390: Adolescentes e jovens realizando pesquisas e trabalhos escolares no Espaço Cidadão, da Câmara de Vereadores - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E, para marcar o cinquentenário de São Lourenço do Oeste e manter viva sua história, a Casa efetuou o resgate histórico com vistas à constituição do Acervo de Memória do Legislativo e do Município, lançado em 14 de novembro de 2008.



Figura 391: Éderson, Kelly, Daniela e Juliana, servidores da Câmara de Vereadores, coletando documentos e informações para o Acervo de Memória - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 392: Acervo de Memória da Câmara de Vereadores - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Todos os vereadores assinaram, em 25 de abril de 2007, a proposição para solicitar ao Governo Federal a instalação de uma unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil em São Lourenço do Oeste. Os municípios que compõem a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional seriam atendidos com os serviços da Receita, além da Secretaria da Receita Previdenciária, o que evitaria deslocamentos a outros centros que prestam o atendimento.

Durante a legislatura, vários cidadãos utilizaram o espaço da tribuna popular para falar sobre os seguintes assuntos:

Em 2005:

- 14 de março - Flávio Dal'Agnol, secretário de saúde - esclarecimentos sobre a falta de médicos no plantão; e
- 06 de outubro - Carlos Augusto de Andrade Morbini, delegado regional de polícia - segurança pública.

Em 2006:

- 23 de março - Silvestre Sganzerla - revisão dos benefícios dos aposentados e pensionistas;
- 22 de maio - Ivo Deon - agricultura;
- 22 de maio - João Antonio Garcia - mobilização do magistério público municipal;
- 07 de agosto - Carlos Augusto de Andrade Morbini, delegado regional de polícia - atuação da Delegacia Regional;
- 14 de agosto - José de Camargo - precariedade da iluminação pública;
- 21 de agosto - Italino Scariotti e Lenir Suzin - atividades da APAE;
- 30 de outubro - Walter Linhares - Associação Atlética São Lourenço de Futsal; e
- 11 de dezembro - Luiz Carlos Cadore - reivindicações dos moradores do Bairro Perpétuo Socorro.

Em 2007:

- 14 de março - Silvestre Sganzerla - assembleia geral da Associação dos Aposentados e Pensionistas;
- 07 de maio - Ivo Peron - precariedade do transporte coletivo rodoviário;
- 26 de setembro - Roque Batista da Silva, da Linha Santa Inês, e Rodrigo Nalin, da EEB. Volta Redonda, de São Roque - reivindicações de suas comunidades;
- 22 de outubro - Alziro Alberto Milan, de São Paulinho e Ivo Deon, de Linha Limoeiro - reivindicações em favor de suas comunidades;
- 19 de novembro - Janir Pandolf e Divilho Scheibel, alunos do CEJA - educação;
- 26 de novembro - Flávia Artuso e Thaynan Moreira Ferreira, alunas da EEB. Rui Barbosa - apresentação de trabalhos escolares;
- 03 de dezembro - Renato Hartwig Grahl - atendimento do SUS no Hospital da Fundação; e
- 05 de dezembro - João Carlos Echer, secretário regional - realizações da SDR, desde a sua implantação.

Em 2008:

- 18 de fevereiro - Magda Angela Lorenzton Lazon - fundação da Organização Entre Amigos e Crianças (ONG).

O Programa Abrigo Domiciliar foi criado com a finalidade de atender crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, de forma a proteger seus direitos e dar garantias fundamentais, previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da

Criança e do Adolescente). Constituiu-se numa alternativa de atendimento aos menores, quando o seu afastamento do convívio familiar faz-se necessário. Hoje, o programa está configurado em torno da Família Acolhedora, que abriga crianças até que o juiz decida o melhor encaminhamento para cada caso.

### **13.5 Destaques do Executivo**

É certo que o Executivo iniciou suas atividades com uma das ações de maior influência na vida das pessoas: o fornecimento regular de água. Assim sendo, a fim de suprir a demanda do Município, iniciou os trabalhos para viabilizar a perfuração do poço profundo até atingir o Aquífero Guarani, maior reservatório de água do mundo, compreendendo os territórios do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina.

O seminário regional acerca da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, realizado em 14 de abril de 2005, no centro comunitário do centro, buscou ampliar as discussões ora principiadas. Como consequência da preocupação geral da sociedade lourenciana, numa parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura, os trabalhos de perfuração do poço de São Lourenço do Oeste iniciaram-se em 14 de novembro de 2006 e foram concluídos em 31 de agosto de 2007. Os investimentos compreenderam R\$ 5.025.385,00 (cinco milhões, vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais). Destes, R\$ 4.930.661,00 (quatro milhões, novecentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e um reais) oriundos da CASAN, e R\$ 88.724,00 (oitenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais) da Prefeitura.

Em agosto de 2007 começou a vazão da água do poço mais profundo da América Latina, com 1.560 metros de profundidade e capacidade de 120 mil litros por hora e, em dezembro, desencadearam-se os trabalhos de canalização e de construção da estação de resfriamento.



Figura 393: Poço profundo - 2007.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Além dos encaminhamentos para o fornecimento da água, em setembro de 2006 foram realizadas reuniões entre o Executivo e o Legislativo, a fim de discutirem o projeto de lei que autorizava o Prefeito a estabelecer gestão compartilhada com o Governo do Estado para a prestação, o planejamento, a regulação e a fiscalização dos serviços do saneamento básico.

Em relação à educação, a Lei nº 1.554, de 12 de dezembro de 2005, criou a EBM. São Francisco, no Bairro São Francisco, com turmas de alfabetização e de séries iniciais do ensino fundamental, prevendo, futuramente, a ampliação até o 9º ano. Em 2008, o prédio foi construído, com 1.494,80 m<sup>2</sup>, e investidos R\$ 924.900,00 (novecentos e vinte e quatro mil e novecentos reais).



Figura 394: Escola Básica Municipal São Francisco - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E a Lei nº 1.627, de 14 de dezembro de 2006, autorizou o Município a doar uma área de 28.011,12 m<sup>2</sup>, à margem da Rodovia SC-480, Bairro São Francisco, avaliada em R\$ 148.458,93 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), à Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), mantenedora da Unochapecó, para a construção da Unidade de São Lourenço do Oeste e, assim, contribuir para a permanência e a ampliação das atividades da Universidade no Município.



Figura 395: Unochapecó de São Lourenço do Oeste - 2016.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 396: Maquete da Unochapecó, em São Lourenço do Oeste - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No que se refere à área da saúde, em setembro de 2005, a Prefeitura alugou as instalações do Hospital e Maternidade São Lourenço, com aproximadamente 3.100 m<sup>2</sup>, por R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais) mensais. A Municipalidade reformou o espaço e, em março de 2006, inaugurou a Policlínica Municipal de Saúde. Passou a abrigar, também, o ambulatório, o pronto atendimento, o SAMU, a odontologia e o CAPS.



Figura 397: Policlínica Municipal de Saúde - 2008.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Diante da reorganização geral, equipamentos hospitalares precisaram ser adquiridos, para os quais o Município investiu R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), provenientes de convênio estabelecido com a Secretaria de Estado da Saúde.

Também os Bairros Santa Catarina e São Francisco e os Distritos de Presidente Juscelino, de Frederico Wastner e de São Roque foram contemplados com unidades básicas de saúde, construídas em 2007 e em 2008.



Figura 398: Inauguração da Unidade Básica de Saúde no Bairro São Francisco - 2007.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Quando da inauguração da Unidade do Bairro São Francisco participaram autoridades estaduais e municipais: na tribuna, o governador Luiz Henrique da Silveira e, ao lado, Arno Etges, Carla Janczeski Etges, prefeito Tomé Etges, secretário regional João Carlos Ecker,

deputado federal Valdir Colatto, presidente da Câmara Ilvo Ioris, secretário municipal de saúde Flávio Dal'Agnol, deputado federal Celso Maldaner e ex-deputado federal Francisco Libardoni.



Figura 399: Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Catarina - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Ademais, a Lei nº 1.757, de 07 de julho de 2008, autorizou São Lourenço do Oeste a fazer parte da Associação Intermunicipal de Saúde (Assims), com sede em Pato Branco (PR), formada pelos municípios paranaenses de Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudades do Iguaçú, Sulina e Vitorino.

Autoridades regionais e locais das regiões de São Lourenço do Oeste e de Pato Branco assinaram a pactuação da saúde no dia 29 de maio de 2008, em solenidade, no centro comunitário do Bairro Santa Catarina. A partir de agosto de 2008 iniciaram-se os atendimentos dos lourencianos em Pato Branco (PR).



Figura 400: Assinatura da pactuação da saúde. Da esquerda para a direita: diretor do Hospital São Lucas, de Pato Branco, Fábio Franzoni (sentado); secretário de desenvolvimento regional, João Carlos Ecker; prefeito, Tomé Etges; vice-prefeito, Nivaldo Lazon; diretor da Policlínica Pato Branco, Ivânio Guerra (atrás); presidente da Câmara de Vereadores, Ilvo Gabriel loris; e secretário de saúde de São Lourenço do Oeste, Gilberto da Silva - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Também no dia 14 de dezembro de 2006, o Prefeito assinou a Lei nº 1.631, promulgando o projeto da vereadora Irma Terezinha Isoton, que instituiu o dia 27 de novembro como dia municipal da luta contra o câncer de mama e próstata. Ainda de iniciativa da mesma vereadora, no dia 26 de novembro de 2007, a Câmara aprovou e encaminhou pedido ao Prefeito, a fim de criar um programa de conscientização e de combate às doenças acima citadas, conforme determina a legislação.

O programa Transformando, da Secretaria de Desenvolvimento Social, instituído pela Lei nº 1.546, de 22 de novembro de 2005, objetivava fortalecer e assessorar os clubes de mães do Município, facilitar a integração das mães na comunidade e contribuir para a geração de renda das famílias.

Quanto às indústrias e ao comércio, por proposta do Executivo Municipal, a Lei nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005, objetivava adequar e ampliar os incentivos fiscais, econômicos, estruturais, assessoria empresarial e cursos profissionalizantes às indústrias que aqui estabelecessem atividades e também às já existentes que ampliassem sua capacidade de produção e demanda de mão de obra.

Tais incentivos estavam em acordo com as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e demais regulamentos aplicáveis. Destinavam-se às empresas que priorizassem: o apoio à geração de empregos; a organização de grupos produtivos; o relacionamento de entidades ligadas a cada setor; a aproximação do Poder Público com a iniciativa privada; a ampliação de conhecimentos; a profissionalização; e a criação de oportunidades para a promoção de melhores condições de vida aos munícipes.

Em razão de o parque de exposições não mais cumprir com os objetivos para os quais foi criado, e suas edificações já serem utilizadas por indústrias há mais de 10 anos, o Executivo transformou-o em loteamento industrial, por meio da Lei nº 1.624, de 22 de novembro de 2006, denominando-o Loteamento Industrial Efaislo. Com a promulgação da Lei nº 1.655, de 22 de maio de 2007, o Município vendeu ou doou as edificações e os lotes recém-criados.



Figura 401: Loteamento Industrial Efaislo - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 402: Portal de acesso sul à cidade de São Lourenço do Oeste, remodelado em 2007.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Um modelo utilizado pela Administração Municipal na década de 1960 foi retomado, com algumas inovações, por meio da Lei nº 1.562, de 20 de dezembro de 2005. Visa à realização de pavimentação das vias públicas, com calçamento e asfalto, em parceria entre os proprietários lindeiros e o Poder Público Municipal.



Figura 403: Pavimentação na Rua Sete de Setembro, Bairro Santa Catarina - 2006.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Algumas obras, aquisições e doações do Governo Municipal, período 2005/2008, podem ser aqui destacadas:

- inauguração da sede da Gerência de Infraestrutura de São Roque, no dia 26 de novembro de 2005, com investimento de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);
- doação do imóvel com 13.910 m<sup>2</sup> e o prédio escolar desativado à Associação Comunitária de Cabeceira do Rio Giordani, da Linha Cabeceira do Rio Giordani, para servir a atividades diversas da comunidade - Lei nº 1.570, de 28 de março de 2006;
- aquisição, em 2006, da área do Cemitério Jardim da Saudade, próxima ao Contorno Viário Armino Echer, sendo que a Lei nº 1.620, de 07 de novembro de 2006, manteve a denominação, e a Lei nº 1.628, de 14 de dezembro de 2006, regulamentou o uso dos cemitérios públicos municipais;
- doação à Empresa Tescal Indústria de Móveis Ltda, de um lote urbano com 18.467,05 m<sup>2</sup>, na Área Industrial I, avaliado em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com 600 m<sup>2</sup> de edificação de alvenaria e avaliado em R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) - Lei nº 1.692, de 17 de julho de 2007;
- aquisição e doação de uma área com 340.373,55 m<sup>2</sup> à empresa Nutrisul, localizada à margem da Rodovia SC-480, próxima ao Bairro São Francisco, com o objetivo de auxiliar na construção da nova unidade de produção. Os investimentos somaram R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos do Governo do Estado de Santa Catarina e R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) da Prefeitura. No dia 18 de abril de 2008, a empresa inaugurou sua nova unidade - Leis nº 1.534, de 23 de agosto de 2005, e nº 1.709, de 22 de outubro de 2007; e
- doação de máquinas, equipamentos agrícolas, recursos financeiros e combustíveis

para a realização de atividades agrícolas nas propriedades pertencentes às Associações de Máquinas e de Desenvolvimento Comunitário dos Distritos de São Roque, Presidente Juscelino e Frederico Wastner.



Figura 404: Tomé Etges, prefeito, João Carlos Ecker, secretário de desenvolvimento regional, e Norival Cenci, secretário municipal de administração e planejamento, em reunião com os vereadores para tratar da aquisição e da doação de área à Empresa Nutrisul - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Também, o Governo Municipal implantou novos sistemas de informática e de comunicação nos órgãos públicos municipais e renovou a frota de veículos, máquinas e equipamentos.



Figura 405: Máquinas adquiridas pela Administração 2005/2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 406: Veículos adquiridos pela Administração 2005/2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 407: Central de informática da prefeitura - 2007.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.

E a Lei nº 1.650, de 16 de março de 2007, autorizou a Prefeitura a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina (PRO-FDM), mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, e a financiar, na Agência Catarinense de Fomento S/A (Badesc), até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para adquirir caminhões, máquinas e equipamentos rodoviários e realizar obras de infraestrutura e de reurbanização.

Já as Leis Complementares nº 79, de 16 de fevereiro de 2007, e nº 80, de 16 de março de 2007, criaram as Autarquias do Comitê Desportivo Municipal e do Instituto Cultural São Lourenço, que têm como responsabilidade o desenvolvimento de ações e de atividades nas áreas esportiva e cultural do Município.



Figura 408: Logotipos do Comitê Desportivo Municipal e do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - 2007.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento de serviços postais à população dos Distritos de São Roque, de Presidente Juscelino e de Frederico Wastner, o Executivo Municipal recebeu autorização, pela Lei nº 1.668, de 28 de maio de 2007, para celebrar termo de convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e criar a Agência de Correios Comunitária nas sedes dos Distritos.

No que tange ao desenvolvimento cultural do Município, o Prefeito solicitou autorização à Câmara para adquirir uma área com 15.543,53 m<sup>2</sup>, avaliada em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), no Loteamento Menegatti II, próximo ao Hospital da Fundação, com a finalidade de lá construir um centro de eventos. A aquisição foi estratégica, uma vez que o loteamento recém-criado e, adjacente à área adquirida pela Prefeitura, encontram-se áreas de preservação, perfazendo um total de 35.494,85 m<sup>2</sup>.

Assim sendo, o Executivo Municipal buscou convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina para a referida construção, com investimento total de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Destes, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) seriam disponibilizados pelo Governo do Estado e, o restante, pelo próprio Município.

A solenidade para a assinatura do convênio aconteceu em 22 de setembro de 2007, estando presente o prefeito Tomé Etges, o governador Luiz Henrique da Silveira, o vice-governador Leonel Pavan, o secretário de Estado do desenvolvimento regional João Carlos

Ecker e outras lideranças políticas locais, regionais, estaduais e nacionais.

As obras iniciaram no dia 13 de março de 2008, com conclusão prevista para o mês de junho de 2009. Efetivada a obra, o Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste conta com área total de 9.291,67 m<sup>2</sup>.



Figura 409: Vista aérea do Loteamento Menegatti II, local onde foi edificado o Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 410: Obras do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 411: Maquete do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste - 2007.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.

Convém destacar que o Programa de Recuperação da Mata Nativa, instituído pela Lei nº 1.701, de 21 de setembro de 2007, implantado mediante contrato de parceria entre o Governo Municipal e os proprietários de imóveis rurais, tinha por objetivo: a recuperação da cobertura florestal nativa do território de São Lourenço do Oeste; a recuperação de áreas degradadas e expostas à erosão; a preservação de nascentes de água, mananciais e córregos; e o reflorestamento de regiões ribeirinhas e encostas que, mesmo exploradas em atividades agrícolas ou pastoris, estariam expostas a risco ambiental.

Além do fornecimento das mudas, a Prefeitura assumiu o compromisso de repassar aos participantes do programa o benefício ecológico no valor anual de R\$ 1,00 (um real) por muda plantada e em desenvolvimento, em 10 cotas anuais, contadas a partir do primeiro ano subsequente à expedição do Laudo de Vistoria de Plantio (LVP).

Vale ressaltar que, em 2008, São Lourenço do Oeste completou 50 anos de emancipação político-administrativa e, de fevereiro a novembro, a Municipalidade ofereceu diversas atividades esportivas, homenagens, festas étnicas, festival, shows, entre outras. Como parte das comemorações do cinquentenário, o Governo Municipal criou o livro ouro para que lourencianos e autoridades diversas também assinassem este importante documento, que fará parte da história do Município.



Figura 412: O 1º prefeito eleito, José Ebling, e o vice-governador, Leonel Pavan, descerrando o selo comemorativo ao cinquentenário de São Lourenço do Oeste - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 413: Mesa de autoridades na solenidade de abertura das programações do cinquentenário de São Lourenço do Oeste. Da esquerda para a direita: vereadores, Aldo Pan e Ilvo Ioris, presidentes da Câmara 2005/2006 e 2007/2008; vice-prefeito, Nivaldo Lazon; prefeito, Tomé Etges; vice-governador, Leonel Pavan; e secretário regional, João Carlos Ecker - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 414: Homenagem aos servidores públicos municipais, ativos e aposentados - 2008.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 415: Fechamento a cápsula do tempo, que será aberta no cinquentenário da Acislo, em 2033. Presidente da Acislo, Daniel Lazon; secretário regional, Francisco Libardoni; vice-presidente da Câmara de Vereadores, Adirlei Santian; secretária de desenvolvimento urbano, indústria e comércio, Karla Pedrassani; e vice-prefeito; Nivaldo Luiz Lazon - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 416: Homenagem às famílias pioneiras - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 417: Marco do cinquentenário de São Lourenço do Oeste, construído na Praça da Liberdade - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 418: Caminhada da cidadania e homenagem aos idosos - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 419: Homenagem aos educadores - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.

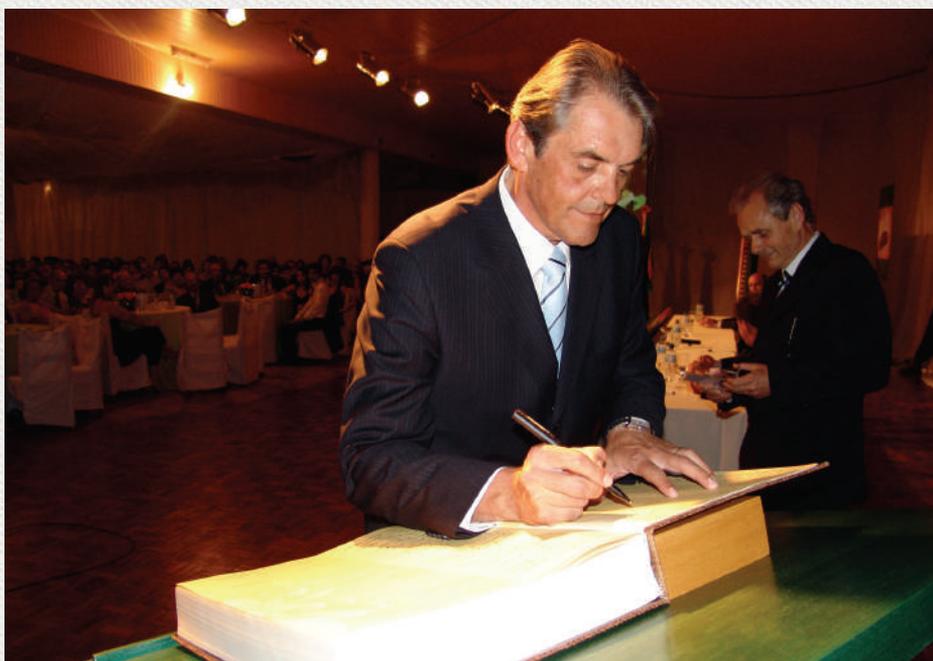


Figura 420: Prefeito Tomé Etges assinando do livro ouro - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 421: Prefeito Tomé Etges com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, para assinatura do livro ouro - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 422: Figura: Vice-presidente da República, José Alencar, em Brasília, assinando o livro ouro - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.



Figura 423: Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, assinando o livro ouro em São Lourenço do Oeste - 2008.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço Oeste.

### **13.6 Destaques da sociedade**

No período em análise, São Lourenço do Oeste contou com significativos investimentos, principalmente por parte do Governo Estadual que, intermediado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, contribuiu para ações há tempos necessárias.

Em primeiro plano, no dia 17 de março de 2005, os vereadores, o secretário João Carlos Ecker, e lideranças de São Roque reuniram-se, na Câmara, para discutirem a doação do terreno do ginásio de esportes ao Estado de Santa Catarina e, assim, viabilizar a continuidade da obra até então paralisada.

Já em 18 de agosto de 2005, na Câmara de Vereadores, foi assinada a escritura do terreno para a construção do ginásio de esportes da EEB. Volta Redonda, doado ao Estado, pela Lei nº 1.514, de 21 de março de 2005. O governador Luiz Henrique da Silveira, em 16 de dezembro de 2005, entregou a obra à comunidade de São Roque. Também a EEB. Leoberto Leal, de Frederico Wastner, e a EEB. São Valentim, de Presidente Juscelino, ganharam os seus ginásios, inaugurados em 11 de março de 2005 e em 19 de março de 2007, respectivamente.

Vale ressaltar que, durante a audiência com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, realizada no mês de novembro de 2005, em Chapecó, o governador Luiz Henrique instalou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no Oeste Catarinense e entregou três UTIs móveis e oito ambulâncias de suporte básico. São Lourenço do Oeste recebeu uma delas para atender os municípios de abrangência da SDR, ou seja, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino e Campo Erê.

Por diversas ocasiões, o Governador e o Vice-governador do Estado de Santa Catarina estiveram em São Lourenço do Oeste, participando de inaugurações e de ações significativas para a região. Na visita do dia 21 de dezembro de 2005, o governador Luiz Henrique da Silveira participou da abertura oficial do Natal dos Sonhos.



Figura 424: Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, em comemoração ao Natal - 2005.

Fonte: Acervo de Rudi Fotografias.



Figura 425: Luiz Henrique da Silveira, governador de Santa Catarina, e Tomé Francisco Ets, prefeito de São Lourenço do Oeste, entregando a chave do município ao Papai Noel do Brasil - 2005.

Fonte: Acervo de Rudi Fotografias.



Figura 426: Corais de São Lourenço do Oeste nas sacadas do prédio ao lado da Praça da Bandeira, quando da abertura das comemorações natalinas - 2007.

Fonte: Acervo do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste.

Ação de grande representatividade ocorreu em 23 de julho de 2007, quando da inauguração da sede própria do Corpo de Bombeiros, com 423,03 m<sup>2</sup>, à margem da rodovia SC-468, no Bairro Santa Catarina, iniciada na gestão 2001/2004, para a qual o Município investiu R\$ 143.017,65 (cento e quarenta e três mil, dezessete reais e sessenta e cinco centavos).



Figura 427: Sede do Corpo de Bombeiros de São Lourenço do Oeste - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Autorizada pelo Banco Central do Brasil, no dia 01 de agosto de 1988, um grupo de 23 agricultores criou a Cooperativa de Crédito Rural de São Lourenço do Oeste Credicaslo, iniciando suas atividades em 25 de janeiro de 1989. Inicialmente funcionou em uma pequena sala, anexa à matriz da CASLO. Devido ao seu rápido crescimento precisou ser transferida para a Rua Ernesto Beuter, em 1994. Por decisão da assembleia geral dos associados, em 1998, a Credicaslo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural de São Lourenço do Oeste - Sicoob São Lourenço e, em 2008, para Sicoob/SC Noroeste. Em 2004 mudou-se para a Rua Coronel Bertaso e, em 2014, para a sede própria, na Rua Dom Pedro II.



Figura 428: Sicoob Noroeste, instalado na Rua Coronel Bertaso, centro - 2008.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 429: Sicoob Noroeste, sede própria, na Rua Dom Pedro II - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Por fim, a Ação Global, do Serviço Social da Indústria de Santa Catarina (SESI-SC), foi realizada em São Lourenço do Oeste no dia 22 de setembro de 2007, em parceria com a Rede Globo e apoio da empresa Parati.

Na ocasião, houve a prestação de 17.048 atendimentos gratuitos, voltados à saúde, à educação, à cidadania, ao lazer, à cultura e ao esporte, todos na Rua Duque de Caxias e no ginásio de esportes do centro. A central funcionou na Câmara de Vereadores, onde aconteceu a solenidade de lançamento do evento, com a presença do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, do vice-governador, Leonel Pavan, e da atriz Carolina Kasting, da Rede Globo.



Figura 430: Solenidade de abertura da Ação Global/2007 e assinatura de diversos convênios com o governo do Estado. No plenário, autoridades estaduais, regionais e locais, entre elas o governador Luiz Henrique da Silveira, o vice-governador Leonel Pavan e o prefeito Tomé Etges - 2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 431: Carolina Kasting, atriz da Rede Globo, participando da Ação Global/2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 432: Prestação de serviços gratuitos à comunidade durante a Ação Global/2007.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **13.7 Outras informações relevantes**

De 2005 a 2008 atuaram na Comarca os juízes: Marco Aurélio Ghisi Machado, Marcelo Elias Naschenweng e Jéferson Osvaldo Vieira; os promotores de justiça: Eraldo Antunes e Caroline Moreira Suzin; o delegado de polícia regional: Carlos Augusto de Andrade Morbini; e o delegado de polícia da Comarca: Luiz Carlos Dadam.

Servidores da Câmara de Vereadores: Éderson Hermann, secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Daniela Cristina Puerari, assistente administrativa, desde 01 de fevereiro de 1997; Gilberto Veraldo Schiavini, assessor jurídico, de 01 de junho de 1992 a 19 de junho de 1995, reconduzido em 17 de fevereiro de 2005, até 31 de dezembro de 2010; Anilson Spricigo, assessor de comunicação, de 03 de fevereiro de 2005 a 01 de março de 2006; Luiz Carlos Nascimento, assessor de comunicação, de 22 de maio de 2007 a 31 de janeiro de 2015; Diva de Oliveira, auxiliar administrativa, de 01 de dezembro de 2003 a 05 de maio de 2008; Claudia Lago Garlet, auxiliar administrativo, de 01 de fevereiro de 2006 a 28 de maio de 2006; Juliana Novais Meneguetti, serviços gerais, de 03 de setembro de 2007 a 17 de março de 2015; Kelly Suzana Spenassatto, auxiliar administrativo, desde 02 de maio de 2008; e Sezarlei Ferreira Bueno, contador, de 15 de janeiro de 1998 a 26 de fevereiro de 2002.

Esta foi a equipe administrativa do Governo Municipal: secretário de administração e planejamento: Norival João Cenci, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008; secretários da fazenda: Beni Roque Negri, de 01 de janeiro de 2005 a 23 de abril de 2007, e Lauri Alberto Centenaro, de 01 de junho de 2007 a 31 de dezembro de 2008; secretário de desenvolvimento do interior e agricultura: Dionísio Biazussi, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008; secretários de saúde: Flávio Dal'Agnol, de 01 de fevereiro de 2005 a 04 de abril de 2008 e de 09 de outubro a 31 de dezembro de 2008, e Gilberto da Silva, de 02 de maio a 08 de outubro de 2008; secretária de desenvolvimento urbano, indústria e comércio: Karla Pedrassani, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008; secretária de educação: Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008; e secretárias de desenvolvimento social: Ondina Savi Mondo Dal Pont, de 01 de janeiro de 2005 a 04 de abril de 2008, e Cléria Wenzel Grzebieluchas, de 02 de maio a 31 de dezembro de 2008.

Assim se constituíram os valores das receitas orçamentárias para o período 2004/2008:

- 2005: R\$ 14.317.728,00 (quatorze milhões, trezentos e dezessete mil, setecentos e vinte e oito reais);
- 2006: R\$ 19.949.500,00 (dezenove milhões, novecentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais);
- 2007: R\$ 22.503.500,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e três mil e quinhentos reais); e
- 2008: R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais).

No período 2005 a 2008, as ações públicas tiveram amparo em 389 atos legislativos, ou seja, 255 leis, 46 leis complementares, 74 decretos e 14 resoluções. Também, 22 entidades de caráter privado, ou instituídas por lei de utilidade pública, e 118 empresas privadas foram aqui instaladas. São números reveladores da organização da sociedade em busca do desenvolvimento.

### **13.8 Conclusão**

Aqui, muitas ações podem ser destacadas, mas as de maior relevância, seguramente, são: a construção do poço profundo, do Centro de Eventos e a pactuação da saúde com o Estado do Paraná. Quem dos aqui residentes não se recorda do racionamento de água durante as estiagens? Dias difíceis! E o Centro de Eventos, o que representa para o desenvolvimento cultural, individual e coletivo? E se for estabelecida a comparação entre o atendimento especializado à saúde em outros locais com Pato Branco, hoje, quantos ganhos podem ser relacionados? Há um detalhe significativo, que não pode ser olvidado: São Lourenço do Oeste é referência aos municípios da região, tanto é que estes também realizaram a mesma pactuação. Como último questionamento deste espaço: os investimentos ora realizados são, ou não, benéficos para nossa gente?

Não raro, algumas decisões e atividades são esquecidas, passam despercebidas ou então são criticadas sem a busca de maiores explicações. Mas, decorridos poucos anos desta gestão, já é possível analisar aspectos diferenciados dos Poderes Legislativo e Executivo, além de desfrutar das ações executadas no período em análise. Pensar São Lourenço de Oeste sem elas seria retroceder, literalmente. Embora algumas tenham gerado polêmicas, críticas, discussões acaloradas, e o que parecia desnecessário ou inoperante, hoje, toda a sociedade delas beneficia-se.

## **CAPÍTULO 14**

### **13ª LEGISLATURA E 12º MANDATO (01.01.2009 a 31.12.2012)**

#### **14.1 Introdução**

Este período constitui-se por características demandadas pela sociedade de uma época recente. Por isso, muitas vezes, os verbos estão no tempo presente, já que encaminhamentos anteriores continuam em vigor. Afinal, o tempo próximo interfere sobremaneira na atualidade.

Um diferencial, até então único, é a primeira reeleição do Prefeito, e com expressivo número de votos, configurando praticamente uma continuidade administrativa. Porém, a majoritária não teve a mesma composição que a anterior, tanto em nomes quanto em partidos.

Entraram em vigor leis de grande proporção, como: alteração do código tributário; atualização do valor venal dos imóveis; estatuto dos servidores públicos municipais; plano diretor participativo; plano municipal de saneamento básico; vale alimentação; lei da ficha limpa; e criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Algumas questões mereceram destaque na área da educação, quais sejam: mudança de local da secretaria municipal; implantação da biblioteca digitalizada; adoção do Sistema Positivo de Ensino para os alunos da rede municipal; implantação do curso de Tecnólogo em Produção Leiteira, na Unochapecó; entrega de laptops a alunos e a professores da rede municipal; e a municipalização do ensino fundamental.

Também podem ser realçados os seguintes investimentos municipais ou advindos do Estado: Loteamento Vida Nova, próximo à EBM. São Lourenço; doação do terreno para a construção da Unidade Prisional Avançada (UPA); doação de veículos ao Corpo de Bombeiros; reorganização da Praça da Bandeira; instalação dos semáforos; inauguração do Centro de Eventos; reorganização e ampliação dos espaços internos e externos da Câmara de Vereadores; instalação da regional da Cidasc; autorização para a revitalização da Rodovia SC - 480; construção do picadeiro da APAE; e outros mais.

Além destas, estão descritas ações que envolvem os Poderes e também a sociedade organizada, algumas envoltas em polêmicas, como é o caso da transformação do Banco BESC em Banco do Brasil; a alteração do número de vereadores; e a utilização das sacolas retornáveis. Mas houve outras, também muito representativas: implantação do canil na Delegacia de Polícia; instalação da ouvidoria do Legislativo; transmissão das sessões da Câmara pela internet, em áudio e vídeo; disponibilização da Câmara e dos seus programas às escolas; criação do Parlamento Jovem, a Câmara Mirim; e devolução de orçamento ao Executivo.

Na sequência é possível ampliar a compreensão, ao menos em partes, do processo histórico vivenciado no período 2009 a 2012 no município de São Lourenço do Oeste, seja pelo Executivo, pelo Legislativo ou pela sociedade organizada.

## 14.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências

Com 52,40% dos votos, o prefeito reeleito, Tomé Francisco Etges, conseguiu uma marca inédita: ser o mais votado na história do Município. Com o vice, João Carlos Ecker, formaram a coligação “A favor de São Lourenço”, composta pelos partidos PSDB, PMDB e PP, que obteve 6.964, votos, contra 6.343 de Geraldino Cardoso e Assuero Isoton, da coligação “Muda São Lourenço”, formada pelos partidos PT, PTB e PDT.



Figura 433: Tomé Francisco Etges  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste



Figura 434: João Carlos Ecker  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste

Elegeram-se para o Legislativo:

- pelo PSDB: Edilso Paulo Ranzan - 742 votos, Aldo Luiz Pan - 602 votos, e Isidério Luiz Moretto - 507 votos;

- pelo PMDB: Rafael Caleffi - 658 votos, Adilson Perazoli - 593 votos, e Walmor José Pederssetti - 500 votos;

- pelo PT: Valmir Luiz Maboni - 557 votos, e Idalino Bampi - 486 votos; e

- pelo PP: Daniel Rodrigo Hippler - 361 votos.



Figura 435: Edilso Paulo Ranzan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 436: Aldo Luiz Pan  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 437: Isidério Luiz Moretto  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 438: Rafael Caleffi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 439: Adilson Perazoli  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 440: Walmor José Pederssetti  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 441: Valmir Luiz Maboni  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 442: Idalino Bampi  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 443: Daniel Hippler  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Para a suplência, o Legislativo contou com o seguinte número: PMDB - 09; PT - 09; PSDB - 08; PP - 07; PTB - 05; e PDT - 02.

Em 2008, o Município contava com 15.167 eleitores, divididos em 43 seções eleitorais. Destes, 14.098 compareceram às urnas no dia 5 de outubro, 304 votaram em branco, 467 anularam o voto e 1.069 abstiveram-se.

No dia 1º de janeiro de 2009, às 14 horas, em solenidade no centro comunitário da Igreja Matriz, foram empossados o Executivo e o Legislativo de São Lourenço do Oeste.



Figura 444: Nivaldo Lazaron transmitindo o cargo ao prefeito reeleito Tomé Francisco Etges e ao vice-prefeito João Carlos Ecker - 2009.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 445: Posse do Executivo e do Legislativo - 2009.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **14.3 Mesas Diretoras, Líderes de Bancadas e Comissões Permanentes**

As Mesas Diretoras, os Líderes Partidários e as Comissões Permanentes para os biênios assim se constituíram:

- 2009/2010:

- Mesa Diretora:

Presidente: Daniel Rodrigo Hippler

Vice-presidente: Edilso Paulo Ranzan  
1º secretário: Aldo Luiz Pan  
2º secretário: Walmor José Pederssetti

- Líderes de Bancadas:  
Aldo Luiz Pan - PSDB  
Rafael Caleffi - PMDB  
Daniel Rodrigo Hippler - PP  
Valmir Luiz Maboni - PT

- Comissão de Legislação, Justiça e Redação:  
Presidente: Rafael Caleffi

Vice-presidente: Valmir Luiz Maboni  
Membro: Isidério Luiz Moretto

- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Aldo Luiz Pan

Vice-presidente: Walmor José Pederssetti  
Membro: Idalino Bampi

- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:  
Presidente: Isidério Luiz Moretto

Vice-presidente: Adilson Perazoli  
Membro: Valmir Luiz Maboni

- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Edilso Paulo Ranzan

Vice-presidente: Valmir Luiz Maboni  
Membro: Rafael Caleffi

- Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural:  
Presidente: Idalino Bampi

Vice-presidente: Adilson Perazoli  
Membro: Edilso Paulo Ranzan

- 2011/2012

- Mesa Diretora:

Presidente: Walmor José Pederssetti

Vice-presidente: Valmir Luiz Maboni

1º secretário: Isidério Luiz Moretto

2º secretário: Aldo Luiz Pan

- Líderes de Bancadas:  
Rafael Caleffi - PMDB  
Valmir Luiz Maboni - PT  
Aldo Luiz Pan - PSDB  
Daniel Rodrigo Hippler - PP

- Comissão de Legislação, Justiça e Redação:  
Presidente: Isidério Luiz Moretto

Vice-presidente: Valmir Luiz Maboni  
Membro: Rafael Caleffi  
- Comissão de Finanças e Orçamento:  
Presidente: Aldo Luiz Pan  
Vice-presidente: Adilson Perazoli  
Membro: Daniel Rodrigo Hippler  
- Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:  
Presidente: Dásio Miguel Franz  
Vice-presidente: Adilson Perazoli  
Membro: Isidério Luiz Moretto  
- Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:  
Presidente: Valmir Luiz Maboni  
Vice-presidente: Daniel Rodrigo Hippler  
Membro: Adilson Perazoli  
- Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural:  
Presidente: Adilson Perazoli  
Vice-presidente: Idalino Bampi  
Membro: Rafael Caleffi



Figura 446: Mesa Diretora 2009/2010 e demais vereadores.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 447: Mesa Diretora 2011/2012.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

#### **14.4 Destaques do Legislativo**

Muitas ações serão aqui apresentadas, de ambos os Poderes e também da sociedade, e em número maior que os outros períodos. É uma demonstração das intervenções ativas da sociedade lourenciana, que busca evoluir todos os dias.

O mandato iniciou-se com um encaminhamento um tanto triste, pois, Arno Ignácio Etges, ex-vereador, ex-presidente do Legislativo Municipal e pai do prefeito Tomé Francisco Etges, faleceu no dia 4 de janeiro de 2009, razão pela qual a Administração Municipal decretou luto oficial por três dias.



Figura 448: Arno Ignácio Etges

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Rafael Caleffi, desde seu primeiro ano de mandato, sugeriu a criação do Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon), no Município. Justificou que o meio de os cidadãos reclamarem seus direitos é o processo judicial, mas o custo é elevado e, por vezes, moroso. O vereador fez outras indicações voltadas ao assunto, porém, o Serviço não foi instalado.

No intuito de cumprir um de seus compromissos de campanha, o presidente da Câmara, Daniel Rodrigo Hippler, apresentou, no dia 02 de fevereiro de 2009, o programa Voz do Povo, um espaço destinado à população para sugerir mudanças ao setor público. Hippler apresentou o programa, inicialmente pela Rádio Bandas, Estação Comunitária, e, na sequência, pela Rádio Doze de Maio, até o dia 28 de fevereiro de 2014.

Com o propósito de ficar ainda mais próxima da comunidade, a Câmara inovou, colocando à disposição de todos os interessados mais uma ferramenta de informação. As sessões plenárias passaram, desde o dia 9 de março de 2009, a ser transmitidas em tempo real pela internet, primeiramente, em áudio e, posteriormente, também em vídeo.

Decorrente da Resolução nº 163, de 26 de setembro de 2007, foi instituído o Programa Conheça o Legislativo, para incentivar os cidadãos lourencianos a participarem das sessões, conhecerem as dependências, as funções da Casa e as ações dos vereadores. Desde a sua implantação, escolas, entidades, comunidades, entre outras, envolveram-se com o Programa.



Figura 449: Alunos da EEB. Sórora Angélica participando do programa Conheça o Legislativo - 2010.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E, no intuito de divulgar os programas da Casa, bem como ouvir as ações desenvolvidas e as necessidades destas instituições, em março de 2009, o presidente Daniel Rodrigo Hippler e o secretário executivo, Éderson Hermann, iniciaram um roteiro de visitas às escolas do Município.



Figura 450: Visita do presidente e do secretário da Câmara à EEB. Soror Angélica - 2009.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A fim de discutir os problemas relacionados às melhorias da segurança no Município, a Câmara realizou uma audiência pública, no dia 07 de maio de 2009, da qual participaram autoridades e populares, inclusive da região. Os destaques foram o elevado número de furtos, tanto na cidade quanto no interior, além da construção e da instalação de uma Unidade Prisional Avançada (UPA) e de um Centro de Internamento Provisório (CIP). O dia 28 de maio do mesmo ano ficou estabelecido como último prazo para definir o local de construção da UPA.



Figura 451: Audiência pública para pensar a segurança pública no município - 2009.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Nesta esteira, a Lei nº 1.837, de 20 de novembro de 2009, autorizou o Município a doar ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e do Cidadão, um imóvel para a construção do prédio da UPA, em São Lourenço do Oeste. O terreno tem 20.851 m<sup>2</sup>, localizado na comunidade de São Paulinho, às margens da Rodovia SC-157.

Na sessão do dia 25 de maio de 2009, os vereadores aprovaram o projeto transformado na Lei nº 1.807, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a nova lei do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Da nova estrutura administrativa, passou a fazer parte a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para a qual também o Conselho Municipal necessitava adequar-se, já que se vincula a esta Secretaria. O projeto original elevou o número de conselheiros de 12 para 15, e, aprovada a emenda pelo plenário, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais compôs o Conselho.

Já na sessão do dia 22 de junho de 2009, em ampla discussão, os vereadores aprovaram, por maioria, o projeto que originou a Lei Complementar nº 103, de 25 de junho de 2009, alterando o Código Tributário do Município. Determina que, consumada a inscrição em dívida ativa do débito, o contribuinte terá, ainda, sessenta dias para regularizar sua obrigação tributária perante o fisco municipal e, decorrido este prazo, os dados serão enviados à Centralização dos Serviços dos Bancos S.A (Serasa).

Com vistas a negativar os contribuintes inscritos em dívida ativa, o Governo Municipal assinou o contrato com a instituição em junho de 2010, levando em consideração o convênio firmado com a Acislo. Ao ser lançado, os fiscais da Secretaria da Fazenda notificam o contribuinte para quitar o débito em até 60 dias, ou parcelá-lo em até dez vezes. Caso os prazos não sejam cumpridos, a partir daí, o contribuinte será cadastrado no Serasa.

Pensando na melhoria dos trabalhos da Casa, durante o I Congresso Sulbrasileiro de Gestão Pública, de 20 a 22 de maio de 2009, em que a ouvidoria foi tema de discussão, o presidente, Daniel Rodrigo Hippler, e o secretário executivo, Éderson Hermann, tiveram a ideia de implantá-la na Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste. Está em funcionamento desde o dia 23 de setembro de 2009 e a população pode ligar no número 0800-647-2666, gratuitamente, para apresentar reclamações ou sugestões.

Melhorias na infraestrutura interna da Câmara de Vereadores efetivaram-se em junho de 2009. Agora, a circulação interna está mais organizada, com todas as divisórias reaproveitadas, as paredes estão com nova pintura e as janelas com persianas novas. Com a readequação, as salas para as bancadas do PSDB, do PP, do PMDB e do PT foram criadas e, desta maneira, a Câmara atendeu a reivindicação dos vereadores que não tinham local adequado para seus trabalhos. Também houve o investimento de cerca de R\$ 10.000,00 para o redimensionamento do plenário e do auditório, com capacidade para 100 lugares, atribuindo-lhes amplitude e conforto.



Figura 452: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste após a reforma - 2009.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A partir da instituição da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Câmara aprovou a Lei do Simples Municipal, nº 1.815, de 06 de julho de 2009, pois aos municípios coube a tarefa de regulamentar a matéria em âmbito local.

Também houve Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado pelo Executivo e pela Promotoria Pública, com vistas à atualização do valor venal dos imóveis da cidade e da atualização do IPTU, motivo que levou o Prefeito a encaminhar um projeto de lei à Câmara propondo a devida regularização. A fim de esclarecer os vereadores acerca do assunto, a convite do presidente Daniel Rodrigo Hippler, o promotor de justiça, Eraldo Antunes, participou da sessão plenária da Câmara, no dia 17 de agosto. Originalmente, o projeto não teve aprovação, mas, após reelaboração, retornou ao Legislativo e, aprovado, transformou-se na Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009.

No mês de setembro de 2009, entrou em vigor o Decreto Legislativo nº 641, de autoria da Mesa Diretora, que criou o Programa Parlamento Jovem e instituiu a Câmara Mirim. O propósito desta ação é envolver os adolescentes e os jovens, com intermediação das escolas, nas questões ligadas à política e à cidadania. Em novembro do mesmo ano, o Poder criou o Conselho Legislativo Mirim, a fim de que os ex-vereadores permaneçam inseridos no Programa por mais dois anos, mas na qualidade de conselheiros. Aprimorar a participação nas atividades parlamentares e sociais, contribuir no acompanhamento dos novos vereadores e difundir as atividades desenvolvidas pelo Parlamento Lourenciano são os objetivos deste Conselho. Na sequência, em dezembro, foi elaborado o Regimento Interno da Câmara Jovem.

Além de atividades parlamentares, os vereadores mirins participam de ações de cidadania e, anualmente, do encontro estadual, em Florianópolis. Lá, eles realizam

intercâmbio com as demais Câmaras do Estado e divulgam os seus trabalhos.

Vale lembrar que o primeiro pleito eleitoral para a Câmara Mirim ocorreu em março de 2010. Onze escolas do Município aderiram ao Programa, porém, somente nove participaram da eleição. Em razão do número de vagas coube uma para cada escola e todas as redes de ensino, estadual, municipal e particular, foram contempladas. Aquelas com menor número de alunos participam do sistema de rodízio. Já no mês de abril, em solenidades separadas, aconteceu a diplomação e, posteriormente, a posse da primeira legislatura, com mandato de um ano.

No período em análise, representaram as escolas os seguintes vereadores mirins:

- 2010:

EEB. Volta Redonda: Gesiane Aparecida Mezomo - presidente;

EEB. Rui Barbosa: Alana Comunello - vice-presidente;

CNEC: Gabriel Yan Consoli - 1º secretário;

EEB. Soror Angélica: Zonir Rampanelli Júnior - 2º secretário;

EEB. São Valentim: Paulo César Deon;

EEB. Leoberto Leal: Lucas Gonçalves;

EBM. São Lourenço: Karoline Tomazi Catani;

EBM. Santa Maria Goretti: Patrícia L. M. Barbosa; e

EBM. Santa Inês: Jussara Correia.

- 2011

EEB. Volta Redonda: Gabriela Cúnico - presidente;

EEB. Soror Angélica: Ana Paula Ranzan - vice-presidente;

EBM. São Lourenço: Vanuza Flor - 1ª secretária;

EBM. Santa Maria Goretti: Gabriela Ioris - 2ª secretária;

EEB. São Sebastião: Marilaine Tezza;

EEB. São Valentim: Jéssica Antunes da Silva;

EEB. Rui Barbosa: Viviani Matias;

EBM. Santa Inês: Bruna Custódio; e

ESFA: Maria Eduarda Fabian.

- 2012:

EEB. São Valentim/Extensão EBM. Santa Catarina: Natali Letícia Pereira - presidente;

EBM. Santa Inês: Rosângela Steil - vice-presidente;

EEB. Rui Barbosa/EBM. Irmã Neusa: Luiz Roberto Dendena - 1º secretário;

EBM. Santa Maria Goretti: Higor Augusto Kolling - 2º secretário;

EBM. São Roque: Eduardo Parisoto;

EEB. Soror Angélica: Guilherme Klein Machado;

ESFA: Karina Cofferrri;

EBM. Irmã Cecília: Larissa Libardoni; e

EBM. São Lourenço: Madalena de Almeida Nunes.

Dentre as diversas ações sociais e de cidadania, a Câmara Mirim desenvolveu a Campanha Permanente de Combate ao Uso de Drogas, com o slogan: “Diga não à morte. não use entorpecente! Diga sim à vida, seja consciente!”. Também há a mascote Super Faro, escolhida por concurso com a participação dos alunos do Município.



Figura 453: Vereadores Mirins - 2010.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 454: Vereadores Mirins - 2011.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 455: Vereadores Mirins - 2012.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 456: Folder da Campanha Permanente de Conscientização Antidrogas - 2012.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Na sessão do dia 25 de novembro de 2009, os vereadores aprovaram o projeto de autoria do vereador Isidério Moretto, proibindo o consumo de cigarro, cigarrilhas, charutos ou outros produtos derivados do tabaco em estabelecimentos comerciais e em locais públicos. As penalidades decorrentes das infrações devem ser impostas por autoridades competentes e pela vigilância sanitária municipal, que poderá realizar advertência verbal e, na reincidência, aplicar multa.

Com a abertura dos trabalhos de 2010, a Câmara de Vereadores realizou reunião extraordinária na manhã de 28 de janeiro, em atendimento à convocação do prefeito em exercício, João Carlos Ecker. Motivo: votação do projeto para alterar as Leis Orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária (LOA), autorizando o Executivo a realizar abertura de crédito especial no orçamento daquele ano, com o objetivo de construir a gerência de Presidente Juscelino. O Município investiu cerca de R\$ 150.000,00, sendo R\$ 100.000,00 provenientes do Governo do Estado e, o restante, da Prefeitura.

Pelos seus 44 anos de atuação, a Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, recebeu homenagem da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, no dia 19 de junho de 2010. Sadi Mazzioni, vice-reitor de administração da Unochapecó, representou a presidente da Fundação, professora Arlene Renk, e a secretária municipal de educação, Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, a Administração Municipal. Além de vereadores e de outras autoridades locais fizeram-se presentes os acadêmicos da Unochapecó - São Lourenço do Oeste.



Figura 457: Homenagem à Fundeste - 2010.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Devido à desatualização, o Estatuto dos Servidores Municipais de São Lourenço do Oeste, aprovado após a Constituição de 1988, teve reformulação por parte do Executivo e aprovação na sessão ordinária do dia 21 de junho de 2010. A matéria tramitou por outras duas oportunidades, foi discutida amplamente entre o Executivo e as bancadas da situação

PSDB/PMDB, retirada de tramitação e retornou com um novo texto para a aprovação. Na mensagem consta ser a desatualização um fator que dificulta a operacionalização de questões típicas do dia-a-dia, como, por exemplo, o estágio probatório, a aplicação de sanção disciplinar, a exigência do cumprimento dos deveres, a flexibilização do horário e o cumprimento da jornada diária.

Em junho de 2010, a Casa de Leis proporcionou outra visão ao seu jardim, ou seja, reurbanizou os passeios e os canteiros. Aumento dos passeios, bancos, postes de iluminação, lixeiras e floreiras receberam atenção especial. Com esta revitalização, também está cumprida a lei de acessibilidade, pois foram rebaixados os meios-fios e colocados os pisos-guias para orientar as pessoas com deficiências físicas e visuais.



Figura 458: Frente da Câmara de Vereadores após a reorganização - 2010.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Vale destacar que, por unanimidade, os vereadores aprovaram, no dia 15 de setembro de 2010, o Plano Municipal de Saneamento Básico, sem alterações no texto original. A Lei articula, integra e coordena recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Consta que alguns vereadores dos municípios pertencentes à região de São Lourenço do Oeste reuniram-se na Câmara, em julho de 2010, para discutir a alteração da Lei dos Orçamentos Regionais. Consistia na disseminação da Lei Complementar Estadual nº 157, de 09 de setembro de 1997, mas defasada, pois o Estado já dispõe de novo ambiente político e econômico e precisa dar maior dinamismo à referida Lei.

De autoria do presidente Daniel Rodrigo Hippler, o projeto de lei que regulamenta a chamada propaganda volante, ou som de rua, foi aprovado em outubro de 2010 e transformado na Lei nº 1.904, de 27 de outubro de 2010. Dentre outros aspectos, estabelece os procedimentos e o horário de permissão para a propaganda, que pode ser em horário comercial, de segunda a sábado, exceto em feriados, podendo ser prorrogado até às 19 horas, mas durante a vigência do horário de verão. Proíbe, também, a circulação simultânea de mais de um veículo divulgando publicidade no mesmo quarteirão, e o retorno na mesma via no intervalo de até uma hora. A divulgação não pode ultrapassar o nível de intensidade estabelecido pela Delegacia de Polícia. Esta Lei foi revogada em 07 de agosto de 2014, pela Lei nº 2.177, de autoria do vereador Alex Cleidir Tardetti, que inseriu modificações e novas regras ao texto até então vigente.

No dia 21 de dezembro de 2010, por iniciativa da Mesa Diretora, foi criada a Comissão de Assuntos Relevantes, com o objetivo de analisar o projeto de lei complementar do Executivo, que instituiu o Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste. Integraram a Comissão os vereadores: Aldo Luiz Pan, Isidério Luiz Moretto, Idalino Bampi, Daniel Rodrigo Hippler e Rafael Caleffi, mais tarde substituído por Adilson Perazoli. Inicialmente, o prazo de funcionamento foi determinado para seis meses, prorrogado outras vezes em razão da complexidade da matéria e da necessidade de ouvir os diversos segmentos sociais.

Conforme determina a legislação, a matéria necessita da participação popular. Por bom tempo, a equipe do Executivo responsável pela discussão e pela elaboração do projeto realizou dezenas de reuniões na cidade e no interior. De igual forma, a fase de discussão na Câmara também necessitava da participação popular, oportunidade em que diversos delegados, representando entidades e empresas lourencianas, apresentaram propostas de alterações. Estas foram discutidas e apreciadas em audiências públicas, realizadas nos dias 07 e 08 de novembro de 2011, e 28 e 29 de fevereiro de 2012. A proposta gerou debates acirrados, especialmente quanto à ocupação dos terrenos nas áreas centrais da cidade.



Figura 459: Primeira audiência do Plano Diretor Participativo - 2010.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em síntese, o Legislativo apreciou todo o projeto, sempre apoiado pela equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, que muito contribuiu na formatação da matéria final, incluindo as alterações aprovadas nas audiências públicas. Transformada a matéria inicial em substitutivo global, o projeto foi apresentado à Câmara pela Comissão de Assuntos Relevantes no dia 27 de agosto de 2012 e seguiu a tramitação legislativa para a discussão e a votação, com a aprovação de sete votos favoráveis e dois contrários, resultando na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012.

Por cinco votos a quatro, em março de 2011, o projeto contra o nepotismo foi rejeitado pelo Legislativo. De autoria do vereador Rafael Caleffi, compreendia a efetiva moralização dos serviços públicos no âmbito da administração pública no município de São Lourenço do Oeste. A matéria vedava a nomeação, a designação, a contratação ou o vínculo em qualquer cargo, emprego ou função gratificada de parente de autoridade nomeante e de servidor municipal, de qualquer Poder, que detenha mandato eletivo ou que esteja investido em qualquer cargo de comissão, de natureza política ou administrativa. Ressalta o projeto, também, que qualquer cidadão poderia reclamar, por escrito, perante autoridade competente, indicando provas ou fatos que possibilitem a constatação da prática de nepotismo.

Ainda, com vistas à efetiva moralização dos serviços no âmbito da Administração Pública, o vereador Rafael Caleffi propôs a criação da Lei Municipal da Ficha Limpa, que proíbe a nomeação de pessoas com algum processo na justiça para cargos de comissão e de confiança. O projeto, recebido pelo plenário da Câmara de Vereadores no fim de maio, foi aprovado por unanimidade, transformando-se na Lei nº 1.944, de 06 de julho de 2011.

No início de julho de 2011, numa das sessões do Legislativo, houve acaloradas discussões, decorrentes da autorização dada ao Executivo para contrair empréstimo no Badesc, no valor de R\$ 4.500.000,00. No projeto constava que o Município promoveria melhorias na infraestrutura urbana, proporcionando melhor qualidade de vida e maior segurança à população.

Por conseguinte, a bancada do PT apresentou emenda para aprovar o projeto, mas foi recusada pelos outros vereadores. Constava na emenda que, do montante dos recursos solicitados, R\$ 1.270.000,00 poderiam ser destinados a obras de pavimentação com pedras irregulares nos Loteamentos Néspolo, Cardoso e Carboni e Rua Wilibaldo Reichert, no Loteamento Fortunato, todos no Bairro São Francisco. Na emenda estavam incluídas para a mesma espécie de pavimentação a estrada de acesso à Linha Lajeado Raul e à Rua Borges de Medeiros, que dá acesso ao cemitério de Frederico Wastner. O projeto foi aprovado na sua versão original, por maioria.

Os vereadores mostraram insatisfação com a ação promovida pela Acislo, em que 23 entidades manifestaram, por meio de ofício, em agosto de 2011, repúdio à possibilidade de aumentar o número de vereadores para a próxima legislatura. Esta atitude foi considerada parcial pelos parlamentares, pois nem eles e nem os partidos políticos participaram da discussão.

No fim do mesmo mês, presidentes e membros dos partidos políticos encontraram-se para discutir o número de vereadores de São Lourenço do Oeste. Participaram do encontro: presidentes do PSDB, Agustinho Menegatti; do PT, vereador Valmir Maboni; do PMDB, Álvaro De Conto, e o presidente de honra, Lídio Sutilli; e membros das executivas do PTB, Najur Ronsani, e do PP, Jair Lemes da Rosa. Apenas o PDT não esteve presente. Os vereadores Adilson Perazoli, Isidério Moretto e Dásio Franz também participaram. Os

representantes do PR, do PT e do PTB declararam-se a favor da alteração do número de legisladores, o PMDB não se manifestou e o PSDB preferiu continuar com apenas nove.

Além disso, no dia 22 de setembro houve sessão para discutir o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município, no intuito de restabelecer o número de 11 vereadores, cujo embasamento se encontra na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009. A sessão foi longa, com debates inflamados e cheios de acusações, principalmente a alguns meios de comunicação em que colunistas “ofenderam” e “caluniaram”, conforme manifestação de legisladores. Em primeiro turno, por 4 x 2, o projeto de emenda, de autoria dos vereadores Adilson Perazoli, Dásio Franz e Valmir Maboni, foi rejeitado. Dos nove vereadores, Daniel não esteve presente, e os vereadores da bancada do PT abstiveram-se.

Pouco mais de 20 pessoas acompanharam a sessão até o intervalo e o número caiu no momento da votação. Naquele mesmo dia, entidades colocaram outdoors pela cidade, com alegações de que não é necessário mais de nove vereadores. Nas redes sociais também houve manifestações acerca do assunto. Em 31 de outubro, os autores do projeto solicitaram a retirada da matéria em tramitação.

Convém ressaltar que, por unanimidade, dois projetos tiveram a aprovação na sessão do dia 21 de novembro de 2011, com o objetivo de auxiliar financeiramente os servidores públicos municipais. Um deles, o abono natalino, concedido de 2007 a 2010, novamente atribuído em forma de pecúnia, nos valores de R\$ 250,00 até R\$ 350,00, dependendo do salário de cada servidor. A novidade ficou por conta da concessão de um vale alimentação no valor de R\$ 250,00 mensais, mais o abono pasqualino, do mesmo valor, a ser pago até a quarta-feira anterior à Páscoa. Com estes projetos beneficiaram-se os servidores em efetivo exercício da Administração Municipal direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário e conselheiros tutelares.

No ano de 2011, o orçamento da Câmara era de R\$ 1.000.000,00. Por pedido do Executivo, o Legislativo antecipou a devolução orçamentária no valor de R\$ 387.200,00. O presidente Pederssetti ressaltou que a Mesa Diretora, por 11 meses, adotou medidas de contenção de despesas, resultando neste valor.

O Legislativo rejeitou, por cinco votos a quatro, o veto do prefeito Tomé Francisco Etges ao projeto de lei, de autoria do vereador Valmir Maboni, que dispunha sobre a realização de palestras e atividades educativas de prevenção contra drogas, a serem realizadas nas escolas da esfera municipal. Com a rejeição do veto e o silêncio do Prefeito, coube ao presidente da Câmara promulgar o texto e, assim, criar a Lei nº 1.994, em 12 de março de 2012.

Com a revitalização das ruas de São Lourenço do Oeste, ainda em 2011, os estacionamentos passaram a ser paralelos, mas apenas em parte da cidade. O vereador Rafael Caleffi solicitou ao Executivo a fiscalização dos estacionamentos no centro, sendo a indicação aprovada por todo o Legislativo. Caleffi justificou seu pedido ao salientar que, recentemente, o Município implantou o novo estacionamento, criou vagas para motocicletas, carros, viaturas da Polícia Militar e outros.



Figura 460: Centro da cidade - 2011.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em março de 2012, os projetos do Executivo que previam aumento de 1% de reajuste aos salários dos servidores, dividido em duas parcelas de 0,5%, foram rejeitados. De acordo com os pareceres exarados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento, as matérias estavam dentro da legalidade, mas os vereadores contrários aos projetos acreditavam que o índice era muito baixo e não correspondia às reivindicações da categoria.

Em verdade, os vereadores cumpriram o combinado na assembleia do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, ou seja, que votariam contra a proposta apresentada. Walmor Pederssetti, Rafael Caleffi, Adilson Perazoli, Idalino Bampi, Daniel Hippler e Dásio Franz votaram contra; Aldo Paz e Isidério Moretto votaram a favor do projeto.

No mês de junho de 2011, o Legislativo elaborou e aprovou o projeto de lei que garantiu a sua reforma administrativa e a criação do plano de cargos e salários dos seus servidores. Para os cargos de provimento efetivo, o Executivo dizia haver inconstitucionalidade de salários, por considerá-los iguais ou semelhantes aos da Administração Municipal e vetou-os, juntamente com o plano de cargos e salários. Outro veto ainda ocorreu na parte que instituiu a Unidade de Controle Interno próprio, por entender que a Câmara não teria tal autonomia.

Já no mês de agosto, por ocasião da apreciação do veto, o plenário rejeitou a decisão do Prefeito no tocante às questões dos salários dos servidores efetivos e da criação da Unidade de Controle Interno, acatando apenas a não criação do plano de cargos e salários. Ante o fato, coube ao presidente da Câmara promulgar a parte da Lei que o Executivo não aceitou. Este, no mês de setembro, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), cuja decisão, emitida somente em abril de 2012, confirmou a constitucionalidade da Lei promulgada pela Câmara de Vereadores.

Também, o Legislativo decidiu, em maio de 2012, os valores a serem pagos aos vereadores do período 2013/2016, ou seja, R\$ 3.000,00. Os valores propostos tiveram

por base de reajuste a inflação apurada nos três primeiros anos da legislatura, somada a estimativa para o ano corrente (2012).

Seguida a mesma base de cálculo do reajuste dos vereadores, o subsídio do prefeito foi definido em R\$ 13.500,00, do vice-prefeito R\$ 6.700,00 e dos secretários municipais em R\$ 5.900,00. A Lei prevê, ainda, a revisão anual, a partir de 2014, em atendimento ao que dispõe a Constituição Federal. Também ficará mantido o pagamento do 13º salário e o gozo de férias anuais, com subsídio integral ao prefeito e ao vice, acrescidos de um terço aos secretários municipais.

Como consequência do projeto de autoria do vereador Daniel Rodrigo Hippler, o combate ao bullying ganhou reforço nas escolas. O Programa Respeito é Bom e eu Gosto, Bullying é Crime, tenta coibir a prática por meio da promoção de campanhas para conscientizar e punir nas escolas e destina-se à complementação da educação cultural, histórica e ambiental dos alunos que frequentam a educação infantil e o ensino fundamental nas escolas municipais. Também orienta a Secretaria de Educação a formar parcerias com órgãos públicos para a realização de palestras e outros encaminhamentos.

Na noite de 28 de maio de 2012, a Câmara aprovou o projeto de autoria dos vereadores da bancada do PSDB, com vistas à denominação do centro de eventos e de mais dois espaços internos. De acordo com a Lei nº 2.011, de 29 de maio de 2012, a obra chama-se Centro de Eventos São Lourenço do Oeste. Já a arena e o teatro homenageiam dois ex-vereadores, ou seja, Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti e Teatro Professor Arno Ignácio Etges. São mais de 9.000 m<sup>2</sup> e um investimento aproximado de R\$ 20.000.000,00.

Cabe ressaltar que, ao final de cada ano, ocorre a devolução de recursos da Câmara ao Executivo, mas somente se há sobra de orçamento. Em 2012, o Legislativo novamente antecipou-se e devolveu R\$ 200.000,00, pois a Mesa Diretora chegou à conclusão de que havia recursos disponíveis para suplementar o orçamento do Município, conforme solicitado pelo Executivo. A antecipação ocorreu em dois momentos, ou seja, R\$ 150.000,00 no mês de junho e R\$ 50.000,00 em agosto.

#### **14.5 Destaques do Executivo**

O mandato do Executivo iniciou com grandes compromissos, haja vista que, no dia 09 de março de 2009, em Santo Amaro da Imperatriz, Tomé Francisco Etges foi eleito presidente da Associação de Prefeitos do PSDB de Santa Catarina e, como vice-presidentes, Gladys Knaesel, vice-prefeita de Pomerode, e Ramon Wollinger, vice-prefeito de Biguaçu.

E no plano municipal, em maio de 2009, a Administração Municipal realizou, no centro comunitário, uma audiência pública para a apresentação da primeira etapa do Plano de Habitação de Interesse Social, elaborado por técnicos da Prefeitura, juntamente com a Fundeste/Unochapecó, ganhadora do processo licitatório. Em 2008, São Lourenço do Oeste foi contemplado pela Ação de Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais Locais de Interesse Social, com um repasse de R\$ 60.000,00, advindos do Ministério das Cidades.

Juntamente com outros 149 municípios, o prefeito Tomé Francisco Etges recebeu, em julho de 2009, a premiação concedida pela Confederação Nacional dos Municípios (CMN), pela 108ª posição no ranking nacional dos municípios do Brasil com melhor Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IHFS). Para chegar a essa seleção, as administrações públicas são avaliadas em três esferas distintas: a fiscal, a gestão e a social, que têm um índice individual: o IRFS-F (fiscal), o IRFS-G (gestão) e o IRFS-S (social).

Noutra ocasião, um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), apontou São Lourenço do Oeste entre os melhores municípios do país, com um índice geral de 0,7724, ou seja, atingiu o 29º lugar no ranking estadual e o 175º lugar no ranking nacional. Na análise individual dos índices, obteve conceito A em três áreas: IFGF Investimentos (um ponto); IFGF Liquidez (um ponto); e IFGF Custo da Dívida (0,879 pontos), sendo que o desempenho máximo é um ponto.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), é um mecanismo criado para avaliar a eficiência das prefeituras na gestão do dinheiro dos contribuintes. Nos investimentos e na liquidez, São Lourenço do Oeste empatou em 1º lugar no ranking nacional com vários municípios de diversos estados. Em gastos com pessoal, o índice apresentou conceito B, com 0,6776, superior à média nacional. Já na receita própria, o desempenho do Município foi baixo, com 0,3648 pontos, embora tenha sido superior à média nacional (0.18 pontos).

Vale ressaltar que, para chegar ao resultado, foram pesquisadas páginas abertas de web governamentais, fontes associadas à educação brasileira, estadual e municipal, e principais meios de comunicação relacionados à Secretaria Municipal de Educação, como jornais, internet e imprensa geral.

É bom dizer que, em maio de 2009, a população lourenciana começou a receber a água vinda do Aquífero Guarani. Com profundidade de 1.560 metros, o maior poço da América Latina possui vazão entre 120 mil a 140 mil litros por hora. Localiza-se próximo à estação de tratamento da CASAN, e tanto a obra quanto o seu funcionamento resultam da gestão compartilhada entre o Estado e o Município.

Ainda em 14 de novembro de 2006, o Prefeito assinou a ordem de execução de serviço, autorizando a empresa Itai Estudos, Projetos e Perfurações de Araraquara, São Paulo, a iniciar as obras de perfuração, com prazo de 150 dias para a execução. Em 08 de dezembro de 2007, o governador Luiz Henrique da Silveira visitou o Município e assinou a ordem de serviço no valor de R\$ 2.126.254,00 para a aquisição de dois conjuntos de moto-bomba, da torre de resfriamento, do medidor de vazão, do quadro elétrico, da subestação e de outros equipamentos. Também de São Paulo, a empresa Pleuger Indústria e Comércio de Bombas Ltda venceu a licitação. Instalada, a bomba apresentou problemas técnicos e deixou de funcionar, deflagrando, assim, uma nova batalha para dar prosseguimento ao projeto. Vencidos os obstáculos, o governador Luiz Henrique da Silveira e a Administração Municipal inauguraram o poço no dia 27 de junho de 2009, e hoje é responsável por grande parte do abastecimento de água na cidade.

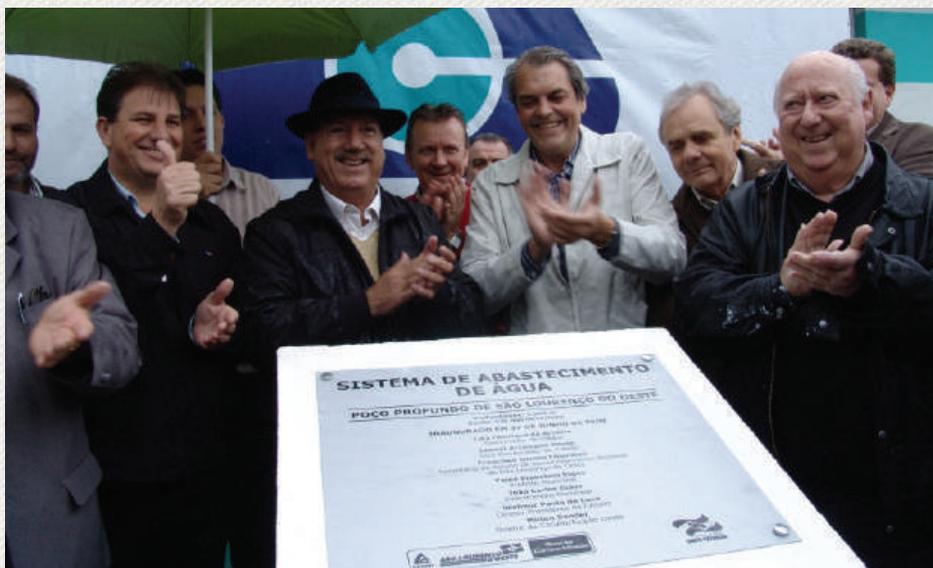


Figura 461: Inauguração do poço profundo - 2009.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em busca de alternativas para regular o abastecimento de água em São Lourenço do Oeste, Tomé encaminhou sugestão ao presidente, Walmor Pederssetti, para criar um grupo de trabalho no Legislativo, com a principal função de acompanhar a situação do abastecimento de água e participar ativamente nas decisões que envolvem o tema.

Pederssetti atendeu a sugestão e formou, no dia 24 de fevereiro de 2012, o grupo de trabalho, composto pela presidência e os vereadores Isidério Moretto, Adilson Perazoli, Valmir Maboni e Daniel Hippler. Já no dia 20 de abril, o grupo visitou vários pontos no interior, percorreu parte da extensão dos rios Macaco e Jacutinga, e observou alguns açudes nas proximidades que poderiam ser transformados em depósitos para épocas de estiagem. No Distrito de Presidente Juscelino, os vereadores conheceram, causando-lhes surpresa, uma represa na junção dos rios acima citados, construída há 20 anos, aproximadamente, por uma madeireira que exercia suas atividades na comunidade. A empresa não mais existe, mas a represa lá permanece. Concluídos seus trabalhos, no dia 27 de agosto, a Comissão apresentou seu relatório ao Legislativo e encaminhou cópia ao Executivo Municipal e à CASAN.



Figura 462: Comissão em visita à barragem da Casan - 2012.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

No que se refere à educação, outras ações, até certo ponto urgentes, precisaram ser encaminhadas. Uma delas diz respeito à falta de espaço na Prefeitura, ao trabalho de outras secretarias e à criação de gerências. Por isso, em agosto de 2009, a Secretaria Municipal de Educação passou a funcionar no segundo piso do Edifício Comercial Janczeski, esquina da Avenida Brasil com a Rua Rui Barbosa.

De igual importância, a Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont informatizou seu acervo em agosto de 2009, com o objetivo de facilitar o acesso ao material já existente. É importante assinalar que mais de 13.000 livros fizeram parte do Programa Biblivre, mantido pelos desenvolvedores do Projeto Biblioteca Livre II, patrocinado pelo Itaú Cultural e aprovado pelo Ministério da Cultura.

Também a EBM. Santa Maria Goretti recebeu o Certificado de Qualidade Profissional e Empresarial 2010, de melhor escola de educação infantil do Município, proveniente da Ângulo Pesquisas e Eventos. Ainda, conquistou o prêmio de escola destaque em 2008, com 59% da preferência dos lourencianos.

Ademais, o Prêmio Palma de Ouro, de autoria da empresa MS Brasil Congressos, Feiras e Eventos, de Balneário Camboriú, contempla municípios que se destacam, principalmente nos investimentos em educação. Em Santa Catarina, na edição 2012, além de São Lourenço do Oeste, que tem a Secretaria Municipal de Educação entre as 100 melhores do Brasil, apenas São Bento do Sul recebeu o referido prêmio.

Pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino participaram, em janeiro de 2011, de um encontro com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, que tinha por objetivo apresentar e explicar o novo método de ensino e aprendizagem nas escolas, por meio do Sistema Aprende Brasil, da Editora Positivo. Somente neste ano, a Administração Municipal investiu mais de R\$ 480.000,00 no programa.

Entre os meses de outubro de 2011 e agosto de 2012, os alunos do 6º ao 8º anos e os professores efetivos da rede municipal de ensino receberam aproximadamente 1.600 laptops. Estes equipamentos são considerados ferramentas tecnológicas para auxiliar no

desenvolvimento das atividades pedagógicas, tanto em sala de aula quanto nas tarefas a serem realizadas em casa.



Figura 463: Primeira entrega dos leptops - 2011.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Além disso, a rede municipal de ensino ganhou uma nova unidade escolar em 2012: o CEIM. Monteiro Lobato. Localiza-se no Bairro Cruzeiro, com 1.118,48 m<sup>2</sup>, e tem capacidade para atender até 130 alunos de 2 a 5 anos de idade e segue os padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação. Grande parte dos recursos foram liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ou seja, aproximadamente R\$ 941.000,00 e, o restante, R\$ 152.000,00, pela Municipalidade.



Figura 464: CEIM. Monteiro Lobato - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Também, o Governo Municipal iniciou, no segundo semestre de 2012, a construção da Creche Pró Infância Tipo C, no Loteamento Meneguetti, Bairro Santa Catarina, na qual foram investidos R\$ 732.515,68. Está composta pelos seguintes espaços: administração, creche I e II, creche III e pré-escola, área de serviço, pátio coberto, refeitório e circulações, totalizando 564,50 m<sup>2</sup> de construção.

A empresa Engeforte Ltda., responsável pela obra, recebeu o prazo de oito meses para a entrega. A ordem de serviço foi assinada pelo Prefeito no dia 16 de maio. Mas, em razão de a edificação ter sido iniciada já próxima ao final do mandato, coube ao próximo Governo Municipal concluí-la, e sua inauguração ocorreu no dia 21 de junho de 2014, com a denominação de Centro de Educação Infantil Municipal Cora Coralina.

Por outro lado, o concurso público, realizado no dia 16 de janeiro de 2010, já no mês de fevereiro foi anulado pelo Executivo, por considerar a proposta judicial e os vários recursos de candidatos regularmente inscritos. Estes alegaram irregularidades nas provas formuladas pela empresa PL Consultoria e Assessoria S/S Ltda., contratada pelo Município, mediante o Processo Licitatório nº 100/2009.

Cumprir observar que o Prefeito assinou o Decreto nº 4.009, de 08 de março de 2010, o qual dispõe sobre a opção do Município pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009. Com o Decreto em vigor, o Município optou pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos às administrações direta e indireta, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial, o que inclui as dívidas com servidores municipais, referentes às perdas salariais da década de 80. Serão depositados mensalmente, em conta específica, 1/12, do valor correspondente a 1% da receita corrente líquida, apurada no segundo mês anterior ao do depósito.

Outra grande ação pública precisa ser destacada no cenário lourenciano. Localizam-se no Loteamento Vida Nova, no Bairro São Francisco, ao lado da Unochapecó, as 55 unidades habitacionais, entregues pelo Executivo no dia 13 de novembro de 2010. Com medida padronizada de 30 m<sup>2</sup>, nelas foram investidos aproximadamente de R\$ 1.300.000,00. Destes recursos, em torno de R\$ 860.000,00 derivaram da Administração Municipal, que contou, ainda, com R\$ 298.000,00 da COHAB e R\$ 228.000,00 de financiamento dos mutuários. O custo de cada casa é de R\$ 16.519,90 e as famílias proprietárias pagam R\$ 4.500,00, divididos em 72 meses, com prestações de até R\$ 70,00.



Figura 465: Beneficiários recebem as chaves das residências - 2010.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A oferta da internet banda larga gratuita, inicialmente a todos os professores e alunos das escolas municipais e, posteriormente, à população da cidade, em abril de 2011, esteve garantida após a implantação do Projeto Cidade Digital. A Prefeitura assinou contrato com a Telepato, de Pato Branco, que se comprometeu em instalar as antenas nas escolas e também nas residências dos professores.

Destaca-se, também, que o secretário municipal de desenvolvimento rural, Saulo Tarso Sutilli, em 2011, acompanhado pelo coordenador do viveiro de mudas, Volmir Pinto de Oliveira, e do diretor de estímulos às atividades econômicas rurais, Lauri Ecker, viajaram até os municípios de Videira e de Pinheiro Preto para visitar produtores de mudas de videiras. O objetivo foi buscar viveiros idôneos para fornecer mudas para o projeto de vitivinicultura que começava a ser implantado em São Lourenço do Oeste.

Esta ação consiste no fornecimento de mudas de uva aos produtores cadastrados, mediante subsídio de 50% do valor da respectiva aquisição, a fim de ampliar o plantio de parreirais. De maneira geral, o programa atenderá até o limite de 30 produtores por ano, obedecendo-se a ordem de inscrição, e, individualmente, terão direito ao fornecimento de, no máximo, 200 mudas.

O Governo Municipal inaugurou as sedes das gerências de infraestrutura de Presidente Juscelino e de Frederico Wastner nos dias 04 e 05 de dezembro de 2011, respectivamente. Nestas obras foram investidos R\$ 260.000,00, sendo R\$ 200.000,00 advindos do Governo Estadual e, o restante, da Municipalidade. Os espaços são compostos por garagem, escritório, cozinha, banheiro, depósito e outros compartimentos. Agora, os dois Distritos possuem local e estrutura para abrigar maquinário e equipamentos, além de ofertar serviços de melhor qualidade aos agricultores.



Figura 466: Gerência de Presidente Juscelino - 2011.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 467: Gerência de Frederico Wastner - 2011.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Além disso, a Prefeitura iniciou a coleta seletiva do lixo no segundo semestre de 2011. Todos os dias, um caminhão identificado passa pela cidade a fim de recolher resíduos, que podem ser reciclados, ou seja, no centro, todas os dias, e, nos bairros, uma vez por semana. A Prefeitura não paga pela coleta e o lucro decorrente da venda dos materiais fica com o coletor.

Em dezembro de 2011 todos puderam ver o resultado das obras na Praça da Bandeira. A antiga calçada ganhou nova cara com a colocação de pavers e de bancos. A mudança resulta de uma preocupação da Administração, porém, a melhora ocorreu somente na parte atingida pela reurbanização da cidade, ou seja, o novo asfalto.



Figura 468: Praça da Bandeira - 2012  
Fonte: Acervo Angela Maria Curioletti.

Já a reurbanização começou em 2010, decorrente de um projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, iniciado pela Rua Guilherme Hack, trecho que dá acesso ao Paraná. Na sequência, as Ruas Nereu Ramos, Coronel Bertaso, Duque de Caxias, Rui Barbosa, Ernesto Beuter e a Avenida Brasil também tiveram mudanças, a saber:

- o estacionamento passou a ser paralelo, a rua ganhou duas vias e o trânsito flui com mais agilidade;
- os canteiros ficaram com 01 m de largura e 50 cm de altura, impedindo a travessia do pedestre fora da faixa, porém, os da Avenida Brasil permaneceram com a mesma largura, foram elevados em 50 cm e as árvores mantidas;
- as faixas de pedestres, três em cada quadra, garantem mais segurança aos usuários;
- a ciclovia, ao lado do estacionamento, é o espaço do ciclista, que ali deve manter-se e seguir a direção do veículo; e
- dois conjuntos de quatro semáforos foram instalados na cidade em janeiro de 2012, nos cruzamentos entre as Ruas Ernesto Beuter e Coronel Bertaso, e entre as Ruas Coronel Bertaso e Rui Barbosa, a princípio, um de dois tempos e, outro, de quatro tempos. Porém, depois de alguns testes, a Administração optou por apenas um dos modelos.

Ademais, o Prefeito sancionou a Lei nº 1.903, de 27 de outubro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a instalação de câmeras eletrônicas em locais públicos, de livre acesso, desde que não interfiram na privacidade e na comodidade dos cidadãos. A autoria do projeto é do vereador Daniel Rodrigo Hippler.

Vale destacar que a Unidade Básica de Saúde, do Bairro Cruzeiro, foi inaugurada pelo Governo Municipal no dia 23 de julho de 2012. A obra, de 431,20 m<sup>2</sup>, seguiu o

mesmo padrão das outras cinco, edificadas em Frederico Wastner, São Roque, Presidente Juscelino e nos Bairros São Francisco e Santa Catarina.

É bom dizer que a obra contou com investimento de R\$ 426.870,00, quando da aquisição de dois terrenos, com área de 1.136,44 m<sup>2</sup>, completando, assim, a estrutura física necessária aos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde.



Figura 469: Unidade de Saúde do Bairro Cruzeiro - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A sociedade lourenciana ganhou um presente, no sentido literal do termo, quando, no dia 6 de julho de 2012, a Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, do Centro de Eventos, foi inaugurada. Para o evento, seis mil ingressos, distribuídos gratuitamente, garantiram a participação da população no show nacional da dupla César Menotti e Fabiano.

Este espaço tem capacidade para seis mil pessoas e lá podem ser feitos shows, feiras, bailes, formaturas, congressos e similares. Também pode ser utilizado como auditório para 2.544 cadeiras; para feiras de 70 estandes; para festas, sem pista de dança, com 274 mesas e 1.644 cadeiras; e, nas festas com pista de dança, a capacidade é 123 mesas e 738 cadeiras. O valor investido na obra fica em torno de R\$ 20.000.000,00, provenientes do Município e do Governo do Estado.

No discurso de inauguração, o prefeito Tomé denominou o Centro de Eventos como “A casa dos lourencianos”. Também ficou explícito que o espaço será portador de uma mensagem para que homens e mulheres do futuro possam nela visualizar o melhor de cada um dos lourencianos, como a confiança, a superação, a coragem, o perdão, a esperança, o amor e a paz.

Já a inauguração do Teatro Arno Ignácio Etges ocorreu em 01 de setembro de 2012, em solenidade somente para convidados. Além de autoridades locais, estiveram presentes o senador Paulo Bauer e o deputado estadual Gilmar Knaesel. Na oportunidade, dois bustos foram descerrados em homenagem às famílias Menegatti e Etges. Ainda, os convidados foram presenteados com o show nacional de Oswaldo Montenegro.



Figura 470: Centro de Eventos - 2014.

Fonte: Acervo da prefeitura e da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Por fim, outra ação que marcou o mandato 2009/2012 ficou por conta da municipalização do ensino fundamental. Resultou do Termo de Convênio nº 15902/2011-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por extensão a Secretaria de Estado da Educação, e o município de São Lourenço do Oeste, objetivando o atendimento do Ensino Fundamental, por meio do Programa de Parceria Educacional Estado/Município.

Nesta reorganização, foram transferidos ao município, em 2012, 740 alunos dos anos iniciais e 1.026 dos anos finais do ensino fundamental, distribuídos entre as seguintes escolas: EEB. Leoberto Leal, EEB. Rui Barbosa, EEB. São Sebastião, EEB. São Valentim, EEB. Soror Angélica e EEB. Volta Redonda. Em síntese, de 2012 em diante, em São Lourenço do Oeste, com exceção da Educação de Jovens e Adultos, todo o ensino fundamental é de responsabilidade do Município e, o ensino médio, é do Estado.

Destaca-se, também, que após muitas negociações, a Administração Municipal fechou o acordo com o Instituto Popular de Assistência Social (IPAS), para a regularização de imóvel onde está localizado o ginásio de esportes do centro, bem como o centro esportivo e parte da garagem da prefeitura, uma vez que as edificações foram feitas pela Municipalidade sobre área pertencente ao IPAS, mantido pela congregação dos Freis Capuchinhos, cuja sede está localizada em Curitiba (PR).

O Município adquiriu a área de 6.000 m<sup>2</sup>, conforme o texto da Lei nº 2.029, de 14 de agosto de 2012, para utilização da Secretaria Municipal de Educação e destinado ao desenvolvimento das atividades educacionais da rede municipal de ensino. Além disso, a referida Lei autorizou a abertura de crédito especial no valor de até R\$ 2.700.000,00 para o pagamento da aquisição, sendo R\$ 700.000,00 como entrada, e outras quatro parcelas de R\$ 500.000,00, com a última para o dia 30 de dezembro de 2012.

#### 14.6 Destaques da sociedade

Outras ações de representatividade da sociedade organizada fizeram-se presentes no período em análise, a começar pelo sistema de Registro Mercantil Integrado (REGIN), que começou a funcionar em São Lourenço do Oeste no dia 2 de fevereiro de 2009. É um projeto da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), e tem a função de interligar os governos federal, estadual e municipal. Seus objetivos são: apoiar os municípios na modernização dos procedimentos para a emissão de alvará e abertura de empresas, agilizar o processo e evitar que os interessados entreguem cópias dos documentos nos diversos órgãos, como Secretaria da Fazenda, Receita Federal, Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros.

São Lourenço do Oeste também foi contemplado com o escritório regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), no dia 06 de março de 2009. Quando da inauguração, esteve presente o governador Luiz Henrique da Silveira, que fez o descerramento da placa inaugural. O escritório facilita os serviços voltados à inspeção e à comercialização da produção de origem animal e vegetal, bem como à saúde animal e à defesa sanitária de 13 municípios da região Noroeste do Estado. Antes, as regionais de São Lourenço do Oeste e de Quilombo recebiam auxílio da regional de Chapecó.

Por volta de 2007, São Lourenço do Oeste iniciou o plantio de oliveiras no viveiro municipal. Todo o procedimento, do plantio à colheita, é acompanhado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), e por pesquisadores internacionais. Neste Estado, até 2009, o Projeto de Introdução e Avaliação de Variedades de Oliveiras tinha 18 unidades com o plantio de algumas delas. Mas aqui foram 41 e 225 plantas e destas, em 2009, 128 floresceram e 55 frutificaram. A primeira colheita ocorreu em 02 de março e, desde então, as oliveiras dão mais frutos, tornando-se referência em todo o Estado por atingir resultados positivos.



Figura 471: Primeira colheita de oliveiras - 2009.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Em parceria com o Instituto Guga Kuerten (IGK) e com a empresa Aurora, a APAE conseguiu finalizar o picadeiro com 180 m<sup>2</sup> de construção e piso de areia. Para a inauguração, ocorrida em 27 de abril de 2009, esteve presente a presidente do IGK, Alice Thummel Kuerten, mãe do ex-tenista Gustavo Kuerten.

Desde 2002, os alunos da APAE contam com a equoterapia no seu tratamento. É um método terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo numa abordagem multiprofissional, ou seja, saúde, educação e equitação, com vistas ao desenvolvimento de pessoas deficientes. Mas por não contar com o picadeiro na sede da instituição, a prática ocorria no CTG Amizade Sem Fronteiras, elevando significativamente os custos desta prática. Agora, com o novo espaço, os gastos com transporte, veterinário e alimentação ficaram reduzidos.



Figura 472: Alunos, professores, diretoria da APAE e representantes do Instituto Guga Kuerten e da empresa Aurora - 2009.

Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

Cabe destacar que os Bombeiros Comunitários de São Lourenço do Oeste receberam, no dia 30 de julho de 2009, um uno mille, um siena e uma ambulância, entregues em uma solenidade especial, na sede do Corpo de Bombeiros, na SC-468, km 01, Bairro Santa Catarina. O investimento ficou em torno de R\$ 185.700,00, a maior parte, aproximadamente R\$ 96.000,00, advinda do Fundo de Reaparelhamento dos Bombeiros (Funrebom).

Sou consciente - uso sacolas retornáveis. Este é o slogan da campanha adotada pelos mercados do Município, a partir de 2009, com vistas a eliminar o uso das sacolas plásticas. Dia 15 de setembro é considerado o Dia do Cliente e, nesta data, naquele ano, foi deflagrada a campanha que se originou do Núcleo dos Supermercados da Acislo.

Outro ganho para o Município está relacionado à alimentação, ou seja, o frigorífico de peixes, instalado na comunidade de São Caetano, com capacidade para abater até mil quilos/dia. O novo empreendimento entrou em funcionamento no dia 10 de junho de 2009.

Ainda, após a decisão do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural, o Museu

Municipal Comercindo Pederssetti foi desmanchado em 04 de janeiro de 2010, por ser alvo de críticas, estar abandonado, fechado para visitação e ocupar espaço na Praça da Liberdade, um local essencialmente esportivo. Diante do fechamento, os objetos foram guardados na Policlínica Municipal de Saúde e no Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste.



Figura 473: Museu Municipal Comercindo Pederssetti - 1996.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Outra ação de enorme ganho para a região aconteceu em 24 de junho de 2010, no Clube Recreativo Araucária (CRA), quando da aula inaugural do curso superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite. O reitor da Unochapecó, Odilon Poli, ressaltou que o curso concretizaria um anseio dos seis municípios pertencentes à AMNoroeste, ou seja, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino e São Lourenço do Oeste. A partir da realização do convênio com a Universidade, estes assumiram a responsabilidade pelo custeio e pela distribuição das vagas, conforme a sua população.



Figura 474: Aula inaugural Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite - 2010.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Já a AMNoroeste inaugurou sua nova sede em 27 de janeiro de 2011, quando também comemorou seus 15 anos. No evento tomou posse o novo presidente, Darci Cabral de Medeiros, prefeito de Coronel Martins, que recebeu o cargo de Waldir Walker, prefeito de São Bernardino, o qual esteve no comando da Associação em 2010. Também receberam homenagens aqueles que fizeram parte da história da instituição.



Figura 475: Darci Cabral de Medeiros, atual presidente, Cairu e Neusa Hack, primeiro presidente da AMNoroeste - 2011.

Fonte: Acervo da AMNoroeste.

E, em março de 2011, a agência BESC/BB fechou definitivamente em São Lourenço do Oeste, e todos os seus clientes e funcionários migraram para a agência BB Banco do Brasil S/A, localizada na Avenida Brasil.



Figura 476: Agência BESC/BB - 2012.

Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

De outra parte, o PSD estava em fase de criação em 2011, capitaneado pelo prefeito paulistano Gilberto Kassab. Na lista de apoio para a fundação do partido em Santa Catarina constaram a assinatura de quatro pessoas mortas. No relatório produzido pelo chefe do cartório da 49ª Zona Eleitoral do Estado, Ângelo Eidt Pasquali, consta que 140 assinaturas não tiveram autenticidade comprovada. Ficaram identificados indícios de fraude em Jupiá, Novo Horizonte e São Lourenço do Oeste, todos os três pertencentes ao mesmo Cartório Eleitoral. Por conseguinte, as informações ganharam destaque na imprensa nacional.

Outro fato nada agradável ocorreu em 03 de abril de 2011, quando moradores das comunidades de São Lourenço do Oeste presenciaram casas, chiqueiros, animais e veículos sendo levados e destruídos pela força da água. A chuva atingiu parte do Município, entre as comunidades de Sant'Ana da Bela Vista e de São Roque. Neste trecho, quem trafegava pela SC-468 necessitou de muita paciência, pois a queda de uma barreira interrompeu um dos sentidos da rodovia. A comunidade de Novo Guaporé foi uma das mais atingidas, pois teve a queda de quatro pontes, ou seja, duas da mesma comunidade, uma em Jaguatirica e outra na Linha Farroupilha.

Devido ao excesso de chuva foram constatados os seguintes problemas: danificação em estradas; isolamento de comunidades; avarias em casas, na comunidade de São Marcos; destruição de ferraria, em Nova Guáira; 1.200 suínos arrastados pela correnteza, em Novo Guaporé; e deslizamentos de terra, em São Roque. Nada menos que 130 milímetros caíram em aproximadamente duas horas.



Figura 477: Comunidade de Novo Guaporé - 2011.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Por outro lado, nos meses de agosto e de setembro de 2011, a região Noroeste do Estado não registrou chuva por mais de 40 dias, um resultado ruim tanto para os

moradores das zonas rural e urbana. Em decorrência desta estiagem, que atingiu várias regiões, no início de setembro, 148 municípios catarinenses estavam em situação de emergência, incluídos todos aqueles pertencentes à SDR de São Lourenço do Oeste.



Figura 478: Reflexos da estiagem - 2011.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Pela primeira vez a fase estadual do Campeonato Catarinense Escolar de Futebol/ Moleque Bom de Bola foi realizada em São Lourenço do Oeste. A competição reuniu cerca de 500 atletas e, em cinco dias - sete jogos por dia - disputaram o troféu de melhor equipe do Estado. Todos os jogos aconteceram no campo do Instituto Bom de Bola Parati e também no Parque Bracatinga. A Empresa Parati e a Fesporte promoveram, de 22 a 27 de novembro de 2011, a 20ª edição do campeonato.



Figura 479: Família Fantin, idealizadora do Projeto Moleque Bom de Bola - 2011.

Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

O movimento para a recuperação da então rodovia SC-468 iniciou com o prefeito em exercício, João Carlos Ecker, apoiado pelos prefeitos e lideranças da região. No dia 14 de fevereiro de 2011, na sede do CRA, durante um ato público, foi entregue um documento ao secretário de Estado da infraestrutura, Valdir Vital Cobalchini, solicitando a imediata recuperação do trecho em questão.

Ainda, a SDR de São Lourenço do Oeste e o Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina (Deinfra), realizaram, em setembro de 2011, uma audiência pública para discutir o projeto de restauração e melhoramento da SC-468, que liga São Lourenço do Oeste a Chapecó. Pouco tempo depois, a rodovia em questão passou a ser chamada de SC-157.

Destaca-se que o governador Raimundo Colombo esteve no Município no dia 29 de maio de 2012, com o objetivo de assinar o edital de contratação de empresas para a reabilitação da SC-480, ligando São Lourenço do Oeste a São Domingos. O custo previsto para a revitalização dos 45 quilômetros era de, aproximadamente, R\$ 45.000.000,00.

Com a presença de lideranças políticas e públicas de todos os municípios beneficiados com a obra, o evento foi realizado no Bela Vista Clube de Campo. Lá também estiveram o vice-governador do Estado, Eduardo Pinho Moreira, o secretário de Estado da infraestrutura, Valdir Vital Cobalchini, o presidente do Deinfra, Paulo Meller, o deputado federal, Celso Maldaner, e os deputados estaduais, Marcos Vieira e Mauro de Nadal.



Figura 480: Assinatura do edital de contratação de empresas - 2012.  
Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

Notícias tristes também perpassam a vida dos lourencianos, como a comunicação da morte do 1º prefeito eleito, José Ebling, no dia 08 de outubro de 2011, aos 94 anos. Nascido em São Pedro do Sul (RS), em 29 de maio de 1916, aqui chegou em abril de 1952 para

trabalhar na Colonizadora Saudades. Em 1954 ingressou na vida política e, em 1955, a convite do prefeito de Chapecó, Plínio Arlindo de Nês, assumiu a subprefeitura do Distrito de São Lourenço, cargo por Ebling ocupado até 1957.

José Ebling foi prefeito de 1959 a 1964 e de 1969 a 1973; vereador na legislatura 1967 a 1969; e vice-prefeito de 1997 a 2000. Pela morte, a Municipalidade decretou luto oficial de três dias.



Figura 481: José Ebling

Fonte: Acervo Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Depois de anos sem representação em competições estaduais com equipe adulta, o Comitê Desportivo Municipal (CDM), em 2007, criou um conselho deliberativo para dirigir novo grupo de atletas, chamando-se, agora, Futsal São Lourenço, com patrocínio do comércio local.

Após a criação do CDM houve um trabalho significativo envolvendo as categorias de base. A pressão da sociedade e, principalmente dos pais, fez com que a equipe se tornasse realidade. Como incentivo, os atletas recebem auxílio financeiro e, além das empresas, o Conselho possibilita a cota torcedor, ou seja, os atletas podem buscar patrocínios individuais.

Vale destacar que o esforço da comunidade e do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg), de São Lourenço do Oeste, resultou na implantação de um canil com dois cães na Delegacia de Polícia. Thor, pastor alemão, comprado pela comunidade, age na intervenção qualificada, e Apolo, labrador retriever, adquirido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), é responsável pelo faro de entorpecentes. Ambos são os novos reforços da segurança da polícia civil e estão alojados em espaço padronizado, sob a supervisão de três agentes, especialmente treinados na Academia de Polícia (Acadepol), de Santa Catarina. O convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SC), garante ser o canil o único a seguir os padrões nacionais em todo o Estado.



Figura 482: Canil da Delegacia de Polícia Civil de Lourenço do Oeste - 2012.  
Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

É necessário registrar, ainda, que Bronislau Polan Breowisz, conhecido como Dr. Bruno, morreu no dia 17 de julho de 2012. Natural de Cândido Abreu (PR), casou-se com Maria Bernadete e teve quatro filhos: Ângela, Ana Paula, Sandra e Felipe. Além de vice-prefeito no terceiro mandato, período 1969/1972, constituiu-se como referência para a saúde municipal e regional.



Figura 483: Bronislau Polan Breowisz  
Fonte: Acervo Câmara de Vereadores de  
São Lourenço do Oeste

Destaca-se, também, que no dia 17 de julho de 2012, a comunidade de Lageado Antunes recebeu oficialmente o Centro Esportivo e Cultural, com traços da cultura germânica, e inaugurado durante a 8ª Festa Alemã. Para a segunda etapa da reforma e ampliação da obra, em novembro de 2011, o Governo do Estado repassou mais de R\$ 400.000,00 e o Executivo Municipal e comunidade, juntos, investiram R\$ 120.000,00. O espaço conta com 1.130 m<sup>2</sup>, dividido em cozinha, área para higienização, palco, bilheteria, camarim, banheiros de serviço, feminino e masculino para o público, churrasqueiras, pista, salas de arquivo, de diretoria, além de outras dependências.



Figura 484: Centro Esportivo e Cultural de Lageado Antunes - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Quando da realização da 1ª Feira e Amostra Lourenciana (FEAL), ocorrida de 06 a 09 de setembro de 2012, aproximadamente 20 mil pessoas visitaram os estandes lá instalados. O evento foi setorial, voltado ao comércio, com expositores associados, e movimentou mais de R\$ 1.000.000,00. Montada no Centro de Eventos São Lourenço, contou com 60 estandes, além de uma área voltada ao entretenimento de crianças e à praça de alimentação. Ainda, a FEAL teve acesso gratuito, tanto para a visitação como para os shows de Davi & Renan, Léo & Fabiano e o grupo de pagode Doce Vício.



Figura 485: Feira e Amostra Lorenciana (FEAL) - 2012.  
Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

Nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2012, São Lourenço do Oeste sediou a 7ª edição do Moto Bruxo, considerada a maior até então, reunindo centenas de pessoas. O encontro nacional de motociclistas é de responsabilidade do Grupo Fortaleza dos Bruxos, aqui fundado em 31 de outubro de 2000, a fim de realizar atividades diversas ligadas ao motociclismo.



Figura 486: 7ª edição do Moto Bruxo - 2012.

Fonte: Acervo de Angela Maria Curioletti.

#### **14.7 Outras informações relevantes**

Durante o mandato, o Executivo adquiriu os seguintes veículos: 02 hyundai, 14 fiats mille economy, 04 fiats ducato, 14 fiats mille way, 01 fiat siena, 01 fiat doblô, 01 caminhonete mista importada e 01 gol. No tocante às máquinas, adquiriu: 02 pás-carregadeiras de rodas, 01 rolo compactador, 05 tratores agrícolas de rodas e 02 retroscavadeiras.

A equipe de secretários municipais do período 2009/2012 assim ficou composta: secretário da fazenda: Flávio Dall'Agnol, de janeiro de 2009 a agosto de 2012, (até o fim do ano, o cargo ficou desocupado); secretária da educação: Loreci Smaniotto de Oliveira, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; secretária da saúde: Cristhiane Etges, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; secretária do desenvolvimento urbano: Karla Pedrassani, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; secretários do desenvolvimento rural: Milton Kasper, de janeiro de 2009 a abril de 2010; Saulo Tarso Sutilli, de abril de 2010 até abril de 2012, e Luiz Losso Longo: de abril a agosto de 2012, (até fim do ano, o cargo esteve desocupado); e secretárias do desenvolvimento social: Ondina Savi Mondo, de janeiro de 2009 a março de 2012, e Simone Strada: de março a dezembro de 2012.

No período em análise, atuaram os juízes: Marco Aurélio Ghisi Machado, Marcelo Elias Naschenweng e Jéferson Osvaldo Vieira; os promotores: Eraldo Antunes e Caroline Moreira Suzin; o delegado regional: Carlos Augusto de Andrade Morbini; e o delegado de polícia: Luiz Carlos Dadam.

Os servidores da Câmara de Vereadores do período 2009/2012 foram: Éderson Hermann, secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Daniela Cristina Puerari Esser, assistente administrativo e legislativo, desde 01 de fevereiro de 1997; Gilberto Veraldo Schiavini, assessor jurídico, de 01 de junho de 1992 a 19 de junho de 1995, e de 17 de fevereiro de 2005 a 31 de dezembro de 2010; Luiz Carlos Nascimento, assessor de comunicação, de 22 de maio de 2007 a 22 de janeiro de 2015; Jorge Matiotti Neto, assessor jurídico, de 24 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014; Kelly Suzana Spenassatto, auxiliar administrativo e parlamentar, desde 02 de maio de 2008; Juliana Novais Meneguetti, serviços gerais, desde 03 de setembro de 2007; e Éder Fernando Votri, contador, desde 01 de fevereiro de 2012.

Assim se constituíram os valores das receitas orçamentárias estimados para o período 2009/2012:

- 2009: R\$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais);
- 2010: R\$ 31.073.798,00 (trinta e um milhões, setenta e três mil, setecentos e noventa e oito reais);
- 2011: R\$ 34.813.225,30 (trinta e quatro milhões, oitocentos e treze mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta centavos); e
- 2012: R\$ 54.484.243,56 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

#### **14.8 Conclusão**

Uma quantidade muito grande de ações, tanto do Executivo quanto do Legislativo contribuíram com melhorias na qualidade de vida do povo lourenciano. E são registros bem presentes na memória de todos e nos espaços de responsabilidade pública, pois representam atitudes desafiadoras, de estabelecimento de parcerias entre as esferas municipal e estadual, de continuidade e de conclusão, a exemplo do poço profundo, do Centro de Eventos e da municipalização do ensino fundamental.

O número expressivo de atos legais, sendo eles, 46 leis complementares, 280 leis ordinárias, 48 decretos legislativos e 12 resoluções, além da constituição de 35 entidades e de 200 empresas instaladas no município possibilitam uma reflexão acerca do crescimento, do desenvolvimento e do empreendedorismo das pessoas que aqui vivem. Caso São Lourenço do Oeste não tivesse tais características, tantas pessoas teriam interesse em nele viver e investir?

Embora as ações e as obras realizadas tenham gerado opiniões divergentes, o 12º mandato e a 13ª legislatura da história de São Lourenço do Oeste constituíram-se de muitos desafios, mas, principalmente, de muitos ganhos. A quem está à frente dos Poderes, avalizados pela população, cabe o compromisso de a esta retribuir com a devida

competência, utilizando-se de recursos e de possibilidades de cada época, sempre com a certeza de que estão fazendo o melhor, a fim de alavancar, cada vez mais, o desenvolvimento integral dos munícipes. E, seguramente, isto aqui é percebido.

## **CAPÍTULO 15**

### **14ª LEGISLATURA E 13º MANDATO (01.01.2013 A 31.12.2016)**

#### **15.1 Introdução**

Ao ler o último capítulo desta obra, os leitores poderão, de uma ou outra maneira, identificar-se, pois as narrações e descrições nele constantes, dizem respeito a realidades e a um tempo bem próximos.

Oportuno se torna pontuar, neste momento, alguns assuntos que serão abordados de ora em diante. Não raro, eles vão e vêm, justamente pela dimensão ou pela abrangência atribuída pelos Poderes Legislativo e Executivo ou pela sociedade. Podem ser citados alguns exemplos, como: construção da Unidade Prisional Avançada (UPA), para a qual a discussão antecede esta gestão; revisão do Plano Diretor Participativo; implantação da lei da utilização das sacolas plásticas; segurança pública; concessão de bonificações ao magistério e a todos os servidores municipais; 5ª Efaislo; e possível quebra de decoro parlamentar. Os dois últimos, inclusive, contam com desdobramentos em instâncias maiores do Poder Judiciário.

Por outro lado, constam informações de benefícios importantes à população, direcionados à educação, à saúde, à infraestrutura, à cultura, ao esporte.

Estão citadas, no capítulo, entre outras ações: construção de ginásios de esporte e de quadra coberta; aquisição de terrenos; reforma e construção de escola; aquisição do prédio do antigo BESC para a instalação da Secretaria Municipal de Educação; e instalação da unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Destaque especial é atribuído ao Parlamento Jovem, sendo ele um desdobramento do Legislativo de representação municipal, regional e estadual, programa que coloca São Lourenço do Oeste como referência no Estado.

Também são relatadas a reforma de unidades básicas de saúde, ações voltadas à saúde preventiva, o Hospital da Fundação e as mobilizações da sociedade para nele garantir o atendimento, inclusive a liberação de convênios e emendas parlamentares para a sua manutenção.

Quanto à infraestrutura, destacam-se os ganhos com o asfaltamento da Rua Rio de Janeiro, motivado por reivindicações históricas da sociedade lourenciana. De igual proporção está a perfuração de poços artesianos para atender as comunidades de Três Voltas, São Caetano, São João, Linhas Taquari, Belvedere e Santos Dumont, também a instalação da água da CASAN na comunidade de Presidente Juscelino.

Mas na leitura é possível identificar envolvimento da sociedade, principalmente quanto à organização de movimentos reivindicatórios de setores específicos ou envolvimento de maneira geral. A sociedade lourenciana transformou-se também nesta dimensão, pois não ficou evidenciada em períodos anteriores. Ainda são relatadas as perdas do ex-prefeito Sabino Santin e do ex-vice-prefeito e fundador da Parati, Angelo Fantin.

Em capítulos anteriores, esta empresa esteve presente, desde a sua fundação, porém, a partir do próximo capítulo, ocupará o seu espaço a Kellogg Company, para a qual a Parati recentemente foi vendida.

Neste pequeno espaço destinado à introdução não é possível falar de todos os assuntos abordados no capítulo, haja vista a proporção das abordagens. Isto já é possível de observação pela quantidade de texto, se comparada às etapas anteriores.

Em síntese, na seleção dos assuntos abordados, é interessante observar como, por vezes, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, juntamente com entidades, se perpassam, não no sentido de ocupar os espaços, mas de ter em vista a melhor aplicabilidade do dinheiro público, seja ela por indicação, por orientação ou por fiscalização. Isto tudo, e ainda mais, será aqui identificado, com o objetivo de trazer a recente caminhada de São Lourenço do Oeste.

## **15.2 Eleições do Executivo e do Legislativo e suplências**

Nas eleições do dia 07 de outubro de 2012, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou o Executivo. A coligação Unidos Por São Lourenço, formada pelos partidos PT, PP, PDT, PTB, DEM e PR, lançou Geraldino Cardoso (PT), como candidato a prefeito, e Daniel Rodrigo Hippler (PP), como vice, eleitos com 7.651 votos válidos (53,23%).

Já a coligação Avança São Lourenço, formada pelos partidos PMDB, PSDB, PSD e PSB, composta por Rafael Caleffi (PMDB), candidato a prefeito, e Dionísio Biazussi (PSDB), candidato a vice, somou 6.722 votos válidos (46,77%).

Consta no TRE-SC (2012) que, São Lourenço do Oeste contava com 17.047 eleitores. Destes, foram 14.373 votos válidos, além de 327 votos brancos e 445 nulos.



Figura 487: Geraldino Cardoso  
Fonte: Acervo da prefeitura  
de São Lourenço do Oeste



Figura 488: Daniel Rodrigo Hippler  
Fonte: Acervo da prefeitura  
de São Lourenço do Oeste

Para o Legislativo elegeram-se:

- pelo PSDB: Agostinho Assis Menegatti - 1.168 votos; Edilso Paulo Ranzan - 745; e Dásio Miguel Franz - 612 votos;
- pelo PMDB: Alex Cleidir Tardetti - 862 votos; Marlice Villani Perazoli - 670; e Walmor José Pederssetti - 525 votos;
- pelo PT: Edu Antonio Borges - 554 votos; e Valmir Luiz Maboni - 373 votos;
- pelo PTB: Assuero Isoton - 737 votos.



Figura 489: Agostinho Assis Menegatti

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 490: Edilso Paulo Ranzan

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 491: Dásio Miguel Franz

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 492: Alex Cleidir Tardetti

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 493: Marlice Villani Perazoli

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 494: Walmor José Pederssetti

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 495: Edu Antonio Borges  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 496: Valmir Luiz Maboni  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste



Figura 497: Assuero Isoton  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

A posse dos Poderes Executivo e Legislativo ocorreu no dia 01 de janeiro de 2013, no Centro de Eventos São Lourenço do Oeste, às 10 horas, presidida pelo vereador mais votado, Agustinho Assis Menegatti, em conformidade com o art. 3º e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Na Casa de Leis, às 11h45 do mesmo dia, em conformidade com o art.10 do Regimento Interno, ainda sob a presidência do vereador Agustinho Assis Menegatti, tratou-se da eleição dos cargos da Mesa Diretora para o biênio 2013/2014.



Figura 498: Posse dos Poderes Executivo e Legislativo - 2013.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Neste pleito, as suplências das coligações para vereadores assim se constituíram: PP, PDT, PTB e PR, 17; PT e DEM, 16; PMDB e PSD, 09; e PSDB, 07 suplentes. Assumiram vaga no Legislativo:

- pelo PT: José Luiz Peres, de 15 de agosto a 15 de setembro de 2013; Ladi Luiz Trevisan, novembro de 2013; Edson Machado Adorno, de 29 de janeiro a 22 de março de 2014; Severino Antônio Chiossi, setembro de 2014; Idalino Bampi, junho de 2015;

- pelo PMDB: Vania Antonia Garbin Baldissera, outubro de 2013; de 15 de junho a 15 de julho de 2014; de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de junho de 2016; e de 11 a 30 de novembro de 2016; Valdir José Bernardo, de 15 de março a 15 de abril de 2014; e Adílio Carubin, de 15 de agosto a 15 de setembro de 2014;

- pelo PSDB: José Deon, de 07 de março a 05 de abril de 2014; Eliane Regina Noal, de 15 de agosto a 15 de setembro de 2014; Lauri Ecker, de 22 de outubro a 22 de novembro de 2014; Gilberto Cambruzzi da Silva, outubro de 2015; Elisabeth de Oliveira D'Ávila, fevereiro de 2016; e Maristel Cristina Feuser, maio de 2016;

- pelo PP: Ilvo Gabriel Ioris, por uma sessão para a posse, em 01 de outubro de 2013, em decorrência da renúncia do vereador Assuero Isoton, reassumindo a vereança em definitivo em 01 de abril de 2016. Até esta data exercia o cargo em comissão de secretário de planejamento e desenvolvimento urbano; e Adilson Sperança, 16 de outubro de 2013 a 31 de março de 2016;

- pelo PSD: Denize Maria Comunello Ranzan, outubro de 2014; e Luiz Antonio Martins, junho de 2015; e

- pelo PTB: Ledeni Pieta, de 08 de novembro a 08 de dezembro de 2015.

Quanto às suplências do Executivo, o vice-prefeito, Daniel Rodrigo Hippler, assumiu como prefeito de São Lourenço do Oeste por duas vezes, de 10 a 27 de janeiro de 2014 e de 01 a 30 de abril de 2015, ou seja, nos períodos das férias do prefeito Geraldino Cardoso.

### **15.3 Mesas Diretoras, Líderes de Bancada e Comissões Permanentes**

As Mesas Diretoras, os Líderes de Bancada e as Comissões Permanentes para os biênios assim se constituíram:

2013-2014

Mesa Diretora

Presidente: Walmor José Pederssetti

Vice-presidente: Alex Cleidir Tardetti (também assumiu a presidência de 15 de junho a 15 de julho de 2014)

1º secretário: Valmir Luiz Maboni

2º secretário: Edilson Paulo Ranzan

Líderes de Bancada

Agustinho Assis Menegatti - PSDB

Alex Cleidir Tardetti - PMDB

Assuero Isoton (a partir de 16 de outubro de 2013, assumiu

Adilson Sperança) - PP

Edu Antonio Borges - PT

## Comissões Permanentes

### Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Presidente: Agostinho Assis Menegatti

Vice-presidente: Dasio Miguel Franz

Membro: Valmir Luiz Maboni

### Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Alex Cleidir Tardetti

Vice-presidente: Edu Antonio Borges

Membro: Marlice Villani Perazoli

### Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Edilso Paulo Ranzan;

Vice-presidente: Dasio Miguel Franz

Membro: Assuero Isoton (a partir de 16 de outubro de 2013, assumiu Adilson Sperança - PP)

### Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: Valmir Luiz Maboni

Vice-presidente: Marlice Villani Perazoli

Membro: Alex Cleidir Tardetti

### Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural:

Presidente: Marlice Villani Perazoli

Vice-presidente: Assuero Isoton (a partir de 16 de outubro de 2013, assumiu Adilson Sperança - PP)

Membro: Edilso Paulo Ranzan

-2015/2016:

Mesa Diretora

Presidente: Edu Antonio Borges

Vice-presidente: Agostinho Assis Menegatti

1º secretário: Edilso Paulo Ranzan

2ª secretária: Marlice Perazoli

## Líderes de Bancada

Dasio Franz - PSDB

Alex Cleidir Tardetti - PMDB

Valmir Luiz Maboni - PT

Adilson Sperança - PP

Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Presidente: Alex Cleidir Tardetti

Vice-presidente: Edilso Paulo Razan

Membro: Valmir Luiz Maboni

Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente: Dasio Miguel Franz

Vice-presidente: Valmir Luiz Maboni

Membro: Walmor José Pederssetti (Vania Antonia Garbin Baldissera assumiu de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de junho de 2016)

Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades:

Presidente: Agustinho Assis Menegatti

Vice-presidente: Marlice Villani Perazoli

Membro: Adilson Sperança

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Presidente: Valmir Luiz Maboni

Vice-presidente: Alex Cleidir Tardetti

Membro: Edilso Paulo Razan

Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural:

Presidente: Marlice Villani Perazoli

Vice-presidente: Dasio Miguel Franz

Membro: Adilson Sperança



Figura 499: Mesa Diretora da Câmara 2013/2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 500: Mesa Diretora da Câmara 2015/2016.

Fonte: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

#### **15.4 Destaques do Legislativo**

Desencadearam-se vários debates no período em análise, assim como encaminhamentos a ações de grande repercussão para o Município e, conseqüentemente, aos aqui residentes.

Alguns assuntos foram destacados pelos vereadores logo no início da gestão: situação do IML de São Lourenço do Oeste; permanência por longo tempo dos pacientes fora da Policlínica Municipal de Saúde, expondo-os às diversidades climáticas; expediente na Câmara para atendimento ao público; melhorias da iluminação pública e dos banheiros da Praça da Bandeira; abastecimento de água por parte da CASAN; solicitação de melhorias na malha viária; construção de poços artesianos nas comunidades; distribuição de maquinários por parte do Governo Federal aos municípios, como retroescavadeiras e motoniveladoras.

Dentre todos os assuntos, o auxílio ao Hospital da Fundação teve reincidências, inclusive com indicações de vereadores, a fim de que o Executivo estivesse atento à entidade e, conseqüentemente, à saúde do povo lourenciano. Para além das indicações, houve cobranças para a liberação de recursos, sempre no intuito de garantir o atendimento da entidade.

Atendendo ao convite da Câmara, o prefeito Geraldino Cardoso lá se fez presente em 14 de fevereiro de 2013, momento em que desejou boas-vindas e sucesso a todos os eleitos. Na oportunidade, destacou a necessidade de um bom relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo, e que, com autonomia e harmonia, o bom senso deveria prevalecer. Ainda, salientou que sempre trataria a Casa de Leis com muito respeito, pois ambos os Poderes buscam o melhor à população.



Figura 501: Prefeito Geraldino Cardoso manifestando-se na tribuna da Câmara - 2013.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em 02 de abril de 2013, aos legisladores foi dado conhecimento do Ofício nº 27/2013-PJ/SLO, da Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço do Oeste, que encaminhou a minuta do TAC para que, em 90 dias, a Mesa Diretora apresentasse projeto de alteração da Lei Orgânica, com a finalidade de estabelecer regras para vedar a prática do nepotismo nos Poderes Executivo e Legislativo. O não cumprimento ao estabelecido acarretaria em multa de R\$ 500,00 por mês aos integrantes da Mesa Diretora.

Ante a determinação da Promotoria, o Legislativo procedeu os encaminhamentos necessários, porém, estes levaram tempo maior que o previsto. Em 30 de outubro de 2013,

o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 001/2013, que proíbe a prática do nepotismo nas esferas públicas de São Lourenço do Oeste recebeu, na Casa de Leis, a mesma votação do primeiro turno, realizada no dia 16 de outubro. Os seis parlamentares das bancadas do PMDB e do PSDB foram favoráveis ao projeto da Mesa Diretora, já os vereadores do PT e do PP votaram contra, alegando inconstitucionalidade à matéria.

Seis emendas propostas ao texto original receberam aprovação e uma teve rejeição pela maioria do plenário, a exemplo da primeira fase. Já a última etapa de votação ocorreu no dia 05 de novembro de 2013, com a aprovação da redação final da matéria, que acrescenta o art. 15-A na Lei Maior de São Lourenço do Oeste, proibindo a prática de nepotismo na esfera da Administração Pública Municipal.

Assim sendo, após vários meses de análises pelas comissões, o projeto passou por duas votações acirradas e culminou com a promulgação, pela Mesa Diretora, da Emenda à Lei Orgânica, nº 14, de 05 de novembro de 2013. Por se tratar de iniciativa parlamentar, o chefe do Legislativo, vereador Pederssetti, anunciou a Lei e avaliou-a como sendo um preceito muito importante para o presente e para o futuro, considerado um grande avanço na legislação.

Além de a Lei atender uma recomendação do Ministério Público, ela disciplina a nomeação e a contratação de servidores. Esta ação fará com que os futuros administradores contratem pela competência, não pelo grau de parentesco. A partir da publicação está vedada a prática de nepotismo no âmbito de toda a administração pública, direta ou indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo de São Lourenço do Oeste.

Grande parte do debate da sessão de 27 de abril de 2013 girou em torno do Projeto de Lei nº 22/2013, pois alterou a Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011, ou seja, a revogação do abono pasqualino, no valor de R\$ 250,00, concedido aos funcionários públicos municipais. O Executivo entendeu ser melhor reajustar o salário base, pois o servidor precisa ser valorizado, já que os abonos não contam para a aposentadoria. Porém, o projeto agradava alguns e desagradava outros funcionários, mas, mesmo assim, teve aprovação.

Também o Projeto de Lei Complementar nº 07/2013, que alterou as Leis Complementares nº 99, de 03 de fevereiro de 2009, e nº 56, de 14 de outubro de 2005, teve ampla discussão. Referia-se a um ajuste nas Adicionais de Responsabilidade (AR's), e também criou uma AR5 para o funcionário que trabalhava na assessoria de gabinete, responsável por elaborar projetos e encaminhar convênios.

Em sessão posterior, este assunto voltou à discussão, quando alguns vereadores, depois de analisarem o assunto, manifestaram insatisfação ao encaminhamento do projeto. As argumentações direcionaram-se à duplicidade de benefícios recebidos por parte de alguns servidores.

É sobretudo importante assinalar que, com o plenário lotado, principalmente por profissionais da área da educação, em 18 de novembro de 2013, a Câmara aprovou o projeto de lei, de autoria do Executivo, instituindo o Abono Especial Fundeb aos servidores do magistério.

Aproximadamente R\$ 300.000,00 foram concedidos aos servidores em efetivo exercício no mês de novembro, repassados na folha de pagamento, seguindo os critérios de carga horária, mês de admissão e tempo de efetivo exercício ininterrupto no ano. Todos os vereadores entenderam a proposta do Executivo e aprovaram o projeto por unanimidade, sem emenda ou mudança no texto original.



Figura 502: Votação de projetos voltados aos servidores municipais - 2013.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Registre-se, ainda, a criação da Lei nº 2.080, de 09 de maio de 2013, que declarou o Festival Lourenciano de Interpretação da Canção (FLIC) como patrimônio cultural imaterial do Município.

O projeto, de autoria do vereador Alex Tardetti, objetivou facilitar a captação de recursos, além de efetivar a marca FLIC genuinamente lourenciana, valorizando seus idealizadores e a coragem de criar um evento, o qual já ultrapassa quatro décadas.

Patrimônio cultural imaterial é de definição ampla, pois abrange expressões culturais e tradições que um grupo de indivíduos preserva com o decorrer do tempo. Nesta ideia, são considerados saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, festas, danças populares, lendas, músicas, costumes, entre outros.

O 1º FLIC surgiu em 15 de janeiro de 1972, após dois anos de ensaios de formandos da extinta CNEC, acompanhados da Banda Reis do Embalo, e hoje é reconhecido como o Festival da Canção mais antigo do Brasil, completando, em 2016, seus 44 anos. Clube Recreativo Araucária, Cine Bandeirante, sede da Parati, Ginásio Municipal de Esportes e Teatro do Centro de Eventos fizeram parte da história do Festival. Quanto às categorias musicais, atualmente abrange a sertaneja, a popular e o pop rock.

Todos os anos, aproximadamente 100 artistas do Sul do País somam-se aos artistas lourencianos para prestigiar e participar deste renomado evento, trazendo cultura, alegria e entretenimento a São Lourenço do Oeste.



Figura 503: Logotipo do FLIC.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A exemplo de mandatos anteriores, neste também algumas sessões plenárias da Câmara de Vereadores foram descentralizadas para comunidades e bairros, porém, a ação ocorreu apenas no ano de 2013, como consta abaixo:

- São Roque, no centro comunitário, em 13 de junho;
- Presidente Juscelino, no centro comunitário, em 17 de junho;
- Bairro São Francisco, na EBM. São Francisco, em 26 de junho;
- Bairro Cruzeiro, no centro comunitário, em 03 de julho;
- Bairro Santa Catarina, no centro comunitário, em 16 de julho;
- Lageado Antunes, no centro cultural, em 06 de agosto;
- Frederico Wastner, no pavilhão da comunidade, em 14 de agosto; e
- Bairro Progresso, na EEB. Rui Barbosa, em 19 de agosto.

Vale ressaltar que a descentralização teve por objetivo levar a prática do Legislativo para perto do cidadão e fazer com que mais pessoas conheçam o funcionamento do Poder, haja vista a possibilidade de ampliar o número de presentes às sessões. Ainda, se constituíram em oportunidades de comunidades e bairros manifestarem-se na tribuna, por meio de seus representantes, como presidentes de conselhos comunitários, de associações comunitárias e vereadores mirins, realçando necessidades inerentes à abrangência geográfica de pertencimento, ou reivindicações da comunidade.

Isto pode ser comprovado pela diversidade de lideranças presentes, locais e regionais, ou deslocadas para o acompanhamento às sessões. Em todas elas, autoridades, uma liderança local e um vereador mirim fizeram parte da mesa principal. Embora descentralizados, os trabalhos previstos para as sessões seguiram as normas do Legislativo.



Figura 504: Sessão descentralizada da Câmara para a comunidade de São Roque - 2013.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

O vice-prefeito, Daniel Rodrigo Hippler, em 22 de novembro de 2013, encaminhou à Câmara o Ofício nº 413/2013/GP/SLO, solicitando licença para se ausentar do Município, a fim de assumir cargo de Diretor de Apoio à Gestão Municipal e Territorial no Ministério das Cidades, em Brasília (DF).

Esta situação gerou desdobramentos e levou a Câmara a discutir e a votar o projeto de autoria do Executivo que propunha algumas mudanças na Lei Orgânica, por possibilitar dupla interpretação de alguns aspectos.

Um dos pontos abordados no projeto é a ausência do prefeito e do vice-prefeito, prevista na Lei Orgânica do Município, no art. 52: “O prefeito e o vice-prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a 15 dias e ausentar-se do país por um período superior a um dia, sob pena de perda do cargo”. A ideia era que o artigo valesse apenas para o prefeito. Entretanto, segundo o presidente da Câmara, Walmor Pederssetti, a exigência foi mantida para ficar em acordo com as leis maiores.

Embora a Câmara tenha mantido a exigência de autorização, Daniel poderia aceitar o convite, desde que solicitasse a autorização à Câmara ou se apresentasse a cada 15 dias.

Além disso, Pederssetti explicou que mesmo o vice-prefeito assumindo outro cargo, ele continuaria sendo o vice e, por isso, se o prefeito se ausentasse, ele seria convocado. Depois, existindo justificativa, o cargo poderia ser passado ao presidente da Câmara. De acordo com o art. 47 § 1º, “O vice-prefeito não poderá recusar-se a substituir o prefeito, sob pena de extinção do seu mandato”.

Quanto ao vice-prefeito estar no governo federal, Walmor falou: “Pensando politicamente, é uma grande possibilidade de ter um agente do Município em Brasília, tudo fica mais fácil e o benefício é para São Lourenço do Oeste”.

Além da questão do art. 52, o projeto em discussão buscou alterar o art. 62 § 5º da Lei Orgânica, pois “O vice-prefeito sujeitar-se-á a todas as incompatibilidades estabelecidas para o prefeito esteja ou não exercendo o cargo de prefeito em substituição”.

Neste, o Executivo entendia haver a possibilidade de dupla interpretação e ainda ferir a Constituição Federal.

Em verdade, o período previsto para o vice-prefeito estar em Brasília seria a partir de março de 2014, mas Hippler estava propenso a assumir o convite antes do prazo e, assim, entender o funcionamento do cargo. Como se tratava de período eleitoral, não haveria a liberação de recursos, contudo, a Daniel, seria uma boa experiência e uma oportunidade para conhecer e estreitar relacionamento com pessoas de outros ministérios. Após muitas discussões, o Decreto Legislativo nº 02/2013 autorizou o afastamento do vice-prefeito, com votação de 06 votos favoráveis e de 2 contrários.

Daniel Rodrigo Hippler atuou como diretor do Ministério das Cidades a partir de maio de 2014 e, no dia 18 de março de 2015, apresentou o pedido de exoneração. Embora a decisão de se afastar do Ministério não tenha sido fácil, o tempo de permanência lá rendeu para o Município, pois, entre PAC e emendas, articulou a liberação de mais de R\$ 2.000.000,00, investidos em pavimentação e obras diversas.



Figura 505: Vice-prefeito, Daniel Rodrigo Hippler, em atuação no Ministério das Cidades, Brasília - 2014.

Fonte: Acervo de Daniel Rodrigo Hippler.

Ainda no que se refere a afastamentos, em decorrência da aprovação no concurso público da Polícia Militar de Santa Catarina e de ter vencido todas as etapas burocráticas, na sessão ordinária de 23 de setembro de 2013, o vereador Assuero Isoton apresentou o pedido de renúncia ao cargo de vereador para o presidente da Casa, Walmor José Pederssetti.

Disse Isoton que o afastamento não estava programado, mas se constituía em questão profissional, pois desde o início do ano dedicou-se a estudos para concursos. A renúncia foi necessária já que, por uma questão legal, não é possível manter as atividades no Legislativo e dar sequência à formação da Polícia.

Seu 1º suplente, Ilvo Gabriel Ioris, ocupava o cargo de secretário de planejamento e

desenvolvimento urbano, na Prefeitura, e o 2º suplente era Adilson Sperança. Ilvo afastou-se para assumir como vereador, licenciando-se, em seguida, para reassumir o mesmo cargo. Diante disto, Sperança ocupou a vaga do Legislativo.

Embora eleito com 737 votos e exercendo pela primeira vez um cargo político, Isoton falou que seu suplente, Adilson Sperança, assumiria o compromisso com os projetos já encaminhados.

Como não encontrou meio legal para conciliar as duas atividades, o vereador, nas últimas sessões, aproveitou para encaminhar várias indicações à aprovação do plenário. Nem todas poderiam ser atendidas naquele momento, mas a ideia de Isoton consistia em registrá-las, e que os demais vereadores cobrassem a execução delas por parte da Administração Municipal.

Durante os nove meses como vereador, Assuero dedicava expediente na Câmara de segunda a sexta-feira. Além disso, fez algumas indicações de representatividade, entre elas, a coleta do lixo eletrônico e a instalação de lombadas e de redutores de velocidade.

Um dos assuntos tratados com frequência pela população, com posicionamentos favoráveis e também contrários, diz respeito à construção da Unidade de Prisional Avançada (UPA), em São Lourenço do Oeste. Desde as primeiras discussões, a instalação está prevista para a comunidade de São Paulinho, motivo pelo qual, na sessão de 16 de setembro de 2013, estiveram presentes representantes da comunidade e o senhor Alziro Alberto Milan, presidente da Associação de Moradores, que fez uso da tribuna popular. Além disto, entregaram cópia de um abaixo-assinado, com aproximadamente duas mil assinaturas, demonstrando contrariedade à construção pretendida.

Já na sessão de 23 de setembro de 2013, entre outras questões, a Câmara aprovou uma moção, de autoria da bancada do PMDB, em favor da comunidade de São Paulinho, que reivindicava a mudança de local para a construção da UPA. Depois de aprovado, o documento foi encaminhado ao Prefeito, à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao Executivo Estadual.

Além de apoiar os moradores de São Paulinho, a moção citava que, nos últimos anos, as tratativas entre os Governos Municipal e Estadual resultaram na doação do terreno na comunidade para a execução do projeto da Unidade, localizado próximo à área destinada às indústrias, ao cemitério e ao perímetro urbano. Depois disto, quando dos serviços de terraplenagem, o cemitério ficou em situação precária, um dos motivos de rejeição à construção da UPA naquele local.

Os parlamentares relataram, ainda, que não foi somente este o motivo da mobilização contrária dos moradores, mas a ampliação do projeto inicial, aumentando significativamente o número de vagas, o que demandaria maior espaço à Unidade.



Figura 506: Alziro Milan, representante da comunidade de São Paulinho, manifestando-se - 2013.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Na sessão de 03 de setembro de 2013 foram aprovadas 15 indicações e dois projetos, já que um foi retirado de pauta. Entre as indicações constavam melhorias na iluminação pública, instalação de lombadas ou redutores de velocidade e investimentos em saúde pública.

Também ocorreu a votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 011/2013, de autoria do Poder Executivo, que tratava da organização administrativa e definia atribuições na estrutura dos cargos de provimento comissionado.

Na discussão, de um lado, o líder da bancada do PSDB, Menegatti, defendeu o voto contrário do partido, por entender que a organização administrativa proposta criaria cargos, entre eles três comissionados, que gerariam mais gastos com a folha. Por outro lado, o líder do governo na Câmara, vereador Edu, defendeu que a mudança adequaria a Administração Municipal ao plano de governo.

Sobre a livre nomeação dos cargos de controlador geral, contador e procurador, o líder do governo no Legislativo explicou que os profissionais da gestão passada têm competência, contudo, além desta, é preciso ser de confiança do Executivo. Foi uma reforma enxuta e a bancada do PMDB fez as emendas necessárias ao projeto, culminando em aprovação.

A julgar pela primeira sessão do ano, o período legislativo de 2014, em São Lourenço do Oeste, prometia ser de muita movimentação. Em 04 de fevereiro, vários assuntos foram abordados, com destaque ao pedido do vereador Alex Tardetti, líder da bancada do PMDB, que solicitou informações relacionadas ao último concurso público da Prefeitura, pois alguns participantes sentiram-se lesados.

Já o presidente, Walmor Pederssetti, apresentou um breve relato de sua participação em diversas reuniões em que representou a Casa de Leis e, também, ressaltou os valores devolvidos ao erário, provenientes das sobras do orçamento de 2013, as quais somaram

R\$ 271.000,00. Ainda, manifestou insatisfação com o não atendimento pelo Executivo às indicações dos vereadores, ou seja, a muitas sugestões não foi dada a merecida atenção, causando desconforto entre os Poderes.

Nesta data, Ernesto João Reck, presidente da Federação das Associações Empresarias de Santa Catarina (Facisc), ocupou a tribuna da Casa, a fim de apresentar um resumo do trabalho da entidade e de destacar a importância do associativismo.



Figura 507: Ernesto João Reck, presidente da Facisc, manifestando-se na tribuna - 2014.  
Fonte: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Motivo de muita polêmica e de insatisfações, desde sua aprovação, em final de 2012, o Plano Diretor Participativo (PDP) retornou à Câmara, agora com outra configuração. O projeto de lei complementar propunha alterações e foi recebido oficialmente pelo plenário da Câmara em 18 de fevereiro de 2014. Devido à importância e à complexidade da lei, antes da votação foram necessárias quatro reuniões com todos os pares para examinar detalhadamente o novo texto, o qual recebeu emendas assinadas por todas as bancadas.

Amplas discussões nas reuniões do Consislo geraram as alterações propostas, agora embasadas nas solicitações da comunidade, analisadas pelos comitês temáticos e aprovadas pela maioria dos conselheiros.

As mudanças sugeridas pelo Consislo permaneceram no projeto. Referiam-se aos canteiros das vias urbanas que terão dois modelos padronizados, um para as ruas centrais e, outro, para os bairros, propiciando redução nos custos com pavimentação. Porém, as ruas centrais seguirão o modelo da Avenida Brasil e da Avenida Ernesto Beuter. Ainda, as mudanças alteraram os espaçamentos e os afastamentos nas novas construções. Porém, manteve-se a estrutura necessária aos loteamentos, estabelecida antes da promulgação do PDP. Assim, interessados em edificar obras na cidade poderão utilizar melhor os espaços e obter financiamentos imobiliários com maior facilidade.

Na sequência, no dia 29 de abril, a Câmara analisou o veto parcial do Executivo ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2014, que alterou o Plano. O prefeito vetou a alteração proposta pelo Legislativo que estabeleceu a hierarquia viária da cidade, definindo as vias do Município em: rodovias, vias expressas, especiais, de pedestres, internas e externas, com suas características e modelos, e as especificações quanto aos canteiros, passeios e larguras das ruas centrais e dos bairros. Após a leitura de um extenso parecer pela assessoria jurídica da Casa, Jorge Mاتيotti, o plenário, em votação secreta, decidiu pela rejeição ao veto por seis votos a três.

Walmor Pederssetti, presidente da Câmara, explicou que o conteúdo do veto ficou sob análise dos vereadores por cerca de 30 dias. Ele esperava que o Prefeito acatasse a decisão da Câmara. Do contrário, a legislação reserva o direito ao chefe do Executivo para entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade. Porém, destacou que a decisão do Legislativo foi pelo bom senso coletivo, ou seja, defendeu o modelo sugerido como sendo o mais coerente à realidade urbana.

Vale destacar que Éderson Hermann, secretário executivo da Câmara, completou, em 2014, 20 anos de serviços prestados ao Legislativo lourenciano. Por isto, merecidamente, recebeu homenagem da Casa, no dia 18 de março, ou seja, uma placa de Honra ao Mérito, entregue pelo presidente Walmor.

Por este longo período de trabalho, a homenagem ao servidor é justa, pois Éderson tem desempenhado suas funções com competência e dado grande apoio aos vereadores de todas as legislaturas, pois é exímio conhecedor do funcionamento do Legislativo. Ainda mais: no dizer do Presidente, além de ser exemplo, é considerado o décimo vereador da Câmara de São Lourenço do Oeste, ou seja, é um privilégio contar com a sua atuação na Casa de Leis.

Ao manifestar seu agradecimento na tribuna, Hermann dividiu a homenagem com os demais servidores, atribuindo os resultados do trabalho à equipe. Também agradeceu a todos os vereadores, pois foram seus colegas desde 1993. Concluiu afirmando: “Sempre prezei pelo trabalho no serviço público, executado com eficiência e honestidade”.



Figura 508: Homenagem a Éderson Hermann, secretário executivo da Câmara - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Consta, também, que os vereadores rejeitaram, por seis votos a três, o veto parcial do Executivo ao Projeto de Lei nº 079/2013, que dispõe sobre a destinação dos honorários de sucumbência nos feitos judiciais do município de São Lourenço do Oeste, quando da sessão plenária ocorrida no dia 24 de março de 2014. Com a rejeição do veto e a não promulgação por parte do Executivo, coube ao Presidente da Câmara a promulgação da Lei nº 2.144, ocorrida em 31 de março de 2014.

Por outro lado, o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 002/2014, que altera a Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, foi acatado pelo Legislativo por unanimidade. A matéria tratava da equiparação do menor vencimento dos servidores ao salário mínimo nacional. Determinava a emenda que o valor aprovado retroagisse a janeiro e a fevereiro, logo, aumentaria a despesa, gerando inconstitucionalidade ao projeto. Desta forma, a emenda ficou sem efeito, prevalecendo a matéria original.

Na mesma sessão, três projetos foram aprovados para beneficiar algumas entidades: Associação Germânica Coral Deutsche Stimmen, declarada de utilidade pública; concessão de auxílio financeiro à Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, no valor de R\$ 20.000,00 mensais; liberação ao Executivo para firmar convênios e conceder auxílio financeiro ao Senai, de R\$ 45.000,00, à Apae, de R\$ 35.000,00, à Rede Feminina de Combate ao Câncer, de R\$ 12.000,00, e R\$ 8.000,00 a cada associação de máquinas e agricultores.

Na sessão do dia 31 de março de 2014, a defensora pública, Gabriela Contrin, esteve na Câmara com o objetivo de estreitar laços com o Legislativo. Utilizou a tribuna para ressaltar a importância da Defensoria no Município, principalmente no atendimento prestado às pessoas mais carentes. Solicitou a advogada que os vereadores também encaminhem a população para lá, a fim de ser ouvida e atendida. Pela proximidade com a comunidade, é importante que entre legisladores e defensoria exista relacionamento estreito.

No que concerne à atuação, a Defensoria Pública atende as áreas de Vara Criminal, com exceção de crimes de menor potencial ofensivo, execução penal e Tribunal do Júri, e, ainda, Vara da Família, exclusivamente nos feitos relativos à infância e à juventude. Presta atendimento à população de terça à quinta, das 13h30 às 17h30, no escritório localizado na Rua Nereu Ramos, nº 581, Centro. Tal qual a Comarca, abrange os municípios de São Lourenço, Jupia e Novo Horizonte.



Figura 509: Defensora pública de São Lourenço do Oeste, Gabriela Contrin, manifestando-se na tribuna - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em votação nominal, os vereadores aprovaram, por unanimidade, em 15 de abril de 2014, a proposta do Executivo que instituiu um abono especial aos servidores do magistério público municipal. De acordo com a legislação federal, pelo menos 60% dos recursos advindos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais em efetivo exercício na rede pública.

Após análise, a Administração Municipal constatou que o total da remuneração dos profissionais do magistério, em 2014, não alcançaria o percentual mínimo exigido. Diante disto, foi necessário instituir um abono especial no valor mensal de R\$ 600,00, R\$ 450,00, R\$ 300,00 e R\$ 150,00 para os profissionais com carga horária de 40, 30, 20 e 10 horas semanais, respectivamente. O período para a vigência do abono ficou estipulado de 1º de abril a 30 de novembro de 2014, prorrogável, mediante lei específica.

Ainda, a Câmara aprovou, por unanimidade, em 18 de novembro de 2014, a proposta do Executivo que instituiu o abono especial aos servidores do magistério público municipal, no valor de R\$ 250.000,00, seguindo os critérios de carga horária, mês de admissão e tempo de efetivo exercício. Também aqui a concessão foi feita com recursos do Fundeb. Mesmo com o abono especial instituído em 2013, verificou-se, novamente, que o total da remuneração destes profissionais neste ano não alcançaria o percentual mínimo, sendo necessário este novo reforço financeiro.

No mês de maio de 2014, tramitou no Legislativo o projeto de lei, de autoria do vereador Alex Tardetti, prevendo a regularização dos repasses de subsídios financeiros às entidades do Município, as chamadas subvenções sociais. Com base na legislação estadual, o projeto estabeleceu um checklist de documentos que a entidade precisa apresentar, a fim de comprovar a legalidade e a atividade. Apenas as entidades que buscam dinheiro público precisam cumprir com as exigências ora estabelecidas, mesmo assim, a liberação

do recurso depende do Executivo. Agora, todo este processo está regulamentado pela Lei nº 2.170, de 26 de junho de 2014.

Criada no final de 2013, a Comissão para Assuntos Relevantes, da Câmara de São Lourenço do Oeste, tinha por objetivo acompanhar a situação e o encaminhamento de propostas referentes às manifestações populares contrárias à construção da UPA na comunidade de São Paulinho. Composta pelos vereadores Edu Borges, Adilson Sperança, Edilso Ranzan e Marlice Perazoli, apresentou o relatório final dos trabalhos no dia 27 de maio de 2014.

Destaca o documento que várias reuniões foram realizadas pela Comissão com autoridades municipais e estaduais e com moradores de São Paulinho e de Três Voltas, a fim de discutir a questão. Evidenciou o relatório as manifestações contrárias dos moradores da comunidade de São Paulinho quanto ao local já definido pelos Governos Municipal e Estadual para a construção da UPA, principalmente pela localização do terreno, próximo ao cemitério local. Consta, também, a informação que parte dos moradores de Três Voltas disseram ser favoráveis à implantação da Unidade naquela comunidade, conforme abaixo-assinado apresentado, por entendê-la como necessária à melhoria da segurança pública local e regional.

Ante o levantamento, a vereadora Marlice Perazoli, responsável pela relatoria, informou que a avaliação final sugere aos órgãos públicos responsáveis maior diálogo com a população, entendida como a maior interessada na construção da UPA. Porém, a decisão final cabe aos Executivos Estadual e Municipal.



Figura 510: Comissão para Assuntos Relevantes - Unidade Prisional Avançada (UPA) - 2013.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Alex Tardetti, vice-presidente da Casa, que assumiu a chefia do Legislativo por 30 dias, conduziu a sessão de 16 de junho de 2014. Vânia Antônia Baldissera, primeira

suplente do PMDB, ocupou a cadeira do titular. Nesta sessão foram aprovados a moção de pesar, de autoria da bancada do PMDB, encaminhada aos familiares do ex-vereador Alaor Geraldo da Silva, em virtude do seu falecimento, ocorrido em 11 de junho, e o requerimento do vereador Valmir Maboni, solicitando informações referentes ao montante de pedras e rachões depositados nas proximidades do Loteamento Livi. Ainda, os legisladores discutiram o projeto de lei do Executivo que autorizou o Município a receber, em doação, ou patrocínio, auxílio financeiro à realização de almoço em homenagem ao Dia do Agricultor.

Sensibilizado com as condições em que a comunidade de São Caetano realiza a festa italiana, o presidente em exercício, Alex Tardetti, sugeriu, no dia 15 de julho de 2014, a elaboração de projeto para a construção de um Centro Cultural Italiano, por lá ter envolvimento com a cultura, a gastronomia e os costumes da etnia. Anualmente, e já na sua 13ª edição, a festa italiana ocorre no pavilhão da comunidade, mas, devido à estrutura limitada, de cozinha, de banheiros e de espaço para acomodação do público, não pode ultrapassar o atendimento a 500 pessoas, conseqüentemente, os benefícios culturais e financeiros têm dimensão restrita.

Na mesma sessão, os vereadores aprovaram, por unanimidade, dois projetos do Executivo. Um deles solicitava autorização para o Comitê Desportivo Municipal (CDM) receber patrocínio financeiro para a premiação e o jantar festivo de encerramento do Campeonato Municipal de Futebol Amador. O outro se voltava à possibilidade de o chefe do Poder Executivo firmar termo de permissão de uso, até 31 de dezembro de 2017, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), das instalações da extinta EEB. Leoberto Leal, na comunidade de Frederico Wastner. Ainda, o plenário aprovou a declaração de utilidade pública ao grupo Força Bruta Off Road, matéria do vereador Adilson Sperança.

Por convite do presidente da Casa de Leis, o capitão Evandro Vieira, comandante da 5ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia Militar, e o sargento Peres participaram da sessão de 09 de setembro de 2014, com o objetivo de fazer alguns esclarecimentos acerca da segurança pública no Município e das críticas advindas da comunidade.

O Comandante apresentou um levantamento dos atendimentos efetuados no período de janeiro a agosto deste ano. De acordo com o relatório, mais de 20 objetos furtados foram recuperados, como automóveis, motocicletas, notebooks e outros; efetivadas 69 prisões em flagrante; expedidos 152 boletins de ocorrência, envolvendo 13 menores, e 340 com envolvimento de 24 elementos maiores de idade.

Vieira reconheceu problemas e limitações da PM, principalmente com a carência de efetivo. São Lourenço do Oeste, por ser sede de Companhia, deveria ter o dobro de policiais. Outra dificuldade relacionada à segurança é a falta de estabelecimentos penais na região, prejudicando o trabalho das polícias que prendem, mas o criminoso não permanece no cárcere.

Em defesa do trabalho realizado pela PM, o Sargento Peres explicitou algumas situações de rotina, pois, muitas vezes, apenas uma viatura realiza a cobertura de uma área com cerca de dez mil residências, sendo este um dos motivos para que o aumento do efetivo seja prioritário.

O presidente da Casa comentou que cobraria uma ação das autoridades competentes e incentivou os demais vereadores que sugerissem aos seus representantes atitudes para dar suporte ao trabalho dos agentes de segurança do Município.

Foi aprovada, em 05 de agosto de 2014, a nova lei, de autoria do vereador Alex

Tardetti, que regulamenta e disciplina a mídia volante, conhecida como sonorização de rua. Como a lei anterior não tinha efetividade, Tardetti embasou a fiscalização, alterou horários e normas antes não cumpridas. Entre os principais pontos destacam-se a proibição de sonorização a menos de 200 metros de distância de escolas, unidades de saúde, templos religiosos, órgãos públicos, entre outros. A partir de agora, somente é permitida a sonorização das 10h às 12h e das 13h30 às 19h, de segunda a sábado. Na lei também consta o limite dos níveis de emissão de sons.

Além destes aspectos, outro ponto importante é que a fiscalização fica sob responsabilidade do Departamento Municipal de Trânsito (Demutran). Como consequência da infração, a multa equivale a um salário mínimo para a primeira autuação e, o dobro, em reincidências.



Figura 511: Representantes da Polícia Militar, manifestando-se na tribuna - 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em 23 de setembro de 2014, a Câmara aprovou, com emendas, o projeto de lei complementar do Executivo que alterou diversas leis e propôs contemplar a majoração do vencimento dos cargos da carreira de médico para R\$ 8.150,00, com 40 horas, e R\$ 4.075,00, com 20 horas semanais, R\$ 4.700,00 para médico especialista e médico avaliador e controlador.

Ainda, o plenário aprovou a proposta de instituição do regime de plantão fiscal, alternado e rotativo proporcionalmente, prevendo uma gratificação de R\$ 100,00 por dia aos fiscais. Também aprovou a incorporação de R\$ 400,00 aos vencimentos dos professores municipais, abono especial do Fundeb, e da atualização do vencimento dos cargos de conselheiro tutelar e de agente comunitário de saúde, este adequando-se ao piso nacional.

Por outro lado, o aumento do vencimento dos cargos de fiscal de tributos municipais

e fiscal de tributos e obras para R\$ 3.226,00 e o reajuste no cargo de gerente executivo das autarquias municipais para R\$ 5.000,00 foram rejeitados por seis votos a três, sob o argumento de que o reajuste apenas para alguns servidores é injusto.

Instalada em um prédio de mais de 30 anos, a Câmara de São Lourenço do Oeste iniciou a reforma na estrutura que possui cerca de 600 m<sup>2</sup>. Em 2013, o investimento contemplou os espaços: hall superior, auditório, plenário e plenarinho. Já em 2014, salas das bancadas, banheiros, local do Acervo de Memórias, Espaço Cidadão, hall inferior e escadaria receberam melhorias.

Para a primeira etapa da reforma, o investimento chegou a R\$ 173.000,00, sendo R\$ 150.000,00 destinados à construtora que executou o projeto e, os R\$ 23.000,00 restantes, à aquisição de móveis para o plenário (mesas e bancadas dos vereadores e auxiliares), revestimentos e painéis.

Quanto à reforma de 2014, chegou a R\$ 190.000,00. Deste montante, R\$ 150.000,00 referentes a materiais e mão de obra. Móveis, cadeiras, painéis, quadros, revestimento e persianas compreenderam os outros R\$ 40.000,00. Nas duas reformas, todas as aquisições de serviços e materiais seguiram os trâmites licitatórios.

Em função do planejamento orçamentário, o Legislativo tem destinado parte do orçamento para reformas. Anualmente, atividades de melhorias e expansão da parte administrativa e operacional são necessárias, já que se trata de um espaço público utilizado por entidades, organizações e sociedade. Éderson Hermann, secretário executivo da Câmara, lembrou que, entre os ambientes utilizados, está o Espaço Cidadão que, em média, recebe de 500 a 600 pessoas por ano. Com a reforma e o Acervo de Memória, estudantes puderam contar com melhores condições para pesquisas, estudos e trabalhos.

No ano de 2015 foram realizadas algumas melhorias na parte externa, principalmente na fachada, apenas restaurações e pinturas, sem edificações, para as quais o Legislativo destinou poucos investimentos.



Figura 512: Reformas da Câmara de Vereadores, plenário - 2013 e 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.



Figura 513: Reformas da Câmara de Vereadores - 2013 e 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Na sessão de 13 de outubro de 2014, a Câmara aprovou projeto de lei da Mesa Diretora, denominando três vias públicas do Bairro Progresso. Para fins de legalização e de localização, atribuiu nome a dois acessos, as Servidões Acácias e Orquídeas. Já a Travessa Ângelo Martins teve o nome alterado para Travessa Doutor Bruno, em homenagem ao pioneiro Bronislau Polan Breowicz.

Profissional da medicina, dr. Bruno contribuiu na composição de estabelecimentos comerciais da cidade, participou ativamente de clubes e de entidades e apoiou a criação de Associações de Alcoólicos Anônimos (AA), para as quais prestou importantes serviços voluntários. Como homem público, o dr. Bruno, carinhosamente chamado pela população, foi vice-prefeito de São Lourenço do Oeste na gestão 1969/1972. Faleceu em 2012, aos 77 anos.

Com a denominação, o Legislativo resolveu os problemas das vias anônimas e atendeu as solicitações dos moradores, além de homenagear uma importante personalidade de nosso Município.



Figura 514: Bronislau Polan Breowicz, o  
dr. Bruno - 2014

Fonte: Acervo da família Breowicz

As eleições de 05 de outubro de 2014 elegeram presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais. Com exceção do senador, que tem mandato de oito anos, todos os cargos são eleitos para quatro anos. Os três candidatos de cada cargo mais votados em São Lourenço do Oeste foram:

-Presidente: Dilma Rousseff (PT), 6.552 votos (47,04%), Aécio Neves (PSDB), 6.344 votos (45,55%), e Marina Silva (PSB), 768 votos (5,51%);

-Governador: Raimundo Colombo (PSD), 6.632 votos (51,71%), Claudio Vignatti (PT), 3.707 votos (28,98%), e Paulo Bauer (PSDB), 2.406 votos (18,76%);

-Senador: Paulo Bornhausen (PSB), 4.615 votos (40,84%), Dario Berger (PMDB), 3.325 votos (29,42%), e Milton Mendes (PT), 3.182 votos (28,16%);

-Deputado federal: Pedro Uczai (PT), 2.623 votos (21,17%), Celso Maldaner (PMDB), 2.321 votos (18,73%), e Valdir Colatto (PMDB), 1.200 votos (9,68%); e

-Deputado estadual: Valdir Cobalchini (PMDB), 3.440 votos (26,52%), Dirceu Dresch (PT), 1.379 votos (10,63%), e Mauro De Nadal (PMDB), 1.351 votos (10,42%).

Por apresentar compreensão dúbia, em 12 de novembro de 2014, as bancadas do PMDB e do PSDB apresentaram um requerimento questionando alguns pontos do contrato entre a Prefeitura e a empresa Foco Propaganda. Objetivavam os vereadores saber se a contratação resultou de processo licitatório, além de prazo, valores e os benefícios à população. No documento constava a necessidade de o Executivo encaminhar a cópia do contrato firmado com a empresa vencedora da licitação para esclarecer a aplicação dos recursos da Administração Municipal.

Outros requerimentos apresentados na mesma sessão, um encaminhado pela vereadora Marlice Perazoli, solicitava informações voltadas ao programa de recuperação da mata nativa e, o outro, de autoria das bancadas do PMDB e do PSDB, buscavam informações detalhadas sobre a desapropriação amigável de um imóvel rural de cerca 84.700 m<sup>2</sup>. Os vereadores questionavam quando ocorreria a transferência da escritura para o Município.

Carlos Augusto de Andrade Morbini, delegado da 28<sup>a</sup> Delegacia Regional de

Polícia (DRP), recebeu o título de Cidadão Honorário de São Lourenço do Oeste em 25 de novembro de 2014. A honraria, proposta pela Mesa Diretora do Legislativo, foi entregue com a presença de convidados, população e autoridades.

Morbini atua em São Lourenço do Oeste desde abril de 2004 e afirmou poucas vezes ter visto um reconhecimento deste tipo à polícia. A honraria é pessoal, mas a concessão resulta do trabalho frente às delegacias. Falou de algumas conquistas, como a melhoria da estrutura da DRP, a implantação do Canil, a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) e da necessidade da construção da UPA. Ainda, que a segurança pública não é apenas responsabilidade dos agentes policiais, mas dos Poderes Executivo, Estadual e Municipal, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e sociedade em geral.

Walmor José Pederssetti, presidente da Casa de Leis, disse que a proposta foi apresentada pela Mesa Diretora, mas contou com o apoio de todos os vereadores, pois, além de Morbini aqui estar há algum tempo, sempre se demonstrou preocupado com as questões locais e que reside em São Lourenço do Oeste por opção.



Figura 515: Homenagem a Carlos Augusto Morbini, delegado da DRP- 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Mesmo que o regimento interno da Câmara de São Lourenço do Oeste não permita a reeleição para presidência dentro do mandato, o vereador do PMDB, Walmor José Pederssetti, cumpriu quatro anos consecutivos na chefia do Legislativo. Isto porque ele presidiu a Casa de Leis nos dois últimos anos da 13ª e nos dois primeiros da 14ª legislaturas.

Eleito para o segundo mandato, teve a oportunidade de encaminhar algumas ações específicas, entre elas a reforma do prédio do Legislativo. No passado, a estrutura passou por algumas adaptações, mas nunca houve uma reforma completa. Agora, os espaços possibilitam melhores condições de trabalho ao administrativo e aos vereadores, além de

melhor acolher os visitantes.

Embora o PMDB não fizesse parte do Governo Municipal, gestão 2013/2016, Pederssetti atuou como conciliador, de oposição moderada. Entre o Legislativo e o Executivo sempre houve conversa amigável, de modos que as divergências ficaram por conta dos projetos, apenas. Aqueles bons para o Município, sempre receberam aprovação. Já para os casos mais polêmicos, as tratativas aconteciam nos bastidores para evitar discussões no plenário.

Na visão do presidente, entre os projetos mais importantes que passaram pela Câmara está o Plano Diretor Participativo (PDP), pois as mudanças propostas deram condições para São Lourenço do Oeste se desenvolver. Outro ponto lembrado é o Programa Parlamento Jovem, haja vista a necessidade da sua continuidade, por se constituir como uma maneira de inserir o jovem na política. Em 2015, Pederssetti voltou a ocupar a cadeira de legislador.



Figura 516: Walmor José Pederssetti, na presidência do Legislativo - 2013/ 2014

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste

Oportuno se torna dizer que na última sessão do ano, em 22 de dezembro de 2014, foi eleita a Mesa Diretora para o biênio 2015/2016. No processo de escolha, para presidente, Edu Antonio Borges obteve 05 votos; Alex Cleidir Tardetti, 03, e Edilso Paulo Ranzan, 01 voto; para a função de 1º secretário, Edilso Paulo Ranzan contou com 05 votos e Marlice Villani Perazoli, 04 votos; e para a função de 2º secretário, Marlice Villani Perazoli teve 07 votos e, Valmir Luiz Maboni, 02 votos. Para o cargo de vice-presidente, Agostinho Assis Menegatti conquistou 05 votos, Marlice Villani Perazoli, 02, e Walmor José Pederssetti, 02 votos.

Apurados os resultados, o presidente da Casa declarou eleita a Mesa Diretora para o biênio 2015/2016, que ficou assim constituída: presidente, Edu Antonio Borges; vice-presidente, Agostinho Assis Menegatti; 1º secretário, Edilso Paulo Ranzan; e 2ª secretária,

Marlice Villani Perazoli. Como prescreve o Regimento Interno do Poder Legislativo, a posse ocorreu de forma automática, em 01 de janeiro de 2015.

O Projeto de Lei nº 050/2013, de autoria do vereador Alex Tardetti, sugeriu a alteração de nome do ginásio do centro para Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce. Porém, pelo fato de o patrimônio não ser oficialmente do município, na época não pode ser finalizado. Posteriormente, a situação foi resolvida, haja vista o espaço ter sido adquirido pela Municipalidade para o uso da EBM. Santa Maria Goretti.

Reencaminhado, em 22 de dezembro de 2014, o vereador Tardetti defendeu o projeto, justificando a importância que o atleta Adilson teve para o esporte de São Lourenço do Oeste, logo, merecedor dessa homenagem. Ainda, que é triste as pessoas serem valorizadas apenas depois de mortas, mas é um problema que vem desde a lei maior e deve ser cumprida. Falou que essa é uma singela homenagem, tendo a certeza de que a família também a merece. Aprovado o projeto por unanimidade e, pela Lei nº 2.199, de 26 de dezembro de 2014, o Ginásio Municipal de Esportes, do Centro, passou a denominar-se Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce.

Destaca-se que o ano de 2015 iniciou com mudanças no Legislativo, pois o vereador Walmor Pederssetti assumiu a função de secretário da SDR, de São Lourenço do Oeste, a partir do final de janeiro, e foi substituído pela suplente Vania Antonia Garbin Baldissera. Permaneceu no cargo de Secretário até o final do mês de maio de 2016, reassumindo a função de vereador, mas reconduzido ao comando da Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste a partir de 01 de novembro.

Quando as atividades parlamentares de 2015 foram retomadas, em 02 de fevereiro, Walmor Pederssetti e Geraldino Cardoso participaram da sessão, compondo a Mesa Diretora na abertura das atividades.

Na pauta, dois projetos de lei, um de autoria do Executivo Municipal, autorizando a doação de equipamentos para a associação de desenvolvimento do Distrito de São Roque, e, o outro, de autoria do vereador Edu Borges, declarando de utilidade pública as associações de máquinas de São Lourenço do Oeste. Ainda, constaram duas indicações de autoria do vereador Alex Tardetti: a primeira relacionava-se à criação de projeto de lei para custeio do transporte escolar do ensino superior a outras cidades e, a segunda, à fiscalização e à autuação de terrenos baldios da cidade.

Entretanto, no espaço destinado à palavra livre, algumas farpas foram trocadas entre legisladores, voltadas, principalmente, aos possíveis acordos partidários para a escolha do presidente da Câmara, gestão 2015/2016.

Em 24 de março de 2015, uma comitiva de São Lourenço do Oeste discutiu, em Florianópolis, o aumento do efetivo de policiais para a 5ª Companhia. Também esteve em pauta a instalação do Centro de Recuperação e Ressocialização de Menores e a construção da UPA. Além de sete vereadores, participaram da audiência representantes da Acislo e deputados.

Foram duas audiências, uma com o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Paulo Henrique Hemm, e outra com a secretária de justiça e cidadania, Ada Faraco De Luca. Na primeira, discutiram a lotação de mais 12 policiais na Companhia de São Lourenço do Oeste. Os vereadores retornaram com expectativa positiva para o atendimento ao pedido.

Na segunda audiência, na Secretaria de Justiça e Cidadania, o diálogo girou em torno da instalação do Centro de Recuperação e Ressocialização de Menores. Para isso, o

Município ofereceu a escola de Três Voltas. Uma comissão da secretaria acompanhou este processo e a previsão era de que, até o final de abril, emitiria parecer acerca do assunto.

Quanto à construção a UPA, na época, o Estado já contava com o projeto e garantia R\$ 10.000.000,00 para o investimento, contudo, ainda hoje, é preciso vencer alguns processos, especialmente com relação a licenças ambientais. Soma-se a isto a manifestação contrária dos moradores de São Paulinho à construção naquela comunidade.

Por unanimidade, na sessão de 06 de abril de 2015, os vereadores autorizaram o Executivo a aderir ao programa Badesc Cidades, ou seja, um empréstimo de R\$ 3.000.000,00 para a pavimentação da Rua Rio de Janeiro. Em 2013, o Legislativo já havia aprovado uma autorização, contudo, o projeto foi devolvido pelo Badesc.

Pauta de muitas discussões, a pavimentação da rua constituiu-se de reivindicação, não somente da população que mora nas proximidades, mas dos lourencianos. Estratégica, pois liga o acesso Sul ao contorno viário Armindo Echer, a rua teve um considerável aumento no fluxo após a proibição da passagem de veículos pesados pelo centro da cidade. A isso também é preciso considerar a existência de escolas e de comércios ao longo de sua extensão.

Em forma de protesto, no mês de dezembro de 2014, a população fixou algumas faixas em grades e muros de residências e, em uma delas constava: “Desculpe o transtorno, estamos sem obras”. Na época, a Administração já havia protocolado um projeto no Badesc para a captação de recursos, porém, retornou e a obra não se efetivou.

Mas a discussão acerca da pavimentação reclamada ganhou outras instâncias, pois motivou debates acirrados também no Legislativo. Do Executivo foram solicitadas explicações e apresentação de documentos, em decorrência do requerimento oriundo das bancadas do PSDB e do PMDB, apresentado na sessão de 11 de agosto de 2015.

No documento, os vereadores solicitaram: cópia do projeto original elaborado pela atual Administração, cópia do projeto desenvolvido pela Administração anterior, orçamento detalhado dos custos da referida rua e cópia das propostas apresentadas aos órgãos federais para a captação de recursos. As bancadas alegaram que as informações objetivavam esclarecer as dúvidas da Casa de Leis e também da população em geral.

Durante o período em análise, o magistério esteve em voga por várias vezes. A vereadora Vânia Antonia Garbin Baldissera, em 23 de fevereiro de 2015, apresentou indicação sugerindo alteração da lei complementar que trata do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal.

Defendeu a necessidade de equiparar o número de horas trabalhadas entre os professores de sexto ao nono anos da rede municipal, com a dos professores da rede estadual, pois estes têm carga horária de 40 horas, mas ministram 32 aulas e, o restante, é dedicado às atividades extraclasse. No entanto, os professores municipais trabalham 36 horas para 40 horas.

Ao se levar em conta que um professor com 40 horas atende aproximadamente 10 turmas, apenas 04 horas destinadas às atividades extras são insuficientes, justificando a necessidade da alteração do plano.

Passados aproximadamente três meses de trâmite, o projeto de lei complementar do Executivo, que trata dos cargos de diretor adjunto e de assistente técnico pedagógico, além de adicional de responsabilidade na educação municipal, entrou na pauta e deveria ser votado no dia 18 de maio de 2015. Entretanto, os vereadores atenderam ao pedido da Administração e retiraram-no de tramitação. O texto buscava alterar os dispositivos das

Leis Complementares nº 90, de 26 de dezembro de 2007, e nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Como a lei municipal de ensino e o plano de cargos e salários precisavam de melhorias, Nereide Maria Curioletti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São Lourenço do Oeste (Sitrasto), disse que, em 2013, uma comissão, formada por um ou mais representantes de cada escola, discutiu amplamente os assuntos e, posteriormente, apresentou o documento com as sugestões ao Executivo. Estava estabelecido que a classe levantaria as necessidades e este convocaria uma assembleia para discuti-las. Na sequência, um projeto seria encaminhado ao Legislativo. Entretanto, à Câmara foram enviadas propostas que não atenderam as solicitações da categoria.

A classe reivindicava, por exemplo, a inclusão de diretor adjunto nas escolas maiores, segundo professor para os alunos especiais com o mesmo nível de formação do professor titular e redução no número de alunos por turma.

Apesar de todos os vereadores terem sido favoráveis à retirada do projeto, as opiniões dos vereadores divergiram. Enquanto a bancada do PMDB, liderada por Alex Cledir Tardetti, defendia maior discussão do assunto com a classe, para o líder do governo, Valmir Luiz Maboni, alguns vereadores foram influenciados por pessoas de fora, pois com as emendas apresentadas pela bancada do PMDB, algumas escolas ficariam sem assistente técnico pedagógico.

De grande relevância para a população lourenciana e catarinense foi o projeto apresentado em maio de 2015, pela bancada do PSDB, propondo a alteração do nome do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste para Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira.

A alteração constituiu-se em homenagem e em reconhecimento ao ex-governador de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira, que morreu no dia 10 de maio, vítima de enfarte. O ex-governador contribuiu muito com São Lourenço do Oeste, liberando, inclusive, recursos para obras importantes, como a perfuração do poço profundo e a construção do Centro de Eventos.

Na sessão do dia 08 de junho de 2015, o projeto teve aprovação unânime e, pela Lei nº 2.224, de 19 de junho de 2015, o espaço passou a ser chamado de Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira. Além do reconhecimento, esta alteração demonstra o vínculo e o respeito do Legislativo e da população a uma personalidade que identificou São Lourenço do Oeste como pertencente a Santa Catarina.



Figura 517: Ex-governador de Santa Catarina,  
Luiz Henrique da Silveira - 2003/2010.  
Fonte: scm.sc.gov.br

Outra indicação da Mesa Diretora deveras importante teve aprovação unânime na sessão de 11 de maio de 2015. Nela constou o pedido de aumento no efetivo da 28ª Delegacia Regional de Polícia de Fronteira (DRP-Fron). O documento foi endereçado ao Governo do Estado, à Secretaria de Segurança Pública, à Assembleia Legislativa, à SDR, de São Lourenço do Oeste e ao Executivo Municipal.

Acislo, Facisc, AMNoroeste e Acanor também receberam o documento, no intuito de somar forças à indicação. Esta mobilização consistiu no envolvimento de todos os municípios da região, a fim de sensibilizar as autoridades governamentais do Estado para as necessidades então identificadas.

Na última semana de maio de 2015, no espaço do Legislativo, profissionais da Secretaria Municipal de Educação e da Gerência de Educação, ambas de São Lourenço do Oeste, entregaram e apresentaram o projeto de lei do Plano Municipal de Educação aos vereadores. Além destes, participaram do encontro representantes do Município, quando da realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2013.

Constam, no Plano, 20 metas, a serem atingidas até 2025, que seguem as diretrizes do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação. Para esta concretização, os trabalhos iniciaram em outubro de 2014, ao todo, 28 encontros, dedicados a estudos e a elaborações minuciosas, atividade inicialmente orientada por profissional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, assim diz: “Art. 8º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 01 (um) ano contado da publicação desta Lei”. Diante desta determinação, o Legislativo dispunha até 24 de junho para discutir, votar e aprovar o novo PME, entretanto, conseguiu finalizar esse trâmite na sessão ordinária de 17 de junho de 2015.

Mesmo tendo passado por várias discussões, uma emenda supressiva foi apresentada à meta 14, de autoria das bancadas do PMDB, do PSDB e do PSD, retirando do projeto de

lei o texto que falava da orientação de gênero.

Alex Cleidir Tardetti explicou que o processo de educação funciona quando o tripé família, escola e sociedade se preocupa com o processo integral. No que tange à questão gênero, os posicionamentos são divergentes, principalmente da religião e da psicologia. Para o vereador, em algumas situações, a escola faz de tudo e não faz o dever número um, que é alfabetizar ou dar conhecimento. Trata-se de um assunto complexo, mas não chega a ser polêmico.

Conforme o presidente da Casa de Leis, Edu Antonio Borges, aqui houve um trabalho amplo, envolvendo a Secretaria de Educação, o Conselho Municipal de Educação e a Gerência de Educação. Agora, o PME constitui-se em um plano a ser executado nos próximos dez anos pelas esferas municipal, estadual e privada, e de todos os níveis e modalidades da educação. Na mesma sessão, a Câmara votou e aprovou a redação final do projeto, transformando-o na Lei nº 2.227, de 19 de junho de 2015.

Devido à relevância do Plano Municipal de Educação, a Comissão de Educação da Câmara Federal promoveu, em 26 de junho de 2015, no Centro de Eventos São Lourenço, o seminário de educação, com o tema: “A construção e a implementação dos planos de educação: construindo uma pátria educadora”. Professores, gestores municipais e demais profissionais da educação dos municípios que compõem a AMNoroeste participaram do evento.

O seminário objetivou criar um espaço de diálogo acerca da educação no país e no município. Diante disto, o debate ficou por conta dos desafios para a execução do PNE, do PME e o cumprimento das metas estabelecidas. Ratificou o coordenador da frente parlamentar, deputado federal Pedro Uczai (PT-SC), que o PNE estava em andamento há um ano e as conquistas só foram possíveis porque as metas são claras e objetivas.

No evento, os municípios participantes apresentaram uma síntese do processo de elaboração do seu PME, destacando os pontos fortes e as fragilidades, mas, principalmente, as conquistas com a aprovação da Lei e as expectativas para com a educação na próxima década.



Figura 518: Seminário de educação: a construção e a implementação dos planos de educação: construindo uma Pátria educadora - 2015.

Fonte: Portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Professor de educação física há mais de 30 anos, o vereador do PSD, Luiz Antônio Martins, popular Tuto, propôs, em 17 de junho de 2015, em indicação, um incentivo aos atletas do Município que apresentassem alto rendimento em competições. Consistia a ideia em criar uma bolsa, que contribuiria para a manutenção do atleta, aquisição de material e suplementos. A concessão da bolsa seria a quem garante medalha ou premiação, sendo esta uma forma de garantir a permanência dos atletas no Município, já que muitos migram em busca de oportunidades e de valorização.

Ainda, a proposta previa a formação de uma comissão formada por três representantes de entidades, o procurador do Município e três profissionais do Comitê Desportivo Municipal para avaliar o merecimento, ou não, do benefício. Na Câmara, o pleito teve aprovação unânime.

Em maior número na Casa de Leis, os vereadores de oposição não pouparam críticas ao Executivo de São Lourenço do Oeste na sessão de 17 de junho de 2015. Entre os assuntos abordados na tribuna livre constaram a falta de investimento em infraestrutura, principalmente nas Ruas Rio de Janeiro e João Beux Sobrinho e nas vias do interior, também a pressão por parte de alguns gerentes e secretários que compõem o Governo Municipal.

Em defesa, o presidente da Mesa, Edu Antonio Borges, disse que a Administração estava fazendo o possível. Afirmou também que, nas pontes, por exemplo, foram feitos os devidos investimentos, mas a chuva destruiu-as novamente. Adiantou que todas as reivindicações seriam levadas ao Executivo. No caso da pressão por parte de secretário e de gerentes, afirmou que o Governo não compactua com tal atitude.

Borges recorreu, também, a fatos e números do Governo Federal. Fez questão de



citar que o governo do PT tirou muitas pessoas da pobreza extrema, que milhares de empresas foram abertas e que o país estava crescendo, porém, não mencionou muitos dados e informações do Município. Num aparte, Tardetti disse que a situação atual não era a contextualizada por Edu, especialmente quando o assunto é crescimento.

Nesse jogo de críticas e de defesas, até a Efaislo foi lembrada. Devido ao momento econômico, muitos municípios da região cancelaram suas feiras e São Lourenço do Oeste também deveria assim proceder. Vereadores da oposição defenderam a ideia de investir na melhoria de algumas ruas, entre elas a Rio de Janeiro e a João Beux Sobrinho.

No que tange à pressão psicológica, até então, o assunto constantemente fazia parte das sessões da Câmara, pois, pelas afirmações, trabalhadores teriam deixado seus cargos por conta disso.

São Lourenço do Oeste beneficiou-se com uma emenda parlamentar de autoria do deputado federal Celso Maldaner, no valor de R\$ 243.750,00, destinado à agricultura. No dia 03 de junho de 2015, o deputado, o secretário de desenvolvimento regional, Walmor José Pedersetti, os vereadores Alex Tardetti, Vânia Antonia Garbin Baldissera e Marlice Villani Perazolli, e o secretário de agricultura e aquicultura, Josemar Marcos Bett, visitaram o Prefeito, momento em que Maldaner anunciou a liberação do recurso, que seria gestionado pelo Município.

Depois de ter passado o prazo legal de 15 dias para que o Executivo sancionasse a lei da criação de Comissões Comunitárias para acompanhamento às obras públicas, em 03 de junho de 2015, o presidente da Casa de Leis, Edu Antonio Borges, amparado pela legislação maior, promulgou o texto já aprovado pelo Legislativo no início de maio, que resultou na Lei nº 2.221, de 03 de junho de 2015.

O projeto, de autoria do vereador Edilson Paulo Ranzan, tramitou na Câmara em agosto de 2014. No início de maio, voltou a ser discutido pelos vereadores, pois houve o entendimento da necessidade de incluir um dispositivo no art. 2º. Com a mudança, em um prazo de dez dias, a Administração deve comunicar o Legislativo acerca de toda e qualquer obra que ultrapasse o orçamento de R\$ 50.000,00. No caso de obras para hospitais e unidades básicas de saúde, escolas e centros de educação infantil, parques e praças, não há um valor mínimo.

Trata-se de uma ação diferente do comum, pois o Executivo decidiu não promulgar a lei, mas também não encontrou amparo legal para vetá-la. Casos como esse foram registrados também em 1996, 1998 e 2002. Com a assinatura ficou constituída a Lei Ordinária nº 2.221, de 03 de junho de 2015.

De acordo com o texto, as comissões para a avaliação dos investimentos deverão ser constituídas por, no mínimo, três membros, sendo necessariamente um deles vereador em exercício. Representantes ou líderes da comunidade e membros de associações de pais e professores, conselhos municipais, associações de moradores e trabalhadores da construção civil, residentes no bairro ou localidade também farão parte das comissões.

Oportuno se torna dizer que o assunto é de grande relevância para a sociedade e envolve tanto o Legislativo quanto o Executivo. Porém, já encerrando o mandato, as comissões não se efetivaram e, conseqüentemente, a lei não está cumprindo as prerrogativas para as quais foi estabelecida.

A quarta audiência pública do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) foi realizada em São Lourenço do Oeste no dia 23 de junho de 2015, abrangendo as SDRs do

município sede e também de Quilombo. Envolveu 13 municípios, dos quais participaram 200 pessoas, aproximadamente.

Marcos Vieira, deputado, presidiu o evento. Explicou que a ALESC preferiu realizar estes eventos com as 32 regionais do Estado para contemplar todas as demandas indicadas pela população, porém, sem a certeza do atendimento completo.

Na lista de prioridades para São Lourenço do Oeste constam: reforma, aquisição de equipamentos, ampliação e busca de recursos para a manutenção do Hospital da Fundação; revitalização das escolas, contemplando readequação da infraestrutura física, instalação de laboratórios científicos e construção de ginásio de esportes nas escolas que ainda não o tem; e revitalização da Rodovia SC-305, trecho de São Lourenço do Oeste a Campo Erê. Quanto às prioridades de Quilombo: pavimentação asfáltica sobre leito natural entre os municípios de Jardinópolis e de Quilombo e pavimentação asfáltica sobre leito natural da Rodovia SC-482, trecho entre Santiago do Sul e Rio Saudades (divisa com São Domingos); ampliação na rede de distribuição, reservatórios e bombeamento para o abastecimento de água na cidade de Quilombo; e reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital São Bernardo.



Figura 519: Audiência pública para a discussão do Plano Plurianual, envolvendo as SDRs de São Lourenço do Oeste e de Quilombo - 2015.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Apesar de ser da situação, o ex-secretário de agricultura e aquicultura, vereador Idalino Bampi, aproveitou a sua última sessão na Casa de Leis, em 24 de junho de 2015, para desabafar e falar de problemas da Municipalidade, principalmente na área da agricultura. Na tribuna livre, disse que permaneceu no comando da secretaria por dois anos e dois meses, e que ela foi prejudicada pelo Governo Municipal, pois, até o mês de julho de 2013, nenhum caminhão trabalhou e, já no mês de agosto, faltou óleo diesel.

Em 2014 conseguiu trabalhar um pouco melhor. Entretanto, explicou que, durante os 12 meses, a pasta investiu cerca de R\$ 3.100.000,00. Mesmo que pareça um valor

significativo, em ações, não o é, pois aproximadamente R\$ 1.200.000,00 foram investidos em compra de equipamentos e máquinas, mais R\$ 1.000.000,00 para gastos com servidores, R\$ 65.000,00 no viveiro municipal e R\$ 130.000,00 no programa de inseminação artificial e distribuição de nitrogênio.

Mesmo tendo exposto a situação, Bampi disse não ter sofrido pressão política por parte de seus companheiros. Edu Antonio Borges, presidente da Mesa Diretora, e também presidente municipal do Partido dos Trabalhadores, não comentou o assunto.

Josemar Marcos Bett, técnico agropecuário, assumiu a pasta deixada por Bampi. Porém, o fato de ser cunhado do Prefeito causou desconforto em algumas pessoas, justamente porque há a lei do nepotismo em São Lourenço do Oeste. Mas para Cardoso, a nomeação não foi imoral porque a escolha do Marcos teve por base o seu currículo e não o parentesco. Ainda, afirmou a necessidade de dar andamento aos trabalhos do Município.



Figura 520: Vereador Idalino Bampi, manifestando-se na tribuna - 2015.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Em 13 de julho de 2015, a Câmara rejeitou o veto parcial à emenda do projeto que trata do programa de reforma habitacional de interesse social. Na emenda, apresentada pelas bancadas do PSDB e do PMDB, constava que o benefício da reforma deveria ser concedido a pessoas em condições de vulnerabilidade, mas com, no mínimo, 50 anos, ou para famílias com componente deficiente. O Executivo, ao vetar parcialmente a emenda, afirmou que o texto faz distinção de idade, contrariando a Lei Maior. Na sessão anterior, o gerente de habitação de São Lourenço do Oeste, João Antonio Garcias, defendeu o veto na tribuna.

Mesmo com a defesa, seis vereadores optaram pela rejeição ao veto e três votaram para que a Casa acatasse a decisão do Executivo. No texto original, pessoas que residissem há pelo menos três anos no Município e comprovassem renda inferior a um salário mínimo e meio teriam condições de acessar ao programa. Apesar da mudança nos critérios, a

emenda não alterou valores. Neste caso, o beneficiário teria direito a R\$ 5.000,00 em materiais de construção para a reforma e a mão de obra ficaria por conta do proprietário.

Quanto à demanda, em 2015 havia, pelo menos, 800 unidades habitacionais para o Município, compreendendo famílias que pagavam aluguel, ou residiam em área de risco ou em casa cedida. O valor orçado para as reformas habitacionais girava em torno de R\$ 70.000,00, mas o Executivo contava com a prerrogativa para aumentar esse valor, desde que dispusesse de recurso em caixa e contasse com o aval do Legislativo.

Três projetos de auxílio financeiro foram aprovados em urgência especial na sessão de 14 de julho de 2015. Assim, a Municipalidade teve condições legais para repassar recursos ao Clube Recreativo Vasco da Gama, de Presidente Juscelino, no valor de R\$ 50.000,00; ao Esporte Clube Bela Vista, R\$ 35.000,00; ao Clube de Mães Cristo Rei, R\$ 15.000,00; e ao Esporte Clube Independente, R\$ 25.500,00 mil.

Parte do recurso é proveniente de emendas parlamentares. Entre os valores estão R\$ 50.000,00 do deputado estadual Valdir Cobalchini (PMDB), R\$ 15.000,00 do deputado estadual Marcos Vieira (PSDB), R\$ 25.500,00 do deputado estadual Mauro de Nadal (PMDB) e, o restante, é do Município. No caso dos clubes de futebol, os recursos destinaram-se a investimentos em infraestrutura, como alambrado, por exemplo. Já o do clube de mães, destinou-se à aquisição de materiais.

A partir de agosto de 2015, repasses diretos do Município para entidades não puderam mais ser feitos, pois, como consta em lei federal, os entes federados precisam abrir edital para a solicitação de recursos.

Embora com a aprovação, no dia 17 de agosto, o vereador Alex Cleidir Tardetti solicitou do Executivo maior celeridade na liberação dos valores correspondentes aos projetos supracitados. Também lembrou que os recursos de três deles originaram-se de emendas parlamentares e estão disponíveis desde 2014. Para o peemedebista, isso tudo parece chantagem e, como vereador, não concorda com esse tipo de atitude.

Pelo lado do Executivo, as leis já aprovadas dependiam, primeiramente, do projeto técnico aprovado pela equipe de engenharia da Prefeitura e de disponibilidade orçamentária. Havendo estes dois requisitos, o Executivo chamaria as entidades para a assinatura do convênio.



Figura 521: Reunião do Prefeito com o Clube de Mães Cristo Rei - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Decorrente de parceria estabelecida entre a Municipalidade e a Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), o projeto de lei aprovado em regime de urgência especial, no dia 24 de agosto de 2015, autorizou a pavimentação com pedras irregulares de um trecho da rua que dá acesso à EBM. São Lourenço e à Unochapecó.

Com investimento aproximado de R\$ 150.000,00, 50% derivariam da Fundação e, os outros 50%, do Governo Municipal, que ficou responsável por licitar os serviços e executar a obra. Aprovado o projeto, o Município estava autorizado a receber os recursos da Fundação para a execução da obra, o que ocorreu na sequência.



Figura 522: Rua de acesso à Unochapecó - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Em sessão extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2015, os vereadores de São Lourenço do Oeste votaram dois projetos para tratar da 5ª Efaíslo, ocorrida no período de 12 a 15 de novembro. O projeto que autorizava o Executivo a receber em doação patrocínio e auxílio financeiro para a realização da feira foi rejeitado por seis votos a dois. Antes de ser colocado em votação, o vereador Adilson Sperança propôs que as bancadas discutissem um pouco mais, visto sua relevância. Mesmo com o argumento, o projeto teve rejeição. De modo geral, os vereadores que votaram contra o projeto posicionaram-se a favor da feira, mas não concordavam com a maneira que estava sendo conduzida.

Já o segundo projeto da noite tratava do estabelecimento de convênio entre Executivo e entidades, no caso, a CDL e a Cooperativa de Agricultura Familiar (Coopaf). Este foi aprovado pelos vereadores, porém com emendas.

Ainda voltado ao mesmo assunto, na sessão de 28 de setembro de 2015, por seis votos a três, os vereadores rejeitaram o veto parcial do Executivo a uma emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 043/2015, que autorizava a Municipalidade a celebrar convênio com entidades. As bancadas do PSDB e do PMDB, autoras da emenda, justificaram que no texto original não constava o termo de convênio com as referidas atribuições, sejam elas referentes à CDL e à Coopaf ou à Prefeitura. Para o vereador Tardetti, uma das funções do Legislativo é fiscalizar e dar transparência aos atos públicos do Município e, ao permitir a transação de recursos via entidades, os vereadores estariam impedidos de executar tal atribuição.

Valmir Luiz Maboni tentou argumentar e expor a importância de o Município

receber os recursos por meio de doações. Ainda, várias entidades gostariam de patrocinar a feira, mas os vereadores de oposição rejeitaram o veto, no entanto, garantiu que o evento seria realizado, pois tudo estava programado.

A descrição maior do projeto foi mantida, ou seja, o trecho que tratava do pedido de autorização para que a CDL de São Lourenço do Oeste assumisse a comercialização dos estandes da feira. Fora isso, o parecer dos membros deixou claro que o veto era inconstitucional. Embora este tenha sido derrubado, a ação não impediria que o Município recebesse recursos por meio de doação. Tardetti defendeu que o Executivo poderia elaborar uma lei específica e, a partir daí, pedir a autorização legislativa, tornando o projeto de total transparência a todos.



Figura 523: Votação de projetos voltados à 5ª Efaíslo - 2015.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Na tarde de 08 de setembro de 2015, o Legislativo realizou uma sessão secreta, algo inédito a esta Casa de Leis. A reunião atendeu ao requerimento apresentado pelas bancadas do PSDB e do PMDB e foi aprovado por unanimidade. Na pauta, uma possível quebra de decoro parlamentar.

Logo no início, o presidente da Casa de Leis, Edu Antonio Borges, quis saber o motivo da denúncia. Como havia produzido o requerimento, Tardetti explicou que a fez, falou do acusado e de sua empresa e que nenhum vereador pode manter contrato ou firmar convênio com o Município. Embora circulasse a ideia de aprovar alguns requerimentos, o presidente negou-se a recebê-los por não estarem protocolados na secretaria da Câmara. Por outro lado, os arts. 128 e 129 do Regimento Interno falam que os membros da Casa não podem entrar em contato com a sessão secreta.

Para Tardetti, tratava-se de requerimentos simples que solicitavam, por exemplo, cópias de documentos da empresa e diploma do vereador, pois precisavam ser anexados à

representação feita ao Ministério Público. Posteriormente, as provas seriam analisadas por uma comissão, que daria andamento ou encerraria o caso.

Assim sendo, os requerimentos negados na sessão secreta foram apresentados na próxima sessão. Afirmou Menegatti que os vereadores não encobririam nada, independente que qual vereador estivesse envolvido, no caso, o presidente da Mesa. De acordo com Menegatti e Tardetti, a suposta quebra de decoro parlamentar fere um dos artigos da Lei Orgânica, pois nenhum vereador pode manter contrato ou firmar convênio com o Município. Segundo eles, no ano de 2013, a empresa do vereador em questão teria vendido pneus à prefeitura.

Embora as bancadas proponentes da sessão secreta trabalhassem com a possibilidade de criar uma comissão processante na sessão, isto não ocorreu. “Como o Presidente não aceitou os requerimentos, a sessão secreta não foi secreta e, a partir dela, não teve encaminhamentos”, resumiu Tardetti.

Em 2013, a profissão de administrador completou 50 anos de regulamentação no país e, no dia 09 de setembro, mais uma vez comemorou-se o Dia do Administrador. Com isto, a vereadora Vânia Antonia Garbin Baldissera, autora da sessão solene voltada aos “50 anos de regulamentação da profissão de administrador”, buscou evidenciar um pouco mais a profissão.

Graduada na área pela Unochapecó, primeira turma do campus de São Lourenço do Oeste, a vereadora disse que a data é uma oportunidade de mostrar o papel relevante dos profissionais da área em todo o país. Também parabenizou as instituições de ensino do Município que oferecem o curso pela sua contribuição à comunidade.

Representando todos os profissionais da área, o professor Haroldo Farinon recebeu a placa de homenagem em nome do Conselho de Administração de Santa Catarina. Disse que a profissão está relacionada ao processo de desenvolvimento do país, pois os profissionais trazem resultados eficientes às organizações.

A sessão solene teve a aprovação de todos os vereadores lourencianos. Também esteve presente na homenagem o professor James Antonini, diretor da Unochapecó de São Lourenço do Oeste.



Figura 524: Homenagem pelos 50 anos de regulamentação da profissão de administrador no Brasil - 2015.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

A Câmara de Vereadores esteve lotada quando da apresentação do projeto de implantação do transporte público coletivo, na audiência pública de 06 de outubro de 2015. Entre outros, participaram trabalhadores, líderes sindicais, servidores públicos e vereadores. Everton Bauer, engenheiro responsável pela criação e reformulação do estudo iniciado ainda em 2012, fez a explanação.

O sistema público de transporte de passageiros é um tema discutido e cobrado pelos lourencianos há vários anos. Porém, somente agora se tem os mecanismos voltados à implantação, embora isto esteja previsto no Estatuto da Mobilidade Urbana, Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor de Transportes às cidades com mais de 20.000 habitantes, como é o caso de São Lourenço do Oeste.

Consta na referida lei que crianças com até cinco anos, idosos acima de 65 anos e pessoas com necessidades especiais estarão isentos do pagamento da tarifa. Já os alunos das redes pública e privada terão desconto de 50%. De acordo com o projeto, o transporte público coletivo beneficiará moradores dos bairros e também de Presidente Juscelino e de Frederico Wastner.

A implantação estava prevista para o primeiro semestre de 2016. Porém, até o final do ano, o transporte público não se efetivou.



Figura 525: Audiência pública para a apresentação do projeto de transporte público coletivo - 2015.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Assinale-se ainda que, por indicação do vereador Valmir Maboni, aprovada por unanimidade, a Câmara promoveu, em 23 de outubro de 2015, a audiência de segurança pública, devido ao alto índice de furtos, roubos e outras ações criminosas aqui praticados.

Participaram do evento as seguintes autoridades: prefeito, Geraldino Cardoso; juiz de direito da Comarca, Daniel Victor Gonçalves Emendorfe; secretário de desenvolvimento regional, Walmor José Pedersetti; secretário adjunto da justiça e cidadania, Leandro Soares Lima; deputada estadual, Luciane Carminatti; deputado estadual, Dirceu Dresch; diretor de polícia de fronteira, Adeem Claus Ceder Pereira; delegado regional, Carlos Augusto de Andrade Morbini; capitão da polícia militar, Evandro Vieira; comandante do corpo de bombeiros, tenente Rangel Kehl; e o presidente da associação de amigos de apoio à segurança pública dos municípios integrados da Comarca, Antonio Silveira.

O presidente da Câmara, Edu Antônio Borges, conduziu os trabalhos. Por ordem

de sorteio, os participantes falaram da segurança pública do Município e do Estado e apresentaram propostas e dados para melhorá-la.

Desde o fim de 2014, o Município tem a ajuda de 10 câmeras de videomonitoramento, com a central instalada no quartel da Polícia Militar, porém, o fato de elas estarem instaladas apenas no centro contribuiu com o aumento da insegurança nos bairros e no interior.

Uma cobrança levantada na audiência pública foi novamente pela construção da UPA, pois o Município doou o terreno para o Estado ainda em 2009, localizado na comunidade de São Paulinho. Leandro Soares Lima, secretário adjunto da justiça e cidadania, esclareceu que o modelo UPA não é mais construído desde 2011, por serem unidades pequenas e ofertarem apenas 70 vagas, mas o custo é muito alto. Hoje, o Estado adota o sistema de presídio, com a oferta de 120 vagas. Acrescentou, também, que já existe o projeto e a execução do presídio de São Lourenço do Oeste estava prevista para o segundo semestre de 2014.

O juiz, Daniel Victor Gonçalves Emendorfe, disse ter a impressão de que a juventude é muito ociosa, uma motivação para o uso de drogas ilícitas e do álcool. Sugeriu que, ao invés de serviços comunitários, o jovem, o menor, ao cometer a infração, deveria fazer cursos profissionalizantes decorrentes de projetos sociais iniciados pela classe empresarial.

Carlos Augusto de Andrade Morbini, delegado regional, falou do trabalho da Polícia Civil, de algumas dificuldades, e apresentou dados de 2013 a 2015, já resolvidos ou em andamento. Enalteceu, também, o trabalho da Divisão de Investigação Criminal de Fronteira (DICFron), que prendeu 13 pessoas em 2014 e sete em 2015, todas acusadas de tráfico de drogas e de roubo. Neste ano efetuaram-se 63 autos de prisão em flagrante, com 68 pessoas detidas.

Já o capitão da Polícia Militar, Evandro Vieira, falou que a sensação de insegurança existe, mas os dados mostram que 2015 teve um número menor de furtos e de roubos em relação a 2014, ou seja, de janeiro a setembro, o índice é de 39,05% menor que o ano anterior.



Figura 526: Audiência pública para a discussão da segurança no Município - 2015.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Embora alguns vereadores tenham demonstrado descontentamento por se tratar de um projeto em regime de urgência especial, todos foram unânimes em aprová-lo, na sessão ordinária de 25 de novembro de 2105. Autorizou o Executivo de São Lourenço do Oeste a receber, em doação, bens imóveis de propriedade de Ricardo Fratin, da Enele Indústria e Estofados Ltda. e do Loteamento Vila Nova Ltda-ME, situados na Rua Mario Pagliosa. Tal doação justifica-se para que o Município tenha condições legais de acertar o alinhamento da rua, ou seja, dois pequenos pedaços que, juntos, não chegam a 2.000 m<sup>2</sup>.

Gilberto Kassab, ministro das cidades, anunciou, em julho deste ano, em Xanxerê, a liberação de R\$ 9.200.000,00 para a pavimentação de ruas em seis municípios do Oeste. São Lourenço do Oeste receberia R\$ 1.500.000,00, para ser investido na Rua Mario Pagliosa.

Notório é que a 5<sup>a</sup> Efaislo gerou posicionamentos diferenciados e muitas polêmicas, de modo geral. Na Câmara não foi diferente, haja vista seu papel de fiscalizar os investimentos do Executivo. Como até o dia 06 de dezembro de 2015 não houve a prestação de contas, as bancadas do PSDB e do PMDB apresentaram pelo menos três requerimentos, solicitando informações acerca do evento. Nesta época, a Administração Municipal divulgou uma estimativa de público, 80 mil visitantes, de negócios gerados em torno de R\$ 20.000.000,00, e grau de satisfação dos expositores e visitantes.

Em um dos documentos, a oposição requereu que a CDL prestasse informações sobre a realização da Efaislo. Entre as solicitações estiveram, por exemplo, a relação dos expositores do evento, contendo quantidade, metragem e preços praticados para cada estande. Solicitava, também, cópias dos contratos firmados com os expositores e dos respectivos comprovantes de pagamento das locações.

Em outro, direcionado à empresa Foco Propaganda, os vereadores solicitaram cópia da campanha publicitária da Efaislo e do relatório completo das despesas realizadas com o evento. No detalhamento dos serviços prestados, em relação ao veículo, deveria conter: nome, tipo e quantidade de mídia, período de divulgação, valor unitário e global.

No terceiro requerimento, endereçado ao Executivo, as duas bancadas de oposição buscaram informações voltadas ao anunciado recentemente, sob a alegação de que o Legislativo estava desprovido de elementos que comprovassem a veracidade delas. O Poder solicitou: esclarecimentos acerca do convênio firmado com a CDL; demonstrativo de cálculo para a formação do preço de venda na bilheteria; documentos comprobatórios do movimento econômico lourenciano; cópia da pesquisa/memorial de cálculo ou documentos nos quais se orientavam as estimativas do número de visitantes; e relatório de todas as despesas e receitas decorrentes da realização da feira.

Como desdobramento, as respostas dos requerimentos foram encaminhadas ao Ministério Público, para serem juntadas à denúncia já protocolada de possíveis irregularidades com a 5<sup>a</sup> Efaislo.



Figura 527: 5ª Efaislo - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Não sendo incomum o Executivo encaminhar projetos ao Legislativo para realizar a abertura de crédito adicional, no dia 07 de dezembro de 2015, os vereadores precisaram ouvir a equipe do setor contábil da Prefeitura, antes da discussão e da votação do texto que previa a abertura de crédito adicional de R\$ 2.792.750,00. Apesar de uma conversa nos bastidores, alguns vereadores da oposição não se convenceram: dois votaram contra e um se absteve.

As dúvidas ficaram por conta da forma e do montante, considerado pela oposição como um “pacote”. Porém, para a situação, tratava-se de um projeto normal, comum em final de ano. Neste caso, os valores seriam destinados ao pagamento da folha e do décimo terceiro.

Responsável pela contabilidade do Município, Antonio Jocenei Waiss dos Santos, explicou que a suplementação é um ajuste normal das contas. Os vereadores queriam saber de onde o recurso seria retirado e qual o destino. Para os ajustes pretendidos, o valor sairia dos projetos não executados no período. Parte do recurso objeto da discussão originou-se do Fundeb.



Figura 528: Exposição de Antonio Jocenei Wais dos Santos, contador da prefeitura de São Lourenço do Oeste - 2015.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Na primeira sessão da Câmara, em 02 de fevereiro de 2016, constou apenas um requerimento para votação e discussão, mas, mesmo assim, a conversa na tribuna livre foi longe. Com exceção do tucano Dasio Miguel Franz, todos os vereadores utilizaram o espaço para expor algumas questões. Em vantagem numérica, a oposição apresentou críticas à Gestão Municipal. Do outro lado, a situação rebateu-as e defendeu-a.

Entre os principais assuntos estiveram: questionamentos ao Executivo em relação aos programas de reformas de casas e das estradas recuperadas com o sistema de britagem; o projeto do transporte público; dúvidas em relação à 5ª Efaíslo; necessidade de um ortopedista de tempo integral para o Município; e o cumprimento de leis aprovadas.



Figura 529: 1ª sessão da Câmara - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)



Convém notar que o vereador Alex Cleidir Tardetti, em sessão do dia 13 de fevereiro de 2016, sugeriu o envio de uma nota de protesto à Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, argumentando que o sistema da pasta é excessivamente burocrático. Não é fácil conseguir algum convênio aos municípios mais distantes da capital, sendo que, na maioria dos casos, os valores são liberados para o litoral, justificando a necessidade de mudanças no processo. Diante disto, e pensando em reforçar a cobrança junto ao Estado, Tardetti sugeriu o envio da nota à Acanor, a fim de que outras Câmaras se somassem à solicitação do Legislativo de São Lourenço do Oeste.



Figura 530: Vereador Alex Cleidir Tardetti na defesa de projeto - 2016.  
Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Na sessão de 16 de fevereiro, vereadores da oposição e da situação estabeleceram um longo debate em torno do Projeto de Lei nº 04/2016, que autorizava o Executivo a contratar operação de crédito na ordem de R\$ 1.000.000,00 com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para investimento em infraestrutura. Todos os debates ocorreram na presença de membros do Clube de Idosos Conviver de São Lourenço do Oeste, entidade envolvida no teor do projeto.

A oposição falou em pressão por parte do Executivo. Além disso, reclamou novamente do pedido de urgência que não permitiu a ampla discussão e que os vereadores estavam assinando um “cheque em branco”. Já a situação alegou que os recursos, em torno de R\$ 500.000,00, seriam para a reforma e a ampliação do Clube de Idosos. Edu Antonio Borges, presidente do Legislativo, defendeu que a votação do projeto precisou ser com urgência, pois houve a possibilidade de o Município contrair o empréstimo. Entretanto, lembrou que, no passado, a Casa autorizou dois empréstimos, mas não foram viabilizados por falta de recursos das instituições financeiras.

Insatisfações à urgência não faltaram e vereadores manifestaram-se contra a prática de envio de projetos para serem votados em cima da hora. E, apesar do longo debate e das colocações dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade.

Consta no Diário Oficial nº 1898, de 07 de março de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), que a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações elaborou relatório e sugeriu o conhecimento da representação e a determinação de audiência com o presidente da Câmara de São Lourenço do Oeste, Edu Antonio Borges, e com o prefeito, Geraldino Cardoso.

As autoridades estão citadas por supostas irregularidades na contratação da empresa Borges Pneus e Transportes Ltda-ME, por meio de pregão, para aquisições de recapagens e pneus novos para a frota de veículos e equipamentos do município de São Lourenço do Oeste, no montante de R\$ 27.546,00, em 2013, quando o sócio proprietário, Edu Borges, já legislava.

Segundo o documento, a prática está em desacordo com os princípios da isonomia e da moralidade. Diz ainda que o Ministério Público e o Tribunal de Contas de Santa Catarina emitiram parecer concordando com o relatório da área técnica. O processo resulta de uma representação feita à Corte de Contas do TCE-SC, no dia 25 de setembro de 2015, por 05 vereadores do PMDB e do PSDB de São Lourenço do Oeste.

Já em 10 de maio de 2016, as mesmas bancadas encaminharam requerimentos ao Ministério Público de São Lourenço do Oeste para solicitar informações relacionadas ao andamento dos processos supracitados. Em um dos documentos, os vereadores cobraram explicações acerca do andamento do processo que investigava as supostas irregularidades então identificadas quanto à contratação da empresa Borges Pneus e Transportes Ltda-ME.

Já o outro requerimento solicitou informações sobre o andamento do inquérito civil que visa verificar a legalidade na contratação dos shows artísticos da 5ª Efaislo. Entre os assuntos pautados na denúncia, os vereadores questionaram um suposto superfaturamento na contratação dos shows e a legalidade da licitação, na modalidade concorrência, pela qual o município concedeu a bilheteria, copa e cozinha da arena de shows à empresa SC Projetos e Promoções, no valor de R\$ 71.000,00. Neste caso, os proponentes objetivavam tomar conhecimento dos desdobramentos e das medidas tomadas pelo MP.

Ambos os requerimentos foram aprovados com sete votos favoráveis e um contrário, este apresentado por Maboni. O presidente da Casa de Leis não votou.

Marlice Vilani Perazoli apresentou, em 19 de fevereiro de 2016, um projeto para atribuir denominação a uma rua de Presidente Juscelino, localizada entre a Avenida Marechal Dutra e a Rua Fernando Machado. Pela Lei nº 2.265, de 07 de março de 2016, passou à denominação de Travessa Ivo Belleboni. A homenagem causou emoção à família que acompanhou a sessão. Na defesa do projeto, Marlice enalteceu a história de Belleboni e sua importância ao desenvolvimento do distrito.

O reconhecimento às pessoas que trabalharam em prol do bem comum é imprescindível. Em ato solene realizado na Casa de Leis de São Lourenço do Oeste, ocorrido nos dias 09 e 30 de abril de 2016, 103 famílias lourencianas receberam homenagem, tendo por base os nomes de obras, de ruas ou de logradouros que constam nas leis criadas a partir de 1998. Esta ação resultou da iniciativa da Mesa Diretora, mas aprovada e subscrita por todos os vereadores. Dado o grau de importância, a intenção é replicá-la nas próximas legislaturas.

Constam no Ato Legislativo nº 02, de 15 de março de 2016, os homenageados do dia 09 de abril: Abel Rota, Alameda Daneluz, Ângelo Biazussi, Antônio Fiorindo Echer, Antonio Valentin Coletti, Aquilino Trento, Arcemir Gonçalves, Armindo Echer, Artevila

Cararo Néspolo, Atílio Ferreira Bueno, Augusto Francisco Cenci, Augusto Mendes, Augusto Néspolo, Bastião Muraro, Carmela Rezzieri Garcia, Carmelita Toniazzo Bianchi, Clarinda Echer Valduga, Cleosmar Inácio Bernardi, Dina Costa, Dorvalino Antonio Ranzan, Ermenegilda Allievi, Carla Ely, Euclides Della Vecchia, Jardelino da Silva Paz, Joalcides Angheben, João Arnaldo, João Cobalchini, João Generoso Peres, Joaquim Francisco Bett, José Carboni, Juraci Vilani, Lina de Mello Machado, Margarida Rovaris, Maria Patrício Lima Fabro, Maria Santin, Mário Pagliosa, Natal Luiz Bessegatto, Oscar Ferreira Bueno, Osvaldo Santin, Pedro Lazarin, Pedro Spricigo, Primo Marino Mocelin, Primo Verona, Privato Mafioletti, Salvino Porsch, Valdir Cavinatto, Valentina Lazzarotto Muraro, Virginia Pereira, Vitório Dall’Agnol e Zeno Germano Etges.

Ainda pelo mesmo Ato, no dia 30 de abril de 2016, a Casa repetiu o evento, e outras 51 famílias foram homenageadas: Arthur Francisco Fergutz, Vergílio Alves Monteiro, Luiza Scandolaro Rancatti, Donato Perico, Ignês Libera Fabro, Antonio Pan, Ângelo Strada, Alexandre Bessegatto, Joaquim José Martini, Valdemar Pianta, Guerino Moschen, Victória Grachik, Argeu Barbosa de Camargo, Olímpio Ascari Bombassaro (Arcádio), Nair Maria Borges, Clemente Jorge Wolfart, Domingos Cattaneo Fabro, Maria Hedy Froelich Etges, Waldemar Zanette, Miguel Arcanjo Ioris, João Arnaldo, Lourdes Maria Galeazzi Rosso, Francisco José Fergutz, Luiz Meneghetti Filho, Henriqueta Tereza Bristot Pagani, Deolindo Libardoni, Jacinto De Bona, João Waldemar Hermes, Nasser Younes, Pedro Milan, Mozart Rodrigues da Silva - “Moza Pinto”, Albano Luiz Menegatti, Arno Ignácio Etges, Iris Hippler, Hermes Gabriel Ioris, Fiorindo Benedet, Evanir Borges Viero, Macimiliano Molon, Soldado Francisco Adroes Soster, João Carlos Silveira, Olivo Riva, José Luiz Perazoli, Luíza Pianta Cesca, Pedro Riter, Joaquim Borges, Dr. Bruno, Adilso Rogério da Croce, Hugo João Echer, Leocliedes Pedro Janceski e Luiz Henrique da Silveira.

Nos dois momentos, a presença dos familiares simbolizou uma maneira de trazer de volta, ao menos em palavras e lembranças, quem contribuiu para o desenvolvimento de São Lourenço do Oeste.



Figura 531: Homenagem às famílias com denominações de ruas - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br



Figura 532: Representantes das famílias homenageadas - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Ainda no tocante às homenagens a líderes lourencianos, a convite da Comissão de Justiça e Redação da Câmara de São Lourenço do Oeste, em 19 de abril de 2016, vereadores, representantes de entidades e de órgãos públicos, da empresa Parati, moradores e empresários se reuniram no plenário da Casa de Leis para discutir o projeto que previa a alteração do nome da Rua Tiradentes para Rua Angelo Fantin.

De autoria da bancada do PMDB, o projeto buscava homenagear o empresário Angelo Fantin (em memória), fundador do grupo Parati. Embora todos concordassem

com a proposta, empresários questionaram possíveis gastos e transtornos decorrentes da mudança.

Mesmo que o projeto tenha entrado na Casa de Leis no dia 21 de dezembro de 2015, Tardetti contou que a bancada do PMDB pediu ao presidente do Legislativo para não colocar o texto em discussão e votação até o esclarecimento das dúvidas.

Por não haver consenso, o projeto continuou parado. Em não sendo apreciado até o final do mandato, automaticamente será arquivado, conforme previsto na legislação interna.



Figura 533: Discussão do projeto para alteração do nome da Rua Tiradentes para Rua Angelo Fantin - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Em 21 de março de 2016, os vereadores aprovaram uma indicação da vereadora Vânia Antonia Garbin Baldissera para que a Municipalidade revisse os convênios de arrecadação dos tributos municipais, firmados com a Caixa Econômica Federal. Disse a vereadora: “Hoje, da maneira que estão, é possível fazer o pagamento dos tributos somente nas agências da Caixa Econômica Federal, caixa aqui, casas lotéricas, caixa de autoatendimento ou via internet”.

Vânia defendeu a indicação argumentando que, acima de certo valor, não é possível fazer o pagamento nas casas lotéricas e nem no caixa aqui. Fora isso, ela lembrou o risco enfrentado pelos munícipes, especialmente dos não correntistas da CEF, ao terem que transitar com quantias entre uma e outra instituição financeira. Ainda, a concentração tem gerado grandes filas nos locais que recebem os tributos.

Tendo em vista a situação, a vereadora sugeriu que o Município criasse a possibilidade de o tributo municipal ser quitado em qualquer instituição financeira sem que houvesse prejuízo à instituição conveniada. Lembrou que a indicação é uma ferramenta do vereador e, logo, esta atende uma reclamação da população.

Vale ressaltar que, na sessão do dia 31 de maio, a Associação Cultural e Esportiva de Karatê (ACEK), também recebeu uma moção de congratulação como homenagem. A honraria, de autoria do vereador Alex Cledir Tardetti, referenciou os 30 anos de existência e a representatividade da associação. Logo, os demais vereadores também assinaram o documento.

Constou na proposição que a ACEK é a que mais teve participação e recebeu medalhas

nos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC). Ainda, conquistou medalha no campeonato mundial realizado nos Estados Unidos, em 1997. Desde a instalação da entidade, um dos seus compromissos é a geração da arte e da cultura.



Figura 534: Homenagem à Associação Cultural e Esportiva de Karatê (ACEK) - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Outra moção de apoio, da vereadora Vânia Antonia Garbin Baldissera, apresentada em 31 de maio de 2016, solicitou a implantação imediata da 2ª Promotoria na Comarca. O documento, que teve o apoio unânime dos demais vereadores, foi endereçado à Procuradoria Geral do Estado, com cópia ao Ministério Público do Estado e à Promotoria da Comarca de São Lourenço do Oeste.

Vânia argumentou acerca da necessidade de instalar a 2ª Promotoria, devido ao grande volume de processos e outras demandas judiciais. A ideia girava em torno de garantir celeridade aos trabalhos, já que, em 2016, chegaram em torno de 300 processos por mês, advindos dos três municípios jurisdicionados por esta Comarca, ou seja, São Lourenço do Oeste, Jupiá e Novo Horizonte, e a população não pode ser prejudicada pela morosidade. Um imóvel já estava alugado, tornando-se em argumento favorável à instalação da 2ª Promotoria em São Lourenço do Oeste.

Na primeira semana de junho, uma pesquisa divulgada pelo Observatório Social de São José, apontou, de forma detalhada, os gastos das 295 Câmaras de Santa Catarina. Na compilação, formada por dados legislativos de 2010 a 2014, constavam, por exemplo, o número de vereadores, o custo por habitante, a variação no período e a posição que cada Câmara ocupa no ranking geral, no qual São Lourenço do Oeste aparece na 35ª posição.

Objeto de requerimento, apresentado pelo vereador Edilso Paulo Ranzan, em 07 de junho de 2016, uma despesa sem caráter público voltou a ser debatida na sessão ordinária do dia 28 do mesmo mês. No documento constava a solicitação de informações sobre a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que citou São Lourenço do Oeste como executor de uma confraternização para os servidores públicos municipais.

Na decisão, com representação nº 16/00059810, de 01 de junho de 2016, e publicação do Diário Oficial de 06 de junho de 2016, o TCE-SC sugeriu a representação e a adoção de providências acerca da existência de despesa pública sem caráter público. Logo, o

documento faz referência à realização de uma confraternização aos servidores públicos municipais e citou, também, a contratação do irmão da gerente de licitações e compras, ação contrária ao disposto na Lei Orgânica.

Com base nisso, o TCE-SC determinou à Diretoria de Controle dos Municípios a adoção de providências, inclusive auditoria, inspeção ou diligências na prefeitura de São Lourenço do Oeste para a apuração dos fatos apontados como irregularidades.

A Acanor promoveu, em 06 de agosto de 2016, uma formação especial para os candidatos ao Executivo e ao Legislativo dos municípios pertencentes à entidade. Para o secretário executivo da Associação, Éderson Hermann, a preocupação era de que os candidatos tivessem ciência das mudanças da Lei Eleitoral, fazendo suas campanhas dentro das normas estabelecidas e cumprindo-as, acima de tudo, com ética e transparência.

Dividida em dois painéis, a capacitação tratou da “Ética e moral na política e na sociedade” e da “Legislação eleitoral (regras, campanha, vedações, prestação de contas e outros)”. Cada Câmara mobilizou os candidatos do seu município, a fim de que estivessem mais preparados para o pleito de outubro.

Vale lembrar que a formação supracitada teve continuidade, agora com a presença de aproximadamente 60 participantes, sendo eles vereadores eleitos para o mandato 2017/2020, servidores públicos e acadêmicos do curso de Direito da Unochapecó. A Acanor, em parceria com AMNoroeste, promoveu, no dia 29 de outubro de 2016, na Câmara de São Lourenço do Oeste, a segunda etapa da capacitação para orientar acerca do que envolve uma Câmara, da composição da Mesa Diretora e a formação das comissões, até a elaboração de leis e de projetos. Promovida para os nove municípios associados à Acanor, também participaram vereadores eleitos de São Domingos e de Vitorino (PR).

Éderson Hermann, secretário executivo da Associação e da Câmara de São Lourenço do Oeste, ministrou o curso. O objetivo principal do evento foi conscientizar os vereadores, novos e reeleitos, da necessidade de aprender mais e, principalmente, de perceber o que não se aplica no Legislativo. Muitas dúvidas surgiram ao longo da manhã e os presentes puderam, ainda, trocar experiências, ampliar conhecimentos e a rede de relacionamentos.



Figura 535: Curso promovido pela Acanor aos candidatos a vereador - 2016.

Fonte: Acervo da Acanor.

O Banco do Brasil, instituição financeira de representatividade nacional e internacional, comemorou, em 2016, 100 anos de existência em Santa Catarina e 42 anos de instalação em São Lourenço do Oeste. Por sua importância ao longo da história, o Legislativo prestou homenagem ao Banco em ato solene, decorrente de requerimento da Mesa Diretora, aprovado em 12 de julho de 2016. A solenidade ocorreu às 19 horas do dia 10 de agosto, na Câmara de Vereadores. Autoridades locais e regionais e a gerente do Banco do Brasil, agência de São Lourenço do Oeste, compuseram a mesa.

Fizeram uso da palavra: Eloi Bottin, aposentado do Banco do Brasil, que falou em nome dos funcionários ativos e inativos; Valmir Luiz Maboni representou a bancada do PT; Walmor José Pederssetti falou pela bancada do PMDB; o secretário executivo da ADR, Mauro Hahn; o secretário municipal de agricultura e aquicultura, Jocemar Marcos Bett, representando o Governo Municipal; e o presidente da Câmara de Vereadores, Edu Antonio Borges. Nas falas, o reconhecimento ao trabalho prestado pelo Banco ao desenvolvimento de São Lourenço do Oeste e da região.

Na sequência, os vereadores membros da Mesa Diretora, presidente Edu Antonio Borges, e 2ª secretária, Marlice Villani Perazoli, entregaram uma placa à gerente Aurea Cerezine de Sousa Vilas Boas, que agradeceu a homenagem e falou da função social histórica do Banco do Brasil em São Lourenço do Oeste e no Brasil.



Figura 536: Homenagem da Câmara aos 100 anos de instalação do Banco do Brasil em Santa Catarina e aos 42 anos em São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

O projeto que solicitou a suplementação de R\$ 2.203.000,00 no orçamento foi votado em 23 de setembro de 2016. Segundo o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, a abertura atenderia as Secretarias de Educação, R\$ 400.000,00, de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, R\$ 1.000.000,00, e o Fundo Municipal de Saúde, R\$ 803.000,00.

Especificamente, seria direcionado à complementação das despesas com a remuneração dos profissionais que atuam na área administrativa da Secretaria de Educação,

término da pavimentação asfáltica das Ruas Mário Pagliosa e Rio de Janeiro, pagamento de serviços de limpeza urbana e coleta de lixo e manutenção das atividades da Secretaria de Saúde, especialmente com a remuneração de médicos, aquisição de medicamentos, pagamentos de tratamentos e cirurgias.

Edu Antonio Borges defendeu que o orçamento para 2016 precisou passar por ajustes, o que é normal numa administração. Segundo ele, o montante é composto por resíduos de várias rubricas, entre elas, R\$ 83.000,00 do gabinete do prefeito, R\$ 461.000,00 da Secretaria de Administração e Fazenda, R\$ 320.000,00 da Educação, R\$ 100.000,00 do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, R\$ 350.000,00 da Agricultura e Aquicultura, R\$ 350.000,00 da Assistência Social, R\$ 200.000,00 de encargos gerais do município e R\$ 200.000,00 do Instituto Cultural.

Alguns vereadores chamaram a abertura de crédito adicional de “pacotão”, contudo, os sete votos favoráveis garantiram a aprovação do projeto. Dasio Miguel Franz e Edilso Paulo Ranzan, ambos do PSDB, votaram contra. Ao justificar o voto contrário, Franz disse que o Instituto Cultural está com os recursos escassos e este projeto veio para dele retirar orçamento. Com isto, muitas entidades ficariam ainda mais prejudicadas.

Após a sessão ordinária do dia 17 de outubro de 2016, Ivandro Henrique participou da tribuna livre e defendeu a redução do subsídio dos vereadores, justificando que a sociedade e os setores privados estão enfrentando séria crise econômica.

Após a exposição do empresário, todos os vereadores posicionaram-se em defesa da classe. Alguns disseram que, antes de cobrar dos vereadores, é preciso combater os grandes salários e as pensões vitalícias que algumas figuras políticas recebem. Outros defenderam que não há como reduzir o subsídio e fazer um bom trabalho, justamente pela dedicação exclusiva, pela dificuldade de nomes para as disputas eleitorais, pelos gastos que a atividade gera e porque o subsídio é uma forma de valorizar, já que o vereador é o único contato entre a sociedade e o Estado.

Criada em novembro de 1983, a lei que normatiza a exploração do serviço de utilidade pública de transporte de passageiro por automóveis utilitários está defasada. Diante disto, Marlice, autora de um projeto que alterou a referida lei, fez um estudo, principalmente no tocante à proporcionalidade que concede um veículo de táxi a cada 1,2 mil habitantes. Na redação final, aprovada por unanimidade em 17 de maio de 2016, consta uma fração de dois mil habitantes para cada táxi.

Afirmou a vereadora que hoje há dificuldades em manter os pontos, pois os custos são altos e o crescente número de veículos implica na baixa procura do serviço. Entre a cidade e o interior, São Lourenço do Oeste conta com 13 pontos, porém, nem todos estão ativos, por não haver interessados, além de que alguns são exclusivos a empresas e a seguradoras. Para os vereadores, com a fração de dois mil habitantes, em futuro breve, não será preciso criar pontos no Município.

Vale lembrar que, em 2013, o então vereador Assuero Isoton havia iniciado as tratativas voltadas ao assunto acima, inclusive realizado reuniões com Prefeito e taxistas para, em breve, encaminhar projeto de alteração da lei. Porém, como renunciou ao cargo de vereador, a ação não foi por ele efetivada. Partindo disto, a vereadora Marlice retomou o assunto neste ano e as alterações necessárias agora constam na Lei nº 2.281, de 23 de maio de 2016.



Figura 537: Votação do projeto que alterou a lei dos taxistas - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Ginásio de Esportes São Francisco, denominação alterada em 17 de maio de 2016 para Ginásio de Esportes São Francisco Danilo Ranzan, em decorrência do projeto de lei apresentado pelo vereador Edilson Paulo Ranzan. Danilo faleceu no dia 11 de abril de 2015. Por três décadas dedicou-se à comunidade, principalmente ao esporte do bairro, trabalho este que sustentou a proposta apresentada.

No percurso do projeto, alguns estranhamentos ocorreram entre os vereadores Ranzan e Maboni. O primeiro acusou o segundo de “articular pelas costas”. Para Edilson, Valmir seria responsável por um posicionamento contrário do bairro em relação à mudança do nome do ginásio. Maboni admitiu ter conversado com algumas lideranças do local, pois, como reside no bairro, foi convocado a explicar o projeto, mas em nenhum momento teria orientado algum posicionamento. Argumentou não ser contra uma homenagem ao senhor Danilo Ranzan, mas ela poderia ser feita de outra forma, denominando uma rua, por exemplo. Como consequência da tensão criada entre os legisladores, Ranzan afirmou romper as relações com Maboni.

Nem todos os vereadores votaram favoravelmente à mudança do nome do ginásio. O presidente do Legislativo, Edu Antônio Borges, não votou. Dos oito vereadores restantes, apenas Valmir Luiz Maboni foi contrário, tendo como resultado final sete votos favoráveis e um contra.



Figura 538: Família Ranzan recebendo a lei que alterou o nome do Ginásio de Esportes São Francisco para Ginásio de Esportes São Francisco Danilo Ranzan - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Previsto em lei, a legislatura atual precisou prever a remuneração do Legislativo, do Executivo e dos secretários vindouros. Assim ocorreu em 10 de maio de 2016, quando a Câmara de São Lourenço do Oeste fixou o subsídio para o mandato 2017/2020, que vigorará a partir do dia 1º de janeiro de 2017.

De acordo com os projetos, o subsídio dos vereadores passou de R\$ 3.666,00 para R\$ 4.490,00; do prefeito, de R\$ 16.837,71 para R\$ 20.000,00; o vice-prefeito contará com subsídio de R\$ 10.000,00, que, até 2016, era de R\$ 8.356,49; e os secretários recebiam R\$ 7.358,70 e, a partir de 2017, receberão R\$ 8.800,00. O valor só será reajustado a partir do dia 01 de janeiro de 2017, representando em torno de 20%, mas pelo fato de não ter correção em 2017, considera-se algo em torno de 10%.

Muitas mudanças, próximas ou distantes, podem ser percebidas no cenário político, a partir da aprovação da Lei nº. 13.165, de 29 de setembro de 2015. Permite ela que deputados federais e estaduais e vereadores possam mudar de partido sem perda de mandato no período de 30 dias que antecede o prazo de filiação, ou seja, entre 02 de março e 02 de abril de 2016, no caso de vereadores.

Licenciado da Casa de Leis para compor a equipe de governo no cargo de secretário de planejamento e desenvolvimento urbano, Ilvo Ioris retornou ao Legislativo em 05 de abril de 2016. Eleito vereador pelo Partido Progressista no pleito de 2012, reassumiu o seu assento na Casa de Leis, porém, representando o Partido Social Democrático (PSD).

Propôs-se a atuar de maneira independente, a colaborar no fortalecimento do partido e a representá-lo na Casa de Leis. Ainda, a buscar mais lideranças e a compor um bom quadro para disputar o pleito em outubro.

A mudança de Ioris alterou a composição do Legislativo, ou seja, das nove cadeiras,

três ficaram com o PMDB, três com o PSDB, duas com o PT e uma com o PSD.

Devido ao aumento de animais domésticos e o abandono indiscriminado, os vereadores, na sessão do dia 20 de outubro de 2016, voltaram a discutir a possibilidade de criar um centro de controle e proteção da população animal. Desta vez, o assunto foi pautado pela indicação dos vereadores Vânia Antônia Garbin Baldissera e Gilberto Cambuzzi da Silva. Sugeriram eles que o Executivo analisasse e encaminhasse um projeto de lei à Câmara para tratar do assunto, bem como sobre a prevenção de zoonoses no Município.

A indicação foi elaborada com base nas informações e reclamações da população. Alguns bairros estão sem o serviço dos Correios, pois os cães soltos estariam atacando os carteiros. Há, também, uma portaria de 2002, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que prevê diretrizes para projetos físicos de unidades de zoonoses e fatores biológicos de risco. Atuando na vigilância e no controle dos fatores biológicos desenvolvem, por exemplo, o controle de doenças, como leptospirose, dengue, raiva e acidentes com animais peçonhentos.

É possível e necessário fazer um bom trabalho nesta área, por São Lourenço do Oeste contar com a Associação Protetora dos Animais - Fênix.

Durante a defesa da indicação, os vereadores proponentes lembraram que a ideia era de somar forças à já apresentada em setembro, à qual recomendava ao Município a parceria ou convênio com clínicas veterinárias, a fim de fazer a esterilização cirúrgica dos animais, especialmente dos que estão na rua e, também, visando à profilaxia das zoonoses, já que os animais podem atuar como reservatórios, hospedeiros ou vetores de doenças.



Figura 539: Trabalho da Associação Protetora dos Animais - Fênix - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Em 11 de novembro de 2016, o vereador Edu Antonio Borges apresentou uma moção de apoio, aprovada por unanimidade, à permanência do convênio entre os municípios da AMNoroeste com Pato Branco (PR) voltado ao atendimento de oncologia e de hemodiálise.

No intuito de buscar aliados à manifestação, o documento foi encaminhado ao governador Raimundo Colombo, ao presidente Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Gelson Merísio, deputados estaduais e federais que representam a região, prefeitos, secretários municipais de Saúde, AMNoroeste e Acanor.

Já para o encerramento da legislatura, coube ao Legislativo a análise de projeto que se transformou na Lei Complementar 191, de 07 de dezembro de 2016, alterando a lei complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, a qual dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído em 1992.

Consta na mensagem do projeto, de autoria do Executivo, que há a necessidade de mudar o artigo que trata da alteração de carga horária. Pela lei em vigor, caso algum servidor municipal diminua sua carga horária, não poderá alterá-la futuramente, pois o artigo usa a expressão “sempre definitivo”. Porém, desde que haja interesse do servidor e da Municipalidade, isso poderia ser modificado.

Os loteamentos aprovados de 2013 a 2016 são os seguintes:

- Loteamento Jardim Borges - Lei nº 2.072, de 19 de abril de 2013, área de 252.096,42 m<sup>2</sup>, de propriedade de Edu Antonio Borges ME;
- Loteamento Alvorada - Lei nº 2.206, de 31 de março de 2015, com área de 36.118,68 m<sup>2</sup>, de propriedade de Marcelo Lanzarin Guarnieri; e
- Loteamento Daniel - Lei nº 2.217, de 19 de maio de 2015, área de 159.479,99 m<sup>2</sup>, de propriedade da Loteadora Pandini e Cominetti Ltda; e
- Loteamento Poggere - Lei nº 2.226, de 19 de junho de 2015, área total de 28.579,10 m<sup>2</sup>, de propriedade de Velocindo Poggere e Dorací Pedro da Silva Poggere.

As pessoas homenageadas com nomes de vias públicas são as que seguem:

- Loteamentos Fergutz e Wolfart - Rua Donato Perico, no Loteamento Fergutz, estende-se até a Rua Clemente Jorge Wolfart, no loteamento Wolfart, unificando-se com a Rua Soldado Adroes Soster - Lei nº 2.112, de 21 de agosto de 2013;
- Loteamento Jardim Borges - Bairro Santa Catarina: Ruas Joaquim Borges, Hermes Gabriel Ioris, Fiorindo Benedet, Evanir Borges Viero, Macimiliano Molon, Soldado Francisco Adroes Soster, João Carlos Silveira, Olivo Riva, José Luiz Perazoli, Luíza Pianta Cesca e Pedro Riter - Lei nº 2.142, de 23 de dezembro de 2013;
- Quadra 11N - Bairro Progresso: Travessa Angelo Martins, entre as Ruas Guilherme Hack e Aderbal Ramos da Silva, denomina-se Travessa Dr. Bruno; a servidão que parte da então Travessa Angelo Martins, chama-se Servidão das Acácias; e a via privativa de circulação, que parte da Rua Guilherme Hack, Servidão das Orquídeas - Lei nº 2.183, de 20 de outubro de 2014;
- Vias privativas de circulação, Bairro Cruzeiro: a via voltada à Rua Rio de Janeiro denomina-se Servidão Hugo João Eckert, e a via voltada à Rua Pedro Alvares Cabral agora se denomina Servidão Leocliedes Pedro Janceski - Lei nº 2.207, de 31 de março de 2015;

- Comunidade de Presidente Juscelino: a via pública, localizada entre a Avenida Marechal Dutra e a Rua Fernando Machado, denomina-se Travessa Ivo Belleboni - Lei nº 2.265, de 07 de março de 2016;
- Loteamento Alvorada: Ruas Maria Piovezana Guarnieri e Ary Bodanese - Lei nº 2.268, de 21 de março de 2016;
- Loteamento Poggere: Ruas Dirceu Poggere, Edmundo Pedro Etges, Romildo Mezomo e Affonso Martignago - Lei nº 2.291, de 15 de julho de 2016; e
- Loteamento Daniel: Ruas Anniceto Lorencino Gava, Pedro Bastezini, Marisete Néspolo Geremia, Sabino Santin, Zeferino Rovaris, Leão Carlessi, Hibraina Mariot Redivo, José Ebling, Milita Boelter e Priscila Camargo Evangelista - Lei nº 2.298, de 08 de setembro de 2016.



Figura 540: Vista aérea de São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

De 2013 a 2016, alguns lourencianos ocuparam a tribuna livre da Câmara de Vereadores para tratar de assuntos diversos:

- Altamir Lemes da Rosa - gerente executivo do Instituto Cultural de São Lourenço, em 16 de abril de 2013 - atividades do Instituto Cultural/Centro de Eventos;
- Carlos Augusto de Andrade Morbini - delegado de polícia, em 23 de abril de 2013 - explanação acerca o Instituto Geral de Perícias (IGP), Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, e plantão 24 horas;
- Lourenço Otovicz - presidente do Conselho de Desenvolvimento de São Roque, em 13 de junho de 2013 - reivindicações da comunidade;
- Renata Lorenzet - vereadora mirim, mandato 2013, da EBM. São Roque, em 13 de junho de 2013 - proposições em favor de São Roque;
- Mauricéia Rita Dalle Tese - presidente da Câmara Jovem, mandato 2013, da EBM. São Valentim/EBM. Senhora de Lourdes, em 17 de junho de 2013 - proposições em favor do Distrito;
- Sérgio Hentz - secretário municipal de saúde e membro do Conselho da comunidade

- de Presidente Juscelino, em 17 de junho de 2013 - proposições em favor do Distrito;
- Carol Inácio - vereadora mirim, mandato 2013, da EBM. São Francisco, em 26 de junho de 2013 - proposições em favor do Bairro São Francisco;
  - Girson da Costa - presidente do Conselho da capela, em 26 de junho de 2013 - reivindicações do bairro São Francisco;
  - Hemerson Morona - presidente da Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro, em 03 de junho de 2013 - proposições em favor do Bairro Cruzeiro;
  - Vilson Peres - presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Catarina, em 26 de julho de 2013 - reivindicações do bairro;
  - William Pereira - vereador mirim, mandato 2013, da EEB. Sórora Angélica, em 16 de julho de 2013 - atuação parlamentar;
  - Tainára Mores Barbosa - vereadora mirim, mandato 2013, da EBM. Irmã Cecília, em 16 de julho de 2013 - atuação parlamentar;
  - Artêmio Flack - presidente da Associação de Moradores de Lageado Antunes, em 06 de agosto de 2013 - reivindicações da comunidade;
  - Renato Suldowski - presidente do esporte da comunidade de Frederico Wastner, em 14 de agosto de 2013 - reivindicações da comunidade;
  - Luciane de Mattos - cidadã lourenciana, em 03 de setembro de 2013 - massoterapia e a sua importância para tratamento e prevenção de doenças já existentes;
  - Dirceu Barbosa - servidor público municipal, em 10 de setembro de 2013 - assuntos de interesse da sociedade;
  - Vereadores mirins Shélly Vilanova Bastezini e William Pereira da Silva, em 10 de setembro de 2013 - convite aos vereadores para palestras nas escolas;
  - Alziro Alberto Milan - presidente da Associação de Moradores, em 16 de setembro de 2013 - instalação da UPA na Linha São Paulinho;
  - Ernesto Joao Reck - presidente da Facisc, em 04 de fevereiro de 2014 - Facisc;
  - Antonio Parisotto - empresário e advogado, em 19 de maio de 2014 - alteração na lei do alvará de localização e funcionamento;
  - Gentil Aniecevski - comerciante, em 12 de agosto de 2014 - melhorias com pavimentação asfáltica em toda a extensão da Rua Rio de Janeiro;
  - Rodrigo Moschen - acadêmico, em 18 de agosto de 2014 - auxílio transporte para o ensino superior;
  - Pedro Vilmar Rodrigues Ferst - membro do Núcleo de Supermercados da Acislo, em 07 de outubro de 2014 - utilização das sacolas retornáveis;
  - Loivo Divino Bado - empresário, em 28 de outubro de 2014 - más condições das ruas da cidade;
  - Nereide Maria Curioletti - presidente do Sitrasso, em 01 de junho de 2015 - funcionamento do ponto eletrônico;
  - João Antonio Garcias - gerente de habitação, em 06 de julho de 2015 - programa de reforma habitacional;
  - Emerson Yoshinobu Nomura - médico e diretor clínico do Hospital da Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, em 26 de outubro de 2015 - situação econômica, financeira e relação de prestação de serviços entre os profissionais médicos e a administração do hospital;
  - Alberi Valdemir da Silva - empresário, em 03 de novembro de 2015 - transporte público de passageiros em São Lourenço do Oeste;

- Eliane Noal Batisti - presidente da CDL de São Lourenço do Oeste, em 19 de fevereiro de 2016 - lei das sacolas plásticas; e
- Ivandro Henrique - empresário e engenheiro civil, em 17 de outubro de 2016 - reajuste do salário para os vereadores.



Figura 541: Emerson Yoshinobu Nomura, pronunciando-se na tribuna em favor do Hospital da Fundação - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Estas são as entidades declaradas de utilidade pública no período 2013/2016:

- Conselho Comunitário de Segurança - Conseg - Lei nº 2.089, de 06 de junho de 2013;
- Clube de Mães do Cavalgando Sem Fronteiras - Lei nº 2.093, de 28 de junho de 2013;
- Clubes de Mães de São Lourenço do Oeste (Clube de Mães Estrela do Lar, de Linha Filipini, e Clube de Mães Orvalho de Sião, de São Sebastião, Distrito de Presidente Juscelino) - Lei nº 2.108, de 16 de agosto de 2013;
- Clube de Mães Cristo Rei, do Bairro Progresso - Lei nº 2.109, de 16 de agosto de 2013;
- Clube de Mães Unidas para Crescer, de Frederico Wastner - Lei nº 2.114, de 18 de setembro de 2013;
- Clube de Idosos União de Idosos, de Frederico Wastner - Lei nº 2.115, de 20 de setembro de 2013;
- Clube de Mães Estrela Guia, Bairro Cruzeiro - Lei nº 2.117, de 27 de setembro de 2013;
- Clube de Mães Santa Catarina - Lei nº 2.118, de 27 de setembro de 2013;
- Associação dos Moradores de Novo Guaporé - Lei nº 2.123, de 03 de outubro

de 2013; Associação Germânica Coral Deutsche Stimmen, de Lageado Antunes - Lei nº 2.152, de 27 de março de 2014;

- Grupo Força Bruta Off Road - Lei nº 2.174, de 16 de julho de 2014;

- Associações de Máquinas de São Lourenço do Oeste (Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, com sede neste; e Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, com sede na Vila Alvorada, no mesmo Distrito) - Lei nº 2.200, de 12 de fevereiro de 2015;

- Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque - Lei nº 2.202, de 06 de março de 2015;

- Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Frederico Wastner - Lei nº 2.204, de 31 de março de 2015;

- Associação Protetora de Animais de São Lourenço do Oeste - Fênix - Lei nº 2.223, de 19 de junho de 2015;

- Clube de Mães Santa Barbara, de Linha Bessegatto - Lei nº 2.254, de 17 de dezembro de 2015; e

- Associação de Máquinas de Linha Nova Farroupilha - Lei nº 2.273, de 15 de abril de 2016.

### **11.5 Programa Parlamento Jovem**

Instituído em 2009, o Programa Parlamento Jovem já está incorporado à sociedade lourenciana. É de grande relevância, pois envolve Legislativo, escolas e, principalmente, alunos entre 12 e 15 anos, das esferas municipal, estadual e privada. Com este programa, o Poder colabora, de maneira expressiva, com ações de formação e informação à sociedade lourenciana, voltadas ao processo político/democrático e ao exercício pleno de práticas cidadãs.

Com mandato anual, constitui-se em uma estratégia para os trabalhos do Poder Legislativo chegarem à comunidade escolar e ao público. Todas as reivindicações feitas pelos vereadores mirins são transformadas em carta que, aprovada pela Câmara, é encaminhada às autoridades competentes para a resolutividade dos problemas apontados. Logo, a atividade legislativa ultrapassa a representação de grupos.

Os representantes que compõem o Programa Parlamento Jovem são escolhidos nas escolas, anualmente, sempre no início das atividades letivas, e, dentre eles é escolhida a Mesa Diretora. De 2009 a 2015, nove vereadores mirins compunham o mandato, mas, em 2016, o número foi alterado para dez.

No período de 2013 a 2016, o Parlamento, suas representações e as Mesas Diretoras assim se constituíram:

-2013

Os vereadores mirins eleitos e as escolas de representação:

Carol Inácio - EBM. São Lourenço

Jucinéia das Dores - EBM. Santa Inês (Linha Santa Inês)

Fabricio Meurer Barbieri - EBM. Santa Maria Goretti

Renata Lorenzet - EBM. São Roque

Tainara Morês Barbosa - EBM. Irmã Cecília  
Shélly Vilanova Bastezini - EBM. Irmã Neusa  
William Pereira da Silva - EEB. Sórora Angélica  
Bruna Szczepkoski - EEB. Rui Barbosa  
Mauricéia Rita Dalle Tese - EEB. São Valentim/EBM. Nossa Senhora de Lourdes

Mesa Diretora:

Presidente: Mauricéia Rita Dalle Tese  
Vice-presidente: Bruna Szczepkoski  
1ª secretária: Shélly Vilanova Bastezini  
2ª secretária: Tainara Morês Barbosa



Figura 542: 4ª Legislatura da Câmara Mirim - 2013.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

- 2014

Leticia Rita Mariott - EEB. Sórora Angélica  
Crislaine Giaretta - EEB. Rui Barbosa  
Welinton Antunes da Silva - EEB. São Valentim/EBM. Nossa Senhora de Lourdes  
Guilherme Colla Sviderski - EBM. São Lourenço  
João Antônio Marin - EBM. Santa Maria Goretti  
Alisson Luchesi - EBM. São Roque

Alex Júnior Campos Buffon - EBM. Irmã Cecília  
Taís Angélica Maria - EBM. Irmã Neusa  
Pedro Libardoni Michanoski - ESFA

Mesa Diretora:

Presidente: Alex Júnior Campos Buffon  
Vice-presidente: Welinton Antunes da Silva  
1ª secretária: Crislaine Giarretta  
2ª secretária: Taís Angélica Maria



Figura 543: 5ª Legislatura da Câmara Mirim - 2014.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

- 2015

Daniela Lovera - EEB. Sórora Angélica  
Kévelli Eliza Girardi - EEB. Rui Barbosa  
Caroline Konrad Laurenth - EEB. São Valentim  
Daniele Paula Gava - EBM. São Lourenço  
Gabriel Eduardo Santoro de Araújo - EBM. Santa Maria Goretti  
Danielly Cristina de Camargo - EBM. São Roque  
Bruna Gonçalves - EBM. Irmã Cecília  
Lucas Eduardo Frezza - EBM. Irmã Neusa

Juliani Arlana Joris - EBM. Nossa Senhora de Lourdes  
André Pedro Pederssetti - ESFA

Mesa Diretora:

Presidente: André Pedro Pederssetti  
Vice-presidente: Juliani Arlana Joris  
1º secretário: Lucas Eduardo Frezza  
2º secretário: Gabriel Eduardo Santoro de Araújo



Figura 544: 6ª Legislatura da Câmara Mirim - 2015

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

- 2016

Luiz Henrique Grando Weiller - ESFA  
Natieli Marisa Dobler - EBM. Nossa Senhora de Lurdes  
Larissa Perego Mendes - EBM. Irmã Neusa  
Alisson Modtkowski - EBM. Santa Maria Goretti  
Adriane Baltazar - EBM. Irmã Cecília  
Graciela Bettiato - EBM. Santa Inês  
Marcelo Mezomo - EBM. São Roque  
Lucas Godoy de Jesus - EBM. São Lourenço  
Luiz Fernando Galvagni Lazarin - EEB. Sórora Angélica

Claiane Vitória Teza - EEB. Básica Rui Barbosa

Mesa Diretora:

Presidente: Claiane Vitória Teza

Vice-presidente: Alisson Modtkowski

1ª secretária: Adriane Baltazar

2º secretário: Lucas Godoy de Jesus



Figura 545: 7ª Legislatura da Câmara Mirim - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Os assuntos tratados e as ações encaminhadas direcionam-se, principalmente, à educação, mas outras, de relevância à sociedade, também são tratadas nas sessões, ou então destinadas à deliberação do Legislativo.

Dentre as ações do Parlamento, esteve a campanha de arrecadação de moedas nas escolas as quais representa, objetivando auxiliar os trabalhos desenvolvidos pela ONG Entre Amigos e Crianças. Posteriormente, os valores arrecadados foram repassados à entidade na sessão de 27 de novembro 2013.

A ideia da realização da campanha surgiu de uma visita realizada pela Câmara Mirim à ONG no mês de agosto. Lá os jovens parlamentares ficaram sensibilizados com o trabalho e com as dificuldades encontradas, principalmente para a obtenção de recursos.

Embora o valor repassado tenha sido pequeno, contudo, a vontade de contribuir com



o trabalho foi muito grande. Serviu para a compra de materiais utilizados nos trabalhos de rotina. Logo, a ação dos vereadores mirins, repleta de solidariedade com a causa, ofereceu uma contribuição importante à entidade, não só financeira, mas de amor e de carinho.

Além dos trabalhos desenvolvidos na Câmara, os parlamentares podem participar de viagens e de eventos em outros locais, já que trazem enriquecimento a todas as dimensões da vida. Exemplo disto é a participação no Encontro Estadual de Vereadores Mirins, que ocorre anualmente, em Florianópolis.



Figura 546: Câmara Mirim participando do Encontro Estadual Vereador Mirim - 2015.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Conhecimento e troca de experiências com vistas ao aperfeiçoamento dos Parlamentos Jovens, no sentido de fortalecer a sua relação com a sociedade, são os focos principais do evento. Desperta a atenção o uso da tribuna na Assembleia Legislativa, haja vista o público telespectador ser diferenciado. Orgulhosamente, os vereadores mirins representaram muito bem São Lourenço do Oeste em todas as edições do evento.

Além das vivências parlamentares, os jovens participam de roteiros culturais que contribuem para o engrandecimento pessoal e trazem possibilidades maiores de interação, independente de local onde estejam.

Éderson Hermann, coordenador do Parlamento, foi abordado várias vezes por coordenadores de outras Câmaras, a fim de repassar informações referentes ao trabalho desenvolvido em São Lourenço do Oeste, onde o Programa é citado como referência de organização e de atuação.





Figura 547: Campanha antidrogas promovida pela Câmara Mirim - 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Outra ação que atende aos princípios da Câmara Mirim ocorreu em 25 de setembro de 2014, quando da sessão descentralizada na EBM. São Roque, em São Roque, contando com a participação de alunos do ensino fundamental, de professores e da direção. Com um minuto de silêncio, os vereadores mirins prestaram homenagem aos familiares, amigos e colegas da estudante Gabriela Forcelini, vítima de acidente que envolveu o transporte escolar, ocorrido no início do mesmo mês.

Na avaliação do coordenador do Programa Parlamento Jovem, Éderson Hermann, nas sessões realizadas na sede da Câmara Municipal, a participação dos estudantes é mais limitada em razão do espaço e do transporte. Com a descentralização oportuniza-se o acompanhamento às atividades dos jovens parlamentares a um número maior de estudantes.

Nesta sessão, as indicações do Parlamento Jovem ficaram por conta da necessidade de internet para os alunos da EBM. São Roque, autora Tatiane Bergoza; melhorias na estrutura da EEB. Sórora Angélica e EBM. Irmã Cecília, autora Leticia Rita Mariott; e melhorias no transporte escolar da EEB. Rui Barbosa, autora Crislaine Giaretta.

Vale destacar que, em 2013, quando o Legislativo realizou as sessões descentralizadas, a Câmara Mirim esteve representada em todas elas. De junho a agosto, as comunidades e os bairros que receberam o Legislativo foram: São Roque, Presidente Juscelino, Lageado Antunes, Frederico Wastner, Bairros São Francisco, Santa Catarina, Cruzeiro e Progresso. Vale lembrar que os representantes do Parlamento fizeram parte da mesa, utilizaram a tribuna de honra e apresentaram as reivindicações aprovadas previamente.



Figura 548: Sessão descentralizada da Câmara Mirim, na EBM. São Roque - 2014.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Neilan Canabarro, agente de polícia civil, realizou em 22 de outubro de 2014, uma palestra aos vereadores mirins de São Lourenço do Oeste, de Jupiá, de Galvão e de São Domingos, durante mais uma etapa dos encontros de formação dos parlamentares mirins da ACANOR.

Canabarro repassou informações detalhadas do adestramento e da atuação dos cães farejadores do Canil da Polícia Civil. A apresentação foi interativa, inclusive com um cão simulando uma busca de entorpecente. Esta ação reforçou a campanha permanente antidrogas da Câmara Mirim que, na semana anterior, realizou a primeira Caminhada Super Faro.

Estavam presentes alunos de duas escolas municipais, presidente da Acanor, Ademir Casanova, presidente da Associação de Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), e presidente da Câmara de Forquilha, Rangel Loch, quando a sexta legislatura da Câmara Mirim de São Lourenço do Oeste realizou a primeira sessão ordinária de 2015, em 21 de maio.

Neste ano, a curiosidade ficou por conta do presidente, André Pederssetti, que é filho de Walmor Pederssetti, então secretário da SDR de São Lourenço do Oeste e vereador licenciado. Walmor também atuou como vereador na gestão 2009/2012 e foi presidente por quatro anos interrompidos, ou seja, 2011/2012 e 2013/2014.

André afirmou ter se inspirado nos exemplos do pai para se candidatar a vereador mirim, mas garante não ter sofrido pressão em casa. Walmor orientou e auxiliou, mas a decisão final sempre foi do filho.

Importante ação dos Vereadores Mirins marcou o Programa e trouxe desdobramentos sociais significativos, principalmente aos jovens lourencianos. Trata-se da campanha de combate à AIDS, intitulada “Combate o vírus, não o amor”, desenvolvida em outubro e novembro de 2015.

As atividades consistiram em encontros com aproximadamente 1.500 alunos, entre

11 e 17 anos, das escolas do município, a fim de explanar as possibilidades de contaminação pelo vírus HIV e de enfatizar a prevenção necessária a sua transmissão. Ainda com os alunos, houve palestras com o profissional da saúde, Vinicius Ribeiro, que destacou a importância do tratamento às pessoas portadoras do HIV, pois o Brasil possui um dos melhores programas de distribuição de medicamentos e atenção às pessoas contaminadas.

Para encerramento da campanha, em 17 de novembro, os vereadores mirins realizaram um pedágio na área central de São Lourenço do Oeste, quando os transeuntes receberam folder, adesivo e fita alusiva ao tema. Esta ação contou com o apoio da Câmara, das secretarias municipais de saúde e de educação e de vários estabelecimentos comerciais, os quais contribuíram financeiramente para o material impresso.

A avaliação da campanha é positiva, pois são adolescentes, supostamente mais vulneráveis, que estão tratando o assunto de maneira madura e tentando conscientizar pessoas de idades variadas do quanto a prevenção é necessária.



Figura 549: Campanha de combate à AIDS promovida pela Câmara Mirim - 2015.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Vale ressaltar que, no intuito de contemplar todas as escolas e evitar o rodízio entre elas, em março de 2015, a Câmara de Vereadores aprovou decreto legislativo alterando a lei que trata do Parlamento Jovem. Agora, permite que a Câmara Mirim tenha, no mínimo, nove e, no máximo, 11 cadeiras nos próximos mandatos. A iniciativa foi da Mesa Diretora, apoiada e aprovada por unanimidade. Como resultado desta ação, todas as escolas passaram a ter representação, na intenção de fazer com que os jovens estudantes exerçam a cidadania, conheçam um pouco do Legislativo e das leis municipais.

Desde 2010, quando da primeira eleição, o Parlamento contou com a participação de 57 adolescentes e jovens. Além da alteração no número de cadeiras, em 2015 também houve uma formação a todos os candidatos, na qual constaram orientações sobre campanha, ética, moral, cidadania, política, formação do Estado, os Poderes da República, a importância da

Câmara Municipal e o papel dos legisladores.

Nota-se que as demandas do Parlamento Jovem decorrem da observação das realidades. Nas sessões de 2016, várias indicações do Parlamento foram aprovadas, como: aquisição de livros para a biblioteca da EBM. São Roque; melhorias na pavimentação das ruas próximas à EBM. Irmã Neusa; substituição dos computadores do laboratório de informática da EBM. Nossa Senhora de Lourdes; e utilização gratuita do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira às escolas estaduais e municipais para a produção e apresentação de trabalhos desenvolvidos pelas escolas.

Mas as proposições dos vereadores mirins vão além daquelas direcionadas às ações da educação, pois se voltam à comunidade: melhorias nas estradas do interior; iluminação pública; pinturas de faixa de pedestres e colocação de placas de sinalização de área escolar no acesso às EBMs. São Lourenço e São Francisco; plantio de árvores frutíferas em locais públicos como praças, área de lazer e canteiros; instalação de lixeiras fixas para a coleta de resíduos reciclável e orgânico na Rua Dom Pedro II; melhorias na iluminação da pista de skate da Praça da Bandeira; compra de livros de espanhol e de inglês; e melhorias nos semáforos da Avenida Ernesto Beuter e Rua Coronel Bertaso.

É importante destacar que a credibilidade ao Programa é crescente, confirmada pela presença de ex-vereadores, de turmas das escolas e de outras entidades, no intuito de acompanharem as atividades do Parlamento, ao mesmo tempo em que outros estudantes são incentivados a participar do pleito.

Mesmo não sendo vereadora mirim, mas com atividade aproximada, de 21 a 25 de setembro de 2015, a jovem Alana Karolyne Dametto dos Santos, 16 anos, aluna do 3º ano da EEB. Rui Barbosa, experimentou a jornada de trabalho de um deputado federal, em Brasília.

De 64 participantes no Estado de Santa Catarina, Alana conquistou o 1º lugar com um projeto de lei, no qual deveria ser abordada a realidade brasileira, observados os problemas e, conseqüentemente, apresentadas propostas a temas de relevância para o Brasil.

Orientada pela professora Mariluci Sozo, a aluna desenvolveu um projeto que dispõe sobre a inclusão de bônus na pontuação do Sisu para jovens participantes de trabalhos voluntários. O objetivo da aluna foi incentivar o trabalho voluntário entre jovens e, com isto, ela pretende engajar mais a juventude no voluntariado. Conseqüentemente, podem ser recompensados no setor educacional, garantindo ações voltadas à qualificação profissional.

Os projetos selecionados na etapa estadual foram encaminhados à Câmara dos Deputados para a etapa nacional, quando uma comissão, formada por especialistas em processo legislativo, escolheu os melhores. Dos 78 jovens deputados escolhidos, dois são de Santa Catarina.

Empossada deputada jovem, participou de diversas atividades na Câmara dos Deputados. Os trabalhos iniciaram com a distribuição dos parlamentares nas Comissões do Parlamento Jovem Brasileiro e entrega dos projetos aos relatores, simulando todas as etapas do processo legislativo.

O primeiro encontro da Região Oeste de Câmaras Mirins, promovido pela Acanor, foi realizado em 13 de maio de 2016, no plenário da Câmara de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de contribuir com a formação especializada dos jovens parlamentares de 2016.

Participaram do evento oito Paramentos: São Lourenço do Oeste, Jupiá, Galvão, Irati, Santiago do Sul, São Bernardino, Coronel Martins e Xaxim, além de vereadores adultos, vice-prefeito, servidores do Legislativo e professores, resultando em mais de 100 pessoas na formação. Além de servir como inspiração aos colegas que, futuramente, também poderão ingressar no Parlamento, para Ederson Hermann, coordenador do Programa, o treinamento serviu de aprendizado, a fim de que os jovens possam atuar de maneira eficaz.

De todos os participantes, Irati, Santiago do Sul, São Bernardino, Coronel Martins e Xaxim são estreantes em Câmaras Mirins, estando todas elas em suas primeiras legislaturas.

No encontro, os temas abordados foram: processo e técnica legislativa no âmbito do Parlamento Jovem, com Éderson Hermann; direitos e deveres dos cidadãos à luz da Constituição Federal, com o mestre em Direito, Alex Copetti; ética e moral na sociedade e na política, com o professor João Patinho, e comunicação, oratória e etiqueta no exercício da vereança mirim, com a jornalista Angela Maria Curioletti.



Figura 550: Encontro regional de Paramentos Jovens da região Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da Acanor.

Quanto ao Espaço Cidadão, continua prestando serviços à comunidade de maneira mais confortável e ampla. Várias pessoas já utilizaram o Espaço Cidadão, mas, a maior parte ainda é de alunos, que usa os computadores para realizar trabalhos escolares. Hoje, seis equipamentos compõem o projeto, com acesso à internet, tudo gratuitamente. O investimento é baixo, por utilizar a estrutura do Legislativo. Com a reforma deste espaço, realizada em 2014, o Espaço Cidadão ficou num local ainda mais acessível, confortável e prático aos seus visitantes e usuários.



Figura 551: Projeto Espaço Cidadão da Câmara - 2016.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

### **15.6 Destaques do Executivo**

Notórias são as ações desenvolvidas e as obras executadas em São Lourenço do Oeste, no período de 2013 a 2016. Todas as áreas de responsabilidade do Poder Público Municipal receberam investimentos e, conseqüentemente, contribuíram para elevar a qualidade de vida dos munícipes.

No tocante às ações voltadas à saúde, vale lembrar que, a partir do dia 30 de abril de 2014, o Centro de Atenção Psicossocial passou a funcionar em espaço físico de 258 m<sup>2</sup>, com área disponível de 3.622 m<sup>2</sup>, no centro, na antiga residência das irmãs da caridade.

Desde 2006, o Centro funcionava em sala da Policlínica Municipal de Saúde, porém, este atendimento deve ser separado das demais atividades de saúde, pois é mais abrangente e necessita de terapias especiais. Mensalmente, em média, são atendidos 450 portadores de sofrimento psíquico, independente de sexo ou idade, demonstrando a real necessidade do serviço, que promove saúde mental. Dentre as principais psicopatologias atendidas estão: depressão, esquizofrenia, transtornos afetivos, transtorno obsessivo compulsivo, dependência de álcool e outras drogas. A equipe é formada por médico, enfermeiro, assistente social, terapeuta ocupacional, técnica de enfermagem e psicóloga, além de grupos permanentes de terapia ocupacional.



Figura 552: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

São Lourenço do Oeste também se beneficiou com o Programa Federal Mais Médicos. Em 14 de março de 2014 chegou o médico cubano, Liban Perez Hernandez, para trabalhar no Programa Saúde da Família. Neste ano, mais de 13.500 médicos estavam trabalhando no Brasil, destes, 52 vieram a Santa Catarina e um deles veio para o nosso Município, por estar cadastrado no Programa. Posteriormente, mais 02 médicos de Cuba aqui chegaram. Em 2016, apenas 02 ainda permanecem, dentre eles o Liban. Quando da sua chegada, exercia a medicina há oito anos, sendo cinco na Venezuela e três no Brasil.

Quanto à estrutura, as unidades de saúde dos Bairros Santa Catarina e São Francisco receberam reformas. Com a presença das autoridades, equipe da secretaria de saúde, lideranças e moradores dos bairros, a primeira foi reinaugurada em 27 de junho e, a segunda, em 11 de julho de 2014.

Consertos no telhado, troca de calhas, nova pintura, melhorias e reforços nos muros de proteção, colocação de grades nas janelas, troca de parte do piso, melhorias e consertos na laje para conter infiltrações e goteiras, melhorias na parte elétrica e hidráulica e adequação das unidades às normas da vigilância sanitária foram efetuados, totalizando um investimento de R\$ 62.156,92 para o Bairro Santa Catarina e R\$ 65.188,82 para o Bairro São Francisco.



Figura 553: Unidade de Saúde do Bairro Santa Catarina - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Outra ação significativa, com foco na saúde preventiva, foi entregue à população do Bairro Santa Catarina em 05 de fevereiro 2016. Trata-se da academia da saúde, com uma infraestrutura adaptada e acessível a todos, um importante espaço do SUS, de referência e vivência que objetiva promover saúde, por meio das práticas corporais e atividades físicas.

Com 104,93 m<sup>2</sup> de área construída, são disponibilizados espaços destinados às atividades individuais e coletivas, sala de vivência para palestras e apresentações, sala de atendimento e de consulta e dois banheiros. O investimento total foi R\$ 318.525,47, sendo R\$ 218.525,47 oriundos de recursos próprios e R\$ 100.000,00 do Fundo Nacional da Saúde (FNS), resultantes de emenda parlamentar do deputado Valdir Colatto (PMDB).



Figura 554: Academia de Saúde do Bairro Santa Catarina - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A Administração Municipal inaugurou, em 30 de maio de 2016, o centro de múltiplo uso do Bairro São Francisco, anexo ao ginásio de esportes. É mais um local à disposição da comunidade para a realização de reuniões, encontros e eventos das entidades organizadas, além de servir como apoio às festas lá realizadas. Para construir este espaço, a Prefeitura investiu R\$ 303.959,26. A obra de 393,31 m<sup>2</sup> conta com a ampliação da cozinha, construção de uma nova cozinha e de novos banheiros e uma área livre de 254 m<sup>2</sup>.

Na oportunidade, também foi entregue a reforma do ginásio de esportes do Bairro São Francisco, que recebeu investimentos de R\$ 112.358,92 em melhorias no telhado, substituição do piso, pinturas externa e interna, reforma dos banheiros e execução do sistema de prevenção contra incêndio.

A área da educação recebeu atenção especial desde o primeiro ano da Administração. A começar pelos investimentos no prédio do antigo CNEC, uma das escolas mais antigas de São Lourenço do Oeste, agora reaberta, mas com atendimento apenas aos alunos do CEI. Mundo Colorido. Procederam-se limpeza e reformas para realocar 40 alunos do Bairro Perpétuo Socorro já no início de 2013. Com a organização do espaço, o número de vagas teve ampliação, a fim de atender parte da demanda da EBM. Santa Maria Goretti.

Ação de grande representatividade para a Administração Municipal fica por conta da mobilização, envolvendo as dimensões política e social em torno da instalação de uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em São Lourenço do Oeste. Em 27 de maio de 2013, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, ocorreu uma audiência pública com a participação de lideranças dos municípios da AMNoroeste, a fim de discutir o atendimento à educação técnica e profissional do Instituto em São Lourenço do Oeste e região. Promoveram a audiência o Executivo Municipal e o deputado federal, membro titular da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Pedro Uczai.

No ano de 2011, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, por proposição do deputado Uczai, em parceria com várias entidades da região, aqui realizaram a primeira audiência pública, com o objetivo de apresentar a demanda de atendimento ao IFSC, bem como a realidade social, econômica, cultural e a estrutura existente.

O Instituto pertence à esfera pública federal, vinculada ao Ministério da Educação. A sede e o foro ficam em Florianópolis e a instituição possui autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua finalidade é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia. Ainda, realiza pesquisa aplicada e promove o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

São Lourenço do Oeste e os municípios da região sentem falta da mão de obra qualificada em vários setores, bem como a possibilidade de potencializar o desenvolvimento regional, garantindo acesso à educação profissional pública de qualidade. Estabeleceu-se um grupo de grupo de trabalho com o principal objetivo de realizar diagnóstico e levantar a demanda das áreas de formação e, posteriormente, participar de uma audiência com o Ministro da Educação, em Brasília.

No período anterior à instalação, a Administração Municipal realizou algumas reuniões com a reitoria do Instituto e com lideranças políticas, a fim de alinhar as tratativas à oferta dos trabalhos na região. Ainda, equipes técnicas analisaram as condições do prédio para, a partir daí, solicitar a autorização do funcionamento da unidade. Na etapa seguinte,

o IFSC celebrou o convênio com Ministério da Educação para a criação da Unidade de Ensino Profissionalizante em nosso Município.

A unidade do IFSC de São Lourenço do Oeste foi aprovada. Instalada no segundo semestre de 2014, funciona na antiga EEB. Leoberto Leal, comunidade de Frederico Wastner. A Prefeitura repassou ao Instituto um imóvel de 1.593,02 m<sup>2</sup>, com 07 salas de aula, ginásio de esportes e amplo pátio para estacionamento e atividades extraclasse.

Até 2016 ofertou diversos cursos, principalmente do Pronatec, sempre partindo das necessidades da comunidade, como informática, vendas, recursos humanos, inglês, entre outros.



Figura 555: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) de São Lourenço do Oeste - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Para efetivar um desejo antigo dos moradores, em novembro de 2013, o Município adquiriu uma área de 3.888 m<sup>2</sup> para a construção da creche do Bairro Progresso. Todos os terrenos estão situados nas Ruas Aderbal Ramos da Silva e Luiza Ebling, de propriedade da Colonizadora Hack LTDA, para a qual Município pagou, a título de indenização, R\$ 825.000,00. Até então, o Bairro Progresso ainda não possui escola municipal e, por isso, a Administração realizou este investimento, no intuito de garantir a construção da esperada creche.



Figura 556: Terreno para a construção da creche no Bairro Progresso - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Grande investimento que trará contribuições ao administrativo da educação é a compra do prédio do antigo BESC, pois, a partir de março de 2014, passou a ser propriedade da Municipalidade, adquirido para sediar a Secretaria Municipal de Educação, que funcionava em prédio locado. A partir da escrituração, a Prefeitura procedeu a reforma total da estrutura, a fim de contemplar todas as necessidades da secretaria. Para a aquisição do imóvel, um prédio de 02 pavimentos, com 900 m<sup>2</sup> de área construída, situado na Avenida Brasil, esquina com a Rua Nereu Ramos, o Município investiu R\$ 975.000,00.

Em 31 de outubro de 2016, estiveram presentes autoridades locais, profissionais da educação e alunos, quando da inauguração da Secretaria Municipal de Educação.

Para a reforma e a ampliação, o Município investiu R\$ 2.301.893,77, sendo R\$ 1.326.893,77, referentes à reforma e à ampliação. O projeto arquitetônico preservou grande parte do antigo BESC, mas houve uma valorização da visibilidade externa do prédio com a colocação de painéis em vidros, deixando-o com aspecto moderno.



Figura 557: Novo espaço da Secretaria Municipal de Educação - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Ainda no mês de março de 2014, o prefeito Geraldino Cardoso assinou a desapropriação amigável de um terreno de 1.636,56 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, no Bairro São Francisco. Pelo imóvel, a título de indenização, conforme laudo avaliativo, o Município pagou R\$ 250.000,00 a Francisco Oreste Libardoni.

O terreno está situado na Rua Tiradentes, em frente à EBM. São Francisco, sobre o qual foi construído o ginásio de esportes para atender aos alunos desta escola. A ampliação e a melhoria da estrutura possibilitam que os alunos pratiquem exercícios e desenvolvam atividades desportivas com segurança e qualidade.

Outro grande passo dado pela Municipalidade para atender a demanda da educação municipal fica por conta da compra, em novembro de 2015, do imóvel onde residiam as Irmãs Vicentinas, carinhosamente chamado de Casa das Irmãs. Com área de 3.622 m<sup>2</sup> e uma construção em alvenaria de 258,45m<sup>2</sup>, o imóvel destina-se às futuras instalações da EBM. Santa Maria Goretti. O investimento foi de R\$ 2.290.000,00, pagos com recursos do Município. A compra do espaço tem por objetivo garantir mais qualidade, conforto e comodidade aos alunos e aos profissionais da rede municipal. A pretensão é de, futuramente, atender aproximadamente 800 alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

Grande foi a conquista dos moradores do Loteamento Meneghetti IV ao serem contemplados com o CEIM. Cora Coralina, a 12<sup>a</sup> escola da rede. Inaugurado em 21 de junho de 2014, possui 564 m<sup>2</sup>, com 4 salas de aula, todas com solário e banheiros adaptados, pátio coberto, refeitório, lactário, sala de informática, lavanderia, sala de direção e anfiteatro ao ar livre. O projeto é padrão Proinfância tipo C, desenvolvido pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e tem capacidade para atender 120 crianças de até 5 anos. Para a realização desta importante obra, os investimentos somaram R\$ 917.081,91, sendo R\$ 588.487,13 oriundos do FNDE e do PAC 2, e o restante, R\$ 328.594,78, da Prefeitura.

A denominação Cora Coralina resulta de consulta feita à comunidade, que teve a oportunidade de escolher entre cinco opções apresentadas pelos professores municipais. Cora nasceu em Goiás, em 1889, e faleceu em 10 de abril de 1985, aos 95 anos. É considerada uma das maiores escritoras brasileiras, pois deixou aos leitores um legado eternizado de poemas e de contos, os quais retratam, principalmente, a vida simples do campo, valores e sentimentos.

No início do segundo semestre de 2014, as aulas passaram a ser ofertadas no espaço então inaugurado.



Figura 558: CEIM. Cora Coralina, Loteamento Meneghetti IV - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Entre os investimentos na área da educação está a reforma da EBM. São Lourenço, interdita desde março de 2014, mas reinaugurada em 30 de março de 2016. Entre outras melhorias, a escola recebeu reforço estrutural, cobertura metálica, forração em gesso, novas instalações elétricas, ar condicionado, pintura interna e externa, substituição de pisos cerâmicos. A obra também foi adequada ao plano de prevenção contra incêndio. Para novamente disponibilizar o prédio de 1.782,08 m<sup>2</sup> aos mais de 300 alunos do 3º ao 9º anos e à comunidade, a Administração Municipal investiu R\$ 806.226,37.

Durante este período, as atividades escolares precisaram ser realocadas em espaço cedido pela Unochapecó, que fica ao lado da EBM. São Lourenço. A proximidade entre as instituições facilitou a logística, principalmente do transporte escolar.



Figura 559: EBM. São Lourenço - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A Administração entregou, em 19 de maio de 2016, a cobertura da quadra poliesportiva da EBM. Santa Inês, agora em condições para a prática de esportes por parte dos alunos e dos moradores da comunidade. Para a execução da obra, com 627 m<sup>2</sup>, foram investidos R\$ 184.990,75, oriundos do FNDE, mais a contrapartida do Município de R\$ 24.823,12, totalizando R\$ 209.813,87. Aparelhos esportivos para as práticas de futsal, handebol e voleibol estão disponíveis na quadra então inaugurada.



Figura 560: Quadra poliesportiva da EBM. Santa Inês - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Já em 14 de junho de 2016 foi inaugurada a quadra poliesportiva da EBM. São Francisco, também construída em parceria com o FNDE. A obra de 861,56 m<sup>2</sup> é composta de quadra coberta, arquibancadas, banheiros e vestiários e resulta de investimentos de R\$ 603.269,40 do FNDE e R\$ 93.324,08 do Município. É um espaço adequado à prática de atividades físicas e desportivas e possibilita a realização de eventos e de promoções.

Além da quadra coberta, a Administração Municipal adquiriu um terreno para a construção do estacionamento da escola, pavimentação dos acessos, calçadas, playground e muros, nos quais foram investidos R\$ 1.318.316,16, em uma área 2.781,56 m<sup>2</sup>.

Outra ação de destaque da Administração Municipal, bem visível aos olhos dos transeuntes, é a pista de skate, construída na Praça da Bandeira, com o objetivo de incentivar o esporte e de dar condições e qualidade à prática, constituindo-se em mais uma opção de esporte e de lazer aos lourencianos. A solenidade de inauguração ocorreu em 13 de março de 2016. Contou com a presença de skatistas lourencianos e da região e com um show de manobras radicais da equipe Arca Skateboard, de Florianópolis.

Para a concretização da obra, com área 436,12 m<sup>2</sup>, foram investidos recursos próprios no valor de R\$ 131.230,28. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e o Comitê Desportivo Municipal (CDM) fizeram o acompanhamento técnico da construção.



Figura 561: Inauguração da pista de skate na Praça da Bandeira - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 562: Pista de skate na Praça da Bandeira - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A passagem da tocha olímpica por São Lourenço do Oeste ficará eternizada por meio de um monumento, inaugurado em 30 de junho de 2016, em frente à EBM. Santa Maria Goretti, esquina das Ruas Coronel Bertaso e Duque de Caxias, o qual busca retratar o prestígio e a importância da passagem da tocha pelo Município.

De modo geral, o símbolo histórico, construído com resina e cargas minerais que formam uma argamassa resistente, semelhante a granito, mostra, em caráter expressionista, em primeiro plano, um atleta grego em posição protocolar, segurando a tocha. No alto, o fogo simbólico presta a homenagem definitiva de São Lourenço do Oeste aos jogos Olímpicos Rio 2016, bem como ao revezamento da tocha aqui ocorrido.

São Lourenço foi o primeiro município catarinense a receber a tocha, que ocorreu às 07 horas do dia 03 de julho de 2016. Programado em detalhes, o evento priorizou, inclusive, apresentações artísticas e esportivas. Teve participação expressiva do público local e regional e ficará marcado por muito tempo na memória lourenciana.



Figura 563: Tocha Olímpica em São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 564: Monumento à passagem da Tocha Olímpica em São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Vale destacar que o programa Morar Melhor, implantado a partir da Lei nº 2.222, de 19 de junho de 2015, objetivava melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão em condições mínimas de habitabilidade, ou seja, consistia no auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Ao todo, 70 moradias foram reformadas. Para o acesso a este benefício, os pretendentes precisavam atender aos critérios estabelecidos na legislação, sendo que o montante previsto para a realização da reforma não poderia ultrapassar R\$ 5.000,00 por moradia. O repasse constituiu-se de tijolos, madeiras, kits para banheiro e a quantidade é fixada a partir da verificação *in loco* e de estudo socioeconômico. Já a mão de obra fica por conta do morador.

No tocante à regularização fundiária, a Administração Municipal entregou, em 30 de junho de 2016, 20 escrituras para os mutuários dos loteamentos Paludo, São Francisco (COHAB) e Vida Nova. A Administração implementou a base legal para a transferência a quem constitui tal direito.

Ainda, em 18 de outubro de 2015 foram entregues as primeiras escrituras e autorizações para escrituração e registro de imóveis de famílias do Loteamento São Francisco (COHAB), e Loteamento Paludo. Logo, em 23 de dezembro de 2015, a Municipalidade entregou 12 escrituras de 04 loteamentos. São mais de 30 famílias que encaminharam solicitação para escriturar seus imóveis, já que todos estão em nome da Prefeitura.

Somente em 2015, 42 imóveis do Loteamento São Francisco e 56 do Loteamento Vida Nova receberam a regularização. São juridicamente denominados de Loteamentos Populares e os moradores que efetuaram o pagamento do financiamento do imóvel e que

têm contrato poderiam solicitar autorização para escriturá-lo.

Os Loteamentos Cella, Mutirão, Baldin e entorno estão em processo de regularização pelo Programa Lar Legal. Já para os Loteamentos São Francisco (COHAB) e Vida Nova, as famílias foram beneficiadas com a doação dos lotes, isenção do ITBI, e parte delas também recebeu a isenção dos custos cartoriais, economizando em torno de R\$ 2.000,00. Se somado pelo valor de mercado, entre isenção de tributos e o valor do terreno, cada família recebeu um benefício aproximado de R\$ 30 mil.



Figura 565: Residência beneficiada com o Programa Lar Legal - 2015.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Qualidade de vida passa por questões básicas, como a possibilidade de ter água potável disponível diariamente. Depois de décadas, a comunidade de Três Voltas contou com este benefício em suas torneiras. Em 02 de maio de 2016, a Municipalidade assinou a ordem de serviço para iniciar as obras do sistema de abastecimento de água na comunidade e, a partir de 20 de outubro, foi disponibilizada aos moradores.

O investimento da Municipalidade aproxima-se de R\$ 430.000,00, compreendendo: projeto de perfuração, abertura do poço, instalação de bomba submersa, redes adutora e rede de distribuição de água. Pandini Construções e Incorporações Ltda executou a obra no prazo estabelecido em contrato. A Secretaria de Agricultura e Aquicultura responsabilizou-se pelo comando dos trabalhos.

O poço artesiano, com 300 metros de profundidade e vazão de 13.200 l/h, disponibiliza a quantidade suficiente de água para atender até 110 famílias. Para esta ação, o Município investiu R\$ 21.800,00.

Concluído o poço, o Executivo Municipal articulou a criação de uma associação para administrar o abastecimento de água na comunidade, tendo como principal tarefa a instalação dos hidrômetros em cada residência beneficiada, a manutenção da rede de distribuição e a cobrança mensal.



Figura 566: Água do poço artesiano em Três Voltas - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Também a comunidade de Presidente Juscelino há muito tempo solicitava ao Poder Público a resolução do problema de água. Em 2015, a CASAN lá instalou a rede de abastecimento e, em 19 de novembro do mesmo ano, a obra foi inaugurada.

Esta obra recebeu um investimento de R\$ 392.404,36 e, deste valor, R\$ 200.004,00 vieram do Governo Estadual e R\$ 104.642,00 da CASAN. A estes valores, somaram-se os da Municipalidade, R\$ 87.758,29, envolvendo tubos, perfurações e detonações de rocha, serviços de retroescavadeira, motoniveladora, rolo compactador, cargas de cascalho e de terra.

Por fim, a união de esforços entre as instâncias públicas contribuiu para a solução deste problema histórico de Presidente Juscelino. Em 2016, 82 residências e órgãos públicos já contavam com o fornecimento regular de água potável do poço lá perfurado.



Figura 567: Canalização da água da CASAN em Presidente Juscelino - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Em momento posterior, 27 de outubro de 2016, as comunidades de São Caetano e de Belvedere tiveram a ordem de serviço assinada para a perfuração de poços artesianos. Este abastecimento de água potável também foi aguardado por décadas.

Diferente de outros locais, o atendimento não ficará exclusivo a estas comunidades, ou seja, se estenderá às que se localizam nas proximidades. São Caetano atenderá São João e Taquari, beneficiando, aproximadamente, 150 famílias, e o de Belvedere atenderá, inclusive, 25 famílias de Santos Dumont.

Para a execução deste trabalho foram investidos R\$77.980,00, sendo R\$ 70.800,00 com mão de obra e R\$ 7.180,00 corresponde ao fornecimento de material. A empresa PFG Poços Artesianos LTDA. ME ficou responsável pela execução deste serviço especializado, bem como pelo fornecimento de material e de mão de obra. Em contrato, ficou estabelecido o prazo máximo de 30 dias para a execução, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço, ou seja, início e conclusão dos trabalhos no ano de 2016.

Durante o ato de assinatura, o prefeito Geraldino destacou ser este um investimento significativo, pois vai ao encontro da principal necessidade básica do ser humano e melhorará a qualidade de vida de quem mora nas comunidades contempladas com a água dos poços já perfurados e dos ainda em execução.



Figura 568: Perfuração do poço artesiano na comunidade de Belvedere - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Ação de abrangência significativa veio para atender moradores da área rural. Resultante de convênio celebrado, em 2013, entre a Municipalidade, o Governo do Estado de Santa Catarina e a Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina, São Lourenço do Oeste foi contemplado com a construção de 25 cisternas. A capacidade de armazenamento é de até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para, em um período de 08 meses, uma família de 5 pessoas beber, cozinhar e preparar alimentos.

Destaca-se que os beneficiários do programa são famílias afetadas pelas intempéries constantes que atingem o Oeste catarinense, ou sem acesso a fontes de água potável. Os critérios de escolha dos beneficiados são: baixa renda, estar inclusa no CadÚnico e ser proprietário do terreno onde será construída a cisterna.

Quanto ao modelo do armazenamento é o alambrado, equipado com calhas para aproveitamento da chuva que cai do telhado das casas. Por ser coberta, evita a evaporação e impede a contaminação da água, causada por animais, principalmente.

Cooperativas ou entidades sem fins lucrativos assumiram a construção das cisternas. Além da construção, elas responsabilizaram-se pela capacitação das famílias beneficiadas, no que tange ao gerenciamento de recursos hídricos, e pela capacitação dos pedreiros.



Figura 569: Modelo de cisterna instalado nas residências rurais - 2013.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Uma das questões que mexeu com diversos setores da sociedade lourenciana é a disponibilização, ou não, de sacolas plásticas pelo comércio local. Na tentativa de alinhar a discussão e a ação, em 04 de dezembro de 2015, na presença dos membros do Núcleo de Supermercadistas da Acislo, do promotor Eraldo Antunes e do vice-prefeito, Daniel Hippler, o prefeito Geraldino Cardoso sancionou a Lei nº 2.250, que dispõe acerca do acondicionamento de mercadorias em sacolas retornáveis, ou ecologicamente corretas, no comércio varejista de São Lourenço do Oeste.

Estava proibida a cessão gratuita ou venda de sacolas ou sacos plásticos ao consumidor para acondicionamento de mercadorias a serem transportadas. A Lei vale, também, aos estabelecimentos industriais que vendam direto ao consumidor, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos.

Esta ação tem por objetivo contribuir para a preservação ambiental, estimulando o consumo responsável, justamente porque as sacolas plásticas são produzidas a partir de petróleo ou gás natural, dois tipos de recursos naturais não renováveis. Ainda, elas podem durar até 400 anos na natureza e ocasionar diversos danos ambientais.

Os casos de desobediência ao disposto nesta Lei ficaram sujeitos à multa de 100 UFRMs (cem Unidades Fiscais de Referência Municipal) por infração, a ser aplicada pela fiscalização e devida em favor da fazenda municipal, passível de inscrição em dívida ativa e de execução fiscal. A fiscalização poderia, cumulativamente com penalidade de multa, efetuar a apreensão das sacolas plásticas existentes nos estabelecimentos e, em caso de mais de uma reincidência, efetuar o cancelamento do alvará de localização e funcionamento por até um ano.

A contar da data de sua publicação, a Lei contou com prazo de 90 dias para ser efetivada. No entanto, teve prorrogação por mais oito meses. Ante às controvérsias, a Mesa Diretora da Câmara nomeou uma comissão especial, da qual fizeram parte os vereadores Edilso Paulo Ranzan, presidente, Alex Cleidir Tardetti, Ilvo Ioris e Valmir Luiz Maboni, no intuito de acompanhar, discutir e até apontar uma solução para a aplicabilidade da Lei.

Posteriormente, em agosto de 2016, esta comissão reuniu-se com representantes da Acislo, da CDL, da Prefeitura e com a Promotoria Pública. Na reunião não houve consenso, porque uns defendiam a revogação e, outros, o cumprimento da Lei. Entre os favoráveis à implantação, estão a Acislo e a Promotoria pública.

Como os entendimentos relacionados à aplicabilidade da lei não são consensuais, Acislo, CDL e Ministério Público de São Lourenço do Oeste reuniram-se no dia 08 de novembro de 2016, e, deste encontro, resultou encaminhamento do Termo de Manifestação de Interesse Coletivo à Câmara de Vereadores. No Termo consta que, considerando-se a Lei nº 2.250, de 04 de dezembro de 2015, em vigor desde 03 de novembro de 2016, os interesses da classe empresarial e as conversas com o Legislativo e a comunidade, a partir do dia 14 de novembro de 2016, nenhum supermercado ou mercado do Município poderá distribuir sacolas plásticas aos clientes, sob pena de sofrer as penalidades previstas.

Ficou acordado, também, que, em relação do comércio em geral, exceto os mercados e supermercados, a Lei poderá ser reavaliada pela Câmara, ressalvada a possibilidade de as sugestões apresentadas serem incluídas em proposta de emenda.

Surgiu a deliberação de que, no prazo de seis meses, a partir de 03 de novembro de 2016, o comércio poderá fornecer sacolas em tamanhos maiores, com metragem mínima de 50 x 60. Esgotado este prazo, a contar de 03 de maio de 2017, a permissão para uso de sacolas pelo comércio em geral deverá ser permitida, mas para a metragem 50 x 70. No

entanto, aos mercados e supermercados, sem exceção, a Lei deverá ser cumprida de forma efetiva, a datar de 14 de novembro de 2016.

Ainda, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o uso de sacolas que não agridam o meio ambiente, no dia 12 de novembro, Acislo, CDL, MPSC, Leo Clube e Rotaract realizaram um trabalho de conscientização no cruzamento entre a Rua Coronel Bertaso e a Avenida Ernerto Beuter. Além de material gráfico, as entidades fizeram a distribuição de mudas de árvores.

Em atendimento ao Termo de Manifestação de Interesse Coletivo, em 25 de novembro de 2016, um projeto de autoria da mesa diretora propôs ajuste na lei que regulamenta a distribuição de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais. Transformado na Lei nº 2.306, de 07 de dezembro, altera a Lei nº 2.250, de 04 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias em sacolas retornáveis, ou ecologicamente corretas, no comércio varejista de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.



Figura 570: Reunião para discutir a lei das sacolas plásticas - 2014.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 571: Reunião para discutir a lei das sacolas plásticas - 2016.  
Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Vale ressaltar que, a partir de junho de 2016, a coleta de recicláveis passou a ser feita também nas sedes dos distritos, três vezes por semana. Com esta ação, os resíduos terão destino adequado, melhorando a qualidade de vida da população residente nas áreas rurais. Para ser transportado com segurança até o destino final, o material é depositado nos bags, mas deve estar seco e limpo. Excetuam-se do recolhimento as embalagens de agrotóxico, por necessitarem de transporte específico.



Figura 572: Coleta de recicláveis nas sedes dos distritos - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Alguns investimentos do Poder Público não ficam tão visíveis, porém, isto não significa menor proporção. Isto se confirmou em 18 de junho de 2014, quando o Instituto Cultural lançou um guia turístico, composto por informações e fotos, com o objetivo de promover as potencialidades de São Lourenço do Oeste e de auxiliar ao comércio local que tem ligação com o turismo.

O material foi amplamente distribuído, especialmente às agências de turismo, eventos regionais, estaduais e nacionais, no intuito de tornar o Município conhecido nacionalmente e de atrair visitantes. Ainda, tem em vista o desenvolvimento do comércio e promover renda a hotéis, restaurantes, bares, agências ou similares.

Recentemente, o turismo tem se firmado como um segmento de renda representativa. A profissionalização desta área cada vez mais ganha importância, por possuir desdobramentos nacionais, estaduais e municipais.



Figura 573: Guia turístico de São Lourenço do Oeste - 2014.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Não resta dúvida de que um dos feitos de grande representatividade do período fica por conta da 5ª Efaislo, que aconteceu de 12 a 15 de novembro de 2015. A feira movimentou em torno de R\$ 20.000.000,00, divididos entre comércio, prestação de serviços, setor agropecuário, gastronomia e hotelaria.

Além do sucesso em negócios, o evento também o foi em público. Num primeiro momento, a estimativa era de 60.000, porém, cerca de 80.000 pessoas visitaram a feira. A Efaislo 2015 colocou São Lourenço do Oeste novamente no cenário das grandes feiras.

Quando da abertura oficial, no dia 12, estiveram presentes autoridades e lideranças locais, regionais e estaduais. Logo após, uma das atrações mais aguardadas e de maior representatividade: o show de abertura com o cantor Daniel, que agregou grande público e com ele interagiu. O carisma do artista, simplesmente, encantou.

Vários acontecimentos marcaram o sucesso do evento, como: feira comercial, industrial e agropecuária, shows nacionais, peças teatrais e palestras. Organização, grade de shows, estrutura, diversidade de expositores, setor agropecuário, espaço de lazer, exposição de carros antigos, decoração e limpeza foram os aspectos de relevância. Paralamas do Sucesso, Os Serranos e Fernando & Sorocaba, Musical O Sítio do Pica Pau Amarelo e Cezar e Paulinho também contribuíram com o sucesso da 5ª Efaislo - 2015.

Vale destacar que, durante o evento, a Secretaria Municipal de Educação lançou o livro “Conhecer, escrever e socializar”, que traz uma coletânea de textos produzidos pelos alunos do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino. A obra constitui-se em mais uma importante ferramenta que está à disposição dos alunos e dos professores.

A 5ª Efaislo foi uma promoção da Prefeitura, em parceria com a CDL e com a Cooperativa da Agricultura Familiar, apoiada pela SDR.



Figura 574: Vista aérea da 5ª Efaíslô - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 575: Público em show da 5ª Efaíslô - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 576: Show da 5ª Efaíslô - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Não raro o Executivo receber em seu gabinete representantes do Município ou de outros locais. Neste período, uma visita foi especial, pois, em 14 de julho de 2013, Geraldino Cardoso recebeu o governador catarinense, João Raimundo Colombo, acompanhado de sua comitiva. Por 40 minutos, o Executivo Estadual ouviu e recebeu as reivindicações do Prefeito em favor do Município. Também falou das obras estaduais em execução, destacando a pavimentação da SC-157, com início previsto para o mês de agosto.

Dentre os pedidos apresentados esteve a necessidade de o Governador solicitar à Casan a instalação definitiva do conjunto de motobombas na estação de tratamento, construção de novos reservatórios na cidade, limpeza da barragem e um convênio para a repavimentação das ruas danificadas pelos serviços de reparos na tubulação.



Figura 577: Visita do governador catarinense, João Raimundo Colombo e sua comitiva, ao Executivo Municipal - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Neste mandato, o assunto segurança pública mobilizou diversos setores, locais e regionais. Um deles, seguramente, fica por conta da construção da UPA, e ainda gera diferentes posicionamentos. Exemplo disto é que, no início de outubro de 2013, o presidente da Associação de Moradores de São Paulinho, Alziro Milan, e outras lideranças da comunidade e da cidade, entregaram ao Prefeito um abaixo-assinado, com aproximadamente 2000 assinaturas, de pessoas que se posicionaram contra a construção prevista para aquela comunidade. No intuito de sensibilizar as autoridades locais, no mesmo dia, a comissão visitou o Legislativo e lá também entregou cópia do documento.

Em audiência no dia 07 de outubro, em Florianópolis, com a secretária de Estado da justiça e cidadania, Ada de Lucca, o Prefeito entregou o abaixo-assinado, a moção de apoio da Câmara de Vereadores e as matérias vinculadas pelos jornais locais.

Esta ação contribuiu significativamente para frear o processo de construção da UPA em São Lourenço do Oeste, pois, até o final de 2016, as discussões continuam, e bem expressivas, com envolvimento de autoridades locais e regionais, porém, sem o consenso acerca da construção, por ainda ser um assunto que divide opiniões.



Figura 578: Representantes da comunidade de São Paulinho em audiência com o Prefeito para falar da construção da UPA - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Vale lembrar que o convênio firmado entre a Municipalidade e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina aqui possibilitou a implantação do Programa Bem-Te-Vi, no intuito de melhorar o sistema de videomonitoramento do Estado de Santa Catarina. São Lourenço do Oeste foi um dos primeiros municípios a assinar o convênio e, também, a efetivar o programa, pois conta com estrutura de fibra ótica e com link, disponibilizado por meio do programa Cidade Digital.

O nome do programa faz alusão ao bem-te-vi, pássaro que costuma fazer barulho quando presencia algo de anormal em seu território. Consiste em uma ferramenta tecnológica de apoio ao policiamento, composto por 10 câmeras de alta resolução, centrais de gerenciamento e de monitoramento, pontos de monitoramento com captação de imagens e serviços de transmissão e de manutenção.

Para a instalação das câmaras foram investidos R\$ 250.845,00, sendo que R\$ 142.522,50 ficaram por conta da Secretaria de Segurança Pública e R\$ 108.322,50 de responsabilidade do Município.

De acordo com o secretário de segurança pública do Estado de Santa Catarina, César Augusto Grubba, a modernização do sistema de câmeras de monitoramento sustenta as ações de segurança pública a partir de três patamares: prevenção - com implantação de sinalização, indicando as áreas vigiadas, com a presença de policiais nas centrais de monitoramento e em outros pontos estratégicos; combate à criminalidade - consumado o crime, as imagens das câmeras apontam a localização do criminoso, o que diminui consideravelmente o tempo de resposta à ação; e ações de investigação - a visualização das imagens captadas pelas câmeras de qualquer cidade do Estado pela Polícia Civil. Ressaltou, ainda, que as estatísticas mostram uma redução significativa, na ordem de até 70% das ações criminosas nas áreas onde as câmeras estão implantadas.

A instalação do sistema de videomonitoramento de São Lourenço do Oeste, inaugurado em 08 de dezembro de 2014, foi procedida no intuito de facilitar o combate à criminalidade, auxiliar as investigações policiais, especialmente no policiamento preventivo,

combatendo o crime de forma mais eficaz, e, ainda, dispor de prova material para eventual condenação. Tudo isto melhora o trabalho da polícia, aumenta a percepção de segurança dos cidadãos e pode tornar São Lourenço do Oeste uma cidade mais tranquila.



Figura 579: Videomonitoramento na cidade de São Lourenço do Oeste - 2014.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Uma caminhada desde o trevo Jovem Vida, no Acesso Sul, até a Rua Coronel Bertaso marcou a inauguração e a entrega oficial da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, na manhã de 29 de junho de 2016. A obra, reivindicada há tempos pela comunidade lourenciana, foi entregue na presença de autoridades, lideranças, servidores municipais, alunos e comunidade.

Durante o pronunciamento, o prefeito Geraldino Cardoso enfatizou a luta para a concretização deste sonho, do benefício aos seus usuários, com mais segurança e tranquilidade.

Nesta obra, 29.289,26 m<sup>2</sup> receberam pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente, drenagem pluvial, colocação de meios-fios, novos canteiros e sinalização viária, para os quais a Municipalidade investiu R\$ 1.736.880,40.

Além da pavimentação asfáltica, a Prefeitura investiu R\$ 29.216,00 na prestação de serviços de engenharia elétrica, bem como no fornecimento de material e mão de obra para a melhoria do sistema de iluminação pública em parte da rua, com troca de braços e de lâmpadas.



Figura 580: Caminhada de autoridades e da população para marcar a inauguração da Rua Rio de Janeiro - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Audiências públicas e conferências marcaram o período desta Administração, sempre na perspectiva de buscar elementos para fortalecer as ações. Já no início do mandato, em 26 de abril de 2013, aconteceu o Seminário Regional para Mobilização das Conferências Municipais, organizado pela AMNoroeste, quando se discutiu assuntos relativos à conferência das cidades e, também, à mobilização dos municípios para a realização dos eventos municipais.

Na semana posterior, em 29 de abril de 2013, no auditório da AMNoroeste, aconteceu a 5ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, com a participação dos municípios integrantes da Associação. O arquiteto e urbanista, Alexandre M. Matiello, palestrante do evento, trabalhou os textos disponibilizados pelo Ministério das Cidades para o desenvolvimento das conferências.

A Conferência das Cidades foi criada pelo Ministério das Cidades para consolidar a parceria entre os governos e a sociedade civil e, ainda, para construir um modelo de política urbana com a participação efetiva dos municípios. Os quatro principais objetivos das Conferências configuraram-se em: propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos Estados, Distrito Federal, Municípios e União com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades brasileiras; propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas; propiciar e estimular a organização de conferências das cidades como instrumento para a garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O relatório final desta etapa foi encaminhado à comissão preparatória estadual

e os delegados eleitos, dois do poder público e dois da sociedade civil, representaram o Município na etapa estadual, realizada no mês de agosto, em Florianópolis.



Figura 581: Conferência das Cidades - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Passados três anos, a Municipalidade, juntamente com a comissão preparatória, nomeada pelo Decreto nº 5.367, de 07 de abril de 2016, realizou, em 11 de abril de 2016, a 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, no auditório da AMNoroeste.

Os palestrantes convidados, Sidney Bressan, professor da Faculdade Mater Dei, Adriana Diniz Baldissera, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e Lúcia Maria Mendonça Santos, representante do Ministério das Cidades, trataram da função social da cidade e da propriedade, expressaram a importância do interesse coletivo e da apropriação privada dos espaços urbanos e qualificaram a inclusão e a justiça social.

Após o ciclo de palestras, três proposições foram encaminhadas à Conferência Estadual, a saber: 1- criar mecanismos que fortaleçam a elaboração de base cadastral (SIG) em municípios com mais de 20 mil habitantes em regiões de divisa de Estados, demarcando, oficialmente e *in loco*, a linha de divisa e materializando sua configuração; 2) elaborar um projeto de saneamento básico, tendo em vista que São Lourenço do Oeste possui um tratamento de esgoto deficiente; e 3) criar o serviço de transporte coletivo urbano, principalmente em regiões periféricas desconexas, onde estão localizadas as indústrias locais.

Dois representantes do poder público e três da sociedade civil, com seus respectivos suplentes, foram eleitos como delegados no intuito de defender as proposições durante a 6ª Conferência Estadual, prevista para março de 2017.

Ainda, em 28 de maio de 2013, o Governo Municipal realizou, no Centro Pastoral, uma importante reunião com a participação dos integrantes da Comissão Provisória, quando foi deliberada a pauta com os assuntos referentes à Instalação do Conselho da Cidade e a realização do I Congresso da Cidade.

À Comissão, formada pelos delegados que participaram da elaboração do Plano Diretor Participativo, coube elaborar os regimentos internos do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste e do I Congresso da Cidade e, ainda, organizar o evento. Todos os assuntos aprovados passaram pela análise dos técnicos do Governo Municipal, que elaboraram uma pré-proposta para cada tema, posteriormente analisada e validada pelos demais integrantes da comissão.

A realização do I Congresso da Cidade e a instalação do Conselho da Cidade orientou-se pelos seguintes documentos: diretrizes do Estatuto das Cidades, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Concidades; e Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, o Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste.

Na reunião foram analisados e validados: o regimento e a identificação visual; o regimento, o cronograma, as mídias de divulgação, a proposta para a coleta de sugestões do I Congresso; e as orientações para a eleição dos conselheiros setoriais e territoriais.

Na sequência, em 18 de junho de 2013, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, no Centro de Eventos, ocorreu o I Congresso da Cidade, promovido pelo Governo Municipal, Câmara de Vereadores e Comissão Provisória do Plano Diretor Participativo. Participaram do evento autoridades e população lourenciana, com o principal objetivo de democratizar a discussão e de acompanhar as políticas voltadas ao desenvolvimento urbano. Consistiu, ainda, na apresentação da proposta para o regimento interno e nos procedimentos para a escolha do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste (Consislo), que integra a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, tem autonomia política e atua em consonância com o que estabelece o Estatuto das Cidades, o Concidades, o Plano Diretor Participativo do Município e demais legislações específicas a cada temática.

Vale destacar que, em 27 de agosto de 2013, o Conselho aprovou a proposta da Resolução Normativa 001, a fim de definir os processos de alteração e de revisão da Lei do Plano Diretor Participativo e a Normativa 002, que regulamenta o processo participativo para as alterações na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012. E, em 19 de setembro de 2013, aprovou a Resolução Normativa nº 003/2013, a qual normatiza os prazos para a alteração da Lei Municipal nº 146, de 12 de dezembro de 2012, o Plano Diretor Participativo.

Por fim, em 09 de dezembro de 2013, o Consislo realizou, no centro comunitário, uma audiência pública, de caráter consultivo e não deliberativo, para analisar as propostas de alterações do Plano Diretor Participativo. O Consislo recebeu 174 sugestões e encaminhou-as à análise dos quatro comitês: planejamento e gestão de solo; trânsito e mobilidade urbana; saneamento básico e meio ambiente; e habitação.

Em razão de todo o movimento acima apresentado, em 14 de fevereiro de 2014, o projeto de alteração do Plano Diretor Participativo foi entregue ao Presidente da Câmara, Walmor José Pederssetti, com o objetivo de buscar a autorização legislativa para promover alterações na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, pois sua aplicação pode trazer entraves ao desenvolvimento do Município.

O projeto de lei foi confeccionado com a colaboração dos conselheiros, retratando os anseios dos cidadãos lourencianos, quando da realização das audiências públicas, e nas reuniões técnicas com engenheiros, arquitetos, imobiliárias, moradores, entidades de classe e com os membros da equipe do Governo Municipal.

A mobilização da sociedade lourenciana foi intensa no sentido de ajustar as inadequações, motivo pelo qual o Prefeito pediu priorização ao projeto, por considerar de extrema relevância e porque a sociedade aguardava pelas alterações propostas.



Figura 582: Audiência pública do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste (Concislo) - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No intuito de fazer mais, de atender as demandas locais, o Executivo deve buscar fontes de recursos diferentes, não depender apenas do aqui existente. Diante disto, o estabelecimento de convênios e a liberação de emendas parlamentares se colocam como possibilidades de ampliar os serviços e de executar ações no Município.

Por estes motivos, no final de 2013, o vice-prefeito Daniel Hippler esteve em Brasília para agilizar a liberação de convênios e de emendas parlamentares a serem investidos na educação e na infraestrutura de São Lourenço do Oeste. Com o deputado João Pizolatti confirmou a liberação de recursos de emenda parlamentar no valor de R\$ 301.500,00, para a pavimentação de parte da Travessa São Pedro e parte da Rua Zeno Germano Etges; no Ministério do Esporte, Daniel solicitou informações acerca do repasse de R\$ 2.000.000,00 para a construção de um espaço destinado à prática de esportes, cultura e lazer, a Praça da Juventude; no gabinete do deputado Décio Lima foi informado da liberação de R\$243.750,00, investidos em reformas nos ginásios dos Bairros São Francisco e Santa Catarina; e, com o deputado Jorginho Mello, confirmou a concessão de R\$ 97.500,00 para a aquisição de um caminhão basculante. Ainda, soube da liberação de: R\$ 254.972,00 para a construção de uma quadra de esportes próxima à EBM. São Francisco; R\$ 116.270,00 destinados à aquisição de mobiliário para a educação; e R\$ 108.925,38 designados à aquisição de equipamentos e de mobiliários instalados na escola do Loteamento Meneguetti IV.



Figura 583: Daniel Hippler, vice-prefeito, buscando convênios nos Ministérios, em Brasília - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Com apenas três convênios, no período de 2013 a 2016, a Municipalidade pode investir mais de seis milhões de reais e aqui cabe fazer uma referência individual: por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), do Governo Federal, em novembro de 2013, o Município recebeu R\$ 2.000.000,00. Parte do recurso foi investido na pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, antiga reivindicação dos moradores. A outra parte destinou-se à pavimentação de parte das Ruas Leoberto Leal e Nereu Ramos. Decorrente do mesmo Programa, de outubro a dezembro de 2013, São Lourenço do Oeste recebeu três máquinas, ou seja, uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão basculante. Outro convênio representativo, no valor de R\$ 1.000.000,00, resultou de emendas parlamentares, investidos em obras e ações nas diversas áreas. Após apresentar um dos projetos aprovados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em novembro de 2013 foi liberado o convênio no valor de R\$ 3.050.000,00. Nesta primeira etapa, o Município recebeu R\$ 804.000,00 para a aquisição de dois caminhões e de um rolo compactador e o restante dos recursos destinou-se à infraestrutura urbana.

Vale lembrar, também, que São Lourenço do Oeste esteve entre os seis primeiros municípios do Estado a se beneficiar com recursos do Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam). O Fundam é um programa do governo de Santa Catarina que investiu R\$ 576.000.000,00 nos 295 municípios. Logo, os recursos, liberados a fundo perdido e sem contrapartida, foram disponibilizados exclusivamente para algumas áreas: infraestrutura e mobilidade urbana; construção e ampliação de prédios nas áreas da educação, saúde e assistência social; construção nas áreas de esporte e lazer; saneamento básico; aquisição de equipamentos, veículos e materiais destinados aos serviços de saúde e educação; e máquinas e equipamentos rodoviários novos.

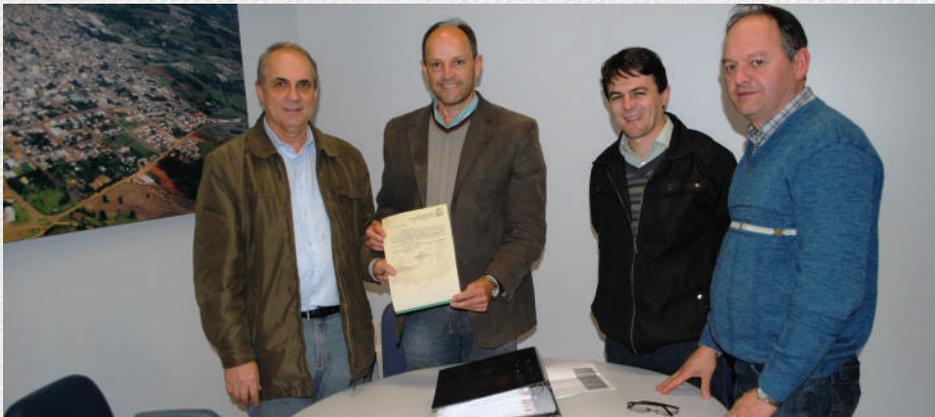


Figura 584: Assinatura de convênio pelo Fundo de Desenvolvimento dos Municípios-SC (Fundam) - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Como em agosto de 2012 os dois candidatos a prefeito de São Lourenço do Oeste, Rafael Caleffi (PMDB) e Geraldino Cardoso (PT) receberam a Cartilha Voz Lourenciana, da Acislo, com 83 sugestões, e assinaram uma carta comprometendo-se com as reivindicações, em julho de 2014, a Associação reuniu a direção da entidade para fazer um balanço das ações realizadas.

Na época, Cardoso disse que a Cartilha complementou o plano de governo em todas as áreas da Administração Pública, pois contemplou muito daquilo que já constava como proposta no plano de governo da coligação. Outras entidades também apresentaram reivindicações e as propostas integraram o plano de governo.

Na avaliação do Executivo, todas as áreas, dentro da capacidade de investimento, estavam sendo contempladas e, para dar conta das demandas, a Municipalidade trabalhava na busca de recursos nos outros entes federados. Cardoso reconheceu que, até meados de 2014, obras físicas foram poucas, contudo, conquistou muitos recursos, pois em execução e com recursos garantidos, somavam R\$ 22.700.000,00.

A Lei nº 2.110, de 21 de agosto de 2013, autorizou o Poder Executivo de São Lourenço do Oeste a permutar e doar bens imóveis ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). São terrenos situados no Bairro Perpétuo Socorro, destinados à nova edificação do Fórum da Comarca, e serão permutados com o atual prédio do fórum.

A Assessoria Técnica da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça expediu parecer informando que somente seria possível a implantação do projeto padrão, contemplando de uma a três varas, se, em São Lourenço do Oeste, fossem disponibilizados terrenos com a metragem necessária.

Quatro lotes de 1.020 m<sup>2</sup> estão destinados à permuta, e parte de outro, com aproximadamente 720 m<sup>2</sup>, será doado pelo Município. Os da permuta são aqueles onde hoje está situado o centro administrativo da Cooperativa Agropecuária de São Lourenço do Oeste (CASLO). Além destes, a Municipalidade doou parte de um quinto lote, a fim de que o Tribunal tenha condições técnicas para a execução do projeto padrão. Porém, na Lei nº 2.087, de 31 de maio de 2013, que autorizou a permuta dos imóveis com a Cooperativa, não constou a transferência do quinto imóvel.



Até final de 2016, a permuta ainda não se concretizou, pois, para isto ocorrer, da mesma forma que no Município, o TJSC precisa da autorização da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Mesmo assim, o Tribunal informou que a construção da nova estrutura está prevista no Plano Plurianual (PPA) e o recurso para a construção do novo prédio gira em torno de R\$ 2.100.000,00.



Figura 585: Terrenos para a permuta com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina - 2013.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No final do mandato, a pavimentação asfáltica da Rua Mario Pagliosa, no Acesso Industrial Sul, está em fase adiantada. A base da pista, com a colocação de rachão e de pedra britada, já está concluída e, na sequência, será colocada a reperfilagem e a capa asfáltica. Pronta esta etapa, virão o passeio público, a ciclovia e a sinalização viária. Nesta obra, os investimentos somaram R\$ 1.739.411,99, sendo que R\$ 382.715,75 referem-se à mão de obra e R\$ 1.356.696,24 ao fornecimento de material, numa área total de 14.002,29 m<sup>2</sup>.

Destacou o prefeito Geraldino Cardoso: “Esta pavimentação asfáltica é uma reivindicação de anos, que beneficiará cidadãos e indústrias, proporcionando melhor mobilidade urbana, maior conforto, qualidade e segurança”.



Figura 586: Pavimentação asfáltica da Rua Mario Pagliosa - 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Ainda no tocante à melhoria das vias, no período de 2013 a 2016, a Municipalidade efetuou 76.140,45 m<sup>2</sup> de pavimentação asfáltica, resultando em um valor de R\$ 5.923.626,90. Já 56.231,37 m<sup>2</sup> receberam pavimentação com pedras irregulares, para os quais o investimento ficou em R\$ 3.203.153,36.

Com o intuito de melhorar o atendimento à população, nas diversas áreas de prestação de serviços, neste mandato, a Municipalidade adquiriu 30 veículos, distribuídos entre carros, caminhões, ônibus, micro-ônibus e ambulância, nos quais foram investidos R\$ 3.266.058,27. Quanto às máquinas e aos equipamentos, adquiriu 25 unidades, quais sejam: motoniveladora, carrocerias de caçamba metálicas e prancha, retroescavadeira, rolos compactadores vibratórios, grampo limpador de solo, arado subsolador fixo, carretas agrícolas, distribuidores de adubo líquido e orgânico, colhedoras de forragem, grade aradora, tratores agrícolas, plantadeira adubo plantio direto, colhedora de forragens e semeadoras arrasto. Para estas aquisições, o Governo Municipal investiu R\$ 1.886.695,90.



Figura 587: Veículos adquiridos pelo Executivo no período 2013- 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 588: Veículos adquiridos pelo Executivo no período 2013- 2016.  
Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste

Outra importante obra municipal em fase de conclusão: o Centro de Comercialização de São Lourenço do Oeste, na Praça da Liberdade, o qual resolverá, definitivamente, o problema da falta de espaço adequado à realização da feira de produtos coloniais e de artesanato.

A ordem de serviço foi assinada em 25 de janeiro de 2016. Para esta construção, de 382,43 m<sup>2</sup>, o investimento fica em R\$ 361.603,05. O projeto prevê 15 boxes de comercialização, sendo 12 destinados à agricultura familiar, 02 à gastronomia e 01 à Associação Lourenciana de Artesãos (ALA), dimensionados e equipados para atender aos comerciantes de forma individual. Ainda, constam banheiros masculino e feminino, com acessibilidade. Todos os ambientes terão lavatório e a área de atendimento estará voltada à varanda coberta, onde o público poderá circular de forma tranquila.

Além de receber os feirantes atuais, o número de expositores e as opções de compra e de venda poderão ser ampliados e, conseqüentemente, trazer maior rentabilidade ao produtor local e ao Município. Atualmente, a feira acontece uma vez por semana, no Centro Esportivo, nos fundos do Ginásio de Esportes do centro. Com a sede própria, a feira acontecerá, no mínimo, duas vezes por semana.



Figura 589: Construção do centro de comercialização agrícola - feira livre - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Atendendo a uma reivindicação antiga do Hospital da Fundação, foi assinada, em 21 de novembro de 2016, a ordem de serviço para a pavimentação asfáltica da Rua Sete de Setembro, trecho entre a Rua Coronel Bertaso e a Avenida Brasil, que dá acesso ao pronto-socorro, colocando-se como prioridade da Administração Municipal.

A área total a ser pavimentada é de 2.217,38 m<sup>2</sup> e o investimento da Administração Municipal será R\$ 196.150,45, compreendendo mão de obra, pavimentação asfáltica sobre o calçamento e recapeamento asfáltico, ambos em concreto betuminoso usinado a quente, drenagem pluvial e sinalização viária. Siliprandi e Zancanaro Construtora Ltda. assumiram a execução da obra, em um prazo de 90 dias, contados a partir da ordem de serviço.

O Executivo de São Lourenço do Oeste encaminhou à Câmara Municipal, em 21.11.2016, um projeto de lei que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Condecon) e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMPDC). O objetivo é instituir o Procon no município.

Vinculado ao gabinete, o órgão será criado a partir das diretrizes constantes na Cartilha de Municipalização dos Procons, disponibilizada pela Secretaria de Estado da

Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina, porém, adaptada à realidade local.

No tocante à estrutura, prevê a criação de um conselho, composto por representantes do poder público e de entidades representativas de fornecedores e consumidores para atuar na formulação de estratégias e diretrizes voltadas à Política Municipal de Defesa do Consumidor. Sendo assim, o Conselho administrará os valores e recursos depositados no Fundo, com o objetivo de prevenir e de reparar danos causados à coletividade de consumidores no âmbito municipal.

A implementação do Procon está prevista para até 180 dias após a publicação da lei, que é um tempo suficiente à adequação da estrutura e, também, para dar ciência de sua implantação a todos os fornecedores e consumidores do Município.

Porém, em atendimento ao determinado no artigo 136, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, por encerramento de mandato, o projeto foi arquivado pela Mesa Diretora em 19 de janeiro de 2017, sob Ato Legislativo nº 01, de 10 de janeiro de 2017.

É importante destacar que o Instituto Cultural de São Lourenço (ICSL) e o Comitê Desportivo Municipal (CDM), ramificações do Executivo, no período em análise, também desenvolveram ações significativas à população lourenciana, principalmente com crianças, adolescentes e jovens.

O ICSL oferece atividades voltadas ao artesanato (biscuit, pintura em tela, pintura em tecido, decoupage e desenho à mão livre), à música (violão, musicalização, acordeon, teclado, cavaquinho, viola caipira, guitarra, violino, bateria, contrabaixo, violoncelo, coral e teoria musical), às artes cênicas (teatro) e à dança (ballet, hip hop, jazz, dança alemã e dança italiana). Entre todas as atividades somam-se aproximadamente 500 alunos atendidos por ano.



Figura 590: Aulas do Instituto Cultural São Lourenço - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Quanto ao CDM, de 2013 a 2016, suas ações voltaram-se à participação das equipes nas seguintes categorias de base: Copa Jupirá de Futebol de Salão, Copa Luigi Patriarcha de Futsal, OLESC, Joguinhos Abertos de Santa Catarina e nos jogos estaduais das categorias sub 13, sub 15 e sub 17.

No futebol de campo, participou da Copa São João de Futebol, que envolveu equipes dos três estados do Sul, e, também, do campeonato da Liga Esportiva Vale do Rio Uruguai, nas categorias sub 13, sub 15 e sub 17. Já nas modalidades de Xadrez e de karatê, o CDM representou São Lourenço do Oeste nos Joguinhos Abertos de Santa Catarina, em outubro de 2016, no município de Caçador (SC).

Além destas competições de base, o CDM também oportuniza a participação das diversas modalidades do esporte lourenciano em competições estaduais e nacionais, envolvendo: futsal adulto no estadual da Liga Catarinense e JASC; bocha e bolão nos Jogos Abertos de Santa Catarina; karatê em diversas competições no Estado e em outros locais; participação nas etapas regional e estadual dos jogos da terceira idade; e suporte à participação das escolas em eventos fora do Município.

Ainda, o CDM promove diversas competições durante o ano: campeonatos municipais de futebol suíço, de futebol de campo amador, de bocha rafa, de bocha 48, fase municipal dos jogos da terceira idade, escolares e JASLO.

Vale ressaltar que, de 2013 a 2016, participaram das escolinhas esportivas do CDM aproximadamente 600 alunos, nas modalidades: futebol de salão e de campo, xadrez e tênis de mesa, além de várias categorias entre 05 a 17 anos. Todas ocorreram no Ginásio Municipal de Esportes Adilso Rogério da Croce, nos campos do Parque Bracatinga, do Instituto Bom de Bola da Parati, e em outros do Município.



Figura 591: Escolinha do Conselho Desportivo Municipal - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Por fim, restando 15 dias para a troca de comando no Poder Executivo, Geraldino Cardoso realizou uma coletiva de imprensa na manhã do dia 19 de dezembro de 2017 para prestar contas. Também entregou uma revista de prestação de contas dos oito setores da Administração Municipal, destacando as principais obras e ações. Disse que, em 2013, ao

assumir o governo, relatou a situação e, agora, repete a ação para dizer como o deixa. “Posso garantir que São Lourenço do Oeste está melhor do que antes”. Quanto ao financeiro, Cardoso afirmou ainda não saber o montante que ficará em caixa para a próxima gestão, pois existem valores vinculados e próprios. Porém, garantiu que tudo estaria organizado e desejou a todos um bom trabalho.

### **15.7 Destaques da sociedade**

O período em análise também foi representativo no tocante às ações diversas da sociedade. Autoridades políticas, civis e estudantes, além de ex-prefeito e ex-vereadores participaram do lançamento do livro “O segredo da política”, de autoria de Daniel Hippler, em uma cerimônia que aconteceu na Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, no dia 09 de abril de 2013.

Na obra, Daniel mostra os bastidores da política, como é a vida de um mandatário, os percalços enfrentados para quem deseja ser candidato. Fala das funções do vereador e das contribuições deixadas de 2009 a 2012, período em que legislou em São Lourenço do Oeste, sendo que atuou como presidente da Câmara no biênio 2009-2010.

Daniel Rodrigo Hippler nasceu em 02 de setembro de 1978, em São Lourenço do Oeste (SC). É filho do empresário do ramo da comunicação, Cirio e de Iris Hippler, e tem dois irmãos, Paulo e Luis. É casado com Kerly Cristina Catani e pai de dois filhos, Gabriel e Eduarda.

Formado em marketing e propaganda, possui MBA em Gestão Pública, é vice-prefeito de São Lourenço do Oeste, período 2013/2016, reeleito para a gestão 2017/2020.

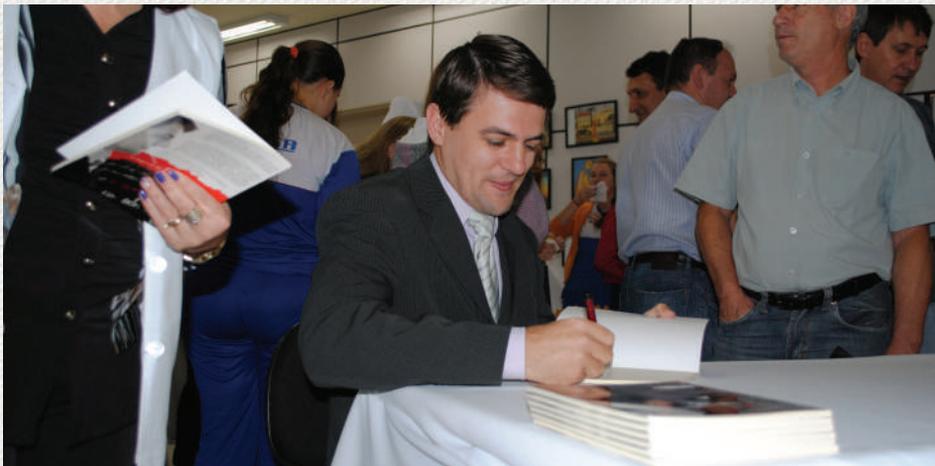


Figura 592: Lançamento do livro “O segredo da política”, de Daniel Hippler - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Além da presença constante do povo residente, visitas de outros locais do Brasil, ou de fora dele, sempre são importantes ao Município, pois disseminam o melhor aqui existente. Dentre elas está a banda Musik Verein Mittelbuch, vinda do município de Bibenach, no Estado de Baden Württemberg, Alemanha, que visitou São Lourenço do

Oeste e aqui fez apresentações musicais, em 12 de março de 2013.

A banda foi recepcionada pelo Executivo e, mais tarde, na Panificadora Milita, por ocasião dos 40 anos da fundação da empresa. Também conheceu um pouco das atrações e da realidade leiteira do Município. Na oportunidade, a lourenciana Ursula Keller, de nacionalidade alemã, entregou livros antigos, com mais de 70 anos, contendo rico repertório de músicas clássicas de compositores alemães.

No mesmo dia, os turistas participaram de um jantar de confraternização na comunidade de Lageado Antunes, regado com a mais pura gastronomia germânica: joelho de porco, porco assado, salame cozido, chucrute, saladas e o tradicional chopp gelado. Logo após, o público participou de um show de músicas autenticamente alemãs.



Figura 593: Banda alemã Musik Verein Mittelbuch, apresentando-se em Lageado Antunes - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A Feira e Amostra Lourenciana (FEAL), também merece destaque no cenário cultural lourenciano. É promovida pela Acislo desde 2012, e tem como proposta principal prestigiar os seus associados. Ocorre no Centro de Eventos de São Lourenço e lá são ocupados espaços internos e externos para exposições diversas. No período em análise, ocorreram a 2<sup>a</sup>, a 3<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> edições, 2013, 2014 e 2016, respectivamente.

De 05 a 08 de setembro de 2013 aconteceu a II FEAL, quando 86 empresas expuseram seus produtos em 100 estandes. Com o sucesso da 1<sup>a</sup> edição, os expositores apostaram ainda mais no evento, por ser uma oportunidade que a indústria, o comércio e a prestação de serviços têm para fomentar seus negócios.

Cerca de 25 mil pessoas visitaram o evento que, além de voltar-se às oportunidades de negócios, trouxe atrações musicais, parque de diversões, exposição de máquinas e equipamentos agrícolas, gastronomia e muito mais. Os shows de Emerson Henrique, Star Beatles e João Chagas Leite integraram a Feira.

A III FEAL, de 05 a 07 de setembro de 2014, contou com 82 estandes internos e 09 externos, praça de alimentação e espaço para os shows. Diego Strada, Adson & Alana, Dener Ferrari, Junior César e Gustavo, Cidadão Quem compuseram a grade de shows desta edição.

Já a 4ª edição, realizada de 7 a 9 de outubro de 2016, reuniu aproximadamente 20 mil pessoas, interessadas em fechar negócios, conferir as tendências do mercado ou simplesmente visitar os amigos expositores. Nos 03 dias do evento foram gerados aproximadamente R\$ 3.000.000,00 em negócios. Além do baixo custo, apenas R\$ 110.000,00, destacou-se, também, a beleza dos estandes e a organização dos expositores. Esta edição contou com o patrocínio do Badesc, do BRDE e do Sicoob Noroeste, além do apoio da Prefeitura de São Lourenço do Oeste.



Figura 594: FEAL - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Aos municípios, sempre é valoroso contar com a presença do governador do Estado. Logo, os motivos das visitas, geralmente, ficam por conta de algum convênio, do lançamento ou da entrega de alguma obra. Não obstante, o governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, iniciou no dia 18 de setembro de 2013, em Chapecó, um roteiro de visitas às SDRs, com o objetivo de falar sobre o “Pacto por SC: prestando contas”. Buscou avaliar as ações realizadas desde janeiro de 2011 e as que estão em andamento ou previstas no Pacto e, além disso, Colombo fez anúncios de investimentos, obras e assinou ordens de serviços.

Em São Lourenço do Oeste ele esteve no dia 19, o terceiro município a receber o governador e sua comitiva, quando assinou repasses financeiros e anunciou recursos provenientes do Fundam. Ainda, ele assinou a ordem de serviço para a repavimentação da Rodovia SC-157, trecho que liga São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul.

Para a repavimentação dos 96 quilômetros da Rodovia SC-157, que liga São Lourenço do Oeste a Chapecó, foram investidos aproximadamente R\$ 140.000.000,00. Os trabalhos compreenderam três lotes, ou seja, São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul; Formosa à ponte do Rio Chapecó; e, desta, ao trevo de acesso a Chapecó.

Além da melhoria das condições de tráfego, a rodovia é fundamental para o desenvolvimento da região, não apenas à questão econômica, mas também à qualidade de vida. Também contribuirá com toda a cadeia produtiva do Paraná, de Santa Catarina e do

Rio Grande do Sul, já que se constituiu em um eixo rodoviário. Um dado relevante, que demonstra a necessidade do investimento: na década de 80, quando a rodovia foi projetada e construída, o fluxo era de, aproximadamente, 900 veículos por dia e, atualmente, são mais de 7.000.



Figura 595: Visita do governador João Raimundo Colombo a São Lourenço do Oeste - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Embora a repavimentação da SC-157 seja a realização de um sonho, o projeto não pode ser executado na íntegra, porque afetaria algumas pessoas residentes nas proximidades da rodovia. Por isto, no dia 12 de outubro de 2013, aproximadamente 50 pessoas estiveram na Câmara de São Lourenço do Oeste para discutir parte do projeto com o secretário de Estado da infraestrutura de Santa Catarina, Valdir Vital Cobalchini. Trataram, especificamente, do trecho de cerca de cinco quilômetros do contorno viário Armindo Echer, ou seja, de executar, ou não, o projeto da SC-157, já que previa a permanência do eixo central da pista e a construção de duas vias marginais.

Os moradores que participaram do encontro não concordavam com a execução desta parte do projeto, pois a maioria das residências e estabelecimentos comerciais lá instalados seria atingida. Uma das propostas era de o Estado trabalhar apenas com a duplicação do eixo que já existe, ou seja, ao invés de seis pistas, seriam apenas quatro.

Após as colocações dos moradores e das lideranças, Cobalchini decidiu suspender temporariamente o início das obras no trecho do contorno e que, em 15 a 20 dias, apresentaria um plano alternativo para atingir o menor número de estabelecimentos e residências possíveis.

Reavaliado o projeto e analisadas as solicitações dos moradores, as modificações no trecho ficaram apenas por conta da duplicação da pista e da construção do elevado, próximo à empresa Nutrisul, acesso à Rua Nereu Ramos. Conseqüentemente, as marginais não foram construídas.



Figura 596: Contorno viário Armindo Echer - 2013.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Ainda no que tange a algumas insatisfações geradas pela revitalização da SC-157, outro grupo também se manifestou e buscou providências aos problemas então gerados. Representantes de empresas instaladas na área industrial de São Paulinho, políticos, Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), Facisc, Acislo, empresa que executou obras na SC-157 e Prosul estiveram reunidos com o secretário da infraestrutura, João Carlos Ecker, no dia 14 de junho de 2014, com o objetivo de discutir a instalação de um trevo de acesso à comunidade de São Paulinho e à área industrial daquele local.

Para este encontro, o objetivo era chegar a uma solução administrativa e amigável, por ser uma obra importante e a oportunidade não poderia ser perdida. Inicialmente, a ideia era de acordo, contudo, houve possibilidade de o Estado desapropriar de forma judicial. Diante das controvérsias, o Deinfra optou em não construir o trevo, motivo pelo qual o projeto da rodovia ficou inalterado na comunidade de São Paulinho.



Figura 597: Trecho da Rodovia SC-157, comunidade de São Paulinho - 2014.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Também os moradores dos Loteamentos Livi e Wolfart protestaram, no dia 19 de maio de 2015, fechando, por meia hora, os dois sentidos da Rodovia SC-157, em São Lourenço do Oeste. Solicitavam maior segurança na via e, principalmente, nos acessos a ambos os bairros.

Esta foi a forma encontrada para chamar a atenção das autoridades competentes, a fim de que fizessem algo em prol dos moradores. Entre os pedidos estavam os redutores de velocidade, as faixas de pedestres e melhor acesso aos Loteamentos. Por padecerem do mesmo problema, os proprietários de empresas que ficam às margens da rodovia também manifestaram apoio à solicitação.



Figura 598: Manifestação dos moradores dos Loteamentos Livi e Wolfart - 2015.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Por fim, a primeira parte da revitalização da Rodovia SC-157, o trecho que liga São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul, foi inaugurada no dia 24 de maio de 2015, com a presença do governador, João Raimundo Colombo, e de lideranças locais, regionais e estaduais, como os prefeitos de São Lourenço do Oeste, Geraldino Cardoso, de Novo Horizonte, Eli Mariot, e de Formosa do Sul, Jorge Comunello. O evento começou no CRA, com os pronunciamentos e continuou no elevador da SC-157, para o descerramento da placa.

Importante ligação com os três estados do Sul, a rodovia está em uma região de crescimento. Para o governador, é uma alegria e uma conquista ter esta rodovia inaugurada, acrescentando: “Hoje em dia é tudo muito difícil, greve, crise, cada vez mais pedidos”, citando como exemplos o Rio Grande do Sul e o Paraná, que não estão honrando suas dívidas. “É muito difícil um governo entregar uma obra de R\$ 80.000.000,00”.

O trecho, executado pela empresa Castellar, passou por restauração da pista, recebeu acostamentos mais largos e nova sinalização, terceira pista nas subidas e alteração de algumas curvas. A revitalização faz parte do programa Pacto por Santa Catarina e, para os 40,3 quilômetros inaugurados, foram investidos R\$ 80.243.920,97.



Figura 599: Inauguração do trecho da SC-157, que liga São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

No dia 29 de janeiro de 2014, em agenda pelo Oeste, o governador João Raimundo Colombo inaugurou a restauração da Rodovia SC-480, trecho que liga o município lourenciano a São Domingos, entregue pelo menos um ano antes do prazo estabelecido no contrato.

Com a revitalização, o trecho de 47 km passou a ter terceira faixa, acostamentos, interseções, tratamento especial nas travessias urbanas, nova sinalização, terraplenagem, drenagem, obras complementares de meio ambiente e maior capacidade de tráfego. A obra, que inicia em São Domingos, passa por Galvão, Jupiá e chega a São Lourenço do Oeste, na divisa com o Paraná, recebeu R\$ 37.700.000,00 de investimentos.

Antes de descerrar a placa, Colombo falou que a recuperação do trecho é importante, pois a produção agrícola da região está crescendo, da mesma maneira o desenvolvimento industrial, e precisa de estrutura para escoamento, constituindo-se em um vetor importante para o desenvolvimento regional.



Figura 600: Inauguração da SC-480, que liga São Lourenço do Oeste a São Domingos - 2014.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Além da matriz, instalada na cidade de São Lourenço do Oeste, a Cooperativa Agropecuária São Lourenço (CASLO), conta com outras sete filiais distribuídas pela região. No mês de julho de 2013, iniciou a execução de um projeto moderno para o recebimento de grãos, na área industrial da comunidade São Paulinho, às margens da SC-157.

O espaço está organizado para o recebimento da safra regional de grãos, especialmente milho e soja. Na época, os investimentos contemplaram a transferência dos silos e a construção nova da casa das máquinas (moegas, secador, tombador e máquinas de pré-limpeza), já que a estrutura de recebimento de grãos era frágil perante a demanda existente. A unidade substituída foi construída há, aproximadamente, 40 anos, a fim de atender aquela realidade.

Com investimento próximo aos R\$ 3.500.000,00, a nova filial tem condições de receber e de secar mais de 20.000 sacas de milho por dia, efetuando, ao mesmo tempo, a descarga de quatro caminhões. Ainda, a existência de um “tombador” (equipamento que inclina o caminhão e faz com que todo o produto seja descarregado pela parte traseira) possibilita a descarga em, no máximo, três minutos.

Mesmo com o recebimento de grãos transferido para a nova filial, em 2016, toda a parte administrativa e o armazém ainda permanecem nas antigas instalações. Futuramente, a pretensão é de que este seja agregado às novas instalações.



Figura 601: Nova estrutura da Cooperativa Agropecuária São Lourenço do Oeste (CASLO), na área industrial de São Paulinho - 2013.

Fonte: Acervo da CASLO.

Cerca de 80 empresários, presidentes das associações que integram o Conselho Diretor da Facisc, reuniram-se no dia 30 de agosto de 2013, em São José, Florianópolis, para a eleição da nova diretoria da entidade, biênio 2013/2015. Ernesto João Reck, atual vice-presidente e empresário lourenciano, foi eleito, em chapa única, para assumir a presidência no lugar de Alaor Francisco Tissot.

Em seu discurso, Reck agradeceu a confiança e a presença de todos, destacando a importância da experiência deixada pelos dirigentes anteriores. Afirmou, ainda, que não faria milagres, mas que mudanças seriam feitas para aprimorar o trabalho. Destacou, também, a importância da aproximação da classe empresarial com os representantes do setor público.

O evento contou com a presença dos secretários de Estado, Valdir Cobalchini e César Grubba, que apresentaram ações de suas pastas e foram indagados pelos empresários. Cobalchini, da Infraestrutura, apresentou alguns resultados do Pacto das Estradas, destacando que traçados serão mudados e duplicados e curvas diminuídas para mudar a atual realidade das rodovias catarinenses.



Figura 602: Ernesto João Reck, presidente da Facisc - 2013.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Orgulhosamente, João Carlos Ecker, lourenciano, foi nomeado, interinamente, em 04 de abril de 2014, como secretário de infraestrutura de Santa Catarina, ocupando, até o início de maio, a vaga do deputado estadual licenciado, Valdir Vital Cobalchini.

Embora estivesse na secretaria há mais de um ano, Ecker coordenou o projeto das obras emergenciais do Estado, em parceria com o Governo Federal, Defesa Civil e Ministério da Integração Nacional e estreitou contatos. Por isto, e por não estar o tempo todo dentro da secretaria, ele confessou não saber de tudo o que ocorria, mas objetivava dar continuidade aos trabalhos e projetos.

Em final de 2014, antes de iniciar o segundo mandato, por convite do governador Colombo, João Carlos Ecker passou a ser o titular da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, acumulando, também, a direção do Deinfra.

Poucas vezes a região teve a oportunidade de contar com representantes em secretarias centrais. A permanência de Carlinhos orgulha a todos os lourencianos, haja vista as possibilidades descortinadas a partir do momento em que assumiu importante função.



Figura 603: João Carlos Ecker, secretário estadual de infraestrutura - 2014.  
Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Em 27 de fevereiro de 2014, 350 agricultores de Jupiá, Campo Erê, Quilombo, Galvão, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e Coronel Freitas participaram da manifestação que começou no centro comunitário da Igreja Matriz e seguiu em passeata até o INSS. Reivindicavam a ampliação da licença maternidade e pediram para que o Governo Federal deixasse as mulheres trabalhadoras por seis, e não apenas quatro meses de licença. Solicitaram, também, melhor atendimento e aumento no número de médicos peritos no INSS de São Lourenço do Oeste, a fim de evitar deslocamentos a Chapecó e a Xaxim. Ainda, os manifestantes entregaram um ofício à Celesc, solicitando melhorias na rede elétrica da região, que muito tem afetado a produção agrícola.



Figura 604: Caminhada dos agricultores até o INSS - 2014.  
Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Em fevereiro de 2015, o Brasil viveu uma das maiores mobilizações da sua história. A paralisação dos caminhoneiros, denominada “Sem caminhão o Brasil para”, que atingiu 14 estados, consistiu no bloqueio às rodovias de maior circulação de veículos de transporte de carga. Na pauta de reivindicações/descontentamentos estavam, principalmente, o baixo valor do frete e a elevação do preço do diesel e dos pedágios.

A “greve dos caminhoneiros”, considerada uma manifestação justa pela maioria da população, contou com o apoio de dimensões variadas da sociedade e com ampla cobertura da imprensa nacional e internacional. São Lourenço do Oeste também apoiou, pois, às 16 horas do dia 25 de fevereiro, a maior parte dos empresários, motivada pela Acislo, mobilizou-se, fechou as portas do comércio e participou do movimento, que já chegava a 12 estados.

De carro ou a pé, os manifestantes uniram-se na SC-157, no trevo que dá acesso a Chapecó. Muitas lideranças, caminhoneiros e agricultores falaram da indignação vivida por conta da situação no Brasil. O ato, que durou cerca de meia hora, contou com o apoio da Polícia Militar Rodoviária e, enquanto isso, a rodovia ficou trancada a todos os veículos.



Figura 605: Paralisação dos caminhoneiros, na Rodovia SC-157 - 2015.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

Vale ressaltar que outra manifestação, com participação de aproximadamente 400 agricultores de alguns municípios da região Noroeste, ocorreu em 26 de julho de 2016, agora para protestar contra a reforma da Previdência Social. Novamente a caminhada foi finalizada na sede do INSS de São Lourenço do Oeste, onde o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), entregou uma pauta reivindicatória.

Entre os pedidos da pauta esteve, novamente, a vinda de um médico perito para o INSS de São Lourenço do Oeste, mas, a maior preocupação ficou por conta do tempo de serviço dos agricultores que, conforme a nova proposta da reforma previdenciária, pode aumentar o tempo de contribuição.

Consta na proposta do Governo Federal que o trabalhador rural chegue até 65 anos - homens e mulheres - para se aposentar. Pela lei atual, os homens se aposentam com 60 anos e as mulheres com 55. No projeto da reforma da Previdência está que a maior parte

do saldo negativo deriva da clientela rural, mas a efetivação da proposta só ocorrerá após a aprovação de Emenda Constitucional (PEC).



Figura 606: Protesto dos agricultores até o INSS - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Assim como em outras cidades do país, centenas de pessoas se reuniram na Praça da Bandeira, em São Lourenço do Oeste, no dia 13 de março de 2016, em prol de um país mais democrático, com ética na política e sem corrupção. De acordo com os organizadores, houve a participação de aproximadamente 500 pessoas, mas, no cálculo da Polícia Militar foram mil. Aqui, o movimento recebeu apoio da Acislo, do grupo São Lourenço Seguro, Fraternidade São Lourenço do Oeste, do Movimento Nacional “Vem pra rua” e da Facisc. A manifestação lourenciana contou com algumas lideranças políticas e de entidades.

Lá, a organização frisou que se tratava de um movimento apolítico, pacífico e ordeiro. Uma carta também foi lida e, em um dos seus trechos, trazia: “O chamado de hoje é para um Brasil ético, justo, próspero e com valores sólidos. E, acima de tudo, por um Brasil unido. Pelo apoio ao juiz Sérgio Moro e à Polícia Federal para que continuem investigando a corrupção no país, em todos os partidos e a todos os políticos”. Após a leitura da carta, o grupo percorreu algumas ruas da cidade e chamou a atenção também pelo uso de faixas, balões e apitos, sempre acompanhado pela Polícia Militar.

O presidente da Acislo, Aldo Luiz Pan, disse que a Associação está a favor do Brasil. “Deixamos bem claro que o posicionamento é apartidário. A gente enxerga o sofrimento das empresas, do comércio e da prestação de serviço. Não dá para continuar assim. Temos que fazer alguma coisa”, lembrando que, como representante do setor empresarial, a entidade não poderia omitir o descontentamento. Pan também disse que é preciso reivindicar e tirar as pessoas que não estão correspondendo nos cargos ocupados. “Quem está lá e pensa em si próprio, não pode comandar o Brasil”. De acordo com ele, a sociedade, de forma geral, perdeu a confiança, e isso reflete em redução de investimentos. “Nós queremos mudança. Uma mudança sadia”.

Ernesto João Reck, presidente da Facisc, disse que a entidade encaminhou, no dia 1º de março, um manifesto a todas as associações empresariais e a todos os associados de Santa Catarina. Segundo ele, o documento demonstra um descontentamento com o atual cenário do país e com os políticos de forma geral. “A Facisc sempre foi apartidária, mas defendemos o país, pois entendemos que é a coisa mais importante para nós, empresários, e sociedade”. Reck explicou que a federação quer mudança. “Para as mudanças acontecerem, não é um partido. Pensamos que todos, em conjunto, poderão fazer a diferença. Claro, cada partido deu sua contribuição negativa para a vivência de hoje. Quem não estiver contente que vá para as ruas e faça o protesto”. Segundo ele, o empresariado e a sociedade estão cansados de bons discursos.



Figura 607: Manifestação coletiva na Praça da Bandeira - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

No dia 17 de março, Jorge Matiotti Neto e Rafel Micheletto ingressaram com ação popular na 1ª Vara Federal de Chapecó, pedindo medida liminar em desfavor de Dilma Vana Rousseff.

No documento, os lourencianos pediram a concessão da medida liminar pleiteada, com a antecipação da tutela pretendida, para determinar a suspensão dos efeitos do decreto publicado na edição extra do Diário Oficial da União de 16 de março de 2016, por meio da qual Dilma nomeou Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Para Matiotti Neto, um dos argumentos usados para o ajuizamento da ação foi o desvio de finalidade. Alegaram os advogados que a nomeação não tem como fim as atribuições institucionais, mas serve para que Lula tenha foro privilegiado. No Brasil, até o fim da tarde do dia 17 de março, existiam 22 ações ajuizadas e, em Santa Catarina, eram

duas, entretanto, uma foi derrubada. “Algumas ações ajuizadas no Brasil têm vinculação partidária, mas a nossa não tem relação com partido”, afirmou Jorge.

Justificaram os argumentos e a ação lembrando que o ex-presidente Lula é alvo de investigações pela denominada Operação Lava-Jato. Tem por objetivo apurar crimes de formação de organização criminosa e contra o sistema financeiro nacional, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro no âmbito da estatal do petróleo, Petrobras, suspeita de uma provável origem ilícita de imóvel tido como de sua propriedade, denominado Sítio Santa Bárbara, localizado na cidade de Atibaia (SP), utilizado frequentemente por ele e sua família e, reformado, segundo denúncias, pelas empreiteiras OAS e Odebrecht, ambas investigadas na referida operação policial, bem como de outros delitos ainda em fase de apuração.

Os moradores do Bairro Santa Catarina estavam preocupados e indignados com a situação do Mirante Panorâmico, idealizado para se tornar um cartão postal da cidade. Inaugurado no dia 20 de dezembro de 2008, o espaço recebeu R\$ 472.399,12 em investimentos, sendo R\$ 100.000,00 do Ministério do Turismo e o restante dos cofres municipais.

Na manhã do dia 31 de março de 2016, alguns moradores acionaram o vereador Agostinho Assis Menegatti para solicitar intervenção do Legislativo. De acordo com o parlamentar, ele e outros colegas da Câmara já fizeram indicações ao Executivo e falaram por diversas vezes da precariedade em que se encontra o local.

O Mirante foi interditado em 27 de novembro de 2014, após a Administração Municipal constatar o estado precário de conservação, comprometendo a segurança dos usuários. O decreto que interditou a visitação teve por base o laudo de vistoria técnica realizada pela equipe de engenheiros da Prefeitura, mostrando a necessidade de uma reforma. Na época, o Executivo deixou claro que a interdição vigoraria por tempo indeterminado até a conclusão das obras de revitalização, conservação e reforma do local.

Entretanto, quando da manifestação dos moradores, o secretário de planejamento e desenvolvimento urbano, Ilvo Ioris, afirmou não haver previsão de investimentos no Mirante Panorâmico.



Figura 608: Mirante Panorâmico - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Também a caminhada em forma de protesto pela falta de segurança no Município foi organizada pelos moradores do Bairro Santa Catarina, no dia 16 de outubro de 2016. Iniciou no trevo do Jovem Vida, na Rua Rio de Janeiro, e seguiu pelas Ruas Ernesto Beuter, Coronel Bertaso, Rui Barbosa, Duque de Caixas e Avenida Brasil, finalizando no Fórum. Além dos moradores, participaram da caminhada a CDL e diversos comerciantes. Recentemente, várias casas foram assaltadas, aumentando o sentimento de revolta contra os órgãos de segurança que, muitas vezes, ficam de mãos atadas por precisarem cumprir a legislação.

Em frente ao Fórum, algumas pessoas realizaram discursos, na tentativa de chamar a atenção das autoridades e, também, as faixas usadas na caminhada foram expostas, a fim de que o Poder Judiciário visualizasse-as na segunda-feira. Ainda, a partir do ato, os moradores pretendiam criar um grupo de vizinhança solidária nas redes sociais como forma de aviso e prevenção.



Figura 609: Protesto pela falta de segurança no Município - 2016.

Fonte: Aervo de Anilson Spricigo.

O movimento separatista “O Sul é o meu país” voltou a ser destaque na mídia nacional. Caracterizado pela autodeterminação dos povos e sem partido político, iniciou em 1992 com o principal objetivo de separar a região do restante do Brasil. Agora, o movimento recebeu forças do Plebisul, realizado no dia 1º de outubro, nos três estados do Sul. Os dados oficiais, divulgados no dia 3 de outubro de 2016 pela Comissão Central Organizadora, apontaram que, dos 616.917 eleitores da região, 95,74% disseram sim à pergunta “Você quer que o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formem um país independente?” e apenas 4,26% dos eleitores disseram “Não”. Ao todo, o Movimento mobilizou cerca de 20.000 ativistas, que trabalharam como voluntários em mais de 500 municípios.

Como resultado, o Paraná registrou os maiores números de rejeição à proposta, mas, mesmo assim, 88,82% dos eleitores optaram pelo “Sim”; em Santa Catarina, 94,63% ;

e o Rio Grande do Sul despontou na aprovação da proposta, com 97,21%.

Em São Lourenço do Oeste, 984 pessoas participaram da votação. Destas, 943 (95,83%) afirmaram ser favoráveis à separação e apenas 41 (4,17%) manifestaram-se contrários. A expectativa era coletar 837 votos, independente de favoráveis ou contrários.



Figura 610: Plebisul - plebiscito 'O Sul é o meu país' - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

A EEB. Sórora Angélica, de São Lourenço do Oeste, foi ocupada em 19 de outubro de 2016, por 20 alunos do ensino médio, que protestavam contra a aprovação da PEC-241 e a MP-746. Eles impediram, por quatro dias, a passagem de alunos e de professores da referida escola, mas também do Centro de Educação de Jovens e Adultos e da EBM. Irmã Cecília, unidades de ensino que compartilham o mesmo espaço.

Um documento emitido pelo juiz, Daniel Victor Gonçalves Emendörfer, em 22 de outubro, informou aos alunos que eles deveriam sair da escola até o dia 24, pois, do contrário, seria aplicada multa de R\$ 500,00 a cada um deles que mantivesse a ocupação e impedisse o ingresso de alunos e de professores. De acordo com o documento, todos têm o direito de expressar sua opinião e defender suas ideias, desde que respeitem o direito dos outros alunos terem aulas. Para o juiz, a ocupação estava impedindo o funcionamento letivo de três escolas.

Depois de um acordo, no domingo, os alunos desocuparam as dependências da escola. Na manhã de segunda-feira tudo estava normal, sem depredações, e o trabalho foi retomado nas três unidades de ensino que funcionam no espaço.



Figura 611: Manifestação dos alunos da EEB. Soror Angélica - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br

O dia 23 de maio de 2014 ficará marcado para sempre como a data do primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo em São Lourenço do Oeste. No início do ano, um casal procurou o Registro Civil de São Lourenço do Oeste, manifestando o interesse no casamento. Com a parte burocrática em andamento, em 23 de abril ocorreu o primeiro edital de proclamas e, em 20 de maio, a homologação do pedido, manifestando concordância dos nubentes Vilamir Teodoro da Silva, 22 anos, e Washington de Oliveira, 34 anos.

Marcos Antônio Chaves, oficial do Registro Civil, de Títulos e Documentos e de Pessoa Jurídica, de São Lourenço do Oeste afirmou que o casamento de pessoas do mesmo sexo gera direitos, formaliza um ato, uma vontade.

O casamento foi mantido em sigilo até a véspera, no intuito de conter alardes. “A certidão de casamento não muda o preconceito na sociedade. Só seremos aceitos na comunidade se pararmos de nos esconder, se assumirmos o que somos, de fato, e devemos viver o nosso amor de cara limpa, sem medo, até porque não há nada de errado nisso. É natural e todos merecem ser felizes”.

Tais direitos constituíram-se a partir do momento em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 2013, por 14 votos a 1, uma resolução obrigando os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e a converter a união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento. Os cartórios não podem, desde então, rejeitar o pedido. Segundo o presidente do CNJ e autor da proposta, Joaquim Barbosa, na época presidente do STF, a resolução veio para efetivar a decisão do Supremo, de maio de 2011, que liberou a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Casamento sempre chama a atenção da sociedade, ainda mais quando é de grande proporção. É o que aconteceu em 23 de julho de 2014, quando 107 casais formalizaram a união em um casamento comunitário, promovido pela Secretaria de Assistência Social de São Lourenço do Oeste, na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, no Centro de

Eventos. Eles ganharam a certidão civil de casamento, a cerimônia, o coquetel e, também, tiveram direito a padrinhos e a alguns convidados.



Figura 612: Casamento coletivo - 2014.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

A partir do ano de 2014, o CTG Amizade Sem Fronteiras, os lourencianos e outros cidadãos passaram a comemorar a Semana Farroupilha de maneira diferente. Para tal, o Acampamento Farroupilha mereceu destaque no mês de setembro dos três últimos anos, no intuito de resgatar o tradicionalismo e a cultura gaúcha.

No primeiro Acampamento, de 16 a 19 de setembro de 2014, o público e as autoridades receberam a cavalgada e a chama farroupilha, que veio de São Sepé (RS). O destaque para a abertura do evento ficou por conta do show com o cantor gaúcho Adelar Bertussi, pois, mesmo com mais de 80 anos, ainda estava em plena atividade, deixando o público encantado com suas canções, bem conhecidas no meio gaúcho. Aristides de Conto e Nélio Goldoni receberam homenagem da patronagem, por iniciarem as atividades do galpão, lá na década de 80.

O segundo evento, de 15 a 18 de setembro de 2015, contou com atrações renomadas do cenário gauchesco e regionalista, como Baitaca & Grupo Fundo da Grota, José Alexandre, Zé Moraes e Grupo Gaiteiro e formatura do curso de dança da Invernada Artística.

Quando da terceira edição, de 13 a 17 de setembro de 2016, o acampamento disponibilizou 24 ranchos, destes, 17 foram vendidos e, os outros, reservados aos patrocinadores. Xirú Missioneiro, Xirú Pompeu/Pedrinho e Pedrozo; Tertúlia - pratos da casa, Ronaldo do Acordeon e Grupo Tropeirismo e Invernada Campeira responsabilizaram-se com os shows e a animação do baile.

Além das atrações supracitadas, todas as edições contaram com apresentações artísticas, danças, declamações, vocal, instrumental e shows gauchescos e nativistas, culinária gaúcha, chimarrão e muita animação. É a cultura do nosso povo sendo revigorada em cada ação do CTG Amizade Sem Fronteiras.



Figura 613: Chama crioula do Acampamento Farroupilha - 2016.  
Fonte: Acervo do portal minutta.com.br



Figura 614: Acampamento Farroupilha - 2016.  
Fonte: Acervo do CTG Amizade sem Fronteiras.

É motivo de orgulho para todos os lourencianos o fato de Anilson Spricigo ter conquistado, em 25 de setembro de 2015, o 3º lugar no 10º Concurso Francisco Beltrão de Literatura, que contou com a participação de poetas de todo o Brasil. O evento teve como objetivo incentivar a produção literária, valorizar e descobrir novos escritores.

Participaram do concurso 109 autores, com 143 trabalhos, divididos em dois gêneros literários: conto e poesia, com temas livres e específicos. Os vencedores são de Francisco Beltrão, Curitiba, Marmeleiro, Pato Branco, Guarapuava, todos paranaenses, de Indaiatuba (SP), e de São Lourenço do Oeste.

Na categoria poesia, tema livre, o lourenciano ficou atrás apenas de um poeta paulista e de uma poetisa paranaense. Para Spricigo, a poesia é a voz da alma que deixa o dia a dia mais leve e mais bonito e ele se sentiu lisonjeado por tocar a sensibilidade dos 12 jurados que escolheram a sua produção como uma das melhores do concurso.

Motivado por esta conquista, o vereador Valmir Luiz Maboni prestou homenagem ao Anilson, por meio de uma Moção de Congratulação aprovada pelos demais vereadores. Para Maboni, é um motivo de orgulho contar com a participação do poeta no concurso, elevando o nome de São Lourenço do Oeste para todo o Brasil.

Para lembrar a luta da entidade na proteção contra a doença que vitima milhares de vidas todos os anos, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço do Oeste instalou um obelisco na Avenida Brasil, em frente à Câmara de Vereadores. Com a participação de autoridades locais, entidades e voluntárias deste grupo de apoio às famílias e aos portadores da doença do câncer, a cerimônia de inauguração aconteceu no dia 23 de abril de 2013.

O objetivo da instalação é lembrar a luta das voluntárias contra essa doença que cresce assustadoramente, além de conclamar e conscientizar as pessoas acerca das medidas preventivas, das possibilidades de tratamento e da cura do câncer.

Fundada em 23 de junho de 2004, a Rede Feminina mantém-se com doações e com recursos repassados pelo Governo Municipal.



Figura 615: Inauguração do obelisco da Rede Feminina de Combate ao Câncer - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

E a AMNoroeste, entidade representativa para a região, também desenvolveu ações que envolveram o meio político, mas com desdobramentos sociais significativos. Uma delas ficou por conta do lançamento do programa de fiscalização “Com Nota Fiscal, Vai Legal”, a fim de desencorajar a circulação de mercadorias sem documentação fiscal, de incrementar

valor adicionado, de reduzir a sonegação fiscal, além de ações socioeducacionais voltadas à área fiscal. O programa foi instituído pela AMVali, ao lado da AMPlanorte, em 2010, com a adesão da AMUnesc, em 2011, e da AMERios, em 2012, e, em 2013, aqui adotado com o decisivo apoio da Secretaria de Estado da Fazenda e foi oportunizado aos 295 municípios do Estado de Santa Catarina.

Ainda, em 13 de agosto de 2013, no encontro regional sobre gestão pública municipal, a AMNoroeste discutiu a situação econômica dos municípios, debateu as perspectivas do movimento municipalista e apresentou ferramentas para auxiliar a gestão. Este evento esteve direcionado aos prefeitos, vice-prefeitos, secretários e servidores municipais da região.

No encontro, que resultou de parceria entre a FECAM e as Associações de Municípios, foram abordados assuntos como: tributação municipal e saúde fiscal dos municípios, com a participação do promotor de justiça, Murilo Casemiro Mattos, do Centro de Apoio da Ordem Tributária do Ministério Público, e, ainda, licitação e contratos, lei de acesso à informação, saneamento básico e assistência social.

Também por convocação da AMNoroeste, em parceria com a FECAM, em 10 de julho de 2014, realizou-se, em São Lourenço do Oeste, o encontro com os Colegiados Regionais de Cultura da AMNoroeste, da AMERios e da AMOSC. Teve por objetivo discutir e orientar os municípios do Oeste catarinense em relação à situação burocrática para a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), além dos mecanismos de estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura. A palestrante foi Rea Silvia, ex-consultora da Unesco e do Ministério da Cultura-MinC.

Um dos assuntos trabalhados no encontro direcionou-se à legislação pertinente à criação dos Sistemas Municipais de Cultura e seus componentes obrigatórios - Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Financiamento à Cultura, os quais devem ser instituídos a partir da adesão.

Outra ação significativa da AMNoroeste, lá em 2014, contemplou todos os municípios da Associação com audiências públicas para trabalhar a conscientização da emissão da nota fiscal do produtor rural. Em São Lourenço do Oeste, elas ocorreram também nas sedes dos distritos.

Os eventos de São Lourenço do Oeste contaram com a participação do prefeito e presidente da Associação, Geraldino Cardoso, do promotor de justiça, Eraldo Antunes, da analista da fazenda estadual, Alice Terezinha Bieger, secretário municipal de agricultura e aquicultura, Idalino Bampi, coordenador do colegiado do bloco do produtor rural da AMNoroeste, Alvaro Molon, servidores do bloco do produtor rural e agricultores.

A partir da realização das audiências públicas houve evolução do registro da produção leiteira, em quantidade e valor, decorrente da emissão da nota de produtor rural, nos municípios da AMNoroeste, no período 2009 a 2013. Em São Lourenço do Oeste, essa evolução foi gigantesca, pois, em 2009, produzia 10.482.451 litros de leite, gerando R\$ 6.466.884,94. Após as audiências públicas, resultou em 27.410.680 de litros, em 2013, e um volume de recursos de R\$ 27.181.183,83.

Levantamentos realizados pelo promotor Eraldo Antunes mostram que o valor alcançado pelo registro do leite em nota de produtor rural nos seis municípios da AMNoroeste no ano de 2009 foi de RS 22.476.951,23, porém, em 2013, o montante registrado saltou para R\$ 75.344.582,32, ou seja, um aumento de R\$ 52.867.631,09. Estas constatações demonstram a necessidade de conscientizar os agricultores, a fim de que o

Poder Público retribua em ações à sociedade.



Figura 616: Audiência pública para a exposição dos dados do movimento econômico agrícola de São Lourenço do Oeste - 2014.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Também o Conseg, de São Lourenço do Oeste, repassou, em setembro de 2016, recursos e acessórios a alguns órgãos de segurança pública.

A Polícia Civil recebeu um jogo de saca-pino, no valor de R\$ 120,31, e um jogo com dez peças de limas, no valor de R\$ 126,87, com o objetivo de contribuir com a conservação dos armamentos dos policiais. A Receita Federal doou novas câmeras à Polícia Militar Rodoviária, para serem instaladas no entorno do batalhão, às margens da Rodovia SC-157. Esta instalação teve subsídio do Conseg, no valor de R\$ 1.023,00.

Ainda, em outubro de 2016, o Conselho destinou R\$ 18.441,32 à Polícia Civil, valor emanado pelo Poder Judiciário. Parte dele, R\$ 10.941,32, destinado à compra de duas submetralhadoras para a Divisão de Investigação Criminal de Fronteira (DICFron), de São Lourenço do Oeste. O valor foi depositado na conta do Fundo de Melhorias da Polícia Civil (FUNPC), e atendeu a uma reivindicação antiga. Os R\$ 7.500,00 restantes destinaram-se à compra de um cão de faro, um Pastor Belga Malinois, que está sob os cuidados dos agentes responsáveis pelo Canil de Fronteira da Polícia Civil.

São Lourenço do Oeste foi contemplado com as operações do Exército Brasileiro, a Agata 7, em 2013, e Ágata 8, em 2014. Ambas integram o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com países sul-americanos. Os militares realizam operações táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais e garimpo.

O Comandante da operação 2013 muito elogiou o povo lourenciano, pela hospitalidade e respeito com que recebeu os soldados do Exército Brasileiro. Na oportunidade, o Capitão do Valle e o Tenente Renan Vieira Monroe entregaram um certificado de reconhecimento ao apoio prestado durante a Operação Ágata 7 em SLO, ao secretário da Junta de Serviço Militar, Marcelo Gobi e ao secretário municipal de administração, Lauri Alberto Centenaro.

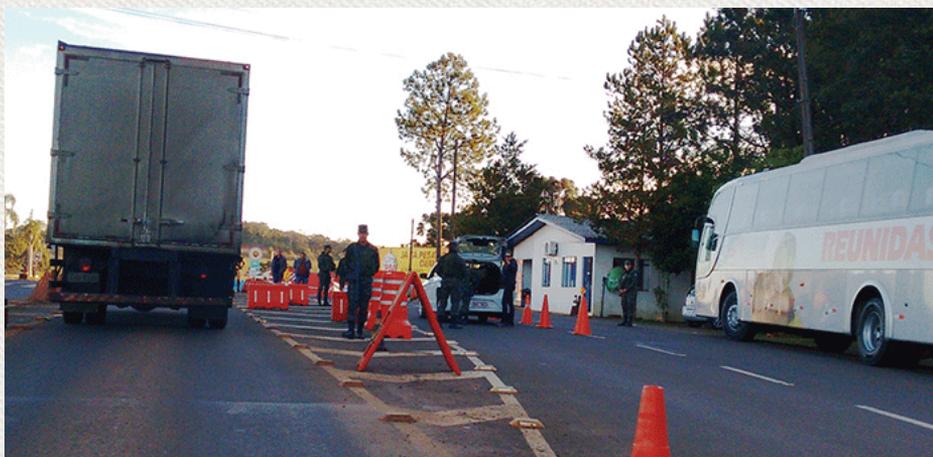


Figura 617: Operação Ágata - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Dentre tantas mortes ocorridas no período em análise, duas delas marcaram significativamente, justamente pela atuação histórica, nas esferas pública e privada, dos senhores Sabino Santin e Angelo Fantin.

Santin nasceu em Barão do Cotegipe, na época pertencente ao município de Erechim (RS), no dia 23 de janeiro de 1930. Em 30 de janeiro de 1954 casou-se com Delézia e, no dia 01 de junho de 1958, o casal mudou-se para a próspera cidade de São Lourenço do Oeste, onde, juntamente com os cunhados Martins e Albino Sordi, fundaram o Avenida Hotel. Morreu em 15 de março de 2013, aos 83 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos.

Com seus trabalhos comunitários e empresariais, Santin destacou-se como: vice-presidente do CRA, durante a construção da nova sede; um dos fundadores da CNEC, aqui instalada em 1966; primeiro presidente da APP da extinta EEB. São Lourenço; fundador e sócio da empresa de calçados Grenal; fundador e sócio da Móveis Colibri, hoje Danadel; e membro fundador do Bela Vista Clube de Campo.

Todos os trabalhos supracitados valeram-lhe uma base sólida e grande reconhecimento da comunidade, elegendo-o prefeito de São Lourenço do Oeste, gestão 1973 a 1977, tendo como vice Elizeu Alencastro Rezzieri.

Um fato que orgulhava Sabino era de ter ajudado o Tenente Rocha na criação do sistema de estacionamento da cidade, um legado que ficará para a posteridade. Também se destacou como grande realizador e homem público e, durante seu mandato, incentivou a criação de escolas e melhorias no ensino público municipal. Como Prefeito, era acessível, e sempre dava atenção aos que o procuravam.

Santin deixou a viúva Delezia Santin, o filho de adoção, Sejanés Paulinho Santin, a filha adotada, Adilene Camello, que, com 10 anos passou a residir com o casal para cuidar de Sejanés, e a neta Kelli.

A Municipalidade decretou luto oficial por três dias, em homenagem aos relevantes serviços por Santin prestados à sociedade lourenciana.



Figura 618: Ex-prefeito Sabino Santin - 2000  
Fonte: Acervo da família Santin

Também com grande tristeza a comunidade lourenciana recebeu, em 30 de outubro de 2015, a notícia da morte do senhor Angelo Fantin, ocorrida em Florianópolis, aos 87 anos, vitimado por um AVC hemorrágico.

Nascido em Vicenza, Itália, em 1927, Fantin formou-se agrimensor, e, aos 22 anos, emigrou para o Brasil em busca de uma nova vida, pois a Europa vivia o drama do pós-guerra e não oferecia perspectiva.

No Brasil, iniciou sua jornada de empreendedor, marcada pela coragem e por muito trabalho. Escolheu São Lourenço do Oeste como o lugar para construir o seu futuro. Casou-se com Ida Libardoni e construíram uma história de sucesso e contribuíram com o desenvolvimento do Município e da região Oeste de Santa Catarina.

Desenvolveu seus talentos empreendedores e fundou a empresa Parati entre outras iniciativas empresariais e sociais. Com seu perfil ético, fundado nos valores do trabalho, da seriedade e da justiça, construiu as bases de uma empresa que se projetou para o Brasil e para o mundo. Ainda, o seu Angelo, carinhosamente tratado pelos lourencianos, foi vice-prefeito de São Lourenço do Oeste de 1993 a 1996.

Fantin deixou a esposa, Ida Libardoni Fantin, 6 filhos, 14 netos e 2 bisnetos.

Inegável é que personalidade, empreendedorismo e trabalho marcaram a vida de Angelo Fantin. E para contribuir com suas marcas na sociedade, grande parte disto ficou registrado no livro “Angelo Fantin - A força do caráter”, obra “feita a seis corações”, no dizer de Mariza Fatin, uma de suas filhas. Trata-se da biografia do empresário lourenciano, que começou a ser escrita enquanto ele estava vivo.

Na noite do dia 01 de julho de 2016, durante o Prêmio Empreendedor do Ano da Acislo, Mariza fez a entrega de um exemplar do livro à entidade. Para a filha, o pai morreu em parte, pois continua vivo nas atitudes e nas lembranças das pessoas.

Uma das maneiras encontradas pela família é a disponibilização gratuita às bibliotecas, aos amigos da família, aos colaboradores, às autoridades e aos empresários. Assim, a força do caráter de Angelo Fantin continuará viva e impulsionará ações significativas para a sociedade, assim como ele procedeu em todos os seus dias.



Figura 619: Ex-vice-prefeito Angelo Fantin - 2005  
Fonte: Acervo da família Fantin

No dia 9 de julho de 2015, a pedido do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), a Justiça determinou a intervenção no cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Processos da Comarca de São Lourenço do Oeste. A liminar designou uma interventora para ocupar a função do oficial de cartório Sérgio Luiz Janczeski e de sua esposa, a escritã do cartório, Jurema Janczeski.

A decisão da Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste previa o afastamento dos funcionários por atos de improbidade administrativa, o que desencadeou o procedimento preparatório instaurado pela Promotoria de Justiça de São Lourenço do Oeste e o fechamento do cartório no período de 26 e 30 de junho.

Anteriormente, o Núcleo Imobiliário São Lourenço do Oeste (NISLO), reuniu-se com o promotor, a fim de relatar algumas dificuldades e a preocupação com o andamento dos trabalhos.

Ante os fatos, a Acislo convidou o promotor Eraldo Antunes e a interventora, que ocupa agora a função do oficial, Taise Leal, para, em 13 de julho, explicarem a situação. A autoridade solicitou paciência e disse que, em breve, o cartório passaria por mudanças importantes, de funcionários à estrutura física. Apontou, também, que, recentemente, o cartório lourenciano mudou de endereço, para um prédio ainda em construção, sem alvará da prefeitura, nem a vistoria dos bombeiros e já com infiltrações, não atendendo as prerrogativas legais.

Embora a situação relatada tenha causado desconfortos significativos à população, teve aspectos positivos, pois contribuiu para regularizá-la. Oportuno se torna dizer que, a partir de 01 de novembro de 2016, as atividades cartorárias estão divididas, antes unificadas em um só espaço. O Cartório de Registro de Imóveis está instalado na Travessa São Pedro e o Cartório de Notas e Protestos, na Avenida Brasil. A responsabilidade do primeiro é de Taise Leal, enquanto que o segundo é de Sônia Zillio. Ambos atendem aos municípios de São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e Jupia. Com a separação há a possibilidade de atender adequadamente a todos que necessitam dos importantes serviços prestados por estas instituições.

No período de 2013 a 2016, a AMNoroeste realizou conferências representativas para todos os municípios de sua abrangência. São elas:

A I Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil da AMNoroeste ocorreu em 25 de fevereiro de 2014, com o intuito de promover a participação, o controle social, e a integração das políticas públicas, tendo em vista os novos paradigmas para a proteção de Defesa Civil. Participaram do evento prefeitos, lideranças e técnicos dos municípios que compõem e Associação. Contou com palestra envolvendo os novos paradigmas para a proteção e a Defesa Civil, proferida pelo major Fabiano de Souza, diretor de prevenção mitigação e reparação de desastres da Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Após o ciclo de palestras foram apontadas três proposições para serem encaminhadas à Conferência Estadual da Defesa Civil ocorrida em Lages (SC), no mês de março de 2014: 1) criar mecanismos que fortaleçam a elaboração de base cadastral em municípios com mais de 20.000 habitantes nas regiões de divisa de Estados, demarcando, oficialmente, a linha de divisa e materializando sua configuração *in loco*; 2) elaborar um projeto de saneamento básico, tendo em vista que São Lourenço do Oeste possui um tratamento de esgoto deficiente; e 3) criar o serviço de transporte coletivo urbano, principalmente em regiões periféricas desconexas, onde estão localizadas as indústrias locais.

No dia 26 de junho de 2015, representantes de diversos setores do poder público dos municípios de Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino e São Lourenço do Oeste e da sociedade civil organizada, reuniram-se na sede da AMNoroeste, quando da II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Conferência abordou o tema comida de verdade no campo e na cidade e foi presidida pelo palestrante mestre Carlos Eduardo Arns, que coordenou as discussões dos três eixos propostos: 1- comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; 2 - estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional; e 3- aperfeiçoamento e aplicação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade. Além destas discussões, foram eleitos os delegados que participarão da Conferência Estadual que acontecerá, em Florianópolis.



Figura 620: Conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) - 2015.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Por fim, a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 13 de julho de 2015, objetivou mobilizar o sistema de garantia de direitos e a população em geral para a implementação e monitoramento da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Na ocasião foram eleitos delegados e suplentes para defender as propostas na Conferência Estadual, nos dias 27 e 28 de agosto, em Florianópolis.

São Lourenço do Oeste foi contemplado com um aparelho de mamografia, doado pela Receita Federal, em 2013. Estabelecido um Termo de Cessão de Uso com o Hospital da Fundação, a Municipalidade ficou encarregada de fazer a instalação e as manutenções do mamógrafo, um investimento de R\$ 50.900,00.

Esta ação constitui-se em possibilidades de as mulheres da região acessarem ao exame sem se deslocarem para outros locais. Serão 100 procedimentos mensais em convênio com o SUS, divididos entre os sete municípios da AMNoroeste, respeitando a ordem *per capita*. Além disso, o mamógrafo atenderá convênios e particulares. Quanto ao número de exames mensais, por município, assim ficou distribuído: São Lourenço do Oeste - 48; Campo Erê - 20; Galvão - 8; Novo Horizonte - 7; São Bernardino - 6; Coronel Martins - 6; e Jupiá - 5.

A inauguração do mamógrafo ocorreu no dia 19 de junho de 2015, com a presença de prefeitos e secretários municipais de saúde da AMNoroeste.



Figura 621: Aparelho de mamografia instalado no Hospital da Fundação - 2013.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Seguidamente, os hospitais da região têm gerado debates e conclamado a sociedade e o Poder Público para a continuidade da prestação de seus serviços. Uma reunião realizou-se em 12 de agosto de 2015, na sede da AMNoroeste, com o objetivo de discutir alternativas para que os hospitais de Campo Erê e de São Lourenço do Oeste não encerrem suas atividades. Participaram da reunião prefeitos, secretários municipais de saúde, contadores e jurídicos dos municípios em questão, e ainda, secretário de desenvolvimento regional, gerência de saúde da SDR e direção do Hospital da Fundação. A luta das autoridades é

para tornar os hospitais de atendimento microrregional.

Na oportunidade foi criada uma comissão para estudar as alternativas apresentadas na reunião, focando, principalmente, no levantamento dos custos operacionais dos hospitais, e, ainda, na viabilização de recursos com os municípios, além da proposta da criação de uma fundação ou associação para geri-los.

No dia 29 de janeiro de 2016, a Fundação Hospitalar São Lourenço realizou, no auditório do Sicoob Noroeste, a assembleia geral ordinária de prestação de contas e o sorteio da ação entre amigos em prol da entidade hospitalar.

O financeiro do hospital fechou o ano de 2015 com saldo negativo. Mesmo beneficiado com emendas parlamentares, os recursos delas provenientes são para a aquisição de equipamentos e de aparelhos e não entram no custeio. Neste ano, a entidade fechou com um déficit de R\$ 67.494,12, resultado de uma receita de R\$ 2.505.929,03 e de despesas de R\$ 2.568.079,82.

Quanto à ação entre amigos, foram vendidos 1.069 blocos, o que representa 5.349 cartelas. Isso representou uma arrecadação de R\$ 267.450,00. Descontando as despesas decorrentes da confecção de blocos, da premiação e da divulgação, a entidade lucrou R\$ 223.523,73. Este valor contribuiu para que, em 2016, o Hospital da Fundação desenvolvesse suas ações com um pouco mais de tranquilidade.

Já no mês abril de 2016, o Hospital da Fundação recebeu R\$ 200.000,00, advindos de duas emendas parlamentares, que integraram o caixa para o custeio das atividades, sendo uma de R\$ 150.000,00, de autoria do deputado Valdir Cobalchini (PMDB), e, a outra, de R\$ 50.000,00, do deputado Valmir Comin (PP).

Na avaliação de Cobalchini, o Estado precisa fazer um esforço maior e, a pedido da direção do Hospital, propôs-se a viabilizar uma audiência com o governador do Estado.

O recurso veio para ajudar no custeio, ou seja, nos gastos diários, o que é deveras significativo a uma instituição que atende a saúde básica dos municípios próximos a São Lourenço do Oeste.



Figura 622: Anúncio de liberação de recursos advindos de emendas parlamentares ao Hospital da Fundação - 2016.

Fonte: Acrervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Em forma de protesto pela falta de repasse de recursos, principalmente para o custeio das atividades, no dia 29 de junho de 2015, toda a equipe do Hospital da Fundação de São Lourenço do Oeste paralisou as atividades por meia hora. Com o lema “Acesso a saúde: o meu direito é um dever do governo”, a ação objetivou chamar a atenção para o problema e conscientizar todas as lideranças políticas de que o setor passa por dificuldades. Constataram como as principais reivindicações: mais recursos do incentivo de adesão à contratualização e o reajuste na tabela do SUS.

Para Moresco, diretor do Hospital, a paralisação foi uma maneira de chamar a atenção das autoridades para que percebam a real situação da entidade. O setor sofre há anos e, com o apoio da comunidade, as atividades são realizadas.

Eraldo Antunes, promotor da Comarca de São Lourenço do Oeste e curador da Fundação Hospitalar, também participou da paralisação. Segundo ele, a entidade é filantrópica e, assim como todas no país, está enfrentando dificuldades, pois não pode estabelecer preços aos serviços prestados. “Há situações e procedimentos em que o hospital gasta R\$ 100,00 e recebe R\$ 65,00 do SUS”.

Argumentou o promotor que o grande problema está na esfera federal, pois, desde novembro de 2013, não havia repassado o valor da contratualização de R\$ 39.000,00 mensais. Por vezes, o déficit do hospital é de R\$ 20.000,00 mensais, o que pode acarretar em encerramento das atividades e em prejuízo social a todos os municípios da região.

Neste dia, todas as atividades foram paralisadas por alguns momentos, mas sem a intenção de prejudicar os usuários.



Figura 623: Manifestação dos funcionários e de autoridades em favor do Hospital da Fundação - 2016.

Fonte: Acervo do portal [minutta.com.br](http://minutta.com.br)

Com 35 votos favoráveis e nenhum contrário, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou, em 25 de outubro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 01/2016, que amplia de 12% para 15%, num período de três anos, o percentual mínimo do orçamento estadual a ser aplicado na saúde.

Consta na Lei que o Estado investirá, no mínimo, 13% de seu orçamento em 2017, 14% em 2018, e 15% em 2019. Com a aprovação da PEC, em 2017, a saúde de Santa

Catarina terá um incremento de R\$ 100.000.000,00. Em 2019, o valor saltará para R\$ 340.000.000,00.

A PEC da Saúde resulta de uma mobilização de entidades ligadas à saúde pública e das Casas de Leis. A Acanor, por meio da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), mobilizou seus associados e cada Câmara aprovou um decreto, transformado na PEC da Saúde. A Associação liderou na aprovação dos decretos e na entrega dos documentos à Uvesc, que os repassou à ALESC, em 2015. Na sequência, outras associações fizeram os mesmos encaminhamentos.

Ação diferenciada e chamativa foi desencadeada pelas escolas da rede municipal de ensino, em maio de 2016, quando se mobilizaram em campanha a favor do Hospital do Câncer, de Pato Branco, com o objetivo de arrecadar fundos para a aquisição de equipamentos e maior agilidade ao atendimento. O trabalho, que envolveu diretores, secretários, professores, alunos e pais para a venda de pastéis e de crepes, rendeu R\$ 16.185,10.

Além de buscar recursos, a campanha objetivou criar consciência acerca da prevenção e da participação em ações sociais.



Figura 624: Campanha das escolas municipais em favor do Hospital do Câncer, de Pato Branco - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Na sessão do dia 6 de julho de 2016, a corte do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina aprovou, por unanimidade, que a Diretoria de Controle dos Municípios adotasse providências, inclusive auditoria, inspeção e diligências, se necessárias, à apuração dos fatos apontados como irregulares relacionados à 5ª Efaíslo, realizada de 12 a 15 de novembro de 2015.

Conforme o relator do processo no TCE-SC, Julio Garcia, trata-se de uma representação contra a prefeitura de São Lourenço do Oeste, pois nos autos constam supostas irregularidades na realização do evento. A diretoria técnica identificou-as e, em seu relatório de instrução, optou pelo reconhecimento da representação e acolhimento parcial.

O processo resulta de uma representação feita no dia 6 de novembro de 2015 na

Promotora de São Lourenço do Oeste, por iniciativa dos vereadores Agustinho Assis Menegati, Dásio Miguel Franz e Edilso Paulo Ranzan, da bancada do PSDB, e Alex Cleidir Tardetti e Marlice Perazoli, da bancada do PMDB.

Na época, sem revelar o conteúdo total do documento, os vereadores afirmaram que informações preliminares apontavam para graves problemas relacionados a prejuízo ao erário, bem como superfaturamento dos shows. Com a realização da feira, eles previam um dano superior a R\$ 1.000.000,00.

Pela primeira vez São Lourenço do Oeste sediou o encontro anual do clero da Diocese de Chapecó, chamado presbitério, no período de 01 a 03 de agosto de 2016, reunindo cerca de 70 padres, três irmãs e religiosos.

Segundo Dom Odelir José Magri, bispo da Diocese de Chapecó, o encontro teve três momentos: um dia de convivência e a confraternização, realizado sempre em agosto para comemorar o Dia do Padre (dia 4); um dia específico de formação, sendo que, em São Lourenço do Oeste, foi conduzido por uma assessoria do Rio de Janeiro; e, o último dia do encontro, repasse de orientações práticas.

O pároco da Igreja Matriz São Lourenço Mártir, Valdir Fontana, disse que o evento demonstrou a importância da igreja e suas contribuições à sociedade. Segundo ele, por ser uma instituição organizada, ela controla, questiona, enfrenta e orienta.

Na formação dirigida aos padres, religiosos e irmãs, conduzida pela professora de teologia e sexóloga, Maria Joaquina, os direcionamentos buscaram ajudar o clero a refletir acerca da última encíclica do Papa Francisco, na qual fala da alegria do amor e coloca a questão da família como importante e urgente às igrejas e à sociedade. Entre as suas abordagens esteve bem forte a organização atual da instituição familiar e a necessidade de mais diálogo, contribuindo para a sua manutenção.



Figura 625: Encontro anual do clero da Diocese de Chapecó, em São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo do portal [www.tivinet.com.br](http://www.tivinet.com.br)

Inesperadamente, a sociedade recebeu a notícia de que a empresa Parati foi vendida a estrangeiros. Isto ocorreu quando os acionistas da Ritmo Investimentos S/A, holding controladora das empresas Parati, Pádua e Afical, comunicaram, em outubro de 2016, a assinatura de um acordo para a venda de 100% de seu capital para a Kellogg Company,

empresa líder mundial de cereais e segunda maior produtora de biscoitos, cookies e snacks salgados do mundo. A aquisição, feita pela subsidiária Pringles Serviços e Comércio de Alimentos Ltda., está sujeita ao cumprimento de algumas condições, incluindo aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com uma equipe de 3.200 colaboradores, 78.000 m<sup>2</sup> de área construída e 47 linhas de produção, as empresas pertencentes a Ritmo Investimentos produziam e vendiam em torno de 100.000 t de alimentos por ano. Entre as marcas mais conhecidas pelo consumidor estão trink, hot cracker, minueto, zoo cartoon, pádua, bom de bola, radkau, granofibra, flay gourmet e joker. Atualmente são mais de 150 produtos fabricados e comercializados pelo grupo, entre biscoitos doces e salgados, aperitivos, barra de cereais, cereais matinais, refrescos, além de linha de caldos, macarrão e panetones.

A trajetória da Ritmo Investimentos começou em 1972, quando Angelo Fantin criou uma empresa na esperança de empregar pessoas e aumentar a renda regional. Assim nasceu a Parati, a primeira empresa do grupo. Com um histórico de crescimento e de desenvolvimento sustentável, cumpriu sua missão inicial e, hoje, é a maior empregadora de São Lourenço do Oeste.

Dentro de seu plano de expansão, em 1998 deu início às atividades da Pádua Ltda. Sediada em Santa Maria (RS), a empresa produz refresco em pó, balas e gomas de mascar. Em 2013, como estratégia de expandir seus negócios de forma mais acelerada nas regiões Norte e Nordeste, a Ritmo Investimentos adquiriu a Afical, empresa de beneficiamento de mel e produtora de biscoitos.

Mais de quatro décadas de tradição garantem a fabricação de produtos de alta qualidade, já consagrados no mercado. Detentora de mais de 100 títulos de “Excelência” nas convenções dos supermercadistas, o grupo Parati tem uma história de crescimento sólido e sustentável, baseado na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e processos de fabricação.



Figura 626: Vista aérea da empresa Parati - 2016.

Fonte: Acervo da empresa Parati.

Embora os Poderes Legislativo e Executivo de São Lourenço do Oeste tenham feito um trabalho ágil para contemplar a construção do novo Fórum da Comarca no Plano Plurianual (PPA) de 2012/2015, o início dos projetos ficou previsto para o segundo semestre de 2016 e o envio do material completo à licitação para o primeiro semestre de 2018. Ainda, que o PPA 2016/2019 abarcou os projetos não iniciados no PPA 2012/2015 e, no ranking técnico, a nova edificação da Comarca de São Lourenço do Oeste estaria em 5º lugar, sendo, portanto, contemplada até 2019.

Sabendo da prorrogação do prazo para o início da obra, no dia 17 de junho de 2016, no Fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste, representantes de entidades e órgãos municipais discutiram a formação de uma comitiva para cobrar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a antecipação da construção da nova sede.

Avalizaram a ação, encabeçada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de Chapecó: Daniel Victor Gonçalves Emendörfer, juiz de direito do foro; Eraldo Antunes, promotor de justiça; Roger Rasador Oliveira, defensor público; Geraldino Cardoso, prefeito; Edu Antonio Borges, presidente da Câmara de Vereadores; Aldo Luiz Pan, presidente da Acislo; e Marcelo Marins, delegado. Após a reunião, a Câmara de São Lourenço do Oeste, sensível à causa, aprovou uma moção de apoio à mobilização.

Indiscutivelmente, outra grande conquista para São Lourenço do Oeste veio com a somatória de forças, pois a 2ª Promotoria de Justiça de São Lourenço do Oeste foi inaugurada no dia 07 de novembro de 2016. Comandada pelo promotor Eraldo Antunes, a atuação ocorrerá nas áreas cível, família, sucessões, registros públicos, fazenda pública, infância e juventude, moralidade administrativa, meio ambiente, consumidor, curadoria do terceiro setor, controle de constitucionalidade e, também, nos procedimentos correicionais e administrativos da direção do foro.



Figura 627: Instalação da 2ª Promotoria da Justiça de São Lourenço do Oeste - 2016.

Fonte: Acervo da prefeitura de São Lourenço do Oeste.

Numa iniciativa da imprensa, abraçada pelas entidades de classe, órgãos públicos e de segurança, foi realizada a Caminhada Cidade Segura, na tarde de 21 de novembro. A ação buscou chamar a atenção das autoridades competentes, principalmente do Estado,

por mais segurança pública em São Lourenço do Oeste e, por extensão, aos municípios da região Noroeste.

Representantes dos municípios de Galvão e de Novo Horizonte também fizeram-se presentes. Acislo e CDL compareceram com colaboradores e associados e parte do comércio apoiou a caminhada fechando suas portas. Munidos de cartazes e faixas, os participantes demonstraram a sua insatisfação para com a falta de segurança ou o sentimento de insegurança dos últimos tempos. Também participaram três agentes penitenciários da Unidade Prisional Avançada (UPA), de São José do Cedro (SC). Veículos de comunicação e redes sociais serão utilizados para que a população acompanhe os próximos passos e contribua com as atividades.

Por fim, o secretário executivo da ADR São Lourenço, Walmor José Pederssetti, o secretário de Estado da infraestrutura, João Carlos Ecker, e o prefeito de São Lourenço do Oeste, Geraldino Cardoso, assinaram, na primeira semana de dezembro, um Termo de Cooperação para o Estado prosseguir com o estudo de viabilidade para a implantação do Contorno Leste no Município.

Com sete quilômetros, aproximadamente, o contorno começará nas proximidades do Laticínio Lorenzo e seguirá por traz da empresa Parati. Aproximadamente um quilômetro, jurisdicionado pelo Paraná, permitirá a ligação com a SC-157. A obra de Santa Catarina seguirá próximo à Avenida Brasil e se constituirá no anel viário do município.

Cerca de R\$ 400 mil serão investidos nesta etapa e R\$ 15 milhões estão previstos no Plano Plurianual (PPA). Seguramente, a obra projetará São Lourenço do Oeste para o futuro.

### **15.8 Outras informações relevantes**

Diferentemente dos outros capítulos, em que a composição da legislatura e do mandato seguintes compôs a primeira explanação, neste convém explicitar os resultados das eleições municipais de 2016, no intuito de já estabelecer um vínculo com os Poderes do próximo período.

Em 02 de outubro de 2016, o povo lourenciano foi às urnas e escolheu os Poderes Executivo e Legislativo, período 2017-2020. Para o pleito, assim compuseram-se as coligações:

Rafael Caleffi (PMDB) e Daniel Rodrigo Hippler (PP) - Coligação Renova São Lourenço (PMDB/PP/PTB/PRB/PR/PSC), eleitos com 6.036 votos (41,11%);

Tomé Francisco Etges e Nivaldo Luiz Lazaron (ambos PSDB) - Coligação Experiência, Trabalho e Compromisso (PSDB/PSD), 4.847 votos (33,01%);

Geraldino Cardoso e Adirlei Carlos Santian (ambos PT) - Coligação A mudança Continua, contaram com 3.800 votos (25,88%).

No Tribunal Superior Eleitoral de Santa Catarina (2016) consta que, nesta eleição, São Lourenço do Oeste contava com 17.759 eleitores aptos, destes, foram computados 14.683 votos válidos (95,52%), 688 votos (4,48%) brancos e nulos e 2.388 abstenções (13,45%).



Figura 628: Prefeito Rafael Caleffi e vice-prefeito Daniel Rodrigo Hippler, eleitos para o período 2017/2020.

Fonte: Acervo da Coligação Renova São Lourenço.

Os legisladores eleitos para o período são:

Agustinho Assis Menegatti (PSDB) - 889 votos  
Alex Tardetti (PMDB) - 832 votos  
Marlice Vilani Perazoli (PMDB) - 743 votos  
Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira (PSDB) - 642 votos  
José Deon (PSDB) - 495 votos  
Adilson Sperança (PP) - 418 votos  
Celso Bessegatto (PT) - 402 votos  
Alexandro Ferrari (PT) - 394 votos  
Dasio Franz (PSDB) - 374 votos



Figura 629: Vereadores eleitos para o período 2017/2020.

Fonte: Acervo das coligações partidárias.

Quanto às suplências, observadas as coligações para vereadores, o número assim se constitui: PP/PR/PRB/PSC, 14; PT/DEM, 16; PMDB/PTB, 12; e PSBD/PSB, 14 suplentes.

Mesmo sem estar no poder, o Executivo eleito fez vários encaminhamentos no intervalo entre as eleições e a posse, no intuito de alinhar o trabalho para o início do governo. Quando do Encontro de Novos Gestores, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), de 7 a 9 de novembro de 2016, em Brasília, o prefeito eleito de São Lourenço do Oeste, Rafael Caleffi (PMDB), acompanhado do vice-prefeito, Daniel Rodrigo Hippler (PP), e do vereador Alex Tardetti (PMDB), estiveram com o ministro da saúde, Ricardo Barros. O principal objetivo da reunião foi pedir a instalação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas para São Lourenço do Oeste, sendo esta uma das promessas de campanha.

Ainda, Caleffi e Hippler trataram da situação do Hospital da Fundação, que tem recursos a receber do Governo Federal, resultantes de uma contratualização de serviços.

Na continuidade do planejamento, o Executivo eleito reuniu-se com a comissão responsável pela Carta de Reivindicações da Acislo, em 21 de novembro. Também estiveram no encontro Aldo Pan e Márcio Nierotka, presidente e vice-presidente da entidade.

Ainda, na noite do mesmo dia, Caleffi e Hippler participaram da reunião da diretoria da Acislo e explanaram um pouco a transição do governo. Caleffi ressaltou que o compromisso maior é diminuir a folha de pagamento e o número de pessoal, além de rever alguns contratos, demandando trabalho contínuo. Frisou a formação do Conselho Político e que ex-presidentes da entidade dele farão parte, ativamente.

Cabe destacar que a última sessão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina do ano, em 15 de dezembro de 2016, foi marcada pela aprovação, em turno único, da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017, que tramita sob a forma do projeto de lei.

Na comissão de Finanças e Tributação, a LOA já havia recebido 129 emendas, sendo que 125 direcionam-se ao atendimento das demandas levantadas durante as audiências públicas do orçamento regionalizado deste ano, em ações que incluem, principalmente, obras de infraestrutura viária e melhorias na assistência hospitalar dos municípios.

De acordo com a listagem de emendas aprovadas na LOA, a regional de São Lourenço do Oeste aparece com três pedidos apresentados quando da realização das audiências públicas do orçamento regionalizado: reformar, equipar e ampliar o Hospital da Fundação; reabilitar a SC-305, trecho entre Campo Erê e São Lourenço do Oeste; e construir a Unidade Prisional Avançada (UPA). Em 2017, cada uma das emendas será contemplada com R\$ 100 mil.

A equipe administrativa da Prefeitura assim se compôs para o período de 2013 a 2016:

- Secretaria Municipal de Saúde: Sérgio Hentz, de 01 de janeiro de 2013 a 30 de dezembro de 2016; Lauri Alberto Centenaro, de 03 de fevereiro a 04 de março de 2014 (cumulativamente); e Idalice Andreoli, de 05 de setembro a 04 de outubro de 2016;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura: Idalino Bampi, 01 de janeiro

de 2013 a 31 de março de 2015; Josemar Marcos Bett, de 01 de abril de 2015 a 30 de dezembro de 2016; e Jacson de Macedo, de 05 de setembro a 04 de outubro de 2016;

- Secretaria Municipal de Educação: Lúcia Iliane da Costa, de 01 de janeiro de 2013 a 01 de abril de 2016, e de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2016; Lauri Alberto Centenaro, janeiro de 2014 (cumulativamente); e Claudiomiro da Silva, de 04 de abril a 05 de outubro de 2016;

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Lauri Alberto Centenaro, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2016; Jucimar José Garbin, de 01 de agosto a 31 de agosto de 2016 (cumulativamente); e Reinaldo Francisco Guerra Junior, 01 de setembro a 31 de dezembro de 2016;

- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Ilvo Gabriel Ioris, de 01 de janeiro de 2013 a 01 de abril de 2016; e Jucimar José Garbin, de 04 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016;

- Secretaria Municipal de Assistência Social: Lauri Alberto Centenaro, janeiro de 2013 (cumulativamente); Irma Terezinha Isoton, de 01 de fevereiro de 2013 a 01 de janeiro de 2016; Josemar Marcos Bett, de 17 a 31 de agosto de 2015, janeiro de 2016, e de 04 de agosto a 04 de setembro de 2016 (cumulativamente); Ediane Terezinha Gobatto Brunetto, de 01 de fevereiro a 03 de agosto de 2016; Jucimar José Garbin, de 05 de setembro a 05 de outubro de 2016, (cumulativamente); e Adirlei Carlos Santian, de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2016;

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Rogério Silvio Peres, de 14 de outubro a 14 de dezembro de 2016;

- Instituto Cultural São Lourenço: Altamir Lemes da Rosa, de 05 de fevereiro de 2013 a 01 de abril de 2016; Lauri Alberto Centenaro, de 16 de dezembro de 2015 a 25 de janeiro de 2016; e Everton Luiz Lovera, desde 02 de abril de 2016; e

- Comitê Desportivo Municipal: Adirlei Carlos Santian, de 01 de março de 2013 a 01 de abril de 2016; e Marcelo Neri Guidini, desde 06 de abril de 2016.

Os juizes que atuaram na Comarca foram: Erica Lourenço de Lima Ferreira, André Luiz Bianchi, João Bastos Nazarenos dos Anjos, Frederico Andrade Siegel, Kledson Gewehr, Vanessa Bonetti Haupenthal, Sirlene Daniela Puhl e Daniel Victor Gonçalves Emendörfer; os promotores de justiça: Eduardo Sens Dos Santos, Eraldo Antunes, Felipe Nery Alberti de Almeida, Marcionei Mendes, Luísa Zuardi Niencheski e Renata de Souza Lima; delegado regional de polícia, Carlos Augusto de Andrade Morbini; delegado de polícia da Comarca, Marcelo Marins; e delegado de proteção à criança, adolescente, mulher e idoso, Henrique Valadão.

Para o período, a equipe administrativa da Câmara de Vereadores ficou assim constituída: Éderson Hermann, secretário executivo, desde 01 de março de 1994; Daniela Cristina Puerari, assistente administrativo e legislativo, desde 01 de fevereiro de 1997; Jorge Matiotti Neto, assessor jurídico, de 24 de janeiro de 2011 a 02 de fevereiro de 2015; Eder Fernando Votri, contador, desde fevereiro de 2012; Kelly Suzana Spenassato, auxiliar administrativo e parlamentar, desde maio de 2008; Juliana Novais Meneguetti, serviços gerais, de setembro de 2007 a julho de 2015; e Marlene de Fátima Ayres Bauermann, serviços gerais, desde agosto de 2016.

Estes são os valores orçados e arrecadados para o período:

Ano	Valores orçados	Valores arrecadados
2013	R\$ 53.442.322,32	R\$ 52.921.117,77
2014	R\$ 53.820.832,00	R\$ 56.710.580,37
2015	R\$ 55.980.000,00	R\$ 59.959.869,16
2016	R\$ 61.850.000,00	R\$ 66.460.279,89
Total	R\$ 225.093.154,32	R\$ 236.051.847,19



Figura 630: Devolução de recursos do Legislativo ao Executivo - 2015.

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

E estes são os valores orçados para a Câmara de Vereadores e devolvidos ao Executivo:

Ano	Valores orçados	Valores devolvidos
2013	R\$ 1.520.000,00	R\$ 261.781,58
2014	R\$ 1.570.000,00	R\$ 246.903,87
2015	R\$ 1.648.500,00	R\$ 437.626,40
2016	R\$ 1.730.925,00	R\$ 439.923,68
Total	R\$ 6.469.425,00	R\$ 1.386.235,53

### 15.9 Conclusão

O último capítulo sintetizou parte das memórias recentes de São Lourenço do Oeste, período 2013/2016. E elas, por vezes muito boas e, por outras, nem tanto, ficam aqui registradas, na escrita e em fotografias, no intuito de contribuir com as gerações

futuras, seja para consulta ou apenas para reconhecimento de vivências e de ações que as antecederam. Ainda, a compilação identifica as ações públicas presentes que, em futuro próximo ou distanciado, servirão para comparar e, quem sabe, exigir atuações mais significativas de um ou outro setor.

Uma das principais funções do Legislativo é fiscalizar as ações e os investimentos feitos pelo Executivo. Para que isto aconteça da melhor maneira, buscam os vereadores ampararem-se em legislações já existentes ou, na inexistência delas, outras são criadas. Tanto é que, no período em análise, foram aprovadas 245 leis ordinárias, 45 leis complementares, 27 decretos legislativos e 08 resoluções, totalizando 317 legislações.

Número expressivo e impressionante é o referente às empresas registradas na Prefeitura, criadas e/ou reabertas no período, pois, nada mais, nada menos que 780, compreendidas entre grandes, médias, pequenas e individuais. Por este dado já é possível perceber que o Município tem atrativos e confirma o empreendedorismo da sua população.

No tocante às ações, a leitura possibilita identificar que a educação esteve em pauta por várias vezes, seja em relação à remuneração dos profissionais ou, então, aos investimentos feitos pela Municipalidade, a fim de atribuir melhor qualidade na oferta dos serviços prestados. Por isto, o Executivo já é merecedor de reconhecimento, haja vista a necessidade de investir na área, para que os sujeitos possam atuar, nas diferentes dimensões da vida, desde a mais tenra idade, com humanidade, principalmente, e com conhecimento. Educação e ensino escolar não se faz apenas por/com amor, ou seja, para que ela aconteça é necessário aplicar dinheiro, no mínimo, como estabelece a legislação.

Também merece destaque a perfuração dos poços artesianos nas comunidades. A quem diariamente usufrui desta benesse talvez não a considere de tanta importância. Porém, é possível pensar qualidade de vida com acesso limitado à água, um dos maiores benefícios da natureza e complementar a todos os seres humanos? Indubitável é que tais investimentos financeiros não são os maiores da gestão, mas o são em valorização do ser humano.

Às pontuações acima se somam tantas outras importantes do período, como a atuação da Câmara Mirim, por exemplo, pois, em cada atividade, em cada sessão, está formando líderes que, em breve, atuarão em diferentes espaços da sociedade. Quiçá todas as Câmaras de Vereadores do Brasil tivessem a visão holística da nossa e investissem na formação dos adolescentes. Certamente, em pouco tempo, as abordagens relacionadas à política, principalmente, seriam diferentes das hoje divulgadas.

Convém ressaltar que lacunas são bem perceptíveis e que demandam determinação e ação por parte do Poder Público Municipal e Estadual e, também, da sociedade, como é o caso da construção da UPA.

Neste movimento, de conquistas, de precauções e até de recuos, São Lourenço do Oeste construiu mais quatro anos da sua história. Como não será mais possível vivê-la, este capítulo contribui para identificá-la em nossas memórias.

## CONCLUSÃO

Talvez o termo conclusão aqui colocado atenda mais a critérios metodológicos do que ao contexto, até porque a obra tem como base o resgate histórico de São Lourenço do Oeste. E a história está em constante construção, em cada ação desenvolvida pelo ser humano, por isso, inconclusa, sem possibilidade de encerramento.

Do vivido até o momento, é possível afirmar que, em cada capítulo, está a vida de muitas pessoas, principalmente lourencianas. Tanto que as inserções identificam para além de períodos legislativos e executivos, ou seja, são ações planejadas em favor do desenvolvimento integral de uma sociedade, advindas, ou não, do Poder Público.

Na apreciação das minúcias, percebe-se que São Lourenço do Oeste não progrediu de maneira linear, mas teve oscilações, comprovadas pela maior ou menor materialidade dos capítulos. Entretanto, tudo precisa ser analisado a partir do contexto de cada época representada, tornando evidente que as possibilidades de oferta de serviços públicos ampliaram significativamente a partir do último decênio do século XX.

Vale lembrar que as conquistas do passado, para alguns, podem parecer pequenas. Porém, os registros demonstram a grandiosidade do trabalho de outras gerações diante de um espaço em que a mata e a lavoura predominavam e poucas famílias aqui residiam. E, de ano a ano, de mandato a mandato, tudo precisou ser construído, como demonstram os 58 anos aqui detalhados. As ações do Poder Público e da sociedade organizada entraram em cena e, coletivamente, foram responsáveis para tornar São Lourenço do Oeste representativo em Santa Catarina e no Brasil, mas muito mais para quem optou por aqui viver, mesmo consciente das suas limitações.

De modo geral, a história do Município resulta de muito trabalho, de planejamento, de perspectivas, de conflitos, mas também de empreendedorismo. Muito está e muito ainda será construído pelos diferentes atores sociais nos próximos períodos históricos, com seus registros e seus avanços. Mas é sobremaneira importante ressaltar que, deles, todos os lourencianos fazem parte, independente de ocuparem, ou não, funções públicas, e são responsáveis pelo presente e pelos legados deixados às próximas gerações.

Em suma, SÃO LOURENÇO DO OESTE EM MEMÓRIAS é um meio pelo qual a Câmara de Vereadores deixa a sua contribuição e possibilita à população reviver aspectos significativos da história local e também regional. Evidente é que muito mais teria para ser acrescentado, mas um grande passo foi dado no momento, e este poderá servir para outros, quem sabe, num futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.** Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandato de segurança. Presidência da República: [Brasília - DF], [1951]. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1951/1533.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

BRASIL. **Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País. Presidência da República: [Brasília - DF], [1956]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2976-28-novembro-1956-355101-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 25, de 02 de julho de 1975.** Estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de vereadores. Presidência da República: [Brasília - DF], [1975]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp25.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp25.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982.** Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal. Presidência da República: [Brasília - DF], [1982]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_ anterior1988/emc22-82.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_ anterior1988/emc22-82.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República: [Brasília - DF], [1990]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 04 ago. 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República: [Brasília - DF], [1993]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994.** Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações, e dá outras providências. Presidência da República: [Brasília - DF], [1994]. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8883.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República:

[Brasília - DF], [2000]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.** Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais. Presidência da República: [Brasília - DF], [2009]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc58.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc58.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 62, de 09 de dezembro de 2009.** Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Presidência da República: [Brasília - DF], [2009]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc62.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc62.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2008.

CHAPECÓ. Câmara de Vereadores. **Requerimento.** Solicitar que seja criado o Distrito de São Lourenço. Chapecó, 1951.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei.** Fica criado o 20º Distrito do município de Chapecó, com a denominação de São Lourenço. Chapecó, 1951.

FOLADOR, João David. **História de São Lourenço do Oeste e do Oeste Catarinense.** São Lourenço do Oeste: Tipografia Cruzeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. **História de Campo Erê.** São Lourenço do Oeste: Tipografia Cruzeiro. 1991.

FUNDAÇÃO IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística - Serviço Nacional de Recenseamento. **Censo Demográfico de 1960:** Santa Catarina. VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, v. 1, Tomo XV, 2ª parte, [1960].

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Estatística - Departamento de Censos. **Censo Demográfico:** Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral 1970, Série Regional, v. 1, Tomo XX. Rio de Janeiro - GB: IBGE, 1973.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1991:** Santa Catarina. Censo Demográfico: Rio de Janeiro, IBGE, 1991. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_SC.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_SC.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2008.  
<http://www.minutta.com.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico.** Rio de Janeiro, IBGE, v. 7, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Contagem da população: 2007/IBGE**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LAZZAROTTO, Ivo Maria. **50 anos da Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças**. São Lourenço do Oeste: Gráfica e Editora Cruzeiro Ltda, 2002.

NOVO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Novo Horizonte: a história contada por sua gente**. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2006.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa - Coordenadoria de Documentação. **Lei nº 22, de 14 de novembro de 1947**. Organiza os municípios. Palácio do Governo: [Florianópolis - SC], [1947]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 13 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 987, de 16 de novembro de 1953**. Modifica o artigo 36, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 22, de 14 de novembro de 1947). Palácio do Governo: [Florianópolis - SC], [1953]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 13 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei Promulgada nº 348, de 21 de junho de 1958**. Altera a divisão territorial do Estado. Palácio da Assembleia Legislativa do Estado: [Florianópolis - SC], [1958]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 13 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.436, de 18 de outubro de 1960**. Altera a divisão judiciária do Estado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 13 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.613, de 02 de janeiro de 1961**. Cria comarcas e dá providências. Palácio do Governo: [Florianópolis - SC], [1961]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 16 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 721, de 06 de junho de 1961**. Inclui no plano rodoviário do Estado dois trechos de estrada. Palácio da Assembleia Legislativa do Estado: [Florianópolis - SC], [1961]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 14 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.854, de 30 de setembro de 1961**. Autoriza a aquisição de uma área de terra, por doação, no município de São Lourenço d'Oeste. Palácio do Governo: [Florianópolis - SC], [1961]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 14 maio 2008.

SANTA CATARINA. **Lei nº 5.402, de 30 de setembro de 1977**. Altera denominação de distrito. Palácio do Governo: [Florianópolis - SC], [1977]. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 21 maio 2008.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** primórdios. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 1ª legislatura 1959-1962. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 2ª legislatura 1963-1966. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 3ª legislatura 1966-1969. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 4ª legislatura 1970-1972. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 5ª legislatura 1973-1976. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 6ª legislatura 1977-1982. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 7ª legislatura 1983-1988. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 8ª legislatura 1989-1992. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 9ª legislatura 1993-1996. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 10ª legislatura 1997-2000. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 11ª legislatura 2001-2004. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 12ª legislatura 2005-2008. São Lourenço do Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 13ª legislatura 2009-2012. São Lourenço do Oeste, 2012.

\_\_\_\_\_. **Acervo de Memória Câmara de Vereadores:** 14ª legislatura 2013-2016. São Lourenço do Oeste, 2016.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Atas do plenário:** 28/08/1995

a 18/12/1995. São Lourenço do Oeste, [1996].

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Atas do plenário:** 22/01/1996 a 24/06/1996. São Lourenço do Oeste, [1997].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:**24/06/1996 a 18/12/1996. São Lourenço do Oeste, [1997].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:**10/01/1997 a 26/10/1997. São Lourenço do Oeste, [1998].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 04/08/1997 a 02/03/1998. São Lourenço do Oeste, [1999].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 09/03/1998 a 31/08/1998. São Lourenço do Oeste, [1999].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 03/09/1998 a 18/03/1999. São Lourenço do Oeste, [2000].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 22/03/1999 a 07/10/1999. São Lourenço do Oeste, [2000].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 14/10/1999 a 05/06/2000. São Lourenço do Oeste, [2001].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 08/06/2000 a 16/04/2001. São Lourenço do Oeste, [2002].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 19/04/2001 a 08/10/2001. São Lourenço do Oeste, [2002].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 15/10/2001 a 06/05/2002. São Lourenço do Oeste, [2003].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 13/05/2002 a 11/11/2002. São Lourenço do Oeste, [2003].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 02/06/2003 a 24/11/2003. São Lourenço do Oeste, [2004].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 01/12/2003 a 23/08/2004. São Lourenço do Oeste, [2005].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 26/08/2004 a 22/12/2004. São Lourenço do Oeste, [2005].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 01/01/2005 a 08/08/2005. São Lourenço do Oeste, [2006].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 15/08/2005 a 19/12/2005. São Lourenço do Oeste, [2006].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 21/12/2005 a 05/06/2006. São Lourenço do Oeste, [2007].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 08/06/2006 a 23/10/2006. São Lourenço do Oeste, [2007].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 30/10/2006 a 09/05/2007. São Lourenço do Oeste, [2008].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 14/05/2007 a 15/10/2007. São Lourenço do Oeste, [2008].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário:** 17/10/2007 a 19/05/2008. São Lourenço do Oeste, [2009].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Atas do plenário: 26/05/2008 a 16/02/2009.** São Lourenço do Oeste, [2010].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 16/02/2009 a 26/06/2009.** São Lourenço do Oeste, [2010].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 22/06/2009 a 19/10/2009.** São Lourenço do Oeste, [2010].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 20/10/2009 a 26/10/2010.** São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 08/03/2010 a 18/06/2010.** São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 21/06/2010 a 22/11/2010.** São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 29/11/2010 a 27/04/2011.** São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 27/04/2011 a 11/08/2011.** São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 22/08/2011 a 20/12/2011.** São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 2012.** São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Atas do plenário: 2012.** São Lourenço do Oeste, [2012].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Decretos 1978 a 1988.** São Lourenço do Oeste, [1989].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Decretos 1989 a 1992.** São Lourenço do Oeste, [1993].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Decretos 1993 a 1996.** São Lourenço do Oeste, [1997].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Decretos 1997 a 2000.** São Lourenço do Oeste, [2001].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Decretos 1978 a 1988.**

\_\_\_\_\_. **Leis 1959 a 1962.** São Lourenço do Oeste, [1963].

\_\_\_\_\_. **Leis 1963 a 1967.** São Lourenço do Oeste, [1968].

\_\_\_\_\_. **Leis 1968 a 1971.** São Lourenço do Oeste, [1972].

\_\_\_\_\_. **Leis 1972 a 1974.** São Lourenço do Oeste, [1975].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Leis 1975 a 1978.** São

Lourenço do Oeste, [1979].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1979/1980.** São Lourenço do Oeste, [1981].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1981/1982.** São Lourenço do Oeste, [1983].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1983/1984.** São Lourenço do Oeste, [1985].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1985.** São Lourenço do Oeste, [1986].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1986/1987.** São Lourenço do Oeste, [1988].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1988.** São Lourenço do Oeste, [1989].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1989/1990.** São Lourenço do Oeste, [1991].

\_\_\_\_\_. **Leis 1991.** São Lourenço do Oeste, [1992].

\_\_\_\_\_. **Leis 1992.** São Lourenço do Oeste, [1993].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1993/1994.** São Lourenço do Oeste, [1995].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1995.** São Lourenço do Oeste, [1996].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1996/1997.** São Lourenço do Oeste, [1998].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1997/1998.** São Lourenço do Oeste, [1999].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 1998/1999.** São Lourenço do Oeste, [2000].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 2000.** São Lourenço do Oeste, [2001].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 2001.** São Lourenço do Oeste, [2002].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 2002.** São Lourenço do Oeste, [2003].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 2003.** São Lourenço do Oeste, [2004].

\_\_\_\_\_. **Leis Ordinárias 2004.** São Lourenço do Oeste, [2005].

\_\_\_\_\_. **Leis 2005.** São Lourenço do Oeste, [2006].

\_\_\_\_\_. **Leis 2006.** São Lourenço do Oeste, [2007].

\_\_\_\_\_. **Leis 2007.** São Lourenço do Oeste, [2008].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Leis 2008**. São Lourenço do Oeste, [2009].

\_\_\_\_\_. **Leis 2009**. São Lourenço do Oeste, [2010].

\_\_\_\_\_. **Leis 2010**. São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Leis - jan. a jun./2011**. São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Leis - jul. a dez./2011**. São Lourenço do Oeste, [2012].

\_\_\_\_\_. **Leis 2012**. São Lourenço do Oeste, [2013].

\_\_\_\_\_. **Leis Complementares 1991 a 2000**. São Lourenço do Oeste, [2001].

\_\_\_\_\_. **Leis Complementares 2001 a 2005**. São Lourenço do Oeste, [2006].

\_\_\_\_\_. **Leis Complementares 2006 a 2007**. São Lourenço do Oeste, [2008].

\_\_\_\_\_. **Leis Complementares 2008 a 2010**. São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Leis Complementares 2011 a 2013**. São Lourenço do Oeste, [2014].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Livro de atas n° 01**: período 31/01/59 a 08/05/60. São Lourenço do Oeste, [1959-1960].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 02**: período 02/08/60 a 06/11/62. São Lourenço do Oeste, [1960-1962].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 03**: período 07/11/62 a 29/05/63. São Lourenço do Oeste, [1962-1963].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 04**: período 05/06/63 a 18/11/64. São Lourenço do Oeste, [1963-1964].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 05**: período 02/02/65 a 12/02/67. São Lourenço do Oeste, [1965-1967].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 06**: período 15/02/67 a 24/02/69. São Lourenço do Oeste, [1967-1969].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 07**: período 04/03/69 a 11/05/71. São Lourenço do Oeste, [1969-1971].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas n° 08**: período 13/05/71 a 06/05/75. São Lourenço do Oeste, [1971-1975].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Livro de atas nº 09:** período 05/06/75 a 18/11/77. São Lourenço do Oeste, [1975-1977].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 10:** período 08/11/77 a 16/11/79. São Lourenço do Oeste, [1977-1979].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 11:** período 27/11/79 a 10/08/81. São Lourenço do Oeste, [1979-1981].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 12:** período 13/08/81 a 13/10/83. São Lourenço do Oeste, [1981-1983].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 13:** período 10/83 a 118/09/84. São Lourenço do Oeste, [1983-1984].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 14:** período 09/84 a 08/85. São Lourenço do Oeste, [1984-1985].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 15:** período 19/09/85 a 19/06/86. São Lourenço do Oeste, [1985-1986].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 16:** período 19/06/86 a 29/10/87. São Lourenço do Oeste, [1986-1987].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 17:** período 10/87 a 03/88. São Lourenço do Oeste, [1987-1988].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 18:** período 03/88 a 02/89. São Lourenço do Oeste, [1988-1989].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 19:** período 09/02/89 a 05/09/89. São Lourenço do Oeste, [1989].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 20:** período 12/09/89 a 06/03/90. São Lourenço do Oeste, [1989-1990].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 21:** período 06/03/90 a 16/04/91. São Lourenço do Oeste, [1990-1991].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 22:** período 22/04/91 a 30/06/92. São Lourenço do Oeste, [1991-1992].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 23:** período 00/08/92 a 17/05/93. São Lourenço do Oeste, [1992-1993].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 24:** período 20/05/93 a 25/10/93. São Lourenço do Oeste,

[1993].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Livro de atas nº 25**: período 25/10/93 a 09/06/94. São Lourenço do Oeste, [1993-1994].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 26**: período 06/94 a 09/03/95. São Lourenço do Oeste, [1994-1995].

\_\_\_\_\_. **Livro de atas nº 27**: período 13/03/95 a 21/08/95. São Lourenço do Oeste, [1995].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Portarias 1993 a 2010**. São Lourenço do Oeste, [2011].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 1959 a 1975**. São Lourenço do Oeste, [1976].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 1976 a 1988**. São Lourenço do Oeste, [1989].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 1989 a 1992**. São Lourenço do Oeste, [1993].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 1993 a 2001**. São Lourenço do Oeste, [2002].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 2003 a 2008**. São Lourenço do Oeste, [2009].

\_\_\_\_\_. **Resoluções 2003 a 2008**. São Lourenço do Oeste, [2009].

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Câmara de Vereadores. **Livro Ouro**. São Lourenço do Oeste, 2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Justiça Eleitoral - Circunscrição de Santa Catarina. **Extrato da ata final de apuração**: São Lourenço do Oeste. Chapecó - SC, 1958.

\_\_\_\_\_. **Extrato da ata**: eleições municipais. São Lourenço do Oeste. SC, 1962.

\_\_\_\_\_. **Extrato da ata**: eleições municipais. São Lourenço do Oeste - SC, 1966.

\_\_\_\_\_. Junta Eleitoral do Estado de Santa Catarina. **Resultado da apuração do pleito eleitoral realizado em 15/11/68**: eleições majoritárias. 49ª Zona Eleitoral: São Lourenço do Oeste - SC, 1968.

\_\_\_\_\_. **Extrato da ata**: eleições municipais. São Lourenço do Oeste - SC, 1969.

\_\_\_\_\_. **Extrato da ata**: eleições municipais. São Lourenço do Oeste - SC, 1972.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Controle Geral de Eleitores. **Resultado das Eleições**

**Municipais de 15-11-72:** para prefeito. Florianópolis - SC, 1977.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Subsecretaria de Controle Geral de Eleitores.  
**Extrato da ata:** eleições municipais. São Lourenço do Oeste - SC, 1976.

\_\_\_\_\_. **Eleições 1982, em 15/11/1982** - turno único. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2007. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/1982-estadual-e-municipal/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições 1988, em 15/11/1988** - 1º turno. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2006. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/1988-municipal/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições 1992, em 03/10/1992** - 1º turno. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2002. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/1992-municipal/1o-turno/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições 1996, em 03/10/1996** - 1º turno. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2002. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/1996-municipal/1o-turno/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2000, em 1º/10/2000** - turno único. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2003. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/2000-municipal/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2004, em 03/10/2004** - 1º turno. Resultado por município: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2006. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/2004-municipal/1o-turno/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleições Municipais 2008** - 1º turno. Resultado da totalização: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2009. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-antiores/2008-municipal/1o-turno/relatorios-de-totalizacao-por-municipio/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Eleição Municipal 2012** - 1º turno. Resultado da totalização: São Lourenço do Oeste. [Florianópolis - SC], 2012. Disponível em: <[http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2012/resultado\\_turno\\_1/relatorios\\_totalizacao\\_municipio/TOT2012\\_SAO\\_LOURENCO\\_DO\\_OESTE.pdf](http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2012/resultado_turno_1/relatorios_totalizacao_municipio/TOT2012_SAO_LOURENCO_DO_OESTE.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Eleição Municipal 2016** - 1º turno. Resultado da totalização: São Lourenço

do Oeste. [Florianópolis - SC], 2016. Disponível em: <[http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2016/resultado\\_turno\\_1/relatorios\\_totalizacao\\_municipio/TOT2016\\_SAO\\_LOURENCO\\_DO\\_OESTE.pdf](http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2016/resultado_turno_1/relatorios_totalizacao_municipio/TOT2016_SAO_LOURENCO_DO_OESTE.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

## **Organizadores:**

ÉDERSON HERMANN, nascido em Capanema (PR), em 03.01.72, é técnico em contabilidade, pelo Colégio Cenecista Jorge Lacerda (1993), com registro no CRC/SC n. 030604/O. Possui graduação em Gestão Pública, pela Faculdade de Tecnologia Internacional (Fatec), Polo São Lourenço do Oeste (2008); especialização em MPA - Administração Pública e Gerência de Cidades, pela Faculdade de Tecnologia Internacional (Fatec), Polo São Lourenço do Oeste (2010); graduado em Direito, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Campus São Lourenço do Oeste (SC) (2017), inscrito na OAB/SC, nº 53059; e está cursando especialização em Direito Público pela Damásio Educacional. É servidor público municipal, ocupante do cargo de secretário executivo da Câmara de Vereadores desde 1994; secretário executivo da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (ACANOR), desde março de 2002. Foi presidente fundador da Associação Lourenciana de Artesãos (1994) e da Associação Literária Juceli Carla Ely (2000). Também presidiu a Associação Cultural São Lourenço, a Associação Cultural e Esportiva da Karatê e o Grupo Jovem Vida. Participou de vários conselhos municipais e atua com os programas voltados ao Parlamento Jovem da Região Oeste de SC. Possui trabalhos publicados no livro São Lourenço em Prosa e Verso (1998), e Anuário de Escritores da Editora Litteris (2001).



KALÚ MORAES LESSA, nascido em São Lourenço do Oeste (SC), possui bacharelado em Design Industrial pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI (2007) e especialização em Design de Móveis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC (2010). É sócio-diretor da empresa ON Propaganda, de São Lourenço do Oeste (SC), coordena projetos nas áreas de comunicação institucional, desenvolvimento de produtos e embalagens, diagramações e criação de peças, além de estratégias de marketing empresarial e campanhas publicitárias. Coordenou o Núcleo Jovem Empreendedor de São Lourenço do Oeste, participa do Rotary Club e é diretor da Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste, gestão 2018/2019.



NELÍ BASTEZINI KRONBAUER, nascida em São Lourenço do Oeste, em 10.12.1967, é graduada em Letras, Habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas - PR (1990), possui pós-graduação lato sensu em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pelo CEFET-Pato Branco - PR (1997), e mestrado em Educação e Ensino pela Universidade do Contestado, convênio com a Universidade Estadual de Campinas (2002). Frequenta o curso pós-graduação lato sensu Gestão Pública da Educação Profissional de Tecnológica, do IFSC (2018). É professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, de São Lourenço do Oeste, onde trabalha as disciplinas de Língua Portuguesa, Iniciação Científica e Metodologia da Pesquisa, nos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Direito.



Já coordenou o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Escolar (2015/2016), e hoje coordena os cursos de pós-graduação lato sensu em Desenvolvimento Regional Sustentável (2017/2018) e Fundamentos e Organização Curricular (2018/2019), todos ofertados pela Unochapecó. Também atua como professora na Gerência de Educação e como docente de formação de professores. Há cinco anos faz parte do Conselho Municipal de Educação, de São Lourenço do Oeste (SC).